Questões ANPEC

4ª Edição Revista e Atualizada

André Villela
Lavínia Barros de Castro

Economia Brasileira

Questões comentadas das provas de 2010 a 2019

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt
(organizadora)



atlas

Carta ao Leitor

A necessidade de ter manuais como os que esta série desenvolveu é evidente para os candidatos do exame anual da ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia), cujo propósito é o ingresso nos programas de mestrado e doutorado *stricto sensu* em todo o Brasil. A identificação da lacuna sobre uma literatura complementar, então, surgiu da minha própria experiência como estudante. Na ocasião, não havia nenhuma referência bibliográfica (repito: complementar) aos livros-textos didáticos sobre questões resolvidas de provas anteriores. A vontade de fechar este *gap* tomou fôlego mais tarde, quando passei a lecionar em cursos preparatórios para esse exame.

Havia, por parte dos alunos, tal como ocorria na minha época de estudante, uma busca por esse tipo de material, em razão do pouco tempo para estudar um conjunto tão vasto de disciplinas e ementas.

A crescente demanda veio, de fato, acompanhada pelo surgimento de alguns livros, como o que esta série se propõe a fazer. Todos eram produzidos, porém (até 2001), de forma pontual: ora publicava-se um de micro, ora um de macro, ora um de estatística, ora um de matemática ou ora um de economia brasileira. Todos esses manuais, ressalte-se, foram preparados por professores competentes e dedicados. O que a “coleção ANPEC”, organizada por mim, tem, portanto, de diferente?

Em primeiro lugar, esta série difere-se dos demais livros por se tratar da mais completa e atualizada versão de todos os manuais existentes. A coleção iniciou com a ANPEC 2002 (micro, macro, estatística/econometria e matemática) e segue até a última prova. Em 2014 também foi incluída a obra *Economia brasileira*.

Em segundo, porque essa não é apenas uma obra, mas uma coleção. Ou seja, é a primeira vez que as cinco disciplinas são oferecidas em conjunto, todas estruturadas de forma homogênea e sob coordenação única. A harmonia das obras, indubitavelmente, organiza a mente daqueles que têm um prazo curto para seus estudos.

Em terceiro, porque o nosso compromisso é fazer atualizações anuais e aperfeiçoamentos sistemáticos das versões anteriores, uma vez que o nosso objetivo final é o de facilitar os estudos e, consequentemente, o aproveitamento dos candidatos. Ainda que tenhamos nos empenhado em explicar didaticamente todos os 5 quesitos das 15 questões das provas desde 2002 (desde 2014 no caso de Economia Brasileira), erros remanescentes podem ocorrer e devem, assim, ser corrigidos para o melhor desempenho do aluno.

Por último, e mais relevante, porque a equipe técnica foi escolhida de maneira criteriosa. Para isso, considerou-se não só a formação de excelência dos professores (dos 9 autores, 8 são doutores), mas também a experiência em sala de aula. A qualificação deste time é, indiscutivelmente, uma das melhores do Brasil.

Além disso, para facilitar ainda mais a jornada exigente de estudo dos alunos, cada um dos 5 volumes que compõem esta coleção está segmentado por temas, que se constituíram nos capítulos de cada livro. Elaboramos, também, tabelas temáticas e estatísticas para que o aluno possa identificar, ao longo do tempo, os conteúdos mais solicitados. O estudo, dessa forma, pode ser direcionado aos tópicos mais cobrados, a fim de aumentar sobremaneira as possibilidades de êxito do aluno. O destaque final é para o cuidado adicional da inclusão de adendos, explicações mais extensas e revisões das ementas, no caso de macro, em razão da literatura ser mais dispersa do que as outras matérias. Tudo isso, claro, para orientar a rotina de estudos do aluno.

Cabe aqui uma ressalva. Em papel (ou seja, em cada obra) teremos a resolução das 10 últimas provas. Com relação à quarta edição, os exames ANPEC 2010–ANPEC 2019 estão resolvidos nos livros e as provas ANPEC 2002–ANPEC 2009, no site da editora.

Com todo este conjunto de provas/soluções em mãos, não há dúvida de que o aluno que vem estudando pelos livros didáticos solicitados na bibliografia ANPEC estará muito mais bem preparado do que outro que não possua a coleção. É duro estudar, mas, certamente, vale muito a pena. E, neste caso, a nossa coleção ajuda consideravelmente.

Desejo, assim, a você, leitor, um ótimo ano de estudo. Qualquer comentário, dúvida ou sugestão, por favor, escreva para o e-mail: anpec.cris.alkmin@gmail.com. Certamente você fará uma ótima contribuição para os futuros estudantes em deixar-nos saber a sua opinião. Será um prazer responder-lhe.

Cristiane Alkmin J. Schmidt
Organizadora

Questões ANPEC

André Villela
Lavinia Barros de Castro

4ª Edição Revista e Atualizada

Economia Brasileira

Questões comentadas das provas de 2010 a 2019

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt
(organizadora)

ISBN:978-85-352-9329-6
ISBN (versão digital): 978-85-352-9330-2

Copidesque: Augusto Coutinho
Revisão tipográfica: Hugo de Lima Corrêa
Editoração Eletrônica: Estúdio Castellani

Elsevier Editora Ltda.
Conhecimento sem Fronteiras

Rua da Assembléia, nº 100 – 6º andar
20011-904 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 – 23º andar
04583-110 – Brooklin – São Paulo – SP – Brasil

Serviço de Atendimento ao Cliente
0800 026 53 40
atendimento1@elsevier.com

Consulte nosso catálogo completo, os últimos lançamentos e os serviços exclusivos no site
www.elsevier.com.br

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

V78e Villela, André
4. ed. Economia brasileira / André Villela, Lavinia Barros de Castro; organizadora Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. – 4. ed. – Rio de Janeiro : Elsevier, 2019.
(Questões ANPEC)

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-352-9330-2

1. Economia – Problemas, questões, exercícios. 2. Serviço público – Brasil – Concursos. I. Castro, Lavinia Barros de. II. Schmidt, Cristiane Alkmin Junqueira. III. Título. IV. Série.

19-55876 CDD: 339
CDU: 330.101.541


CÓPIA NÃO AUTORIZADA É CRIME
ABDR
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIREITOS REPROGRÁFICOS
RESPEITE O DIREITO AUTORAL





Autores desta obra:

Lavinia Barros de Castro (Economia brasileira) é doutora em Economia pela UFRJ (2009) e doutora em Ciências Sociais pela UFRRJ (2006), com doutorado sanduíche na Universidade de Berkeley – Califórnia. Leciona economia brasileira em cursos de graduação do IBMEC desde 1999 é professora convidada em cursos de MBA da Coppead, desde 2007. É economista do BNDES desde 2001, atualmente na área de planejamento estratégico. É co-organizadora e coautora, entre outros, do livro *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*, vencedor do Prêmio Jabuti, 2005, com segunda edição lançada em 2011, pela Elsevier. Participa em diversos fóruns nacionais e internacionais sobre agendas de desenvolvimento, com diversas publicações incluindo recente capítulo no livro The Future of National Development Banks, editado por Griffith-Jones e Ocampo, Oxford University Press, 2018.

André Villela (Economia brasileira) é bacharel (UFRJ, 1989) e mestre (PUC-Rio, 1993) em Economia e Ph.D. em História Econômica pela Universidade de Londres (London School of Economics, 1999). Sua tese, intitulada "The Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil, 1850-70", recebeu o Prêmio Haralambos Simeonides, conferido pela ANPEC, em 1999. Desde 2001 é Professor Assistente da EPGE/FGV, onde

leciona disciplinas na área de História Econômica para alunos da Graduação. É co-organizador e coautor, entre outros, do livro *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*, vencedor do Prêmio Jabuti, 2005, com segunda edição lançada em 2011, pela Campus Elsevier.

Autores das demais obras da série:

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt (Microeconomia) tem mestrado e doutorado em Ciências Econômicas pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV/RJ) e foi Visiting Scholar na Universidade de Columbia, nos EUA. Dos três artigos de sua tese de doutorado, dois foram premiados: um em primeiro lugar e outro com menção honrosa. Foi consultora para o Banco Mundial, UNCTAD e *The Washington Times*, em projetos na República Dominicana, na África, no Equador e em Honduras, quando morou no Chile, em Porto Rico e na Guatemala. No Brasil, foi Secretária-Adjunta da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Gerente Geral de assuntos corporativos da Embratel, Representante da área internacional do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV, Diretora do departamento econômico do Grupo Libra e Sócia-Consultora pela Davanti Consultoria e Treinamento. Em Porto Rico, foi Diretora-Adjunta da Agência de desenvolvimento local e Diretora do departamento econômico da Companhia de Comércio e Exportação de Porto Rico. Na Guatemala, Gerente de execução estratégica da empresa Cementos Progreso e Diretora-Executiva da ONG *Pacunam*.

Além disso, Cristiane sempre lecionou em cursos relacionados às áreas de economia. No Brasil, foi professora de graduação e/ou do preparatório para ANPEC na FGV, no IBMEC, na PUC e no CATE. Na Guatemala, ela lecionou na UFM (*Universidad Francisco Marroquin*) e na URL (*Universidad Rafael Landivar*). Atualmente ela é economista do Itaú, parecerista da Revista de Direito Administrativo (RDA) e coordenadora e professora dos cursos de MBA da FGV e do MBA Global da Universidade de Manchester.

Paulo C. Coimbra (Microeconomia) é doutor (2009) e mestre (2003) em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas – RJ (EPGE/FGV-RJ) e é Bacharel em Ciências Econômicas (1990) pela Faculdade de Economia da Universidade Santa Úrsula (FE/USU). Atualmente exerce o cargo de Professor Adjunto na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (FE/UFJF), atuando inclusive no Programa de Pós-Graduação em Economia (PPGE/UFJF). Sua larga experiência como docente, lecionando disciplinas de economia e finanças, inclui passagens em renomadas instituições como a Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ).

Uma das linhas de pesquisa na qual atua baseia-se na percepção de que a presença de incerteza (no sentido de Frank Knight) pode dificultar as escolhas dos agentes (quer sejam escolhas individuais, sob iterações estratégicas ou de portfólios), algo que o motiva a investigar os impactos da incerteza (ou ambiguidade) nas escolhas dos agentes. Suas linhas atuais de pesquisa concentram-se nas áreas de economia e finanças, com ênfase em teoria econômica, economia matemática, microeconomia aplicada e finanças aplicadas. Desenvolvimento econômico, economia do trabalho, organização industrial e outros temas em finanças (destacadamente finanças comportamentais, finanças corporativas e modelos de apreçamento com o uso de derivativos) também fazem parte dos seus interesses de pesquisa.

É articulista do Instituto Millenium e colunista (sobre derivativos) do portal de notícias InfoMoney e do portal de finanças GuiaInvest, e mantém o blog http://pccoimbra.blogspot.com, onde publica seus posts com temas ligados a economia e finanças.

Bruno Henrique Versiani Schröder (Macroeconomia) é mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ) e bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ. Aprovado em concursos públicos, com destaque para os cargos de Técnico em Planejamento e Pesquisa do IPEA, Especialista em Regulação da ANCINE e Analista do Banco Central do Brasil. Professor do curso de

Graduação em Economia da EPGE, leciona as disciplinas de Macroeconomia, Microeconomia, Finanças e Estatística/Econometria em cursos preparatórios no Rio de Janeiro. Laureado com o XIV Prêmio do Tesouro Nacional e o 31º Prêmio BNDES de Economia, atualmente é docente em Economia e exerce o cargo de Analista do Banco Central do Brasil.

Victor Pina Dias (Macroeconomia) é doutor e mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ) e bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ. Aprovado nos seguintes concursos: Técnico de Nível Superior da Empresa de Pesquisa Energética, Analista do IBGE, Economista do BNDES e Analista do Banco Central do Brasil. Já lecionou em cursos preparatórios para a ANPEC. Atualmente, é professor de Macroeconomia do IBMEC/RJ e economista do BNDES.

Jefferson Donizeti Pereira Bertolai (Matemática) é doutor e mestre pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ). Desde 2013 é Professor e Pesquisador da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo
(FEARP/USP). Atua na área de Teoria Econômica, com ênfase em Teoria Monetária e Teoria Bancária, principalmente nos seguintes temas: instabilidade bancária, distribuição de liquidez e criptomoedas & blockchain. Desde 2018 é coordenador do Laboratório de Economia, Matemática e Computação (LEMC-FEARP/USP).

Rodrigo Leandro de Moura (Matemática e Estatística) é doutor e mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ) e bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP-RP). Atualmente, é coordenador-geral de avaliação de políticas públicas na SECAP/ME. Foi pesquisador e professor na FGV, lecionando disciplinas de Estatística, Econometria, Economia do

Trabalho, Microeconomia, além de já ter lecionado Estatística/Matemática preparatória para o exame da Anpec. Atualmente desenvolve estudos no IBRE/FGV nas áreas de mercado de trabalho, educação e regulação econômica (petróleo). Já realizou estudos para o IPEA sobre mercado de trabalho, educação e previdência. Participou de congressos nacionais e internacionais e tem diversas publicações acadêmicas e capítulos de livros em coautoria com professores renomados, como James J. Heckman (Nobel de Economia), Flávio Cunha, Aloísio Araujo, Marcelo Neri e já fez projetos para a Fundação Ayrton Senna, contribuindo para o Movimento Todos pela Educação.

Rafael Martins de Souza (Estatística) é Doutor em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ), Mestre em Ciências Estatísticas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Bacharel em Ciências Estatísticas pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas – (ENCE) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Atualmente trabalha como Coordenador de Pesquisa na Diretoria de Análise de Políticas Públicas (DAPP) da Fundação Getulio Vargas. Anteriormente trabalhou no Grupo Libra como Econometrista e foi Pesquisador da ENCE, onde lecionou as disciplinas de Econometria, Modelos Lineares Generalizados e Métodos Não Paramétricos. Também foi professor de Análise Microeconômica e Econometria do IBMEC-Rio. Prestou serviço de consultoria em Estatística e Econometria a diversas empresas e instituições. Rafael tem experiência em modelagem econométrica de índices de inflação, indicadores de atividade econômica, análise de riscos financeiros, entre outras áreas. Participou de diversos congressos nacionais e internacionais e possui publicações em periódicos tais como a *International Review of Financial Analysis* e a *Applied Economics*.

Prefácio

Tenho imenso prazer em escrever este prefácio. O exame nacional para ingresso em mestrados em economia aplicado pela ANPEC – da qual tive a honra de ser Secretário Executivo em 2000/2001 – é um produto de altíssimo valor para a pós-graduação no Brasil. Além de democratizar as oportunidades de acesso às várias escolas no país, estabelece um excelente marco para aferir-se a capacitação de candidatos à pós-graduação *stricto sensu* em economia. Entre seus benefícios, inclui-se o esforço de aprimoramento em cursos de graduação em economia que vem como consequência natural da existência de tal padrão de referência.

A série de manuais da qual faz parte este volume, competentemente organizada por Cristiane Alkmin J. Schmidt, preencheu uma importante lacuna. Não apenas tornou mais ampla a democratização a que me referi, como vem facilitando o caminho de candidatos em seu processo de aquisição de capacidades rumo ao exame.

Embora com diferentes pesos, a prova de economia brasileira tem importância para diversas escolas e havia falta de um volume a ela dedicado. Desde logo, há que se reconhecer as peculiaridades na elaboração deste livro, já que, por tratar-se de economia aplicada, depara-se inevitavelmente com maior latitude nas interpretações possíveis dos temas. Em tais circunstâncias, mais que nunca requer-se habilidade e maturidade por parte dos autores.

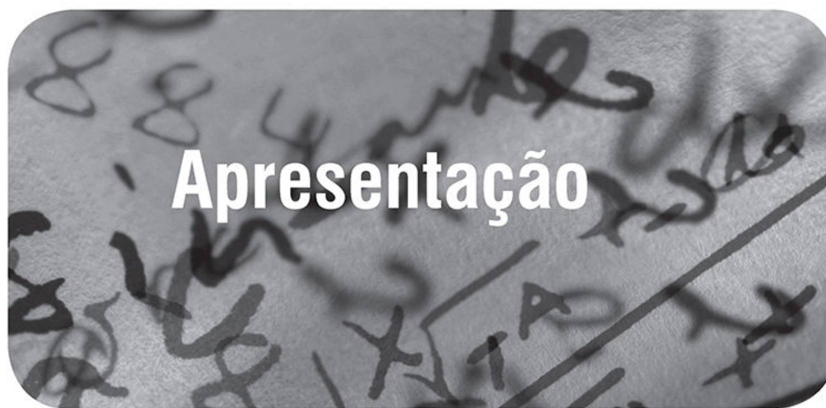
Nesse contexto, o volume preparado por Lavinia Barros de Castro e André Villela é primoroso. Quando o percorrer, o leitor encontrará equilíbrio, abrangência e adequada fundamentação analítica no tratamento das questões e na orientação de leituras.

Circunstâncias profissionais me levaram a trabalhar em instituições multilaterais nos últimos dez anos, fora do Brasil. Um de meus orgulhos como brasileiro tem sido acompanhar o êxito e o reconhecimento de meus – relativamente poucos – compatriotas economistas nessas instituições. Um de seus marcos distintivos é o fato de, em sua absoluta maioria, terem atravessado o processo de preparação para o exame da ANPEC. A presente série, agora complementada com este volume sobre economia brasileira, veio facilitar a inclusão potencial de estudantes de economia pelo país em tal processo enriquecedor de capacidades.

Otaviano Canuto

Conselheiro Senior e ex-Vice Presidente do Banco Mundial.
Foi também Vice-Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda do Brasil e Professor da FEA-USP e da Unicamp.





Apresentação

O presente volume traz a resolução de cada uma das questões das últimas 10 provas de Economia Brasileira do exame anual da ANPEC. Para tanto, a estrutura seguida foi, rigorosamente, a mesma dos demais livros da coleção, a saber: divisão temática do conteúdo em oito tópicos gerais e, dentro deles, o ordenamento cronológico das provas.

As diferenças entre o presente volume e os demais são inúmeras, porém, exigindo algumas explicações. Em um plano mais filosófico, a prova de Economia Brasileira se sobressai por não envolver tantas questões teóricas. Ao contrário, a ênfase, em geral, na parte objetiva das provas, é em aspectos factuais e, em menor grau, questões de interpretação sobre determinado episódio ou fenômeno histórico. No caso (majoritário, note-se) de questões de natureza factual, não há grande margem para divergência entre os especialistas. Sendo assim, os autores procuraram responder as perguntas das provas de forma direta, indicando o porquê de o gabarito oficial indicar V (Verdadeiro) ou F (Falso). Em certos casos, foi necessário alongar-se um pouco mais na explicação apresentada, de forma a esclarecer pontos mais controversos, ou nos quais o enunciado não parecia suficientemente claro.

Como regra, foi adotado o seguinte critério na resolução das questões Objetivas: todas as que traziam como gabarito F receberam algum comentário adicional dos autores, oferecendo uma explicação para tal gabarito; no caso das marcadas pela ANPEC como V, a maioria também

recebeu comentários (em geral, no sentido de trazer detalhe adicional para o leitor). Já quando a pergunta era pontual e a resposta verdadeira, optou-se por deixá-la sem comentários, a fim de não tornar o texto repetitivo. A exemplo do que foi feito nos demais volumes da coleção, os itens em que os autores discordaram do gabarito oficial estão claramente identificados e os argumentos apresentados em seguida.

Adicionalmente, cabe notar que, diferentemente das outras disciplinas, a prova de Economia Brasileira traz – além das 15 questões Objetivas (com cinco itens, de 0 a 4, em cada uma) – cinco questões Discursivas, sendo o candidato instado a escolher uma delas para responder. Em se tratando das questões Objetivas, a própria ANPEC divulga – a exemplo do que ocorre nas demais provas – um gabarito oficial, sob a forma de Verdadeiro ou Falso, para cada um dos itens. Já no tocante às questões Discursivas, não há gabarito oficial, pelo simples fato de a correção não ficar a cargo da ANPEC, mas sim dos diversos centros de pós-graduação para os quais o aluno se candidata (ainda que alguns centros não considerem a prova de Economia Brasileira para efeito de classificação).

No presente volume, as questões Discursivas fora agrupadas em um dos oito tópicos em que se dividiram as questões Objetivas. As respostas apresentadas a cada uma destas questões (em alguns casos, uma resposta mais longa serviu para duas ou três questões semelhantes) trazem aquilo que é, sem dúvida, o componente mais idiossincrático do presente volume, isto é, a forma particular como um dos dois autores responsáveis (dependendo da questão/tema) responderia o enunciado proposto. É claro que não há a pretensão de que a resposta oferecida seja “a” resposta correta, pois tal apreciação (sabidamente subjetiva) dependerá da pessoa encarregada da correção das provas Discursivas em cada um dos centros de pós-graduação que, efetivamente, procedem à correção de tais questões.

Com vistas a fundamentar os argumentos apresentados nas respostas às questões Discursivas (e em alguns poucos casos de questões Objetivas, também), os autores fizeram referência a obras conhecidas que tratam dos temas em discussão. Uma lista de Referências Bibliográficas reúne todas as obras citadas ao longo do livro. Aproveitamos para agradecer a Fabio

Giambiagi a autorização para o uso de algumas das tabelas do livro *Economia Brasileira Contemporânea* (Giambiagi *et al.*, 2011), do qual somos co-organizadores e coautores.

Feitos estes esclarecimentos – necessários, em função da especificidade da prova de Economia Brasileira relativamente às de Macro, Micro, Estatística e Matemática, naturalmente menos sujeitas a subjetivismos –, acreditamos estar oferecendo ao público uma obra que ajudará não apenas os interessados em se preparar para o exame anual da ANPEC, como também candidatos a concursos e, eventualmente, alunos e professores de disciplinas de "Economia Brasileira" nos cursos de graduação.

Bom proveito!

Os autores

Quadros Estatísticos

Quadro 1 – Número de questões por tópico e por exame

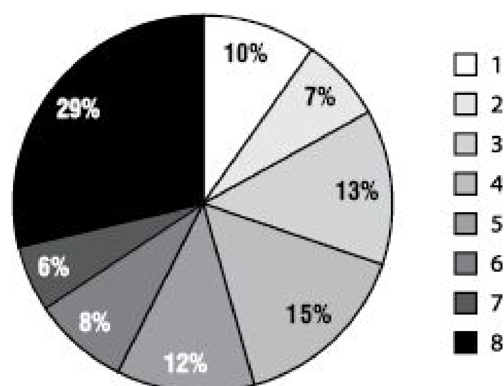
Objetivas

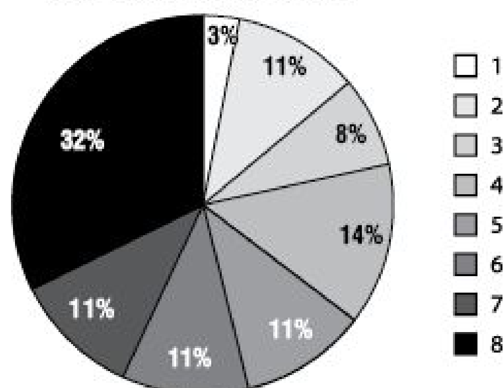
Capítulos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1	1	1	1	1	1	1	2	2	2	2	2	2	1	19
2	2	1	1	2	1	1	0	1	1	1	1	1	1	14
3	3	2	2	1	2	1	2	2	2	1	3	3	2	26
4	2	3	3	3	3	2	2	2	3	2	2	1	2	30
5	2	2	2	2	2	3	3	2	2	1	0	1	1	23
6	2	2	2	1	1	2	2	1	1	0	0	1	1	16
7	0	0	0	1	1	2	2	2	0	2	0	1	0	11
8	3	4	4	4	4	3	2	3	4	6	7	5	7	56
Total	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**15**	**195**

Discursivas

Capítulos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	2
2	0	1	0	1	1	0	1	0	1	0	1	1	0	7
3	0	0	1	0	1	0	1	0	1	0	0	0	1	5
4	0	1	0	1	0	1	0	2	0	1	0	1	2	9
5	1	1	1	1	2	1	0	0	0	0	0	0	0	7
6	1	1	1	2	0	0	1	1	0	0	0	0	0	7
7	1	1	1	0	0	1	0	1	0	2	0	0	0	7
8	2	0	1	0	1	1	2	1	3	2	4	2	2	21
Total	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**5**	**65**
8.1	1	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	3
8.2	0	0	1	0	0	0	2	0	0	1	0	1	0	5
8.3	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1	1	4
8.4	1	0	0	0	1	1	0	0	1	1	3	0	1	9
8.5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Legenda	
Tópico:	
1	**A I República**
2	**A Era Vargas**
3	**De Dutra a JK**
4	**Da Crise dos Anos 1960 ao 'Milagre'**
5	**O II PND e a Crise dos Anos 1980**
6	**Os Planos de Estabilização**
7	**História da Industrialização e Agricultura**
8	**Temas Transversais**
8.1	O Papel do Estado e Instituições Públicas
8.2	Distribuição de Renda e Pobreza
8.3	A Reforma do Estado e as Privatizações
8.4	Relações com a Economia Internacional: integração (abertura comercial e financeira), política industrial e dívida externa
8.5	Mercado de Trabalho





Quadros Estatísticos

Quadro 2 – Representatividade dos tópicos por exame

Objetivas

Capítulos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1	7%	7%	7%	7%	7%	7%	13%	13%	13%	13%	13%	13%	7%	10%
2	13%	7%	7%	13%	7%	7%	0%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%
3	20%	13%	13%	7%	13%	7%	13%	13%	13%	7%	20%	20%	13%	13%
4	13%	20%	20%	20%	20%	13%	13%	13%	20%	13%	13%	7%	13%	15%
5	13%	13%	13%	13%	13%	20%	20%	13%	13%	7%	0%	7%	7%	12%
6	13%	13%	13%	7%	7%	13%	13%	7%	7%	0%	0%	7%	7%	8%
7	0%	0%	0%	7%	7%	13%	13%	13%	0%	13%	0%	7%	0%	6%
8	20%	27%	27%	27%	27%	20%	13%	20%	27%	40%	47%	33%	47%	29%

Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Discursivas

Capítulos	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
1	0%	0%	0%	0%	0%	20%	0%	0%	0%	0%	0%	20%	0%	3%
2	0%	20%	0%	20%	20%	0%	20%	0%	20%	0%	20%	20%	0%	11%
3	0%	0%	20%	0%	20%	0%	20%	0%	20%	0%	0%	0%	20%	8%
4	0%	20%	0%	20%	0%	20%	0%	40%	0%	20%	0%	20%	40%	14%
5	20%	20%	20%	20%	40%	20%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	11%
6	20%	20%	20%	40%	0%	0%	20%	20%	0%	0%	0%	0%	0%	11%
7	20%	20%	20%	0%	0%	20%	0%	20%	0%	40%	0%	0%	0%	11%
8	40%	0%	20%	0%	20%	20%	40%	20%	60%	40%	80%	40%	40%	32%
Total	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**

Legenda

Tópico:

1	**A I República**
2	**A Era Vargas**
3	**De Dutra a JK**
4	**Da Crise dos Anos 1960 ao 'Milagre'**
5	**O II PND e a Crise dos Anos 1980**
6	**Os Planos de Estabilização**
7	**História da Industrialização e Agricultura**
8	**Temas Transversais**
8.1	O Papel do Estado e Instituições Públicas
8.2	Distribuição de Renda e Pobreza
8.3	A Reforma do Estado e as Privatizações
8.4	Relações com a Economia Internacional: integração (abertura comercial e financeira), política industrial e dívida externa
8.5	Mercado de Trabalho

*Os valores exibidos nos Quadros Estatísticos encontram-se arredondados.

Quadro Temático

Quadro 3 – Tópicos por exame

Objetivas

Questão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1	1	1	1	1	1	7	1	1	1	1	1	1	1
2	2	2	2	2	7	1	1	1	1	1	1	1	2
3	2	3	3	2	2	2	7	7	2	2	2	7	3
4	3	3	3	7	3	7	7	2	3	3	3	2	3
5	3	4	4	3	3	3	3	3	3	4	3	3	4
6	3	4	4	4	4	4	3	7	4	4	3	3	4
7	4	4	4	4	4	4	4	3	4	5	4	3	5
8	4	5	5	4	4	5	4	4	4	8.1	4	4	6
9	5	5	5	5	5	5	5	4	5	8.4	8.3	5	8.4
10	5	6	6	5	5	5	5	5	5	8.3	8.4	6	8.4
11	6	6	6	6	6	6	5	5	6	7	8.1	8.4	8.4
12	6	8.4	8.4	8.4	8.3	6	6	6	8.4	8.4	8.5	8.3	8.4
13	8.4	8.1	8.1	8.4	8.5	8.4	8.4	8.4	8.4	7	8.2	8.1	8.5
14	8.1	8.4	8.5	8.1	8.2	8.2	8.4	8.1	8.4	8.5	8.4	8.5	8.2
15	8.2	8.2	8.2	8.1	8.1	8.1	6	8.1	8.4	8.4	8.1	8.4	8.5

Discursivas

Questão	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
1	7	7	7	2	2	1	2	7	2	7	2	1	8.4
2	8.1	2	3	4	3	4	3	4	3	7	8.4	2	3
3	5	4	5	5	15	7	6	4	8.1	8.4	8.4	4	4
4	6	5	6	6	5	5	8.2	6	8.4	4	8.3	8.2	4
5	8.4	6	8.4	6	8.4	8.4	8.2	8.1	8.3	8.2	8.4	8.3	8.3

Legenda

Tópico:

1	**A I República**
2	**A Era Vargas**
3	**De Dutra a JK**
4	**Da Crise dos Anos 1960 ao 'Milagre'**
5	**O II PND e a Crise dos Anos 1980**

6 Os Planos de Estabilização

7 História da Industrialização e Agricultura

8 Temas Transversais

8.1 O Papel do Estado e Instituições Públicas

8.2 Distribuição de Renda e Pobreza

8.3 A Reforma do Estado e as Privatizações

8.4 Relações com a Economia Internacional: integração (abertura comercial e financeira), política industrial e dívida externa

8.5 Mercado de Trabalho

Sumário

Capítulo 1
A Primeira República

QUESTÕES OBJETIVAS

Prova de 2010

Questão 1

Prova de 2011

Questão 1

Prova de 2012

Questão 2

Prova de 2013

Questão 1

Questão 2

Prova de 2014

Questão 1

Questão 2

Prova de 2015

Questão 1

Questão 2

Prova de 2016

Questão 1

Questão 2

Prova de 2017

Questão 1

Questão 2

Prova de 2018

Questão 1

Questão 2

Prova de 2019

Questão 1

QUESTÕES DISCURSIVAS

Prova de 2012

Questão 1

Prova de 2018

Questão 1

Capítulo 2
A Era Vargas

QUESTÕES OBJETIVAS

Prova de 2010

Questão 2

Questão 3

Prova de 2011

Questão 3

Prova de 2012

Questão 3

Prova de 2014

Questão 4

Prova de 2015

Questão 3

Prova de 2016

Questão 3

Prova de 2017

Questão 3
Prova de 2018
Questão 4
Prova de 2019
Questão 2
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2010
Questão 1
Prova de 2011
Questão 1
Prova de 2013
Questão 1
Prova de 2015
Questão 1
Prova de 2017
Questão 1
Prova de 2018
Questão 2

Capítulo 3
De Dutra a JK
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2010
Questão 5
Prova de 2011
Questão 4
Questão 5
Prova de 2012
Questão 5
Prova de 2013
Questão 5
Questão 6

Prova de 2014
Questão 5
Questão 7
Prova de 2015
Questão 4
Questão 5
Prova de 2016
Questão 4
Prova de 2017
Questão 4
Questão 5
Questão 6
Prova de 2018
Questão 5
Questão 6
Questão 7
Prova de 2019
Questão 3
Questão 4
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2011
Questão 2
Prova de 2013
Questão 2
Prova de 2015
Questão 2
Prova de 2019
Questão 2

Capítulo 4
Da Crise dos Anos 1960 ao "Milagre"

QUESTÕES OBJETIVAS

Prova de 2010

Questão 6

Questão 7

Questão 8

Prova de 2011

Questão 6

Questão 7

Questão 8

Prova de 2012

Questão 6

Questão 7

Prova de 2013

Questão 7

Questão 8

Prova de 2014

Questão 8

Questão 9

Prova de 2015

Questão 6

Questão 7

Questão 8

Prova de 2016

Questão 5

Questão 6

Prova de 2017

Questão 7

Questão 8

Prova de 2018

Questão 8

Prova de 2019

Questão 5

Questão 6

QUESTÕES DISCURSIVAS

Prova de 2010

Questão 2

Prova de 2012

Questão 2

Prova de 2014

Questão 2

Questão 3

Prova de 2016

Questão 4

Prova de 2018

Questão 3

Prova de 2019

Questão 3

Questão 4

Capítulo 5
O II PND e a Crise dos Anos 1980

QUESTÕES OBJETIVAS

Prova de 2010

Questão 9

Questão 10

Prova de 2011

Questão 9

Questão 10

Prova de 2012

Questão 8

Questão 9

Questão 10

Prova de 2013

Questão 9

Questão 10

Questão 11
Prova de 2014
Questão 10
Questão 11
Prova de 2015
Questão 9
Questão 10
Prova de 2016
Questão 7
Prova de 2018
Questão 9
Prova de 2019
Questão 7
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2010
Questão 3
Prova de 2011
Questão 3
Questão 4
Prova de 2012
Questão 4

Capítulo 6
Os Planos de Estabilização

QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2010
Questão 11
Prova de 2011
Questão 11
Prova de 2012
Questão 11
Questão 12

Prova de 2013

Questão 12

Questão 15

Prova de 2014

Questão 12

Prova de 2015

Questão 11

Prova de 2018

Questão 10

Prova de 2019

Questão 08

QUESTÕES DISCURSIVAS

Prova de 2010

Questão 4

Questão 5

Prova de 2013

Questão 3

Prova de 2014

Questão 4

Capítulo 7
História da Industrialização

QUESTÕES OBJETIVAS

Prova de 2010

Questão 4

Prova de 2011

Questão 2

Prova de 2012

Questão 1

Questão 4

Prova de 2013

Questão 3

Questão 4
Prova de 2014
Questão 3
Questão 6
Prova de 2016
Questão 11
Questão 13
Prova de 2018
Questão 3
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2012
Questão 3
Prova de 2014
Questão 1
Prova de 2016
Questão 1
Questão 2

Capítulo 8
Temas Transversais

QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2010
Questão 14
Questão 15
Prova de 2011
Questão 15
Prova de 2012
Questão 15
Prova de 2014
Questão 14
Questão 15
Prova de 2016

Questão 8
Prova de 2017
Questão 11
Questão 15
Prova de 2018
Questão 13
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2014
Questão 5
Prova de 2015
Questão 3
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2011
Questão 14
Prova de 2012
Questão 14
Prova de 2017
Questão 13
Prova de 2019
Questão 14
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2013
Questão 4
Questão 5
Prova de 2016
Questão 5
Prova de 2018
Questão 4
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2011
Questão 12
Prova de 2016

Questão 10

Prova de 2017

Questão 9

Prova de 2018

Questão 12

QUESTÕES DISCURSIVAS

Prova de 2015

Questão 5

Prova de 2017

Questão 4

Prova de 2018

Questão 5

Prova de 2019

Questão 5

QUESTÕES OBJETIVAS

Prova de 2010

Questão 12

Questão 13

Prova de 2012

Questão 13

Prova de 2013

Questão 13

Questão 14

Prova de 2014

Questão 13

Prova de 2015

Questão 12

Questão 13

Questão 14

Questão 15

Prova de 2016

Questão 9

Questão 12
Questão 15
Prova de 2017
Questão 10
Questão 14
Prova de 2018
Questão 11
Questão 15
Prova de 2019
Questão 9
Questão 10
Questão 11
Questão 12
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2011
Questão 5
Prova de 2012
Questão 5
Prova de 2015
Questão 4
Prova de 2016
Questão 3
Prova de 2017
Questão 2
Questão 3
Questão 5
Prova de 2019
Questão 1
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2011
Questão 13
Prova de 2016

Questão 14
Prova de 2017
Questão 12
Prova de 2018
Questão 14
Prova de 2019
Questão 13
Questão 15
Gabarito
Referências Bibliográficas

1 A Primeira República

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2010

Questão 1

No que concerne ao Modelo Primário-Exportador e a expansão industrial antes de 1930, é CORRETO afirmar:

⓪ A substituição de importações nos ramos industriais já existentes era mais fácil quando havia depreciação do mil-réis, mas a diversificação dos investimentos para novos ramos industriais era desestimulada.

① O setor exportador impactava fortemente sobre o conjunto da economia, induzindo a diversificação da capacidade produtiva.

② O desenvolvimento do setor exportador implicou um processo de urbanização e impulsionou significativamente o desenvolvimento da indústria de bens de capital.

③ O setor agrícola de subsistência, juntamente com a atividade industrial de bens de consumo interno tradicionais, eram peças essenciais da dinâmica do modelo.

④ No Brasil, diferentemente do processo de desenvolvimento ocorrido em alguns países europeus, verificou-se uma nítida divisão social do trabalho entre os setores externo e interno da economia.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Isso decorria do fato de que quando o mil-réis se desvalorizava, o preço dos manufaturados importados aumentava relativamente àqueles produzidos domesticamente, incentivando a produção destes últimos. Por outro lado, em caso de depreciação da moeda, o preço (em mil-réis) das máquinas e equipamentos importados também ficava mais alto, desestimulando a sua compra e, com isso, a ampliação e diversificação do investimento industrial.

(1) Falso.

O gabarito oficial da Anpec é questionável.

De fato, ambas as partes da afirmativa são verdadeiras. Em primeiro lugar, é fato que, antes de 1930, o conjunto da economia era fortemente impactado pelo desempenho do setor cafeeiro. Esta é, inclusive, a tese de Warren Dean [ver Dean (1976)] acerca da existência de uma relação direta entre o café e a indústria na Primeira República. Já a segunda parte (relativa à "diversificação da capacidade produtiva") também pode ser considerada verdadeira. Se, por um lado, o bom desempenho das exportações cafeeiras atraía capitais para esta atividade e reforçava a sua importância na economia do país, não é menos verdadeiro que o crescimento da economia, liderado pelo setor exportador, transbordava para os setores de serviços e manufatureiro. Neste último caso, inclusive, como mostra Wilson Suzigan, com o aumento da demanda (por produtos manufaturados) oriundo do próprio setor industrial, como sacaria para açúcar refinado e farinha, latas para embalagens, pequenos motores etc. Trata-se claramente de um fenômeno de "diversificação da capacidade produtiva" que, na origem, foi induzido pelo setor primário-exportador.

(2) Falso.

Não é verdade que a indústria de bens de capital tenha sido "significativamente" impulsionada antes de 1930. Isso somente ocorreria a partir da década de 1950.

(3) Falso.

O setor agrícola de subsistência não desempenhava papel "essencial" no modelo primário-exportador, sendo caracterizado, na realidade, por baixa produtividade.

(4) Verdadeiro.

Este item deveria ser anulado por não ser claro o que se pretende por "nítida divisão social do trabalho entre os setores interno e externo da economia". Mais ainda, pensando-se no caso do café (uma atividade voltada para o setor externo) em São Paulo, por exemplo, a instituição do colonato – e a produção de mercadorias para o mercado interno que este

regime de trabalho promoveu – não permite definir uma separação nítida entre os setores interno e externo da economia.

PROVA DE 2011

Questão 1

Sobre a economia brasileira na Primeira República (1889-1930) é CORRETO afirmar:

⓪ A lei bancária introduzida por Rui Barbosa, como ministro do primeiro governo republicano, determinava que as emissões bancárias fossem lastreadas em títulos da dívida pública e reservas metálicas.

① Na década de 1920, filiais estrangeiras investiram na produção industrial de insumos como cimento e aço.

② A produção de borracha, depois da expansão verificada a partir das últimas décadas do século XIX, entrou em declínio ainda na Primeira República devido à concorrência das plantações das Índias Orientais, que foram implantadas com sementes originadas do Brasil.

③ A expansão do café em São Paulo prejudicou os investimentos industriais, que contavam com taxa de lucro inferior à agricultura de exportação.

④ As receitas orçamentárias do Governo Federal dependiam fundamentalmente do imposto sobre exportações, o que contribui para explicar a influência dos exportadores sobre a política econômica.

Resolução

(0) Falso.

As emissões monetárias seriam lastreadas apenas em títulos da dívida pública.

(1) Verdadeiro.

No caso do cimento, a Cia. Brasileira de Cimento Portland e a Cia. Nacional de Cimento Portland; no caso do aço, a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. Todas estas empresas eram de origem estrangeira.

(2) Verdadeiro.

Os preços internacionais da borracha atingiram um pico de 100 *pence* por libra-peso em 1910. A partir daí, cairiam cerca de 2/3 até o final da década, com o aumento de quatro vezes na oferta mundial do produto, resultante da entrada no mercado de borracha proveniente das plantações na Malásia.

(3) Falso.

Os investimentos industriais puderam aumentar em épocas de expansão das exportações cafeeiras (como no início do séc. XX e na década de 1920), na medida em que, com maiores receitas de exportação, maiores também eram as importações de máquinas e equipamentos do exterior.

(4) Falso.

A principal fonte de receita tributária do Governo Federal eram os impostos sobre as *importações*.

PROVA DE 2012

Questão 2

Ao iniciar a Grande Depressão, o presidente do Brasil era Washington Luís. Caracteriza(m) esse período governamental (novembro/1926 – outubro/1930):

⓪ A intenção do Governo Federal de retornar ao padrão-ouro por meio de uma reforma monetária.

① A decisão do Governo Federal de trazer a si a responsabilidade do programa de defesa do café, até então tarefa dos governos dos estados cafeicultores.

② A tendência de recessão na economia brasileira já dava sinais no início de 1929, portanto antes da crise da Bolsa de Nova York.

③ A nomeação de Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda, e que sucederia Washington Luís na Presidência da República com a Revolução de 1930.

④ O agravamento da crise econômica e política causada, de um lado, pela política de contenção monetária e, de outro, pelos problemas climáticos que diminuíram a produção de café.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A reforma ocorreu em dezembro de 1926 com o Decreto-Lei nº 5.108, que criou a Caixa de Estabilização, instituindo a emissão de notas conversíveis em ouro.

(1) Falso.

A “federalização” da defesa do café iria ocorrer apenas após a Revolução de 1930, com a criação do Conselho Nacional de Café (1931), substituído em 1933 pelo Departamento Nacional do Café.

(2) Verdadeiro.

A economia brasileira já apresentava sinais recessivos no início de 1929, em função de uma política governamental de restrição creditícia, tornada necessária (em um contexto de padrão-ouro) pelas dificuldades experimentadas pelo balanço de pagamentos desde 1928.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

É verdade que houve uma tendência à contenção monetária a partir de 1929 (ver item 2, acima). Contudo, durante o Governo Washington Luís o setor cafeeiro experimentou um *aumento* expressivo de produção, materializado em duas supersafras seguidas, em 1927 e 1929 (compreendendo a colheita, em cada um destes anos, do equivalente a 30 milhões de sacas de 60kg, em contraste com safras médias, à época, de 16 milhões de sacas).

PROVA DE 2013

Questão 1

No que se refere à última década do século XIX, é CORRETO afirmar que:

⓪ O debate acerca da orientação a ser dada à política macroeconômica colocou em campos opostos metalistas e papelistas.

① Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda do regime republicano, expressou fortemente a concepção e orientação metalista na condução da política econômica.

② A depreciação cambial da moeda brasileira não começou depois da inadimplência argentina que levou à crise do Banco Barings, mas foi acentuada por ela.

③ Ao final da década, foi implementado um plano de contenção monetária e fiscal, que, entre outros objetivos, visava a redução do papel-moeda em circulação e a depreciação cambial da moeda brasileira.

④ O acordo estabelecido entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild se constituiu em um plano de refinanciamento do serviço da dívida externa.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Os metalistas eram defensores das emissões de moeda lastreadas em ouro, resultando em maior controle sobre a oferta monetária. Já os papelistas defendiam que se permitisse a emissão de moeda não conversível (fiduciária), o que tendia a aumentar a emissão e, com isso, provocar inflação e depreciação cambial.

(1) Falso.

Rui Barbosa foi um dos expoentes do *papelismo* (ver item 0, acima), tendo promovido reforma monetária em 1890 que instituiu a pluralidade emissória (vários bancos ganharam o direito de emitir notas de mil-réis). Com isso, a oferta real de moeda (M2) quase dobrou entre 1890 e 1891.

(2) Verdadeiro.

Após atingir a paridade com a libra esterlina ao final do período monárquico (à taxa de 27 *pence*), o mil-réis começou a se depreciar logo após a Proclamação da República, em novembro de 1889. Ao longo de

1890 – e com o agravamento da situação na Argentina –, o câmbio depreciou ainda mais, sendo cotado, em média, a 23 *pence* naquele ano. Nos dois anos que se seguiram – e por razões que vão além da crise argentina –, a depreciação teve continuidade, sendo o mil-réis cotado, em média, a 16 *pence* e 12 *pence*, respectivamente, em 1891 e 1892.

(3) Falso.

O plano de ajuste acordado com a Casa Rothschild, como contrapartida do Funding Loan de 1898, previa medidas de contenção monetária e fiscal objetivando uma *apreciação* do mil-réis.

(4) Verdadeiro.

Questão 2

Considere a pertinência das seguintes afirmações sobre a economia brasileira, no período que vai dos fins do século XIX até a crise de 1929:

⓪ O período do Encilhamento caracterizou-se pela redução do crédito para a indústria.

① Ao assumir o cargo, no final de 1898, o presidente Campos Sales considerava a indústria interna artificial.

② A Caixa de Conversão, criada na primeira década do século XX, tinha o poder de emitir notas conversíveis em ouro.

③ Na década posterior à Primeira Guerra Mundial, houve relativa melhoria nas contas externas do país, impulsionada pelas exportações de borracha e pela entrada de capitais externos para investimentos.

④ Durante a década de 1920, houve o abandono do sistema de taxas fixas de câmbio com padrão-ouro, o qual foi substituído por taxas flutuantes, que vigorou até o final da década.

Resolução

(0) Falso.

O crédito bancário para a indústria *aumentou* em meio à vigorosa expansão monetária observada na ocasião. Juntamente com a nova legislação societária – que estimulou o lançamento de ações em bolsa – o financiamento bancário ajudou no processo de ampliação do investimento industrial verificado no início da República.

(1) Verdadeiro.

Campos Sales era um metalista convicto (ver Questão 1, item 0, acima). Como tal, combatia o excesso de emissão monetária e o estímulo que isso deu à indústria manufatureira no período do Encilhamento.

(2) Verdadeiro.

A Caixa de Conversão foi criada em dezembro de 1906 e até o seu fechamento, em agosto de 1914, emitiu notas de mil-réis conversíveis em ouro.

(3) Falso.

As exportações brasileiras de borracha atingiram um pico em 1910, totalizando mais de £ 23 milhões (ou 38% do total das exportações). A partir daí, caíram continuamente e, na década de 1920, não passaram de uma média anual de £ 2,3 milhões (ou menos de 3% do total das exportações brasileiras).

(4) Falso.

Entre dezembro de 1926 e novembro de 1930 funcionou a Caixa de Estabilização, cujas emissões lastreadas em ouro mantiveram o câmbio fixo em torno de 6 *pence*/mil-réis.

PROVA DE 2014

Questão 1

Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu no Brasil um debate sobre a condução da política econômica. No debate, houve a polarização entre as propostas feitas por dois grupos: metalistas e papelistas. Sobre o debate pode-se afirmar:

⓪ A inadimplência argentina, associada à crise do banco Barings em 1890, deslocou capitais externos para o Brasil e apreciou temporariamente a moeda brasileira no mercado de câmbio, o que era objetivo dos metalistas.

① Os papelistas defendiam que a taxa de câmbio era a principal variável na determinação do nível de renda real em um país exportador de bens agrícolas como o Brasil.

② Segundo Celso Furtado, os metalistas desconsideravam os ciclos de preços do café e culpavam políticas fiscais e monetárias irresponsáveis pelas crises cambiais e inflacionárias no Brasil.

③ Os papelistas concordavam com os metalistas que o padrão-ouro deveria ser a regra da política cambial, embora considerassem difícil mantê-lo, ao contrário dos metalistas, por causa da inelasticidade-preço das exportações brasileiras.

④ Os papelistas propunham a industrialização do país como caminho para superar o modelo agroexportador e achavam que a emissão monetária sem lastro em ouro era um meio legítimo para levar à industrialização.

Resolução

(0) Falso.

A Crise Baring "contagiou" o Brasil e, com isso, houve uma deterioração na percepção de risco dos títulos da dívida externa brasileira negociados em Londres. Como resultado, houve fuga de capitais do Brasil e a *depreciação* do mil-réis – já em curso em função do estouro da bolha do Encilhamento – foi acentuada.

(1) Falso.

Tal era a posição assumida pelos metalistas. Para os papelistas, o nível de renda real seria determinado, fundamentalmente, pela taxa de juros doméstica.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Os papelistas se opunham ao padrão-ouro, em função do limite que tal arranjo impunha à emissão de moeda.

(4) Falso.

Nas décadas finais do século XIX, os papelistas eram, em sua maioria, encontrados entre os grandes produtores rurais, defensores da expansão da moeda e do crédito para a agricultura, e não para a indústria.

Questão 2

Em 1898, o Brasil negociou empréstimo de consolidação (*funding-loan*) com credores externos. Para isso, o país teve que implantar um plano de estabilização e atender às seguintes exigências:

⓪ O Governo Federal se responsabilizou pela política de defesa do preço do café no mercado internacional.

① Como garantia de pagamento do empréstimo de consolidação, foram hipotecadas receitas da alfândega do Rio de Janeiro.

② O governo utilizou a “caixa de conversão” para evitar a sobrevalorização cambial.

③ O plano de estabilização contou com a incineração de papel-moeda para, segundo o ministro Joaquim Murtinho, fazer perecer “indústrias artificiais”.

④ O governo contraiu gastos correntes, mas estimulou o investimento público.

Resolução

(0) Falso.

A política de defesa dos preços internacionais do café iria começar apenas em 1906, a partir do Convênio de Taubaté e, mesmo assim, *não* contou com o apoio do governo federal.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

A Caixa de Conversão só seria criada em 1906.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

Houve contração do gasto público durante todo o governo Campos Sales (1898-1902), tanto das despesas correntes como das de capital (investimento).

PROVA DE 2015

Questão 1

Sobre a inserção externa da economia brasileira e a política econômica no fim do século XIX e início do século XX, é correto afirmar:

⓪ O ministro Rui Barbosa pode ser considerado como um adepto das ideias metalistas.

① Crises cambiais tinham efeitos negativos sobre as finanças públicas, ao aumentarem o custo em moeda local do serviço da dívida pública externa.

② A adoção de um câmbio fixo em momentos de abundância de recursos externos era contrária aos interesses dos cafeicultores.

③ Segundo Celso Furtado, alguns dos efeitos internos da tendência ao desequilíbrio externo eram sentidos pelas populações urbanas, por meio do custo de bens importados.

④ O ajuste ortodoxo realizado por Joaquim Murtinho contou com apreciação cambial e corte no crédito.

Resolução

(0) Falso.

Ao contrário. Rui Barbosa foi um expoente do *papelismo*, tendo sido responsável por reforma monetária que promoveu aumento real de mais de 100% na oferta de moeda no início da República.

(1) Verdadeiro.

Tal efeito era particularmente grande, dado o estoque elevado de dívida externa do governo central.

(2) Falso.

Na verdade, o setor cafeicultor apoiava a adoção de um câmbio fixo, pois a alternativa seria um câmbio flutuante que tendia a se apreciar ainda mais, o que traria problemas mais graves para o setor, via redução de sua receita em mil-réis.

(3) Verdadeiro.

Trata-se da chamada ‘socialização das perdas’, por meio da qual um câmbio que se depreciava, ao mesmo tempo em que beneficiava o setor cafeicultor (por meio de um aumento de suas receitas de exportação medidas em mil-réis), reduzia os salários reais das populações urbanas, via aumento do custo de importação de alimentos e matérias-primas.

(4) Verdadeiro.

Questão 2

Sobre os programas de defesa do café realizados no Brasil a partir de 1906, é correto afirmar:

⓪ O Instituto do Café de São Paulo contribuiu para o desequilíbrio entre oferta e demanda de café no final da década de 1920, ao sustentar anteriormente preços altos demais para o produto.

① Segundo Celso Furtado, a política de defesa do setor cafeeiro nos anos da Grande Depressão representou um programa de fomento da renda nacional, que se inspirou nas teses expostas na *Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro* de Keynes.

② Ao contarem com financiamentos externos, as políticas de defesa implicavam imediatamente um racionamento de divisas, que estimulava, não deliberadamente, um processo de industrialização substitutiva.

③ Os programas foram criados e coordenados pelo Governo Federal.

④ Segundo Celso Furtado, o direcionamento da economia para substituir importações, sob a liderança do setor industrial, foi um dos objetivos deliberados do programa de defesa do café na década de 1930.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Os preços médios (em US$) que vigoraram na segunda metade dos anos 1920, quando coube ao Instituto do Café de São Paulo a responsabilidade pela política de valorização, foram cerca de 40% mais altos do que aqueles vistos entre 1920-4. Como consequência, a produção mundial de café, em 1929-30, foi cerca de 30% superior ao consumo, ao passo que produção e consumo estiveram, grosso modo, em equilíbrio na primeira metade dos anos 1920.

(1) Falso.

Segundo o autor, praticou-se apenas *inconscientemente*, à época, uma política anticíclica de moldes keynesianos. Ademais, a *Teoria Geral*, de Keynes, só seria publicada em 1936, após o início, portanto, do programa brasileiro de compra e posterior destruição de parte da safra cafeeira.

(2) Falso.

Não é verdade que todas as operações de valorização tenham contado com financiamento externo: a segunda (1917-20) e a terceira (1921-4) foram financiadas por emissão de papel-moeda. Ademais, caso elas tivessem sido financiadas com recursos do exterior (como afirma o enunciado), não está claro como isso implicaria um 'racionamento de divisas'.

(3) Falso.

Nem todos eles. Por exemplo, a primeira valorização, decidida no Convênio de Taubaté (1906), foi uma iniciativa dos cafeicultores, com o apoio dos governadores dos principais estados produtores. Já a segunda operação, em 1917, foi liderada pelo governo do estado de São Paulo.

(4) Falso.

Para Furtado, a substituição de importações – ou, de forma mais geral, o chamado 'deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira' – foi uma consequência não antecipada das políticas de sustentação do setor cafeeiro durante a Crise de 1930.

PROVA DE 2016

Questão 1

Sobre a economia brasileira nas últimas décadas do século XIX, é correto afirmar:

⓪ A despeito do funcionamento do multiplicador da renda, a reduzida dimensão da força de trabalho assalariada impedia que a expansão da renda agregada no Brasil fosse superior ao impulso original das exportações.

① A expansão do trabalho assalariado teve como uma consequência negativa o agravamento de crises de liquidez no sistema bancário nacional, especialmente na década de 1880.

② Considerando os objetivos do setor bancário privado, os auxílios do Programa Ouro Preto para compensar perdas dos proprietários de escravos com a Abolição da Escravatura acabaram por favorecer as lavouras mais dinâmicas, nas quais o trabalho assalariado era mais presente.

③ A Lei Bancária de janeiro de 1890 permitiu que as emissões bancárias fossem lastreadas em títulos da dívida pública.

④ Em 1891, a inexistência de um banco emissor em São Paulo, principal estado exportador do país à época, contribuiu para a crise política do período.

Resolução

(0) Falso.

Estima-se ter havido aumento da renda *per capita* em todas as regiões do Brasil nas últimas décadas do séc. XIX (com exceção do Nordeste), em meio ao aumento das exportações. Tal padrão se deu não obstante a reduzida dimensão, à época, da força de trabalho assalariada.

(1) Verdadeiro.

A maior demanda por moeda, resultante da disseminação do trabalho assalariado, não era atendida plenamente pelo mercado bancário à época. Em particular, quando da comercialização da safra agrícola, o dreno de numerário para o interior ocasionava escassez de moeda nos centros urbanos e consequente crise de liquidez.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Tal característica diferenciava-a daquilo que fora instituído pelo gabinete Ouro Preto, ao final do Império, quando se estabeleceu que as emissões monetárias teriam lastro metálico (em ouro).

(4) Falso.

De fato, pela reforma bancária de Rui Barbosa (Decreto n. 165, de 17/1/1890), o país foi dividido em três regiões, cabendo a um banco emissor atender a cada uma delas. As cédulas bancárias que circulariam no Estado de São Paulo, nesta divisão, seriam emitidas por instituição sediada na cidade do Rio de Janeiro, a qual, porém, teria sucursais ou filiais na região sob sua responsabilidade. Pouco depois, porém, o número de regiões bancárias foi ampliado para seis, cada qual com seu banco emissor. Uma destas regiões atenderia aos estados de São Paulo e Goiás. Não procede, portanto, a afirmativa de que não existiria banco emissor em SP.

Questão 2

Sobre a economia brasileira no período da Primeira República, é correto afirmar:

⓪ O sucesso das políticas de defesa do café manifestou-se no ajuste entre a oferta e a demanda no mercado mundial, o qual só se frustrou devido à redução da demanda e do financiamento externo provocados pela crise de 1929.

① Em 1920, ocorreu uma importante evolução do sistema monetário brasileiro, por meio do estabelecimento da Carteira de Redescontos do Banco do Brasil, como resposta à crise da cafeicultura neste ano.

② A crescente integração nacional e a proteção do mercado gerada pela Primeira Grande Guerra foram fatores que permitiram que a indústria paulista expandisse suas vendas para outros mercados regionais.

③ Na Primeira República, o café foi o único produto de exportação do país com relevância reconhecida no mercado internacional.

④ As fases de expansão da capacidade produtiva da indústria têxtil geralmente coincidiam com as de aumento da produção industrial, pois dependiam da depreciação do *mil-réis*.

Resolução

(0) Falso.

As políticas de defesa do café foram incapazes de ajustar, de forma permanente, a demanda e a oferta pelo produto no mercado mundial. Criaram, isto sim, um incentivo a uma oferta excessiva do produto, culminando com a crise do setor instaurada com a supersafra de 1929. Tampouco houve redução da demanda mundial de café a partir da crise de 1929, tendo o consumo médio se mantido constante entre 1927-9 e 1930-2 (em média, cerca de 23 milhões de sacas de 60-kg/ano).

(1) Verdadeiro.

A Cared foi criada pela da Lei n. 4.182, de 13/11/1920.

(2) Verdadeiro.

Foi a partir dos anos 20 que SP tomou do Distrito Federal (RJ) a posição de maior centro manufatureiro do país, liderando o setor a partir de ramos industriais mais modernos. O avanço do processo de substituição de importações ocorrido durante a I Guerra contribuiu para tal liderança.

(3) Falso.

A borracha amazônica chegou a representar cerca de 40% das exportações brasileiras antes de 1913.

(4) Falso.

As fases de expansão da capacidade produtiva da indústria beneficiavam-se de um mil-réis *apreciado*, o que facilitava a importação de máquinas e equipamentos do exterior.

PROVA DE 2017

Questão 1

Sobre a economia brasileira na Primeira República (1889-1930), pode-se afirmar:

⓪ As exportações são consideradas, por vários autores, como a variável autônoma mais importante na determinação da demanda agregada.

① O chamado ciclo da borracha ocorreu nesse período, começou a declinar na segunda década do século XX, principalmente devido à dificuldade de enfrentar a concorrência internacional.

② O capital estrangeiro ingressou, em ramos comerciais e em serviços de infraestrutura, mas não participou nos investimentos na indústria.

③ A Caixa de Conversão, de 1906, representou a adesão ao Padrão Ouro e teve como uma das causas de sua constituição a crítica dos exportadores, que se sentiam prejudicados após vários anos de apreciação cambial.

④ A "fórmula" Campos Salles-Rodrigues Alves refere-se ao fato de que o ajuste ortodoxo – preferido pelos credores externos nas crises –, embora fosse recessivo no curto prazo, abriria possibilidade para numa fase posterior atrair capitais externos.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Com efeito, durante a República Velha, a atividade econômica era, em grande medida, determinada pelo comportamento do setor exportador.

(1) Verdadeiro.

De fato, as exportações brasileiras de borracha selvagem ultrapassaram £ 1 milhão em 1871 e alcançariam um pico de quase £ 25 milhões em 1910, pouco abaixo das exportações de café naquele ano. A partir daí, passaram a declinar, à medida que aumentava, no mercado internacional, a oferta de borracha proveniente de plantações no sudeste asiático.

(2) Falsa.

Parte dos fluxos de investimento estrangeiro para o Brasil já vinha se destinando à atividade manufatureira desde o séc. XIX.

(3) Verdadeiro.

A tendência de valorização do mil-réis no início do séc. XX (tendo a sua cotação média passado de 9.5d em 1900 para 15.9d em 1905) foi, de fato, determinante na decisão de se fixar a taxa de câmbio em 1906, evitando-se, com isso, a continuada redução, em moeda doméstica, das receitas dos exportadores.

(4) Verdadeiro.

Foi esta combinação de (forte) recessão seguida de recuperação – inclusive, dos fluxos de capitais do exterior – que caracterizou os governos de Campos Sales (1898-1902) e Rodrigues Alves (1902-6).

Questão 2

A chamada República Velha tem um período de consolidação e depois um de crise nos primeiros trinta anos do século XX. Neste intervalo de tempo podemos afirmar que:

⓪ A chamada “tendência ao desequilíbrio externo” tinha como elemento central a inserção do Brasil no comércio internacional, baseada na exportação de uma commodity, o café. O caráter estruturalmente instável dos preços internacionais de commodities foi potencializado pelo impacto das grandes safras brasileiras sobre a cotação internacional do café e pela baixa elasticidade-preço da demanda.

① A experiência de aplicação do Padrão Ouro em 1906 resultou das dificuldades de financiamento externo, esperando o governo que a fixação de uma taxa de câmbio – seguindo a ortodoxia da época – por meio da administração fiscal rigorosa, pudesse aumentar a credibilidade da política econômica e, assim, atrair capitais necessários para financiar o balanço de pagamentos.

② Depois de um impacto inicial negativo, a Primeira Guerra Mundial acabou por gerar um efeito positivo sobre a produção industrial por meio do estímulo da restrição de importações, bem como por meio de alguma diversificação das exportações industriais em setores como processamento de alimentos.

③ Apesar da elasticidade-preço do café ter sido baixa nos anos 1920, a elasticidade-renda foi bastante elevada por causa da tendência de expansão do consumo *per capita* nos EUA.

④ A proposta de um Programa Permanente de Defesa do Café do presidente Arthur Bernardes previa uma ampliação do papel do governo na retenção dos excessos de estoques nos portos de Santos e do Rio de Janeiro, já apontando para uma trajetória de crescimento da intervenção do Governo Federal na economia, que se ampliaria com o Governo Vargas nos anos 1930.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O caráter de ‘price maker’ do Brasil no mercado de café fazia com que supersafras do produto no país levassem a quedas do seu preço no mercado internacional.

(1) Falso.

Quando da adesão brasileira ao Padrão Ouro, em 1906, não havia dificuldade de financiamento externo. Ao contrário, desde o início do século o Brasil se tornara destino para fluxos substanciais de capitais (tanto sob a forma de dívida como investimento direto). A decisão de se tornar a moeda conversível (e, portanto, fixar a taxa de câmbio) à época decorreu, isto sim, do desejo dos cafeicultores de evitarem apreciação adicional do mil-réis que, se não fosse freada, resultaria em menores receitas (em moeda nacional) de exportação.

(2) Verdadeiro.

Tais efeitos positivos da I Guerra estão por trás da ‘teoria’ da industrialização induzida por ‘choques adversos’.

(3) Falso.

A elasticidade-renda da demanda do café – tal como a elasticidade-preço – era inferior a 1.

(4) Falso.

A chamada ‘defesa permanente’ (do café) foi instituída ainda no governo Epitácio Pessoa, em junho de 1922. Adicionalmente, ela deixava com os produtores a tarefa de encontrar financiamento bancário para a retenção de estoques, estoques estes a serem feitos em armazéns reguladores situados em entroncamentos ferroviários no interior das regiões produtoras (e não nos portos, portanto).

PROVA DE 2018

Questão 1

O Brasil passou por grave crise econômica na primeira década republicana. Sobre tal período e a referida crise, suas causas e consequências, pode-se afirmar:

⓪ A baixa participação dos depósitos bancários, como percentual dos meios de pagamento, limitava a criação de crédito pelos bancos.

① Ocorreu significativa depreciação cambial.

② Pelo menos em parte da segunda metade da década de 1890, a política monetária foi mais contracionista em comparação com a primeira metade da mesma década.

③ O crescimento industrial ocorrido no período do Encilhamento pode ser verificado em indicadores como o da expansão da capacidade produtiva de setores importantes, a exemplo do têxtil, estimulada pela facilidade na subscrição de ações.

④ O sistema bancário brasileiro apresentava caráter geograficamente descentralizado, com participação majoritária, em termos de depósitos bancários, das instituições situadas na cidade de São Paulo, refletindo a pujança da lavoura do café

Resolução

(0) Verdadeiro.

A relação Depósitos à Vista/Meios de Pagamento, na primeira década republicana, variou de 58% em 1890 para 28% em 1900, com uma média em torno de 35-40%. Tal percentual não difere muito daquele observado modernamente (2107), da ordem de 43%. Sendo assim, a afirmativa do enunciado só é, inequivocamente, verdadeira se considerarmos o *final* da primeira década republicana, quando a brutal onda de falências bancárias que se seguiu ao ajuste recessivo promovido pelo Ministro Joaquim Murtinho reduziu em mais de 50% o volume de depósitos à vista no setor bancário.

(1) Verdadeiro.

A taxa de câmbio média anual saiu de 26,4 pence/1$000 em 1889 para um mínimo de 7,2 pence/1$000 em 1898.

(2) Verdadeiro

Com efeito, a política monetária tornou-se muito mais contracionista a partir da assinatura do *Funding Loan*, 1898, comparativamente à forte expansão observada nos anos iniciais da República.

(3) Falso.

Não está clara a razão deste gabarito, visto que é sabido que, à época, houve ampliação dos investimentos e da produção no setor têxtil e que parte deste aumento da capacidade produtiva foi financiada via emissão de ações na Bolsa do RJ. Na raiz da euforia vivida pelo mercado de ações no início da República (época do Encilhamento) esteve um relaxamento da legislação societária.

(4) Falso.

Ao final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro, capital federal, ainda mantinha a condição de principal centro financeiro e industrial do país. Seus bancos reuniam a maior fração de depósitos do setor bancário nacional.

Questão 2

Sobre a economia e a política econômica no último quartel do século XIX e primeiras décadas do século XX, pode-se afirmar:

⓪ A proposta de implantação de uma Caixa de Estabilização, que implicava no automatismo na emissão monetária, se contrapunha ao caráter discricionário da experiência da primeira metade dos anos 1920, com a Carteira de Redesconto.

① Os metalistas entendiam que a política monetária deveria estar subordinada à política cambial.

② As condições externas favoráveis verificadas desde 1926 condicionaram forte expansão do crédito, como resultado do estabelecimento da Caixa de Estabilização, a qual propiciou quadro de forte crescimento econômico entre 1926 e 1928.

③ A Lei Bancária de janeiro de 1890 pode ser exemplo de medida mais afinada com o papelismo do que com o metalismo.

④ Nos anos 1920, o crescimento pronunciado da economia americana foi acompanhado da elevação do consumo per capita do café, bem como do seu preço. Estes fatos ajudam a explicar o sucesso da política da Caixa de Estabilização, entre 1926 e 1928.

Resolução

(0) Verdadeiro

As emissões da Caixa de Estabilização (estabelecida em 1926) seriam lastreadas em ouro e divisas, implicando regra automática que estava ausente no caso da Cared, que contava com recursos do Tesouro para suas operações de redesconto.

(1) Verdadeiro

No caso, a política de câmbio fixo trazida pela operação de um organismo do tipo Caixa de Conversão ou Caixa de estabilização, que emitia moeda dentro dos limites dados por suas reservas de ouro/divisas.

(2) Verdadeiro

Nestes anos, o país (e a Caixa) receberam influxos significativos de recursos, tanto pelo lado comercial como sob a forma de empréstimos e investimentos do exterior. Como resultado, houve forte expansão da oferta de moeda e crédito, ajudando no crescimento da economia nos anos iniciais do governo Washington Luís.

(3) Verdadeiro

Sim, na medida em que ela permitiu fortíssima ampliação da emissão de moeda lastreada em títulos públicos (e não em ouro, como exigiam os metalistas).

(4) Falso

O candidato encontraria grande dificuldade em responder esta pergunta. Quatro das afirmativas são, sabidamente, verdadeiras, a saber: a economia americana cresceu fortemente nos anos 1920 (os chamados Roaring Twenties); os preços do café em dólar subiram cerca de 50% no mercado internacional; as exportações brasileiras do produto atingiram seu pico em 1925 (em £74 milhões); e o desempenho da Caixa de Estabilização foi muito bom entre 1926-1928 (ver item 2 anterior). A única incógnita é quanto ao comportamento do consumo per capita de café nos EUA. Na ausência de dados de consumo do produto, tem-se as estatísticas de

importação (em sacas de 60 kg) do produto por aquele país, indicando um crescimento de cerca de 15% na década de 20 – da mesma ordem de grandeza, diga-se, do crescimento populacional. Ou seja, tudo indica que o consumo per capita de café manteve-se, grosso modo, estável naquela década e que, portanto, a afirmativa seria ‘Verdadeira’.

PROVA DE 2019

Questão 1

Sobre a economia brasileira na Primeira República, podemos afirmar:

⓪ O desenvolvimento da atividade extrativista de borracha se aproximava da formação da lavoura cafeeira de São Paulo no que se refere à necessidade de suprimento externo de mão de obra, o que, em ambos os casos, foi satisfeito por meio de movimento migratório.

① Entre as possíveis causas da apreciação cambial do final do século XIX, pode-se elencar o apogeu das exportações de borracha.

② A conexão observada entre a tendência ao desequilíbrio externo e os desequilíbrios fiscais decorreu, entre outros fatores, da queda real das receitas do Imposto de Importação, cobrado a uma taxa de câmbio fixa sobre o valor da mercadoria importada, a despeito da desvalorização da moeda nacional.

③ As classes urbanas assalariadas tinham interesses comuns aos dos cafeicultores no que diz respeito aos ganhos de renda advindos da desvalorização cambial, o que explica o apoio social amplo a políticas monetárias expansionistas.

④ A produção cafeeira começou a apresentar descompasso entre sua capacidade de oferta e a demanda internacional como consequência das safras extremamente favoráveis dos concorrentes internacionais.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A diferença entre as duas experiências se deve à origem dos imigrantes em cada caso: europeus, em sua maioria, no café e brasileiros (do Nordeste, em sua maior parte) na borracha.

(1) Verdadeiro.

As exportações de borracha somente atingiriam seu apogeu (£24,6 milhões) em 1910. Não obstante, permanece sendo verdade que o aumento das receitas de exportação daquele artigo – em combinação com expansão das exportações cafeeiras e o ingresso de capitais do exterior – contribuiu para a gradativa apreciação da taxa de câmbio. Esta última atingiria a sua cotação máxima (27 pence/mil-réis) ao final do Império/início do período republicano.

(2) Verdadeiro.

De fato, a desvalorização cambial que acompanhava o desequilíbrio externo – a depender das elasticidades relevantes – poderia, eventualmente, resultar em queda do valor real das importações (em mil-réis) e, com isso, da arrecadação do imposto de importação.

(3) Falso.

Para as classes urbanas assalariadas, uma desvalorização cambial causava queda real do poder de compra, via aumentos, entre outros, dos gastos com alimentação (que incluíam diversos itens importados).

(4) Falso.

O descompasso era resultado, sobretudo, do aumento da oferta brasileira de café.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2012

Questão 1

Diversos autores utilizam a denominação “modelo agroexportador” para caracterizar a economia brasileira no período da República Velha. Explique em que consiste tal modelo e que razões teriam levado a sua substituição por outro “modelo” a partir da década de 1930.

Resolução

De acordo com Tavares (1972), são as seguintes as principais características do modelo de desenvolvimento voltado “para fora”, ou modelo primário-exportador:

- o setor exportador era o centro dinâmico da economia; adicionalmente, apresentava alta rentabilidade e especializava-se em um número reduzido de produtos;
- a atividade industrial reduzida, juntamente com o setor agrícola de subsistência, era incapaz de dar à economia interna um dinamismo próprio;
- a elevada concentração da propriedade dos recursos naturais e do capital (sobretudo no setor exportador) resultava em renda extremamente concentrada;
- existência de uma economia “dual”, envolvendo grande diferença entre o setor externo (isto é, o setor exportador) e interno (de produção de subsistência); e
- da combinação desta economia “dual” com a enorme concentração na distribuição de renda resultaria grande disparidade entre a estrutura de produção e a composição da demanda interna por

> manufaturados, que acabava sendo atendida, quase que integralmente, pelas importações.

As razões que levaram à substituição deste modelo pelo “modelo de industrialização por substituição de importações” decorrem da Crise de 30. A crise, no Brasil, coincide com o colapso da economia cafeeira, decorrente da ocorrência de uma sequência de supersafras ao final da década de 1920/início de 1930, provocando a queda de 2/3 dos preços internacionais do produto.

A enorme desvalorização cambial havida no início dos anos 1930 ajudou a atenuar o prejuízo dos cafeicultores, dentro daquilo que Furtado (1970) designou como “socialização das perdas”. O socorro dado pelo governo ao setor cafeeiro – sob a forma de uma política de compra e posterior destruição de parte da produção – também foi decisivo para mitigar os efeitos da crise sobre o nível de atividade no Brasil, ao evitar um colapso da demanda doméstica.

Desta combinação de manutenção do nível de renda com o deslocamento da demanda (*demand switching*) decorrente da desvalorização cambial resultou o famoso “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira nos anos 1930, conforme descrito por Furtado (1970). Na prática, tal deslocamento consistiu na substituição do setor exportador pelo investimento doméstico como variável de dinamismo da economia brasileira e na troca do modelo de desenvolvimento voltado “para fora” por outro, voltado “para dentro”. Ressalta-se que, na opinião de Furtado, tal mudança de orientação da economia não foi intencionalmente buscada pelo governo.

PROVA DE 2018

Questão 1

Normalmente, se considera que, no período da Primeira República (1889-1930), a economia brasileira seguia um *modelo exportador*, tendo como epicentro a economia do café. Entretanto, mesmo com tal predominância das atividades exportadoras, o período foi marcado por frequentes crises no balanço de pagamentos e aumento da dívida externa. Explique as características principais da economia do período e esse aparente paradoxo.

Resolução

De fato, o setor exportador – com destaque para o cafeeiro – constituía o ‘motor’ da economia brasileira durante a 1ª República. De pouco menos de £30 milhões em 1889, o valor total das exportações brasileiras atingiu £65 milhões em 1930, com picos de mais de £100 milhões alcançados em 1919 e 1925.

Estima-se que, como proporção do PIB, as exportações brasileiras representavam em torno de 12–15% do total da economia. Com importações atingindo ordem de grandeza semelhante, o grau de abertura da economia estava na faixa de 25–30%, o que, se não a tornava uma economia particularmente aberta à época, representou os níveis mais elevados de abertura do país desde então até os dias atuais.

Uma característica comum às principais atividades exportadoras do Brasil à época (café, algodão, açúcar e borracha) era o fato de elas estarem sob controle, majoritariamente, nacional, exceto na ponta da comercialização, quando agentes estrangeiros tinham alguma importância. Outro ponto comum a estas atividades eram as ramificações exercidas sobre outras atividades, a exemplo de transportes, financiamento, beneficiamento. Tomando-se as principais culturas, concentradas, respectivamente, nas regiões Sudeste (café), Norte (borracha, até 1913), e Nordeste (algodão e açúcar), percebe-se um espectro de influências da “cultura-mãe” sobre a economia, indo de um impacto mais disseminado no caso do café (que estimulou, inclusive, o início do processo de industrialização moderna do

país, bem como a atividade de transporte ferroviário e bancária) até a borracha, cujos impactos foram mais concentrados setorial e espacialmente.

Do ponto de vista agregado, esta economia primário-exportadora refletia a inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho que se formou durante a era da chamada “globalização clássica”. Uma das características deste período histórico era a grande liberdade de fluxos de mercadorias (ainda que o Brasil mantivesse, à época, algumas das maiores tarifas aduaneiras do mundo) e de fatores de produção (capital e trabalho). Com isso, não apenas o Brasil apresentava, conforme indicado acima, o maior grau de abertura comercial de sua história como também era destinatário de significativos fluxos de mão de obra estrangeira (em termos absolutos, o terceiro maior ingresso de imigrantes nas Américas) e de empréstimos/investimentos do Exterior.

Com relação a estes últimos, eles eram, em grande medida, atraídos pelo relativo sucesso da economia primário-exportadora e das atividades a ela relacionadas, como indústria, transportes, portos e os serviços de utilidade pública (eletricidade, saneamento, bondes, telefonia) que a crescente urbanização do país demandava. Como resultado, aumentaram, entre 1889 e 1930, não apenas os fluxos de investimento direto direcionados ao país como também os empréstimos – direcionados, sobretudo, ao setor público, com predomínio do governo federal. Com isso, o estoque da dívida externa (denominada, em sua maioria, em libras esterlinas) passou do equivalente a cerca de US$150 milhões em 1889 para US$1,3 bilhão em 1930.

Em princípio, não há qualquer ‘paradoxo’ (conforme afirma o enunciado da questão) entre este aumento observado no estoque de dívida externa e as diversas crises de balanço de pagamentos (por exemplo, no início e ao final da primeira década republicana; e, novamente, em 1920) experimentadas pela economia brasileira durante a 1ª República. A rigor, poder-se-ia, inclusive, argumentar (como faz a tradição cepalina) que tais crises seriam, na verdade, inerentes à inserção das economias primário-exportadoras na divisão internacional de trabalho, no contexto da globalização clássica. Segundo esta crítica, uma (suposta) tendência secular

à deterioração dos termos de troca de tais economias, somada à sua excessiva dependência de fluxos internacionais de capital intrinsecamente voláteis, terminaria por sujeitá-las a repetidas crises de balanço de pagamentos.

2 A Era Vargas

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2010

Questão 2

Dentre as análises tradicionais a respeito da crise da economia cafeeira e do crescimento industrial do Brasil, destaca-se a de Celso Furtado. Segundo esse autor:

⓪ Havia uma tendência de longo prazo de queda nos preços do café, impulsionada pela disponibilidade de mão de obra e terras subocupadas, e também pela maior rentabilidade relativa do produto, que atraía os capitais formados no país.

① A defesa da cafeicultura através da política de valorização do produto, como no Convênio de Taubaté, era um mecanismo que postergava a solução do problema crônico de superprodução.

② O mercado cafeeiro era caracterizado por um desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda; esta última não crescia proporcionalmente à elevação da renda disponível para consumo nos países importadores.

③ A Grande Depressão, iniciada em 1929, foi variável fundamental para explicar a opção do novo governo, ao assumir em 1930, de implementar um projeto deliberado com o propósito de industrializar o país.

④ O governo brasileiro, na década de 1930, implementou uma política anticíclica, viabilizada principalmente pela adoção de novos impostos, inclusive sobre o setor cafeeiro, e que mostrou-se como verdadeiro programa de sustentação da demanda agregada.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Verdadeiro.

A manutenção de preços artificialmente elevados do café apenas agravava o problema de superprodução, ao atrair recursos (inclusive, na produção em países como a Colômbia) para o setor, criando mais capacidade produtiva para o futuro.

(2) Verdadeiro.

As elasticidades-preço e renda da demanda por café eram inferiores à unidade, de forma que o seu consumo não crescia proporcionalmente ao aumento da renda dos consumidores nos países importadores.

(3) Falso.

Segundo Furtado, não houve projeto deliberadamente industrializante do Governo Provisório de Vargas, mas sim uma política de defesa do setor cafeeiro que teve como um de seus resultados fomentar o processo de industrialização do país.

(4) Falso.

O financiamento da política de defesa do café não se deu “principalmente” pela adoção de novos impostos. Em um primeiro momento, o Instituto Paulista de Café retirou parte da safra do mercado, com base em empréstimo externo contraído em 1930. Uma vez passada para o Governo Federal, a política cafeeira envolveu compra e posterior destruição das safras, financiada, predominantemente, pela expansão do *crédito* doméstico.

Questão 3

Sobre a recuperação da economia brasileira na década de 1930 é CORRETO afirmar:

⓪ Os superávits fiscais primários recorrentes, obtidos pelo Governo Federal até 1937, dificultaram a recuperação econômica.

① Segundo Albert Fishlow, os estímulos externos nesse período, além de incentivarem a demanda em favor da indústria doméstica, afetaram também a oferta, favorecendo altas taxas de crescimento da produtividade, bem como a transferência de tecnologias.

② A política de descentralização federativa posterior à “Revolução de 1930” permitiu que os estados defendessem, por meio de políticas próprias, o preço dos produtos de exportação.

③ O programa de defesa do café dificultou a recuperação industrial ao estimular novos investimentos nas fazendas de café.

④ O crescimento da cultura do algodão, que chegou a ser o segundo principal produto de exportação do Brasil, contribuiu para reduzir os efeitos da crise cafeeira sobre o comércio exterior.

Resolução

(0) Falso.

Desde 1930 o Governo Federal incorreu, sistematicamente, em *déficits* fiscais que, entre 1934 e 1938, foram, inclusive, planejados.

(1) Falso.

Para Fishlow [ver Fishlow (1972a)], a industrialização substitutiva de importações na década de 1930 decorreu, sim, dos impulsos externos (fundamentalmente, encarecimento do preço, em mil-réis, dos manufaturados importados). Contudo, tratou-se de uma industrialização, segundo o autor, tecnologicamente pobre e com poucos ganhos de produtividade.

(2) Falso.

A Revolução de 1930 implicou maior *centralização* política, com a dissolução do Congresso Nacional (e dos legislativos estaduais e municipais) e a substituição dos governadores por interventores indicados pelo governo central. No caso do café, a “defesa” do produto passaria às mãos do Governo Federal nos primeiros anos da década de 1930.

(3) Falso.

O programa evitou uma queda ainda maior dos preços do café que, mesmo assim, recuaram cerca de 30% (em mil-réis) em relação aos patamares vigentes antes da crise. Com isso, a atividade tornou-se, relativamente, menos atrativa e assistiu-se à transferência de recursos da cafeicultura para outros setores, como a indústria, serviços ou o cultivo do algodão.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2011

Questão 3

No que se refere à economia brasileira na Segunda Guerra Mundial é CORRETO afirmar que:

⓪ Sofreu desaceleração na curva de crescimento, em relação ao desempenho no período 1933-1939.

① A queda da taxa de crescimento foi motivada, sobretudo, pela queda na taxa anual média de crescimento da produção agrícola.

② Beneficiou-se da conclusão de acordos com os Estados Unidos da América, que aproveitaram-se de trunfos geopolíticos brasileiros.

③ Contou com o início das atividades das empresas estatais Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce e Petrobras.

④ Passou a ter o salário mínimo regulamentado pelo Governo Vargas.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

A desaceleração do ritmo de crescimento da economia decorreu de queda na taxa de expansão da produção *industrial*, de 10% a.a., em média, entre 1932-1939, para 3,9% entre 1939-1942 (aumentando para 9,4% entre 1942-1944).

(2) Verdadeiro.

O enunciado desta questão não é claro. Todavia, é possível afirmar que um projeto importante no período, como o da construção da Cia. Siderúrgica Nacional (que contou com financiamento do Eximbank norte-americano), representou um "trunfo geopolítico" do Brasil.

(3) Falso.

As *operações* (isto é, a efetiva produção) da CSN tiveram início apenas em 1946 (coque) e 1949 (aço). A Petrobras seria criada apenas ao final de

1953 e no ano seguinte teve início a extração de petróleo pela empresa.

(4) Verdadeiro.

O salário mínimo foi, oficialmente, instituído por Vargas através do Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940.

PROVA DE 2012

Questão 3

Os acontecimentos econômicos e políticos de 1930, internacionais e domésticos, permitem que vários autores considerem este ano um marco na periodização da História Econômica do Brasil. Caracteriza(m) a década de 1930:

⓪ Segundo Celso Furtado, o deslocamento do centro dinâmico da economia, à medida que o crescimento industrial do setor de bens de consumo foi induzido pelos investimentos no setor de bens de produção, como cimento e aço.

① O déficit público crescente nos primeiros anos da década de 1930, que contribuiu para explicar a forte aceleração da inflação no período.

② O crescimento industrial com baixas taxas nos três primeiros anos da década, mas que posteriormente acelerou-se, registrando-se taxas superiores a 10% em vários anos da mesma década.

③ A queda da participação percentual de produtos tradicionais no valor das exportações do país, como o café e o algodão.

④ A ocorrência de iniciativas de elaboração de diagnósticos econômicos, como o Relatório Niemeyer e a Missão Cooke, que realizaram estudos e apresentaram propostas para a economia do país.

Resolução

(0) Falso.

Para Furtado, a expressão “deslocamento do centro dinâmico” refere-se a um fenômeno específico, a saber: a perda de importância do setor primário-exportador enquanto carro-chefe da economia brasileira, na década de 1930. Tal papel passaria à indústria, a partir do momento em que o colapso dos preços internacionais do café retirava parte da atratividade daquele negócio. A indução ao crescimento industrial ocorreria, segundo o autor, a partir da combinação de desvalorização do câmbio com manutenção do nível de demanda agregada, que tornava mais atraente a produção doméstica de manufaturados, em substituição à sua importação.

(1) Falso.

O déficit do Governo Federal não mostrou tendência clara após 1930, tendo passado de 220 mil contos de réis em 1929 para 830 mil contos em

1930, 290 mil em 1931 e 1.109 mil em 1933. Já o nível de preços caiu no período mais de 20%, revelando forte *deflação*.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

O valor (em £) das exportações brasileiras recuou cerca de 40% entre 1929 e 1933. Contudo, a pauta continuou a ser dominada pelo café, responsável por cerca de 70% do total. Já as exportações de algodão – após gravitarem em torno de 3-4% do total na primeira metade da década de 1930 – *aumentaram* para, em média, cerca de 18% do total exportado entre 1935 e 1939.

(4) Falso.

O relatório Niemeyer, de fato, data da década de 1930 (1931) e recomendava um conjunto de medidas voltadas para restaurar o equilíbrio orçamentário do governo e estabilizar a moeda (o que deveria passar, segundo o seu autor, pelo estabelecimento de um banco central). Já a Missão Cooke veio ao Brasil em *1942*, sendo considerada a primeira tentativa de se efetuar diagnóstico detalhado da economia brasileira, visando a promoção de seu desenvolvimento.

PROVA DE 2014

Questão 4

Importantes decisões e iniciativas políticas e institucionais ocorreram na década de 1930, com impacto na condução da política econômica e, por consequência, no desempenho da economia. Dentre essas decisões e medidas podemos arrolar a criação:

⓪ Da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

① Da Companhia Vale do Rio Doce.

② Do Conselho Federal de Comércio Exterior.

③ Da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC.

④ Da Companhia Siderúrgica Nacional.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do BB foi criada em novembro de 1936.

(1) Falso.

A CVRD foi criada em junho de 1942.

(2) Verdadeiro.

O Conselho foi criado em junho de 1934.

(3) Falso.

A SUMOC foi instituída em fevereiro de 1945.

(4) Falso.

A data de fundação da CSN é 7 de abril de 1941.

PROVA DE 2015

Questão 3

Sobre a economia brasileira no período entre 1930 e 1945, é correto afirmar:

⓪ A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, criada na década de 1930, foi um instrumento utilizado pela política creditícia do Governo Federal.

① A adoção das medidas propostas pela Missão Niemeyer, em relação à dívida externa e organização financeira doméstica, foi recompensada pelo tratamento preferencial às exportações de café para os Estados Unidos.

② Apesar de apresentar uma produção ainda muito limitada em setores como bens de capital e intermediários, a indústria nacional ao final da década de 1930 já cobria mais de 90% da demanda interna de bens de consumo não duráveis.

③ A reforma tributária de 1934, ao reduzir a barreira tarifária, representou uma breve reversão na política de substituição de importações.

④ Para vários autores, a criação de órgãos e empresas estatais, conselhos e institutos ligados à produção econômica, é uma indicação do início da fase de intervenção estatal voltada para a industrialização, que perdurou até os anos 1980.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Criada em novembro de 1936, esta Carteira teve papel de destaque no financiamento para a criação de novas indústrias e expansão das já existentes, bem como no custeio da atividade agrícola durante o governo Vargas.

(1) Falso.

Não é verdade que o governo brasileiro tenha aceito as recomendações do relatório de Niemeyer, que envolviam, entre outras, a criação de um banco central independente, a restauração da conversibilidade do mil-réis e o equilíbrio orçamentário.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Estima-se que a Tarifa de 1934 tenha provocado *aumento* médio (de cerca de 15%) nas alíquotas de importação. Adicionalmente, é questionável a afirmativa de que havia, à época, uma efetiva *política* de substituição de importações. A maior parte da literatura sustenta que tal substituição de importações foi promovida espontaneamente pelo setor privado, seguindo sinais de mercado.

(4) Verdadeiro.

Tal é a opinião defendida, entre outros, por Pedro Paulo Z. Bastos e Pedro Fonseca [Ver Bastos e Fonseca, orgs. (2012)].

PROVA DE 2016

Questão 3

O Estado Novo, iniciado em novembro de 1937, representou importante período para a industrialização do Brasil. Sobre a economia no período pode-se mencionar:

⓪ O advento do Estado Novo e a turbulência política que se seguiu levaram à paralisação da criação de órgãos, conselhos e institutos, voltados para a gestão da economia brasileira.

① Prevaleceu a rejeição da participação de empresas estrangeiras em ramos como eletricidade e siderurgia.

② O foco em políticas industrializantes debilitou órgãos ligados à atividade agropecuária, como o Instituto do Cacau, o Instituto do Açúcar e do Álcool, entre outros.

③ Vigorou retórica nacionalista para justificar medidas de política econômica, embora, na prática, não houvesse repulsa geral ao capital estrangeiro.

④ Formou-se a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, no contexto do alinhamento do Brasil com o bloco contrário ao eixo Roma-Berlim.

Resolução

(0) Falso.

Ao contrário. Durante o Estado Novo foram criados diversos órgãos governamentais, a exemplo do Instituto do Mate (1938), do Sal (1940) e do Pinho (1941); o Conselho Nacional de Petróleo (1938), o Conselho de Águas e Energia (1939), a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940); a Cia. Siderúrgica Nacional (1942) e a Cia. Nacional de Álcalis (1943).

(1) Falso.

Não obstante tentativas de regulá-las mais fortemente, a Light (canadense) e Amforp (EUA) mantiveram participação importante no setor elétrico durante o Estado Novo. No ramo siderúrgico, destacam-se os investimentos de capitais estrangeiros em empresas como a Belgo-Mineira e a Acesita.

(2) Falso.

A atenção dada à indústria durante o Estado Novo não implicou descuido com a agricultura, o que envolveu estímulo governamental à pesquisa, criação de novos institutos (como o do Mate e o do Pinho) e reforço da atuação daqueles já existentes, como o IAA, o Instituto do Cacau da Bahia e o Departamento Nacional do Café.

(3) Verdadeiro.

Exemplo disso foi o convite feito à US Steel para que investisse em uma usina siderúrgica integrada no Brasil. Diante da negativa, foi levado adiante o projeto da CSN, de controle integralmente estatal.

(4) Falso.

A CMBEU foi, oficialmente, criada em julho de 1951, no 2º governo Vargas, portanto.

PROVA DE 2017

Questão 3

A década de 1930, por sua importância para a economia brasileira, foi objeto de estudos e controvérsias entre vários autores. Pode-se afirmar:

⓪ A recuperação da indústria têxtil foi facilitada pelo importante aumento da capacidade produtiva na década imediatamente anterior (1921-1930), quando as taxas de crescimento da produção foram prejudicadas pela competição das importações.

① O Conselho Nacional do Café, criado nessa década, tinha entre suas finalidades a sustentação do preço do café, a qual teve como instrumentos tanto a destruição do produto como a criação de impostos sobre a exportação.

② Como forma de enfrentar a crise, o governo adotou políticas de apoio a atividades associadas à diversificação do mercado interno.

③ A criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, vinculada ao Banco do Brasil, contribuiu para a concessão de crédito ao investimento.

④ A partir de 1931, o governo criou diversos órgãos que intensificaram o intervencionismo econômico, mas tal tendência diminuiu seu ritmo após o Estado Novo.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Os anos 20 foram favoráveis ao aumento da importação de máquinas do exterior – e, portanto, ao investimento em ampliação da capacidade produtiva. Ao mesmo tempo, o câmbio facilitava a entrada de artigos industrializados no país.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Criada em novembro de 1937, a CREAI provia crédito de investimento e custeio tanto para o setor agrícola como o industrial.

(4) Falso.

Pelo contrário. O Estado Novo, como é sabido, representou uma *intensificação* (e não diminuição) do ritmo de intervenção do Estado no domínio econômico.

PROVA DE 2018

Questão 4

A década de 1930 foi período de grandes mudanças na economia brasileira, com impacto nas décadas subsequentes. Sobre a economia brasileira na década de 1930 pode-se afirmar:

⓪ O governo adotou políticas voltadas à diversificação das exportações e do mercado interno.

① A criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, vinculada ao Banco do Brasil, contribuiu para a concessão de crédito ao investimento.

② Na primeira metade dos anos 1930, devido ao retorno do país ao padrão ouro, o Governo Vargas teve que contornar as dificuldades impostas à criação de crédito, com o estabelecimento de crédito subsidiado a setores específicos por intermédio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

③ Houve aumento expressivo na capacidade produtiva industrial, embora as taxas de crescimento da produção fossem inexpressivas ao longo da década.

④ A crise do setor exportador teve como principais causas fatores do lado da demanda, já que do lado da oferta havia relativa estabilidade.

Resolução

(0) Verdadeiro.

É neste contexto que se entende a ênfase dada pelo governo Vargas à chamada “policultura”, envolvendo crédito oficial e pesquisa em setores tradicionais, a exemplo de açúcar, algodão, cacau, álcool, pecuária etc.

(1) Verdadeiro.

Criada em 1937, a CREAI marca o início da atuação do Banco do Brasil como banco de fomento, concedendo crédito de longo prazo aos setores agrícola e industrial.

(2) Falso.

Não houve retorno algum do Brasil (ou de qualquer outro país) ao padrão ouro nos anos 1930.

(3) Falso.

A produção industrial dobrou na década de 1930.

(4) Falso.

A severidade da crise de 1930 no Brasil deveu-se, em grande medida, a um excesso de produção (oferta) de café.

PROVA DE 2019

Questão 2

O período do Estado Novo (1937-1945) pode ser considerado como de aprofundamento da atuação do Estado sobre os rumos da economia brasileira. A este período podemos associar:

⓪ A elevação da parcela da renda proveniente de atividades manufatureiras e o declínio da parte da renda correspondente à agricultura.

① A adoção em 1939 de um regime cambial que permitia que apenas 70% das divisas geradas pelas exportações fossem comerciadas no mercado livre, enquanto 30% deveriam ser vendidas ao Banco do Brasil segundo a taxa de câmbio oficial.

② A manutenção do poder de estados e municípios no referente a regulação da hidroeletricidade, nos termos estabelecidos pelo Código de Águas.

③ A Consolidação das Leis do Trabalho, que conferia autonomia a sindicatos para negociar convenções coletivas sobre questões trabalhistas com os sindicatos patronais.

④ A criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Instituições que persistiram após o fim do Estado Novo.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Entre 1937 e 1945, a participação do setor manufatureiro no PIB (medida a preços constantes de 1954) subiu de 17% para pouco menos de 21%; no mesmo período, o peso do setor agropecuário no PIB passou de 36% para 30%.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

O Código de Águas conferiu à União o poder regulatório no setor.

(3) Falso

A CLT não conferiu autonomia aos sindicatos; pelo contrário, colocou-os sob tutela estatal.

(4) Verdadeiro.

O DASP foi criado em 1938, o IBGE surge em 1938 (ainda que o Instituto Nacional de Estatística, do qual se originou, datasse de 1934) e a CSN foi fundada em 1941.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2010

Questão 1

Comente a seguinte afirmação: "As medidas econômicas do governo que assumiu em 1930 foram fundamentais para o desempenho do setor industrial e para a diversificação da pauta de exportações do país nas duas décadas seguintes".
(Ver Prova de 2008, Questão 2)

Resolução

Nas décadas seguintes à Crise de 1930 houve notável crescimento da produção industrial no Brasil. Contudo, não houve diversificação significativa da pauta de exportações do país (que permaneceu dominada pelo café e outras *commodities*) até fins dos anos 1960. Em assim sendo, cabe buscar nas políticas varguistas apenas os elementos que ajudaram a promover o crescimento da indústria nas décadas de 1940 e 1950.

Uma primeira medida que deve ser enfatizada envolve a decisão, tomada ainda no Governo Provisório, de se socorrer o setor cafeeiro, envolto na pior crise de sua história. As políticas oficiais de compra e posterior destruição de cerca de 27% do café produzido no Brasil entre 1931 e 1943 foram decisivas para a manutenção do nível de demanda agregada no país no período. Quando combinada com a vigorosa desvalorização cambial, tal política anticíclica do Governo Vargas resultou, segundo a análise clássica de Furtado, no conhecido "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira. Com isso, o setor industrial substitui o setor agroexportador como fonte de dinamismo da economia brasileira, papel que iria se consolidar nas décadas seguintes.

Além da política de defesa do café, é possível identificar outras medidas que iriam ter um impacto positivo no desempenho da indústria brasileira

nas duas décadas seguintes. Entre elas, pode-se citar, entre outras: a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – Dasp, o embrião de uma burocracia profissionalizada no Brasil; a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; o Conselho Nacional do Petróleo; a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (e a Usina de Paulo Afonso, na Bahia); a Cia. Siderúrgica Nacional; a Cia. Vale do Rio Doce; a Cia. Nacional de Álcalis e a Fábrica Nacional de Motores.

PROVA DE 2011

Questão 1

A economia brasileira na década de 1930, mesmo em conjuntura internacional de crise, registrou expressiva taxa de crescimento do PIB, sob a liderança do setor industrial. Essa tendência se prolongou durante os anos do Estado Novo. Explique que fatores ajudam a compreender esse desempenho e qual o alcance e os propósitos da política econômica governamental do período.

Resolução

Após recuar pouco mais de 5% no biênio 1930-1931, a economia brasileira iria se recuperar e, até o final da década, crescer ininterruptamente. Em média, o crescimento anual do PIB nos anos 1930 foi da ordem de 4,4% a.a., liderado pelo setor industrial, cujo crescimento médio no período foi superior a 7% a.a.

São muitas as razões para a recuperação relativamente precoce da economia brasileira dos efeitos da Grande Depressão da década de 1930, bem como o seu crescimento igualmente notável a partir daí. A principal explicação envolve a combinação de manutenção da demanda e deslocamento da mesma ocorrida no período. A análise de Furtado [ver Furtado (1970)] do "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira no período encerra os elementos principais desta história: um esforço de compra e destruição, por parte do governo, de parte das safras de café constituiu verdadeira política anticíclica que evitou o colapso total da economia cafeeira – e, por extensão, da economia brasileira como um todo nos anos 1930. Diante da enorme desvalorização real da taxa de câmbio ocorrida à época, a demanda doméstica pode ser canalizada para a compra de bens e serviços ofertados internamente. Em um primeiro momento, a capacidade ociosa existente na indústria doméstica foi capaz de atender a esta demanda aumentada; a partir de 1934-1935, as importações de máquinas e equipamentos do exterior, complementadas pela maior

disponibilidade local de bens de capital, permitiram ampliação do investimento e, portanto, da capacidade de oferta da indústria local.

A partir daí, a política governamental continuaria a influenciar o sentido das mudanças então em curso. A imposição de controles de importação logo no início da década, complementada pela adoção de uma tarifa aduaneira protecionista, em 1934, permitiu o paulatino direcionamento seletivo de importações. Com um volume menor de importações (resultante não apenas dos controles governamentais, mas, sobretudo, decorrente de uma capacidade de importar negativamente impactada pelo colapso das exportações cafeeiras), abria-se espaço para o avanço da produção manufatureira doméstica, tomando mercados até então atendidos pelos fornecedores estrangeiros. O uso seletivo da reduzida capacidade de importar, por sua vez, permitiu um aumento das importações de máquinas, equipamentos e insumos industriais, mas não de manufaturados finais que pudessem concorrer com a produção doméstica. Com isso, avançava ainda mais a industrialização substitutiva de importações no país.

A partir do golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, Vargas anuncia explicitamente que iria priorizar o reaparelhamento industrial (e o reequipamento das Forças Armadas), em detrimento da continuação do pagamento do serviço da dívida externa. Na prática, porém, a eclosão da Segunda Guerra seria a principal determinante do desempenho da indústria (e da economia como um todo) brasileira até 1945. Os três primeiros anos (1939-1942) seriam de arrefecimento do ritmo de crescimento da produção industrial e estagnação do PIB (neste último caso, também afetado negativamente pelo mau desempenho do setor agrícola). A reversão ocorreria em 1942 e até 1945 a economia cresceria, em média, mais de 6% a.a., com a produção industrial expandindo a uma taxa superior a 9% a.a., em média. Mais uma vez, a política econômica mostrar-se-ia decisiva para a expansão industrial. De fato, a partir de 1942, são adotadas políticas fiscal, monetária e creditícia expansionistas, que irão permitir à economia brasileira crescer adaptando-se, agora, de forma plena ao esforço de guerra aliado.

PROVA DE 2013

Questão 1

Na literatura sobre a economia brasileira, geralmente a década de 1930 é apresentada como um período de profundas mudanças, as quais teriam alterado estruturalmente a economia. Avalie a pertinência das análises que enfatizam a importância dessas mudanças, citando exemplos de medidas de política econômica que reforçam ou contrariam sua avaliação.

Resolução

Ao longo da década de 1930 verificou-se rápida mudança estrutural na economia brasileira (inferior apenas à que seria observada nos anos 1940). Com efeito, no período, a indústria de transformação ganhou 4 p.p. de participação no PIB brasileiro (tendo passado de 14,8% para 18,7% do total), ante a perda de 6 p.p. da agricultura. O ganho relativo do setor de serviços foi de 2 p.p. no período.

A análise clássica a respeito das mudanças estruturais operadas na economia brasileira nos anos 1930 é devida a Furtado (1970, caps. 31 e 32). Segundo aquele autor, tanto a rapidez com que a economia brasileira recuperou-se da crise como o forte ritmo de crescimento observado ao longo do restante da década de 1930 só podem ser entendidos caso se atente para os efeitos combinados da política cafeeira e da forte desvalorização cambial então observada. A política governamental de compra (financiada, sobretudo, internamente) e posterior destruição de parte da produção cafeeira durante a Era Vargas teria sido instrumental, segundo Furtado, para a manutenção do nível de renda doméstico em um contexto de demanda externa deprimida. Em paralelo, a forte desvalorização do mil-réis resultou em sensível mudança de preços relativos, tornando mais caras as importações. Como resultado, a demanda doméstica, sustentada pela política de defesa do café, passaria a ser canalizada crescentemente para o setor interno (indústria, agricultura e serviços), com isso promovendo o conhecido “deslocamento do centro dinâmico” da economia, ressaltado pelo autor.

Do ponto de vista da indústria, a demanda maior observada nos anos iniciais da década de 1930 pode ser atendida pela maior utilização de capacidade produtiva instalada em meio ao boom econômico do final da década de 1920. Passado este período inicial – e tendo em vista os níveis crescentes de demanda interna –, a indústria doméstica passou a ampliar os seus investimentos. Para isto, contou tanto com a existência, no país, de fábricas produtoras de bens de capital mais simples, como com um aumento da importação de máquinas e equipamentos. Uma vez que o contexto era o de enorme restrição de divisas (dados a redução das exportações cafeeiras e o menor ingresso de capitais do exterior), tal aumento das importações de bens de capital só foi possível mediante a contração das importações de outros artigos – bens de consumo, essencialmente. Com isso, avançou no país o processo de industrialização substitutiva de importações, com destaque para o crescimento dos setores produtores de bens intermediários (cimento, metalurgia, papel & papelão e químico).

Ainda que a análise clássica de Furtado sobre o período seja, geralmente, aceita na literatura, ela não esteve livre de críticas. No início dos anos 1970, Peláez (1972) pôs em dúvida alguns dos pontos centrais do argumento furtadiano, como, por exemplo, a natureza das políticas monetária e fiscal à época (se expansionista, como diz Furtado, ou ortodoxa), ou a extensão em que teria se dado a transferência de recursos do café para a indústria (Peláez alega que o setor produtor de algodão – e não a indústria – teria sido o destino principal de capitais saídos da cafeicultura). Diversos outros autores criticaram os pontos levantados por Peláez e, com isso, a análise de Furtado é aceita até hoje em suas linhas mais gerais.

Não obstante, cumpre observar um ponto sutil, mas importante, levantado, entre outros, por Suzigan (2000) em seu estudo clássico sobre as origens da indústria brasileira. Ao tratar da relação entre “café e indústria”, o autor nota que o investimento industrial “estava diretamente relacionado ao desempenho do setor exportador até 1913, e **em menor grau** até 1929” (p. 363, ênfase nossa). Na prática, o autor diz que já antes da Crise de 1930 e do subsequente “deslocamento do centro dinâmico” da economia, parte do estímulo ao investimento industrial já provinha do próprio setor

manufatureiro doméstico, e não apenas do setor primário-exportador. Este seria o caso, por exemplo, da demanda por sacaria para a indústria de moagem de trigo ou refino de açúcar, de garrafas para a indústria de bebidas, de embalagens de metal e papelão para diversos setores industriais ou, ainda, a produção doméstica de motores e máquinas mais simples para o setor industrial. Aceita esta caracterização (e Suzigan oferece ampla evidência estatística e documental deste fenômeno), a natureza da mudança operada nos anos 1930 – quando as fontes de dinamismo da economia brasileira irão se concentrar, inequivocamente, no mercado interno – passa a ser vista de forma mais matizada. Dito de outra forma, a década de 1930 envolve, sem sombra de dúvidas, uma ruptura na história econômica do Brasil, mas, possivelmente, não tão abrupta como a análise de Furtado parece sugerir.

PROVA DE 2015

Questão 1

Analise a política econômica do Governo Federal na década de 1930 e avalie a pertinência em considerá-la "desenvolvimentista".

Resolução

A política econômica do Governo Federal na década de 1930 comporta, pelo menos, três fases principais: o período da Grande Depressão, entre 1930-4; os anos do interregno democrático, 1934-7; e o início do Estado Novo, no restante da década.

A análise clássica de Furtado permanece, passados 50 anos da publicação de sua *Formação Econômica do Brasil*, a mais completa explicação para a natureza e impactos da política econômica do Governo Provisório (1930-1934). Essencialmente, a análise furtadiana enfatiza o papel central desempenhado, à época, pela política de defesa do setor cafeeiro. Uma combinação de estímulos fiscais (via compra e posterior destruição de parte da safra de café) com mudança de preços relativos (decorrente da forte depreciação do mil-réis) teria sido responsável, segundo aquele autor, por atenuar o impacto da Grande Depressão sobre o nível de atividade econômica no Brasil, ao mesmo tempo em que redirecionava a demanda doméstica para o mercado interno. Consumava-se, então, o conhecido 'deslocamento do centro dinâmico da economia', do setor exportador para o mercado doméstico (indústria e serviços).

Superada a, relativamente, branda retração do nível de atividade econômica, assistiu-se, entre 1934-1937, a crescimento econômico acelerado (6,5% a.a., em média), liderado pela indústria produtora de bens intermediários, porém ainda em meio a dificuldades no balanço de pagamentos. As políticas fiscal e monetária do período continuaram a

tendência expansionista anterior, o que, em um contexto de capacidade ociosa, não implicou maiores pressões inflacionárias.

O golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, coincidiu com deterioração da posição do balanço de pagamentos, levando à decisão de se decretar uma moratória no serviço da dívida externa, complementada por sistema de controle cambial semelhante ao vigente entre 1931-1934. Tais controles, a partir de então, tornar-se-iam o principal instrumento de política comercial do governo Vargas, contribuindo, igualmente, para as políticas de apoio à industrialização.

A literatura especializada no período Vargas permanece dominada pelo tratamento dado por Furtado aos impactos da política cafeeira sobre o nível de atividade e, indiretamente, o setor industrial. Nas conhecidas palavras do autor, por ocasião da Crise de 30 "(...) praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha preconizado em qualquer país industrializado". Em outras palavras, para o autor, o 'deslocamento do centro dinâmico da economia', que tornaria o setor industrial o eixo do crescimento econômico a partir de então, seria um subproduto involuntário da política de defesa do café. Neste sentido – e voltando ao enunciado da questão –,
não seria pertinente considerar "desenvolvimentista" a política econômica do Governo Federal nos anos 1930, ao menos no sentido de, deliberadamente, buscar apoiar o desenvolvimento industrial (tal como faria, por exemplo, o governo JK duas décadas mais tarde).

Em linhas gerais, autores como Abreu (1990) e Leopoldi (2003) endossam a posição de Furtado e, implicitamente, rejeitam a ideia de um governo Vargas deliberadamente industrializante desde o seu início. Em seu lugar, preferem enxergar o período 1930-45 como testemunhando um Estado que "(...) transitou da arena normativa da atividade econômica para a provisão de bens e serviços" (Abreu, 1990, p. 91). Em outras palavras, embora o Estado varguista tenha, sim, se envolvido desde o início em aspectos regulatórios da atividade econômica – em particular, nos setores considerados estratégicos, a exemplo de siderurgia, mineração, energia (eletricidade e petróleo) e bancos – somente durante o Estado Novo tal

envolvimento teria efeitos mais concretos sobre a produção de bens e serviços nestas áreas, o que poderia caracterizar uma política de natureza ‘desenvolvimentista’.

Parte da literatura, porém, diz existirem amplas evidências de uma consciência industrializante (“desenvolvimentista”) na condução da política econômica varguista desde o Governo Provisório. Dentre os autores mais identificados com esta visão estão Pedro Paulo Z. Bastos e Pedro D. Fonseca. Coletânea de artigos organizada por ambos (ver Bastos e Fonseca, orgs., 2012) traz trabalhos nos quais, explicitamente, se argumenta que haveria, sim, uma consciência industrializante no governo brasileiro já na década de 1930.

Para os autores, tal consciência transpareceria em um conjunto de instituições que refletiriam atitudes que “(...) de forma alguma podem ser entendidas como decorrência linear da política de valorização do café, ou cuja realização tenha se verificado sem intenção deliberada de defender e promover o crescimento industrial” (ver Fonseca, 2012, p. 169). Como exemplos destas instituições, citam-se decreto de 1931 que proibiu a importação de máquinas e equipamentos para determinados segmentos industriais (a fim de evitar excesso de capacidade produtiva à época); a Tarifa de 1934, de caráter protecionista; o tratado de comércio com os EUA, em 1935, que envolvia redução das alíquotas de importação sobre bens de capital; e a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do BB, em 1937.

Também é apontada como evidência de um caráter ‘desenvolvimentista’ da política econômica varguista já na década de 30 a criação de um aparato institucional voltado para a regulação da atividade econômica nos setores minerador e energético (Código de Minas e Código de Águas), ao que se juntaram, dentre outros, órgãos como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (criado em 1930), o Instituto do Açúcar e do Álcool (1933), o Conselho Federal de Comércio Exterior (1934) e o Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937).

Por fim, o revisionismo proposto por Bastos e Fonseca enfatiza o papel da consolidação de uma ideologia industrializante no período, para o qual

teria contribuído não apenas a afirmação dos interesses de uma classe industrial crescentemente confiante e influente, como também o próprio discurso oficial do governo Vargas.

PROVA DE 2017

Questão 1

Em novembro de 1937 foi instaurado no Brasil o período conhecido como "Estado Novo", que perdurou até 1945. Há certa convergência entre os analistas de que tal período foi marcado por fatos relevantes na economia brasileira. Arrole alguns desses fatos, discuta sua relevância, bem como a política econômica do período no que diz respeito à inflação e balanço de pagamentos.

Resolução

Foram muitos os fatos econômicos ocorridos durante o período do Estado Novo (1937-45), tornando difícil – além de bastante subjetiva – a escolha daqueles que possam ser considerados relevantes.

Cronologicamente, é possível listar um amplo conjunto de fatos que se encaixariam em tal categoria, a saber: a decretação da moratória externa, coincidindo com o próprio golpe do Estado Novo, em novembro de 1937; a chamada Missão (Oswaldo) Aranha, aos EUA, em 1939; a eclosão da II Guerra no mesmo ano; a assinatura do Acordo Interamericano do Café, em 1940; e a criação da Companhia Siderúrgica Nacional, em 1941.

A moratória externa de 1937 sinalizou a prioridade que o governo passaria a dar, no uso da escassa oferta de divisas internacionais, ao reaparelhamento das Forças Armadas e a projetos de investimento doméstico (eventualmente reunidos no Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, lançado em 1939). A Missão Aranha, por sua vez, marcaria o início de processo gradual de aproximação do Brasil e dos Estados Unidos, com implicações estratégicas de longo prazo. Em um horizonte mais curto, porém, tal missão diplomática já traria resultados concretos, sob a forma de uma redução nos montantes a serem pagos aos credores externos a partir de 1940.

A eclosão da II Guerra e seus impactos sobre o comércio internacional afetariam o ritmo de crescimento industrial no Brasil. O impacto inicial do conflito foi na redução do ritmo da expansão industrial em curso, dada a

queda observada na importação de máquinas e insumos industriais (e não obstante o crescimento das exportações têxteis durante o triênio 1939/42). Já no triênio derradeiro do conflito – e após a adaptação do aparato produtivo às condições de escassez da Guerra – a produção industrial apresentou forte expansão (de 9,4% a.a.), liderada pelos setores químicos, farmacêutico, produção de artefatos de borracha e bebidas.

No tocante aos impactos da II Guerra no Balanço de Pagamentos, a consequência imediata foi uma perda de mercados (na Europa), com consequente redução dos saldos da Balança Comercial. Após 1941, porém, as exportações se elevam. Há vários fatores que contribuíram para isso: a) acordo de suprimento de matérias-primas para os EUA; b) a substituição de ofertantes tradicionais no mercado internacional pelo Brasil; c) as compras de carne e algodão pelo Reino Unido; e d) a elevação do preço do café que se seguiu ao Acordo Interamericano.

O Acordo Interamericano do Café estabeleceu quotas de exportação para os principais produtores da América Latina e um preço-teto do produto vendido aos EUA. Tal Acordo vigoraria até o final da II Guerra, período durante o qual o preço internacional do café alcançou cerca de 12 *cents*/libra-peso, ou seja, o dobro daquele que vigorava antes do Acordo. As exportações brasileiras de café, no período de vigência do Acordo, também dobraram (para cerca de US$ 200 milhões/ano), contribuindo para a melhora do resultado do balanço de pagamentos.

A criação da CSN, em 1941, resultou de negociação com os EUA (a quem coube o fornecimento de equipamentos e crédito para a construção da usina de Volta Redonda) e se inscreve no objetivo do governo de promover a modernização produtiva e o reaparelhamento das Forças Armadas. Tratava-se da primeira usina siderúrgica integrada do país e embrião da indústria pesada nacional, que iria se desenvolver no pós-Guerra.

Na avaliação de Abreu (1989), a política monetária nos anos iniciais do Estado Novo (até fins de 1939) foi moderadamente apertada, tornando-se expansionista a partir de então. O déficit público, que até 1941 era financiado, majoritariamente, pela emissão de títulos, a partir daí o seria pela emissão monetária. Junta-se a isso uma expansão de crédito igualmente

forte no período – resultante, sobretudo, das atividades da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil – CREAI, criada em 1937 – e tem-se, como resultado, o aumento da inflação, que ficou entre 15-20% a.a., em média, no período 1941-1945.

Com vistas a lidar com a crônica escassez de divisas ao final de 1937, o governo decretou, como já dito, moratória (que vigoraria até 1940); adicionalmente, foi instituído monopólio cambial nas mãos do governo, com base em taxa de câmbio única e desvalorizada, e introduzidos controles cambiais e de importação. Estes últimos iriam se tornar os principais instrumentos da política comercial no período. Pelo lado financeiro, o sucesso das negociações junto aos credores implicou significativa redução do estoque da dívida externa – e, portanto, dos fluxos de serviço desta dívida. Quando combinado com o aumento do ingresso de investimentos diretos norte-americanos e os crescentes saldos comerciais, as despesas financeiras menores (até 1944, ao menos) permitiram – pela primeira vez desde os anos 20 – a acumulação de reservas internacionais, gerando um alívio das restrições do balanço de pagamentos do Brasil.

PROVA DE 2018

Questão 2

Ao tratar da política econômica do Governo Federal nos primeiros anos da década de 1930, na obra *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado elaborou análise que serviu de marco para trabalhos posteriores sobre o tema. Uma de suas passagens mais conhecidas é:

> **"Estávamos, em verdade, construindo as famosas pirâmides que anos depois preconizaria Keynes. Dessa forma, a política de defesa do setor cafeeiro concretiza-se como verdadeiro programa de fomento da renda nacional (...) a recuperação da economia brasileira, que se manifesta a partir de 1933, não se deve a nenhum fator externo e sim à política de fomento seguida inconscientemente no país e que era subproduto da defesa dos interesses cafeeiros".**

Elabore um texto explicando as afirmações acima e discutindo seus fundamentos empíricos e/ou teóricos.

Resolução

Esta passagem do livro de Furtado resume a visão do autor, tornada clássica, sobre os efeitos anticíclicos da política de defesa do café colocada em prática pelo Governo Provisório no início dos anos 1930.

O contexto histórico a que se refere Furtado é o da maior crise experimentada pelo setor cafeeiro, ao final da Primeira República. Após duas safras recordes do produto em 1927 e 1929 – com produção, respectivamente, de 40 e 41 milhões de sacas de 60 kg (contra uma média de 28 milhões de sacas ao longo da década de 1920) –, a chamada 'defesa permanente' do setor entra em colapso. Com o sistema bancário incapaz de continuar financiando a retenção de estoques do produto nos armazéns reguladores, quantidades crescentes de café são enviadas aos portos, pressionando para baixo a sua cotação no mercado internacional. Como resultado, de uma média de pouco mais de 20 *cents* por libra-peso (preço médio de importação nos EUA) na segunda metade da década de 1920, o preço do café recua para 13,10 *cents* em 1930, 10,10 em 1931 e 9,10 em 1932.

Diante dos efeitos catastróficos da queda do valor das exportações cafeeiras (de uma média de £70 milhões na segunda metade da década de 1920 para menos da metade deste montante em 1931) sobre o conjunto da economia brasileira, o governo federal pôs em prática uma política de socorro ao setor. Tal política baseou-se na compra, por parte do governo, de estoques de café, financiada por créditos do Banco do Brasil e por taxação das exportações. A partir de 1931 teve início a destruição de parte dos estoques cafeeiros, prática que iria se estender até o ano de 1944 e envolver a destruição – ao longo dos 12 anos em que esteve em vigor – de cerca de 70 milhões de sacas.

Segundo a avaliação de Furtado – endossada pela maior parte da literatura –, a política cafeeira de Vargas foi, em última instância, a principal responsável pelo efeito, relativamente, brando da Crise de 1930 sobre a atividade econômica no Brasil (com recuo de pouco mais de 5% do PIB entre o pico de 1929 e o vale em 1931). Do ponto de vista teórico, ao decidir pela compra e, posterior, destruição de grande quantidade do café produzido, o governo logrou compensar parte da queda da demanda agregada do setor privado, resultante da crise pela qual passava o principal setor de exportação – com ramificações para diversas outras áreas da economia. Com a intervenção do governo, adicionalmente, o preço do café no mercado internacional caiu menos do que seria o caso se nada fosse feito. Internamente, tal política permitiu, na prática, a sustentação de parte da demanda agregada da economia naquele momento.

Em paralelo, o fechamento da Caixa de Estabilização pouco após a Revolução de 1930 levou ao fim do padrão-ouro no Brasil e, consequentemente, à flutuação do mil-réis. Diante da grave crise de balanço de pagamentos pela qual o país passava, a moeda brasileira sofreria forte desvalorização, tornando mais caras (em moeda nacional) as importações. Com isso, parte crescente da demanda foi deslocada para a produção doméstica, tanto de produtos agrícolas como de manufaturados, cuja produção interna aumentaria, substituindo parte do que até então era importado.

Da combinação de manutenção da renda (via política de compra e posterior destruição de café) com deslocamento da demanda (de importados para a produção doméstica, como resultado da forte desvalorização cambial) operou-se o que Furtado denotou de “deslocamento do centro dinâmico” da economia brasileira, do setor exportador para o mercado interno, com destaque para o setor industrial. Nesse contexto, o Brasil teria realizado “políticas pré-keynesianas” (anticíclicas), já que ocorreram antes da publicação do Livro *Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, de Keynes (1936).

3 De Dutra a JK

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2010

Questão 5

Sobre o Plano de Metas e a política econômica do Governo Juscelino Kubitscheck pode-se afirmar:

⓪ O setor agrícola foi objeto de atenção especial, cujo objetivo era compatibilizá-lo com o desenvolvimento de outros setores da economia, especialmente a indústria.

① A política cambial facilitou o investimento industrial, ao introduzir o sistema de licenças prévias de importação que favoreceu importações essenciais.

② O Plano de Metas, em sua implementação, beneficiou-se de instituições criadas no segundo Governo de Vargas (1951-1954), como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

③ A contração do gasto público nos primeiros anos do Governo JK foi fator importante para viabilizar a realização de investimentos públicos na segunda metade do mesmo.

④ O capital estrangeiro recebeu tratamento preferencial e ampliou-se a participação do setor público na formação de capital.

Resolução

(0) Falso.

O setor agrícola mereceu pouca atenção dentro do Plano de Metas, com o grupo "Alimentação" (metas 13 a 18) tratando, fundamentalmente, da infraestrutura agrícola (construção de armazéns e silos, produção de tratores e fertilizantes etc.). A única meta que cobria, efetivamente, a ampliação da produção agrícola era a de nº 13 (trigo). Neste caso, os resultados foram particularmente frustrantes – queda do volume produzido entre 1955 e 1960, ficando a produção neste último ano muito aquém das 1,5 milhão de toneladas previstas.

(1) Falso.

Na realidade, o sistema de licenças prévias de importação fora abolido em 1953, no segundo Governo Vargas, dando lugar aos leilões cambiais (com a Instrução nº 70, da Sumoc). Tal Instrução foi mantida no Governo JK e mostrou-se de grande importância para o Programa de Metas.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Não houve contração do gasto público durante o Governo JK, ao contrário.

(4) Verdadeiro.

O capital estrangeiro foi beneficiado pela Instrução nº 113 da Sumoc (que permitia a importação de equipamentos industriais sem cobertura cambial) e pela nova tarifa alfandegária, mais protecionista, que incentivava a entrada de investimento externo direto no Brasil (em um movimento de *tariff hopping*, literalmente, "saltar barreiras"). Eram, também, favoráveis as condições para a remessa de lucros e dividendos sobre reinvestimento, o que estimulou a entrada de capital estrangeiro no país.

Por fim, houve, de fato, aumento da parcela do investimento a cargo do setor público, seja na indústria de transformação, seja na infraestrutura de transportes, energia etc.

PROVA DE 2011

Questão 4

Quanto às políticas cambiais adotadas no Brasil na década posterior à Segunda Guerra Mundial, pode-se afirmar:

⓪ A “queima de divisas” ocorrida nos primeiros anos após a Guerra ajuda a explicar o fato de o governo ter optado, em julho de 1947, pela desvalorização do cruzeiro.

① O cruzeiro foi mantido, por vários anos, em paridade fixa com relação ao dólar.

② O sistema de licenciamento das importações, de acordo com prioridades estabelecidas pelo governo, foi adotado por Dutra e revogado em 1951 com o retorno de Vargas ao poder.

③ As “operações vinculadas” adotadas nesse período prejudicaram o setor exportador e produziram um efeito protecionista ao setor industrial.

④ A Instrução nº 70 da Sumoc, de 1953, eliminou o controle quantitativo direto sobre as importações e concedeu bonificação às exportações, sendo que a bonificação concedida ao café era menor que aos demais produtos.

Resolução

(0) Falso.

Com receio do impacto que uma desvalorização do câmbio teria sobre a inflação, o presidente Dutra manteve o câmbio congelado (em Cr$ 18,50/US$) durante todo o seu governo.

(1) Verdadeiro.

Ver item 0, acima.

(2) Falso.

O sistema de licenciamento de importações, adotado pelo Governo Dutra a partir de julho de 1947, só seria substituído (pelos leilões de divisas) em outubro de *1953*, com a promulgação da Instrução nº 70 da Sumoc.

(3) Falso.

As chamadas “operações vinculadas” permitiam aos exportadores de produtos pouco competitivos (chamados de “gravosos”) revenderem suas

divisas diretamente aos importadores, sem intermediação oficial, daí beneficiando-se de uma taxa de câmbio mais elevada. Seus efeitos práticos, porém, foram pouco importantes (exceto no caso das exportações de cacau e madeiras), não tendo evitado o colapso das exportações de manufaturados. Na prática, portanto, as operações vinculadas não trouxeram nem *prejuízo*, propriamente, ao setor exportador, como também não exerceram "efeito protecionista" sobre o setor industrial.

(4) Verdadeiro.

Questão 5

No que concerne ao Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-1960) e à industrialização brasileira no período, pode-se afirmar o seguinte:

⓪ A Instrução nº 113 da Sumoc foi um instrumento decisivo para atrair investimentos estrangeiros diretos e estimular o crédito externo para importação de máquinas, embora tenha sido promulgada no governo anterior.

① Além de estipular as metas de investimento, o Estado assumiu papel central na construção da infraestrutura e na produção direta de insumos, respondendo por mais de um terço do total da formação bruta de capital fixo.

② A liderança do crescimento no período coube às atividades produtoras de insumos intermediários.

③ No que se relaciona à agricultura, foi implantada a produção doméstica de máquinas e implementos agrícolas.

④ Houve um elevado grau de complementaridade dos investimentos nos grandes projetos, permitindo a adequação entre, de um lado, a produção de bens de capital e insumos básicos e, de outro, a produção de bens de consumo duráveis.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Promulgada em janeiro de 1955, durante o Governo Café Filho, a Instrução nº 113 permitia a importação de máquinas e equipamentos "sem cobertura cambial". Ela teve papel importante em atrair investimentos estrangeiros para o Brasil à época do Programa de Metas, sobretudo no setor automobilístico.

(1) Verdadeiro.

Durante o Governo JK o Estado brasileiro investiu pesadamente na área siderúrgica, elétrica, na construção e pavimentação de estradas etc.

(2) Falso.

Os setores industriais que mais cresceram no período foram os de bens de consumo duráveis e bens de capital.

(3) Verdadeiro.

Aqui o candidato poderia ficar em dúvida quanto ao sentido dado, no enunciado, à palavra “implantada”. Caso fosse entendido como algo que foi criado onde nada havia antes, a afirmativa é falsa, pois desde o século XIX eram produzidos no Brasil diversos tipos de máquinas (p. ex., despolpadoras e secadoras de café; enfardadoras de algodão) e implementos para a agricultura. A novidade, com o Plano de Metas, foi o início, em 1960, da montagem de tratores agrícolas no país.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2012

Questão 5

A respeito da economia brasileira durante a implementação do Plano de Metas, do Governo Kubitschek, é CORRETO afirmar que:

⓪ Empresas filiais estrangeiras foram responsáveis pelos principais investimentos nos ramos de material elétrico pesado e automobilística.

① Um dos objetivos do Plano era distribuir tarefas de investimento, de modo a delegar ramos de atuação exclusivos para empresas estatais, empresas de capital local ou filiais estrangeiras.

② O Plano buscou delegar as metas de investimento nos ramos de insumos básicos, exclusivamente, para empresas estatais.

③ Entre os objetivos priorizados pelo Plano de Metas estavam a geração de energia elétrica, a expansão da rede de vias de transporte e a produção de bens de capital, respectivamente sob responsabilidade majoritária de filiais estrangeiras, Estado e empresas privadas nacionais.

④ Apesar dos investimentos na produção local de bens de capital, a execução do Plano de Metas exigiu importações de máquinas e equipamentos, favorecidas pela disponibilidade de financiamento externo nas formas de investimento direto e empréstimos.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Não houve ramos de atuação exclusivos (exceto no caso do petróleo, que era monopólio da Petrobras) para a atuação de empresas estatais, privadas nacionais ou estrangeiras durante o Programa de Metas.

(2) Falso.

Diversas empresas *privadas* atuantes no ramo de insumos básicos foram envolvidas no esforço de planejamento governamental do Plano de Metas, a exemplo da Metalúrgica Barra Mansa (siderurgia), Votorantim (cimento) e Klabin (papel e celulose).

(3) Falso.

Na verdade, a geração de energia elétrica esteve a cargo, majoritariamente, de empresas públicas (Furnas, Chesf, Cemig), o mesmo ocorrendo com a expansão das vias de transporte (através do DNER, uma autarquia federal, na área de rodovias, e da Rede Ferroviária Federal, no caso das ferrovias). Já no tocante à produção de bens de capital, as empresas estrangeiras tiveram participação, pelo menos, tão importante quanto a de empresas privadas nacionais.

(4) Verdadeiro.

O Brasil foi um destino importante de capitais estrangeiros no período, seja sob a forma de empréstimo, seja de investimento direto. Para tanto, concorreram, pelo lado da oferta, a existência de liquidez internacional e, pela demanda, medidas oficiais como a Instrução nº 113 da Sumoc (autorizando a internalização de bens de capital importados sem cobertura cambial) e a Lei Tarifária de 1957. Esta última incentivou a vinda de investimentos do exterior antes que as alíquotas de importação sobre artigos manufaturados fossem elevadas (inviabilizando, assim, a continuidade de sua importação).

PROVA DE 2013

Questão 5

A industrialização nos anos 1950 teve as seguintes características e impactos na economia brasileira:

⓪ Redução das migrações entre as regiões.

① Expansão da produção de bens de capital a uma taxa maior do que a produção de bens intermediários, durante o Plano de Metas.

② Convergência nas taxas de crescimento dos setores urbano e agrícola.

③ Redução da participação do investimento do setor público no total da formação bruta de capital fixo durante o Plano de Metas (em relação ao Governo Vargas), apesar do aumento da participação na geração de energia elétrica.

④ Redução dos desequilíbrios regionais.

Resolução

(0) Falso.

Com a concentração de investimentos industriais no Centro-Sul, e a construção de novas vias de comunicação (a exemplo das rodovias Rio-Bahia e Belém-Brasília), assiste-se, na década de 1950, a um *aumento* dos fluxos migratórios dentro do país.

(1) Verdadeiro.

A indústria de bens de capital cresceu a uma taxa média anual de 26,4% entre 1955 e 1962; no mesmo período, a produção de bens intermediários avançou 12,1% a.a.

(2) Falso.

O enunciado do item não é claro. Em geral, comparam-se os setores “urbano” x “rural” ou “industrial” x “agrícola”. O candidato poderia arriscar a responder este item seguindo um raciocínio simples: “dado que nos anos 1950 houve uma aceleração do crescimento industrial, logo, é razoável supor que o “setor urbano” cresceu *mais* que o ‘setor agrícola’ e, portanto, a afirmação no enunciado é falsa”.

(3) Falso.

O peso do governo na formação bruta de capital fixo *aumentou* – de 25,6% no quadriênio 1953-1956 para 37,1% nos quatro anos do Plano de Metas.

(4) Falso.

O gabarito oficial está incorreto.

Nos anos 1950 – e, com mais nitidez, na segunda metade da década, ou seja, na vigência do Plano de Metas –, assistiu-se, sim, a uma *redução* em diversos indicadores de desigualdade de renda entre as regiões do Brasil. A tendência apresentada pelos coeficientes de variação de Williamson, largamente utilizados na literatura sobre o tema, foi de queda (indicando, portanto, redução da desigualdade) na década de 1950, tanto quando a desigualdade é medida entre estados da Federação, assim como quando é medida entre macrorregiões. Uma das explicações para este resultado em princípio contraintuitivo decorre do próprio processo de industrialização então em curso e diz respeito às correntes migratórias por ele provocadas. Os fluxos populacionais associados à concentração desproporcional de investimentos industriais e de infraestrutura no Sudeste causaram elevação da renda *per capita* nas zonas de expulsão de mão de obra (Nordeste, sobretudo) e redução da renda no Centro-Sul, que atraía estes grandes contingentes populacionais. O resultado final foi uma tendência de queda das diferenças de renda *per capita* entre tais regiões. Um fator adicional – ainda que não relacionado ao processo de industrialização – a reforçar esta redução das disparidades regionais no período envolveu a crise que se abateu sobre a cafeicultura paulista na segunda metade da década de 1950, levando à contração do PIB agrícola daquele estado. [ver Redwood III (1977)]

Questão 6

As transformações estruturais e as taxas de crescimento da economia brasileira durante o Governo Kubitschek (1956-1960) estão associadas aos seguintes eventos e circunstâncias:

⓪ A liderança do crescimento industrial no período coube aos ramos de bens de capital e bens de consumo duráveis.

① A determinação do governo de atrair capital estrangeiro, com a criação da Instrução 113 da Sumoc.

② Instalação das indústrias automobilística, de material elétrico pesado e outras de máquinas e equipamentos.

③ A decisão do governo de adotar o Plano de Estabilização Monetária, em 1958, medida que colaborou para impedir a expansão inflacionária, que poderia comprometer o ritmo de crescimento do produto.

④ Realização de investimentos por parte de empresas estatais criadas no Governo Vargas.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Entre 1955 e 1962 as taxas anuais de crescimento da produção destes dois ramos industriais foram mais que duas vezes superiores à observada no setor de bens intermediários e três vezes a dos bens de consumo não duráveis.

(1) Falso.

A Instrução nº 113 da Sumoc foi baixada em janeiro de 1955, no Governo Café Filho.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

O Plano de Estabilização Monetária foi lançado em novembro de 1958 e *não* foi capaz de impedir a escalada inflacionária: o IGP, por exemplo, que variara 24,4% em 1958, aumentou 39,4% em 1959. Tal resultado decorreu, em parte, da política creditícia expansionista adotada pelo Banco do Brasil naquele ano, na contramão da austeridade buscada pelo PEM.

(4) Verdadeiro.

Exemplos destas empresas são a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Hidroelétrica do São

Francisco, todas elas criadas no primeiro Governo Vargas, e a Petrobras, criada no segundo Governo Vargas.

PROVA DE 2014

Questão 5

A política econômica executada pelo Governo Dutra implicou consequências importantes para a economia brasileira. Sobre a política econômica desse período pode-se afirmar:

⓪ A adoção de taxa cambial fixa auxiliou a importação de matérias-primas e bens de capital necessários para o reequipamento do setor industrial.

① O diagnóstico oficial era que a inflação se devia ao excesso de demanda agregada.

② A "queima de divisas" ocorrida nos primeiros anos levou o governo a adotar o monopólio cambial pelo Banco do Brasil e o sistema de leilões de câmbio para enfrentar os problemas do balanço de pagamentos.

③ Em termos reais, o crédito ao setor industrial cresceu no período.

④ O governo, ao assumir, estabeleceu o combate à inflação como prioridade, mas houve um afrouxamento da ortodoxia monetária ao final do período.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Isso porque a taxa de câmbio adotada no início do Governo Dutra estava, deliberadamente, sobrevalorizada em termos reais e o governo priorizou a importação de matérias-primas e bens de capital. Além disso, ao manter a taxa fixa – e dado o fato de a inflação doméstica ser superior à internacional – houve sobrevalorização adicional da moeda brasileira.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

O sistema de leilões de câmbio só seria criado em outubro de 1953 (governo Vargas), a partir da Instrução nº 70 da SUMOC. A política vigente à época foi a de contigenciamento de importações (necessidade da compra de licenças prévias – uma medida de restrição quantitativa, portanto), adotada em 1947.

(3) Verdadeiro.

O crédito real à indústria mais que dobrou entre 1947 e 1950.

(4) Verdadeiro.

De fato, a política econômica nos três primeiros anos do governo Dutra priorizou o combate à inflação, utilizando como armas a contração monetária e a disciplina fiscal. Em 1949, porém, percebe-se inflexão importante nesta política, quando, então, aumenta o gasto público e a política de crédito do Banco do Brasil se torna, claramente, expansionista.

Questão 7

São características da economia e da política econômica brasileira no período do Plano de Metas:

⓪ A manutenção de algumas regras estabelecidas por governos anteriores, como os leilões de câmbio introduzidos pela Instrução nº 70 da SUMOC e a Instrução nº 113 deste mesmo órgão, a qual favorecia os investimentos estrangeiros.

① A introdução na administração pública brasileira de assessoria econômica vinculada diretamente à Presidência da República, composta por técnicos responsáveis por formular políticas e acompanhar a execução do Plano de Metas.

② Ao final do período, a geração de excesso de capacidade produtiva em ramos intermediários como borracha, metalurgia e química básica.

③ Criação dos "grupos executivos", que subsidiaram as decisões do Conselho de Desenvolvimento.

④ Elevação do grau de coordenação dos investimentos industriais, visando resolver problemas de escala de mercados e de oferta de bens de produção nos ramos sujeitos às metas.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

A Assessoria Econômica da Presidência da República fora criada por Vargas, em 1951.

(2) Falso.

Conforme assinalado por Tavares (1972, p. 165), ao final do Plano de Metas havia *insuficiência* na capacidade instalada nas indústrias produtoras

destes bens intermediários.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

Tal coordenação coube à administração paralela criada por JK, com o Conselho de Desenvolvimento (ligado diretamente à Presidência da República) e os diversos Grupos Executivos e Grupos de Trabalho.

PROVA DE 2015

Questão 4

A primeira metade da década de 1950 é período definidor de futuros acontecimentos que marcaram o desempenho da economia brasileira. Sobre esse período é correto afirmar:

⓪ O governo Vargas se inicia com forte contenção das importações, consistente com a estratégia geral de um ajuste no início do governo e expansionismo ao seu final.

① Os diferenciais de câmbio instituídos pela Instrução 70 representavam uma receita parafiscal do governo.

② O governo Vargas propôs orientar investimentos ancorados na produção de insumos básicos e de bens de capital, e que dependeriam da ação de investimentos setoriais liderados pelo Estado.

③ A Assessoria Econômica, criada em 1951, contava com técnicos afinados com o desenvolvimentismo, e que entendiam ser necessária a criação de órgãos estatais voltados a ampliar a oferta de insumos industriais.

④ Apesar de buscar a expansão do crédito para a produção, o governo Vargas almejava assegurar o equilíbrio orçamentário.

Resolução

(0) Falso.

Na realidade, as importações do Brasil *aumentaram* mais de 80% em 1951 e mantiveram-se no mesmo patamar (cerca de US$ 1,7 bilhão) em 1952, refletindo o temor de desabastecimento em escala global provocado pelo conflito na Coreia.

(1) Verdadeiro.

Tais receitas, creditadas na conta de Ágios e Bonificações, resultavam da diferença entre o valor pago, pelo governo, aos exportadores por suas cambiais e o quanto o governo arrecadava na venda destas cambiais, em leilões, aos importadores.

(2) Verdadeiro.

Daí o apoio governamental à ampliação da produção de insumos básicos nos setores de siderurgia (através da CSN) e de petróleo

(culminando com a criação da Petrobras, em 1953), bem como o projeto de criação de uma empresa estatal no ramo de energia elétrica.

(3) Verdadeiro.

Liderados por Rômulo de Almeida, compuseram a Assessoria diversos técnicos de orientação nacionalista oriundos do Dasp, a exemplo de Jesus Soares Pereira, Inácio Rangel e Cleanto de Paiva Leite.

(4) Verdadeiro.

À época, o equilíbrio orçamentário foi pensado como o pilar da fase inicial, ortodoxa (‘Campos Sales’), da política econômica de Vargas, à qual deveria se seguir um período de realizações governamentais no campo do investimento (a chamada fase ‘Rodrigues Alves’).

Questão 5

Sobre a economia brasileira na segunda metade dos anos 1950, é correto afirmar:

⓪ Nem todo influxo registrado de investimento externo direto no período representava disponibilidade efetiva de divisas estrangeiras, capazes de financiar eventuais déficits de transações correntes, devido à ausência de cobertura cambial permitida pela Instrução 113.

① O decréscimo da importância do setor agropecuário na economia brasileira no período não se deve a uma redução absoluta da produção do setor, e sim de um aumento da produção industrial.

② A opção do Plano de Estabilização Monetária (PEM) era por um tratamento de choque para o combate à inflação, embora esta opção não tenha sido executada tal como o Plano previra.

③ A indústria nacional foi muito beneficiada por algumas medidas, a exemplo da reserva de mercados domésticos e a oferta de crédito a juros baixos por bancos estatais, como o Banco do Brasil e o BNDE, no entanto careceu de avais do governo para empréstimos no exterior, o que dava uma vantagem competitiva às multinacionais.

④ Os grandes projetos industriais do Plano de Metas tinham elevado grau de complementaridade e, tanto nos ramos de bens de capital e de insumos básicos, quanto na produção de bens de consumo duráveis, não respondiam à demanda preexistente, mas se adiantavam a ela.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Efetivamente, a Instrução 113 da Sumoc permitiu que fossem internalizados bens de capital do exterior sem a necessidade de divisas.

(1) Verdadeiro.

De fato, embora a participação do setor agropecuário no PIB tenha recuado de cerca de 25% para 20% entre 1955 e 1960, a produção do setor aumentou aproximadamente 20% no período. Trata-se, portanto, de um recuo relativo – e não absoluto – da produção daquele setor.

(2) Falso.

Na realidade, os autores do PEM, Roberto Campos e Lucas Lopes, estavam cientes de que um tratamento de choque para a estabilização (tal como preconizado, à época, pelo FMI) conflitava com o Plano de Metas do governo JK, daí terem optado por uma abordagem *gradualista* à estabilização dos preços. Ainda assim, a forte oposição política ao PEM levou a seu abandono e à renúncia de seus formuladores.

(3) Falso.

Apenas a primeira parte da afirmativa (tratando de reserva de mercado e crédito de bancos oficiais) é correta. No que diz respeito aos avais ela é falsa, pois tais avais existiram, sendo imprescindíveis para a captação de recursos em moeda estrangeira, necessários às importações.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2016

Questão 4

Sobre a economia brasileira e a política econômica na década de 1950, é correto afirmar:

⓪ O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco do Nordeste foram criados no Segundo Governo Vargas.

① A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil foi criada no Segundo Governo Vargas.

② A Consolidação das Leis do Trabalho foi instituída no Segundo Governo Vargas.

③ A taxa de investimento cresceu entre 1955 e 1960, o que contribuiu para explicar o crescimento expressivo do PIB.

④ O Plano de Estabilização Monetária, proposto pelo ministro Lucas Lopes, visava principalmente conter a inflação, mas não incorporou em seus propósitos a contenção de crédito, nem de salários, com vistas a não desacelerar o crescimento.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Ambas as instituições foram criadas em 1952.

(1) Falso.

A CREAI foi instituída em 1937.

(2) Falso.

A CLT data de 1943, no Estado Novo.

(3) Verdadeiro.

A Formação Bruta de Capital Fixo passou de 13,5% para 15,7% do PIB entre 1955 e 1960, no rastro do Plano de Metas.

(4) Falso.

O PEM previa, sim, limitação na concessão de crédito (sobretudo, aquele a cargo do Banco do Brasil), contenção dos salários no setor privado

e vinculação dos reajustes salariais nas empresas públicas aos reajustes tarifários nas mesmas.

PROVA DE 2017

Questão 4

O governo do general Eurico Dutra implantou medidas de política econômica que foram e são objeto de polêmica na literatura econômica. Entre as medidas que é correto associar ao Governo Dutra pode(m)-se citar:

⓪ A liberalização das importações que, associada à desvalorização do cruzeiro, contribuiu para acelerar a inflação.

① Medidas de abertura comercial foram implantadas no início, mas, diante da crise cambial, posteriormente foram abandonadas.

② O Plano SALTE, anunciado no período, propunha coordenar investimentos públicos em setores como transporte e energia, mas teve dificuldades em sua implantação, com problemas de financiamento.

③ O Plano SALTE, anunciado no período, incluiu entre seus principais objetivos a substituição de importações de material elétrico e de transporte.

④ As “operações vinculadas”, introduzidas nesse período, representaram um incentivo ao exportador, que se sentia prejudicado pela taxa fixa de câmbio.

Resolução

(0) Falso.

Não houve desvalorização do cruzeiro. A taxa oficial Cr$ 18,50/dólar, adotada em 1947 (e comunicada ao FMI), foi mantida até 1953. Diante do amplo diferencial de inflação entre o Brasil e os EUA neste período, traduziu-se, na prática, em significativa *apreciação* cambial.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

O Plano seria descontinuado já no governo Vargas, em 1951, com poucos resultados concretos, com exceção da construção da nova ligação rodoviária entre o Rio de Janeiro e São Paulo, a Usina de Paulo Afonso (BA) e o Hospital dos Servidores do Estado, na então capital federal.

(3) Falso.

O Plano não visava a substituição de importação nestes setores. No caso de Transportes, objetivava a construção de ferrovias e rodovias, o reaparelhamento dos portos, o aparelhamento da frota marítima e a construção de oleodutos. Já em se tratando de Energia, procurava diversificar a matriz energética, estimulando a geração de hidroeletricidade, sobretudo.

(4) Verdadeiro.

Tais operações envolviam a permissão para que exportadores de produtos tidos como ‘gravosos’ (isto é, sem competividade internacional à taxa de câmbio oficial – e sobrevalorizada – em vigor) vendessem suas cambiais diretamente aos importadores a uma taxa mais favorável, o que resultava em uma desvalorização implícita.

Questão 5

Na década de 1950, a economia brasileira passou por transformações importantes, muitas com consequências até os nossos dias. Sobre tal período pode-se afirmar:

⓪ A crise cambial, no início da década, teve como uma de suas causas a sobrevalorização real do cruzeiro, fixado nominalmente há alguns anos.

① A crise cambial, no início da década, não impediu que o governo realizasse medidas pró-indústria, como privilegiar as importações de bens de capital e de insumos.

② A Instrução 70 da SUMOC, de 1953, estabeleceu o sistema de controle quantitativo das importações, por meio de licenciamentos que estabeleciam faixas para os bens de acordo com sua essencialidade.

③ No Governo Café Filho, a escolha de Eugênio Gudin para a pasta da Fazenda sinalizou para uma política econômica que, na prática, não se diferenciava da executada por Horácio Lafer nos primeiros anos da década.

④ Criada em 1951, a Assessoria Econômica do Gabinete Civil da Presidência, embora representasse no governo a defesa de princípios ortodoxos centrados no combate à inflação e ao déficit público, na prática teve suas realizações limitadas pelo predomínio desenvolvimentista no conjunto do governo.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Ver item 0, questão 4.

(1) Verdadeiro.

A racionalização das importações adotada à época – seja via sistema de licenças, seja através de leilões cambiais – conferia ao governo o poder de discriminar em favor de importações consideradas ‘essenciais’, o que tendia a incluir as categorias de bens de capital e de insumos industriais.

(2) Falso.

A Instrução 70 instituiu o sistema de leilões de cambiais, em substituição ao controle quantitativo (licenças)

(3) Falso.

Esta questão não é de fácil resposta, posto que trata de algo muito subjetivo, qual seja, a ‘sinalização’ que, porventura, a indicação de Gudin para o Ministério da Fazenda trazia. Concretamente, o projeto de política econômica do início do governo Vargas (quando Horácio Lafer estava à frente da Fazenda) resumia-se no binômio ‘Campos Sales-Rodrigues Alves’, ou seja, um período inicial de estabilização da inflação, a ser seguido por uma fase de estímulo ao crescimento econômico. Naquela altura, a posição do balanço de pagamentos do Brasil era, relativamente, confortável, em meio a receitas de exportação de café crescentes. Isso permitia um foco mais concentrado nas questões fiscal e inflacionária. Já no governo Café Filho, a prioridade era, inquestionavelmente, lidar com a crise cambial em curso, o que explica a ênfase de Gudin em tentar obter financiamento norte-americano imediato, bem como a promulgação da Instrução n. 113 da Sumoc, que estimulava a entrada de investimento estrangeiro no país.

(4) Falso.

A Assessoria, que, enquanto funcionou (até o final do governo Vargas), seria comandada por Rômulo de Almeida e, em seguida, Jesus Soares Pereira, caracterizava-se pela defesa de princípios nacional-desenvolvimentistas.

Questão 6

A política econômica do Governo Juscelino Kubitschek é usualmente mencionada como exemplo típico do desenvolvimentismo brasileiro. Sobre a política econômica desse período governamental pode-se considerar como verdadeiro:

⓪ A política desenvolvimentista decorreu, pelo menos em parte, de razões políticas, pois o governo resultou da vitória nas eleições, para presidente e vice-presidente da República, dos candidatos do PSD e PTB, partidos políticos influenciados pela tradição varguista.

① O Plano de Estabilização Monetária, proposto pelo ministro Lucas Lopes, tinha como principal objetivo conter a aceleração da inflação, embora não tenha incorporado em seus propósitos a contenção de crédito e de salários, com o intuito de não frear o crescimento do PIB.

② A associação do período ao desenvolvimentismo pode ser relativizada ao se observar que a indústria apresentou taxas de crescimento altas apenas nos dois primeiros anos de governo, desacelerando-se nos seguintes.

③ A reforma cambial de 1957 extinguiu o sistema de taxas múltiplas de câmbio e estabeleceu tarifas para a importação de bens, considerando, para tanto, a existência ou não de similares nacionais.

④ O financiamento dos projetos do Plano de Metas originou-se principalmente do setor privado, o que contrasta com o período de Vargas, quando o financiamento dos projetos governamentais provinha majoritariamente de recursos públicos.

Resolução

(0) Verdadeiro.

JK foi eleito pelo PSD e o vice, João Goulart, era candidato pelo PTB.

(1) Falso.

O PEM previa restrições ao crédito, bem como salários que não aumentassem em termos reais.

(2) Falso.

A produção industrial cresceu ininterruptamente ao longo de todo o governo JK, sendo, inclusive, maior o crescimento médio nos três últimos anos (13% a.a.) do que nos dois primeiros (5% a.a.).

(3) Falso.

A unificação da taxa de câmbio (e, portanto, o fim do sistema de taxas múltiplas) iria ocorrer apenas em 1964. A reforma aduaneira, por sua vez,

não ‘estabeleceu’ tarifas para a importação, mas, sim, substituiu o sistema anterior de impostos específicos por impostos *ad valorem*.

(4) Falso.

A maior parte dos investimentos do Plano de Metas ficou a cargo do setor público; em particular, nos setores de Energia e Transportes que, em conjunto, receberam mais de 70% dos recursos do Plano.

PROVA DE 2018

Questão 5

Sobre a economia no período dos 1940, pode-se afirmar:

⓪ A chamada ilusão de divisas, ou seja, o Brasil teria uma situação cambial confortável no imediato pós-guerra, gerou a expectativa de que uma política liberal de câmbio pudesse atrair um expressivo fluxo de capitais estrangeiros.

① O regime de taxa de câmbio fixa adotado no início do Governo Dutra estava alinhado com as propostas contidas nos Acordos de Bretton Woods.

② O fato de que mais de 40% das exportações brasileiras se dirigiriam para países com limitações de conversibilidade monetária ajuda a explicar a preservação da taxa de câmbio fixa, a despeito da crise do balanço de pagamentos verificada nos últimos anos da década.

③ O fato das importações no imediato Pós-Segunda Guerra se constituírem, em grande medida, de produtos supérfluos de consumo durável, justifica a adoção de uma política de desvalorização cambial eficiente para resolver os problemas do balanço de pagamentos, sem afetar o fornecimento de bens de capital e insumos essenciais para o funcionamento da indústria.

④ A orientação liberal do Governo Dutra teve como consequência a interrupção abrupta de projetos desenvolvimentistas iniciados no Governo Vargas, como, por exemplo, o atraso na constituição da Companhia Hidrelétrica do São Francisco o que retardou a construção da Usina de Paulo Afonso.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Isso explica a remoção, no início do governo Dutra, das restrições existentes às operações comerciais e financeiras com o Exterior.

(1) Verdadeiro.

O Sistema de Bretton Woods estabelecia taxas de câmbio fixas, porém reajustáveis (no caso de crises do Balanço de Pagamentos).

(2) Verdadeiro.

A manutenção, pelo governo Dutra, de uma taxa de câmbio oficial fixa (em cerca de Cr$ 18,50/US$), em conjunto com o sistema de licenças de importação a partir de 1947, também decorria do temor quanto aos efeitos

que uma depreciação cambial teria sobre os preços domésticos, agravando a inflação.

(3) Falso.

A maioria das importações no imediato pós-guerra constituiu-se de bens de capital e insumos industriais. Ademais, não houve qualquer “política de desvalorização cambial” no período, tendo a taxa oficial permanecido congelada até 1953.

(4) Falso.

Não há relação alguma entre o liberalismo da política econômica do início do governo Dutra com o caso da CHESF (criada ao final do Estado Novo) e da Usina de Paulo Afonso, inaugurada em 1954.

Questão 6

Sobre a economia nos períodos do Segundo Governo de Vargas (1951-1954) e do Governo Café Filho (1954-1955), é correto afirmar:

⓪ A criação do BNDES, em 1952, marca uma preocupação com o financiamento de projetos de cunho social, patente na letra “S” representando o foco social desta instituição.

① A instituição de uma política de câmbios múltiplos foi fortemente defendida pelo segundo ministro da Fazenda do presidente Café Filho, José Maria Whitaker, que era muito ligado aos cafeicultores, por representar um confisco de renda dos importadores para os exportadores.

② A Comissão Mista Brasil – Estados Unidos elaborou projetos de desenvolvimento, em parte viabilizados por empréstimos do Eximbank e do Banco Mundial.

③ A Instrução 70 da SUMOC, entre outras medidas, extinguiu o controle quantitativo das importações que fora adotado no Governo Dutra.

④ A proposta de elevação de 100% do salário mínimo, por parte do Ministério do Trabalho, e posteriormente adotada pelo Governo Vargas, contribuiu para agravar a crise política do período.

Resolução

(0) Falso.

O “S” no nome do Banco só foi introduzido em 1982, 30 anos após a sua fundação, portanto.

(1) Falso.

O sistema de taxas de câmbio múltiplas foi instituído em 1953 – antes, portanto, do governo Café Filho. Os exportadores (sobretudo, de café) se queixavam daquilo que chamavam de 'confisco cambial', ao receberem, pelas cambiais geradas por suas exportações, um valor muito inferior ao da cotação da moeda estrangeira negociada nos leilões.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

A Instrução 70 substituiu o sistema de licenças de importação pelos leilões de divisas.

(4) Verdadeiro.

Defendido pelo Ministro do Trabalho, João Goulart, o reajuste de 100% no valor do salário mínimo foi anunciado por Vargas em seu discurso do Dia do Trabalho, em 1o de maio de 1954.

Questão 7

Sobre o período do Plano de Metas no Governo Juscelino Kubitschek (JK), podemos dizer:

⓪ Além do avanço em vários indicadores econômicos, o Governo JK também apresentou bom desempenho em relação a indicadores sociais, como a redução do analfabetismo e da mortalidade infantil.

① Em termos da mudança na estrutura produtiva brasileira, se destaca o crescimento da contribuição na indústria do setor de bens de consumo duráveis, atestando o avanço da industrialização.

② Uma das grandes metas do período do Governo JK, a expansão da malha rodoviária, pode contar com aportes financeiros específicos gerados pela arrecadação do Imposto Único sobre Combustíveis e Lubrificantes.

③ O desempenho da economia brasileira durante o período do Governo Kubitschek foi influenciado pelo Plano de Metas, que estabeleceu metas para vários setores da economia e a elas associou fontes específicas de financiamento para viabilizá-las.

④ No Plano de Metas, uma fonte significativa de financiamento foi o uso de fundos vinculados, como o de energia.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Tais indicadores (analfabetismo e mortalidade infantil) caíram ao longo da década de 1950.

(1) Verdadeiro.

Tal setor (bens duráveis) foi contemplado com parcela significativa dos investimentos privados no Plano de Metas.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Uma das críticas que se faz ao Plano é, justamente, a de não prever as fontes de financiamento para alguns de seus projetos. Em especial, não havia fonte prevista para a meta Síntese (Brasília) e nem para as compras de café, que foram ambas financiadas em grande medida por emissão monetária.

(4) Verdadeiro.

Outra área em que tal vinculação esteve presente foi no caso do financiamento da expansão da malha rodoviária, que contou com recursos oriundos do imposto sobre combustíveis (ver item 2, anterior).

PROVA DE 2019

Questão 3

A década de 1950 foi marcada por expressivo crescimento econômico, mas também apresentou taxas de inflação elevadas, que influenciaram a política econômica do período. Sobre a política econômica deste período, podemos afirmar:

⓪ A adoção da "fórmula Campos Sales – Rodrigues Alves" no segundo Governo Vargas contribuiu para explicar a política fiscal restritiva, que inicialmente logrou superávit orçamentário para a União.

① A elevação da inflação em 1953, que repercutiu na crise do segundo Governo Vargas, resultou, entre outros motivos, da depreciação do cruzeiro decorrente da alteração da política cambial naquele ano.

② A nomeação de Eugênio Gudin para o Ministério da Fazenda pode ser interpretada como uma tentativa de dar continuidade às políticas desenvolvimentistas vigentes no período anterior.

③ O Plano de Estabilização Monetária – PEM, elaborado pelo ministro Lucas Lopes, representou a tentativa de adoção de um plano de estabilização que optava pelo tratamento de choque para combater a inflação, ao contrário do gradualismo defendido pelo pensamento heterodoxo da época.

④ A política ortodoxa de estabilização do período de Café Filho contribuiu para elevar o número de falências e concordatas e para reduzir a taxa de formação bruta de capital fixo.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A ideia do governo Vargas era adotar, inicialmente, medidas contracionistas de "saneamento econômico-financeiro" (a fase 'Campos Sales') a fim de conter as pressões inflacionárias, após o que se seguiriam políticas de "empreendimentos e realizações" (na fase 'Rodrigues Alves').

(1) Verdadeiro

De fato, a variação do IGP em 1953 foi de pouco mais de 20%, contra menos de 13% no ano anterior. Parte da explicação para esta elevação foi os efeitos da depreciação cambial resultante da instituição do sistema de leilões cambiais a partir da Instrução 70 da Sumoc. Nota-se, contudo, que tal Instrução só foi baixada em meados de outubro daquele ano, de forma

que seu impacto sobre a inflação ao longo de 1953 foi, relativamente, pequeno.

(2) Falso.

Indicado Ministro da Fazenda no governo Café Filho, Gudin foi um expoente do liberalismo econômico, não sendo adepto, portanto, de políticas ditas desenvolvimentistas.

(3) Falso.

Na realidade, o PEM visava estabilizar a inflação *gradualmente*, contrariando o desejo dos técnicos do FMI, que defendiam um tratamento de choque à questão inflacionária.

(4) Verdadeiro.

Questão 4

Sobre o Governo Juscelino Kubitschek e o Plano de Metas, podemos dizer:

⓪ Sem condições políticas para fazer uma reforma do Estado, o Governo JK foi capaz de levar a cabo o Plano de Metas com a utilização de uma "administração paralela" constituída por órgãos já existentes e outros criados no período, como os Grupos Executivos.

① No decorrer da segunda metade da década de 1950, apesar de um desempenho ruim em termos de valor exportado, o café continuou a ter um peso muito grande no total das exportações, cerca de 40%, sendo um fator central para a geração das divisas necessárias ao processo de industrialização do período.

② Foi criado o Conselho de Política Aduaneira, a quem cabia classificar os bens nas categorias "geral" e "especial" e estabelecer alíquotas de importações.

③ Uma das razões mais importantes para o desequilíbrio fiscal do Governo Federal no período JK foi o gasto com a compra de excedentes de café, prática que, de diferentes maneiras, remontava ao início do século.

④ A política de câmbios múltiplos teve um impacto fiscal importante no período. Seu resultado, quando adicionado ao Imposto de Importação (que incidia sobre as mesmas operações externas), representava o mais importante componente da arrecadação federal.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Tal ‘administração paralela’ ligava-se ao Conselho de Desenvolvimento (presidido por Lucas Lopes) que, por sua vez, se reportava diretamente ao Presidente da República.

(1) Falso.

Na segunda metade da década de 1950, as exportações de café constituíram de 55–70% do valor total das exportações brasileiras.

(2) Verdadeiro.

O CPA foi criado em agosto de 1957.

(3) Verdadeiro.

Estima-se que os gastos com as compras dos excedentes de café por parte do governo federal no período JK tenham superado aqueles associados à construção de Brasília.

(4) Verdadeiro.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2011

Questão 2

A década de 1950 é geralmente considerada como o período áureo do desenvolvimentismo brasileiro, destacadamente pelo segundo Governo Vargas e Plano de Metas de JK. Avalie até que ponto há semelhança entre as propostas de desenvolvimento e a política econômica destes dois governos, traçando um paralelo entre eles.

Resolução

A literatura tratando do segundo Governo Vargas não é unânime no que toca à natureza da política econômica do período. De um lado, há autores como Fonseca (1989) que afirmam ter existido, desde a campanha eleitoral do então candidato, um projeto claro de natureza desenvolvimentista. Já Vianna (1990) e Lessa e Fiori (1991), por exemplo, preferem enfatizar o predomínio de uma orientação mais ortodoxa na condução da política econômica de Vargas. Tal divergência não ocorre no que se refere à natureza da política econômica de JK, onde a literatura unanimemente assinala o seu caráter desenvolvimentista.

Começando pelo Governo Vargas, os diversos autores ressaltam o plano inicial anunciado à época, segundo o qual haveria, primeiro, um esforço de estabilização, seguido de uma fase pró-crescimento na política econômica, em uma estratégia do tipo “Campos Sales-Rodrigues Alves”. A guinada entre uma fase e outra desta estratégia teria ocorrido em meados de 1953, sem que a estabilização (a fase “Campos Sales”) tivesse logrado resultados. A partir daí, a política econômica assumiu contornos mais claramente desenvolvimentistas, devendo ser mencionadas a criação, ainda naquele ano, da Petrobras, e a promulgação da Instrução nº 70 da Sumoc. Esta última pôs fim aos controles quantitativos de importações e introduziu os

leilões de cambiais. Tal medida iria se revelar decisiva para o Plano de Metas, de JK, ao permitir alocação seletiva de divisas e, ao mesmo tempo, prover recursos para o governo, através da conta de Ágios e Bonificações.

Se a condução da política econômica no segundo Governo Vargas obedeceu a uma estratégia de, primeiro, estabilizar para, em seguida, crescer, no caso do Governo JK a ordem se inverteria. O crescimento econômico liderado pelo Plano (ou Programa) de Metas iria ter precedência sobre quaisquer outras considerações de política econômica. Sendo assim, a orientação das políticas fiscal, monetária, cambial, de crédito etc. teria que ser compatível com o mote do presidente de fazer o país crescer "50 anos em 5".

A forte elevação da inflação observada entre 1957 e 1958, porém, levou a que fosse lançado o Plano de Estabilização Monetária – PEM, que previa um conjunto de medidas restritivas nas áreas fiscal e monetária. Dada a incompatibilidade deste esforço de estabilização com a continuidade plena de seu Plano de Metas, JK optou pelo crescimento econômico, legando para seus sucessores um quadro de inflação elevada e deterioração das posições fiscal e externa do país.

Em suma, pode-se dizer que houve alguma semelhança nas propostas de desenvolvimento dos dois governos e uma diferença no sequenciamento da política econômica, com Vargas começando pela estabilização e passando para o crescimento e o contrário sendo observado (ao menos, na intenção inicial) no Governo JK. Outro aspecto comum aos dois governos foi o apoio dado por ambos ao setor cafeeiro, não obstante a industrialização ter sido o foco da política econômica nos dois casos.

Contudo, as semelhanças mais gerais entre o desenvolvimentismo de Vargas e JK não devem encobrir diferenças importantes entre os dois governos. Assim, por mais que Vargas pudesse nutrir objetivos considerados desenvolvimentistas, ele não contava – ao contrário do que ocorreria com JK – com um diagnóstico detalhado dos estrangulamentos da economia brasileira (tal como realizado pelo relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que serviria de base para o Plano de Metas). Adicionalmente, Vargas não dispôs do aparato institucional que Juscelino

pôs a serviço de seu projeto de desenvolvimento econômico. Por exemplo, o BNDE, criado por Vargas em 1952, teve um funcionamento inicial muito tímido, somente adquirindo capacidade técnica e corpo funcional mais robustos na segunda metade da década de 1950, quando, então, mostrar-se-ia instrumental no apoio aos planos de investimento do governo. O mesmo pode ser dito dos Grupos Executivos setoriais, criados por JK, e que seriam decisivos para o alcance de muitas das metas do governo. As diferenças entre os dois governos no que diz respeito a propostas de desenvolvimento podem ser resumidas no fato de JK ter partido de um plano (o próprio Programa de Metas), algo que não existiu no caso do segundo Governo Vargas.

Por fim, cabe mencionar a importante dimensão ideológica dos dois governos, onde, também, percebem-se diferenças. Conforme argumentado por Benevides (1979), nos anos 1950 operou-se uma transformação do "nacionalismo" de Vargas no "desenvolvimentismo" de JK. Essencialmente, de acordo com a autora, o "desenvolvimentismo" era, comparativamente, mais atraente tanto em termos puramente ideológicos como do ponto de vista prático. Segundo ela, a ideologia do desenvolvimento foi usada como uma forma de mobilização e legitimação por JK. Para a classe industrial, o desenvolvimentismo (ao contrário do nacionalismo getulista) evitava a ênfase na intervenção estatal na economia. Para a classe trabalhadora, se o nacionalismo era um conceito abstrato, o desenvolvimentismo era concreto – significava oportunidades de postos de trabalho e crença num futuro melhor, pelos frutos do desenvolvimento. Já para as Forças Armadas, o desenvolvimentismo era visto como indispensável em termos de defesa nacional.

Prova de 2013

Questão 2

A inflação acelerou-se a partir do final da década de 1950 até meados da década seguinte, enquanto o PIB passou por forte desaceleração, em média, de suas taxas de crescimento. Discuta as principais teses que geralmente são apontadas para explicar a inflação e o baixo crescimento do PIB no período.

Resolução

(São muitas as razões para a desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira entre o final dos anos 1950 e meados da década de 1960. Para uma discussão detalhada, o leitor deve consultar a resposta à Questão 2, Prova de 2012.)

No que toca, especificamente, à aceleração inflacionária, cabe relembrar a recusa de JK em levar adiante as recomendações de contenção de gastos e de emissões monetárias incluídas no Plano de Estabilização Monetária – PEM, de fins de 1958. Tal decisão, essencialmente, revelava a prioridade conferida pelo Presidente à conclusão dos investimentos previstos no Plano de Metas. Em outras palavras, sinalizava maior comprometimento de JK com o crescimento, relativamente ao combate à inflação. Seu projeto desenvolvimentista (incluindo a construção de Brasília), aliado aos elevados gastos do governo na política de defesa do café, está na origem do descontrole inflacionário do período.

Como resultado, a inflação manteve-se em patamar elevado (variação média do IGP de mais de 30% anuais) entre 1958-1960, representando pesado legado para os sucessores de JK. A tentativa de o Governo Jânio Quadros estabilizar os preços viu-se frustrada, para todos os efeitos, pela própria renúncia do Presidente da República, e a inflação fechou o ano de 1961 em pouco menos de 50%. Os quatro anos seguintes foram de grande instabilidade política, incluindo os três anos do conturbado Governo Goulart (alternando um regime parlamentarista de governo com outro,

presidencialista), o golpe de 1964 e o primeiro ano do Governo Castello Branco.

Entre 1961 e 1964 a inflação deu mostras de fugir ao controle do governo. A variação do IGP, no período, passou de 48% para mais de 90%, tendo sido influenciada, entre outros, pelos reajustes do salário mínimo e dos vencimentos dos servidores públicos. A dificuldade encontrada por Jango em estabilizar a inflação decorreu, em grande medida, da falta de apoio político para medidas mais duras no campo fiscal e monetário. Esta falta de apoio, por sua vez, seria consequência direta da própria crise de legitimidade política do Presidente, conforme sugere Fonseca (2004). Já no caso de Castello Branco (1964-1967), a demora em fazer a inflação baixar – não obstante o governo dispor de mais instrumentos de política, dado o seu caráter autoritário – deve ser entendida à luz da própria estratégia gradualista de estabilização, adotada no Paeg.

PROVA DE 2015

Questão 2

> **Discuta em que medida a conjuntura internacional favoreceu e se relacionou com condições internas para propiciar as expressivas taxas de crescimento da economia durante o período do Plano de Metas.**

Resolução

A economia brasileira cresceu a uma taxa média anual de 8,1% durante o governo JK (1956-1960), período em que se deu a elaboração e execução do Plano de Metas. Trata-se de taxa superior à observada tanto no quinquênio anterior (6,7% a.a.) como nos conturbados anos 1961-5, quando ficou em menos de 5% anuais.

Para tal desempenho, contribuíram tanto a conjuntura internacional como fatores domésticos. Quanto à primeira, ressalta-se que o mundo como um todo vivia, à época, o início de um longo período de vigoroso crescimento econômico, que entraria na história como a Era de Ouro do capitalismo (1950-1973). Durante estes anos, a economia mundial cresceu como nunca, a uma taxa média anual de cerca de 5%. O comércio internacional, por sua vez, expandiu-se a um ritmo ainda maior (8% a.a., em média), em um contexto de paulatina 'reglobalização' da economia mundial, após o fechamento experimentado no entre-guerras.

Juntamente com este crescimento vigoroso do PIB e comércio internacionais, assistiu-se, à época, a gradual aumento dos fluxos de capitais. Neste contexto, o Brasil tornar-se-ia um importante destino de investimento externo direto, recebendo, em média, cerca de US$ 140 milhões anuais nesta rubrica (contra cerca de metade deste montante no quinquênio anterior). Finalmente, também é digno de nota o fato de o preço internacional do café – principal produto de exportação do Brasil – ter atingido o seu pico no início do governo JK (cotado a pouco mais de 50 centavos de dólar/libra peso), embora tenha recuado cerca de 40% no restante da década.

A este quadro externo favorável, correspondeu um ambiente interno igualmente propício para o êxito do Plano de Metas de JK. Neste sentido, combinaram-se fatores de ordem estrutural e conjuntural. No primeiro grupo, ressalta-se a existência, à época, de enorme contingente populacional ocupado em atividades de baixíssima produtividade no campo (o setor 'atrasado', agrícola). Parcela deste contingente pode ser, facilmente, transferida para atividades no setor 'moderno' da economia (indústria e serviços) durante o Plano de Metas, sem que houvesse grande pressão sobre os custos (lucratividade) empresariais. Tal disponibilidade de um *pool* de trabalhadores que pudessem ser absorvidos nos projetos do Plano de Metas (bem como em setores indiretamente relacionados a eles, como o de infraestrutura urbana e construção civil) por certo contribuiu para o crescimento econômico dos anos JK.

Os 'Anos Dourados' do governo Juscelino também se beneficiaram de decisões de política econômica e de um arcabouço institucional que, em parte, fora herdado de governos anteriores e, em parte, erigido por JK.

A principal decisão de política, é claro, foi o próprio lançamento e execução do Plano de Metas. Para tanto, foi decisivo um conjunto de fatores, dentre os quais se devem arrolar, por exemplo, a existência de uma ideologia desenvolvimentista aceita pelas elites políticas e empresariais no país; um corpo técnico capacitado para a elaboração e execução da maioria dos projetos incluídos no Plano (e que, em larga medida, envolviam adaptação de propostas constantes do Relatório da CMBEU, de 1953) e instituições – tanto as herdadas das administrações anteriores como as criadas no governo JK. No primeiro grupo deve-se incluir, forçosamente, a Petrobras e, sobretudo, o BNDE, ambas 'criadas no' 2º governo Vargas. Também essenciais para o êxito do Plano de Metas – e, por extensão, o forte crescimento econômico observado à época – foram os instrumentos de política cambial criados em governos anteriores, a exemplo das Instruções nº 70 e nº 113 da Sumoc.

A tal herança institucional de JK deve-se acrescentar: i) a Tarifa de 1957, de natureza claramente protecionista e que induziu ao fenômeno de *tariff hopping* por parte de empresas estrangeiras desejosas de produzir e

vender em um mercado consumidor fechado; ii) a criação de fontes de recursos domésticos (de natureza inflacionária ou não) para o financiamento de investimentos em moeda local; e iii) a montagem de um aparato burocrático paralelo, na forma dos Grupos de Trabalho e Grupos Executivos, vinculados ao Conselho de Desenvolvimento (e este último, à Presidência da República), conferindo maior agilidade na elaboração e execução dos projetos do Plano de Metas.

PROVA DE 2019

Questão 2

A década de 1950 pode ser considerada como período extremamente importante para a economia brasileira, sendo apontada por alguns autores como o mais expressivo exemplo da hegemonia de políticas desenvolvimentistas, especificamente nos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitscheck. Explicite as principais políticas desses dois governos em favor da industrialização e avalie suas semelhanças e diferenças.

Resolução

(Ver Questão 2, Prova de 2011)

4

Da Crise dos Anos 1960 ao "Milagre"

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2010

Questão 6

A propósito da desaceleração da economia brasileira na primeira metade dos anos 1960, é CORRETO afirmar que:

⓪ A resistência do Congresso Nacional foi fator importante para inviabilizar a realização das reformas estruturais propostas pelo Governo João Goulart para combater a crise.

① A política econômica anticíclica do Plano Trienal, proposto no período parlamentarista do Governo João Goulart, atenuou a desaceleração do ritmo de crescimento do PIB, mas foi incapaz de reverter o descenso cíclico.

② Como a lei de correção monetária protegia o valor real dos ativos financeiros, a aceleração inflacionária não contribuiu para a redução verificada da expansão do crédito privado.

③ A redução da taxa de crescimento dos investimentos privados deveu-se, em parte, à capacidade ociosa gerada pelos projetos industriais do Plano de Metas.

④ A desvalorização cambial implementada pelo Governo Jânio Quadros permitiu que as exportações dobrassem de valor no triênio seguinte, compensando em parte a retração relativa da demanda interna.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O Presidente João Goulart teve dificuldades em formar uma maioria no Congresso que fosse favorável a suas propostas.

(1) Falso.

O Plano Trienal não foi uma política "anticíclica", mas sim uma tentativa de conciliar a estabilização gradual da inflação com a manutenção do crescimento econômico e as chamadas "reformas de base". O Plano foi lançado ao final de 1962 – ainda no regime parlamentarista, portanto –, ano em que o PIB cresceu 6,2%. Não é verdade que ele "atenuou a desaceleração do ritmo de crescimento do PIB"; ao contrário, contribuiu

para a forte contração do nível de atividade ocorrida em 1963 (crescimento de apenas 0,6% no ano).

(2) Falso.

A correção monetária de ativos financeiros privados teve início apenas a partir de 1965 quando, então, passou-se a observar expansão real do crédito ao setor privado (de 17,3% em 1965 e 25,8% em 1967). Entre 1960 e 1965, ao contrário, houve uma queda real de cerca de 13% no volume de crédito.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

As exportações brasileiras permaneceram *estagnadas* (em torno de US$ 1,4 bilhão) entre 1962-1964.

Questão 7

Em importante estudo sobre a economia brasileira na década de 1960, Simonsen defende que a política anti-inflacionária adotada pelo Paeg apresentou as seguintes características:

⓪ Era uma política gradualista de combate à inflação e assemelhava-se, neste aspecto, à proposta, embora não implementada, do Plano Trienal do Governo Goulart.

① Teve na política salarial um de seus instrumentos mais importantes, e tinha por objetivo manter o nível do salário real médio verificado no período imediatamente anterior.

② Contemplava a racionalização do sistema tributário e da arrecadação, além da recuperação do prestígio da dívida pública.

③ Implantou o que veio a ser chamado de “inflação corretiva”, isto é, uma série de altas de preços com o objetivo de corrigir distorções acumuladas no passado e que atenuaria a dependência de alguns setores produtivos em relação aos subsídios governamentais.

④ A orientação gradualista adotada para combater a inflação recusava o congelamento geral dos salários e a imediata eliminação do déficit público, embora reconhecesse que este era uma das causas da inflação.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O Paeg falava em “conter progressivamente o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando-se um razoável equilíbrio de preços em

1966”. O Plano Trienal também previa uma redução gradual da inflação, que deveria cair para 25% em 1963, “visando alcançar 10% em 1965”.

(1) Falso.

Na realidade, a política salarial do Paeg objetivava manter a participação dos salários no PIB e impedir que os reajustes salariais se dessem a taxas superiores ao crescimento da produtividade e, com isso, realimentassem o processo inflacionário. Na prática, porém, o governo subestimou a inflação esperada e os ganhos de produtividade médios, resultando em salários reais menores – o que contribuiu para a redução da inflação, mas também para a piora da distribuição de renda.

(2) Verdadeiro.

O Paeg modernizou o sistema tributário brasileiro e, com a criação do instituto da correção monetária, fomentou o desenvolvimento de um mercado de títulos da dívida pública (baseado nas ORTNs – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).

(3) Verdadeiro.

A “inflação corretiva” era uma decorrência lógica do objetivo de se praticar um “realismo tarifário”, isto é, preços de tarifas de serviços públicos que refletissem os verdadeiros custos de provê-los.

(4) Verdadeiro.

Ao reconhecer o papel, sobre a inflação, do financiamento monetário do déficit público, o Paeg demonstrava seguir um diagnóstico tradicional (“ortodoxo”) do fenômeno. O combate gradual à inflação, porém, distanciava os seus formuladores da abordagem de choque preconizada, por exemplo, pelos técnicos do FMI.

Questão 8

Com relação ao chamado “Milagre Brasileiro” (1968-1973), pode-se afirmar que a política econômica adotada no período teve as seguintes características:

⓪ A expansão da demanda interna não impediu o crescimento das exportações de manufaturados, dentre outros motivos porque havia capacidade ociosa suficiente para permitir o crescimento agregado da demanda interna e externa.

① As isenções fiscais e os juros subsidiados à agricultura visaram ao aumento da oferta de alimentos e ao crescimento das exportações de produtos primários.

② A política salarial do período anterior (Paeg) foi alterada, com o objetivo de recuperar o salário real e, por conseguinte, impulsionar a demanda interna.

③ A taxa de crescimento da demanda por bens de consumo duráveis aumentou antes que a da demanda por bens de capital.

④ A partir de 1968, o regime de minidesvalorizações cambiais foi substituído pelo câmbio flutuante, tendo em vista o objetivo de aumentar as exportações de produtos manufaturados.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Entre 1968 e 1973 as exportações totais do Brasil cresceram 275%, ao passo que as exportações de artigos manufaturados cresceram 639%.

(1) Verdadeiro.

Durante o Milagre, o setor agrícola passou a receber mais atenção das políticas de governo e, com isso, pôde aumentar tanto a produção como as exportações (em particular, do chamado "complexo soja").

(2) Falso.

O candidato que respondesse "Verdadeiro" neste item não estaria incorrendo em erro. Com efeito, a Lei no 5.451, de 12/6/1968, alterou a fórmula de cálculo dos salários, herdada da época do Paeg. Segundo Lago (1990, p. 285), tal mudança visava "(...) corrigir a distorção resultante da subestimação, a cada ano, da inflação prevista, ou seja, do resíduo inflacionário" e teria sido motivada "(...) possivelmente a partir de uma maior preocupação com a manutenção de um nível de demanda adequado". Dito isso, é possível que a parte inverídica do enunciado diga respeito à afirmativa de que tal alteração na política salarial tivesse como objetivo "recuperar o salário real". O fato permanece, contudo, que não obstante o resíduo inflacionário ter sido corrigido, persistiram as subestimativas dos ganhos de produtividade – com prejuízos óbvios para os assalariados.

(3) Verdadeiro.

Foi assim que se passou ao final da década de 1960: inicialmente, aumento da produção industrial, com base em capacidade ociosa prévia e, na sequência, aumento dos investimentos. Isso decorre da própria lógica das decisões empresariais, que faz com que os investimentos (e, portanto, a demanda por bens de capital) só aumentem após uma elevação percebida como duradoura na demanda por bens de consumo.

(4) Falso.

A novidade na área cambial em 1968 foi, justamente, a introdução do regime de minidesvalorizações cambiais. A taxa de câmbio continuou a ser fixa (e não flutuante), ainda que, a partir de então, passasse a ser alterada periodicamente.

PROVA DE 2011

Questão 6

Nos primeiros anos da década de 1960, a taxa de crescimento da economia brasileira passou por forte desaceleração, ao mesmo tempo em que a inflação crescia. Sobre este período pode-se afirmar:

⓪ A elevação da inflação ajuda a explicar a opção, por meio da Instrução 204 da Sumoc, pela valorização cambial, de modo a conter o custo dos bens importados.

① O Plano Trienal, proposto no Governo Goulart, arrolava entre as causas da inflação o excesso de demanda causada pelo déficit público.

② A interpretação estruturalista sobre a crise do período associa a perda de dinamismo do crescimento à elevação da relação capital-produto dos novos segmentos industriais internalizados no período do Plano de Metas.

③ A rejeição de Goulart em negociar com os Estados Unidos, já nos primeiros meses de seu governo, contribuiu para acirrar os conflitos com este país, fato que se intensificou com a desaprovação brasileira, na OEA, ao bloqueio a Cuba.

④ O fim do período parlamentarista de Goulart, com o retorno ao presidencialismo em 1963, contribuiu para o abandono da política de estabilização, proposta no Plano Trienal, na primeira fase de seu governo.

Resolução

(0) Falso.

A Instrução nº 204, baixada no governo Jânio Quadros, foi um passo decisivo na direção da unificação de câmbio no Brasil. Na prática, implicava *desvalorização* cambial.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

Para Furtado e o pensamento estruturalista, o tipo de industrialização que caracterizou o Brasil ao final dos anos 1950 era poupador de mão de obra e, com isso, não criou uma demanda por manufaturados capaz de estabelecer um desenvolvimento econômico sustentado.

(3) Falso.

Não houve recusa do Presidente João Goulart em negociar com os EUA, conforme atesta a viagem oficial que realizou àquele país em abril de 1962, para discutir com o Presidente Kennedy assuntos referentes à dívida externa e o tratamento dado ao capital estrangeiro no Brasil. O Brasil (juntamente com outros cinco países do continente) se absteve de votar a favor da suspensão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, que ocorreu em janeiro de 1962.

(4) Falso.

Embora tenha sido lançado em dezembro de 1962, ao final do período parlamentarista de Jango, o Plano Trienal foi posto em prática no início de 1963, já na fase *presidencialista* de seu governo. O abandono daquela política de estabilização ocorreria ao longo de 1963, diante das críticas ao impacto recessivo das medidas do governo.

Questão 7

Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo Castello Branco (Paeg), é CORRETO afirmar:

⓪ Adotou uma típica estratégia de “choque” anti-inflacionário, em virtude do elevado nível atingido pela inflação em 1964.

① A eficácia do programa anti-inflacionário articulado pelas políticas fiscal, monetária e salarial foi parcialmente prejudicada pela “inflação corretiva” gerada pela introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais em 1965.

② Adotou uma política de reajuste salarial pelo pico do salário real do período anterior e não pela média verificada para esse período.

③ A “inflação corretiva” do período estava associada a iniciativas que, embora alimentassem a inflação no curto prazo, esperava-se que contribuíssem no médio prazo para aliviar as pressões inflacionárias.

④ Postulava que a causa principal da inflação era o excesso de demanda, mas que limitações de oferta também contribuíam para o aumento de preços.

Resolução

(0) Falso.

Os formuladores do Paeg optaram por uma estratégia *gradualista* de combate à inflação, em oposição ao choque proposto pelos técnicos do

FMI.

(1) Falso.

A “inflação corretiva” não tinha nada a ver com a introdução de um sistema de minidesvalorizações cambiais (que, de resto, só seriam implementadas em 1968), e sim com o impacto que os reajustes de tarifas públicas e taxa de câmbio teriam sobre os preços domésticos.

(2) Falso.

A fórmula de reajuste salarial introduzida em 1965 corrigia os salários de forma a recompor o salário real *médio* dos 24 meses anteriores, acrescido dos ganhos de produtividade e de uma estimativa da inflação futura.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

Além do excesso de demanda oriundo do setor público, os formuladores do Paeg enxergavam elementos de custos importantes como causadores da inflação, a exemplo de salários reajustados acima da variação da produtividade, o custo do capital, baixa produtividade agrícola, custos de transporte etc.

Questão 8

No que concerne às circunstâncias e características do chamado “milagre econômico” (1968-1973) é CORRETO afirmar que:

⓪ A capacidade ociosa existente no início do período tendeu a se esgotar ao longo do mesmo, resultando na necessidade crescente de compras de equipamentos no exterior.

① A elevação do salário mínimo contribuiu para diminuir a concentração de renda e, por decorrência, para aumentar a demanda por bens de consumo duráveis.

② O crescimento das exportações e as facilidades de endividamento externo proporcionaram a disponibilidade de divisas necessárias à expansão.

③ A incapacidade de aumentar as exportações de bens manufaturados ampliou a dependência de produtos primários na pauta de exportações.

④ Houve elevação do endividamento das famílias, facilitada pelas reformas financeiras que estimularam o desenvolvimento da intermediação financeira na compra de imóveis e bens de

consumo.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Ao longo do período do "milagre", foi necessário expandir a capacidade produtiva de forma a atender ao crescimento da demanda interna. Com isso, as importações de máquinas e equipamentos passaram de US$ 600 milhões em 1968 para US$ 2,1 bilhões em 1973 (ou 1/3 do total das importações naquele ano).

(1) Falso.

A concentração de renda aumentou durante os anos 1960. Porém – e tendo em vista o aumento absoluto dos rendimentos em todas as faixas de renda durante o Milagre –, a demanda por bens de consumo duráveis também cresceu no período.

(2) Verdadeiro.

As exportações cresceram mais de três vezes entre 1968 e 1973 (passando de US$ 1,8 bilhão para US$ 6,2 bilhões), ainda que a balança comercial tenha sido deficitária em 1971 e 1972. Pelo lado financeiro, porém, o ingresso líquido de divisas foi nitidamente positivo, tendo permitido um aumento das reservas internacionais, que passaram de US$ 250 milhões para US$ 6,4 bilhões no período.

(3) Falso.

O peso dos manufaturados no total exportado aumentou, passando de menos de 11% em 1968 para cerca de 23% em 1973.

(4) Verdadeiro.

A expansão do crédito ao consumidor, no período, beneficiou-se das reformas realizadas durante o Paeg, que incluíram a criação das sociedades de crédito, financiamento e investimento (as chamadas "financeiras"). Já o crédito imobiliário aumentou após a criação, também à época do Paeg, do

Sistema Financeiro de Habitação, com funding proveniente do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.

PROVA DE 2012

Questão 6

No período entre 1964 e 1967, a economia brasileira passou por inúmeras mudanças institucionais. Entre elas podemos mencionar a criação:

⓪ Do Comitê de Política Monetária, ao qual caberia definir a taxa de juros e normatizar o sistema financeiro.

① Do Sistema Financeiro da Habitação e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN.

② Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ao qual caberia, entre outras funções, o financiamento de longo prazo.

③ Das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, conhecidas como “financeiras”, às quais caberia o financiamento ao consumidor.

④ Da Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (COFIE), que facilitou e normatizou fusões e incorporações, principalmente de instituições financeiras.

Resolução

(0) Falso.

O Copom seria instituído apenas em 20 de junho de 1996, por meio da Circular nº 2.698 do Bacen.

(1) Verdadeiro.

Este gabarito é questionável. As "financeiras" foram criadas ao final de 1959, ainda que só viessem a ter maior importância após as reformas do Paeg.

(2) Falso.

O BNDE fora criado em junho de 1952, no segundo Governo Vargas.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

A Cofie seria criada apenas em setembro de 1974, pelo Decreto-Lei nº 1.346.

Questão 7

No período de 1968 a 1973 a economia brasileira apresentou altas taxas de crescimento do PIB. É CORRETO afirmar:

⓪ Existia um órgão responsável pelo acompanhamento e tabelamento de preços não só de serviços públicos, mas também de certos segmentos do setor privado.

① A elevação do investimento do setor público foi facilitada pelo aumento em termos reais de tarifas e preços públicos.

② Houve aumento significativo da exportação de produtos manufaturados e também de produtos primários, dentre os quais se pode destacar a soja.

③ Foi iniciada uma estratégia de valorização gradual do cruzeiro, por meio do retardamento das desvalorizações cambiais, com o propósito de combater a inflação.

④ A taxa média anual de crescimento da produção industrial foi maior no ramo de bens de consumo duráveis (estimulado pela expansão do crédito e pelas alterações na distribuição da renda) do que nos ramos de bens de capital e insumos intermediários.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Trata-se da Conep – Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços, criada em 23/2/1965, no âmbito da Superintendência Nacional de Abastecimento – Sunab. O trabalho da Conep passaria a ser auxiliado pelo Conselho Interministerial de Preços – CIP, instituído em agosto de 1968.

(1) Verdadeiro.

Tal aumento das tarifas públicas em termos reais, por sua vez, fora objeto explícito da política do governo anterior.

(2) Verdadeiro.

Com efeito, as exportações de produtos manufaturados aumentaram significativamente no período, tendo passado de US$ 200 milhões em 1968 para US$ 1,4 bilhão em 1973. Em termos relativos, a participação no total subiu de 12% para 23%. As exportações de produtos primários (classificados como "básicos" nas estatísticas de comércio exterior) também aumentaram no período: de US$ 1,4 bilhão para US$ 4,1 bilhões, entre 1968 e 1973. Dentro deles, a soja foi, certamente, um destaque, com exportações praticamente nulas do produto em grão em 1968, aumentando

para US$ 500 milhões em 1973 (caso se incluam as exportações de farelo de soja – um artigo semimanufaturado – as exportações do chamado “complexo soja” alcançariam cerca de US$ 1 bilhão em 1973).

(3) Falso.

O gabarito oficial da Anpec é questionável. Com efeito, a partir de 1970 houve, sim, uma estratégia deliberada, por parte do governo, de valorizar gradualmente a taxa de câmbio, como forma de combater pressões inflacionárias. Antes disso (1968-1969), porém, a estratégia era diversa, qual seja, foram introduzidas desvalorizações periódicas da taxa de câmbio para evitar uma apreciação real que prejudicasse as exportações.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2013

Questão 7

A respeito do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), é CORRETO afirmar:

⓪ A política salarial propunha recompor o pico verificado no reajuste anterior, embora, na prática, este objetivo não tenha sido alcançado.

① A estratégia anti-inflacionária tinha um caráter gradualista, exatamente como sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

② Procurou enfraquecer a negociação direta entre assalariados e empregadores como meio de definir o nível de salários.

③ Segundo Mario Henrique Simonsen, a política de crédito deveria impedir os excessos da inflação de procura, mas deveria adaptar-se à irreversibilidade da inflação de custos.

④ Incorporou, em sua formulação, a regra do repasse dos aumentos de produtividade aos salários.

Resolução

(0) Falso.

A partir do Paeg, os salários passaram a ser corrigidos de forma a recompor o seu valor *médio* nos 24 meses anteriores ao reajuste, acrescido da produtividade e do ‘resíduo inflacionário’.

(1) Falso.

Na realidade, a proposta de uma abordagem gradualista no combate à inflação, que partira da equipe econômica, entrou em confronto com os técnicos do FMI, que eram favoráveis a um *choque* de estabilização.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Tal pergunta exigia do candidato lembrar de passagem do livro *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*, de M. H. Simonsen [ver Simonsen (1970)]. Lê-se ali que: “(...) A política de crédito às empresas será suficientemente controlada, para impedir os excessos da inflação de

procura, mas suficientemente realista para adaptar-se à irreversibilidade da inflação de custos” (p. 24).

(4) Verdadeiro.

Tais aumentos deveriam se somar ao salário real médio apurado nos 24 meses anteriores ao reajuste (ver item 0, acima).

Questão 8

Comparativamente, a economia brasileira apresentou as seguintes características no período do Plano de Metas e do chamado “Milagre Econômico”:

⓪ O salário mínimo real aumentou a cada ano no primeiro período, mas não no segundo.

① O investimento na indústria de transformação aumentou a taxas médias anuais maiores no primeiro período do que no segundo, mas o contrário ocorreu para o consumo.

② A criação das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (as chamadas “Financeiras”) permitiu forte ampliação do crédito ao consumo de bens duráveis já no primeiro período, embora viesse a crescer a taxas ainda maiores no segundo período.

③ As exportações foram responsáveis por uma proporção maior da produção industrial no segundo período do que no primeiro, mas continuaram tendo menor volume do que a produção para o mercado interno.

④ Enquanto foram instalados novos ramos industriais (como indústria automobilística e de material elétrico pesado) no primeiro período, a produção industrial cresceu no segundo período, inicialmente, com base em significativa capacidade ociosa.

Resolução

(0) Falso.

De acordo com série disponibilizada no Ipeadata, o salário mínimo real médio anual caiu 12% em 1958 e, novamente, 12% em 1960. Portanto, não é verdade que ele tenha aumentado “a cada ano no primeiro período” (isto é, no Plano de Metas). Já no Milagre, o salário mínimo sofreu leve recuo em 1969, mantendo-se praticamente estável dali até 1973.

(1) Falso.

Segundo Serra (1984, p. 77), o investimento na indústria de transformação aumentou 22% a.a., em média, entre 1955 e 1959. Cálculo a partir de dados apresentados pelo mesmo autor revela uma taxa de

crescimento ainda maior do investimento na indústria de transformação no período do Milagre (24% a.a., em média). A afirmativa é, portanto, falsa.

(2) Falso.

Instituídas pela Portaria nº 309 do Ministério da Fazenda, de 30 de novembro de 1959, as "financeiras" passariam a ter uma importância maior apenas durante o "Milagre" (tendo sido responsáveis por 15% do total do crédito ao setor privado em 1973, contra 5,6% em 1964). Para tanto, contribuiu a Resolução nº 45 do Banco Central, de 31/12/1966, criando o crédito direto ao consumidor e obrigando as financeiras a destinar 40% dos seus recursos para empréstimos ao consumidor (com isso reduzindo suas operações de capital de giro).

(3) Verdadeiro.

Uma das características notáveis do período do "Milagre" foi o aumento das exportações brasileiras e, dentro delas, das exportações de manufaturados, que passaram de US$ 200 milhões em 1968 para US$ 1,4 bilhão em 1973. Já no período do Plano de Metas as exportações brasileiras eram constituídas quase que integralmente de produtos básicos. Dado o "modelo" de desenvolvimento vivido pelo país à época, voltado "para dentro", é natural que, em ambos os períodos, a maior parte da produção industrial se destinasse ao mercado interno e não às exportações.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2014

Questão 8

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social:

⓪ Propunha manter altas taxas de crescimento do PIB associadas a medidas de combate à inflação.

① Definia, em seu diagnóstico da economia brasileira, que a fase da industrialização por substituição de importações já havia sido ultrapassada.

② Estabelecia como uma de suas medidas a reforma agrária, entendida como benéfica ao setor industrial, pois contribuiria para elevar a demanda de consumo.

③ Assentava-se no diagnóstico de que a inflação brasileira era fundamentalmente estrutural, negligenciando o aumento do déficit público do período como uma de suas causas.

④ O fim do período parlamentarista de Goulart, com o retorno ao presidencialismo em 1963, contribuiu para o abandono da política de estabilização proposta no Plano Trienal.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O Plano Trienal previa o uso de medidas como o corte dos gastos públicos e o controle da expansão do crédito para combater uma inflação que alcançara 100% (anualizados) em fins de 1962. O PIB, segundo seus formuladores, deveria manter expansão média de 7% a.a. entre 1963-1965.

(1) Falso.

O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, propunha metas de controle da inflação, através de uma abordagem gradualista, e também metas de crescimento. O Plano também previa, numa segunda fase, reformas estruturais. Analisando documentos do Plano Trienal, Fonseca e Moreira (2012) afirmam: “(...) Goulart pretendia aprofundar o processo de substituição de importações, na direção dos bens de capital e intermediários, com ênfase no setor energético, e mediante a descentralização espacial desses investimentos”. A partir daí, os autores fazem um paralelo entre o Plano Trienal e o II PND, sabidamente um marco da industrialização substitutiva de importações no Brasil.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

O Plano identificava o excesso de demanda causado pelo gasto público como principal causa da inflação.

(4) Falso.

Para Goulart, a vitória esmagadora em favor do retorno ao Presidencialismo, no plebiscito de janeiro de 1963, criava as condições políticas necessárias à efetiva *implementação* do Plano Trienal, anunciado semanas antes.

Questão 9

Sobre a política econômica do Governo Castello Branco, pode-se afirmar:

⓪ O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) estabeleceu como prioridade o combate à inflação, embora este devesse ocorrer de forma gradual.

① O Banco Nacional da Habitação contou com recursos estabelecidos pela reforma dos mecanismos de contratação e demissão de trabalhadores.

② Mesmo executando uma política de corte de gastos correntes, o governo manteve investimentos prioritários, como Itaipu e os polos petroquímicos do Rio Grande do Sul e da Bahia.

③ O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço foi medida proposta em substituição à estabilidade no emprego após dez anos de serviço com o mesmo empregador.

④ Segundo Mário Henrique Simonsen, o declínio dos salários reais era a contrapartida da melhoria da posição que se pretendia garantir aos beneficiários da inflação corretiva, como, por exemplo, os concessionários de serviços públicos e os portadores de títulos financeiros.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A estratégia gradualista de estabilização, adotada pelos formuladores do Paeg, previa que a inflação alcançaria 70% em 1964, 25% em 1965 e 10% em 1966.

(1) Verdadeiro.

A principal fonte de *funding* para o crédito habitacional a ser concedido pelo BNH seriam os recursos do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado em substituição à legislação que impunha severos encargos para demissões que ocorressem após 10 anos de permanência no emprego.

(2) Falso.

A hidrelétrica de Itaipu e os polos petroquímicos de Triunfo (RS) e Camaçari (BA) fizeram parte do II PND, no governo Geisel.

(3) Verdadeiro.

Ver o item (1), acima.

(4) Verdadeiro.

A “inflação corretiva” visava corrigir preços e tarifas que se encontravam defasados. Embora a correção de preços públicos aumentasse a inflação e, portanto, diminuísse o salário real, haveria ganhos para os concessionários de serviços públicos. Já os portadores de ativos financeiros passariam a receber juros reais positivos, a partir da criação da ORTN.

PROVA DE 2015

Questão 6

Sobre a conjuntura econômica do início da década de 1960, pode-se afirmar:

⓪ O governo Jânio Quadros optou por uma política monetária restritiva e por corte dos subsídios para combater a inflação.

① A crise econômica do período possui também causas de natureza política, como a aliança da UDN com o PTB, portanto de caráter heterogêneo, para concorrer à eleição presidencial de 1960.

② O governo Goulart, para fazer frente aos problemas de balanço de pagamentos, procurou, dentre outras medidas, reescalonar os pagamentos da dívida externa.

③ O aumento da relação capital/produto dos novos investimentos, que operaram com grande capacidade ociosa, tendo em vista o que o mercado poderia demandar, é arrolado como uma das causas estruturais da crise do período.

④ O governo Castello Branco tem como uma de suas marcas o abandono da formulação de uma proposta de reforma agrária, que era uma das medidas mais controversas do governo de João Goulart.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Tal política era coerente com o enfrentamento do problema inflacionário herdado do governo JK e que esteve no centro da crítica de Jânio a seu antecessor na Presidência da República. Na prática, o corte de subsídios atingiria, principalmente, os preços do trigo e de derivados de petróleo.

(1) Falso.

Na realidade, Jânio lançou-se candidato a Presidente pelo minúsculo PTN – Partido Trabalhista Nacional, embora tenha contado com apoio da UDN. João Goulart, eleito vice-Presidente, pertencia ao PTB, partido que não se aliou à UDN.

(2) Verdadeiro.

Em missão diplomática enviada a Washington em 1963, encabeçada pelo Ministro San Tiago Dantas, o governo brasileiro tentou levantar

recursos da ordem de US$ 600 milhões e renegociar os prazos de pagamento do serviço da dívida externa. Obteve, de imediato, apenas US$ 84 milhões e nenhum acordo de reescalonamento da dívida.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

A Lei n. 4.505, de 30/11/1964 (Estatuto da Terra), visava executar uma reforma agrária no país e promover a política agrícola do governo Castello Branco.

Questão 7

Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) e as reformas institucionais realizadas no governo Castello Branco, pode-se considerar:

⓪ A reforma trabalhista eliminou o regime de estabilidade no emprego, que vigorava para os empregados com mais de dez anos de trabalho.

① O choque de preços de insumos básicos produzidos por empresas estatais, em linha com a chamada inflação corretiva, tinha como objetivo restringir a capacidade de investimento de tais empresas e, assim, reverter a política excessivamente intervencionista do período João Goulart.

② O PAEG compartilhava com o Plano Trienal um diagnóstico ortodoxo de que a causa fundamental da inflação era a incompatibilidade entre o investimento desejado para garantir uma taxa de crescimento elevada e a poupança potencial.

③ As condições financeiras internacionais favoráveis foram um dos fatores que contribuíram para explicar uma folga de liquidez no início do PAEG.

④ A ortodoxia monetária na condução do PAEG foi registrada apenas em certo período, a partir do primeiro trimestre de 1966.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Em seu lugar, foi criado o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, com recursos dos empregadores, cujos saldos individuais poderiam ser sacados pelo trabalhador no caso de demissão.

(1) Falso.

Pelo contrário: o ‘realismo tarifário’, que resultava na chamada ‘inflação corretiva’, visava, justamente, prover as empresas estatais com maior capacidade de realizar investimentos com recursos próprios.

(2) Falso.

Na realidade, o PAEG identificava o conflito distributivo (isto é, a incompatibilidade entre as parcelas da renda reivindicadas pelo governo, empresas e trabalhadores) como uma das causas da inflação no Brasil. Daí ter proposto uma política salarial que, na prática, procurava resolver este conflito via uma redução da parcela correspondente aos salários.

(3) Verdadeiro.

Como resultado destas melhores condições, o ingresso de capitais do exterior sob a forma de empréstimos chegou a US$ 655 milhões no biênio 1965-6, contra US$ 149 milhões em 1963-4; no caso de investimento externo direto, ingressaram US$ 313 milhões em 1965-6, contra US$ 173 milhões em 1963-4.

(4) Anulada.

Questão 8

O período de 1968 a 1973 é comumente denominado de “milagre brasileiro”. Pode(m) ser associado(s) a esse período:

⓪ Uma forte expansão da exportação de bens industrializados, não acompanhada por crescimento das exportações agrícolas.

① O crescimento da dívida externa líquida a taxas superiores às da dívida externa bruta.

② O aumento do déficit em conta-corrente ao longo do período.

③ Graças ao excelente desempenho do setor privado, o governo continuou a contenção do avanço do setor produtivo estatal, que foi implementada no PAEG, e que só seria revertida com os programas do lI PND.

④ O crescimento das captações no Euromercado, à época em expansão, superou as necessidades de captação externa para cobrir o déficit de transações correntes.

Resolução

(0) Falso.

As exportações agrícolas também aumentaram no período, sobretudo as de soja em grão, que passaram de valores irrisórios em 1968 para quase US$ 500 milhões em 1973 (equivalente a cerca de 8% do total exportado naquele ano).

(1) Falso.

A dívida externa líquida cresceu 120% entre 1968-73, ao passo que, no mesmo período, a dívida externa bruta aumentou 260%.

(2) Verdadeiro.

O déficit em transações correntes passou de US$ 580 milhões em 1968 para US$ 2,1 bilhões em 1973.

(3) Falso.

No período, foram criadas *holdings* estatais nas áreas de insumos (Siderbrás) e serviços de telecomunicações (Telebrás), bem como empresa no setor aeronáutico (Embraer, fundada em 1969).

(4) Verdadeiro.

O resultado de tal processo foi a acumulação de reservas cambiais, cujo total passou de US$ 257 milhões em 1968 para mais de US$ 6 bilhões em 1973.

PROVA DE 2016

Questão 5

Sobre a economia brasileira e a política econômica na década de 1960, é correto afirmar:

⓪ O Plano Trienal foi formulado ainda durante o regime parlamentarista, mas sua execução ocorreria principalmente durante o regime presidencialista no Governo João Goulart.

① O déficit público não foi arrolado como causa relevante da inflação pelo Plano Trienal, a qual era atribuída a causas estruturais.

② O ministro da Fazenda San Thiago Dantas tentou, sem êxito, reescalonar a dívida externa e obter financiamento internacional a ponto de viabilizar as propostas do Plano Trienal.

③ A reforma tributária do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) resultou na criação de impostos, como o ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, o qual caberia aos estados.

④ A nova lei salarial do Governo Castello Branco estabeleceu reajuste anual de salários, de modo a repor a inflação verificada desde o último reajuste.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O Plano foi apresentado ainda sob o regime parlamentarista, em dezembro de 1962. Sua execução ocorreria ao longo do ano seguinte, já sob o regime presidencialista de governo.

(1) Falso.

Embora formulado por um dos expoentes do estruturalismo, Celso Furtado, o Plano Trienal apresentava o déficit público como a principal causa da inflação no Brasil.

(2) Verdadeiro.

Tal tentativa envolveu viagem a Washington, em março de 1963, na qual, dos cerca de US$ 400 milhões em empréstimos obtidos, apenas US$ 84 envolveram desembolso imediato (dos quais US$ 30 milhões seriam

utilizados para compensar a empresa de comunicações ITT pela encampação de que fora objeto no Rio Grande do Sul).

(3) Verdadeiro.

Até 1966, a principal fonte de receita estadual, o imposto sobre vendas e consignações (transformado, pela reforma, em ICM, com maior grau de coordenação interestadual), incidia em cascata. Com a nova legislação, diversos impostos em cascata foram transformados em impostos sobre o valor agregado.

(4) Falso.

O princípio da anuidade dos reajustes salarias ficava, de fato, estabelecido pela nova lei. Contudo, a lei salarial do Governo Castello Branco não previa a reposição da inflação, e sim fórmula que envolvia reajustar os salários reais médios dos 24 meses anteriores por uma taxa de aumento da produtividade acrescida de metade da inflação estimada pelo governo para o ano seguinte (o chamado ‘resíduo’ inflacionário).

Questão 6

Sobre a política fiscal brasileira na segunda metade da década de 1960, podemos dizer que:

⓪ A criação do Fundo de Participação dos Estados e Municípios pela reforma tributária do Governo Castello Branco representou um elemento importante na estratégia geral de descentralização tributária.

① Apesar da ampliação da base de arrecadação do imposto de renda, o caráter regressivo da reforma tributária se manifestou na importância predominante do crescimento dos impostos indiretos no aumento da arrecadação.

② A criação de fundos fiscais de investimento, com base em carteiras de ações e debêntures, foi uma causa da formação de bolha especulativa no mercado acionário, que experimentou uma crise em 1971.

③ Ao protegerem o investidor do efeito da inflação, as Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional representaram uma maior pressão fiscal sobre o Tesouro, se comparadas com a forma de endividamento público pré 1964.

④ Uma das medidas saneadoras do programa fiscal do Governo Castello Branco foi a criação do Banco Central, em 1964, com o encerramento do Orçamento Monetário, que até então cobria

os custos com créditos subsidiados.

Resolução

(0) Falso.

Pelo contrário. A criação de tal Fundo, que envolve o recolhimento de tributos aos cofres da União e a posterior distribuição de parte destes recursos a estados e municípios, deve ser entendida como parte da tendência à *centralização* política, administrativa e tributária do regime militar.

(1) Verdadeiro.

Tal foi o caso do aumento da importância dos recursos arrecadados via cobrança do ICM e do IPI, por exemplo.

(2) Verdadeiro.

Em 1967, foram dados alguns incentivos para aplicação no mercado de capitais, entre eles os Fundos 157 (Decreto-Lei n. 157/67). Estes permitiam usar parte do Imposto de Renda devido em aquisições de quotas de fundos de ações de companhias abertas administradas por instituições financeiras. Em decorrência dos incentivos fiscais, houve um rápido crescimento da demanda, sem contrapartida em um aumento de novas emissões. Tais incentivos contribuíram para uma onda especulativa, que culminou na crise de 1971.

(3) Verdadeiro.

Antes da criação das ORTNs o Tesouro financiava os seus déficits, sobretudo, através de emissão monetária, ganhando recursos via senhoriagem. Em contrapartida, com a ORTN, os títulos passam a render a inflação acrescida de algum juro real (ainda que pequeno), impactando o déficit operacional da economia.

(4) Falso.

Pelo contrário. O Orçamento Monetário surgiu junto com o Bacen, em 1964, e tinha como principal função dimensionar as metas de expansão monetária, propostas pelo Conselho Monetário Nacional. No fundo, o Orçamento Monetário funcionava como um exercício de previsão do balanço consolidado das autoridades monetárias (o que, na época, incluía o Banco do Brasil), no qual se procurava calcular o impacto de cada política setorial sobre a base monetária.

PROVA DE 2017

Questão 7

Sobre as reformas financeiras estabelecidas a partir da ruptura institucional de 1964, pode-se afirmar:

⓪ A reforma de 1965 segmentou o setor financeiro, criando instituições específicas para diferentes tipos de operações ativas, como créditos ao consumidor de duráveis, créditos imobiliários e subscrição de ações.

① A montagem de um subsistema financeiro de habitação eficiente permitiu que este setor passasse a prescindir de recursos compulsórios obtidos por meio de fundos parafiscais.

② Um importante passo na maior integração do nosso sistema financeiro com o sistema financeiro internacional foi dado com a edição da Resolução 63 do BACEN, que regulamentou a captação de empréstimos externos por bancos brasileiros para posterior repasse no país.

③ Enquanto a ampliação da base de incidência do imposto de renda contribuiu para o aumento da arrecadação bruta do governo, o estabelecimento de leis de incentivo ao mercado acionário, como o Decreto n. 157, atuavam na direção da redução da arrecadação líquida.

④ Com a criação do Banco Central, o Banco do Brasil perdeu sua função de financiador do Tesouro, eliminando assim, por completo, seu papel de autoridade monetária exercida até então.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Para o seu funcionamento, o SFH contou, crucialmente, com recursos oriundos de um fundo parafiscal, o FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, criado à época do Paeg.

(2) Verdadeiro.

Introduzida em agosto de 1967, a Resolução n. 63 do Bacen facultou aos “(...) bancos de investimento ou de desenvolvimento privados e aos bancos comerciais autorizados a operar em câmbio a contratação direta de empréstimos externos destinados a ser repassados a empresas no país, quer para financiamento de capital fixo, quer de capital de movimento.”

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

Tal papel continuaria a ser exercido pelo Banco do Brasil até o final dos anos 1980, quando a Conta de Movimento (junto ao Bacen), criada em 1964, foi, finalmente, encerrada.

Questão 8

A respeito da economia no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, podemos afirmar:

⓪ Sob o comando do ministro Delfim Netto, a percepção da equipe econômica de que a inflação herdada em 1967 era resultado de um excesso de demanda agregada, causada por emissão monetária, levou inicialmente a uma política de restrição ao crédito e de liberação do controle de preços, antes do relaxamento que propiciou o Milagre Econômico.

① Como típico em estratégias desenvolvimentistas, a política industrial do governo combinou a adoção de incentivos fiscais com o fornecimento de crédito por bancos públicos para o setor privado.

② Uma das novidades deste período foi o sucesso das estratégias de incentivo às exportações, que permitiram, pela primeira vez desde os anos 1930, que o crescimento da indústria não fosse puxado primordialmente pela expansão da demanda interna.

③ Uma das inovações mais importantes da política econômica do período do Milagre, com relevante impacto sobre o investimento agregado, foi a montagem de um subsistema financeiro do setor habitacional, ao qual se somou a existência de uma nova frente de recursos públicos compulsórios, o FGTS.

④ Uma das inovações de política econômica foi a adoção de uma regra cambial de minidesvalorizações, visando manter o câmbio real constante, o que não foi possível em vista das defasagens entre correção cambial e inflação, especialmente entre 1970 e 1973.

Resolução

(0) Falso.

Na realidade, houve um diagnóstico de que a inflação era determinada, sobretudo, por fatores de custo (oferta insuficiente, portanto). Consequentemente, a estratégia de combate ao problema passou a envolver medidas de redução dos custos, entre os quais os financeiros e de alimentos (estes últimos, através de estímulos à expansão da produção no campo). Quanto aos preços de insumos e produtos selecionados, não houve ‘liberação’ alguma, ao contrário. Como parte da nova estratégia de combate

à inflação, estes passaram a ser objeto de controle (em caráter voluntário) pela Conep e, a partir do final de 1967, de forma compulsória, pela CIP – Comissão Interministerial de Preços.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

As exportações brasileiras, de fato, começaram a crescer ao final dos anos 1960, com participação, agora, de produtos manufaturados e semimanufaturados também. Contudo, tais exportações estavam longe de constituir o destino da maior parte da produção industrial brasileira, que tinha no mercado interno o seu principal foco.

(3) Questão anulada.

(4) Verdadeiro.

O sistema de minidesvalorizações cambiais (‘crawling peg’), instituído em 1968, procurava evitar a sobrevalorização do cruzeiro, dando previsibilidade às remunerações dos exportadores e importadores. Essa política permitiu o estabelecimento de um câmbio real favorável (a taxa aumentou 11% em 69 para depois reduzir-se gradualmente até chegar em 1973 a um nível apenas 1% inferior ao de 1968). Como a evolução dos preços externos aumentou mais do que a inflação americana, a remuneração do setor externo apresentou significativa melhoria.

PROVA DE 2018

Questão 8

Sobre a economia e a política econômica na década de 1960, é correto afirmar:

⓪ O Plano Trienal propunha reformas em várias áreas, como a fiscal, a agrária e a educacional.

① Apesar de jogar a economia numa forte recessão, o Plano Trienal ao menos foi capaz de interromper a aceleração da inflação ocorrida no ano de 1962.

② A crise política do período, com repercussões na economia, teve como um de seus desfechos a adoção do sistema parlamentarista, uma das exigências dos setores legalistas insurgentes, diante da tentativa de impedimento da posse do vice-presidente em 1961.

③ O período do PAEG ficou conhecido como aquele em que os governos militares concentraram sua ação no saneamento de empresas estatais, com pouca ênfase em reformas de caráter social, a exemplo de mudanças na institucionalidade que regia as relações de trabalho.

④ A Instrução 204 da SUMOC desvalorizou o cruzeiro e inclinou-se na direção da unificação do mercado cambial.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

A inflação (medida pelo IGP) em 1963 foi de 79,9%, contra 51,6% em 1962.

(2) Falso.

Os setores legalistas, liderados por Leonel Brizola, exigiam que Jango assumisse o poder com plenos poderes presidenciais. A ‘solução’ parlamentarista foi encontrada a fim de contornar a resistência das Forças Armadas a este desfecho.

(3) Falso.

O PAEG envolveu esforço de estabilização da inflação combinado com ambicioso conjunto de reformas institucionais. Dentre estas últimas, uma reforma trabalhista que envolveu a criação do FGTS, em substituição ao

instituto da estabilidade no emprego após 10 anos de casa, bem como uma Lei Salarial envolvendo fórmula de reajuste anual de salários.

(4) Verdadeiro.

Com vistas a introduzir um “realismo cambial”, a Instrução 204 promoveu desvalorização de 100% do chamado “câmbio de custo” e extinguiu a categoria “geral”, passando as importações correspondentes para o mercado “livre”.

PROVA DE 2019

Questão 5

Sobre o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social e o Governo João Goulart, pode-se afirmar:

⓪ O Plano Trienal propunha conciliar os objetivos de reduzir as desigualdades estruturais do país, como as disparidades regionais e sociais, com a estabilidade econômica e o crescimento.

① Um dos empecilhos à execução do Plano Trienal foi o fato de o país estar sob o regime parlamentarista, o que limitava o grau de autonomia das decisões presidenciais.

② O Governo assumia entre seus objetivos renegociar a dívida externa do país ao longo da execução do Plano, com o que se pretendia reduzir o serviço da dívida no balanço de pagamentos.

③ O Plano Trienal foi elaborado por Celso Furtado durante a fase presidencialista do Governo Goulart, na expectativa de vitória no plebiscito de janeiro de 1963.

④ O Plano Trienal admitia como causas da inflação o excesso de demanda e o déficit público.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O Plano procurava, assim, conciliar a estabilização dos preços com as chamadas 'reformas de base' (agrária, tributária e creditícia) demandadas por parte da sociedade.

(1) Falso.

O Plano foi executado ao longo de 1963, já sob o regime presidencialista.

(2) Verdadeiro.

Para tanto, o Ministro da Fazenda, Santiago Dantas, foi em missão a Washington, sem que, contudo, tenha obtido sucesso em renegociar a dívida externa do Brasil.

(3) Falso.

O Plano foi elaborado por Furtado ao final de 1962; portanto, ainda sob a vigência do regime parlamentarista.

(4) Verdadeiro.

Neste sentido, seu diagnóstico era bastante tradicional, enfatizando o excesso de demanda causado pelos gastos públicos.

Questão 6

O período entre 1968 e 1973 é conhecido como "milagre econômico". Sobre este período pode-se afirmar:

⓪ O Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), para o período 1968-1970, entendia que as pressões de custos já haviam sido enfrentadas pela política ortodoxa que o antecedera, de modo que a inflação que ainda restava decorria de pressões de demanda. Pelo contrário.

① O I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND), para o período 1971-1974, propunha a aceleração do crescimento do PIB, para o que deveria se expandir o crédito em instituições federais, como o Banco do Brasil, o BNDE e a Caixa Econômica Federal.

② A criação do Banco Central no período contribuiu para que a inflação se mantivesse em patamar compatível com o forte crescimento do PIB.

③ A liberalização dos juros foi medida adotada como forma de incentivar a expansão do crédito por parte do sistema bancário.

④ As exportações cresceram ao longo do período a taxas superiores ao crescimento do PIB, enquanto as importações mantiveram-se praticamente constantes, o que ajuda a explicar os saldos positivos do balanço de pagamentos.

Resolução

(0) Falso.

O PED enfatizava as pressões inflacionárias do lado da oferta, como, por exemplo, os custos de crédito e agrícolas.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

O Bacen foi criado em 31 de dezembro de 1964, através da Lei n. 4.595.

(3) Falso.

Na verdade, foi adotado tabelamento de juros no período.

(4) Falso.

Tal como no caso das exportações, as importações brasileiras cresceram de forma vigorosa durante o 'milagre', tendo passado de US$ 1,9 bilhão em

1968 para US$ 6,2 bilhões em 1973.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2010

Questão 2

Analise a política econômica do Governo João Goulart e o Plano Trienal. Mostre as dificuldades encontradas para implementá-los.

Resolução

A política econômica no governo Goulart foi, acima de tudo, errática. Não obstante – e conforme argumentado por Fonseca (2004) –, havia uma "lógica" por trás de decisões que, para muitos contemporâneos e comentaristas posteriores, eram, simplesmente, o resultado de idas e vindas típicas de um presidente vacilante.

A rigor, não se pode falar de uma política econômica sob Jango. Ainda segundo Fonseca (2004), faz mais sentido analisarmos uma sequência de diretrizes da política econômica perseguida nos pouco mais de dois anos e meio em que Goulart esteve à frente da Presidência da República. Para aquele autor, tanto durante o período parlamentarista (set/1961 a jan/1963) como presidencialista (jan/1963 a mar/1964) de governo, a política econômica seguiu uma sequência por ele caracterizada como envolvendo, inicialmente, uma fase de "estabilização", seguida de um período de "randomização" e, por fim, uma política econômica orientada para o crescimento.

Na primeira fase, durante o período parlamentarista, Jango dividiu o poder com o primeiro-ministro Tancredo Neves, que convidou para o Ministério da Fazenda o embaixador e banqueiro Walter Moreira Salles. Ao longo de quase todo o primeiro ano à frente da Presidência, Jango buscou

obter a confiança de setores mais conservadores dentro do país, bem como dos credores internacionais. No *front* doméstico, prometeu apoio às medidas de combate à inflação anunciadas por Moreira Salles e, no externo, realizou viagem aos Estados Unidos, onde se reuniu com o Presidente Kennedy, de quem obteve promessa de liberalização de recursos. A oposição interna às medidas de austeridade e à aproximação com os Estados Unidos partiu dos aliados tradicionais de Jango nos sindicatos e partidos de esquerda. Diante da erosão do apoio de sua base de sustentação política, a política econômica de estabilização deu lugar a uma fase de randomização (alternando políticas austeras com outras, de natureza mais "populista") e, por fim, uma opção mais clara, em fins de 1962, por políticas de crescimento econômico, tendo em vista as eleições para o Congresso e governadores de vários estados, bem como a antecipação do plebiscito convocado para decidir o sistema de governo.

Com a esmagadora vitória a favor da volta ao regime presidencialista, Jango deu início a uma nova fase de sua política econômica, com ênfase no combate à inflação, ainda que procurando conciliar este objetivo com forte crescimento econômico e a realização das chamadas "reformas de base". A fim de tentar compatibilizar estes objetivos, Celso Furtado, nomeado ministro extraordinário para o Planejamento, lançou o Plano Trienal, que previa metas de crescimento econômico com redução gradual da inflação. Porém, os efeitos recessivos das medidas de aperto monetário e contenção de crédito então implementadas foram muito maiores do que se antecipara, desencadeando forte oposição política ao Plano. Entre fins de abril/meados de maio de 1963 esta fase de estabilização sofre uma inflexão, inaugurando novo período caracterizado por randomização da política econômica, com a saída de Furtado do governo e com Carvalho Pinto à frente do Ministério da Fazenda. Em meio à deterioração macroeconômica (com forte queda do nível de atividade e retomada da inflação, após recuo momentâneo observado no primeiro semestre do ano), o quadro político igualmente piora, com acirramento da polarização entre esquerda e direita. Diante deste cenário, Goulart enxerga em uma nova guinada na condução da política econômica – rumo a medidas de crescimento que dessem apoio às

chamadas “reformas de base” – a sua única possibilidade de sustentação política. O golpe de março de 1964 poria fim a esta sequência de “estabilização-randomização-crescimento” na condução da política econômica.

Para concluir, a principal dificuldade encontrada por Jango para dar seguimento a uma política econômica mais coerente (aí incluindo o próprio Plano Trienal) foi a falta de legitimidade que ele parecia ter desde o início do governo. Aos olhos de seus opositores, a fórmula excepcional encontrada para viabilizar a sua posse (com a criação do regime parlamentarista) fez pairar sobre Jango uma sombra de ilegitimidade, que o presidente procurou reverter através da adoção de políticas econômicas austeras e que, na prática, provavelmente contrariavam o seu desejo pessoal. A decepção e oposição que tais políticas criavam junto à base de apoio tradicional do presidente estão na origem da dificuldade em levar até o final as fases de estabilização. Igualmente, as recaídas “populistas” da política econômica, ao final de 1962 e 1963, ajudaram a minar o pouco apoio político de que Jango desfrutava entre as classes conservadoras. Ao final, a principal dificuldade encontrada por Goulart para implementar uma política econômica coerente era de natureza política, por sua vez, decorrente de uma busca permanente de legitimidade em meio a uma sociedade politicamente polarizada.

PROVA DE 2012

Questão 2

Na primeira metade da década de 1960, a economia brasileira cresceu a taxas inferiores à média verificada nas três décadas anteriores, e com elevação da inflação. A bibliografia se divide ao explicar as razões desse baixo desempenho. Analise o debate.

Resolução

A desaceleração da taxa de crescimento da economia brasileira na primeira metade dos anos 1960 (em particular, entre 1962-1967), em meio a elevados níveis de inflação, autoriza a designação deste período como sendo marcado pela "estagflação". Existem várias opiniões na literatura acerca do período, com explicações distintas para esta combinação de baixo crescimento/elevada inflação. Gremaud et al. (2004, p. 386) trazem quadro-síntese que divide as explicações para a crise dos anos 1960 no Brasil entre aquelas de natureza "política" e as "econômicas", ambas em seus aspectos "conjunturais" e "estruturais".

Começando pelas explicações de natureza política para a estagflação observada na primeira metade dos anos 1960, não há como relevar a enorme instabilidade que caracterizou um período em que, à repentina renúncia de um presidente após oito meses de governo (Jânio Quadros), abre-se crise institucional apenas "resolvida" com a posse de seu vice (Jango) em um regime parlamentarista. Restaurado o presidencialismo, em 1963, Jango é derrubado por um golpe militar no ano seguinte.

Ainda dentre as explicações políticas para a crise do período, há autores que enxergam problemas de natureza mais "estrutural". O argumento aqui enfatiza o impasse em que chegou o "populismo" inaugurado em 1930: passadas três décadas, os governantes não se sentiam mais em condições de aprofundar o processo de incorporação política das massas urbanas e rurais, sem que encontrassem resistência de empresários e grandes proprietários de terra.

Em um ambiente de tamanha instabilidade – agravado por grande polarização entre esquerda e direita no país – e em meio a uma crise do modelo populista era natural que os “espíritos animais” dos empresários (e, portanto, os investimentos privados) se retraíssem.

No tocante às explicações de cunho mais diretamente econômico para a crise dos anos 1960, também são destacadas variáveis de ordem conjuntural e outras, mais estruturais. No primeiro grupo, enfatizam-se os efeitos recessivos de dois planos de estabilização adotados no período, o Plano Trienal (1963) e o Paeg (1965-1967). Ambos contaram com medida de controle monetário e fiscal, que provocaram retração do ritmo de expansão da economia. Também lembrada como uma variável conjuntural é a seca vivida em 1963, com impactos negativos sobre a agricultura e a capacidade de geração de energia hidrelétrica.

A resiliência da inflação no período, por sua vez, decorreu tanto da abordagem gradualista de estabilização adotada nos dois planos anteriormente mencionados, como da carência de instrumentos efetivos de política anti-inflacionária (em particular, a política monetária, que só passaria a ser mais efetiva após as reformas do Paeg, que estabeleceram a correção monetária dos títulos da dívida pública).

Por fim, há três tipos de explicações econômicas de cunho mais “estrutural” para a crise dos anos 1960 no Brasil. A primeira delas inclui a abordagem de Celso Furtado, que pode ser denominada de “estagnacionista”. Fundamentalmente, tal enfoque enfatiza o suposto esgotamento, à época, do processo de substituição de importações no Brasil. Este, por sua vez, resultaria do baixo coeficiente de importações então atingido pela economia, associado à elevada concentração de renda, que limitava o incentivo para a realização dos significativos investimentos associados à ampliação de setores como os de bens intermediários e de capital.

Para Furtado, a insuficiência de demanda, condicionada pela má distribuição de renda brasileira e pelo crescimento da relação capital-produto, levaria ao esgotamento do modelo de crescimento experimentado pela economia brasileira. Esta interpretação é consistente com modelos de

crescimento do tipo Harrod-Domar, onde a taxa de crescimento da economia (g) depende diretamente da propensão a poupar média da economia (s) e inversamente da relação capital-produto (K/Y).

Uma segunda classe de explicações que enfatizam fatores de natureza estrutural para a crise prefere enxergar a estagnação da primeira metade da década de 1960 como uma típica crise cíclica de uma economia industrial. Concretamente, a desaceleração observada no período seria fruto de uma queda na taxa de investimento, por sua vez decorrente do excesso de capacidade produtiva existente após o bloco de investimentos realizados durante o Plano de Metas. Tal explicação para a crise é enfatizada, por exemplo, por Serra (1984).

Por fim, autores contemporâneos procuraram explicar a estagflação do período por inadequação do aparato institucional do Brasil, aí incluídos legislação trabalhista, instrumentos de política monetária, sistema financeiro etc. Tal diagnóstico foi feito à época do Governo Castello Branco (1964-1967) por Roberto Campos e serviria de base para o vasto conjunto de reformas introduzidas pelo governo no Paeg.

PROVA DE 2014

Questão 2

Após expressivas taxas de crescimento, o PIB brasileiro começou a desacelerar no início da década de 1960 e permaneceu com taxas bastante abaixo das médias históricas nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Há autores que consideram que tal desaceleração foi consequência do Plano de Metas. Avalie a pertinência dessa interpretação.

Resolução

(Ver a Questão 2, Prova de 2012)

A taxa média de expansão do PIB na década de 1950 foi de cerca de 7,6% a.a., caindo para 5,2%, em média, nos governos Jânio Quadros/João Goulart (1961-3) e 4% no triênio Castello Branco (1964-6).

Uma das interpretações mais influentes para esta desaceleração se deve a Serra (1984). Para o autor, tal recuo na taxa de crescimento econômico seria, antes de tudo, uma crise cíclica típica de uma economia capitalista industrial. No caso específico, uma crise decorrente de uma desaceleração no ritmo de crescimento do investimento, "(...) com efeitos adversos sobre as indústrias de bens de capital e, indiretamente, para as indústrias de bens de consumo e bens intermediários" (p. 81).

Na prática, tratar-se-ia de uma consequência do grande 'bloco de investimentos' representado pelo Plano de Metas e que, ao gerar excesso de capacidade produtiva nos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis, diminuiu a necessidade de novos investimentos, com impactos negativos (dadas as inter-relações na economia) sobre outros setores produtivos.

Como fatores adicionais responsáveis pela desaceleração econômica da primeira metade dos anos 1960, Serra (1982) acrescenta, ainda, a natureza restritiva das políticas de estabilização adotadas nos governos Goulart (Plano Trienal) e Castello Branco (Paeg), bem como a Seca de 1963.

Outra interpretação influente da natureza da desaceleração econômica da primeira metade dos anos 1960 relaciona-se a teses estagnacionistas (ou

subconsumistas) elaboradas em diversas contribuições de Furtado. Tal interpretação enfatiza o esgotamento do dinamismo do processo de industrialização por substituição de importações no Brasil.

Essa perda de dinamismo, por sua vez, decorreria da própria redução natural do coeficiente de importações da economia, que diminuiria o escopo para rodadas adicionais de substituição de importações. Os setores industriais que ainda não haviam sido 'internalizados' eram, via de regra, mais sofisticados tecnologicamente e de retorno marginal menor (tipicamente, setores de elevada relação capital-produto). Tais setores tendem a operar com escalas mínimas elevadas, o que pressupõe, para sua viabilidade, a existência de demanda doméstica (mercado) substancial, algo inexistente em uma economia com elevado grau de concentração de renda, como o Brasil.

Questão 3

Após intenso crescimento econômico, em 1973 a economia brasileira viu terminar o período conhecido como "Milagre". O debate sobre o fim desse ciclo de crescimento divide os analistas: uns atribuem a causas externas e outros a causas internas como preponderantes para a mudança de cenário. Exponha e avalie essa controvérsia.

Resolução

Não está claro a que debate se refere o enunciado da questão. O que se pode afirmar com certeza é que, em 1973, a economia brasileira, de fato, apresentava sinais de que não conseguiria sustentar taxas de crescimento médio anual superiores a 10% (em 1973 o PIB expandiu mais de 14%). Dentre estes sinais incluem-se:

1) os elevados níveis de utilização de capacidade instalada;
2) a aceleração da inflação; e
3) o crescimento do déficit de transações correntes, em virtude do aumento do preço do petróleo, mas, sobretudo, devido ao crescimento das importações de bens de capital.

O choque do petróleo, de fins de 1973, atingiu, portanto, uma economia que já dava mostras de estar em franco processo de superaquecimento. A resposta dada pelo novo governo (Geisel), em 1974, assumiu a forma do lançamento de um ambicioso programa de investimentos – o II PND. Tal Plano permitiu ao país continuar a crescer (ainda que a taxas menores) por mais sete anos, demonstrando, na prática, que o ciclo de crescimento econômico inaugurado com o Milagre poderia ser prolongado a partir do aprofundamento do processo de industrialização substitutiva de importações.

PROVA DE 2016

Questão 4

Para alguns autores, o choque do petróleo de 1973 foi variável determinante para o final do ciclo de crescimento chamado de "Milagre Brasileiro". Todavia, outros autores questionam essa abordagem. Arrole os principais argumentos de um lado e de outro dessa controvérsia.

Resolução

No início dos anos 1970, houve uma tentativa de recuperação da tese estagnacionista de Celso Furtado. O argumento era de que, muito embora o modelo brasileiro de desenvolvimento tivesse ganho um fôlego extra de crescimento durante o Milagre, a estagnação do crescimento seria algo iminente, caso questões estruturais e relativas à distribuição de renda não fossem resolvidas.

Vejamos, primeiro, o argumento de Celso Furtado. Segundo este autor, a insuficiência de demanda, condicionada pela má distribuição de renda brasileira e pelo crescimento da relação capital/produto (ou redução da relação produto/capital, o que dá no mesmo), levaria ao esgotamento do modelo de crescimento seguido pela economia brasileira. A tese de Furtado, em outras palavras, é de que a concentração de renda (implícita no modelo de crescimento brasileiro) levaria, inexoravelmente, a um problema de demanda efetiva. Ademais, não se alcançariam as escalas necessárias nas indústrias intensivas em capital e, consequentemente, o modelo se esgotaria, naturalmente. A queda das taxas de crescimento verificadas no início dos anos 1960, a seu ver, eram a prova do esgotamento do modelo brasileiro, condicionado, portanto, por fatores internos.

Ao contrário do que dissera Furtado, no entanto, ao final dos anos 1960 iniciou-se o Milagre brasileiro, quando a economia cresceu 11% ao ano. Este fato exigia uma revisão da tese, o que foi feito por dois de seus seguidores. Maria da Conceição Tavares e José Serra escreveram, em 1972, um artigo denominado "Além da Estagnação" (Tavares, M.C., 1972). Neste artigo (escrito antes do choque do petróleo), criticavam algumas conclusões

de Furtado e buscavam explicar o fôlego adicional do modelo de crescimento.

Furtado estaria equivocado ao culpar a redução da relação produto/capital como causa do esgotamento do processo substitutivo. Para aqueles autores, a desaceleração do crescimento estaria mais relacionada com a redução da taxa de investimentos e com os fatores responsáveis por isto. Além disso, Furtado não estaria correto ao atribuir parte da queda do dinamismo do crescimento à busca pela igualdade das taxas de lucro, o que implicaria em a relação produto/capital variar de modo inverso ao coeficiente capital por trabalhador. De acordo com Tavares e Serra, as taxas de lucro seriam resultado das taxas de mais-valia ou, em outras palavras, da relação excedente-salários.

Para os dois autores, o crescimento da produtividade do trabalho permitiria um aumento do excedente a ser investido, revertendo as consequências nefastas, sobre o crescimento, do aumento do uso de técnicas poupadoras de mão de obra. Adicionalmente, os mecanismos de financiamento encontrados (crédito ao consumo), a existência de consumo reprimido, junto com a acentuação da concentração de renda no período do Milagre (que permitia que a demanda por bens duráveis aumentasse), teriam dado sobrevida ao crescimento, explicando as altas taxas verificadas.

Não obstante, a conclusão era de que o modelo brasileiro de crescimento, apesar da sobrevida no Milagre (o que teria permitido ir “Além da Estagnação”), em algum momento se esgotaria, pela falta de demanda e não atingimento de escala ótima. Simplesmente, a renda seria tão baixa que não seria possível desenvolver algumas indústrias; por exemplo, a de automóveis e outras indústrias dinâmicas, que pressupõem ganhos de escala – inviabilizando o crescimento no longo prazo.

Do outro lado do debate, em 1976, John Wells trouxe para a análise dados sobre a estrutura do consumo familiar no Brasil. Neste artigo, o autor constatava que, ao contrário do defendido por vários autores subconsumistas (Furtado, Tavares, entre outros), já haveria no Brasil uma difusão da demanda de bens duráveis de consumo por outras faixas da população – e não apenas entre os mais ricos. Este achado empírico

contestava as concepções de que o mercado para as indústrias dinâmicas era bastante reduzido e não passível de ganhos de escala pelo perfil da má distribuição de renda brasileira. Contestava-se, assim, a tese da estagnação e a inviabilidade do modelo.

Outros autores também viam sinais de esgotamento do modelo brasileiro ao final do Milagre, mas isto por razões conjunturais e externas. Por exemplo, para Carneiro (1990) a economia brasileira exibia sinais de sobreaquecimento e de esgotamento do ciclo de crescimento. Por exemplo, elevados níveis de utilização de capacidade instalada, aceleração inflacionária e crescimento do déficit de transações correntes, que se tornou uma situação crítica com o choque do petróleo. Estes sinais, no entanto, não teriam sido percebidos pelo Governo Geisel, o que estaria na origem da crise dos anos 1980, nesta interpretação.

Independente da controvérsia, o fato é que o modelo brasileiro, na realidade, não se esgotou ao final do Milagre. O período que se sucedeu (1974-79) foi, novamente, marcado por elevado crescimento, em torno de 7% ao ano. O II PND, como se sabe, abandonou a estratégia de crescimento puxada pelo consumo (seguida durante o Milagre) e ampliou investimentos. Por outro lado, o II PND também elevou o endividamento externo brasileiro, contribuindo para a crise da dívida dos anos 1980, e agravou, no curto prazo, o déficit em transações correntes, embora, pós-1984, tenha contribuído para os elevados superávits comerciais, quando os investimentos do II PND finalmente maturaram.

PROVA DE 2018

Questão 3

O período conhecido como “milagre” (1968-1973) foi marcado por altas taxas de crescimento acompanhadas por inflação baixa ou estável para o padrão brasileiro. Explique que fatores contribuíram para que a economia brasileira apresentasse tal desempenho.

Resolução

Na realidade, o ‘milagre’ econômico brasileiro compreendeu não apenas forte crescimento econômico (média de 11,1% a.a. entre 1968-1973) e inflação estável (na faixa de 15-20% anuais) mas também ausência de problemas no balanço de pagamentos.

O ritmo recorde de expansão econômica é, comumente, explicado por uma combinação de três fatores principais, a saber: i) as reformas do governo Castello Branco; ii) a mudança de orientação da política econômica, sob o comando do Ministro Antonio Delfim Netto; e iii) um ambiente internacional favorável.

Os governos Costa e Silva e Médici, sob os quais se deu o ‘milagre’, foram precedidos de um esforço de estabilização e reformas institucionais levados a cabo na administração Castello Branco (1964-1967), no âmbito de seu Plano de Ação Econômica do Governo – PAEG. Com isso, as taxas anuais de inflação, que ultrapassavam os 100% (anualizados) no início do regime militar, recuaram para cerca de 40% em 1967. Mais importante até, as reformas realizadas naquele triênio promoveram sensível melhora tanto da estrutura do Sistema Financeiro Brasileiro (SFB) como da capacidade financeira do setor público — com consequências amplamente benéficas para a economia brasileira na virada dos anos 1960 para 1970.

No caso do SFB, procedeu-se, *inter alia*, à criação do Banco Central, à segmentação do mercado (com a criação, por exemplo, das ‘financeiras’, responsáveis pela concessão de crédito direto ao consumidor) e à instituição da correção monetária. Esta última teve impactos positivos tanto sobre as finanças públicas (com a possibilidade de o governo se financiar de forma

não inflacionária por meio da emissão das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN) como sobre o balanço das empresas, que deixaram de pagar imposto de renda sobre os chamados ‘lucros ilusórios’.

Já a ampla reforma tributária — com a substituição de impostos ‘em cascata’ por outros, calculados sobre o valor adicionado, e a criação de novos tributos — permitiu significativa melhora na posição, historicamente, deficitária das finanças públicas. A redução do déficit, combinada com a possibilidade de seu financiamento por meio da colocação de títulos, indexados, da dívida pública (que, por sua vez, também ajudariam na condução da política monetária por parte do Banco Central) representou ganho inequívoco nos instrumentos de política econômica à disposição do governo.

Com a chegada de Delfim Netto ao Ministério da Fazenda, em março de 1967, houve guinada na condução da política econômica a partir de mudança de diagnóstico quanto às fontes últimas de pressão inflacionária no momento. Para o ministro, a inflação que se experimentava à época decorria, sobretudo, de pressões de custos, mais do que de excesso de demanda. Dentre os custos apontados por Delfim, figuravam o custo de crédito e de preços agrícolas. Daí resultaram estímulos à expansão de crédito por parte das instituições públicas e privadas, bem como à agricultura. O aumento da oferta agregada daí resultante permitiu que, mesmo em contexto de forte expansão da demanda, a inflação não disparasse.

Também contribui para a manutenção da inflação em patamares estáveis (ente 15 e 20% a.a.) durante o ”milagre” a atuação da Comissão Nacional para a Estabilidade de Preços – Conep, substituída, em 1968, pela Comissão Interministerial de Preços – CIP, órgãos que exerceram crescente controle sobre os preços de insumos e produtos selecionados.

A indústria de transformação liderou o crescimento econômico durante os anos do “milagre”. Em termos setoriais, foram os bens de consumo duráveis que apresentaram as mais altas taxas de crescimento no período, tendo se beneficiado de farto crédito tanto para o financiamento da produção como o consumo das famílias.

Por fim, nota-se que o ‘milagre’ transcorreu em um período de notável crescimento da economia mundial, conhecido como os Anos Dourados do capitalismo. Nele existia um quadro de elevada liquidez internacional (“Eurodólares”), marcado pelo crescimento dos fluxos de capital para países emergentes e elevação do volume de comércio mundial. Para o Brasil, que exportava predominantemente produtos agrícolas, houve também uma simultânea elevação dos termos de trocas. Isto é os preços dos produtos exportados tiveram um desempenho superior ao dos preços dos produtos importados, contribuindo para a elevação dos saldos da Balança Comercial. Os fluxos de comércio do Brasil com o resto do mundo tiveram expressivo aumento, com o valor da corrente de comércio (importações mais exportações) multiplicando cerca de 3,5 vezes no espaço de apenas cinco anos. Tal desempenho exportador resultou tanto de medidas de política econômica promovidas por Delfim Netto (a exemplo da instituição do sistema de minidesvalorizações cambiais, em 1968, e incentivos fiscais diversos às exportações) como da melhoria dos termos de troca brasileiros, com ganhos de cerca de 20% no período. Já do lado financeiro, a captação de volumes significativos de recursos possibilitou não apenas o financiamento dos déficits em transações correntes, como vigorosa acumulação de reservas internacionais.

PROVA DE 2019

Questão 3

O Plano Trienal e o PAEG, ambos da década de 1960, partem de diagnóstico da economia brasileira e apresentam várias medidas para encaminhar soluções para os problemas econômicos do período. Muitos autores têm explorado as semelhanças entre os dois planos, embora os mesmos também apresentem muitas diferenças. A questão trata de avaliar, numa análise comparativa, até que ponto se pode falar de semelhanças e diferenças entre os dois planos.

Resolução

A resposta a seguir irá se ater apenas aos dois planos enquanto política de estabilização da inflação, deixando de lado as medidas de natureza mais ‘estrutural’, visando o crescimento econômico no médio/longo prazo, área em que os planos mais marcadamente se diferenciam

Começando pelas semelhanças, há coincidência na identificação, em ambos os planos, dos déficits públicos excessivos como executores de pressão (de demanda) sobre o nível de preços na economia. Consequentemente, nos dois casos se sugerem cortes de gastos do governo (inclusive, com subsídios), a serem complementados por redução do crédito ao setor privado, ambas medidas objetivando conter a expansão monetária. Outra área em que os dois planos se assemelham é quanto à abordagem ao problema da estabilização (opção pelo gradualismo, em ambos os casos) e as metas macroeconômicas adotadas (inflação anual caindo para 10% no prazo de três anos e crescimento médio esperado do PIB – 7% a.a. no Plano Trienal e 6% a.a. no biênio 1965-1966, no PAEG). Além disso, ambos utilizaram metas quantitativas de expansão monetária, o que era comum à época.

De acordo com Simonsen (1974), tanto o Plano Trienal quanto o PAEG poderiam ser entendidos como planos que buscaram conciliar crescimento máximo (potencial), com inflação mínima. De acordo com esse autor, o “gradualismo” (mais do que um movimento de queda gradual da inflação)

se caracterizaria por buscar o menor sacrifício possível do produto (evitar, nas suas palavras, “crises de estabilização”). Essa opção viria do reconhecimento de que existe sempre um componente de “inflação de custos” ou “componente de inflação autônoma” (como, por exemplo, quebras de safras agrícolas). Assim, buscar ficar abaixo dessa “inflação mínima” envolveria sacrifícios que não se justificariam econômica nem politicamente. Nessa análise, ambos os planos teriam fracassado (em relação às suas metas fixadas) por, basicamente, dois motivos. Em primeiro lugar, porque, logo na implementação, teria sido necessária a correção de um conjunto de preços e tarifas públicas. Essa “inflação corretiva” teria puxado o “componente autônomo da inflação” para cima, dificultando o cumprimento das metas iniciais. Em segundo, porque os planos subestimaram em seus cálculos a influência da inflação passada sobre os preços correntes (inércia inflacionária) — estariam, portanto, com um modelo incorreto da dinâmica inflacionária.

As diferenças entre os planos não são menos marcantes, a começar pelo contexto histórico em que foram anunciados: o Trienal, no início da fase presidencialista do governo Goulart, em que as relações com os credores internacionais (EUA, em particular) estavam estremecidas; já o PAEG foi lançado no primeiro ano do governo Castello Branco, no início da ditadura militar, contando com o apoio do governo americano e dos credores internacionais de forma geral. Coerente com as ideias de seu idealizador, Celso Furtado, o Plano Trienal diagnosticava uma outra fonte para o processo inflacionário brasileiro (além dos excessivos déficits públicos), de natureza ‘estrutural’. Esta decorreria do estado permanente de desequilíbrio externo da economia brasileira (pelo fato de a economia ainda depender da importação de bens de capital, insumos industriais etc.), que estaria a requerer um câmbio mais desvalorizado, assim realimentando as pressões sobre os preços. Ainda no terreno do diagnóstico do problema inflacionário no Brasil, o PAEG enfatizava a necessidade de se evitar o crescimento dos salários reais acima da produtividade (algo que também fora identificado pelo Plano Trienal). Ao contrário do plano de Furtado, porém, introduziu

uma fórmula de correção dos salários, instituindo, formalmente, uma política salarial que valeria para o conjunto dos trabalhadores.

Duas outras diferenças notáveis entre os dois planos se referem às medidas na área fiscal adotadas no PAEG, sem contrapartida no Plano Trienal: a promulgação de abrangente reforma tributária e o restabelecimento de um mercado para títulos públicos, através das ORTNs, papéis indexados à correção monetária.

Questão 4

A década de 1960 foi marcada no seu início por uma desaceleração do crescimento do PIB, que tem seu ponto mais baixo em 1963, e de 1964 até 1967 oscilou sem tendência nítida de aceleração do crescimento. A partir de 1968 a economia já retoma um crescimento vigoroso, dando início ao chamado período do "milagre econômico". Apresente uma interpretação para estas oscilações do crescimento do PIB durante a década de 1960.

Resolução

A década de 1960 pode ser subdivida em três subperíodos: 1960-1964; 1965-1967 e 1968 em diante. O primeiro período se caracteriza por uma crise econômica e política. O segundo pode ser sintetizado por um período intenso de reformas e crescimento moderado; por fim, há um terceiro período, caracterizado pela retomada (e posterior aceleração) do crescimento.

Começando pela fase 1960-1964, há pelo menos três interpretações (não excludentes) para a forte queda do crescimento (de 8,6%, em 1961 para 6,6%, em 1962 e modestos 0,6%, em 1963). A primeira dessas interpretações atribuiu a crise econômica à grande instabilidade política vivida no período. De fato, após a renúncia de Jânio Quadros, seguiu-se um curto período parlamentarista onde houve nada menos do que quatro Primeiros Ministros (Tancredo Neves, Auro de Moura Andrade, Brochado da Rocha e Hermes Lima). Todos eles buscaram programas extremamente ambiciosos (que envolviam retomar crescimento, baixar a inflação, distribuir renda, fazer reformas, entre outros objetivos conflitantes), sem sucesso. Após o plebiscito ao final de 1962, retoma-se o Presidencialismo,

mas com um Presidente fraco e com um plano que rapidamente fracassou e foi abandonado (Plano Trienal), seguido do Golpe Militar, em 1964. A segunda interpretação para o fracasso do período 1960–1964 (em retomar o crescimento) vai ao encontro das chamadas teorias cepalinas da “estagnação”, baseadas em escritos de Celso Furtado. Sinteticamente, tais teorias baseiam-se no conceito de insuficiência de demanda efetiva. Sem uma adequada distribuição de renda, o consumo para bens industriais não se estabeleceria, condenando a economia à estagnação. Por fim, a terceira tese atribui ao excesso do rigor do controle da moeda e do crédito (do Plano Trienal) a queda do crescimento vivenciada no período.

Passando para o segundo período de análise, cabe ressaltar que o PAEG se propôs a retomar o crescimento potencial da economia brasileira e baixar a inflação, gradualmente. Para isso, propôs um conjunto de medidas fiscais e monetárias; mudança na política do salário mínimo (adoção de uma fórmula salarial); e um conjunto de reformas (tributária, financeira e habitacional). Novamente, há aqueles que defendem que a retomada do crescimento no período 1965–1967 não ocorreu por problemas de demanda efetiva, em um contexto de piora da distribuição de renda (dada pela introdução da regra salarial que subestimava salários). Há, porém, outros autores que entendem que as reformas propostas precisavam ser implementadas para que o crescimento pudesse se materializar. Isto teria acontecido no período posterior, do Milagre.

Já em relação ao desempenho da economia durante o Milagre, há mais consensos entre analistas. A maioria das interpretações atribui o elevado crescimento verificado na economia brasileira a um conjunto de fatores: cenário internacional extremamente favorável (elevada liquidez, termos de troca favoráveis, crescimento do comércio internacional), políticas monetária e creditícia expansionistas e existência de capacidade ociosa. Entretanto, o fato de, durante o Milagre, o Brasil ter crescido a taxas extremamente altas com agravamento da distribuição de renda levou a um amplo debate sobre a capacidade de sustentação daquele crescimento (teorias do “Além da Estagnação”).

5

O II PND e a Crise dos Anos 1980

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2010

Questão 9

No debate sobre a viabilização, a importância e o significado do II PND destacam-se os seguintes argumentos:

⓪ Um dos propósitos do Plano era aumentar a importância do setor de bens de produção na estrutura industrial.

① O Plano foi implementado em conjuntura internacional recessiva e de desaceleração cíclica interna.

② Os investimentos públicos planejados foram financiados sobretudo por bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

③ O direcionamento de encomendas governamentais para estimular as empresas nacionais do setor de bens de capital foi uma das políticas que contribuiu para viabilizar os objetivos do Plano.

④ A política governamental do período priorizou a substituição de importações nos ramos industriais pesados e, no que diz respeito ao setor primário, a agricultura de alimentos voltada para o mercado interno.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O II PND deu ênfase aos setores de bens da capital e insumos básicos.

(1) Verdadeiro.

Diversos países adotaram políticas de ajustamento (redução da absorção e desvalorização do câmbio), tendo o Brasil optado por seguir o crescimento. Para Serra (1984), por exemplo, a desaceleração do crescimento estaria parcialmente associada a fatores cíclicos (sobreinvestimentos do período anterior em bens de consumo durável e têxtil).

(2) Falso.

Os recursos do BNDE destinaram-se majoritariamente ao setor privado. O setor público, por sua vez, se financiou, sobretudo, no exterior e, domesticamente, através de recursos parafiscais.

(3) Verdadeiro.

As encomendas do setor público ao setor privado constituíam fator fundamental de demanda, sendo um dos alicerces para a continuidade do movimento de inversão da economia.

(4) Falso.

A política priorizou, sim, a substituição de importações nos ramos industriais pesados e de insumos básicos. Todavia, as atividades agrícolas estimuladas foram as voltadas para a exportação, sobretudo pecuária e soja. A meta era de crescimento de 20% para as exportações de produtos agrícolas.

Questão 10

No que se refere à tentativa de ajuste da economia brasileira após o choque financeiro externo, no início da década de 1980, pode-se afirmar que:

⓪ O governo desvalorizou o cruzeiro e manteve a indexação dos salários, embora alterasse a política salarial anteriormente vigente por outra que procurava limitar o repasse da inflação aos salários.

① A substituição do financiamento externo pelo interno, juntamente com uma política monetária contracionista, implicou forte elevação dos encargos financeiros da dívida pública interna.

② As políticas adotadas no período foram bem-sucedidas no que se refere ao objetivo específico de alongar, voluntariamente, o financiamento da dívida pública.

③ A carga tributária bruta caiu nos primeiros anos da década de 1980, embora o setor público precisasse arcar com encargos financeiros crescentes.

④ Entre 1980 e 1985, a dívida pública dobrou como proporção do PIB.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Em 1979, a correção dos salários pela inflação deixou de ser anual e passou a ser semestral. Em outubro de 1980, houve alteração na política

salarial, embora permanecesse a indexação dos salários. Os trabalhadores que recebessem entre 15 e 20 salários mínimos passariam a ter reajuste de 50% do INPC sobre o que excedesse os 15 salários mínimos; e os salários superiores a 20 salários mínimos passariam a ter garantido apenas o reajuste semestral sobre a parcela até este teto, ficando o resto sujeito a livre negociação.

(1) Verdadeiro.

A partir de 1981, o governo adotou uma política de redução da absorção interna. A manutenção de juros reais elevados pretendia reduzir o déficit em conta-corrente, pela contração da renda interna, ao mesmo tempo em que estimulava as empresas a buscarem no mercado internacional financiamento mais barato. O objetivo era atrair capital estrangeiro para financiar os déficits externos. Entretanto, sobretudo após a moratória do México (1982), os juros altos não foram capazes de atrair capital externo, nem tampouco reduzir a inflação, servindo apenas para onerar o serviço da dívida pública interna.

(2) Falso.

Diante do cenário de profunda desconfiança em relação à economia brasileira, seja pela moratória mexicana, seja pelo recrudescimento inflacionário, os prazos da dívida pública não lograram ser aumentados.

(3) Verdadeiro.

O baixo crescimento do PIB levou a uma queda da arrecadação bruta nos primeiros anos da década. Paralelamente, os juros domésticos aumentaram em termos reais, de acordo com a política de ajustamento aplicada, sobretudo, a partir de 1981. Adicionalmente, os juros internacionais se tornaram mais altos, fazendo com que a dívida pública externa aumentasse.

(4) Falso.

A dívida interna federal (como proporção do PIB) aumentou mais de quatro vezes no período, passando de 6,7% do PIB em 1980 para 31,2% em 1985 (ver Abreu, org., 1990, Apêndice Estatístico).

PROVA DE 2011

Questão 9

“A estratégia de 1974 abortou a reversão cíclica que se anunciava quando da posse do novo governo e permitiu a sustentação de uma elevada taxa de crescimento até o final da década de 1970” (Castro e Souza). Para levar adiante o conjunto de investimentos necessário a tal intento, um dos problemas cruciais consistia em obter financiamento para viabilizá-lo. Nesse sentido, contou-se com financiamento:

⓪ Privado de longo prazo, o que significou mudança na forma tradicional de financiamento vigente no período anterior, graças às reformas financeiras que alongaram o prazo dos empréstimos privados.

① Público, através do BNDE, que contribuiu para atender a demanda por crédito do setor privado, inclusive com juros subsidiados.

② Externo, sobretudo para empresas privadas, uma vez que o governo criou mecanismos para reduzir o risco cambial do endividamento em dólares.

③ Próprio, por meio do aumento dos lucros acumulados pelas empresas, sobretudo pelas grandes empresas estatais cujos reajustes de preços e tarifas superaram a inflação.

④ Estatal, já que o governo concedeu incentivos fiscais e creditícios ao setor privado, que foram viabilizados pela crescente elevação da carga tributária líquida e do endividamento do setor público.

Resolução

(0) Falso.

Apesar dos esforços do governo para criar um mercado de títulos de longo prazo, não se logrou o objetivo de aumentar os prazos dos empréstimos privados, tendo o BNDE assumido o papel de ofertante desses recursos.

(1) Verdadeiro.

No período de 1974-1978, a participação dos desembolsos do BNDE na FBCF atingiu 8,7%, em média, mais do que o dobro do período do Milagre (4,0%), conforme Monteiro Filha (1995), citada em Hermann (2011). Linhas especiais de financiamento foram concedidas pelo BNDE tendo correção monetária fixa (teto) de 20% ao ano. Considerando a inflação do

período, disto resultavam taxas de juros negativas, caracterizando os empréstimos subsidiados acima mencionados.

(2) Falso.

As empresas *públicas* foram as que mais contraíram empréstimos externos. Os empréstimos das empresas privadas (e também públicas) obtiveram o benefício da opção pela troca por passivos com correção monetária, através da Resolução CMN nº 432, de 1977.

(3) Falso.

Houve contenção de reajustes de preços e tarifas, ao mesmo tempo em que se estimulavam as empresas estatais, que frequentemente contavam com boa avaliação de crédito no exterior, a se endividarem em moeda estrangeira. Os investimentos públicos, em geral, foram financiados por recursos orçamentários e fundos parafiscais.

(4) Falso.

Não ocorreu aumento da carga tributária bruta, durante o II PND, que permaneceu em torno de 25% do PIB até 1979. A carga tributária líquida desconta (da carga bruta) as transferências e os subsídios do governo ao setor privado. Em 1973, a carga tributária líquida era quase 17% do PIB tendo se contraído para 13,7% ao final do II PND (1979). Todavia, vale notar que, no II PND, grande parte dos gastos com fomento era contabilizada à parte. O Banco Central podia realizar emissões primárias de títulos para os fins normais (giro da dívida, fazer política monetária, neutralizar efeitos expansionistas das operações cambiais), mas também para programas de fomento. Estas operações não eram registradas no Orçamento Geral da União, mas ficavam embutidas no chamado "orçamento monetário", "não sendo explicitado o montante do déficit do governo em suas relações com o restante do sistema econômico" (Alem, Giambiagi, 1999, p. 113).

Questão 10

A crise dos anos 1980 foi marcada pelas seguintes circunstâncias:

⓪ Reversão da trajetória de crescimento da dívida externa, às custas de aceleração da inflação e redução da taxa de crescimento da demanda agregada.

① Crescimento da dívida pública interna, associado em parte aos grandes superávits da balança comercial.

② As duas recessões (1981 e 1983), decorrentes do "ajuste monetário do balanço de pagamentos", contribuíram para os ajustes fiscal e do balanço de pagamentos.

③ As políticas que levaram à obtenção de grandes saldos na balança comercial contribuíram, decisivamente, para sucessivos aumentos da taxa de inflação.

④ A indexação generalizada da economia se tornou um mecanismo poderoso de propagação da inflação e também de rigidez dos preços à baixa.

Resolução

(0) Falso.

O choque de juros nos EUA (Política Volcker) contribuiu para o crescimento da dívida externa brasileira. A dívida externa bruta praticamente dobrou entre 1979 e 1984, passando de US$ 55,8 bilhões para US$ 102,1 bilhões.

(1) Verdadeiro.

Embora o enunciado não afirme que a dívida interna tenha começado a crescer apenas a partir da obtenção dos megassuperávits comerciais, o aluno poderia ficar em dúvida. Isto porque os grandes superávits, de fato, se iniciam em 1983, enquanto o crescimento da dívida interna começa em 1981 e segue aumentando até 1984.

Vale notar que quando houve a substituição, na condução da política econômica, de Mário Henrique Simonsen por Antonio Delfim Netto, em agosto de 1979, o novo Ministro anunciou medidas de correção de tarifas públicas e controle de gastos (inclusive estatais, com a criação da Secretaria Especial para as Empresas Estatais – Sest). Para ele, o déficit público alimentava a inflação e, juntamente com as operações de esterilização do capital externo, estava aumentando a dívida pública mobiliária. Portanto, o diagnóstico já existia – o que corrobora "verdadeiro" para essa questão.

(2) Falso.

Segundo a ótica do ‘ajuste monetário’, o problema do Balanço de Pagamentos seria resolvido através da eliminação do déficit público, do controle da quantidade de crédito (ambos diminuiriam a demanda agregada e, portanto, as importações) e do estabelecimento de orientações para as expectativas dos agentes econômicos. Na prática, porém, contribuíram para a melhora do BP no Brasil, no início dos anos 1980, a maturação de projetos do II PND, a maxidesvalorização de 1983 e a recuperação da economia americana. Quanto às contas públicas, apesar da redução do déficit operacional para 3,0% do PIB em 1984, o déficit nominal e a dívida pública interna continuaram a se elevar, devido à aceleração inflacionária, desvalorizações cambiais e aos elevados juros.

(3) Verdadeiro.

De fato, a inflação subiu de 99,7%, em 1982, para 211%, em 1983 (IGP), em grande medida como decorrência da maxidesvalorização de fevereiro de 1983, em um contexto de elevada indexação.

(4) Verdadeiro.

A elevada indexação brasileira criou uma situação de extrema sensibilidade da inflação a choques externos e de perpetuação da inflação (inércia).

PROVA DE 2012

Questão 8

Sobre o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), é CORRETO afirmar que:

⓪ Priorizou a substituição de importações de bens de consumo duráveis, complementando o processo iniciado pelo Plano de Metas.

① Contou com o endividamento externo das empresas estatais, que se viram incapacitadas de reajustar preços e tarifas a ponto de autofinanciar planos de expansão.

② Estimulou a oferta de fontes de energia alternativas ao petróleo (usinas hidrelétricas, nuclear e produção de etanol combustível), ao mesmo tempo em que objetivou aumentar a produção de petróleo.

③ Propunha instaurar um novo padrão de desenvolvimento industrial, baseado na expansão dos ramos de bens de capital e de insumos básicos.

④ Previa a criação de grandes estímulos à iniciativa privada nacional, visando capacitá-la a ocupar espaços não preenchidos por empresas estatais ou estrangeiras.

Resolução

(0) Falso.

O II PND refutou o crescimento liderado pelo consumo de duráveis – que tinha sido característico do período do Milagre (1968-1973) – em prol da substituição nos setores considerados mais complexos (insumos básicos e bens de capital), devido à maior intensidade tecnológica, de recursos humanos e de capital, além de maior prazo de maturação.

(1) Verdadeiro.

O endividamento das estatais foi um mecanismo utilizado pelo governo para captar divisas. Ao mesmo tempo, suas tarifas eram reprimidas, de forma a ajudar no controle da inflação. Com isso, ficava inviável o autofinanciamento de seus planos de investimento.

(2) Verdadeiro.

Dentre as usinas hidrelétricas cita-se a construção, dentro do II PND, de Itaipu e de Tucuruí. Houve, também, o programa Proálcool e, na área

nuclear, o acordo com a Alemanha, bem como a construção da usina de Angra I, com tecnologia norte-americana.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

Nesse intuito, foi lançado o Plano de Ação para a Empresa Privada Nacional, em 1976.

Questão 9

A economia brasileira gerou superávits na balança comercial durante a primeira metade da década de 1980. Esse(s) superávit(s):

⓪ Foram favorecidos pela melhoria dos termos de intercâmbio nos três primeiros anos da década.

① Foi favorecido pela maturação de alguns dos projetos do II PND, ainda em 1984.

② Diminuiu em 1985, em comparação ao ano anterior.

③ Foi prejudicado pelo aumento médio real do salário mínimo ao longo de 1985.

④ Foram favorecidos por desvalorizações cambiais, como a grande desvalorização implementada em fevereiro de 1983.

Resolução

(0) Falso.

Houve, ao contrário, *deterioração* dos termos de intercâmbio nos primeiros anos da década, de forma contínua. A partir de um número índice de 82, em 1980, o nível baixou para 69,5, em 1983.

(1) Verdadeiro.

O livro *A Economia Brasileira em Marcha Forçada* traz uma análise detalhada da pauta de exportações e importações, mostrando que, em diversos casos, os setores apoiados pelo plano foram os que tiveram melhor desempenho. (Ver Castro e Souza, 1985).

(2) Verdadeiro.

Houve modesta retração do saldo da balança comercial, de US$ 13,0 bilhões em 1984 para US$ 12,5 bilhões, em 1985, basicamente em virtude da recuperação da economia.

(3) Falso.

Em maio de 1985, o salário mínimo teve reajuste de 100%; todavia, em virtude da elevada inflação, o aumento real não foi significativo. Utilizando como base os dados do Ipeadata, na série de salário mínimo real [em reais (R$) constantes do último mês, deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC, do IBGE], este passou, em média, de R$ 462,03, em 1984, para R$ 479,25, em 1985 – uma elevação modesta de 3,7%.

(4) Verdadeiro.

A desvalorização de fevereiro de 1983 foi um dos fatores que ajudou a recuperação do superávit comercial, na primeira metade da década.

Questão 10

Na década de 1980, problemas associados ao balanço de pagamentos se acentuaram na economia brasileira. Caracteriza(m) esse período:

⓪ A elevação significativa da participação dos juros nos déficits de transações correntes verificado.

① A elevação da taxa de juros internacional a partir de 1985, após ter permanecido baixa nos primeiros anos da década.

② A elevação da transferência líquida de recursos reais para o exterior, para pagamento de parte da soma dos serviços e amortizações da dívida externa.

③ O programa oficial de ajuste externo acordado entre o Governo Brasileiro e o Fundo Monetário Internacional em 1981, prevendo metas de superávit comercial em 1982.

④ A queda do financiamento externo para as estatais, que havia sido importante para os investimentos dessas empresas na década de 1970.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Em virtude do maior endividamento na década anterior (grande parte a taxas flutuantes) e do aumento dos juros internacionais, as despesas com

juros elevaram-se significativamente. Em 1973, as despesas com rendas (juros, lucros etc.) eram de US$ 1,1 bilhão; 10 anos depois eram de US$ 11,0 bilhões, sendo o pico do período US$ 13,5 bilhões, em 1982, ano em que eclodiu a crise mexicana.

(1) Falso.

Nos Estados Unidos, os juros começaram a ser elevados ao final de 1979, atingindo 16,4% ao ano, em 1981 (*prime rate*). Para se ter uma referência, observa-se que a mesma taxa de juros antes do choque do petróleo era de 7,9%.

(2) Verdadeiro.

Apesar dos significativos superávits obtidos nas contas comerciais, a partir de 1983, a economia brasileira registrou déficits em transações correntes (à exceção de 1984, quando houve um modesto superávit de US$ 95 milhões) até 1987.

(3) Falso.

O programa só foi firmado em janeiro de 1983.

(4) Verdadeiro.

Na conjuntura recessiva internacional, ao contrário do ocorrido após o primeiro choque do petróleo, não havia financiamento internacional abundante, sobretudo, após a moratória do México, em 1982.

PROVA DE 2013

Questão 9

O livro *A economia brasileira em marcha forçada* despertou a atenção dos economistas por suas interpretações, as quais encontraram tanto defensores como críticos. Sobre o livro é CORRETO afirmar que:

⓪ Argumenta que a reforma da estrutura produtiva e a mudança da inserção internacional do país, perseguida pelo Governo Costa e Silva, só veio a se efetivar na década de 1980.

① Defende que nos países de desenvolvimento tardio a industrialização é marcada pela ocorrência de mutações, com a implantação de grandes setores econômicos, que num primeiro momento parecem sobredimensionados, mas são capazes de promover mudanças no funcionamento da economia.

② A "marcha forçada" mencionada no título refere-se à política econômica governamental do período do "milagre" (1968-1973), a qual conseguiu lograr elevadas taxas de crescimento do PIB associadas à inflação relativamente alta, mas estável.

③ Critica a interpretação segundo a qual a política de ajustamento posta em prática no Brasil no início da década de 1980 foi a principal responsável pelo bom desempenho da balança comercial nos anos que se seguiram.

④ Foi criticado segundo o argumento de que a conclusão dos investimentos que substituíram importações de bens de produção não era suficiente para superar as restrições externas ao crescimento trazidas pela crise da dívida externa.

Resolução

(0) Falso.

O livro trata do Governo Geisel e das consequências do II PND nos anos 1980.

(1) Verdadeiro.

A tese pode ser assim compreendida. Defende-se que o II PND, apesar de agravar problemas de curto prazo no Balanço de Pagamentos, foi capaz de promover uma mudança estrutural na economia brasileira.

(2) Falso.

A "marcha forçada" faz alusão à manutenção de elevadas taxas de crescimento no período do II PND, em um contexto onde diversos países

optaram por fazer ajustamentos (retração da demanda agregada e desvalorização para corrigir os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos).

(3) Verdadeiro.

Embora não descarte os efeitos da maxidesvalorização de 1983 e das recessões de 1981 e de 1983 para o bom desempenho da balança comercial, o livro, através de uma análise da pauta dos produtos exportados e importados, defende que a recuperação foi puxada justamente pelos setores apoiados pelo II PND.

(4) Verdadeiro.

O período do II PND é um dos mais polêmicos na historiografia recente da economia brasileira, sendo a estratégia criticada e considerada a responsável pela “década perdida” por diversos economistas, principalmente, provenientes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ).

Questão 10

Com relação à natureza da inserção econômica externa do Brasil e o choque financeiro internacional a partir do final da década de 1970, é CORRETO afirmar:

⓪ A política monetária dos Estados Unidos (EUA) provocou uma recessão mundial que deteriorou fortemente as relações de troca do comércio exterior brasileiro.

① A transferência de recursos reais para o exterior, propiciada pelos superávits comerciais, estabilizou a dívida externa líquida brasileira a partir de 1983.

② A redução das taxas de juros internacionais no biênio 1980-1981 (em relação ao biênio anterior) impactou positivamente a conta financeira do balanço de pagamentos do país, compensando a deterioração dos termos de intercâmbio.

③ A desvalorização cambial foi importante na reação da política econômica brasileira ao choque externo.

④ A suspensão do refinanciamento internacional criou, concomitantemente, um problema cambial e de financiamento do setor público no Brasil.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A elevação dos juros teve profundas consequências para o Brasil, seja pelos encargos da dívida, seja pela própria contração das importações americanas de produtos brasileiros, num cenário de menor crescimento desse país. Dado o peso da economia americana e da elevação de juros em diversos outros países industrializados, houve deterioração dos termos de troca do Brasil, em função da queda do preço de *commodities* (exportadas pelo país) e aumento do preço do petróleo (importado pelo país).

(1) Falso.

Apesar dos superávits comerciais, o país continuou a apresentar déficits de transações correntes (à exceção de 1984, quando houve um pequeno saldo positivo). Houve, na realidade, crescimento da dívida externa, em função do processo de estatização da dívida e dos elevados juros internacionais.

(2) Falso.

Na verdade, ocorreu forte *elevação* dos juros internacionais no biênio e deterioração dos termos de intercâmbio. De acordo com o Apêndice Estatístico, em Abreu, org. (1990), o preço das importações aumentou 28,1% em 1980 e 11% em 1981. Paralelamente, os preços das exportações ficaram, praticamente, estáveis no período.

(3) Verdadeiro.

A maxidesvalorização de 30% em 1983 é um dos fatores que ajudou a recuperação subsequente da balança comercial.

(4) Verdadeiro.

Em virtude da manutenção dos déficits de transações correntes e dado que o governo vinha utilizando de recursos externos para financiar seus projetos de investimento, a frase é verdadeira.

Questão 11

No que se refere à crise dos anos 1980 e às políticas de ajuste adotadas, pode-se afirmar que:

⓪ A economia brasileira foi fortemente prejudicada pela elevação da taxa de juros dos EUA, que tinha por objetivos controlar a inflação e defender o papel do dólar como moeda internacional.

① O “ajuste monetário do balanço de pagamentos” era indicado, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para os países endividados em crise.

② O objetivo central do ajuste era a obtenção de expressivos superávits na balança comercial.

③ A contrapartida do ajuste foi a aceleração da inflação e o aumento da dívida pública.

④ A “inflação corretiva” de produtos e serviços das empresas estatais preservou sua capacidade de realizar investimentos, mas prejudicou a política de combate à inflação realizada pelo ministro Delfim Netto.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O elevado endividamento a juros flutuantes durante a década de 1970 tornou a economia brasileira bastante vulnerável à subida dos juros.

(1) Verdadeiro.

O ajuste monetário do Balanço de Pagamentos pressupõe que o déficit público e o descontrole monetário levam a um excesso de dispêndio sobre a renda, ocasionando déficits externos.

(Ver a questão discursiva nº 4, Prova de 2011.)

(2) Verdadeiro.

Esse é o objetivo central; todavia, há, ainda, o benefício da redução da inflação, pela queda da absorção doméstica.

(3) Verdadeiro.

Dado o caráter inercial da inflação brasileira, ela se acelerou quando da maxidesvalorização em 1983. Ademais, a elevação dos juros, para conter a demanda agregada, fez aumentar a dívida pública.

(4) Falso.

As empresas estatais foram utilizadas, sobretudo nos anos 1980, para ajudar no controle da alta generalizada de preços que se vivia à época, através da não correção das tarifas e preços públicos pela inflação. Como resultado, a capacidade de estas empresas realizarem investimentos deteriorou-se e a formação bruta de capital fixo em relação ao PIB caiu no período que se estende de 1981 até 1985.

PROVA DE 2014

Questão 10

Sobre a economia brasileira na década de 1970, é CORRETO afirmar que:

⓪ Criou-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), voltado a promover a coordenação das ações dos órgãos de planejamento.

① Durante a vigência do II PND, ocorreu aprofundamento das desigualdades regionais, pois os investimentos induzidos pelo governo direcionaram-se às regiões mais desenvolvidas.

② Um dos motivos da estatização da dívida externa é a possibilidade de transferência do risco cambial da dívida privada para o setor público a partir de 1977.

③ O II PND pretendeu instaurar um novo padrão de indústria, baseado na expansão dos ramos de bens de capital e bens de consumo duráveis.

④ Ofereceram-se incentivos à iniciativa privada, visando capacitá-la a ocupar espaços não preenchidos por empresas estatais ou estrangeiras, sobretudo no ramo de bens de capital.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) foi criado em 1974. Apesar de ser apenas um órgão consultivo para a coordenação e planejamento de políticas públicas, foi importante na elaboração de decretos com o objetivo último de promover a indústria nacional.

(1) Falso.

O II PND continha diversas ações para a redução das desigualdades regionais.

Entre elas, podemos citar a concessão de incentivos fiscais e financeiros que viabilizaram a criação dos Polos Petroquímicos de Camaçari, na Bahia, e o de Triunfo, no Rio Grande do Sul. Essas ações provocaram uma desconcentração dos investimentos no setor, antes realizados majoritariamente no ABC paulista (Polo Petroquímico União – PQU).

(2) Verdadeiro.

A Resolução CMN nº 432, de 1977, por exemplo, permitia trocar uma dívida, cujo reajuste se dava pela correção cambial, por outra ajustada pela correção monetária, assumindo o Banco Central o risco cambial e todos os encargos decorrentes do empréstimo externo, diante de uma mudança da taxa de câmbio.

(3) Falso.

O correto seria dizer que: “o II PND pretendeu instaurar um novo padrão de indústria, baseado na expansão dos ramos de bens de capital e de insumos básicos”. A expansão dos bens duráveis foi característica do período anterior, do Milagre Econômico.

(4) Verdadeiro.

O maior instrumento para isso foram os empréstimos do BNDE para as empresas privadas. Estes se davam em condições favorecidas e mesmo, em certos casos, a juros negativos, posto que a correção monetária ficou limitada a 20% a.a, sendo a inflação efetiva superior a esta taxa.

Questão 11

A economia brasileira gerou saldos positivos na balança comercial na década de 1980. Tais saldos:

⓪ Foram favorecidos pela desvalorização cambial real da moeda brasileira.

① Foram favorecidos pelo aumento do preço das *commodities* no mercado mundial, principalmente depois do aumento da demanda chinesa por produtos primários.

② Foram favorecidos pela maturação dos projetos do II PND, que aumentaram a capacidade produtiva da indústria brasileira de bens intermediários.

③ Foram favorecidos pela recessão da economia nacional, que permitiu que parte da demanda interna por bens intermediários fosse orientada para exportação.

④ Foram grandes a ponto de permitir a contração do estoque da dívida externa a partir de 1984.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Em 1983 houve uma maxidesvalorização de 30%, que impulsionou as exportações brasileiras.

(1) Falso.

Os termos de troca se tornaram desfavoráveis para a economia brasileira nos primeiros anos da década de 1980, e a economia chinesa tinha pouca representatividade para as exportações brasileiras.

(2) Verdadeiro.

Em *A Economia Brasileira em Marcha Forçada* (Castro e Souza, 1985), há uma análise detalhada da composição das exportações e das importações. Os autores mostram que os setores que apresentaram melhor desempenho exportador foram justamente os apoiados pelo II PND.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

A dívida externa líquida, isto é, descontadas as reservas internacionais, permaneceu praticamente constante na segunda metade dos anos 1980, no patamar de US$ 110 bilhões.

PROVA DE 2015

Questão 9

A coincidência entre a crise internacional do petróleo, a desaceleração da economia mundial e a implementação do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) implicou os seguintes movimentos da economia e da política econômica nos anos 1970:

⓪ Entre os motivos arrolados para explicar por que o governo evitou um ajuste externo, por meio de forte desvalorização cambial, estão seu impacto sobre o encarecimento, em moeda local, de produtos importados e passivos externos, e a descrença de que tivesse impacto significativo sobre a balança comercial, mediante a alteração de preços relativos.

① A aposta em uma mudança da estrutura produtiva que permitiria um ajuste na balança de transações correntes, via melhoria da balança comercial, à medida que os setores de bens de capital e intermediários beneficiados pelo lI PND entrassem em atividade, reduzindo o coeficiente de importação da economia.

② O plano governamental que sucedeu o choque listou a concentração de renda como um problema a ser enfrentado.

③ As reservas cambiais caíram no primeiro momento (1974 e 1975), mas aumentaram nos três anos seguintes, graças à absorção de recursos financeiros externos.

④ À medida que o mercado de capitais internacional mostrava-se menos favorável a financiar o Brasil, a partir do final da década de 1970, as empresas estatais aumentaram seu papel de captadoras de recursos no exterior, caracterizando uma das formas do processo de estatização da dívida externa.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Como o Brasil importava 80% do petróleo consumido, sendo este um produto inelástico em relação a preço, a desvalorização da moeda apenas encareceria ainda mais os importados. Ademais, temia-se o impacto de uma desvalorização cambial sobre os passivos externos, no sentido de encarecê-los.

(1) Verdadeiro.

O II PND buscou a redução da dependência do país em relação ao petróleo e diversos insumos básicos. Havia, porém, um *trade-off* entre a piora de curto prazo da Balança Comercial (na medida em que o país

continuasse a crescer e, portanto, suas importações não fossem reduzidas) e uma melhora no longo prazo, quando os investimentos maturassem.

(2) Verdadeiro.

Muito embora as prioridades do II PND estejam associadas aos investimentos em insumos básicos, infraestrutura, energia e bens de capital, o Plano também propunha em seus objetivos "ampliar o mercado consumidor", promover distribuição de renda e redução das disparidades regionais.

(3) Verdadeiro.

Em 1973 as reservas eram de US$ 6,4 bilhões. Em 1974 e 1975 houve redução das reservas para US$ 5,3 e 4,0 bilhões, respectivamente. As reservas cresceram, nos três anos seguintes, até alcançarem US$ 11,9 bilhões, em 1978.

(4) Verdadeiro.

As empresas estatais foram estimuladas a captar recursos no exterior além de suas próprias necessidades, no intuito de aumentar a disponibilidade de divisas.

Questão 10

A década de 1980 foi chamada de "década perdida". Sobre ela, pode-se afirmar:

⓪ A taxa de crescimento PIB foi, em média, mais baixa na década de 1980 do que na década de 1970, mas em nenhum ano foi negativa.

① O superávit comercial em 1984, em simultâneo ao crescimento surpreendente do PIB, foi interpretado por alguns autores como fruto de um componente de ajuste estrutural reflexo das políticas do lI PND.

② As taxas de crescimento da produção industrial chegaram a apresentar índices negativos nos primeiros anos da década de 1980.

③ Os pacotes de ajuste do FMI previam um aporte de capital superior às necessidades do financiamento do déficit de transações correntes, para permitir acumulação de reservas e assim uma proteção contra eventuais variações da demanda internacional.

④ O programa fiscal ortodoxo negociado com o FMI, em 1982, forçou o país a reverter o processo de estatização da dívida em curso desde o final da década de 1970.

Resolução

(0) Falso.

A taxa foi negativa em 1981 (-4,3%), 1983 (-2,9%) e 1988 (-0,1%).

(1) Verdadeiro.

Esta é a tese, por exemplo, de Castro e Souza (1985).

(2) Verdadeiro.

A produção industrial foi negativa em diversos anos, sendo a maior queda em 1981 (–13,2%), utilizando o indicador PIB – indústria – índice encadeado – dessazonalizado (média 1995 = 100) do IBGE.

(3) Falso.

Os pacotes do FMI em regra não preveem aportes para permitir acumulação de reservas.

(4) Falso.

O programa trazia diversas metas, sendo as mais importantes: a) teto para o déficit em conta-corrente de US$ 6,9 bilhões (o que exigiria superávit comercial de US$ 6 bilhões, em contraste com US$ 2, 8 bilhões do ano anterior); e b) taxa anual de inflação de 78%. Não havia exigência de reverter o processo de estatização da dívida.

PROVA DE 2016

Questão 7

Sobre a economia brasileira e a política econômica durante a execução do Plano Estratégico de Desenvolvimento (PED) e do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), é correto afirmar:

⓪ O PED propunha estimular o setor agrícola com a expansão do crédito e com juros baixos, com o propósito de estimular a produção primária tanto para o mercado interno como para exportação.

① O propósito do PED de conciliar o combate à inflação com o crescimento econômico não o distinguiu, neste aspecto, do Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social.

② Dados os objetivos do II PND, o comportamento do comércio exterior dos bens de capital mostrou resultados positivos já na década de 1970.

③ No período do II PND, houve forte incentivo ao desenvolvimento de setores energéticos como petróleo e álcool. Menor importância foi dada, entretanto, à produção de energia hidrelétrica, o que viria se tornar um problema de grande importância em décadas posteriores, com regimes pluviométricos menos favoráveis.

④ Além do esforço de realizar mudanças na estrutura produtiva, a estratégia de ampliação do gasto público do II PND se revestia de finalidade anticíclica, muito embora tenha ocorrido um aumento da taxa de investimento em 1974 independentemente do II PND.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O apoio à agricultura tinha duas pretensões: gerar divisas e contribuir para a política de combate à inflação, já que esta foi diagnosticada como sendo de custos.

(1) Verdadeiro.

Neste aspecto, não há diferenças. Todavia, o diagnóstico da inflação no Plano Trienal é de uma inflação de demanda, ocasionada por excessivo gasto público. Já no PED o diagnóstico é de inflação de custos, como dito no item 0. Considerava-se, ademais, que o próprio crescimento permitiria a queda da inflação, por ganhos de escala.

(2) Verdadeiro.

Tomando 1964 como referência, as exportações de manufaturados passaram de US$ 90 milhões para US$ 414 milhões, em 1970, o que incluía, entre outros, bens de capital.

(3) Falso.

O II PND concentrou esforços na ampliação da capacidade de geração de energia hidroelétrica, sendo o maior símbolo a construção da usina de Itaipu.

(4) Verdadeiro.

O II PND pretendia fazer uma mudança estrutural na matriz energética e produtiva da economia. Com o desacelerar da economia internacional no imediato pós-choque do petróleo, o governo também atuou de forma anticíclica: elevou o consumo da Administração Pública, aumentou o investimento público e concedeu estímulos ao investimento privado, garantindo compras e fornecendo crédito, através, sobretudo, do BNDE.

PROVA DE 2018

Questão 9

Sobre a economia e a política econômica no Brasil na década de 1970, é correto afirmar:

⓪ Diante da vulnerabilidade externa, o Governo Geisel passou a priorizar o mercado interno, ao contrário do que ocorrera no período do "milagre".

① A partir do final da década de 1960, a maior inserção financeira, por meio da ampliação dos empréstimos em eurodólares criou uma pressão, pelo lado do déficit na conta de rendas, sobre o balanço em transações correntes durante a década de 1970.

② O investimento em setores capital intensivo durante o segundo PND é uma característica de programa que buscava superar os desequilíbrios da estrutura industrial herdada de períodos anteriores de crescimento acelerado. Como exemplo, citam-se os investimentos nos setores de siderurgia, petroquímica, fertilizantes e celulose do Plano.

③ Como consequência do alinhamento dos governos militares com os EUA, o segundo PND prosseguiu na estratégia de privilegiar a presença de empresas multinacionais, principalmente no setor de bens de capitais.

④ Uma das vantagens de que o II PND pode se valer foi a ênfase em setores cujo fator escala não era relevante, e assim seus resultados puderam ser sentidos em termos de persistente redução do coeficiente de importação já nos anos 1970.

Resolução

(0) Falso.

As prioridades do Governo Geisel eram: continuar o processo de substituição de importações, promover exportações e o consumo de massa, sendo a terceira a que menos avançou no período.

(1) Verdadeiro.

A conta de rendas primárias passou de um déficit de US$ 630 milhões, em 1968, para um déficit de quase US$ 1,5 bilhão, em 1972.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

A substituição de importações no setor de bens de capital é, justamente, uma das características do período. Os investimentos no setor de bens

capital se deram, prioritariamente, com empresas nacionais — e não multinacionais.

(4) Falso.

Ao contrário, a ênfase em setores capital intensivos (cujos projetos eram de longo prazo de maturação) fez com que os efeitos da substituição de importações e de ampliação de exportações nos setores privilegiados se dessem apenas nos anos 1980, sobretudo, após 1984.

PROVA DE 2019

Questão 7

Sobre a economia brasileira na década de 1980, pode-se afirmar:

⓪ A moratória mexicana de 1982 provocou redução brusca do fluxo voluntário de empréstimos bancários externos para a economia brasileira

① A década foi denominada "perdida" devido ao baixo crescimento da economia com relação ao padrão histórico das décadas precedentes, mas o crescimento do PIB em nenhum ano da década de 1980 chegou a apresentar taxa negativa.

② A primeira metade da década foi marcada por inflação crescente e déficit em conta corrente do balanço de pagamentos, o qual foi possível financiar devido à existência de forte liquidez internacional, o que não se verificou na segunda metade da década.

③ Pelo menos em parte, o crescimento real das exportações em alguns anos do início da década pode ser atribuído ao II PND.

④ O Governo Federal suspendeu a indexação dos salários como forma de combater a inflação, embora a mantivesse para o salário mínimo.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A moratória mexicana comprometeu os fluxos externos para toda a América Latina, para o Brasil em particular.

(1) Falso.

A taxa foi negativa em 1981 (–4.3%), 1983 (–2.9%) e 1988 (–0,1%).

(2) Falso.

A primeira metade da década foi marcada por baixa liquidez internacional, sobretudo após a moratória mexicana. Além disso, houve, em 1984, forte superávit da Balança Comercial, chegando a apresentar pequeno superávit em Transações Correntes (US$ 95 milhões).

(3) Verdadeiro.

O II PND provocou uma mudança estrutural nas contas externas, reduzindo importações via substituição de importações e elevando

exportações em alguns segmentos.

(4) Falso.

Houve uma série de mudanças nas regras de indexação dos salários ao longo da década de 1980. A suspensão de indexação ocorreu apenas por curtos períodos de tempo onde vigoraram congelamentos como no Plano Cruzado, Bresser (primeiros meses) e Verão. Nesses casos, os salários mínimos também foram congelados.

QUESTÕES DISCURSIVAS

A resposta a seguir contempla as questões:

PROVA DE 2010

Questão 3

As consequências do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979) são objeto de intensa polêmica na literatura sobre economia brasileira. Discuta essas consequências.

PROVA DE 2011

Questão 3

Explicite e analise as distintas visões acerca do II PND, elaborado e executado pelo Governo Geisel, em particular no que concerne às razões que levaram à sua adoção e suas consequências para o desempenho da economia brasileira nos anos 1980.

Resolução

Os efeitos do II PND sobre a economia brasileira nos anos 1980 constituem um ponto polêmico na historiografia. Existem, basicamente, duas posições antagônicas: um grupo que defende que o II PND transformou a matriz industrial e energética brasileira, sendo a “década perdida” atribuída aos choques externos e à não resolução do problema da inflação, dada a elevada indexação da economia; e os autores que argumentam que o II PND foi um equívoco responsável, em grande medida, pelo baixo crescimento dos anos 1980 e a crise da dívida.

No primeiro grupo, destaca-se o trabalho *A economia brasileira em marcha forçada*, de Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza, lançado pela Paz e Terra, em 1985. Como expoentes da visão que atribui ao II PND as raízes da crise dos anos 1980 estão, entre outros, os trabalhos de Dionísio Dias Carneiro e Eduardo Modiano (Carneiro, 1990 e Carneiro e Modiano, 1990), resumidos em capítulos do livro *Ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana (1889-1989)* [ver Abreu, org., 1990].

Fundamentalmente, a tese de Castro e Souza (1985) sustenta que, diante do choque do petróleo, em 1973, existiam duas possibilidades: financiamento e ajustamento. A estratégia de financiamento estava associada à possibilidade de acesso a recursos internacionais, supondo que a crise fosse passageira. Nesse caso, se pretenderia crescer, utilizando para isso recursos externos. A estratégia oposta, de ajustamento, suporia que a crise era duradoura e pretenderia promover uma mudança de preços relativos em função do encarecimento do petróleo (desincentivando, assim,

seu consumo). Em particular, a alteração da taxa de câmbio contribuiria para o ajuste. Paralelamente, através do uso de políticas fiscais e monetárias, promover-se-ia uma reação espontânea do mercado diante da nova conjuntura de preços mais elevados e menor crescimento mundial.

Na opinião dos autores, a escolha do Governo Geisel foi uma terceira via, denominada "Estratégia de 1974". Nesta, a opção pelo financiamento externo não implicava aceitar que a crise seria passageira. Pelo contrário, havia a compreensão que esta crise era ampla e duradoura. No cerne dos objetivos do II PND estava a preocupação em adaptar o país (em desenvolvimento) à crise energética mundial. Para isto, seria necessária uma mudança de rota que, entretanto, não alteraria o objetivo último do plano: a construção de uma moderna economia industrial. Nesse intuito, cabia ao Estado levar adiante o desenvolvimento através da reestruturação do aparelho produtivo. Ao contrário do que supunham alguns autores, o II PND não negligenciava os problemas energéticos, os enfatizava. Havia, entretanto, um *trade-off* entre o agravamento destes no curto e médio prazos e sua resolução no longo prazo.

O II PND é defendido como uma proposta ousada que descartava a indústria de bens de consumo duráveis como promotora do crescimento futuro e propunha enormes investimentos, quando a conjuntura mundial era recessiva. Dessa forma, com foco no setor de insumos básicos e bens de capital como receptores dos investimentos (ambos intensivos em capital e com longos prazos de maturação), pretendia-se superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvolvimento, como exposto no documento que lançou o plano, em setembro de 1974. A racionalidade do II PND consiste, sinteticamente, em se propor a solucionar problemas estruturais e, concomitantemente, problemas conjunturais. Nessa linha, "(...) estavam sendo questionados a estrutura produtiva, a inserção no comércio internacional e o próprio estilo de crescimento da economia" (Castro e Souza, *op. cit*).

O II PND, portanto, teria, além de uma racionalidade política, diante das pressões pela abertura e do questionamento do regime militar, uma racionalidade econômica. Uma opção recessiva (ajustamento) implicaria a

não realização de novos investimentos, por ora postergados, assim como provocaria baixas nos investimentos oriundos da safra do Milagre (com o arrefecimento dos chamados *animal spirits* empresariais). A descontinuidade no processo de investimento acarretaria uma perda de absorção do surto anterior de investimentos. Todavia, visto que eram projetos de longa duração, seus benefícios se prolongariam por um tempo maior.

Os benefícios de tal estratégia seriam percebidos pela recuperação da balança comercial a partir de 1983. Para Castro e Souza (1985), o segundo choque do petróleo corrobora o diagnóstico e, por conseguinte, a estratégia de 1974. O ajustamento externo da economia brasileira: "(...) difere substancialmente não apenas do previsto pelas autoridades, como do ocorrido em outros países" (p. 22). Em 1982, as importações já eram muito baixas, quando comparadas com outros países latino-americanos; não obstante, se reduziram em 33% entre 1982 e 1984, em um quadro em que a expansão industrial se dava de forma concomitante – indicando a existência de substituição de importações. Num primeiro grupo, cujas importações "caem em flecha" (p. 24) após a maxidesvalorização (30%) de 1983, estariam os metais não ferrosos, os produtos químicos, o papel e a celulose, os fertilizantes e os produtos siderúrgicos. As importações desses produtos caem 60% entre 1980 e 1983 – sendo esses justamente o foco do II PND. Num segundo grupo de produtos, constituído por setores que não foram objeto de grandes programas, os resultados seriam muito mais modestos. Os autores citam como exemplo o carvão metalúrgico, cujas importações caíram 3,1% entre 1980 e 1983, para depois aumentarem 31% em 1983 em virtude do surto de exportações siderúrgicas (p. 25).

No que se refere ao crescimento das exportações, teriam colaborado diversos fatores: expansão do mercado norte-americano, início da recuperação latino-americana e africana e entrada em carga de alguns dos projetos oriundos dos anos 1970, além dos estímulos derivados da política cambial (maxidesvalorização de 1983). As exportações, em suma, sob a influência de diversos fatores, teriam retomado sua tendência (mantida por

18 anos e interrompida apenas em 1982) de aumento, enquanto as importações teriam sofrido uma “drástica mudança de rota”.

Do outro lado do debate, os autores que atribuem a crise dos anos 1980, em larga medida, ao II PND, defendem que o ajustamento deveria ter sido feito em 1974. Os anos 1980 seriam, em última análise, a consequência de uma “miopia curto-prazista” e de uma estratégia de financiamento, diante da crise de balanço de pagamentos, que se seguiu ao primeiro choque do petróleo. Ademais, no Governo Geisel, teria se consolidado uma excessiva estatização da economia, advinda da ideologia reinante na administração pública, reforçada pelo desejo dos militares de promover o crescimento a qualquer custo, em um contexto político em que aumentavam as necessidades de legitimação política, ante a derrota do governo nas eleições municipais de novembro de 1976.

De acordo com Dionísio Carneiro (Carneiro, 1990), caracterizariam a economia brasileira no Governo Geisel: as políticas de curto prazo, as práticas de desrepressão dos preços (que teriam provocado aumento de preços e instabilidade nas taxas mensais de inflação), a oficialização de uma regra para a correção monetária, a revisão da lei salarial e a intervenção no grupo financeiro Halles.

O trabalho foca em aspectos conjunturais e políticas de curto prazo daquele governo. O autor começa seu texto observando que, em 1973, a demanda mundial estava aquecida, em virtude da Guerra no Vietnã, da queda do dólar e da existência de eurodólares, sendo a inflação vista com complacência pelo governo. Nesse contexto, quando adveio o choque do petróleo, ao final do ano, os governantes não perceberam a gravidade da crise: “A leitura dos jornais da época não evidencia que tenham as autoridades, em nenhum momento do primeiro ano do governo, demonstrado a consciência acerca das novas restrições mundiais.” (p. 298). Assim, o discurso contracionista do governo brasileiro logo após o choque fora motivado por problemas internos (inflação) e não de balanço de pagamentos. O ajuste recessivo, necessário segundo o autor, não teria sido aprovado. Em sua opinião, deveria ter sido aplicado um programa drástico

de correções de desequilíbrios externos e internos – sendo a “década perdida” a consequência desse erro.

Para Dionísio Carneiro, diante da abundância de liquidez internacional, o governo optou por cobrir os déficits externos. A opção por não desvalorizar o câmbio se dava pelo temor inflacionário e pelo pessimismo quanto às elasticidades. Paralelamente, algumas importações eram encarecidas através de tarifas, encargos e restrições quantitativas, visando à substituição de importações. Já a opção pelo ajustamento teria sido refutada por motivos, em grande medida, políticos.

Na segunda metade da década de 1970 teria ocorrido a internalização das despesas de investimento e a continuidade de incentivos às exportações e restrições às importações através de medidas fiscais, creditícias e cambiais. Estas teriam distorcido preços relativos, levado ao aumento da dívida externa (a juros flutuantes), além de contribuído para a aceleração da inflação, nos anos 1980.

O legado para o Presidente Figueiredo teria sido perverso. As consequências negativas teriam sido agravadas pelas dificuldades de reprimir preços e tarifas em São Paulo, pelas dificuldades de contornar o uso de estatais como instrumento de captação de recursos no exterior, pelas concessões abusivas de incentivos fiscais, subsídios e artifícios financeiros. A estratégia teria resultado em deterioração da receita pública, empréstimos com encargos abaixo da inflação e renúncia de impostos, a fim de estimular a economia.

O Governo Geisel, por fim, padeceria de um desconhecimento das reais possibilidades de racionalização de energia. Ademais, ao conceder subsídios ao petróleo, teria estimulado o consumo, o que teria levado a uma inflação de custos. Segundo Carneiro (1990), somam-se à lista de erros do período os elevados juros internos, o programa nuclear ambicioso, o pouco rigor na condução de políticas de demanda, o crescimento da dívida do setor público, o aumento da dívida externa, sem contrapartida da renda disponível do setor público.

Entretanto, convém ressaltar que, no capítulo assinado com Eduardo Modiano (Capítulo 12 do mesmo livro), Carneiro e Modiano (1990)

ressaltam, sobre a recuperação das contas externas, que a queda das despesas de importação teria sido obtida pela queda do preço internacional do petróleo, pelos controles diretos, pela recessão, mas também pela substituição de longo prazo permitida pela entrada em vigor do programa de investimentos pós-1975. Este programa de investimentos seria responsável por uma redução permanente do coeficiente de importações que se observou com a recuperação da economia nos anos seguintes.

Bonelli e Malan (1976) vão na mesma linha crítica ao II PND acima ressaltada e enfatizam a racionalidade política embutida no Plano. De acordo com esses autores: “É imperioso aprofundar a questão para além das querelas ‘técnico-acadêmicas’ acerca dos erros e acertos de política econômica de curto prazo, na direção de um esforço por captar as características estruturais da economia brasileira (e sua associada superestrutura política), que hoje, como no passado, configuram os (estreitos) limites do possível em termos de opção de política econômica” (Bonelli e Malan, 1976, p.406).

Outro importante autor no debate acerca do II PND é José Serra (ver Serra, 1984). Para ele, a desaceleração da economia a partir de 1976 seria explicada tanto por fatores cíclicos (sobre investimentos do período anterior), como pela própria revisão de muitas das metas do Plano (estabelecidas em um contexto internacional bastante distinto do vigente após o segundo choque do petróleo) e mesmo pelo abandono de alguns projetos, em função da política de contenção de gastos públicos.

Além disso, de acordo com Serra, contribuiu para o menor crescimento no período o fato de os investimentos serem concentrados em atividades capital-intensivas, com elevados prazos de maturação. Com relação ao setor externo, o agravamento teria se dado não apenas pelo 1º choque do petróleo, mas também pelo aumento da demanda por bens de capital e de insumos necessários para a realização dos investimentos pretendidos.

Cabe ainda mencionar o trabalho mais recente de Ricardo Carneiro (Carneiro, 2002), cuja interpretação difere das duas principais interpretações acima ao se posicionar criticamente em relação aos resultados obtidos pelo Plano. Para esse autor, o II PND não teria cumprido

os objetivos propostos de implementar um novo padrão de crescimento (tentativa de deslocar o eixo dinâmico da indústria para a produção de bens de capital) e teria aumentado a vulnerabilidade externa da economia, visível nos crescentes déficits comerciais. Haveria ainda a questão política envolvida. O II PND teria tentado conciliar interesses, buscando manter a legitimidade do regime.

No que se refere à modificação da organização industrial, Carneiro (2002) considera que o empresariado nacional manteve “papel menor e subordinado”. Além disso, o plano teria pecado pela ausência de referência à capacitação e autonomia tecnológica do país e com o padrão de financiamento utilizado, com elevada dependência de recursos externos. Quanto ao comércio exterior, o governo teria optado pelo controle das importações e a criação de incentivos e subsídios às exportações, para evitar desvalorizações maiores na taxa de câmbio. A consequência teria sido um crescimento expressivo do *quantum* importado, mas que não teria sido capaz de compensar a deterioração dos termos de troca.

Assim, de acordo com Carneiro (2002), as políticas adotadas não lograram suprir a dependência da energia importada nem elevar as exportações de forma mais relevante. O ajuste estrutural proposto, portanto, teria sido falho, uma vez que os desequilíbrios da economia teriam sido intensificados, com sobredimensionamento da indústria de bens de capital. A abundante liquidez internacional e a insuficiência do desenvolvimento do sistema financeiro nacional, por sua vez, teriam levado a um excessivo endividamento externo, herança para a década seguinte. Por fim, a saúde financeira do Estado teria sido comprometida pela ampla gama de subsídios, isenções fiscais e estatização da dívida.

A resposta a seguir contempla as questões:

Questão 4

Explique a lógica e a natureza do “enfoque monetário do Balanço de Pagamentos” proposto e recomendado pelo FMI nos anos 1980, bem como as causas e consequências de sua adoção na economia brasileira.

PROVA DE 2012

Questão 4

Avalie o impacto da crise do endividamento externo e dos ajustes externos preconizados pelo FMI sobre a economia brasileira, na década de 1980.

Resolução

Em 1977, o FMI publicou o livro *The Monetary Approach to the Balance of Payments* (Ver Fundo Monetário Internacioal, 1977). Nele, defende-se que é possível resolver o problema do desequilíbrio externo através de: 1) a eliminação do déficit público; 2) o controle da quantidade de crédito; e 3) o estabelecimento de orientações para as expectativas dos agentes econômicos (via, por exemplo, estabelecimento de prefixação das desvalorizações cambiais a níveis inferiores ao nível da taxa de inflação corrente).

Em regra, os programas do FMI identificam o excesso de demanda como causa principal dos desequilíbrios do balanço de pagamentos. Numa linguagem mais direta, um país que apresenta déficits está "vivendo além de suas possibilidades". O excesso da absorção sobre a produção leva, além do déficit externo, a um aumento da inflação. Assim, se faz necessária uma forte desaceleração da demanda, como forma de resolver o problema externo e dos preços, simultaneamente.

A principal diferença do "enfoque monetário" em relação às políticas tradicionais é a ênfase no controle do crédito doméstico líquido das autoridades monetárias e na importância de orientações para guiar as expectativas dos consumidores e empresários. De acordo com o próprio Fundo, o "enfoque monetário" teria sido adotado por motivos pragmáticos, como a falta de dados estatísticos (além dos agregados monetários) nos países em desenvolvimento e pela maior facilidade de aplicação do controle da oferta de moeda (Bresser-Pereira e Nakano, 1984, p. 151).

O “enfoque monetário” parte da identidade contábil básica da macroeconomia, a qual estabelece (supondo, por simplificação, que não haja renda líquida enviada ao exterior, de forma que a renda nacional bruta se torne igual à renda interna bruta) que a Renda (Y) é igual ao Investimento (I) mais o Gasto do Governo (G) acrescido do Consumo (C) e das Exportações Líquidas de Bens e Serviços [Exportações (X) menos Importações (M)]:

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

Subtraindo a tributação de ambos os lados, temos:

$$Y - T = C + I + (G - T) + (X - M)$$

Considerando que a poupança S é o que sobra da renda, após o consumo e o pagamento dos impostos:

$$Y - C - T = S = I + (G - T) + (X - M)$$

Rearrumando:

$(S - I) + (T - G) = (X - M)$, onde $T - G < 0$ significa déficit público.

A partir dessa equação, infere-se que o excesso do dispêndio sobre a renda do país manifesta-se sob a forma de déficit externo.

Evidentemente, a aceitação da identidade não implica aceitar a causalidade implícita na abordagem do Fundo. Assim, diversos economistas se manifestaram contra a política do Fundo, ainda na primeira metade dos anos 1980.

De acordo com Lara Resende, citado em Bresser-Pereira e Nakano (1984), p. 148: “O déficit em conta-corrente pode ser consequência tanto de a demanda interna ser superior à renda de pleno emprego quanto da queda acentuada no valor das exportações.” Neste segundo caso, o déficit pode ser acompanhado de recessão interna com desemprego e capacidade ociosa. Apesar de estar vivendo “abaixo de suas possibilidades”, o país tem um déficit de balanço de pagamentos” (p. 148).

Ou ainda, conforme colocado por Edmar Bacha:

> *Idealmente, em vez de ficar manipulando identidades contábeis, o que o staff do FMI deveria tratar de verificar em primeiro lugar é se há ou não desemprego e capacidade ociosa nas indústrias potencialmente exportadoras e substituidoras de importação. Em segundo lugar, procurar determinar se essa ociosidade se deve a um problema de demanda efetiva ou de falta de competitividade. E só então recomendar uma política de ajuste. Caso o problema seja de desemprego com falta de competitividade, a ênfase deveria recair sobre a taxa de câmbio ou instrumentos conexos de controle das importações e promoção de exportações. Caso as indústrias estejam trabalhando a plena carga, a ênfase do programa teria de fato que ser na redução da demanda agregada interna. Caso o problema seja derivado de uma recessão econômica mundial, então se deveria tratar de minimizar o ajuste e maximizar o financiamento, até que a economia mundial se recomponha* (Bacha, 1983).

Do ponto de vista empírico, muito embora o Brasil já estivesse adotando políticas voltadas para a contenção da absorção desde 1980, foi somente em 6 de janeiro de 1983, após as eleições para governador e vereador, que o governo brasileiro submeteu sua primeira Carta de Intenções ao FMI, aderindo ao "ajuste monetário".

A decisão de recorrer ao Fundo se deu também após a crise do México (agosto de 1982), sendo uma das causas para a adoção do ajuste (além do próprio nível do déficit de transações correntes) a forte deterioração das condições de financiamento externo. De fato, o déficit em transações correntes atingiu US$ 16,3 bilhões, em 1982. O processo de adequação ao receituário do Fundo, porém, não foi simples: durou 24 meses, período em que foram firmadas e examinadas nada menos do que sete Cartas.

As críticas mais comuns ao ajustamento proposto pelo Fundo se dão pela constatação de que o Brasil, no início de 1983, não apresentava um quadro de excesso de demanda (o PIB cresceu modesto 0,8% em 1982).

Ademais, a própria natureza do déficit de transações no início de 1983 tornava o receituário do Fundo questionável. Isto porque, em 1982, o Brasil tinha um pequeno superávit nas contas comerciais (US$ 780 milhões), que se transformava em um déficit de transações correntes (de US$ 16,2 bilhões) em virtude da balança de serviços e renda, sendo US$ 13,5 bilhões associados a pagamento de juros, lucros e dividendos e outras rendas associadas, em grande medida, a dívidas e investimento passados e não a problemas correntes.

As exigências do Fundo envolviam um teto para o déficit em conta-corrente de US$ 6,9 bilhões, superávit comercial de US$ 6 bilhões e taxa anual de inflação de 78%. Porém, os resultados medíocres da balança comercial levaram ao abandono do gradualismo na política cambial e, em fevereiro de 1983, o governo brasileiro desvalorizou o câmbio em 30%. Segundo Baptista Jr. (citado em Carneiro e Modiano, 1990), essa correspondia à valorização real sofrida pelo cruzeiro entre dezembro de 1979 e dezembro de 1982. Visando impedir que a máxi fosse integralmente neutralizada, com o repasse generalizado aos preços e salários, por uma aceleração compensatória da inflação (tal como ocorrera em 1979), o governo promoveu uma desindexação parcial dos salários.

As consequências para a economia brasileira do enfoque monetário foram: queda do PIB de 2,9% e taxa de desemprego aberto de 6,7%, em 1983. O grau de utilização da capacidade caiu para o nível mais baixo desde 1970, atingindo 76%. Em virtude do ajustamento fiscal, houve redução do déficit operacional, de 7,3% do PIB para 3,3%. O déficit em transações correntes caiu para US$ 6,8 bilhões, ao passo que a balança comercial apresentou um superávit de US$ 6,5 bilhões, no mesmo ano de 1983. A melhora da balança está associada à própria redução do nível de atividade (menores importações), à maxidesvalorização, à queda do preço do petróleo, ao início da recuperação americana e à maturação dos projetos do II PND.

O pior resultado coube à inflação que, malgrado a queda do PIB, se acelerou. De acordo com Carneiro e Modiano (1990), a resistência da inflação complicou as negociações com o Fundo. Dado o impacto dos

preços industriais, a inflação medida pelo IGP-DI atingiu 211% em 1983. No mesmo período, o INPC, que corrigia os salários, variou 178%. Houve também mudança na relação entre preços industriais e preços agrícolas. Esses resultados levaram ao não cumprimento das metas de déficits nominais – motivo que acabou justificando a criação do conceito de déficit “operacional” (definido como sendo igual ao déficit primário mais juros reais) e ao próprio conceito de inflação inercial.

6

Os Planos de Estabilização

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2010

Questão 11

Os planos heterodoxos de combate à inflação, adotados na década de 1980, tiveram em comum os seguintes aspectos:

⓪ Privilegiaram o combate à inflação de demanda, provocada pelos sucessivos déficits públicos do Governo Sarney.

① Apoiaram-se, pelo menos parcialmente, na teoria da inflação inercial para justificar suas estratégias de combate à inflação.

② Congelaram a taxa de câmbio, o que contribuiu para a crise do balanço de pagamentos, mesmo que a conjuntura fosse de grande liquidez internacional.

③ Implementaram congelamentos de preços e salários.

④ Foram precedidos por ajustes fiscais e maxidesvalorizações cambiais.

Resolução

(0) Falso.

O que caracteriza os planos dos anos 1980 é o diagnóstico da inflação inercial, embora alguns, como o Plano Bresser e o Plano Verão, tenham caracterizado a inflação como inercial e de demanda. A “política do feijão com arroz” foi a única que teve diagnóstico exclusivamente de “demanda”, porém, não pode ser considerada propriamente um “plano”, mas apenas um programa, posto que não tinha um conjunto de medidas preestabelecidas.

(1) Verdadeiro.

O diagnóstico da inflação inercial é justamente o que os caracteriza como planos “heterodoxos”.

(2) Falso.

O congelamento da taxa de câmbio não é uma característica comum a todos os planos. Adicionalmente, houve melhora da balança comercial em diversos anos e o contexto de liquidez internacional não era favorável para o Brasil até meados dos anos 1990, quando foi assinado o Plano Brady.

(3) Verdadeiro.

Esse gabarito é questionável. Modiano (1990) afirma explicitamente que não houve congelamento de salários no Plano Cruzado. Isto porque “as datas de dissídios coletivos que haviam prevalecido até novembro de 1979 foram restauradas e os salários seriam corrigidos, após um ano, por 60% do aumento do custo de vida” (p. 358). Além disso, existia o gatilho salarial (uma escala móvel que seria acionada quando a inflação atingisse 20%).

Soma-se, ainda, o fato de que algumas categorias conseguiram, diante do aumento da demanda, elevar seus salários. Todavia, na concepção do Plano por Francisco Lopes, a ideia era congelar preços e salários, embora esses devessem ser congelados pela média, diferentemente dos preços.

(4) Falso.

Houve uma desvalorização cambial de 9,5% no Plano Bresser e de 16,4% no Plano Verão; todavia, não houve desvalorização prévia ao Plano Cruzado. Tampouco houve ajuste fiscal prévio ao Plano Bresser.

PROVA DE 2011

Questão 11

Sobre os planos de combate à inflação das décadas de 1980 e 1990, é CORRETO afirmar:

⓪ As aberturas comercial e financeira, as privatizações, a apreciação cambial e a adoção de elevadas taxas de juros reais foram peças-chave na condução do Plano Real.

① A utilização da moeda indexada no Plano Cruzado tinha como objetivo combater a inflação inercial.

② O Plano Real, até os efeitos da crise do México, possibilitou período de crescimento do nível da atividade econômica causado, dentre outros motivos, pelo incentivo ao consumo decorrente da queda da taxa nominal de juros das aplicações financeiras, principalmente dos pequenos poupadores.

③ A execução do Plano Bresser, quando da adoção do congelamento, foi facilitada pela existência de simetria entre os preços relativos. Quando o Plano Bresser foi adotado já havia ocorrido o Plano Cruzado.

④ Ao contrário da década de 1980, uma condição externa favorável ao sucesso do Plano Real foi a facilidade de tomar financiamento nos mercados internacionais.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O Plano Real utilizou-se da taxa de câmbio como arma para estabilização – o que pressupõe abertura comercial e financeira para se tornar efetiva. Elevadas taxas de juros reais (taxa Selic de 21%, em média, no período 1994-1998, utilizando o INPC como deflator) também foram fundamentais para conter a inflação e financiar o déficit de transações correntes. As privatizações ajudaram, embora menos do que se supunha inicialmente, as contas fiscais.

(1) Falso.

No Plano Cruzado não foi utilizada a moeda indexada, mas sim uma estratégia de congelamento. A proposta da moeda indexada foi preterida pelo “Choque Heterodoxo”, que defendia o congelamento.

(2) Verdadeiro.

A apreciação do câmbio, somada à queda dos juros e à própria queda da inflação, levou a uma euforia de consumo nos primeiros meses do Plano Real, apesar da elevação do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo.

(3) Falso.

Quando o Plano Bresser foi adotado, de fato, já havia ocorrido o Plano Cruzado. Por esta razão, o temor de novos congelamentos levou diversos agentes a aumentarem, preventivamente, preços, desalinhando preços relativos. A maior prova da existência de assimetrias foi a decretação de correções de preços públicos e tarifas, no início do Plano, a fim de reduzir o ônus fiscal causado pelas defasagens dos mesmos em relação à inflação.

(4) Verdadeiro.

Por ocasião do Plano Real, o mercado de capitais já estava mais favorável à América Latina. O Brasil aderiu ao Plano Brady tardiamente, mas antes do início do Plano Real, o que contribuiu para a estratégia de combate à inflação através do uso do câmbio.

PROVA DE 2012

Questão 11

A respeito dos planos de estabilização inflacionária a partir de 1986, é CORRETO afirmar que:

⓪ Todos os planos de estabilização que recorreram ao congelamento de preços procuraram fixar a taxa de câmbio nominal, mas foram prejudicados pela escassez de financiamento externo voluntário.

① O aumento da demanda interna durante o Plano Cruzado reduziu excedentes exportáveis na indústria de transformação (sobretudo em alguns ramos de insumos intermediários), o que contribuiu para diminuir o saldo da balança comercial e dificultou o uso da taxa de câmbio para controlar a inflação.

② A grande entrada de capitais externos em 1994 foi essencial para a política cambial usada pelo Plano Real como instrumento anti-inflacionário, embora provocasse expansão dos meios de pagamento.

③ O recurso ao congelamento de preços modificava os preços relativos e induzia pressões para remarcações de preços que, uma vez liberadas, inviabilizavam o controle da inflação.

④ Depois de 1994, o equilíbrio da conta de transações correntes sustentou a política cambial do Plano Real até 1999, apesar das fugas de capital que a ameaçaram em 1995 e 1997, depois das crises cambiais do México e da Ásia.

Resolução

(0) Falso.

O Plano Bresser, que adotou o congelamento de preços e salários, por exemplo, decretou uma desvalorização cambial e praticou minidesvalorizações cambiais (o câmbio, portanto, *não* ficou congelado).

(1) Verdadeiro.

Houve redução do saldo da balança comercial ao longo do Plano Cruzado, em parte devido ao próprio aquecimento da demanda e em outra parte em virtude da valorização real da taxa de câmbio durante o período.

(2) Verdadeiro.

Esse gabarito é questionável. A política cambial tinha por objetivo forçar a queda da inflação e a grande entrada de capitais externos foi

essencial para o financiamento dos déficits em transações correntes, tendo estes se tornado crescentes. Todavia, a entrada de capitais era em grande parte esterilizada, não provocando, portanto, significativa expansão dos meios de pagamento no período.

(3) Verdadeiro.

O congelamento se provou uma estratégia não eficiente para o combate da inflação. Houve distorção de preços relativos e o descongelamento revelou-se bastante difícil.

(4) Falso.

Houve deterioração contínua do saldo em transações correntes entre 1994 e 1998, como é comum em países que promovem a estabilização utilizando o câmbio como estratégia de combate à inflação.

Questão 12

Na década de 1980, a hipótese da "inflação inercial" ganhou adeptos no Brasil. A respeito desta hipótese e das proposições para combater a inflação, é CORRETO afirmar que:

⓪ De acordo com os defensores da hipótese, variações na base monetária e na demanda agregada seriam mais importantes para explicar as mudanças de patamar da inflação do que choques de custo, especialmente no início da década de 1980.

① De acordo com os defensores da hipótese, a inflação tenderia a permanecer alta mesmo depois que o motivo original da elevação desaparecesse.

② Alguns de seus críticos afirmavam que havia uma tendência de aceleração da variação de preços em meio à crise da dívida externa e as políticas de ajuste, por causa da grande incerteza acerca, sobretudo, das taxas de câmbio e juros.

③ Todos os teóricos da "inflação inercial" desaconselhavam o recurso a congelamentos de preços e salários como meio de combater a tendência inercial. Francisco Lopes, principal elaborador do Plano Cruzado, defendeu o congelamento de preços para o combate à inflação inercial.

④ De acordo com os defensores da hipótese, a indexação dos reajustes de preços à inflação passada impediria a estabilidade de preços, mas não a estabilidade da taxa de inflação, na ausência de novos choques.

Resolução

(0) Falso.

A inflação inercial decorre de cláusulas de reajustes que reproduzem a inflação passada. A inércia inflacionária, em última análise, resulta da inflação de custos associada a uma situação de conflito distributivo. De acordo com Arida e Resende (1984), os choques de custos vividos desde o final dos anos 1970 teriam elevado o patamar de inflação, sucessivamente.

(1) Verdadeiro.

A ideia da inércia inflacionária é justamente essa, qual seja, a de que o choque inflacionário é incorporado à tendência, reproduzindo-se ao longo do tempo (movimento inercial)

(2) Verdadeiro.

Alguns autores enfatizam os choques de câmbio e juros, em um ambiente marcado pelo conflito distributivo, como as causas principais da aceleração inflacionária.

(3) Falso.

Por ocasião do Plano Cruzado não existiam posições consensuais para lidar com a inflação, mas sim um intenso debate. Existiam pelo menos três propostas heterodoxas em discussão: Choque Heterodoxo, Pacto Social e Reforma Monetária. Ver Castro (2011).

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2013

Questão 12

Com relação aos planos de combate à inflação (Cruzado, Bresser e Verão) implementados na década de 1980, é CORRETO afirmar:

⓪ A proposta de adoção de uma “moeda indexada” foi incorporada pelo Plano Cruzado.

① O Plano Bresser procurou desindexar os salários, ao contrário do Plano Cruzado, que adotara o gatilho salarial.

② O Plano Bresser apontou o déficit público como uma das causas da inflação, neste aspecto se afastando do diagnóstico inercialista da inflação.

③ Sob a gestão do ministro Maílson da Nóbrega, o Plano Verão determinou um congelamento de preços temporário e flexível, e com regras de saída (prazo e indexador) claramente explicitadas.

④ Para suavizar inconsistências distributivas que prejudicaram planos heterodoxos anteriores, o Plano Verão evitou elevações nas tarifas públicas.

Resolução

(0) Falso.

A “moeda indexada” foi adotada, com inovações, no Plano Real. A estratégia para o combate à inflação inercial no Plano Cruzado foi o congelamento de preços e salários pelos seus valores médios, acrescidos de abonos e do “gatilho salarial”.

(1) Falso.

O Plano Cruzado buscava, sim, reduzir o grau de indexação dos salários, em que pese o gatilho salarial, que foi acrescentado ao final do Plano para garantir aos trabalhadores que as perdas não acumulariam mais de 20%.

(2) Verdadeiro.

O diagnóstico da inflação no Plano Bresser era híbrido: inercial e de demanda.

(3) Falso.

O Plano Verão previa congelamento por tempo indefinido.

(4) Falso.

No Plano Verão buscou-se cortar despesas e aumentar receitas, incluindo tarifas públicas. Entretanto, tais medidas não foram aprovadas pelo Congresso, dado o desgaste político do Presidente Sarney, após diversos planos malsucedidos de combate à inflação.

Questão 15

Sobre o Plano Real e a economia brasileira no período posterior a sua implantação, pode-se afirmar:

⓪ A queda da inflação nos anos posteriores ao Plano deveu-se mais à queda de preços dos bens comercializáveis do que à dos bens não comercializáveis.

① A relação câmbio/salários cresceu na primeira metade da década de 1990 e depois registrou uma tendência à estabilidade nos anos finais da mesma década.

② O sistema de metas inflacionárias, adotado logo após o Plano Real, baseou-se em experiências anteriores de países como França, Austrália e Argentina.

③ A redução da inflação propiciou taxas de crescimento do PIB sempre superiores a 1% ao ano entre 1995 e 1998.

④ O saldo das transações correntes entre 1994 e 1998 foi sempre negativo.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Esse gabarito é questionável. Utilizando como *proxy* de bens comercializáveis o índice IPA e dos bens não comercializáveis o índice INPC (média móvel trimestral), verifica-se que a maior queda dos preços comercializáveis se deu nos primeiros meses do Plano, como é comum a planos de estabilização com âncora cambial. Nos anos seguintes, os índices tenderam a convergir.

(1) Falso.

Após o Plano Real, houve *queda* praticamente contínua da relação câmbio/salários. Em julho de 1994, mês de introdução do real, o índice

médio (base: 2005 = 100) era de 125,6. O índice atingiu 74,7 em dezembro de 1998, mês imediatamente anterior à desvalorização cambial.

(2) Falso.

Baseou-se em experiências anteriores na Austrália, na Nova Zelândia, no Canadá, no Reino Unido, entre outros.

(3) Falso.

Em 1998, a taxa de crescimento da economia foi próxima de zero.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2014

Questão 12

Sobre os planos de combate à inflação das décadas de 1980 e 1990 pode-se afirmar:

⓪ A estratégia recessiva para combater a inflação nos primeiros anos da década de 1980 contou tanto com políticas monetárias como fiscais restritivas.

① Os Planos Collor, Cruzado e Verão tiveram como medidas comuns o congelamento de preços, mas não a reforma monetária.

② A URV, no Plano Real, foi utilizada como reserva de valor.

③ Os planos anteriores ao Plano Real não tiveram êxito duradouro devido, entre outras razões, à distorção dos preços relativos e à falta de financiamento estrangeiro da dívida externa.

④ A apreciação cambial foi fundamental para o sucesso do Plano Real, mas a deterioração resultante da conta de transações correntes contribuiu para o ataque especulativo contra o Real, no final de 1998.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Nos primeiros anos da década de 1980 ocorreram tentativas de estabilização através de políticas monetárias e fiscais contracionistas que não lograram, porém, reduzir a inflação de forma significativa.

(1) Falso.

Em todos os planos citados houve mudança de moeda e, portanto, reforma monetária.

(2) Falso.

A URV não circulava, mas seu valor era atualizado diariamente pelo governo, tendo por base a variação *pro rata* de três índices de preços. Não sendo uma moeda plena, assumiu apenas a função de unidade de conta – e não de reserva de valor.

(3) Verdadeiro.

Embora esses não sejam os únicos motivos para os fracassos, o congelamento de preços provou ser uma estratégia que introduzia distorções na estrutura de preços relativos na economia, sendo o processo de descongelamento bastante difícil de ser controlado. Outro ponto fundamental foi a mudança do quadro de liquidez externa que, no caso do Plano Real, permitiu o uso do câmbio como âncora de preços. Em contraste, na década de 1980 a baixa liquidez internacional acentuava a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

(4) Verdadeiro.

O Plano Real utilizou o câmbio apreciado e a abertura comercial e financeira para forçar preços para baixo. Todavia, a estratégia de âncora cambial levou à deterioração contínua das contas externas, que culminou no ataque especulativo contra o Real, ao final de 1998.

PROVA DE 2015

Questão 11

Sobre os planos de estabilização das décadas de 1980 e 1990, podemos dizer:

⓪ Enquanto o Plano Cruzado estabeleceu uma nova norma de indexação salarial, o Plano Bresser tinha como objetivo uma reindexação coordenada de preços e salários, considerados então muito desalinhados.

① O Plano Verão buscou estabelecer uma política monetária ortodoxa, por meio da forte elevação dos juros nominais, enquanto o Plano Real propunha o controle quantitativo da moeda, política que foi mantida com grande sucesso no primeiro ano de implementação da nova moeda.

② O Plano Brasil Novo, de 1990, liberou preços de bens antes administrados pelo governo, como o dos combustíveis e das tarifas de energia elétrica.

③ Ao contrário do Plano Cruzado, que buscou por alguns meses manter o congelamento cambial como estratégia de estabilização, os executores do Plano Real permitiram que o câmbio flutuasse (não livremente), para reduzir o preço tanto dos bens importados como daqueles precificados em moeda estrangeira.

④ Assim como ocorreu no Plano Cruzado, no Plano Bresser procurou-se incorporar aos salários a inflação residual dos aumentos decretados, no mês do congelamento, para preços públicos e administrados.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O Plano Cruzado congelou os preços e o câmbio no nível vigente no dia 28 de fevereiro de 1986. Entretanto, quanto aos salários, estes seriam congelados pela média dos seis meses anteriores, acrescidos de abonos salariais (8% para todos os salários e 16% para o mínimo), com gatilho salarial (revisão imediata dos salários), caso a inflação acumulada atingisse o nível de 20%. Adicionalmente, os dissídios seriam anuais, com correção de 60% sobre o aumento do custo de vida – o que seria uma nova forma de indexação salarial. Já o Plano Bresser previa uma reindexação coordenada de preços e salários em três fases: congelamento por 90 dias, flexibilização (com reajustes mensais pelo IPC dos três meses anteriores) e liberação dos preços.

(1) Falso.

O Plano Verão foi um plano heterodoxo, embora, sim, tenha envolvido a elevação dos juros, já que o diagnóstico era de que a inflação era inercial e de demanda. O Plano Real, por sua vez, propôs o controle quantitativo da oferta monetária logo que foi lançada a moeda Real. Todavia, as metas estabelecidas foram sistematicamente ultrapassadas e, após três meses, a âncora monetária (controle quantitativo da moeda) foi abandonada e a taxa de câmbio e os juros se tornaram as âncoras do Plano.

(2) Falso.

Não houve tal medida.

(3) Verdadeiro.

O Plano Cruzado fixou o câmbio no nível vigente em 28/02/1986. Já a política cambial do Plano Real possui diversas fases, permitindo que o câmbio flutuasse, embora não livremente. As fases seriam: 1) livre flutuação no sentido da apreciação, com teto de 1:1 (entre julho e setembro de 1994); 2) câmbio praticamente fixo em R$ 0,84/US$ por cinco meses; 3) minidesvalorização cambial de cerca de 6% em março de 1995, seguida de pequenas correções; 4) pequenas desvalorizações cambiais, que foram convergindo para um percentual estável, em torno de 0,6% ao mês, e que durou até o final de 1998.

(4) Falso.

O Plano Bresser foi lançado em 15 de junho de 1987 e a inflação de junho não foi reposta.

PROVA DE 2018

Questão 10

Sobre a economia e a política econômica no Brasil na década de 1980, é correto afirmar:

⓪ Em 1981, o Governo aplicou medidas de contração monetária, fiscal e mesmo salarial, gerando a primeira retração do produto no pós-guerra, porém sem assegurar a redução da taxa inflacionária neste ano.

① A relativa estabilidade da inflação durante o ano de 1984, após a aceleração ocorrida em 1983, reforçou a hipótese inercialista, bem como incentivou a formulação de políticas econômicas específicas para combater este tipo de inflação.

② O diagnóstico de que a indexação de salários dificultava o combate à inflação levou o Governo, já nos primeiros anos da década, a suspender a indexação dos salários, embora mantivesse a do salário mínimo.

③ A conta de transações correntes do balanço de pagamentos apresentou déficit entre 1981 e 1983, embora a balança comercial passasse a apresentar superávit.

④ O Plano Bresser seguiu a estratégia malsucedida do Plano Cruzado de congelar o câmbio na tentativa de criar uma âncora para os preços. Esta mesma estratégia só foi bem-sucedida no Plano Real graças ao ajuste fiscal então realizado.

Resolução

(0) Anulada.

Questão anulada.

(1) Anulada.

Questão anulada.

(2) Falso.

Houve mudanças na política salarial para buscar reduzir o coeficiente inercial da inflação, para as faixas mais elevadas de renda, mas os resultados foram pífios e os salários seguiram indexados.

(3) Verdadeiro.

A elevação dos juros americanos foi um dos principais motivos para a elevação do déficit de rendas primárias.

(4) Falso.

O Plano Bresser desvalorizou o câmbio em 9,5% e, depois, adotou regime de minidesvalorizações. Ademais, o Plano Real, apesar de pretender fazer um ajuste fiscal na sua primeira fase (Fundo Social de Emergência), não foi bem-sucedido em melhorar as contas fiscais, considerando os conceitos de déficit operacional e primário.

PROVA DE 2019

Questão 08

Sobre o Plano Real, podemos afirmar:

⓪ O Plano Real, que apresentava como elemento fundamental a utilização de âncora cambial, só foi possível de ser implantado com êxito porque as reservas passaram a crescer a partir de 1994, devido à credibilidade resultante da queda da inflação alcançada pelo próprio sucesso inicial do plano.

① O Governo Itamar Franco criou o Fundo Social de Emergência (FSE) como um elemento de política fiscal do Plano Real que permitia remanejar parte das receitas tributárias que eram vinculadas a itens orçamentários específicos.

② A resistência à queda dos preços de bens e serviços não comercializáveis impediu que a inflação pós-Plano Real convergisse rapidamente para a média dos anos posteriores, de modo que a inflação residual nos 12 meses posteriores ao Plano acumulou uma alta de mais de 20%.

③ Ao contrário de outros planos dos anos 1980, nos quais ocorreu uma pressão de custos devido à correção das tarifas públicas em simultâneo ao início dos planos, no Real as tarifas foram indexadas à URV antes da emissão da nova moeda.

④ Um dos fatores que explicam o sucesso do Plano Real foi a conversão compulsória dos preços industriais e de outros contratos privados para a URV.

Resolução

(0) Falso.

O uso do câmbio como uma âncora dos preços foi elemento importante da estratégia de combate à inflação no Plano Real. Porém, as reservas cresceram continuamente de 1991 a 1996 e depois passaram a cair (ainda que a inflação estivesse em trajetória de baixa, não podendo ser assim considerada a causa principal desse movimento).

(1) Verdadeiro.

O FSE pretendia precisamente desvincular receitas vinculadas pela Constituição de 1988.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

A URV permitiu certo grau de alinhamento dos preços relativos.

(4) Falso.

Uma das características que diferenciam o Plano Real dos demais foi justamente a conversão voluntária (e não compulsória por congelamento) de preços industriais e outros contratos privados.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2010

Questão 4

Identifique e discuta a inspiração teórica que fundamentou a elaboração e a implementação do Plano Cruzado (1986) pelo Governo Sarney. Analise as razões usualmente apontadas como responsáveis pelo seu fracasso.

Resolução

Embora já existissem trabalhos de Simonsen (1970 e 1974) que admitiam a relevância, para a inflação, do chamado "componente de realimentação" da inflação, foi nos anos 1980 que a tese da inflação brasileira ser prioritariamente inercial ganhou força. Dentre os trabalhos mais importantes estão Resende (1980), Resende e Lopes (1981), Lopes e Bacha (1983), Arida (1982), Modiano (1983) e Lopes e Modiano (1983). Alguns autores, como Bresser-Pereira e Nakano (1986), também tratam do tema e remetem as raízes da teoria inercial a ideias presentes na teoria cepalina da inflação estrutural, através do conceito dos "efeitos de propagação" da inflação, com destaque para os impactos da inflação sobre a distribuição de renda.

Desde o início dos anos 1980, diversos trabalhos evidenciavam a existência de um baixo componente de Phillips (relação entre desemprego e inflação) na economia brasileira, questionando a possibilidade de combater a inflação através de políticas restritivas de demanda. As conclusões eram de que seria necessária uma recessão extremamente severa (possivelmente insustentável do ponto de vista político) para baixar em apenas alguns pontos a inflação brasileira.

Paralelamente, um conjunto de trabalhos realizados ainda no início da década mostrava que o déficit público, quando avaliado em seu conceito operacional (isto é, o déficit nominal descontada a correção monetária e cambial), se dava em magnitude não relevante e insuficiente para explicar o patamar da inflação brasileira. Países europeus, como a Itália, apresentavam relação déficit público sobre o PIB superior à brasileira, sem apresentar inflações na mesma magnitude, sugerindo que a situação fiscal não seria a principal causa da inflação no Brasil.

Além disso, a inflação brasileira vinha revelando, a partir da primeira crise do petróleo, em 1973, sensibilidade extrema a choques de oferta adversos, que se perpetuavam no tempo, e uma grande resistência a políticas de demanda restritivas. De fato, o primeiro choque do petróleo elevou a taxa de inflação do patamar dos 20% a.a. para o dos 40% anuais durante os quatro anos que se seguiram (1974-78). O segundo choque do petróleo, em 1979, acompanhado da redução pela metade do intervalo de indexação promovido pelo governo e de uma desvalorização de 30% acima da depreciação de paridade do dólar, tiveram como consequência a elevação da inflação para 110% em 1980 (IGP).

A tentativa de estabilização via contenção de demanda, recomendada pelo FMI, conseguiu apenas uma redução da inflação (IGP) de 110%, em 1980, para 95% em 1981, tendo como efeitos colaterais a redução de 12% na produção industrial e o aumento do desemprego (Ver Arida e Resende, 1984, p. 12). Após a maxidesvalorização cambial de 30% em fevereiro de 1983, a inflação foi para o patamar de 210%.

Diante de tais evidências, os “autores da PUC” defenderam a tese de que a inflação brasileira seria predominantemente inercial. A inércia decorreria da existência de contratos com cláusulas de indexação. Nestes, o valor real, corroído pela ascensão dos preços, seria restabelecido após intervalos fixos de tempo (Arida e Resende, 1984, p. 17). Todavia, na medida em que todos os agentes adotam a mesma estratégia de reposição das perdas inflacionárias, a taxa de inflação existente no sistema tendia a perpetuar-se. A inflação corrente passaria a ser, no mínimo, a inflação passada (supondo-se que inexistam choques de oferta ou demanda que a

agravassem). E, à medida que todos assumem como regra rever seus contratos sistematicamente pelo movimento anterior dos preços, a inflação passada passa a ser, de fato, o melhor guia para a inflação futura. As referências bibliográficas brasileiras remetem-na sempre a uma “regra de comportamento”, ou prática contratual.

Para combater a inflação inercial, diversas propostas foram elaboradas na primeira metade dos anos 1980, sendo a mais próxima do Plano Cruzado o chamado “choque heterodoxo”, proposto por Lopes (1986). Essencialmente, esta defendia que os preços fossem congelados por seus valores atuais (posto que já vinham sendo remarcados com elevada frequência), mas que os salários e outras rendas contratuais fossem congelados em seus valores médios.

A concepção de que os salários e rendas contratuais devessem ser congelados pela média decorreu do reconhecimento de que, numa economia indexada, existe uma assincronia de reajustes no tempo entre as diversas categorias de trabalho, e entre os trabalhadores, o governo e os empresários. A cada dissídio, ou revisão contratual, os agentes demandam a reposição de picos de renda real, pois sabem que seus rendimentos reais serão decrescentes até a próxima revisão. É esta assincronia que permite certa estabilidade no patamar inflacionário, sendo a única posição sustentável, simultaneamente, para a economia como um todo, aquela em que os rendimentos se encontram **todos** em seus patamares médios.

O choque heterodoxo se dizia neutro do ponto de vista distributivo, uma vez que colocaria todas as rendas em seus valores de equilíbrio (médios), melhorando, ainda, a situação das camadas mais pobres da população, sendo estes os que mais perdiam com a inflação. Além disso, na medida em que a inflação caísse pelo congelamento de preços e salários, haveria um processo de remonetização natural na economia, permitindo que o governo emitisse moeda (e, portanto, que obtivesse ganhos de senhoriagem) sem efeitos inflacionários (dado o aumento da demanda por moeda).

O Plano Cruzado, porém, incorporou à proposta original abonos salariais de 8%, em geral, e de 16% para o salário mínimo. Outra novidade

introduzida foi o “gatilho salarial”, que seria acionado quando a inflação acumulada atingisse 20%.

Dentre as diversas razões apontadas para o fracasso do Plano Cruzado estão:

a) O questionamento de que a inflação brasileira fosse puramente inercial. A evidência de que a inflação brasileira não seria mais puramente inercial se daria pela observação de que, às vésperas do Plano, a inflação vinha se acelerando.
b) Os abonos salariais concedidos. A introdução dos abonos, supostamente, compensaria um movimento preventivo, por parte dos produtores e comerciantes, de remarcação de preços, por temor de um congelamento. Porém, quando uma economia passa de alta inflação para baixa, é comum ocorrer a chamada “festa da estabilização” (explosão de consumo), seja por falta de credibilidade do Plano, seja pela existência de consumo reprimido ou pela própria expansão natural do crédito. Os abonos teriam contribuído para reforçar a explosão de demanda que naturalmente se segue a um plano de estabilização.
c) O “gatilho salarial”, criado para proteger os trabalhadores de perdas significativas, teria reintroduzido a indexação, na medida em que seria acionado quando a inflação acumulada atingisse 20%.
d) A longa duração do congelamento teria engessado a estrutura de preços relativos. O congelamento era previsto inicialmente para durar três meses, mas, essencialmente por motivos políticos, esteve em vigor por 11 meses.
e) Além da longa duração do congelamento, alguns preços de produtos e tarifas foram congelados em patamares muito baixos. Disso resultou desabastecimento, ágios e filas para produtos e ônus fiscal para o governo, devido às tarifas públicas defasadas.
f) O fato de os salários serem congelados pela média e os preços pelo valor atual, além da existência de preços não congelados, como no setor informal da economia, teria introduzido distorções adicionais ao sistema de preços relativos;

g) A excessiva expansão monetária teria contribuído para criar uma bolha de consumo em virtude de juros reais negativos (e preços de ativos inflados);
h) A deterioração das condições externas (resultante de menores exportações e maiores importações para atender à demanda doméstica), em um contexto de baixa liquidez internacional, tornou insustentável a manutenção do câmbio fixo (congelado).
i) A baixa tradição de importação, que gerou gastos excessivos e ineficiências no processo, teria impedido que parte maior do aumento da demanda fosse atendida por importações, o que poderia ter amenizado as pressões inflacionárias.

Questão 5

"A estratégia de combate à inflação adotada pelo Plano Real implicou o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira, o que contribuiu, de forma decisiva, para acarretar a crise cambial de janeiro de 1999". Você concorda ou discorda dessa afirmação? Por quê?

Resolução

Concordo. A terceira fase do Plano Real se caracterizou pela introdução de uma âncora nominal que desse credibilidade à nova moeda. O uso de uma (ou mais) âncora(s) nominal(ais) como estratégia de estabilização geralmente ocorre quando se verifica grande dificuldade em contornar os processos inflacionários, seja pela sua longa duração (alta inflação), seja pela sua virulência (hiperinflação). Sinteticamente, a estratégia consiste em fixar nominalmente alguma variável-chave da economia a fim de propiciar um poderoso referencial para o conjunto dos preços relativos.

Nos primeiros meses após a introdução do real, houve uma tentativa de fixar limites máximos para o estoque de base monetária por período (âncora monetária) e foi definida uma paridade fixa entre o real e o dólar americano (de 1:1) por tempo indeterminado, embora o real pudesse flutuar para baixo, isto é, se valorizar. A política de câmbio livre adotada após a emissão do real durou, no entanto, apenas três meses. Nestes, o Banco Central se

absteve de intervir no mercado de câmbio, ao mesmo tempo em que procurava, em vão, cumprir metas monetárias rígidas. Em outubro de 1994, porém, dado, entre outras razões, o insucesso das metas monetárias, o governo resolveu mudar de âncora, abandonando a monetária em prol da cambial.

A bem dizer, não seria correto afirmar que o real adotou um regime de âncora cambial no sentido de uma paridade fixa em relação ao dólar. Podem-se distinguir quatro fases bem distintas na condução da política cambial no Plano Real (Souza, 2005). A Fase I corresponde à fase de livre flutuação (entre julho e setembro de 1994). A ela se segue uma etapa de âncora cambial rígida, em que o câmbio permaneceu, na prática, fixo nos R$ 0,84/US$ por cinco meses (Fase II). A crise do México (iniciada em dezembro de 1994) levou à significativa perda de reservas (devida ao chamado “Efeito Tequila”). Com o objetivo de conter estas perdas, o Banco Central decretou uma minidesvalorização cambial de cerca de 6% em março de 1995. Seguiu-se a esta um período de “experimentação com pequenas correções aleatórias da cotação do dólar” (ibidem, p. 9), que revelava a indecisão em relação aos rumos da política cambial nessa terceira fase. Finalmente, a política cambial entrou numa quarta fase, em que pequenas desvalorizações cambiais foram convergindo para um percentual estável, em torno de 0,6% ao mês, que durou até o final de 1998.

Embora, como visto, o regime cambial brasileiro tenha mudado diversas vezes ao longo do Plano Real, as muitas intervenções do Banco Central no mercado de câmbio levaram vários autores a caracterizar o Plano Real, pós-julho de 1994, como um programa baseado em âncora cambial. Neste sentido, a flutuação decretada no dia 15 de janeiro de 1999 fecha um ciclo na economia brasileira.

As duas grandes virtudes da adoção de uma âncora cambial, geralmente ressaltadas pelos economistas, são: permitir o estabelecimento (uma vez que a âncora seja crível) de contratos de longo prazo (destruídos em regimes de elevada inflação) e exercer fortíssima pressão sobre os preços no setor de *tradables* – sendo o impacto sobre o nível geral dos preços

dependente do grau de abertura da economia em questão e do grau de desequilíbrio entre a oferta e a demanda no setor de *nontradables*.

Ocorre que a estratégia de manutenção de uma paridade nominal aproximadamente fixa em relação ao dólar, enquanto a economia apresentava taxas de inflação superiores às internacionais, levou a um quadro de forte apreciação real do câmbio, que resultou em crescentes déficits externos (aumento da vulnerabilidade externa).

Apesar do desempenho da balança comercial ser o principal responsável pelo saldo negativo, é importante ressaltar que as balanças de serviços e de rendas também sofreram grande deterioração (ver Tabela 1). A desnacionalização de empresas/setores, ocorrida no processo de privatização, explica, em grande medida, o crescimento dos lucros e dividendos, como ressaltaram alguns analistas, além dos maiores gastos com juros e com viagens internacionais.

Tabela 1. Balanço de Pagamentos no Brasil – Contas Selecionadas – 1994-1999
(em US$ milhões)

Contas do BP	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Transações Correntes (TC)	-1.811	-18.384	-23.502	-30.452	-33.416	-25.335
Balança comercial (fob)	10.466	-3.466	-5.599	-6.753	-6.575	-1.199
Serviços e rendas (líquido)	-14.692	-18.541	-20.350	-25.522	-28.299	-25.825
Serviços (fretes, viagens etc.)	-5.657	-7.483	-8.681	-10.646	-10.111	-6.977
Rendas (juros, lucros etc.)	-9.035	-11.058	-11.668	-14.876	-18.189	-18.848
Transferências unilaterais	2.414	3.622	2.446	1.823	1.458	1.689
Conta Capital e Financeira (CCF)	8.692	29.095	33.968	25.800	29.702	17.319
Investimento Direto	1.460	3.309	11.261	17.877	26.002	26.888
Investimento em carteira	50.642	9.217	21.619	12.616	18.125	3.802
Emprést. e Financ. (curto e longo prazos)	-33.955	5.493	3.270	5.879	4.031	1.342
Emprést. de regularização (FMI, outros.)	-129	-47	-72	-34	9.329	2.966

Demais setores LP e CP	-33.826	5.732	3.657	6.113	-4.914	-1.461
Demais operações	-9.455	11.076	-2.182	-10.572	-18.456	-14.712
Erros e Omissões	334	2.207	-1.800	-3.255	-4.256	194
Resultado do Balanço	7.215	12.919	8.666	-7.907	-7.970	-7.822

Fonte: Giambiagi *et al* (2011), tabela A4.

Em princípio, se o déficit em transações correntes está sendo financiado por um movimento espontâneo de entrada de capitais em busca de oportunidades de investimento produtivo, a situação é sustentável. Em primeiro lugar, porque se supõe que não há grandes riscos de este movimento de capital ser rapidamente revertido. Além disso, porque os novos investimentos devem aumentar a competitividade, o que permitirá, após certo tempo, a recuperação da capacidade exportadora, eliminando o déficit. Por outro lado, se os déficits em transações correntes são financiados por capitais em busca de diferenciais de juros, o financiamento do déficit pode vir a se tornar bastante problemático e dependerá, essencialmente, do grau de liquidez internacional e da percepção de risco do investidor internacional na economia em questão.

A questão é que o chamado *hot money* (ou capitais de curto prazo) é sujeito a bruscas reversões em seu movimento, em função de crises externas de liquidez e/ou de mudanças na percepção da estabilidade fiscal, monetária e cambial do país (os chamados "fundamentos"). Como a reversão do movimento de capitais não é acompanhada de imediata redução das importações (nem do saldo da conta de serviços), surge a necessidade de um ajuste. No curto prazo, o governo consegue manter o financiamento do déficit em transações correntes através da queima de reservas. Todavia, a continuidade deste processo enfraquece a percepção de sustentabilidade da âncora (e, de qualquer forma, é inviável no longo prazo, dado que as reservas são finitas). Mais adiante, porém, será preciso realizar o ajuste do balanço de pagamentos. Esse foi exatamente o caso do Plano Real.

Inicialmente, os déficits em transações correntes foram amplamente financiados por fluxos de capital abundantes, que resultaram, inclusive, no acúmulo de reservas. Houve forte ingresso de "Capitais de Curto Prazo", sobretudo nos primeiros anos, em virtude de: i) crescimento generalizado dos fluxos de capitais para os países emergentes latino-americanos; ii) estabilidade obtida nos preços, o que mudou a imagem do país e permitiu que o forte diferencial de juros atraísse capitais; iii) o processo de abertura da conta de capitais, iniciado em 1989; e iv) a regularização da situação financeira do país em 1994, com a assinatura do acordo da dívida externa. Além do movimento de capitais de curto prazo, convém mencionar o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, particularmente nos anos de 1997 e 1998, em virtude das privatizações. Todavia, a alta dependência de capitais especulativos tornava o Brasil vulnerável a mudanças no quadro de liquidez internacional.

Em 1996, a queda dos juros domésticos e a introdução de certos desincentivos à entrada de capitais – tais como a imposição de prazos mínimos de permanência para certos tipos de investimentos de portfólio, aumentos de IOF etc. – explicam a redução do fluxo de capitais do exterior. A partir de 1997, entretanto, o quadro de liquidez internacional (que tinha sido abalado pelo "Efeito Tequila", mas já tinha retornado à abundância) se deteriorou fortemente em virtude da crise asiática. Esta provocou uma reversão generalizada do movimento de capitais para os países emergentes, alterando a composição de portfólio de grandes investidores internacionais em favor de investimentos seguros, tais como os títulos da dívida pública americana. A consequência para o Brasil da crise asiática foi uma forte saída de capitais nos últimos meses, incentivada pela trajetória de deterioração do déficit em transações correntes. Em 1998, a percepção internacional da falta de solidez econômica do Brasil foi agravada pela observação da insustentabilidade do quadro fiscal – exigindo o pagamento de juros cada vez mais elevados sobre a dívida pública interna.

De fato, a dívida pública brasileira como proporção do PIB apresentou, nos anos do Plano Real, trajetória ascendente. Os motivos são diversos: efeitos dos juros elevados (utilizados em parte para atrair capitais para o

financiamento do déficit em transações correntes, mas também para conter pressões de demanda), baixo crescimento, reconhecimento de dívidas antigas (os chamados "esqueletos") e também crescimento das despesas primárias entre 1996-1997. Tal trajetória de piora fiscal ocorreu apesar do crescimento da arrecadação (beneficiado, entre outros, pelo retorno da cobrança da CPMF), dos avanços nos programas de privatização, da contenção dos aumentos salariais no setor público, dos programas de demissão voluntária etc.

Diante de um severo quadro de deterioração externa e fiscal, a moratória russa, em 1998, provocou uma situação de pânico e saídas de capitais do Brasil (totalizando US$ 28 bilhões). O governo reagiu propondo um pacote de "51 medidas", que, porém, não foi percebido como crível, levando alguns analistas a ressaltarem que a estipulação de um patamar mínimo de reservas, pelo FMI, teria contribuído para um ataque especulativo ao real, enquanto outros autores acreditam que a desastrosa tentativa de mudar a política cambial em 13 de janeiro de 1999, criando uma "banda diagonal endógena", foi o principal determinante para o ataque especulativo que se seguiu. O fato é que o Plano Real percorreu uma trajetória bem conhecida por países que adotam estabilização com âncora cambial (e permanecem nessa estratégia por muito tempo), onde há, inicialmente, expansão do produto, seguida de desaceleração ou recessão, e que termina em uma crise cambial. Em janeiro de 1999, a continuidade do afluxo de capitais tornou-se insustentável, tendo o governo desvalorizado o real no dia 15/1/1999.

PROVA DE 2013

Questão 3

A escassa liquidez internacional na década de 1980, ao contrário do que ocorreu na década anterior, foi uma das razões fundamentais para o insucesso do Plano Cruzado de combate à inflação. Você concorda com essa afirmação? Justifique.

Resolução

Alguns autores argumentam que o quadro de liquidez internacional adverso dos anos 1980 foi uma das razões fundamentais para o insucesso do Plano Cruzado. Essa tese guarda semelhança com a interpretação da experiência alemã dos anos 1920, envolvendo elevada fragilidade no Balanço de Pagamentos, decorrente, basicamente, do pagamento das reparações de guerra impostas pelo Tratado de Versalhes, em um contexto de baixo influxo de capitais, se não de saída de capitais.

O raciocínio é que um país que acumule déficits no Balanço de Pagamentos é levado a realizar desvalorizações cambiais frequentes. Disto resultam pressões de custos que se propagam para o restante dos preços devido à existência de conflito distributivo. Uma vez suprimida a fonte de fragilidade (externa), a estabilidade do câmbio traria a estabilidade dos preços, inclusive, com melhora das contas fiscais, em função do fim do Efeito Olivera-Tanzi.

A semelhança para com o caso brasileiro se dava porque, no início dos anos 1980, o Brasil vivia um quadro externo vulnerável, em virtude do segundo choque do petróleo e do choque de juros introduzido pelas políticas de Paul Volcker. A vulnerabilidade externa da economia brasileira, agravada pela moratória do México, que transformou o quadro de liquidez internacional para a América Latina por quase uma década, levou à necessidade de desvalorizações do câmbio, como a maxidesvalorização de 1983. Esta, certamente, contribuiu para o agravamento da inflação brasileira, que atingiu 211% nesse ano (considerando o IGP).

O Plano Cruzado pretendia, através do congelamento de preços, salários e câmbio, acabar com a inflação inercial. Os defensores da tese da fragilidade afirmam que a piora do déficit de transações correntes durante o Plano Cruzado (em 1985, o déficit era de US$ 248 milhões e passou para US$ 5.323 milhões, em 1986) e a escassez de recursos externos que o financiassem (devido ao quadro internacional) tornaram a desvalorização cambial inevitável – o que teria levado ao fracasso do Plano.

Uma crítica a essa tese parte da observação de que nos anos que antecederam o Plano Cruzado (1984 e 1985) tinha ocorrido um relaxamento da restrição externa para a economia brasileira, em função da maturação de investimentos do II PND, da recuperação da economia americana e também da própria desvalorização de 1983. Muito embora o ano de 1986 tenha sido, indubitavelmente, um ano de forte deterioração do quadro externo (que pode ser explicado por um maior crescimento do PIB, que resultou em queda das exportações, por redirecionamento para o mercado interno, e aumento das importações, em função da própria expansão da renda e do desaparecimento de certos produtos das prateleiras), o resultado de transações correntes voltou a melhorar nos anos seguintes – indicando que o Brasil vivia um período de menor vulnerabilidade externa na segunda metade dos anos 1980, em relação ao início da década.

Em particular, quando se considera apenas a balança comercial, parece ter ocorrido uma mudança estrutural da pauta brasileira, que resultou em elevados superávits por 10 anos (1984-1994), sendo 1986 uma exceção (e, mesmo assim, mantendo superávit na balança comercial). Neste sentido, a tese de fragilidade externa (associada a um quadro de conflito distributivo) como causa fundamental do fracasso do Plano perderia força – sendo o fracasso do Plano atribuído a um conjunto maior de causas, que envolveriam deficiências da própria concepção do Plano.

Deve-se, todavia, ter em mente que o quadro de baixa liquidez internacional, associado à baixa abertura, inviabilizaria, por si só, qualquer plano que se baseasse na âncora cambial como estratégia de estabilização. Nesse sentido, o Plano Real, bem-sucedido no contexto de ampla liquidez dos anos 1990, teria sido inviável, se aplicado nas condições existentes nos

anos 1980. Em suma, a nosso ver, a ampla liquidez internacional foi fundamental para o sucesso do Plano Real. Já a baixa liquidez internacional dos anos 1980 foi certamente um fator de dificuldade para o Plano Cruzado, mas não o único responsável por seu fracasso.

Em suma, a nosso ver, a ampla liquidez internacional foi fundamental para o sucesso do Plano Real. A baixa liquidez internacional, característica dos anos 1980, foi certamente um fator de dificuldade para o Plano Cruzado, mas não a única responsável por seu fracasso.

PROVA DE 2014

Questão 4

O que permitiu o sucesso do Plano Real? Discuta o que diferencia este plano do conjunto dos planos heterodoxos anteriores de combate à inflação, particularmente no que diz respeito às estratégias adotadas e aos contextos das economias nacional e internacional.

Resolução

Há vários motivos para o sucesso do Plano Real frente aos planos heterodoxos da década de 1980 e do início dos anos 1990.

Em primeiro lugar, os planos dos anos 1980 foram conduzidos num ambiente externo muito mais hostil.

No início dos anos 1980, o Brasil vivia um quadro externo vulnerável, em virtude do segundo choque do petróleo e do choque de juros provocado pelas políticas de Paul Volcker, Presidente do Federal Reserve (banco central dos EUA). A vulnerabilidade externa da economia brasileira – agravada pela moratória do México, em agosto de 1982, que transformou, para pior, o quadro de liquidez internacional para a América Latina por quase uma década – levou à necessidade de desvalorizações periódicas do câmbio, que introduziam, por sua vez, saltos nos patamares da inflação brasileira.

Em contrapartida, nos anos 1990, com a assinatura do Plano Brady e as privatizações, os países latino-americanos passaram a receber grandes quantidades de fluxos de capital, inclusive capital produtivo (investimento direto). Os anos 1990 também são marcados pela adoção de políticas neoliberais, em conformidade com o chamado Consenso de Washington, e pela introdução de diversas medidas de liberalização comercial e financeira, tornando os países latino-americanos (e asiáticos) muito mais abertos.

Não é por mera coincidência que diversos países latino-americanos – e não apenas o Brasil – lograram vencer seus quadros de inflação crônica, adotando planos de estabilização com base em âncoras cambiais nos anos 1990. Tal estratégia só foi viável em um contexto de elevada liquidez

internacional, dadas as crescentes necessidades de financiamento externo, que se seguem, naturalmente, à adoção desse tipo de âncora.

No caso da inflação brasileira, porém, a indexação era uma tarefa em muitos sentidos mais difícil de ser combatida. Isto porque, enquanto diversos países latino-americanos já haviam, em grande medida, se dolarizado, o Brasil ainda dispunha de um sólido sistema de indexação a preços passados. A dolarização (ou semidolarização), associada ao fato de as economias latino-americanas estarem bem mais abertas nos anos 1990, tornava, em grande medida, mais fácil adotar uma âncora cambial como estratégia de combate à inflação nesses países. No caso brasileiro, porém, não apenas a abertura era incipiente (e precisava ser aprofundada para o sucesso da âncora), como havia de ser desmontado o sistema de indexação, que havia começado a ser construído 30 anos antes, isto é, em 1964.

Nesse sentido, a introdução, em março de 1994, da Unidade Real de Valor (URV), uma quase moeda, que permitia o alinhamento de preços, salários e demais rendas contratuais, pode ser vista como um importante elemento para o sucesso do Plano Real. Em contraposição, as estratégias de congelamento utilizadas nos Planos Cruzado, Bresser, Verão e, mesmo, no Plano Collor (com baixa adesão) foram malsucedidas. Isto porque os congelamentos (e foram tentadas diversas formas, desde as mais rígidas e duradouras, até as de prazo mais curto e flexível) engessavam a estrutura de preços relativos da economia – ampliando desequilíbrios quando, por exemplo, em função de uma quebra de safra agrícola, os preços não podiam ser corrigidos.

A URV, em contraposição, promoveu o alinhamento dos preços relativos, fazendo com que esses convergissem para um mesmo indexador, corrigidos numa mesma periodicidade (embora a rigor os preços pudessem ser alterados, no limite, diariamente, enquanto os salários se tornaram indexados mensalmente). Historicamente, foi o dólar quem exerceu (naturalmente) essa função de alinhamento dos prazos e convergência para um único indexador (no caso, a taxa de câmbio), nas chamadas hiperinflações clássicas (Alemanha, Polônia, Hungria, Áustria, entre outros). Como observaram os autores da proposta da “moeda indexada”,

Persio Arida e André Lara Resende, em trabalho de 1984, com a introdução da nova moeda seria possível promover uma “hiperinflação, sem viver suas consequências.”

O terceiro elemento fundamental para o sucesso do Plano Real no combate à inflação foi a adoção das âncoras de câmbio e de juros. Todavia, as consequências dessa estratégia para o lado real da economia não foram pequenas, com persistência da volatilidade do crescimento, aumento do desemprego, baixos investimentos e viés curto-prazista do mercado financeiro (Ver Castro, 2011).

Por fim, é preciso notar que, nos planos anteriores ao Real, ocorreram diversos erros de condução e mesmo de diagnóstico das causas da inflação. Já o Plano Real nasceu como uma estratégia complexa, em três fases, que se beneficiou do aprendizado de certos erros do passado. Uma lição aprendida foi a necessidade de manter juros elevados e crédito contido (através de compulsórios) para evitar a “festa da estabilização”, que naturalmente se segue em economias que saem da elevada inflação para uma inflação moderada. Este fenômeno havia se verificado, em maior ou menor grau, nos Planos anteriores, à exceção do Plano Collor, em virtude do aperto de liquidez provocado pelo confisco das aplicações financeiras.

7

História da Industrialização

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2010

Questão 4

Sobre o processo de crescimento e diversificação da indústria manufatureira na primeira década após a Segunda Guerra Mundial, é CORRETO afirmar que:

⓪ A expansão da indústria ocorreu em um contexto de escassez relativa de reservas cambiais, mas continuava dependente da demanda induzida por bens manufaturados gerada pela expansão das exportações primárias.

① O setor privado continuou o principal responsável pela expansão da oferta de insumos básicos, como minério de ferro e aço.

② A política econômica do Governo Eurico Dutra iniciou reduzindo a proteção da indústria local, mas posteriormente adotou uma política cambial que favoreceu a substituição de importações.

③ O processo de diversificação industrial tendia a deslocar a pauta de importações em direção a itens mais dificilmente substituíveis por produção interna.

④ A crise cambial de 1952 favoreceu, neste ano, o projeto de desenvolvimento do Governo Getúlio Vargas, pois estimulou a substituição de importações, ao encarecê-las.

Resolução

(0) Falso.

A primeira parte da afirmativa (referente à "escassez de reservas cambiais") é verdadeira, mas não a segunda. A expansão das exportações primárias (café, sobretudo), após a Segunda Guerra, não exerceu mais papel central sobre a demanda interna. Com o chamado "deslocamento do centro dinâmico", operado na década de 1930, coube à expansão das atividades *industriais e de serviços* desempenhar este papel indutor.

(1) Falso.

As principais responsáveis pela expansão da oferta de minério de ferro e aço na primeira década após a Segunda Guerra foram, respectivamente, a

Cia. Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, ambas pertencentes ao Governo Federal.

(2) Verdadeiro.

De início, o Governo Dutra liberalizou as transações comercias e financeiras com o exterior. Diante do fracasso de tal política, foi obrigado a voltar atrás e reintroduzir controles sobre as importações (licenças), com isso favorecendo a substituição de importações de artigos manufaturados.

(3) Verdadeiro.

À medida que avançava a industrialização do país, as importações brasileiras concentravam-se em artigos cuja produção interna era mais difícil (p. ex., bens de capital, petróleo e combustíveis).

(4) Falso.

A existência de um “projeto de desenvolvimento” no segundo Governo Vargas é questionável. Na realidade, o governo prometera uma política do tipo “Campos Salles-Rodrigues Alves”, ou seja, o saneamento financeiro seguido de um programa de obras de reaparelhamento. Porém, na prática, o Governo Vargas foi frustrado pela falta de apoio norte-americano aos investimentos em infraestrutura, à qual se somaram os efeitos da crise cambial em 1952. Esta restringiu a capacidade de importar do país, o que prejudicou, também, a importação de máquinas e equipamentos.

PROVA DE 2011

Questão 2

A origem da indústria no Brasil foi objeto de intenso debate. Sobre as diversas interpretações e teses que afloraram nessa controvérsia, assinale as afirmações CORRETAS:

⓪ A política de retenção de estoques de café não surtia efeito no curto prazo, mas era eficiente no longo prazo para reorientar a acumulação de capital para novos setores da economia.

① O debate permitiu a emergência de estudos que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.

② Até 1930, a região brasileira onde o trabalho assalariado mais avançou no campo, também foi a região que concentrou mais investimentos industriais.

③ Furtado defende que o governo que assumiu em 1930 representou a vitória dos interesses industriais sobre os agrários, o que explicaria a implementação, a partir desse ano, de um programa governamental conscientemente voltado à substituição de importações.

④ Furtado defendeu que a política de defesa da produção cafeeira se constituiu numa política anticíclica conscientemente planejada e aplicada, o que teria contribuído para acelerar o crescimento industrial brasileiro.

Resolução

(0) Falso.

Ao contrário, os efeitos positivos das políticas de retenção de estoque davam-se, exclusivamente, no curto prazo. Ao manter os preços do produto artificialmente altos, porém, no longo prazo tais políticas incentivavam a manutenção/ampliação dos investimentos na cafeicultura, assim reforçando a tendência à superprodução no setor.

(1) Verdadeiro.

Em geral, antes de 1930 os investimentos industriais elevavam-se em períodos de aumentos das exportações de café e consequente câmbio apreciado, ao passo que os surtos de aumento da produção industrial ocorriam em fases de crise do café, quando o mil-réis se desvalorizava, tornando mais caras as importações de manufaturados competitivos com a produção doméstica.

(2) Verdadeiro.

No caso, no estado de São Paulo.

(3) Falso.

Durante o Governo Provisório não houve programa algum de apoio à substituição de importações industriais, mas sim um programa de defesa do setor cafeeiro que se mostrou fundamental para o chamado “deslocamento do centro dinâmico da economia” e, portanto, o crescimento industrial.

(Ver a Questão Discursiva 1, Prova de 2011)

(4) Falso.

Nas palavras do autor (*Formação Econômica do Brasil*, 10ª ed., p. 192): “Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude do que as que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados.”

PROVA DE 2012

Questão 1

Sobre o crescimento industrial brasileiro na primeira metade do século XX, é CORRETO enunciar (que):

⓪ Inexistiam iniciativas oficiais para conceder crédito ao setor industrial, que precisava recorrer ao setor financeiro privado como única alternativa para obtenção de financiamento de longo prazo.

① O governo criou empresas estatais e estimulou certos ramos industriais, o que permite que autores interpretem que já houve nesse período interesse governamental pela indústria.

② Foi criada uma carteira especializada do Banco do Brasil destinada ao financiamento dos investimentos privados, mas não exclusiva nem prioritariamente na indústria de transformação.

③ A primeira empresa a produzir aço foi de propriedade estatal.

④ A demanda interna por vários bens de consumo leves, como alimentos, bebidas e têxteis, já era atendida prioritariamente por produção local em 1919.

Resolução

(0) Falso.

Desde o início do século XX o governo brasileiro concedeu crédito a alguns ramos do setor industrial, inclusive através do Banco do Brasil, uma instituição majoritariamente pública.

(1) Verdadeiro.

Exemplos de empresas estatais do ramo industrial criadas na primeira metade do século XX foram a Cia. Siderúrgica Nacional (1941), Cia. Nacional de Álcalis (1942) e Fábrica Nacional de Motores (1943). Adicionalmente, o governo apoiou diversos setores da indústria com crédito subsidiado e proteção tarifária, como na década de 1920. Autores como F. R. Versiani e Maria Teresa Versiani concluem, a partir desta evidência, que já havia, nesta época, interesse governamental em fomentar a indústria. [ver Versiani e Versiani (1977) e Versiani (1982)]

(2) Verdadeiro.

Trata-se da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, criada em 1936.

(3) Falso.

Na década de 1920, a primeira empresa a produzir aço no Brasil foi a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, de capital privado. A produção de aço por uma empresa estatal teria início apenas nos anos 1940, com a CSN.

(4) Verdadeiro.

De acordo com dados do Censo Industrial de 1919, de 75% (bebidas) a 90% (têxteis) do consumo total de manufaturados leves era atendido pela produção doméstica.

Questão 4

Em seu clássico artigo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", Maria da Conceição Tavares defende que:

⓪ A substituição de importações no Brasil ainda não se completara e precisava avançar para os bens de consumo duráveis e de maior intensidade de capital.

① O crescimento de indústrias tradicionais, como tecidos e vestuário, ocorrera já antes de 1930, no modelo agroexportador, mas não fora capaz de dar às atividades econômicas internas um dinamismo próprio.

② O modelo de substituição de importações apresenta um caráter "parcial", pois as transformações da estrutura produtiva circunscreveram-se, praticamente, ao setor industrial e atividades conexas, sem modificações sensíveis no setor primário, inclusive voltado à exportação.

③ O estrangulamento externo pode ser "absoluto", quando a capacidade de importar declina por causa de contrações cíclicas das exportações de produtos primários, e "relativo", quando a capacidade de importar cresce a um ritmo inferior à retomada do crescimento das exportações, por causa dos serviços do passivo externo.

④ O processo de industrialização pode ser comparado à construção de um edifício, pois normalmente pode partir da base para o vértice da pirâmide produtiva, ou seja, dos bens de consumo para gradualmente atingir os bens de capital e intermediários, com mudanças correspondentes na pauta de importações.

Resolução

(0) Falso.

Segundo Tavares (1972), ao contrário, o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações já atingira o seu estágio final e,

consequentemente, haveria a necessidade de “(...) se transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo”, isto é, em que o impulso ao desenvolvimento surgisse “dentro do próprio sistema”.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

Para a autora, este caráter “parcial” do modelo pode ser visto tanto na permanência de uma “base exportadora precária e sem dinamismo” (o que, por sua vez, estaria na origem do estrangulamento externo crônico a que a economia brasileira estava sujeita) como no surgimento de um novo tipo de economia “dual”, caracterizada por um setor industrial moderno e um setor primário-exportador tradicional.

(3) Falso.

Na acepção empregada por Tavares, o estrangulamento externo “absoluto” referir-se-ia àquele que ocorre quando a capacidade de importar encontrava-se estancada ou em declínio; já o estrangulamento “relativo” ocorreria no caso de a capacidade de importar crescer a um ritmo inferior ao da expansão do PIB.

(4) Falso.

A autora ressalta que a industrialização substitutiva de importações, necessariamente, exige que “o edifício (industrial) seja construído simultaneamente” (p. 46). Do contrário – isto é, caso a substituição, inicialmente, se concentrasse apenas nos bens de consumo final –, a pauta de importações ficaria “(...) praticamente comprometida com as importações necessárias à manutenção da produção corrente”. Com isso, não restariam divisas suficientes para a importação de novos produtos e, especialmente, bens de capital indispensáveis à ampliação do investimento doméstico.

PROVA DE 2013

Questão 3

A temática da origem da indústria no Brasil envolveu importante controvérsia entre a tese cepalina e críticos de diversos matizes teóricos nas décadas de 1960 e 1970. Sobre essa controvérsia podemos afirmar que, segundo:

⓪ Prebisch, a passagem à industrialização, nos países que chegaram a atingi-la na América Latina, foi propiciada principalmente por circunstâncias históricas desfavoráveis ao funcionamento do modelo agroexportador.

① Celso Furtado, somente na década de 1930, sob o impulso da Grande Depressão e com a ascensão de Vargas, pode-se falar de um processo de industrialização substitutivo de importações deliberadamente implantado como projeto de governo.

② Fishlow, o impulso da Grande Depressão da década de 1930 foi importante, tanto para lograr maior taxa de crescimento, quanto para maior variedade de bens produzidos internamente, mas representou uma substituição tecnologicamente inferior.

③ Versiani e Versiani, não pode ser descartada a proteção tarifária como fator de estímulo à industrialização.

④ Fernando Henrique Cardoso e Faletto, na literatura sobre dependência, apontam como objeção à construção analítica da Cepal a pouca importância atribuída nos estudos dessa instituição a variáveis sociopolíticas.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Para Furtado, a industrialização substitutiva de importações ocorrida na década de 1930 foi consequência indireta da política de defesa da cafeicultura, não tendo feito parte, portanto, de um projeto industrializante deliberado do Governo Vargas.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Tal ponto de vista foi defendido em diversos artigos pelos referidos autores, com base em estudos dos setores têxtil algodoeiro e cervejeiro, por

exemplo.

(4) Verdadeiro.

Para estes autores, o correto entendimento da situação de dependência dos países da América Latina exigia considerar os condicionantes externos *e internos* de seus respectivos processos de modernização. Com isso, procuravam criticar o que julgavam ser um foco excessivo, dado pela tradição cepalina, aos impactos de variáveis externas sobre a estrutura socioeconômica dos países da região. Para Cardoso e Faletto [ver Cardoso e Faletto (1970)], o desenvolvimento era, essencialmente, um processo social. Sendo assim, para entender tal fenômeno, fazia-se necessário estudar as condicionantes estruturais (privilegiadas pelo pensamento cepalino) e os fatores sociais em suas relações de determinação recíproca.

Questão 4

O artigo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", de Maria da Conceição Tavares, pode ser considerado um clássico ao firmar importantes interpretações sobre a temática que envolve. Segundo o referido artigo:

⓪ As atividades industriais durante a vigência do modelo agroexportador eram reduzidas e, juntamente com o setor agrícola de subsistência, eram insuficientes para dar à atividade interna um dinamismo próprio.

① O processo de substituição de importações não visa diminuir o *quantum* de importação global e essa diminuição, quando ocorre, é geralmente imposta pelas restrições do setor externo e não desejada.

② O processo de industrialização substitutiva geralmente se dá da base para o vértice da pirâmide produtiva, começando pelos bens não duráveis e de tecnologia mais simples até atingir os bens de capital.

③ Maiores graus de coordenação e planejamento dos investimentos públicos e privados seriam necessários porque a diversificação industrial, induzida pelo aumento da proteção, tendia a ser freada à medida que as exigências de escala, tecnologia e de montante de capital dos investimentos aumentassem.

④ O declínio do processo referido no título do artigo é, pelo menos em parte, associado no mesmo à inflação e à crise no balanço de pagamentos verificadas após o II PND.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Verdadeiro.

O processo de industrialização substitutiva de importações usualmente acarreta em elevação do *quantum* importado, na medida em que a produção doméstica de manufaturados passa a exigir a importação de bens intermediários e de capital não produzidos localmente.

(2) Falso.

Ver Prova 2012, Questão 4, item 4.

(3) Verdadeiro.

Deste fato decorreria a necessidade de o Estado atuar direta ou indiretamente na provisão, por exemplo, dos chamados “investimentos de base” para a economia.

(4) Falso.

O artigo de Tavares foi publicado, originalmente, em 1964 e, portanto, não poderia fazer referência ao período posterior ao II PND, isto é, a década de 1980. O “declínio”, no título, refere-se, isso sim, à estagnação vivida pelo Brasil no início dos anos 1960 e que, segundo a autora, seria uma consequência “lógica” do próprio funcionamento do modelo de substituição de importações. Seriam três as principais razões desta perda de dinamismo do modelo: i. o baixo coeficiente de importações que o Brasil apresentava à época, limitando a continuidade do processo de industrialização substitutiva de importações; ii. a natureza da composição da pauta de importados, cuja substituição por produção doméstica implicaria realizar investimentos caracterizados por elevada relação capital-produto e, ao menos no curto prazo, retornos marginais decrescentes; e iii. limitações resultantes da má distribuição de renda, levando à insuficiência de demanda efetiva.

PROVA DE 2014

Questão 3

O processo de industrialização foi objeto de interpretações e intenso debate. Sobre o processo de industrialização e suas interpretações é correto afirmar que:

⓪ Existe consenso entre os economistas de que a industrialização antes de 1930 era movida pelo processo de substituição de importações.

① Segundo Celso Furtado, as políticas de defesa da renda cafeeira acabaram por favorecer a indústria doméstica na década de 1930.

② Há autores que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.

③ Existe divergência quanto à tese de que a expansão cafeeira foi fundamental para induzir a concentração industrial em São Paulo.

④ Segundo Celso Furtado, a desvalorização cambial era uma política deliberadamente executada para defender a renda cafeeira e estimular a substituição de importações industriais.

Resolução

(0) Falso.

Há concordância, isso sim, em torno da ideia de que, durante a I República, alternaram-se períodos em que a indústria avançou através de um processo de substituição de importações (anos 1890 e I Guerra) e outros em que o crescimento industrial coincidiu com fases de expansão das exportações cafeeiras (início do século XX e década de 1920).

(1) Verdadeiro.

Trata-se da ideia de uma industrialização “não intencional”, decorrente da política cafeeira do Governo Vargas.

(2) Verdadeiro.

Para diversos autores, as fases de maior crescimento do investimento industrial durante a I República ocorreram, justamente, em períodos de maiores exportações cafeeiras. Tais fases (geralmente acompanhadas de ingressos líquidos de capitais do exterior) faziam aumentar a oferta de

divisas, que não apenas permitiam maiores volumes de importações de máquinas e equipamentos (investimentos), como também de manufaturados leves que concorriam com a produção doméstica.

(3) Falso.

Existe concordância entre os autores quanto ao papel da expansão cafeeira para explicar as “raízes da concentração industrial em São Paulo” (título de livro clássico de Wilson Cano [ver Cano (1977)], no qual esta tese encontra a sua defesa mais enfática).

(4) Falso.

A desvalorização cambial, durante a Primeira República, ocorria em períodos em que a taxa de câmbio flutuava e era causada por déficits no balanço de pagamentos. Tais déficits, por sua vez, eram resultantes de déficits em conta-corrente não compensados por ingressos líquidos de capitais do exterior. Como tal, não eram produto de uma *política* governamental (muito menos uma política que visasse, deliberadamente, estimular a industrialização substitutiva de importações), mas sim do comportamento dos fluxos internacionais de mercadorias, serviços e de capitais.

Questão 6

Sobre as interpretações da industrialização via processo de substituição de importações pode-se afirmar que:

⓪ A predominância do capital estatal no investimento em todos os ramos industriais desestimulou a iniciativa privada nos anos 1950.

① Dado o mercado interno relativamente reduzido para bens industriais, havia limitações às economias de escala usando técnicas produtivas importadas.

② Segundo Maria da Conceição Tavares, a substituição de importações originou-se de uma escolha política autônoma do governo brasileiro, sem ser induzida por restrições ao crescimento econômico com base em exportações primárias.

③ Há consenso de que a falta de competição seria responsável pelos altos custos internos e pela incapacidade de entrada dos produtos manufaturados brasileiros no mercado internacional.

④ Dentre as críticas e problemas apontados por Maria da Conceição Tavares, estava a baixa competitividade internacional da indústria brasileira, explicada em parte porque a produção

substitutiva local representava uma fração pequena da capacidade produtiva de qualquer país antes exportador para o Brasil.

Resolução

(0) Falso.

Diversos ramos industriais avançaram na década de 50 no Brasil a partir de investimentos privados – a exemplo do automobilístico, indústria naval e máquinas.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

Para Tavares (1972, p. 42), a origem do processo de industrialização por substituição de importações encontra-se em uma ‘situação de desequilíbrio externo duradouro que rompesse o ajuste entre demanda e produção internas (...)’. No caso específico do Brasil, isso ocorreria de forma dramática a partir da Crise de 1930 – essencialmente, uma crise do setor primário-exportador.

(3) Falso.

Para Tavares (1972, p. 55), os altos custos internos e a incapacidade de os produtos manufaturados brasileiros penetrarem os mercados internacionais decorreriam, antes, da escala, relativamente, pequena das plantas aqui instaladas (impedindo, assim, a obtenção das economias de escala presentes em alguns setores industriais). Por sua vez, em setores onde os ganhos de escala não se mostrassem importantes, barreiras à entrada em mercados estrangeiros e acordos comerciais seriam os principais obstáculos às exportações brasileiras de manufaturados.

(4) Verdadeiro.

Ver o item 3, acima.

PROVA DE 2016

Questão 11

Sobre as políticas industriais e de intervenção direta na economia no século XX, podemos dizer:

⓪ Na passagem do Governo Sarney para o Governo Collor houve uma mudança de foco de políticas setoriais específicas para políticas horizontais.

① Com a ascensão do regime militar, foi paulatinamente esvaziada a importância do Conselho de Desenvolvimento Industrial (CDI), cuja origem remontava aos Grupos Executivos do Governo JK.

② Entre a segunda metade dos anos 1960 e a primeira metade dos anos 1970, uma das estratégias de reforço das empresas públicas foi o aumento da capacidade de financiamento interno alcançada pelo realismo tarifário imposto pelo PAEG, mesmo que ao custo de gerar uma pressão inflacionária sobre a economia.

③ Os defensores da tese da “desindustrialização precoce” apoiam-se, entre outros argumentos, no fato de que a participação do produto manufatureiro do Brasil com relação ao produto manufatureiro mundial apresentou tendência de perda de posição no período de 1980 a 2010.

④ Os críticos da tese da “desindustrialização precoce” apoiam-se, entre outros argumentos, no fato de que o hiato entre os PIB *per capita* do Brasil e dos Estados Unidos não aumentou de 1980 até a primeira década do século XXI.

Resolução

(0) Verdadeiro.

No Governo Collor, a Política Industrial e de Comércio Exterior (PICE) enfatizava políticas horizontais, como a política de abertura (reforma tarifária e medidas de comércio exterior) e as privatizações.

(1) Falso.

Ao contrário. Durante o governo militar, o CDI exerceu atribuições executivas (e não apenas consultivas ou informativas). Cabia a ele, especificamente, definir a política de incentivo à industrialização. Em primeira instância, encontrava-se o Conselho Monetário Nacional, como organização central da política econômica. Em segundo nível hierárquico, estavam instituições formadas por colegiados de ministros, como o CDI, o Conselho de Política Aduaneira (CPA), Conselho Interministerial de Preços

(CIP), entre outros, cujas funções respectivas eram detalhar e especificar medidas em cada área. Apenas em um terceiro nível encontravam-se os ministérios propriamente ditos e, abaixo deles, as “Agências Executivas” (Ver Rezende *et al.*, 1976, p.23).

(2) Verdadeiro.

Dentre as primeiras medidas do PAEG está o realinhamento de tarifas, visando recuperar a capacidade de investir das empresas públicas. A elevação, contudo, teve efeitos inflacionários. O processo era chamado por Simonsen e Campos (1974), inclusive, de “inflação corretiva”.

(3) Verdadeiro.

Se considerarmos o PIB industrial, entre os anos 1970 e 1980, o Brasil passou de uma razão de 2,9% do PIB industrial mundial para 6,4%. Desde então, houve queda ininterrupta até o final dos anos 1990, quando se alcança 2,2%. Após uma recuperação entre 1999 e 2004, quando se alcança 2,7%, há nova queda (para 2,4% em 2007 – Fonte: Bonelli e Pessoa, 2010). Para uma defesa da tese de desindustrialização ver Oreiro e Feijó (2010), Bresser-Pereira e Marconi (2009). Para uma visão contrária, ver Bonelli e Pessoa (2010), que buscam argumentar que a desindustrialização representaria um fenômeno global, não específico ao país.

(4) Falso.

Em 1980, a razão entre o PIB *per capita* do Brasil e dos Estados Unidos era de 26%. Em 2010 havia recuado para 20,5%. Fonte: Total Economic Database – TED (Conference Board, 2012).

Questão 13

Sobre o desempenho da agricultura brasileira no século XX, podemos afirmar que:

⓪ Na segunda metade do século XX até os anos 1980, o declínio da população economicamente ativa (PEA) agrícola sobre a PEA total decorreu de processo de modernização tecnológica que atingiu de forma dinâmica e homogênea o conjunto do setor.

① O período do Milagre Econômico foi particularmente importante para a agricultura, com o estímulo à diversificação, mecanização e utilização de insumos modernos, especialmente para

culturas de exportação.

② Na década de 1930, a despeito da ênfase dada por Vargas a reformas modernizadoras, a agricultura, dada sua importância relativa, ainda apresentou taxa de crescimento superior à indústria.

③ A produção agrícola reduziu a quase metade sua taxa média de crescimento na década de 1980 em relação à década de 1970. Apesar disso, dado o mau desempenho do PIB agregado, ao final da década de 1980 a participação da agricultura no PIB era superior ao valor médio da década de 1970.

④ A política de preços mínimos agrícolas, aplicada a partir do final dos anos 1960, ao causar distorções dos preços de mercado, acabou por prejudicar o avanço de algumas culturas de exportação cuja dinâmica dependia da competitividade no mercado internacional.

Resolução

(0) Falso.

O maior dinamismo da agricultura brasileira na segunda metade do século XX até os anos 1980 caracterizou, sobretudo, os setores voltados às exportações (soja, açúcar, carnes), não sendo característica igualmente presente em ramos da agricultura voltados ao mercado doméstico.

(1) Verdadeiro.

Dentre as medidas adotadas para estimular a agricultura no período estão a fixação de preços mínimos, empréstimos a juros favorecidos, isenções fiscais sobre a compra de fertilizantes e de tratores, além de financiamento para a aquisição desses.

(2) Falso.

O crescimento médio da produção agrícola na década de 1930 foi de 2,4% a.a., contra 7,5% a.a. na indústria.

(3) Verdadeiro.

De fato, a taxa média de crescimento anual da produção agrícola caiu de 4,7% para 2,4% entre os anos 1970 e 1980. Já a participação da agricultura no PIB ao final da década de 1980 era da ordem de 12%, pouco superior à participação média observada ao longo da década de 1970.

(4) Falso.

Ao contrário, os setores agrícolas voltados à exportação foram os que mais cresceram à época, em particular a cultura de soja.

PROVA DE 2018

Questão 3

O clássico artigo *"Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil"*, de Maria da Conceição Tavares, marcou o debate sobre o tema nas décadas seguintes à sua publicação. Sobre tal artigo podemos afirmar:

⓪ O artigo foi escrito nos primeiros anos do regime autoritário, no contexto do baixo crescimento econômico que precedeu o período do "milagre brasileiro".

① A autora defende que o *modelo de substituição de importações* apresentou resultado "parcial", dentre outros motivos, por não lograr suficiente modernização do setor primário, o que contribuía para explicar os problemas do balanço de pagamentos.

② A autora assume que não foram instaladas indústrias no Brasil durante a vigência do *modelo agroexportador*, fato que começou a ocorrer a partir de 1930, marco do início da *substituição de importações*.

③ O declínio mencionado no título do artigo se refere à desaceleração do crescimento no período posterior ao Plano de Metas.

④ A autora define como *substituição de importações* um processo de industrialização que visa diminuir o *quantum* da importação global, de modo que a economia volta-se prioritariamente para o mercado doméstico.

Resolução

(0) Falso.

A resposta a esta pergunta é ambígua. Se, de fato, tal artigo foi publicado em português em livro editado em 1972 ("Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro") – ao final do Milagre, portanto –, o ensaio original da autora fora publicado em inglês na edição de março de 1964 (vol. IX, n. 1) do Economic Bulletin for Latin America, da Cepal. Neste caso, no início da Ditadura militar no Brasil, em período de estagnação econômica que antecedeu o Milagre.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

Ela reconhece o incipiente processo de industrialização do país antes de 1930; contudo, nota a sua concentração em setores tradicionais, de baixa

produtividade, a exemplo de tecidos, calçados, vestuário, móveis etc.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

Pelo contrário, a autora enfatiza que a redução do *quantum* de importações não é um *desideratum* do modelo de substituição de importações e que este último deve ser entendido como “(...) um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial” (p. 39).

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2012

Questão 3

Examine o processo de substituição de importações no Brasil: o conceito, o surgimento, a dinâmica, as etapas, as restrições e os resultados.

Resolução

O **conceito** de "substituição de importações" – entendido não como a mera diminuição ou desaparecimento de determinadas importações (e sua substituição pela produção doméstica), mas sim como parte de um modelo de desenvolvimento econômico – foi formulado por Tavares (1972). A autora o definiu como "um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial" (p. 41). Neste modelo, o governo brasileiro teria contribuído para a industrialização através de duas linhas de ação: 1) política de comércio exterior, sobretudo cambial, e 2) política de investimentos para superar "pontos de estrangulamento" nos setores de infraestrutura e financiamento.

A **origem** de tal processo, no Brasil, se deu com a crise dos anos 1930 e o fim do "modelo" (de crescimento) primário-exportador.

Historicamente (e de forma bem esquemática), suas **etapas** constituintes podem ser resumidas como se segue:

a) Vargas I: substituição de importações nos segmentos produtores de bens de consumo não duráveis e aço;
b) Dutra: bens de consumo duráveis (eletrodomésticos);

c) JK: substituição em vários "andares da pirâmide": bens de consumo duráveis, insumos básicos, bens de capital;
d) "Milagre": bens de consumo duráveis (exceto automóveis);
e) II PND: bens de capital e insumos básicos.

A **dinâmica** do modelo, segundo Tavares (1972), é resumida assim:

i. A partir do estrangulamento externo causado pela crise cafeeira, o governo atuou (via a compra e posterior destruição de parte das safras de café) no sentido de atenuar a contração da demanda interna.
ii. Diante da desvalorização cambial que acompanhou a crise, o preço das importações de manufaturados aumenta a ponto de torná-los pouco competitivos no mercado nacional. Com isso, parte da demanda interna direciona-se para a indústria doméstica.
iii. Após um período inicial em que a capacidade ociosa no setor manufatureiro vai sendo ocupada e a demanda doméstica permanece elevada, os empresários se veem compelidos a aumentar a importação de máquinas, equipamentos e insumos industriais (dada a oferta insuficiente destes produtos no mercado doméstico).
iv. Uma vez que o valor de tais importações tende a ultrapassar as disponibilidades de divisas, torna-se necessário "comprimir algumas importações menos essenciais liberando assim as divisas indispensáveis à instalação e operação das novas unidades produtivas" (p. 43).

A dinâmica do modelo de substituição de importações, enfim, dar-se-ia pela superação contínua da contradição entre a limitada capacidade de importar (dada a dependência nas exportações cafeeiras) e a demanda por bens de capital e insumos industriais que acompanha o próprio processo de industrialização. Neste sentido, o estrangulamento externo que, naturalmente, decorria do processo de substituição de importações

funcionava como principal limitação ao investimento industrial (e, portanto, ao próprio modelo).

Seria natural supor que tal modelo pudesse levar à autarquia, isto é, à independência do país de importados. Entretanto, como sempre existem insumos que não são produzidos no país, o processo é interrompido antes. Além disso, o modelo de substituição de importação pressupõe defasagens de tempo e requer planejamento das etapas substitutivas. O fato de a produção de bens como insumos básicos ter elevado prazo de maturação faz com que seja impossível que a "pirâmide" produtiva seja construída de forma sequencial e encadeada no tempo. Para Tavares (1972), a fim de que os diferentes prazos de produção sejam respeitados – e para que não ocorram picos de importação em diversas categorias, simultaneamente –, "(...) é necessário (para usar uma linguagem figurada) que o "edifício" seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período" (p. 46).

Quanto a seus **resultados** concretos, entre as décadas de 1930 e 1980, o Brasil logrou industrializar-se, tendo se tornado um produtor de toda a gama de artigos manufaturados, nos setores de bens de consumo não duráveis, bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital.

O esgotamento do modelo decorreu de suas próprias limitações internas, a saber:

1. Dimensão e estrutura dos mercados nacionais;
2. Distribuição de renda e alta concentração setorial e regional;
3. Tendência à formação de monopólios;
4. Tecnologia importada inadequada à disponibilidade interna de recursos;
5. Conforme o processo de substituição de importações avança, crescem a complexidade tecnológica, os limites impostos pela escala, a questão do *know-how* e o problema da dimensão do mercado nacional (daí a importância atribuída às empresas multinacionais no processo);
6. Desproporção entre os estoques de fatores (por exemplo, abundância de mão de obra não qualificada e escassez de mão de obra qualificada); e

7. Limitações dadas pela inexistência de adequadas fontes de recursos minerais e de energia.

PROVA DE 2014

Questão 1

Há autores que adotam o nome de “industrialização espontânea” (ou não intencional) para designar o crescimento industrial brasileiro do período entre a Grande Depressão de 1929 e o início da II Guerra Mundial. Exponha o argumento que embasa essa análise e discorra sobre sua pertinência para designar a industrialização brasileira do período.

Resolução

O conceito de ‘industrialização espontânea’ está associado à interpretação cepalina da experiência de desenvolvimento econômico da América Latina após a I Guerra e, sobretudo, a Crise de 1930. Essencialmente, refere-se ao tipo de industrialização que acompanhou a mudança no padrão de desenvolvimento da região, que deixa de ser voltado “para fora” (exportações de produtos primários) e volta-se “para dentro”, isto é, para seu mercado interno e os setores que produzem para ele (não apenas a indústria, mas também a agricultura e os serviços).

A análise de Furtado do chamado ‘deslocamento do centro dinâmico da economia’, operado na década de 1930, constitui o enunciado clássico da tese de industrialização espontânea para o caso do Brasil. Para o autor, a conjunção de queda do *quantum* importado (devido à menor capacidade de importar que se seguiu ao colapso dos preços internacionais do café) e manutenção da renda doméstica (via política de defesa do setor cafeeiro), ocorrida no governo Vargas, estaria na raiz da precoce recuperação da economia brasileira dos efeitos da Grande Depressão. Tal recuperação – e posterior aceleração do crescimento –, por sua vez, envolveu a transferência de recursos da agricultura de exportação para atividades voltadas para o mercado doméstico. Este processo foi liderado pelo setor industrial (a produção industrial dobraria entre 1932-1939), agora alçado à condição de novo centro dinâmico da economia.

É neste sentido, portanto, que se afirma que a industrialização experimentada pelo Brasil após a Crise de 1930 foi “espontânea”, isto é,

não teria decorrido de políticas deliberadas de governo. Tal avaliação é partilhada por diversos outros autores, a exemplo de Fishlow (1972a), Abreu (1990), Suzigan (2000) e Leopoldi (2003).

Já em diversos trabalhos, Pedro D. Fonseca [ver Fonseca (1989); Fonseca (2004); Fonseca (2011)] discorda de Furtado e dos demais autores e argumenta que haveria, sim, uma consciência industrializante na política econômica varguista nos anos 1930. Para este autor, seriam evidências desta consciência diversas *instituições* criadas à época (dentre as quais a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, de 1937, e do DASP, de 1938), *políticas* (tais como a imposição de controles de importações e a reforma tarifária de 1934, de caráter protecionista) e *discursos* de Vargas, nos quais o apoio à industrialização aparecia em destaque.

PROVA DE 2016

Questão 1

Um corte cronológico tradicional no estudo da industrialização brasileira é considerar o início da década de 1930 como um momento de inflexão de seu processo. Discuta a pertinência e os possíveis pontos fortes e fracos dessa abordagem.

Resolução

A visão da década de 1930 como um ponto de inflexão na história da industrialização brasileira foi estabelecida firmemente a partir da obra *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado. No capítulo XXXII, intitulado “Deslocamento do Centro Dinâmico”, o autor apresenta aquela que se consolidaria na literatura especializada como a versão dominante sobre o tema.

Em linhas gerais, o argumento furtadiano reza que, antes de 1930, a determinação do nível de renda no Brasil era dada, fundamentalmente, pela demanda externa pelos produtos da agroexportação. Neste contexto, a própria expansão da produção e do investimento industrial também era, em última instância, determinada pela demanda externa. A partir da crise cafeeira da década de 30 – e a consequente retração do setor agroexportador – operou-se, como resultado de políticas governamentais que levaram a uma combinação de ‘manutenção da renda’ e ‘deslocamento da demanda’, o referido ‘deslocamento do centro dinâmico’. Com ele, as atividades voltadas para o mercado *interno* (indústria, sobretudo) – e não mais o setor primário-exportador – passam a liderar o crescimento da economia do país.

Embora aceita em seus contornos mais gerais, a ideia original de Furtado foi objeto de críticas a alguns de seus elementos constitutivos. Por exemplo, para Wilson Suzigan, a inflexão na trajetória industrial brasileira experimentada em 1930 não deve ser exagerada em excesso. Em particular, Suzigan nota que já a partir do início do séc. XX é possível notar um incipiente setor industrial estimulando investimentos nele próprio (por exemplo, na produção de sacaria de algodão para ensacar farinha de trigo;

garrafas de vidro para cervejas; latas para embalar produtos industrializados; maquinaria industrial mais simples etc.). Em outras palavras, mesmo antes de 1930, o setor 'interno' da economia já influenciava, parcialmente, a dinâmica industrial. Resta claro, porém, que a partir da crise cafeeira a mudança 'para dentro' dos determinantes do crescimento econômico irá se consolidar em definitivo. Ainda assim, cabe lembrar, até o final da década de 1950 o setor primário-exportador permanecerá sendo a única fonte relevante de divisas necessárias à importação de máquinas e insumos industriais para o setor industrial. Tal fato também ajuda a relativizar a inflexão operada em 1930 sobre a trajetória da indústria brasileira.

Um segundo tipo de crítica parte de autores associados à chamada Escola da Unicamp. Por exemplo, João Manuel Cardoso de Mello, em sua obra *O Capitalismo Tardio*, sugere uma periodização radicalmente distinta daquela proposta por Furtado – que, como visto, enfatizara o caráter 'revolucionário' da década de 30 sobre a trajetória industrial do Brasil. Para Mello, a periodização 'cepalina' da história da industrialização brasileira – com sua ênfase em um desenvolvimento voltado 'para fora' até 1930 e 'para dentro' a partir da crise cafeeira que então se instala – deve ser substituída por outra, que destaca a emergência de uma economia exportadora *capitalista* no Brasil, já ao final do séc. XIX. Ainda segundo a ótica do 'capitalismo tardio', o complexo cafeeiro, a partir da virada do séc. XIX para o XX, passou a fornecer as bases para a formação de um mercado de trabalho livre (e, com ele, um mercado consumidor de bens-salário), propiciou a acumulação de capital para investimento no setor industrial e gerava as divisas necessárias à importação de máquinas e insumos usados na produção manufatureira.

Por fim – e em uma chave ligeiramente diversa –, nota-se que um dos pontos centrais do argumento de Furtado envolve a afirmação de que o Governo Provisório, ao pôr em prática vigorosa estratégia de defesa do setor cafeeiro (que se mostrou decisiva na manutenção do nível de renda no início dos anos 30), teria praticado, *inconscientemente*, uma "política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em

qualquer dos países industrializados" (*Formação Econômica do Brasil*, cap. XXXI). Tal apreciação, embora endossada pela maior parte dos autores subsequentes, é contestada, por exemplo, por Pedro D. Fonseca e Pedro P. Zahluth Bastos. Para estes autores, ao contrário, haveria várias evidências de que o governo brasileiro, na década de 1930, buscava industrializar o país e que, portanto, o 'deslocamento do centro dinâmico' não deve ser interpretado como efeito colateral, não intencional, da política cafeeira, mas, sim, como política deliberada do novo governo.

Questão 2

Discuta a trajetória da industrialização brasileira desde os anos 1930 até o fim do período desenvolvimentista, na década de 1970, à luz de diferentes interpretações presentes na bibliografia.

Resolução

Os anos 30 são vistos, pela literatura especializada, como marcando uma importante inflexão na trajetória da industrialização brasileira (Ver a Questão 1, acima). Ao passo que durante a Primeira República o crescimento do setor manufatureiro (nos ramos produtores de bens de consumo não duráveis, sobretudo) guardava relação estreita com o desempenho do setor primário-exportador, a partir da crise de 30 esta relação se enfraquece sobremaneira, passando a indústria a avançar conforme os impulsos provenientes do mercado interno. Em paralelo, a estrutura industrial vai se tornando, progressivamente, mais sofisticada, com a internalização da produção de parte da demanda por bens intermediários e bens de capital.

A Era Vargas, igualmente, configura um período de transição no tocante ao papel exercido pelo Estado na condução do processo de industrialização. Se, antes, o apoio estatal à indústria já se fazia presente através de alguma proteção tarifária e crédito (sobretudo, a partir do Banco do Brasil), ao longo dos anos 30 o governo foi assumindo papel mais ativo, tendo criado inúmeros órgãos públicos e conselhos de natureza corporativa (com participação de representantes do crescentemente influente empresariado

industrial) para este fim. Tal tendência iria se intensificar durante o Estado Novo, tendo se manifestado de forma mais cabal na criação de empresas estatais, como a CSN, Fábrica Nacional de Motores e a Companhia Nacional de Álcalis.

A industrialização brasileira avançou fortemente durante os anos 30 e a II Guerra, mediante um processo de substituição de importações que, agora, abarcava os setores produtores de bens intermediários e bens de capital mais simples. No pós-Guerra, tal movimento teria continuidade, tendo funcionado como resposta à restrição externa quase que permanente a que a economia brasileira esteve sujeita. Mais especificamente, diante de receitas de exportação fortemente concentradas no café e um contexto de reduzidos fluxos de ingresso de capitais internacionais, o governo desenvolveu uma série de mecanismos de alocação seletiva de divisas (licenças de importação, leilões de câmbio etc.) que terminaram por favorecer o processo de industrialização substitutiva de importações.

Assim, após breve interlúdio liberalizante no início do governo Dutra, a tônica da política de comércio exterior no pós-Guerra até a década de 1980 foi privilegiar a importação de máquinas e insumos que ajudassem no processo de industrialização, ao mesmo tempo em que se dificultava (via tarifas, câmbio ou restrições quantitativas) a importação de artigos manufaturados finais que pudessem concorrer com a produção doméstica.

Com o passar dos anos, o país foi capaz de desenvolver uma capacidade técnica e gerencial que lhe permitiu avançar ainda mais na sua industrialização. Em meados da década de 1950, partindo de uma base industrial mais robusta e valendo-se de um ambiente internacional mais benigno, no qual a disponibilidade de capitais (tanto oficiais como privados) era maior, o governo Kubitschek pôs em prática o Programa de Metas, com pesados investimentos públicos e privados nos setores de infraestrutura, bens de consumo duráveis e bens de capital. Neste ponto, o país alcançava um novo estágio em sua trajetória de industrialização, estágio este marcado não apenas pela internalização da produção de diversos ramos industriais (inclusive alguns dentre os mais sofisticados à

época) como por papel decisivo do Estado enquanto planejador e agente do desenvolvimento industrial.

Ao final do governo JK, em 1960, a indústria já respondia por cerca de 30% do PIB do Brasil, contra os 15% verificados em 1930. Na prática, as três décadas entre 1930 e 1960 foram as que mais testemunharam mudança na estrutura produtiva da economia brasileira, no sentido de perda da importância relativa da Agropecuária e correspondente avanço da participação dos setores de Serviços e, sobretudo, Indústria no total.

O desempenho da indústria brasileira não foi tão exuberante na década de 1960, refletindo a instabilidade política do período e a inevitável desaceleração que se seguiu ao ‘pacote’ de investimentos do programa de Metas. Ao final da década, porém, assiste-se ao início de vigorosa retomada da atividade industrial, liderada pelo setor produtor de bens de consumo duráveis, no período conhecido como o Milagre. Após o primeiro choque do petróleo, em 1973, inicia-se nova fase da história da industrialização brasileira. O lançamento e execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento, no governo Geisel, marcam o apogeu, no Brasil, do modelo de industrialização substitutiva de importações liderado pelo Estado. Desta feita, os investimentos se concentraram na produção de bens intermediários, bens de capital e na geração de energia. Ao final da década de 1970, o país era, praticamente, autossuficiente na produção de manufaturados.

8 Temas Transversais

8.1. O PAPEL DO ESTADO E AS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2010

Questão 14

A Constituição de 1988 trouxe importantes modificações institucionais que influenciaram o papel do Estado na economia, com repercussão em seus indicadores de desenvolvimento, principalmente no que concerne aos direitos sociais. Sobre isto, pode-se afirmar que:

⓪ Houve impacto significativo no sistema previdenciário e no campo dos direitos dos trabalhadores e das relações de trabalho.

① Universalizou-se o acesso ao sistema previdenciário, com a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rural.

② Houve redução dos direitos trabalhistas inscritos anteriormente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

③ Houve avanço com relação à reforma agrária, em especial quanto a uma definição mais precisa das terras passíveis de desapropriação pelo governo.

④ Embora tenha estendido o ensino público obrigatório a todas as idades, nada mencionou quanto a sua gratuidade.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A Constituição de 1988 teve impactos significativos em virtude da generalização de benefícios ao Regime Jurídico Único para o restante do setor público. No que se refere aos trabalhadores em geral, o novo tratamento da proteção social levou à ampliação da cobertura para segmentos da sociedade até então desprotegidos, eliminação das diferenças entre trabalhadores rurais e urbanos em relação aos benefícios concedidos, implementação da gestão descentralizada nas políticas de saúde e assistência, entre outros benefícios.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

Não houve alteração dos direitos da CLT.

(3) Falso.

A Constituição de 1988 abriu um capítulo especial (Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, do Título III – Da ordem Econômica e Financeira, arts. 184 a 191) para tratar do tema – inexistente em constituições anteriores. De acordo com Costa (1989, p. 20), a Constituição de 1988 ficou "(...) aquém das propostas presentes na legislação anterior ao estabelecer preceitos de forma vaga e pouco precisa no que se refere, por exemplo, à função social da terra, à propriedade produtiva, às razões e critérios para a desapropriação".

(4) Falso.

O artigo que detalha o Direito à Educação é o 208, que afirma:

> *O dever do Estado para com a Educação será efetivado mediante a garantia de:*
>
> *I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;*
>
> *II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.*

Questão 15

Com relação ao papel historicamente desempenhado pelo Estado na economia brasileira é CORRETO afirmar:

⓪ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, formada durante o Estado Novo, propôs projetos de desenvolvimento para o Brasil, principalmente em infraestrutura, para os quais havia a promessa de financiamento norte-americano, e contribuiu para estreitar as relações entre os dois países durante a Guerra.

① Na segunda metade da década de 1950, continuou crescendo a intervenção direta do Estado no setor produtivo, por meio de empresas estatais, mas o Plano de Metas também estabeleceu metas complementares de investimento para o setor privado.

② O presidente Café Filho, que sucedeu Vargas em 1954, não logrou êxito em obter financiamento de instituições oficiais norte-americanas para fazer frente à crise cambial

brasileira, embora tenha indicado para ministro da Fazenda um crítico das teses desenvolvimentistas e adepto de política monetária ortodoxa.

③ Dentre as causas da crise financeira das empresas estatais, na década de 1980, está que elas endividaram-se em moeda externa, a partir da década de 1970, embora estivessem voltadas sobretudo para o mercado interno e gerassem receitas em moeda local.

④ Metas de superávit nominal das contas públicas foram estabelecidas, a partir de 1999, com o objetivo de estabilizar ou reduzir a razão da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (Dívida pública/PIB).

Resolução

(0) Falso.

A afirmativa é Falsa, pois a CMBEU foi formada em julho de 1951, no segundo Governo Vargas (e não durante o Estado Novo).

(1) Verdadeiro.

JK pretendida fazer um esquema tripartite, onde parte da responsabilidade caberia ao setor público, parte ao setor privado e ainda parte à "economia mista".

(2) Verdadeiro.

Assim que assumiu o poder, Café Filho convidou Eugenio Gudin, identificado com políticas ortodoxas e baixa tolerância à inflação, para o cargo de Ministro da Fazenda. O governo, porém, não logrou obter os financiamentos nas magnitudes pretendidas.

(3) Verdadeiro.

Ver resposta à Questão Discursiva nº 3 da Prova de 2007.

(4) Falso.

As metas foram de superávit *primário* (e não nominal) – e foram estabelecidas junto com o regime de metas de inflação e o câmbio flutuante, constituindo o chamado "tripé" de política econômica, introduzido após a desvalorização cambial de janeiro de 1999.

PROVA DE 2011

Questão 15

A associação entre variáveis econômicas e políticas auxilia na explicação da condução da política econômica. Sobre essa associação no Brasil, é CORRETO afirmar que:

⓪ Os códigos de Minas e de Águas, da década de 1930, limitavam os capitais estrangeiros nos campos da mineração e da exploração de recursos hidráulicos.

① A ortodoxia econômica dos primeiros anos do Governo Dutra pode ser em parte explicada pelo fato de sua candidatura ter contado com o apoio das forças contrárias ao nacionalismo e à política trabalhista de Vargas, que se aglutinavam na UDN (União Democrática Nacional).

② O Governo Café Filho representa uma mudança em termos políticos com relação ao que o antecedeu, já que sua equipe econômica pode ser considerada mais liberal e menos nacionalista do que a antecessora.

③ A vitória de Jânio Quadros em 1961 representou a continuidade da aliança política que levara Juscelino ao governo em 1956, embora se possa ponderar que a política econômica de Quadros tenha sido mais afinada com a ortodoxia.

④ A crise política do Governo Goulart vincula-se, em parte, a críticas de alguns segmentos sociais a medidas que objetivavam redistribuição de renda e reforma agrária, que constavam do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Dutra foi eleito pelo PSD com apoio das forças varguistas que faziam oposição à UDN (que lançou o Brigadeiro Eduardo Gomes como candidato a Presidente nas eleições de 1945).

(2) Verdadeiro.

Assim que subiu ao poder, Café Filho nomeou Eugênio Gudin, um crítico de visões nacional-desenvolvimentistas, para ser Ministro da Fazenda. Todavia, cabe considerar que houve, posteriormente, a substituição de Gudin por José Maria Whitaker, em abril de 1955. Whitaker era um banqueiro paulista, o que agradou particularmente os cafeicultores.

(3) Falso.

Jânio Quadros era um político independente que se elegeu por um partido de pouca expressão (PTN), ainda que apoiado pela UDN. Na disputa pela Presidência, derrotou o candidato do PSD apoiado por JK, o Marechal Lott.

(4) Verdadeiro.

O Plano Trienal continha duas fases. A primeira seria de cunho mais ortodoxo, enfatizando o combate a uma inflação vista como de demanda, embora com receituário gradualista. Na segunda fase do plano, seriam feitas as reformas de base, que incluíam a reforma agrária, entre outras, e propostas de medidas para melhorar a distribuição de renda.

PROVA DE 2012

Questão 15

Sobre o papel do Estado na economia brasileira pode-se afirmar:

⓪ A Instrução nº 70 da Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc), baixada em 9 de outubro de 1953, instituiu o regime de licenças prévias de importação, para conter a crise cambial.

① O Plano de Estabilização Monetária, proposto pelo ministro Lucas Lopes em 1958, previa um tratamento mais gradual no combate à inflação do que o tratamento de choque sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

② A redução da inflação nos últimos três anos da década de 1960 se deve, pelo menos em parte, à redução do crédito governamental ao setor privado.

③ Entre 1967 e 1979, em parte como resultado da política agrícola, as taxas médias anuais de crescimento da produção de feijão, mandioca e banana foram negativas, enquanto a produção de soja cresceu a uma taxa superior a 20% ao ano.

④ A privatização de empresas estatais começou no Governo Collor, foi interrompida no Governo de Itamar Franco para, posteriormente, ser retomada com Fernando Henrique Cardoso.

Resolução

(0) Falso.

A Instrução nº 70 criou o sistema de leilões de câmbio.

(1) Verdadeiro.

A estratégia do PEM adotava o gradualismo e buscava conciliar o maior crescimento com a menor inflação possível, reconhecendo a existência de alguma inflação de custos.

(2) Falso.

A queda da inflação se deve ao sucesso das medidas do Paeg e à existência de capacidade ociosa, o que permitiu que a oferta crescesse sem provocar aumentos de preços. Não houve redução do crédito governamental ao setor privado ao final dos anos 1960.

(3) Verdadeiro.

Dentre as prioridades do governo no Milagre esteve o apoio à agricultura, através de crédito a taxas subsidiadas, o financiamento à compra de tratores, fertilizantes etc. O aluno deveria inferir, a partir do conhecimento mais geral, que o item seria verdadeiro, posto que muito dificilmente conheceria estatísticas específicas sobre produção de itens agrícolas.

(4) Falso.

A rigor, ainda nos anos 1980, iniciaram-se privatizações de empresas de menor porte, cujo controle havia sido assumido pelo governo e que, posteriormente, foram devolvidas ao setor privado.

PROVA DE 2014

Questão 14

Sobre a economia brasileira nas últimas duas décadas, pode-se afirmar:

⓪ Houve redução do percentual de pobres na população na década de 1990, embora o número de pobres tenha aumentado entre 1990 e 1999.

① O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) definiu como objetivo central a expansão dos investimentos em infraestrutura.

② No quinquênio posterior a sua adoção, o Plano Real contribuiu para a diminuição do déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos.

③ A carga tributária bruta em relação ao PIB manteve-se relativamente estável nos primeiros anos após a adoção do Plano Real, mas começou a crescer no final da década de 1990, tendência esta que se manteve nos primeiros cinco anos do século XXI.

④ O tipo de planejamento adotado na última década privilegia aspectos de longo prazo, sem metas específicas para o curto e o médio prazos.

Resolução

(0) Falso.

Além da redução do percentual, houve queda também do número absoluto de pobres entre 1990 e 1999. De acordo com o Ipeadata, em 1990 existiam 58,1 milhões de pobres no Brasil, ao passo que em 1999 eles eram 56,2 milhões.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

Houve *aumento* do déficit de transações correntes em todos os anos desde a introdução do real. Em 1993, ano anterior ao Plano, o déficit era de US$ 676 milhões e alcançou US$ 33,4 bilhões em 1998.

(3) Falso.

Este gabarito é questionável. Usando as séries temporais do Ipeadata, a afirmação resulta ser verdadeira. De fato, após permanecer relativamente constante (em torno de 28% do PIB) nos primeiros anos do Plano Real, a

carga tributária total começa a crescer em 1998. Entre 2000 e 2005 a carga média foi de 32,2%.

(4) Falso.

Nos últimos anos o governo tem estabelecido metas claras para um horizonte de três a quatro anos. Exemplos podem ser encontrados no Plano Plurianual do governo (PPA), na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e no Plano Brasil Maior (PBM). O governo também vem estabelecendo metas de longo prazo, algumas das quais destacadas no documento da SAE intitulado *Brasil 2022*, sem falar em grandes projetos de investimento cujo prazo de maturação é de até 30 anos, como, por exemplo, a Usina de Belo Monte.

Questão 15

Vários autores adotam a tese de que a intervenção do governo na economia brasileira durante o século XX foi influenciada pelo desenvolvimentismo. Sobre este tema se pode considerar verdadeiro que:

⓪ As teses defensoras da industrialização como caminho para superar os problemas do país, importantes no ideário desenvolvimentista, começaram a aparecer no Brasil na década de 1950.

① O nacionalismo em várias questões relevantes, como a siderurgia durante o Estado Novo, não se associou à repulsa ao capital estrangeiro.

② O ideário desenvolvimentista é geralmente associado aos governos do período da substituição de importações até 1964, tendo deixado de influenciar a política econômica após esse ano.

③ O ideário desenvolvimentista centrava-se na proposta da industrialização para alavancar o crescimento econômico, mas nunca incorporou em seu programa a distribuição de renda.

④ O desenvolvimentismo enfraqueceu como ideário norteador da política econômica nas duas últimas décadas do século XX, se comparadas às duas décadas anteriores.

Resolução

(0) Falso.

Desde a década de 1930 as teses desenvolvimentistas já vinham sendo defendidas por alguns expoentes do empresariado industrial, a exemplo de Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e Jorge Street.

(1) Verdadeiro.

O próprio projeto original da CSN previa o investimento estrangeiro, a ser feito pela US Steel. No final, o projeto terminou sendo conduzido integralmente pelo governo brasileiro, mas com recursos do Eximbank dos Estados Unidos.

(2) Falso.

O ideário desenvolvimentista atingiria o seu ápice no Governo Geisel (1974-1979), com o II PND. Além disso, pode-se dizer que um chamado "neodesenvolvimentismo" vem influenciando a condução da política econômica no Brasil desde a Crise de 2008.

(3) Falso.

A questão da distribuição de renda tinha papel importante na obra de Celso Furtado, possivelmente o maior expoente do pensamento desenvolvimentista no Brasil. Segundo Bielschowsky (1988, p. 182-3), isso se refletia, por exemplo, em propostas de tributação sobre as classes ricas (como forma de carrear poupança doméstica para financiar investimentos públicos); observações sobre a relação entre concentração de renda e crescimento econômico; discussões sobre desigualdades regionais (culminando na criação da Sudene) e no apoio à realização de uma reforma agrária. É digno de nota, também, que o II PND, um programa de cunho fortemente desenvolvimentista, continha uma "Estratégia de Desenvolvimento Social" (Cap. VI), preconizando uma abordagem "dinâmica, capaz de garantir crescimento e medidas redistributivas, simultaneamente (...)".

(4) Verdadeiro.

O ideário desenvolvimentista perderia força durante a conturbada década de 1980 (quando o combate à inflação e a crise da dívida externa dominaram as ações do governo) e nos anos 1990, a partir do avanço das ideias liberais nos governos Collor e FHC.

PROVA DE 2016

Questão 8

A Constituição de 1988 estabeleceu mudanças institucionais que impactaram na economia brasileira. Dentre tais mudanças pode-se arrolar:

⓪ Maior descentralização do poder tributário na Federação.

① Ampliação de transferências de recursos federais.

② Fortalecimento da integração entre Governo Federal e municípios no campo do planejamento setorial.

③ Aumento do controle do Governo Federal sobre os recursos arrecadados.

④ O Conselho Monetário Nacional inaugurou a tarefa de coordenação da política monetária.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Após a Constituição de 1988, a capacidade de o Governo Central controlar as contas públicas foi reduzida. Isto se deu em função do crescimento da vinculação de receitas, da redução da participação dos gastos federais no total do gasto público (o que dificultava cortes) e por conta do crescimento das despesas com a Previdência.

(1) Verdadeiro.

Houve significativa reformulação na divisão das receitas públicas, retirando recursos tributários da União em favor dos Estados e Municípios. Isto foi realizado através da elevação dos percentuais do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), além de transferências com objetivos de desenvolvimento regional e outras prioridades do governo.

(2) Falso.

De acordo com a Constituição Federal (Art. 174), o exercício da função de planejamento é um dever do Estado (Governo Federal), na forma da lei, tendo caráter “determinante para o setor público e indicativo para o setor privado”.

O Planejamento expresso no Plano Plurianual é a referência para a ação nacional, bem como para a formulação de planos regionais e setoriais.

(3) Falso.

Ver item 0, acima.

(4) Falso.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) tem a responsabilidade de formular a política monetária e de crédito desde sua criação, em 1964, através da Lei n. 4.595/64.

PROVA DE 2017

Questão 11

Sobre as políticas econômicas adotadas a partir de 2003 até o primeiro Governo Dilma Rousseff, no que concerne à relação setor público e economia, podemos dizer:

⓪ Algumas iniciativas do Governo Federal, como descontar da meta do superávit primário os gastos do Projeto Piloto de Investimentos e do cálculo das Necessidades de Financiamento do Setor Público os resultados da Eletrobrás e da Petrobrás, caracterizaram uma flexibilização das normas fiscais herdadas do Governo Cardoso.

① A elevação do superávit primário no início do Governo Lula se relacionava com a elevação dos juros pagos pelo governo e o objetivo de política econômica de controle do crescimento do endividamento público em porcentagem do PIB.

② Os adeptos da ideia de que uma contração fiscal poderia ser expansionista no que concerne à elevação do crescimento do PIB tiveram suas expectativas confirmadas pela aceleração do crescimento de 2003 frente ao de 2002.

③ Promulgada em 2000, a Lei de Responsabilidade Fiscal impôs às unidades subnacionais tetos bem definidos de endividamento, que estabeleceram limites à capacidade de tais entes fazerem uma política autônoma de investimento.

④ A extinção das agências de regulação setorial criadas nos anos 1990, substituídas no Governo Lula por novos órgãos de fomento estatais, marcou uma mudança estatizante importante.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Verdadeiro.

Diante da crise de confiança que marca o início do Governo Lula, a estratégia inicial foi de elevar a taxa de juro básica, apertar a meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003, realizar cortes do gasto público e se comprometer com a manutenção de metas de 4,25% de primário para o período 2004/2006. A elevação do superávit buscava conter/reduzir os efeitos sobre a dívida do crescimento da taxa de juros que este provoca, pela dinâmica da dívida.

(2) Falso.

O crescimento em 2002 foi de 3,1%, reduzindo para 1,1% em 2003.

(3) Verdadeiro.

A Lei fixa limites para despesas com pessoal e para dívida pública, determinando que sejam criadas metas para controlar receitas e despesas. Adicionalmente, nenhum governante pode criar uma nova despesa continuada (por mais de dois anos), sem indicar sua fonte de receita ou sem reduzir outras despesas já existentes.

(4) Falso.

Não houve extinção de agências no Governo Lula. Houve, sim, um debate intenso, com críticas ao funcionamento das Agências por parte do Governo Lula, acusando-as de excesso de autonomia. Houve também substituição de diretores das agências e ações que foram consideradas como interferências nos mandatos.

Questão 15

Considerando-se a economia brasileira nos últimos vinte anos, pode-se afirmar:

⓪ No período entre 2004 e 2008, juntamente com taxas positivas de crescimento do PIB, registrou-se elevação do nível de rendimentos em praticamente todos os estratos de renda, mas nos estratos inferiores o crescimento se deu de forma mais rápida.

① Nos anos imediatamente anteriores à crise de 2008, a economia brasileira já dava sinais de desaceleração, com taxas de crescimento do PIB inferiores a 3%.

② O "fundo soberano" formado pelo país resultou, sobretudo, do crescimento dos royalties das exportações de produtos intensivos em trabalho.

③ Os críticos do processo de "desindustrialização precoce" da economia brasileira tomam como parâmetro para justificar tal precocidade a concentração de renda do país, em comparação com a dos países desenvolvidos quando do início da queda da participação da indústria na composição do PIB.

④ Graças à rápida recuperação das exportações depois da desvalorização cambial de 1999, o governo brasileiro só precisou recorrer ao FMI para cobrir necessidades de financiamento externo em 1999.

Resolução

(0) Verdadeiro.

De acordo com Neri (2010), o crescimento mais rápido da renda dos mais pobres teria levado, inclusive, a uma mudança na estrutura da população brasileira, fazendo crescer a "Classe C" em 34,3 %, entre 2003 e

2009, em detrimento da Classe E (reduzida em 45,5%) e da Classe D (reduzida em 11,6%).

(1) Falso.

As taxas de crescimento de 2005 a 2007 foram: 3,2%, 4,0% e 6,1%, respectivamente.

(2) Falso.

O Fundo Soberano brasileiro foi criado em 2008, através da emissão de títulos do Tesouro Nacional, promovendo integralização de cotas do Fundo Fiscal de Investimentos e Estabilização.

(3) Falso.

A crítica concentra-se no fato de haver uma perda de participação da indústria no PIB antes de atingir determinados padrões de renda *per capita* – e não em posições relativas de desigualdade.

(4) Falso.

A recuperação das exportações não foi rápida, pois os preços estavam desfavoráveis. Apesar de elevação no *quantum*, as exportações tiveram queda do valor em 1999.

PROVA DE 2018

Questão 13

Sobre a economia brasileira nas últimas duas décadas, podemos afirmar:

⓪ A indústria de transformação perdeu participação no PIB ao longo da década de 1990 e, a partir dos primeiros anos do século XXI, manteve-se praticamente constante.

① O crescimento expressivo do agronegócio (agricultura empresarial) no Brasil contou com incentivos governamentais voltados a apoiar o setor, como o PRONAF.

② A decisão governamental de intervir no mercado de derivativos em 2011 contribuiu para alterar a política de apreciação cambial que vinha sendo praticada nos anos anteriores.

③ A apreciação do real, a partir de 2005, associada à maior volatilidade dos juros, contribuiu para que os títulos indexados ao câmbio ganhassem preferência do mercado, tendo como contrapartida a queda dos títulos prefixados.

④ Na primeira década do século XXI, o aumento do emprego deveu-se principalmente ao crescimento do emprego informal, já que para o emprego formal a taxa de crescimento manteve-se relativamente estagnada. Houve expressivo crescimento do emprego formal.

Resolução

(0) Falso.

Houve redução da participação da indústria de transformação ao longo dos primeiros anos do século XXI. Em 2000, a participação no PIB a preços de mercado era de 13%, reduzindo-se para 9,0 já em 2015, antes da crise de 2016/17.

(1) Falso.

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, como o nome sugere, não financia a agricultura empresarial, mas sim projetos individuais ou coletivos que gerem renda aos agricultores familiares e assentados da reforma agrária.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Houve, ao contrário, aumento da participação da dívida prefixada entre 2005 e 2013, subindo de 26,6% para 51,7%, em dezembro de 2013.

(4) Falso.

Entre 2010 e 2002 a taxa anual de crescimento do emprego formal foi de 5,5%, com destaque para a evolução deste tipo de emprego no Norte e Nordeste.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2014

Questão 5

O Estado brasileiro exerceu um papel fundamental na emergência da sociedade industrial. O processo de globalização tem provocado mudanças na sua estrutura e no seu papel. Discuta os principais aspectos relacionados com essa redefinição do papel do Estado na economia brasileira.

Resolução

O período delimitado por meados da década de 1950 e fins na década de 1970 compreende três fases de destacado crescimento da produção industrial. Na primeira delas, cobrindo o Governo JK (1956-1960), a produção industrial cresceu a uma taxa média superior a 10% a.a., com destaque para os setores produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. O papel do governo, neste período, começou pela própria elaboração e implementação do Plano de Metas, que ajudou a organizar os investimentos (tanto públicos como privados) a serem feitos nas áreas industrial e de infraestrutura. Adicionalmente, o Estado atuou como financiador de investimentos (por meio do BNDE, por exemplo) ou os fez diretamente, através de empresas e órgãos governamentais (como a Petrobras, Rede Ferroviária Federal – RFFSA – e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER). Na virada dos anos 1960 para 1970, a economia brasileira experimentaria o período de expansão mais vigorosa de sua história – o chamado “Milagre”, quando o PIB cresceu cerca de 11% a.a., em média, e a indústria de transformação cerca de 13% a.a. Novamente, os setores industriais que mais cresceram foram, pela ordem, o de produção de bens de consumo duráveis e o de bens de capital. Os investimentos que assegurariam tais taxas de expansão da produção

industrial contaram com o apoio do governo, através da atuação de órgãos como o CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial –, que concedia incentivos a projetos que lhe eram submetidos. Em conjunto com o BNDE (em especial, o seu programa Finame), o CDI teria papel importante no financiamento à produção de bens de capital no país. Já entre 1974-1979, o Estado teria papel decisivo na formulação e execução de estratégia dita "positiva" de reação ao choque de petróleo de 1973, e consubstanciada no II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND. A economia brasileira sofreria uma desaceleração no período, com taxa média de crescimento de 7% a.a., mesmo ritmo de expansão do setor industrial. Mais uma vez, a atuação estatal envolveria uma combinação de farta concessão de incentivos e subsídios ao investimento industrial privado com investimentos públicos, estes últimos a cargo tanto da administração direta como indireta (com destaque para as *holdings* Siderbras, Petrobras, Telebras e Eletrobras).

A partir desta atuação do Estado brasileiro, concluiu-se, ao longo destes 25 anos, a industrialização substitutiva de importações no país, com a internação da produção de, praticamente, todos os setores industriais.

A década de 1980 marca não apenas o esgotamento deste modelo de industrialização como também o início de um longo período de crise fiscal e financeira do Estado brasileiro – com sérias implicações para o controle da moeda (inflação). Começando em 1990, com a eleição de Collor de Mello para a presidência, tem início um processo gradual de reorientação do papel do Estado na economia. O fechamento de diversos órgãos da administração federal (por exemplo, Banco Nacional de Habitação – BNH, Portobras, Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA, Instituto Brasileiro do Café – IBC etc.) e, mais ainda, o início de um processo de desestatização (privatização) de empresas públicas inauguram uma guinada na atuação do governo. O Estado enquanto um investidor e provedor direto de bens, paulatinamente, perde espaço para outro, mais dedicado a criar as condições para uma atuação mais livre do setor privado na economia.

Tal tendência ganharia corpo nos governos Itamar Franco e, mais ainda, FHC. Entre 1993 e o final dos anos 1990, intensificou-se o processo de

venda de empresas públicas, agora dentro de um Programa Nacional de Desestatização.

Em paralelo, foi montado um aparato regulatório visando disciplinar a atuação de empresas privadas e públicas em mercados caracterizados por oligopólios, como na aviação civil, telefonia, energia etc. A criação, nos anos 1990, das agências reguladoras (ANP, Anatel, Aneel etc.), simboliza, em certa medida, este novo papel do Estado, de regulador, ao invés de provedor direto de bens e serviços, como fora comum nas décadas de 1950 a 1970.

Finalmente, cabe destacar um crescente papel assumido pelo Estado brasileiro após a promulgação da Constituição de 1988 – o de provedor de uma vasta rede de proteção social. Ao longo dos anos 1990 foi ampliado o volume de recursos desembolsados pela Previdência Social, bem como desenvolvida – nos diversos níveis de governo – "tecnologia" para a formulação e implementação de programas de transferência condicional de renda (culminando no atual Bolsa Família). A ampliação, a partir dos anos 1990, do peso dos gastos públicos de natureza social no total configura outra mudança significativa na atuação do Estado brasileiro no período.

PROVA DE 2015

Questão 3

Muitos creditam a reversão da trajetória de crescimento econômico registrada até a década de 1980, ao chamado "esgotamento do modelo de substituição de importações". Apresente argumentos que poderiam justificar essa tese e também argumentos que sustentem uma leitura distinta e, eventualmente, oposta.

Resolução

A tese do "esgotamento do modelo de substituição de importações" foi desenvolvida por autores cepalinos, como Furtado (1961, 1965 e 1968), e Tavares e Serra (1977). Para estes autores, embora o modelo de substituição tivesse resultados positivos, na medida em que impulsionava a industrialização (única forma de superar o subdesenvolvimento, na visão da Cepal), o modelo terminaria por esgotar-se devido a limitações internas, quais sejam:

- A dimensão e estrutura dos mercados nacionais seriam insuficientes para que a indústria brasileira ganhasse escala.
- A má distribuição de renda e a alta concentração setorial e regional implicavam insuficiência de demanda efetiva, que terminaria por abortar o crescimento.
- Haveria uma tendência à formação de monopólios (dada a dimensão do mercado, mas também pela proteção oferecida), resultando em ineficiências.
- Existiria uma tendência a subemprego e ciclos de emprego gerados pela própria instabilidade intrínseca derivada da elevada vulnerabilidade externa.
- A tecnologia importada seria inadequada para a disponibilidade interna de recursos. Isto porque as tecnologias desenvolvidas no exterior demandariam elevado capital e poupariam trabalho, enquanto o recurso abundante no Brasil seria justamente a mão de

> obra não qualificada, com escassez de capital. Ademais, a tecnologia requereria, cada vez mais, mão de obra qualificada, cuja oferta seria baixa no país.

Haveria, ainda, as limitações dadas pela própria dinâmica do modelo de substituição de importação. Isto porque, conforme o processo avança, crescem a complexidade tecnológica, os limites impostos pela escala, a questão do *know how* e o problema da dimensão do mercado nacional, além de limitações dadas pela inexistência de adequada fonte de recursos minerais e fontes de energia.

Por fim, haveria, ainda, questões de má execução do modelo. Um maior planejamento teria evitado pressões inflacionárias, aumento dos desequilíbrios regionais e setoriais, poderia, ainda, ter poupado divisas e evitado descontinuidades no aparelho produtivo.

A rigor, os trabalhos de Furtado previam uma estagnação da economia ainda ao final dos anos 1960. Já o artigo de Tavares e Serra justificava por que a crise ainda não ocorrera, mas afirmava que a estagnação seria inexorável – o que também não se verificou na década de 1970. Mais recentemente, alguns autores defendem que se é verdade que os autores cepalinos teriam indubitavelmente errado no tempo da crise, haveria acertos no diagnóstico. Nesta linha de argumentação, por exemplo, Ricardo Bielschovsky observa que o resultado geral para a América Latina nos anos 1980 (e a rigor sua análise compreende também a estagnação vivida nos anos 1990) poderia ser compreendido pelas razões já apontadas pelos cepalinos: houve diversificação inadequada da produção, heterogeneidade e subemprego, baixos rendimentos do trabalho e concentração de renda – que, juntos, teriam levado à estagnação:

> *As empresas de maior porte, nacionais e estrangeiras, dispunham de plantas produtivas na fronteira tecnológica, mas a modernidade se difundiu de forma precária e desigual ao longo do ciclo econômico. A evolução da heterogeneidade foi marcante especialmente por meio do aumento da proporção de mão de obra empregada em setores de*

> *baixa produtividade (...) Os ocasionais aumentos de produtividade destinaram-se primordialmente a lucro (...) Esse desempenho consolidou uma diversificação produtiva inadequada, a heterogeneidade estrutural, o desemprego e o subemprego, os baixos salários, a pobreza e a concentração de renda, e provocou a persistência de hiatos de divisas, a vulnerabilidade externa e a disparidade de renda por habitante relativamente às economias desenvolvidas.* (Bielschovsky, 2010, pp. 187-188)

Uma leitura distinta, e talvez mesmo, oposta à acima colocada, é a crítica ao modelo de substituição de importação *per se*, acusando a excessiva intervenção estatal por deixar profundas sequelas na América Latina e responsabilizando-a pela crise dos anos 1980. O protecionismo excessivo teria introduzido um viés contra exportações, menor qualidade nos bens e serviços produzidos, maiores preços, ineficiência econômica (tendência ao surgimento de monopólios) com desperdício de recursos públicos. Ademais, o uso intenso de tarifas e quotas teria permitido o aprisionamento do Estado por grupos de interesse em comportamentos do tipo *rent seeking* nos países latino-americanos, em geral.

No caso brasileiro, em particular, o modelo de industrialização adotado teria deixado sequelas para a economia, entre elas: uma estrutura de incentivos distorcida; viés antiexportador (exceto nos segmentos em que as atividades exportadoras foram incentivadas); e endividamento do Estado (sobretudo no período do II PND), além da conivência com a inflação.

Tal modelo teria sido colocado em xeque pelo segundo choque do petróleo e dos juros internacionais, agravados pela decretação da moratória do México, em 1982. A crise financeira do Estado teria sido, ainda, decididamente agravada pelos sucessivos fracassos no combate à inflação, em tentativas heterodoxas que levaram à década perdida.

8.2. DISTRIBUIÇÃO DE RENDA E POBREZA

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2011

Questão 14

Podem ser feitas as seguintes afirmações sobre a distribuição de renda e políticas de combate à pobreza absoluta no Brasil:

⓪ O Governo Lula foi pioneiro na adoção de políticas sociais focalizadas no Brasil, tendo sido apoiado nessa iniciativa pelo Banco Mundial.

① O caráter focalizado desse tipo de política implicou, como condição para sua execução, a construção de linhas de pobreza e de indigência.

② Durante o "milagre econômico", de 1968 a 1973, a concentração de renda foi um dos fatores responsáveis pela taxa de crescimento praticamente estagnada do setor de bens de consumo não duráveis.

③ Na década de 1990, a redução da inflação contribuiu para a diminuição do índice de pobreza absoluta.

④ Na década de 1990, o coeficiente de Gini apresentou tendência contínua de crescimento no Brasil.

Resolução

(0) Falso.

As políticas sociais focalizadas iniciam-se no Governo Fernando Henrique Cardoso. O Governo Lula promoveu a unificação de diversos programas e aumentou a escala das iniciativas.

(1) Verdadeiro.

O benefício é concedido para indivíduos que se encontram abaixo de determinados parâmetros construídos a partir da definição de linhas de pobreza e indigência.

(2) Falso.

O crescimento econômico no período do Milagre foi puxado pelo crescimento do consumo de bens duráveis, este sim relacionado ao processo de concentração de renda, mas também à expansão do crédito verificada no período. Setores tradicionais como têxteis e calçados (não duráveis) também cresceram fortemente no período.

(3) Verdadeiro.

Em 1990, a proporção de pobres na população brasileira era de 40,7%; em 1999, esse percentual havia caído para 33,9%. Parte desta queda pode ser atribuída aos efeitos da estabilização da inflação sobre a renda dos indivíduos e, por extensão, os índices de pobreza.

(4) Falso.

Na década de 1990, o coeficiente de Gini permaneceu praticamente estável em torno de 0,60.

PROVA DE 2012

Questão 14

Sobre a distribuição de renda no Brasil pode-se afirmar:

⓪ A concentração de renda verificada na década de 1960 deve-se em parte à política de reajuste salarial introduzida no período do Paeg, cuja fórmula legal não considerava o aumento de produtividade.

① Durante a década de 1960, a renda das faixas mais pobres da população cresceu menos do que os 10% mais ricos, de modo que essas faixas de menor renda perderam participação relativa na renda total.

② Em trabalho da década de 1970, Langoni defendeu, com base na teoria do capital humano, que a educação era um dos mais importantes fatores para explicar a ampliação observada da desigualdade de renda.

③ Houve redução da pobreza na década de 1990, principalmente após o Plano Real, e de forma mais expressiva que na década de 1980.

④ O coeficiente de Gini apresentou queda gradual e persistente, ano a ano, ao longo da década de 1990, principalmente após o Plano Real.

Resolução

(0) Falso.

A fórmula da política salarial do Paeg levava em consideração, sim, o aumento de produtividade, embora essa fosse subestimada pelo governo. O principal fator, porém, não era a subestimativa da produtividade nem a questão de que a fórmula incorporasse somente 2/3 da produtividade, mas sim o fato de que a inflação estimada pelo governo era muito inferior à inflação efetiva. Isso só foi corrigido por ocasião do Milagre, embora os demais problemas da fórmula tenham permanecido.

(1) Verdadeiro.

De fato, a renda do decil mais pobre cresceu, em média, 2,1% a.a. no período 1960-1970, contra 2,2% a.a. no caso do decil mais rico.

(2) Verdadeiro.

A tese de Doutorado de Langoni saiu publicada em 1973, com o título de *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, op. cit.

(3) Verdadeiro.

Em 1980, o percentual de pobres no Brasil era de 40% da população. Com o advento do Plano Cruzado, houve uma queda súbita, para 25,6%. Porém, isso foi fenômeno passageiro, de forma que em 1990 o indicador estava no mesmo patamar (40,7%). Com o advento do Plano Real, o percentual caiu significativamente, mantendo-se no patamar entre 33-34% até o final da década de 1990.

(4) Falso.

O Índice de Gini manteve-se estável, no patamar de 0,60, de 1993 até 2001.

PROVA DE 2017

Questão 13

A respeito da questão da distribuição de renda e da pobreza, podemos afirmar que:

⓪ Os anos 1960 se caracterizaram por uma piora da distribuição de renda, com elevação do Índice de Gini, induzindo debate sobre suas causas, que colocou em polos opostos defensores da Teoria do Capital Humano e economistas que priorizavam o papel da política salarial aplicada pelo PAEG.

① A grande diferença entre a década de 1970 e a de 1980 é que na primeira houve um crescimento da renda muito superior ao da segunda, sendo que nesta última o baixo crescimento foi compensado por uma queda na concentração da renda.

② A implantação das reformas neoliberais a partir do início da década de 1990 e, principalmente, o êxito do Plano Real em 1994 levaram a uma forte queda do Índice de Gini nesta década, refletindo uma melhora substancial da distribuição de renda no período.

③ A baixa relação entre a redução da pobreza e o comportamento da distribuição de renda nas décadas de 1980 e 1990 aponta para o crescimento da renda como um fator determinante para a redução da pobreza.

④ O II PND buscava superar não apenas os estrangulamentos econômicos herdados do período do Milagre Econômico, como também combater os impactos sociais negativos deste período de crescimento acelerado com concentração de renda e que registrou impactos sociais negativos, como favelização e elevada mortalidade infantil.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Dentre os defensores da Teoria do Capital Humano encontrava-se Carlos G. Langoni, cuja interpretação para a piora da distribuição de renda no Brasil enfatizava a natureza do modelo de crescimento econômico seguido pelo país. Este último se assentava, sobretudo, em fatores nos quais o país era pouco abundante – a exemplo de capital físico e mão-de-obra qualificada (capital humano). Daí resultaria uma remuneração mais elevada aos detentores destes fatores, relativamente, escassos (isto é, capitalistas e pessoas com maior escolaridade). Para Langoni, isso explicaria o agravamento da desigualdade de renda no Brasil, mais até do que a política salarial e o tratamento favorável dado ao capital nos governos militares (conforme argumentavam os críticos do regime).

(1) Falso.

A concentração de renda aumentou na década de 1980. Em 1979, o Índice de Gini era de 0,589. Em 1990 atingiu 0,607.

(2) Falso.

No início dos anos 1990 houve relativa piora do índice e durante o período do Plano Real ficou relativamente estagnado, até 1998.

(3) Verdadeiro.

Não há dúvidas de que o crescimento é um fator determinante para a redução da pobreza. No entanto, muitos estudiosos do tema defendem que, para além do crescimento, é preciso fazer políticas focalizadas. Estas seriam necessárias para atender a determinados segmentos da população (em geral, justamente os mais pobres), muitas vezes excluídos dos benefícios do crescimento.

(4) Verdadeiro.

O documento do II PND apresenta uma “estratégia de desenvolvimento social”, que se refere à conjugação de políticas de: elevação do emprego, “valorização de recursos humanos” (envolvendo ações nas áreas de saúde, educação, saneamento, nutrição e treinamento profissional), “integração social” (previdência social, política de habitação etc.) e programa de desenvolvimento social urbano (transportes urbanos coletivos e outros).

PROVA DE 2019

Questão 14

O desenvolvimento brasileiro foi marcado por desigualdades regionais que, por sua vez, suscitaram políticas públicas. Sobre este tema podemos afirmar:

⓪ A preocupação com a questão regional nos anos 1940 se reflete na criação em 1948 da Comissão do Vale do São Francisco e na definição pela Constituição de 1946 da destinação de recursos federais para programa de investimento na Amazônia, que se desdobrou na década seguinte na criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia.

① O apoio ao saneamento e preservação dos bancos estaduais, concedido aos governadores pela Administração FHC, representou uma de suas principais políticas de desenvolvimento regional, uma vez que tais instituições financeiras sempre tiveram papel de destaque no desenvolvimento dos estados.

② A mudança da legislação sobre importações, com a extinção de regimes especiais de importação no Governo Collor, prejudicou bastante a Zona Franca de Manaus, que deixou de contar com o regime especial para desenvolvimento da região amazônica.

③ Os governos militares da década de 1960 abandonaram as políticas de desenvolvimento regional para o Nordeste, que tinham na Sudene a sua instituição central.

④ Os incentivos do Governo de Minas Gerais para a instalação da Fiat no Brasil são um exemplo de política ativa de um governo estadual com o objetivo de atração de atividade econômica, tendo como consequência uma descentralização da produção automobilística no Brasil.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso

Durante o governo FHC, foram privatizadas instituições financeiras estaduais e o tema do desenvolvimento regional não foi priorizado.

(2) Falso

No contexto do Governo Collor, o modelo da ZFM continuou a existir, embora tenha tido de sofrer algumas adaptações. Dentre elas, estão: a adoção de redutor de 88% do Imposto de Importação, a obrigação de aplicar (no mínimo) 5% do faturamento bruto em atividades de P&D a serem

realizados na Amazônia (para indústrias de bens e serviços de informática), dentre outras medidas.

(3) Falso

Ao longo da década de 1960, tanto a Sudene quanto o Banco do Nordeste tiveram atuação destacada na concessão de crédito e incentivos à instalação de empreendimentos no Nordeste.

(4) Verdadeiro.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2013

Questão 4

Wilson Cano critica fortemente a ideia de que a economia de São Paulo se desenvolveu, em boa parte, à custa do resto do Brasil. Comente.

Resolução

Em dois livros influentes (ver Cano, 1977 e 1985), Wilson Cano procura mostrar que o crescimento econômico de São Paulo – tanto de sua indústria como agricultura – decorreu do dinamismo de sua própria economia, e não pela "apropriação líquida de recursos provenientes da periferia nacional" (Cano, 1977, p. 259).

O sucesso da economia paulista, segundo o autor, tem origem na década que antecede a Primeira Guerra e decorre, em um primeiro momento, da formação do complexo cafeeiro. Para o autor, a expansão da cultura do café, em São Paulo, trouxe diversos efeitos benéficos à economia daquele estado. A criação de infraestrutura de transportes (ferrovias e portos) e a urbanização são exemplos de externalidades positivas geradas pela economia do café. Ao mesmo tempo, a expansão cafeeira foi responsável pela criação de um amplo mercado de trabalho (incluindo, mais do que em outros estados, mulheres), permitindo a expansão da produção industrial sem pressionar os salários. A agricultura comercial paulista foi igualmente beneficiada pela expansão cafeeira, podendo ampliar a oferta de alimentos para a força de trabalho em crescimento, bem como de matérias-primas para o setor industrial nascente.

A indústria paulista, segundo Cano, experimentaria duas importantes ondas de crescimento antes da Crise de 30. Na primeira, compreendendo o

período 1907-1919, a produção industrial paulista cresceria 8,5 vezes, contra 3,5 na média do país. Durante este período, São Paulo logrou "substituir importações" industriais de outras unidades da federação, em particular do Rio de Janeiro (capital).

A segunda onda de expansão da indústria paulista ocorreria nos anos 1920 e envolveria investimentos na instalação/ampliação de setores industriais mais sofisticados, como bens de capital, cimento, aço e químico. Para o autor, tal fase correspondeu à "preparação do terreno" para a consolidação do predomínio da indústria paulista no mercado nacional, que iria ocorrer na esteira da Crise de 30. Os investimentos ocorridos nos anos 1920, ainda segundo Cano (1977, p. 234-5), foram dimensionados "(...) para um âmbito maior do que uma simples região (e) sua implantação, em São Paulo, reduzia ao mínimo as possibilidades de que o restante do país pudesse contar com plantas similares".

Na sequência da Crise de 1930, o processo de concentração industrial em São Paulo teria continuidade. Contudo, para Cano, isso não deve ser interpretado como sinônimo de recuo absoluto das economias de outras regiões do país, pelo contrário. Como lembra o autor, a forte desvalorização cambial que ocorreu em 1930 abriu a possibilidade para a produção manufatureira doméstica tomar lugar dos importados. Porém, para que a capacidade industrial previamente instalada em São Paulo pudesse, efetivamente, sustentar um processo de industrialização substitutiva de importações seria necessário operar-se uma maior integração do mercado nacional, o que acabaria por beneficiar, também, outras regiões do país. Tal integração ganharia corpo, a partir de então, através de uma combinação de eliminação de impostos ao comércio interestadual e, nos anos 1940, a ampliação da malha rodoviária do país.

Para Cano (1985, p. 302-3), o processo de maior integração gerou três efeitos diferentes sobre a dinâmica econômica das outras regiões do país, a saber: bloqueio, destruição e estímulo. O primeiro caso ocorreu de fato (isto é, o processo de desenvolvimento historicamente apresentado por São Paulo não pôde ser replicado pela "periferia" nacional), ainda que políticas do Governo Federal a partir do Plano de Metas tenham procurado contornar

este efeito. A destruição também esteve presente, não apenas no setor industrial tradicional das regiões periféricas, agora incapazes de concorrer com produtores paulistas mais eficientes, como, também, na agricultura, onde, por exemplo, a produção paulista de açúcar e café tomou lugar dos fornecedores tradicionais do Nordeste.

Para o autor, contudo, os efeitos de estímulo às economias da periferia nacional, a partir do crescimento econômico de São Paulo, seriam amplamente superiores aos de destruição e manifestar-se-iam através da ampliação do grau de complementaridade (agrícola e/ou industrial) inter-regional.

À guisa de conclusão, Cano (1985, p. 302) afirma que:

> *(...) A liderança do desenvolvimento capitalista de São Paulo, uma vez obtida (pré-1930), tendeu a acentuar-se, por razões que dizem respeito, antes de mais nada, à dinâmica do próprio polo", isto é, "pela crescente capacidade de acumulação de capital em São Paulo, com marcante introdução de progresso técnico e diversificação de sua estrutura produtiva.*

Para ele, essa dinâmica "resultou em importante expansão em todas as regiões do país, pondo abaixo as visões regionais estagnacionistas" (idem, p. 305).

Questão 5

Avalie a distribuição de renda no Brasil após o Plano Real e os principais fatores que ajudam a explicar sua configuração.

Resolução

Observação: Esta resposta aproveita parte do boxe de autoria de Lavinia B. de Castro, que aparece no livro *Economia Brasileira Contemporânea* (ver Giambiagi *et al*., 2011, p. 184-185).

O Brasil é caracterizado por ser um país segmentado, partido, uma Belíndia, metade Bélgica, metade Índia, para usar a famosa expressão

cunhada por Bacha e Klein (1986). A desigualdade se verifica em todas as esferas: entre a renda dos diversos grupos da sociedade (desigualdade pessoal), entre Estados e Regiões (desigualdade regional) ou, ainda, entre setores da economia (desigualdade setorial). A partir da estabilização da economia, em 1994, porém, começaram a se verificar melhoras em diversos indicadores sociais e de equidade – tendo os resultados se intensificado a partir de 2003.

Um primeiro grupo de políticas sociais iniciou-se no Governo Fernando Henrique, sobretudo, a partir do segundo mandato. Entre as medidas, cabe destacar as consequências da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garantiu o benefício de um salário mínimo para idosos e deficientes, mesmo aqueles que não tenham contribuído para a Previdência. Essa medida promoveu uma reintegração na sociedade de camadas da população bastante marginalizadas. Em 2002, foram criadas as chamadas Rendas Mensais Vitalícias (RMV), ampliando o alcance desse tipo de política.

Paralelamente foi criado um conjunto de bolsas: Bolsa Escola, Bolsa Renda, Bolsa Alimentação, beneficiando, respectivamente, famílias com crianças em idade escolar (até o limite de três crianças), auxílio a famílias pobres de regiões afetadas por secas e gestantes na fase de amamentação. Ainda no que se refere ao período FHC, foram criados o Auxílio Gás para subsidiar o consumo do produto em comunidades carentes, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), para incentivar que as crianças troquem atividades laborais pela educação.

Com o início da gestão Lula, diversos programas foram integrados e aumentaram os recursos para os programas sociais. A maior iniciativa nessa direção foi, certamente, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004, com foco em crianças em idade escolar, cuja frequência é condição para o benefício. O PBF nasceu da união dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação e Erradicação do Trabalho Infantil. Sua atuação é concentrada no Norte e Nordeste, contribuindo para redução das desigualdades regionais do país.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o PBF atendeu, em 2013, a mais de 13 milhões de famílias, com diferentes tipos de

benefícios. Estes variam de acordo com as características de cada família, considerando a renda mensal por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrizes e do número de componentes da família. (http://www.mds.gov.br/bolsafamilia). No Governo Dilma, "O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos" (*idem*).

O aumento dos gastos sociais, aliado à política macroeconômica de redução de juros, ao aumento do salário mínimo e a incentivos à criação de empregos formais do Governo Lula contribuíram também para a redução das desigualdades de renda. Paralelamente, a maior escolaridade e redução do trabalho infantil contribuíram para queda da desigualdade (ver Souza, 2010). O crescimento do crédito também elevou o acesso a bens, reduzindo igualmente disparidades entre as diversas camadas da população (ver Rocha, 2010).

De fato, entre 2001 e 2009, a renda *per capita* dos 10% mais ricos da população brasileira aumentou 1,49% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu à taxa de 6,79% ao ano, contribuindo para reduzir a desigualdade do país. O Índice de Gini (indicador que, quanto mais próximo de um, indica maior desigualdade) caiu de 0,59 para 0,54 no mesmo período. Além disso, considerando o país dividido entre cinco classes (A, B, C, D, E, sendo "A" a mais rica), 29 milhões de brasileiros ingressaram na chamada "nova classe média" (Classe C) entre 2003 e 2009 (Neri, 2010). Por fim, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –, que reúne indicadores de renda, educação e saúde, também evoluiu significativamente. Considerando a nova metodologia iniciada em 2010, o Brasil passou de 0,65 em 2000 para 0,69 em 2010 – sendo 1 o valor máximo do índice. Nessas condições, o Brasil se situou, ao final da década, na posição 73, entre 169 países avaliados, com um índice que o coloca como um país de "alto desenvolvimento humano". Por fim, cabe acrescentar que a desigualdade racial também diminuiu no período recente.

De acordo com Neri, desde 1993 a proporção de negros e mestiços nas classes A, B e C cresceu cerca de 110% (enquanto a de brancos aumentou 42%). Esses avanços ocorreram antes que houvesse tempo hábil para que as políticas de cotas surtissem efeitos, o que sugere que há espaço para a intensificação desse movimento.

Diante dessa nova realidade, o debate brasileiro sobre a desigualdade passou a ser centrado na análise das políticas públicas adotadas. Duas questões ganharam especial importância: a discussão sobre focalização *versus* universalização das políticas públicas; e a discussão acerca de qual o papel das rendas do trabalho na melhora da distribuição de renda.

Focalização *versus* Universalização: De acordo com a Constituição de 1988, os programas de combate à pobreza devem ser concebidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, que associa benefícios de base contributiva, benefícios assistenciais para quem está em situação de risco extremo e o Sistema Único de Saúde (SUS). Na prática, porém, um dos maiores programas sociais do país, o Programa Bolsa Família (PBF), foi concebido como um programa "focado" em famílias pobres com crianças em idade escolar (Lavinas e Urani, 2010). Um dos grandes méritos do programa é seu relativo baixo custo, uma vez que consome menos de 0,5% do PIB.

Papel das rendas do trabalho: A despeito da relevância dos programais sociais e aposentadorias indexadas ao salário mínimo, a renda derivada do trabalho respondeu por grande parte do aumento na renda total. Para isso contribuiu o aumento da formalização do trabalho (entre 2002 e 2012 foram criados quase 15 milhões de empregos com carteira assinada). Analisando a evolução do Índice de Gini entre 2001 e 2008, a renda do trabalho explica quase 67% da redução da desigualdade, os programas sociais (com destaque para o Bolsa Família e seu antecessor Bolsa Escola) explicam 17%, enquanto os benefícios sociais quase 16% e as demais rendas um resíduo inferior a 1% (Néri, 2010).

Apesar dos inequívocos avanços, há ainda diversos desafios a serem equacionados, do ponto de vista da redução das desigualdades, entendidas de forma ampla. Dentre eles, destacam-se a ainda persistente desigualdade regional, a precariedade do acesso ao saneamento básico, a má qualidade do ensino, apesar da erradicação do analfabetismo e do aumento dos anos de escolaridade, e a questão da pobreza feminina, sobretudo das mães solteiras, sem acesso a creches e pouca capacidade de reinserção no mercado de trabalho, além do déficit habitacional, atualmente em foco pelo programa “Minha Casa Minha Vida”.

PROVA DE 2016

Questão 5

Discuta as razões para a dinâmica da desigualdade de renda e seu impacto no desempenho global da economia brasileira em dois períodos: o Milagre Econômico e a segunda metade da primeira década do século XXI.

Resolução

Durante o Milagre brasileiro, foram publicados dados oficiais do Censo de 1970. Estes revelaram que, embora o país crescesse a elevadas taxas, estava em curso um processo de concentração de renda no país. De fato, o Índice de Gini (indicador que mostra maior desigualdade quanto mais próximo estiver de um; e maior equidade quanto mais próximo de zero) passou de 0,4999, em 1960, para 0,5684, uma década depois. Ademais, embora tenham ocorrido ganhos absolutos para todas as faixas de renda, o percentual da renda apropriada pelos 10% mais pobres caiu de 1,17%, em 1960, para 1,11%, em 1970, enquanto os 10% mais ricos subiram de 39,66 % para 47,79%, no mesmo período (Langoni, 1973). Estes dados geraram uma rica controvérsia acerca da distribuição de renda e suas consequências para a dinâmica do crescimento no Brasil. Foge ao escopo desta questão apresentar todo o teor do debate; por isso nos concentraremos na tese oficial e na que a contrapõe.[1]

A posição defendida pelo governo brasileiro acerca do papel desempenhado pela distribuição de renda na dinâmica do crescimento durante o período do Milagre ficou conhecida como a “teoria do bolo”. Esta faz alusão a uma frase que teria sido dita pelo Ministro Delfim Netto à época: “É preciso primeiro crescer, para então distribuir o bolo”. Parte-se do princípio de que a concentração de renda viabiliza investimentos, pois eleva a taxa de poupança da economia e, assim, o crescimento.

Isto é consistente com modelos de crescimento do tipo Harrod-Domar (H-D), onde a taxa de crescimento da economia (g) depende diretamente da propensão a poupar média da economia (s) e inversamente da relação

capital-produto (K/Y): $g = s/(K/Y)$. De fato, uma das consequências desse modelo é que a concentração de renda, ao aumentar a propensão média a poupar da sociedade (posto que os ricos poupam uma fatia maior de sua renda do que os pobres), tudo o mais constante, eleva o crescimento. Nesse sentido, a concentração de renda, apesar de ser perversa sob a ótica social, seria benéfica do ponto de vista do crescimento.

No momento seguinte, o maior crescimento levaria à expansão do emprego e do bem-estar para o conjunto da população. Neste sentido, de acordo com a tese oficial, a concentração de renda seria algo natural, funcional para a economia (levaria ao maior crescimento) e seria temporária. A transitoriedade da concentração que estava em curso foi reafirmada pelo Ministro Delfim, em um pronunciamento na FIESP: “Temos que ter escassez de matérias-primas e escassez de mão de obra, porque isto é que vai elevar os salários relativos dos trabalhadores menos qualificados e é por aí que se resolve o problema da distribuição de renda”.[2]

A tese da transitoriedade foi ainda reforçada pela publicação do livro de Langoni (1973). Nele, o autor combinava um efeito Kutznets (onde se espera que a concentração aumente nas fases iniciais de crescimento dos países pobres e depois se reverta) com a escassez de mão de obra qualificada numa economia que estava sofrendo uma transição de setores tradicionais para setores modernos. Para Langoni, a piora da distribuição de renda durante o Milagre estava associada, sobretudo, à escassez de mão de obra qualificada (gerando maior parcela de renda para os estratos superiores da pirâmide social, mais qualificados).

Negando a tese oficial sobre o impacto supostamente ‘positivo’ da piora da distribuição de renda sobre o crescimento, Celso Furtado buscou argumentar que o uso de tecnologias poupadoras de mão-de-obra aumenta o coeficiente capital por trabalhador, elevando a relação capital/produto (K/Y). Assim, a queda da relação trabalho/produto, L/Y (uso de técnica poupadora de mão de obra) implica um aumento da relação capital/produto, K/Y (ou redução da relação produto/capital, Y/K). Ou seja, ao usar tecnologias poupadoras de mão de obra haveria uma redução e não aumento nas taxas de crescimento, de acordo com o mesmo modelo Harrod-Domar.

Não se estão aqui considerando (assim como na tese oficial) efeitos de aumento de produtividade e está se supondo tudo o mais constante. Adicionalmente, a má distribuição de renda levaria a um problema de escassez de demanda em indústrias dinâmicas que necessitam atingir escala mínima para se tornarem eficientes, levando à estagnação do crescimento.

No caso da controvérsia, utilizando o modelo H-D, o crescimento seria acelerado ou reduzido a depender da magnitude relativa entre o aumento da propensão a poupar (dado pela maior concentração, s), em contraposição à relação capital/produto (pelas tecnologias poupadoras de mão de obra, K/Y). Se o aumento da relação K/Y fosse maior do que o aumento de "s", "g" cairia – e vice-versa. Na realidade, durante o Milagre, a economia brasileira cresceu a taxas jamais vistas e houve concentração de renda.

Em contraste, na segunda metade da primeira década do século XXI teve início um longo período de *melhora* da distribuição de renda, com elevação simultânea das taxas de crescimento da renda *per capita*. O Índice de Gini das pessoas ocupadas caiu de 0,57 em 2001 para 0,52, em 2009. A renda *per capita* dos 10% mais ricos da população brasileira aumentou 1,5% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu à taxa de 6,8% a.a. (Neri, 2010). Enquanto isso, a taxa de crescimento médio do PIB passou de 2,1% anuais no período 1999/2002 para 3,5%, entre 2003-2006 e 4,5%, entre 2007-2010.

O modelo combinava, de forma pragmática, argumentos de inspiração keynesiana e estruturalistas. Propunha-se a conjugação de elevação do investimento com políticas monetárias/fiscais expansionistas (argumentos keynesianos) e ainda políticas de distribuição de renda – tal como defendera Celso Furtado. No que se refere estritamente à distribuição de renda, foco desta questão, as ações do governo combinaram três tipos de políticas: 1) aumento das transferências de renda, especialmente aos mais pobres; 2) aumento real do salário mínimo (e do emprego formal); e 3) expansão vigorosa do crédito.

No caso das transferências, a bem dizer, já no início de 2003, o governo Lula começou a direcionar um maior volume de recursos, especialmente para os mais pobres. No primeiro ano de governo, foi lançado o programa

“Fome Zero”, que não foi adiante. Os programas sociais (muitos deles iniciados no Governo Fernando Henrique) foram então reunidos no “Bolsa Família” e tiveram os recursos bastante ampliados. Tal programa consiste na transferência de renda para famílias em extrema pobreza e tem como exigência, para o recebimento do benefício, o acompanhamento da nutrição, saúde e frequência escolar das famílias atendidas. Em 2003, o Bolsa Família atendia a 3,6 milhões de famílias, transferindo R$ 3,4 bilhões. Em 2010, o programa atingiu 12,9 milhões de famílias, com transferências que somavam R$ 14,6 bilhões (Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social). As transferências do governo federal, que incluem além dos gastos do MDS, os gastos previdenciários (INSS), os gastos com seguro desemprego e outros programas do FAT e Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) subiram de 7,11% do PIB, em 2003, para 8,34% do PIB em 2010 (Fonte: Tesouro Nacional).

O segundo pilar das políticas sociais do governo Lula foi a elevação do valor real do salário mínimo. A bem dizer, durante o governo Fernando Henrique já ocorrera uma elevação do salário mínimo substantiva. Tomando 1994 como base (igual a 100), em 2002 o índice do salário mínimo real havia subido para 140,1 (deflacionado pelo INPC – sendo o pico da série 2001, em 144,6). Durante o Governo Lula houve crescimento sistemático, até atingir, em 2010, 227,4. O crescimento do salário mínimo acelerou a partir de 2006 e foi preservado mesmo em 2008, quando o governo manteve o aumento do salário anunciado para 2009 (12%). Este aumento também teve impacto sobre o pagamento de benefícios previdenciários e do seguro desemprego e estabeleceu um piso para o setor informal, no período mais agudo da crise internacional.

Por fim, o terceiro pilar da política econômica do governo Lula foi a elevação do crédito, que também teve sua expansão mais acelerada após 2005, tanto para empresas quanto para pessoas físicas. A recuperação do crescimento, a redução dos juros reais e a Lei das Falências, em 2004, foram os principais estímulos para a expansão do crédito às pessoas jurídicas. No caso das pessoas físicas, a grande mudança foi a criação do crédito consignado. Trata-se de uma modalidade de empréstimo concedido

a trabalhadores de empresas públicas, privados ou aposentados em que o valor da prestação é descontado diretamente da folha de pagamento ou do benefício previdenciário. Por conta dessa forma de desconto, os juros são menores e não há necessidade de avalista. A partir de 2008, quando a crise internacional se agravou, a fim de evitar uma maior retração do crédito, o governo tomou uma série de medidas, entre as quais a expansão do crédito público, principalmente através do BNDES, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal.

Em suma, enquanto no Milagre brasileiro o país cresceu a elevadas taxas, com piora da distribuição de renda, em um modelo concentrador na segunda metade da primeira década do Século XXI houve aceleração do crescimento (em patamar, porém, bem inferior ao do Milagre) com melhora da distribuição de renda – contrariando a “teoria do bolo”.

No que se refere especificamente à dinâmica do crescimento, há maior controvérsia entre analistas. O Bolsa Família é um programa unanimemente bem avaliado. Como seu custo é baixo (cerca de 0,5% do PIB) e a concessão do benefício gera demanda agregada, inclusão social, desenvolvimento local e regional para as parcelas mais pobres da população brasileira, não há questionamentos sobre sua existência. O mesmo não se pode dizer quanto às políticas de elevação do salário mínimo e do crescimento do crédito, onde os analistas se dividem.

De um lado há os que aprovam as medidas e ressaltam sua importância, seja para a construção de uma sociedade menos desigual, seja para a dinâmica do crescimento – atribuindo a redução do crescimento da economia brasileira a partir de 2011 à queda do investimento, após a crise internacional. No que se refere aos bancos públicos, a defesa é que esses contribuem para a dinâmica do crescimento, pois atuam não apenas anticiclicamente, como contribuem para a redução da vulnerabilidade financeira da economia (uma vez que emprestam em moeda nacional, a prazos longos e taxas de juros menos voláteis) e atuam prioritariamente em segmentos não bem atendidos pelo mercado.

Do outro lado estão aqueles que veem na elevação do salário mínimo uma fonte de perda de dinamismo e de competitividade da economia

brasileira e de retomada de desequilíbrios macroeconômicos (incluindo inflação, déficit previdenciário e déficit externo). Quanto ao crédito público, os críticos veem sua expansão como a responsável pelo não desenvolvimento do mercado de capitais. Ademais, argumentam que o crédito público reduz a eficácia da política monetária (pela elevada proporção do crédito direcionado, insensível a oscilações da taxa Selic) e que possui perversas consequências fiscais para o país.

PROVA DE 2018

Questão 4

As cinco décadas compreendidas entre 1930 e 1980 marcam um período de expressivo crescimento, em média, da economia brasileira. Todavia, tal crescimento, alto mesmo para o padrão internacional, não foi acompanhado por melhoria na redistribuição de renda. Explicite que motivos contribuíram para a manutenção da concentração de renda no período a despeito do crescimento econômico verificado.

Resolução

Entre 1930 e 1980, o Brasil esteve entre os países de maior crescimento do mundo. Esse período marca a transformação de uma economia primário-exportadora para uma economia industrial. Na literatura sobre desenvolvimento econômico, trata-se de um movimento conhecido como "industrialização tardia", que ocorreu tanto em alguns países latino-americanos, como asiáticos. O Brasil cresceu, em média, mais do que qualquer país vizinho, menos do que o Japão, porém, acima do crescimento coreano (segundo país que mais cresceu na Ásia, no período). De fato, o crescimento brasileiro (médio) foi de 7,6% contra 6,8% da Coréia, entre 1954-1980 – sendo 1954 o ano que torna pertinente a comparação, tendo em vista o final da Guerra da Coréia. A despeito desse elevado crescimento, o Brasil possui, até hoje, elevada concentração de renda – dentre as maiores existentes no mundo.

As origens da má distribuição de renda brasileira são diversas. De acordo com Celso Furtado, ela é fruto, em grande medida, de uma herança histórica adversa: a escravidão e o modelo de colonização, a partir de monoculturas voltadas para a exportação. Como em outros países latino-americanos, a concentração da distribuição da terra em latifúndios manteve a riqueza nas mãos de poucos indivíduos – e a libertação dos escravos, como foi feita no país, em nada teria alterado esse perfil. A esse respeito, Furtado observa que aqueles estados brasileiros que não tiveram uma herança colonial, como, por exemplo, o estado de Santa Catarina e toda a

Serra Gaúcha, possuem concentração de renda bem inferior. Para o autor, para romper com a má distribuição de renda seriam necessárias “reformas de base”, incluindo reforma agrária (como ocorreu na Coreia), reforma tributária, entre outras – que não foram realizadas. Mais grave, a não realização dessas reformas levaria à interrupção do crescimento econômico induzido pelo modelo de substituição de importação característico do Brasil do pós-guerra – tese que ficou conhecida, nos anos 1960, como teoria da “estagnação”.

Outros autores, como Raymundo Faoro, Victor Nunes Leal e Sergio Buarque de Holanda, retiram também do passado colonial brasileiro outros elementos para a origem e para a perpetuação da má distribuição de renda no país, a partir da própria formação da burguesia nacional. Eles caracterizam uma relação peculiar entre o Estado brasileiro e a sociedade, onde predomina o “Patrimonialismo”, isto é, uma situação onde os governantes “se apropriam do público como se fosse o privado”. De acordo com esta tese, predominaria no Brasil uma estrutura patriarcal de dominação, onde o voto se garante pela dominação política (voto de cabresto); e a repartição das terras seguiria sendo de pais para filhos e dependentes, reproduzindo desigualdades históricas. Neste regime, as obrigações são colocadas basicamente de acordo com o prestígio e os privilégios dos grupos estanques, de sorte que mesmo tendo vivido a transição para o capitalismo (e mesmo tendo alcançado rápido crescimento econômico), as elites no Brasil permaneceram intactas, resultando em uma estrutura social segmentada e em uma distribuição de renda extremamente concentrada.

O modelo de crescimento brasileiro no período 1930-1950 poderia ser assim caracterizado: uma industrialização puxada pelo Estado, centrada na região Sudeste (que teria perpetuado e até agravado desigualdades regionais) que, seja por suas características econômicas, políticas e/ou sociais, não teria logrado reduzir substancialmente desigualdades históricas de renda – a despeito do crescimento econômico do período. Mas, se existe consenso sobre o fato da elevada desigualdade no país entre 1930 e 1960, a realidade é que são escassos dados que quantifiquem e permitam a

comparação ao longo do período. A bem dizer, as estatísticas do IBGE sobre a distribuição de renda se iniciam em 1960 – e podem ser ilustradas pela tabela abaixo.

Tabela 1. Razão entre a parcela da renda total apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 10% mais pobres – 1960, 1970, 1980, 1990 (Censos Demográficos e PNAD): Brasil

Brasil	10+/10–
1960	34
1970	40
1980	47
1990	78

Fonte: Estatísticas do Século XX, IBGE.

Em: https://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/rendimentos-e-precos/tabelas-de-rendimentos, acesso em 12 de novembro de 2017. Fonte primária: Barros, Ricardo Paes de; Mendonça, Rosane Silva Pinto de. Geração e reprodução da desigualdade no Brasil. In: Perspectivas da economia brasileira 1994. Rio de Janeiro: IPEA, 1993. v. 2. (*) Nesta publicação, os dados foram elaborados a partir dos censos demográficos e da PNAD de 1990.

A tabela anterior mostra uma inequívoca piora da distribuição de renda entre 1960 e 1980 (os dados de Gini e de outros extratos de renda confirmam o mesmo perfil). A esse respeito, existe uma ampla controvérsia na literatura brasileira. Parte dos estudiosos do tema atribuiu a piora na distribuição de renda a causas "naturais"; enquanto outros a relacionam com políticas de governo adotadas no período.

No primeiro grupo, destaca-se a tese de Langoni (1973) que foi incorporada pelo governo, defendida pelo então Ministro Delfim Netto. De acordo com Langoni, teria ocorrido ao longo da década de 1960, *pari passu* ao elevado crescimento verificado no Milagre, uma elevação da demanda por mão de obra qualificada. Sem o correspondente crescimento da oferta a curto prazo, o aumento da demanda por trabalhadores qualificados teria elevado a desigualdade de renda. Em suma, estaria ocorrendo no Brasil um "efeito Kuznets", comum a economias de rápida industrialização, onde tende a ocorrer um aumento (temporário) da concentração de renda em decorrência dos crescentes diferenciais de produtividade entre setores mais e menos produtivos (tradicionalmente os setores urbano e rural). A partir do

momento que se iniciasse um movimento de migração entre setores, em busca de melhores remunerações e condições de vida, a concentração se reverteria. A elevação da concentração seria, portanto: "natural e passageira". Alguns autores criticam, porém, empiricamente os resultados de Langoni, afirmando que as disparidades de rendimentos seriam superiores aos diferenciais de qualificação.

Um outro grupo de autores atribui a piora da distribuição às políticas adotadas pelo governo. Em particular, a piora da distribuição de renda verificada nos anos 1970 seria decorrente das mudanças da regra salarial do PAEG (que por subestimar a inflação e a produtividade onerava os trabalhadores). Neste contexto, a existência de um sistema tributário regressivo contribuía para agravar o quadro. Na vertente aqui sumarizada destacam-se os trabalhos de Fishlow (1972, 1973). Após 1968, houve uma correção na fórmula salarial que teria amenizado o problema existente desde a fixação da fórmula em 1964; todavia, a subestimativa dos ganhos de produtividade teria continuado a contribuir para a piora da distribuição.

Por fim, em meados de 1970, após o primeiro choque do petróleo, a aceleração da inflação teria contribuído para a piora da distribuição de renda do país – ainda que o crescimento tenha seguido em 7% ao ano, em média.

8.3. A REFORMA DO ESTADO E AS PRIVATIZAÇÕES

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2011

Questão 12

As reformas liberalizantes dos anos 1990 (privatizações e aberturas comercial e financeira), juntamente com a apreciação cambial e taxa de juros elevada, impactaram fortemente a dinâmica macroeconômica do país, com os seguintes efeitos:

⓪ Aumento da vulnerabilidade externa, em razão de déficits nas transações correntes e da instabilidade dos influxos líquidos de capital externo.

① Limites à elevação de preços nos ramos produtores de bens comercializáveis, contribuindo para o combate à inflação.

② Barateamento das tarifas de serviços públicos.

③ Elevação da dívida pública interna e da dívida externa privada.

④ Aumento da produtividade do trabalho nas empresas privatizadas.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A afirmativa é verdadeira, particularmente considerando o período 1995-1999. Em 1995, o déficit de transações correntes representava 2,4% do PIB, tendo atingido 4,3% em 1999.

(1) Verdadeiro.

A estratégia de combate à inflação no Plano Real passava por bens comercializáveis exercendo pressão baixista sobre a inflação.

(2) Falso.

Não houve barateamento dos serviços públicos, de maneira geral. Muitos serviços tiveram seus preços corrigidos após a privatização.

(3) Verdadeiro.

A política de elevados juros para combater a inflação resultou em forte ingresso de recursos, que tiveram de ser esterilizados no contexto do Plano Real, contribuindo para o aumento da dívida pública interna (esta também aumentou devido a outros fatores, tais como o reconhecimento de dívidas antigas etc.). No caso da dívida externa privada, houve aumento em virtude do maior acesso a recursos externos em um contexto de elevada liquidez internacional.

(4) Verdadeiro.

Houve aumento significativo da produtividade do trabalho nas empresas privatizadas, embora parte disso esteja associada a movimentos de terceirização da produção.

PROVA DE 2016

Questão 10

Em 2001 a economia brasileira passou por uma crise energética. Associam-se a tal crise:

⓪ Realizada nos anos imediatamente anteriores, a privatização das usinas hidrelétricas não possibilitou tempo suficiente para que fossem concluídos novos investimentos voltados à expansão da rede elétrica.

① Na década anterior, o setor público desacelerou os investimentos no setor, com a expectativa de que, com as privatizações, o setor privado os realizasse.

② O aumento da demanda por energia elétrica, decorrente de inovações tecnológicas e novos hábitos de consumo, contribuiu para a escassez de energia.

③ A crise não chegou a afetar a taxa de crescimento do PIB.

④ A principal medida adotada para enfrentar a crise foi o racionamento, pois o governo evitou elevar tarifas para impedir seu impacto na inflação.

Resolução

(0) Falso.

Não foi este o problema. Há certo consenso de que a privatização do setor elétrico foi realizada sem um marco regulatório adequado, com poucas exigências sobre os investimentos necessários ao sistema. Este problema foi agravado pela escassez de chuvas no período, o que culminou na crise de 2001.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

Em particular, após o Plano Real houve forte aumento do consumo de bens duráveis (associado a novas demandas da sociedade, mas também a mudanças tecnológicas) – o que elevou o consumo de energia.

(3) Falso.

A crise energética levou a um racionamento de energia de 20%, em relação ao consumo do ano anterior, por parte de todos os consumidores.

Em grande medida por consequência da crise, houve queda do PIB em três trimestres consecutivos, durante 2001, considerando dados dessazonalizados.

(4) Falso.

Houve racionamento e elevação de tarifas para ressarcir as empresas de energia, que tiveram seu faturamento seriamente abalado, em função da retração do consumo.

PROVA DE 2017

Questão 9

Sobre os processos de reforma do Estado e de privatizações iniciados a partir dos anos 1980, podemos afirmar:

⓪ O chamado Plano Nacional de Desestatização (PND) incorporou objetivos de natureza estritamente macroeconômica, ao buscar a redução do endividamento público por meio da venda de empresas públicas.

① O processo de privatização nos governos Collor de Mello e Itamar Franco atingiu um número muito grande de empresas de pequeno porte, sendo incapaz de passar para o controle da iniciativa privada setores importantes da economia, como siderurgia e petroquímica.

② Um dos objetivos perseguidos pelo Governo Cardoso foi reverter a estrutura da Previdência Social como estabelecida na Constituição de 1988. Entre as reformas propostas estavam o estabelecimento de uma idade mínima para aposentadoria, ampliação do tempo de contribuição e estabelecimento do "fator previdenciário".

③ Em um contexto marcado pelo contágio de seguidas crises cambiais, a privatização da Telebrás contribuiu para financiar desequilíbrios externos no Governo Cardoso.

④ A privatização das telecomunicações foi fundamental para a recuperação do setor, que vinha de um período de deterioração dos serviços, em consequência especialmente dos investimentos muito baixos no triênio 1995-1997, decorrência do ajuste fiscal do primeiro Governo Cardoso.

Resolução

(0) Questão anulada.

(1) Verdadeiro.

Durante o PND (1990-94) foram privatizadas 33 empresas federais, sendo os principais setores justamente siderurgia e petroquímica e, em menor medida, fertilizantes.

(2) Verdadeiro.

Em 1998 estabeleceu-se a idade mínima para os novos entrantes na administração pública e ampliou-se o tempo e contribuição. Em 1999, foi aprovado o "fator previdenciário". Pelo fator, as novas aposentadorias passariam a ser calculadas em função da média dos 80% maiores salários de

contribuição, multiplicada por um fator, menor ou igual a um, tanto menor quanto menores fossem o tempo de contribuição e a idade da aposentadoria.

(3) Verdadeiro.

A privatização da Telebrás ocorreu em 1998; portanto, em um contexto onde o Brasil estava sofrendo contágio após a crise asiática (1997) e crise russa (1998).

(4) Falso.

Em novembro de 1995, o governo brasileiro elevou em cinco vezes o valor da assinatura residencial e em 80% o valor da chamada local, enquanto as tarifas interurbanas foram ajustadas em 22%. Outro ajuste foi realizado em 1997 (chamadas locais e redução das tarifas de longa distância). Estes aumentos fizeram com que a privatização tenha ocorrido com tarifas extremamente competitivas em níveis internacionais, tendo a Telebrás recuperado sua capacidade de investimento.

PROVA DE 2018

Questão 12

Em relação aos governos do presidente FHC, pode-se dizer que:

⓪ Algumas privatizações, como nas áreas de energia e telecomunicações, só puderam ser realizadas por meio de mudanças na Constituição de 1988.

① Pelas dificuldades inerentes ao setor, as privatizações do setor elétrico se concentraram na etapa de distribuição.

② Apesar do aumento do risco país ocorrido em 2002, a política de taxas de juros adotada pelo Banco Central foi capaz de evitar uma maior depreciação cambial e, assim, um choque inflacionário.

③ Ao contrário do seu primeiro mandato, o segundo Governo FHC apresentou, a partir de 2000, uma política de superávits primários acima de 3% do PIB.

④ As mudanças da política econômica ocorridas em 1999 permitiram que impactos externos negativos, como a crise da Argentina em 2001, não comprometessem o desempenho de forte crescimento da economia brasileira neste ano.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Dentre as mudanças constavam o fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações, além da mudança no tratamento do capital estrangeiro.

(1) Verdadeiro

(2) Falso.

O ano de 2002 foi justamente um ano de forte choque inflacionário, puxado pela forte desvalorização cambial sofrida.

(3) Verdadeiro.

A partir de 1999 passou a vigorar o "tripé de política econômica": superávit primário, metas de inflação e câmbio flutuante.

(4) Falso.

Em 2001, o crescimento do produto foi de apenas 1,3%, em certa medida, em virtude do choque argentino, mas também da crise de energia vivida pelo país e dos atentados terroristas de “11 de setembro”, que abalaram fortemente os mercados mundiais.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2015

Questão 5

> **O II PND tinha como objetivo realizar mudanças estruturais na economia brasileira. A partir dos anos 1990, o tema "reformas estruturais" volta à baila e permanece no centro dos debates na entrada do século XXI. Descreva e compare a natureza diversa de políticas econômicas que são descritas com terminologias tão semelhantes, mas que são tão diferentes.**

Resolução

O II PND propunha-se transformar o Brasil numa "potência emergente", deslocando-o do Terceiro Mundo, subdesenvolvido, para o espaço dos países altamente industrializados. O Plano centrava seus esforços em três direções fundamentais: substituir importações, elevar as exportações e ampliar o mercado interno consumidor, embora nesta terceira categoria as diretrizes fossem menos claras. O processo de desenvolvimento pretendia-se empregador e redutor de disparidades regionais e de renda.

A mudança estrutural na economia brasileira referia-se principalmente a abandonar o foco no desenvolvimento da indústria produtora de bens duráveis, característica de governos anteriores, para centrar esforços na substituição de importações da indústria capital intensiva. Propunha-se, igualmente, promover uma transformação profunda na matriz energética brasileira, a fim de reduzir a dependência do petróleo. O plano envolvia um ambicioso programa de produção de insumos básicos (siderurgia, petroquímica, fertilizantes, celulose, alumínio, entre outros) e de bens de capital. Pretendia-se "transformar o panorama da indústria de bens de capital", a ser viabilizado, sobretudo, pelo aumento da oferta de crédito para o segmento.

Em relação à matriz energética, a ênfase se deu nos investimentos para aumentar a oferta de energia elétrica, a partir de fontes hídricas (Itaipu, Tucuruí) ou nuclear (Acordo Nuclear e Usina de Angra) e, em menor escala, de termoelétricas. Para reduzir a dependência da importação de petróleo, destacam-se os investimentos na direção da prospecção *off-shore* e o programa Pro-Álcool.

As mudanças estruturais referidas no II PND pressupunham elevada intervenção governamental, seja para induzir o crescimento através de compras governamentais, seja pela provisão direta de bens (através das estatais) ou ainda financiamento dos projetos de investimento do setor privado, através do BNDE. De acordo com o então Ministro do Planejamento: "Se deixássemos por conta do mercado, não nos desenvolveríamos em áreas como: aço, petróleo, fertilizantes, petroquímica e metais não ferrosos" (Reis Velloso, 1976, citado em Castro e Souza, 1985)

Já no contexto dos anos 1990, ocorre o oposto. As "reformas estruturais" pretendem reduzir o papel do Estado na economia de forma a estabelecer as condições para que o mercado funcione de forma eficiente. Já após a eleição de Collor de Mello, inicia-se um processo gradual de reorientação do papel do Estado na economia, com o fechamento de diversos órgãos da administração federal, e inicia-se um programa de desestatização, acompanhado de abertura da economia. O Estado reduz sua função tanto de investidor como de provedor direto de bens para, paulatinamente, dedicar-se a criar as condições para uma atuação mais livre do setor privado na economia, com uma economia mais aberta.

A partir do Plano Real as "reformas estruturais" referem-se a: a) dar continuidade às privatizações; b) fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações; c) mudança no tratamento do capital estrangeiro; d) saneamento do sistema financeiro (PROER e PROEST); e) reforma parcial da Previdência Social; f) renegociação das dívidas estaduais; g) aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); h) ajuste fiscal; i) criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública; e k) estabelecimento do tripé "metas de inflação, ajuste

fiscal e câmbio flutuante", como modelo de política econômica (Giambiagi, 2011).

Em um esforço de síntese, pode-se dizer que as medidas sugeridas na agenda de "reformas estruturais" dos anos 1990 buscam construir um marco legal e regulatório que fomente o livre desenvolvimento do mercado, o que, nesta visão, é a condição necessária para a retomada do crescimento, de forma sustentável. Já na visão dos anos 1980, a ideia era de que a superação do subdesenvolvimento passava por mudanças na estrutura produtiva e energética do país que requereriam, para sua realização, forte intervenção estatal.

PROVA DE 2017

Questão 4

A partir do início dos anos 1990 foram implementadas várias reformas liberais, tais como a reforma da política de comércio exterior, a reforma do Estado – com privatizações e mudanças no marco regulatório da economia – e a liberalização financeira. A despeito do declarado objetivo de liberar a economia de restrições ao crescimento inerentes ao modelo de Substituição de Importações, o crescimento médio do produto nesta década foi até mesmo inferior àquele registrado na anterior, a chamada "década perdida" dos anos 1980. Procure na sua resposta aprofundar a natureza das reformas mencionadas acima e busque explicar tal resultado em termos de crescimento, enfatizando a análise de variáveis como desempenho do comércio exterior, financiamento externo, comportamento da indústria e do emprego.

Resolução

Dividiremos a resposta a esta pergunta em três blocos: 1) abertura, 2) privatização e 3) consequências para a economia. Nos concentraremos nessas duas reformas, por julgá-las mais relevantes para a análise dos dados econômicos solicitados, nos limitando a citar as demais, ao final do segundo bloco.

Abertura

O processo de abertura comercial da economia brasileira se inicia, a bem dizer, através da redução das tarifas nominais de comércio exterior, ainda ao final do Governo Sarney, em 1988/89. Naquela época, teve também início a redução das barreiras não-tarifárias, o fim dos regimes especiais de importação e unificação de diversos tributos incidentes sobre as compras externas. A abertura comercial dos anos 1990 (já sob a presidência de Fernando Collor de Mello), portanto, deve ser entendida como um aprofundamento de um movimento que já vinha ocorrendo na economia brasileira.

As reformas do Governo Collor envolveram: a) eliminação de barreiras não tarifárias; b) adoção de um sistema de câmbio flexível; c) reformulação dos incentivos à exportação; e, mais importante, d) programa de redução

gradual das tarifas de importação. É importante ressaltar que o processo de abertura da primeira metade dos anos 1990 da economia brasileira não foi abrupto, sendo inclusive mais lento do que o verificado em outros países latino-americanos. Entre 1990 e 1993, também foi eliminada a maioria dos regimes especiais de importação, mantendo-se somente aqueles vinculados às exportações, à Zona Franca de Manaus e aos acordos internacionais. A eliminação dos regimes especiais de importação levou a uma queda do valor de importações que dependiam desses incentivos. Todavia, o valor das importações totais cresceu em valor e, mais ainda, em *quantum*.

A partir do Plano Real, em 1994, já no Governo Fernando Henrique Cardoso, a abertura comercial se intensificou. Logo que começou o plano, no intuito de forçar a inflação para baixo, em um contexto de estabilização com âncora cambial, houve uma queda drástica de algumas tarifas. As importações deram um salto mas as exportações tiveram um desempenho medíocre (comentados a seguir). Assim, em 1995, a rápida deterioração da balança, acrescida dos efeitos negativos da crise do México no Brasil (redução da oferta de capitais para financiar o déficit de transações correntes), levaram a uma reversão da abertura. Foram elevadas tarifas sobre importação em produtos selecionados, sobretudo bens de consumo duráveis, que justamente tinham se expandido mais. Posteriormente, seguiram-se novas imposições (caso a caso) de elevação de tarifas, além de algumas restrições quantitativas, afim de reduzir os efeitos da concorrência dos importados sobre alguns setores (têxtil, brinquedos, vinhos, papel etc.) no período final da década.

No que se refere à liberalização da conta de capitais, o início dos anos 1990 possui marcos relevantes. De fato, já em 1991, o governo brasileiro alterou a legislação, no intuito de permitir que investidores estrangeiros pudessem comprar títulos públicos, ações e títulos corporativos no mercado doméstico. Já a partir de 1992, com as contas CC5, observa-se um aumento no fluxo de capital para o Brasil, graças à repatriação de capital doméstico (que havia deixado o país na década de oitenta). A entrada de capitais se intensifica, porém, somente após 1994. Neste ano ocorreu a assinatura do Plano Brady, o que, somado com a estabilização dos preços pelo Plano Real

e também pela atração dos elevados juros, induziu a entrada de um grande montante de capital no país, especialmente investimento de carteira, mas também investimento direto. De 1994 em diante seguiram-se inúmeras medidas no sentido de maior abertura da conta de capitais e verificou-se a entrada de bancos internacionais no país.

Privatização

A privatização do Governo Collor foi bem inferior, em termos de valor e de número de empresas, do que a verificada no governo Fernando Henrique. Entre 1991 e 1992, as privatizações somaram um total de US$ 5,371 bilhões e envolveram 33 empresas, concentradas em poucos setores: aço (Usiminas, Siderúrgica Tubarão e a Cia. Siderúrgica Nacional); petroquímico; e, em menor escala, o setor de fertilizantes.

Já o governo FHC, no período de 1995-98, adotou um programa de privatização mais amplo, no qual 80 empresas foram vendidas, gerando resultados totais no valor de US$ 73,3 bilhões. Dois fatores contribuíram para a expansão do volume e abrangência das privatizações: a participação dos governos estaduais (sobretudo para companhias de distribuição de eletricidade, entre outros serviços); e a própria desregulamentação de alguns setores, permitindo o fim do monopólio estatal e eliminando a discriminação contra subsidiárias estrangeiras. Esses fatores permitiram a privatização dos setores de telecomunicações, eletricidade e mineração, o que exigiu aprovação de Emenda Constitucional. Houve ainda uma mudança no conceito de empresa nacional, permitindo que empresas com sede no exterior tivessem tratamento similar às brasileiras, o que elevou investimentos estrangeiros, pós-1995 (Giambiagi, 2016).

Para além da abertura e privatização, outras reformas dos anos 1990 importantes foram: o saneamento do sistema financeiro (via PROER e PROEST), a reforma parcial da Previdência (realizada no Governo Fernando Henrique Cardoso), renegociação das dívidas estaduais e aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e a criação de várias agências reguladoras de serviços de utilidade pública.

Resultados para a economia

Em grande medida (mas certamente não apenas), como resultado do processo de abertura, no período 1990-94, as importações cresceram, em média, 12,6% a.a., enquanto as exportações cresceram 4,8%. Já no período 1995-2002 (Governo Fernando Henrique Cardoso), as exportações cresceram à taxa de 4,1% a.a. e as importações 4,5%. Este comportamento, porém, foi muito variado ao longo do tempo. Por exemplo, em 1995, quando as alíquotas de importação caíram de forma muita abrupta e o câmbio se valorizou fortemente, as importações cresceram nada menos que 30,7%, enquanto as exportações variaram –2,0% – o que levou, inclusive, ao processo de recuo da abertura, como comentado.

O impacto da abertura sobre a indústria, todavia, é polêmico. Há quem o acuse de destruir a indústria nacional, com severas consequências para o emprego, assim como há quem o defenda como propulsor de uma indústria mais eficiente e uma economia voltada para suas vantagens comparativas.

O fato é que, no período 1990-1993, houve queda do valor da produção industrial e do emprego. Entre 1995-97, no contexto do Plano Real, o comportamento da indústria geral foi positivo, com crescimento de 3,7%, na média, para a indústria geral. Em 1998 e 1999, diante da retração da economia, a variação é negativa e em 2000, pós-desvalorização, volta a se recuperar. Em suma, as variações da indústria acompanharam, em grande medida, o comportamento do PIB.

De forma geral, pode-se dizer que, na primeira metade da década, imperou uma lógica de redução de custos, terceirização com reorganização da produção, aumento de coeficiente importado, mas também de mudanças para técnicas de gestão do tipo *just in time*, que levaram a um ganho de eficiência (Ver Kupfer, D., 2005 e Castro, A.B, 2001). Já no período pós-Plano Real, houve grande renovação do parque industrial (importação de bens de capital), aproveitando os benefícios da abertura e do câmbio valorizado. Esta renovação, combinada com a reestruturação dos anos anteriores (em termos de técnicas de gestão e ganhos de eficiência etc.), permitiu alguns avanços. No entanto, é consenso que a indústria seguiu com baixa capacidade inovadora.

Quanto ao comportamento do PIB, vivemos uma retração no ano de 1990, com o Plano Collor (–4,3%) e em 1992, com o processo de *impeachment* (–0,2%). O período de maior crescimento foi o triênio 1993-95, tendo a economia se desacelerado no período final da década. A taxa de desemprego, por sua vez, permaneceu relativamente elevada ao longo de toda a década, mas se acelerou fortemente nos últimos anos, atingindo 7,6% no biênio 1998-99. Esses comportamentos refletem, em parte, as reformas introduzidas, porém, também foram influenciados por diversos outros fatores, como câmbio, juros, contexto externo de liquidez etc.

PROVA DE 2018

Questão 5

Políticas industriais – implicando intervenção estatal direta ou não – e cambiais sempre se constituíram em elementos importantes do arsenal de instrumentos a disposição dos governos para estabelecer suas estratégias de desenvolvimento. De forma sucinta, compare e contraste estas políticas nos anos 1950, 1970 e 1990.

Resolução

Nos anos 1950, no contexto do Pós-Segunda Guerra, tornaram-se comuns intervenções do governo no sentido da industrialização, seja no mundo desenvolvido seja nas economias em desenvolvimento. No Brasil, sob a influência do pensamento Cepalino, desenvolveu-se o chamado modelo de substituição de importações.

A respeito dos anos 1950, convém advertir que eram escassos os mecanismos tradicionais de política econômica para estímulo do produto. Em primeiro lugar, a inexistência de um Banco Central (criado somente em 1964), a baixa eficácia de instrumentos tradicionais de política monetária (tais como redesconto, compulsório e controle da liquidez por meio de operações de mercado aberto) tornavam essa via para a expansão de curto prazo do PIB pouco eficaz. Em segundo lugar, em função da reduzida base de arrecadação e da elevada sonegação, a política fiscal tinha também potência reduzida. Neste contexto, o uso de instrumentos cambiais e de comércio exterior se tornou o principal mecanismo escolhido para a promoção do desenvolvimento, que, de acordo com a tese Cepalina, só se daria pela via da política industrial – única capaz de reduzir a chamada vulnerabilidade de uma economia primário-exportadora. De fato, nos anos 1950, mediante a concessão de licenças de importação (a partir de 1948) e, posteriormente, através da adoção de um regime de câmbio múltiplo (1953 – Instrução 70 da Sumoc e suas alterações posteriores) foram dados diversos incentivos para potencializar uma indústria nascente.

O princípio geral adotado em todas essas políticas era basicamente o mesmo: para os bens em que houvesse similar nacional (isto é, que já fossem produzidos no país), seria dada proteção tarifária e subsídios cambiais, creditícios e fiscais – sendo os primeiros aqueles predominantes. Paralelamente, para insumos e máquinas que não fossem produzidos no Brasil, sua importação seria estimulada. Alguns subsídios às exportações completavam o arsenal de instrumentos. Portanto, seja concedendo subsídios, seja garantindo a proteção e a lucratividade das empresas nacionais (mediante a não existência de concorrentes multinacionais) deu-se impulso a uma industrialização pela via da substituição de importações. Tais políticas eram ainda complementadas pela atuação direta do Estado, fornecendo (através de estatais) não apenas a infraestrutura, mas também garantindo a oferta de insumos básicos como, por exemplo, o aço.

Nos anos 1970, tendo o país já alcançado maior grau de maturidade industrial, iniciaram-se os grandes Planos Nacionais (I e II PND), no intuito de promover a substituição de importação nos “elos mais difíceis” da cadeia industrial. Ou seja, foram estimulados aqueles setores que, por suas características de maior prazo, maior intensidade de capital fixo e de capital humano encontravam pouco interesse por parte do setor privado. Para isso, foram então largamente utilizados para incentivar a indústria: a oferta de crédito subsidiado, a concessão de avais para a tomada de empréstimos no exterior, a garantia de demanda (via compras públicas), além de incentivos fiscais. Também caracterizam o período a concessão de benefícios para o setor exportador, através, por exemplo, do programa Befiex e a manutenção de um câmbio competitivo. Assim, foi ao longo dos anos 1970 (mediante um regime militar que também necessitava se legitimar) que ocorreu o avanço da indústria de bens de capital e de insumos básicos no país. Paralelamente, o Estado empreendeu enormes esforços de investimento na área de energia, visando reduzir a dependência do país de petróleo, mudando o perfil da matriz energética do país. Esses foram esforços realizados na segunda metade dos anos 1970, tendo na primeira prevalecido estímulos ao setor produtor de bens duráveis (I PND – Milagre Econômico). Durante o II PND, o Estado fez ainda pesados investimentos

na infraestrutura, visando suprir não apenas demanda corrente, mas também futura, ao mesmo tempo em que realizou e/ou financiou investimentos nos setores mais capital-inntensivos e que necessitavam de maiores prazos, como a indústria petroquímica e de papel e celulose.

Nos anos 1990, já no contexto do Consenso de Washington, a política industrial mudou completamente o seu foco. Em primeiro lugar, foram duramente criticadas quaisquer políticas de cunho mais setorial (políticas verticais), que passaram a ser vistas como a razão do atraso da indústria nacional e, em menor medida, da própria crise do país e da persistência de um ambiente altamente inflacionário. As tradicionais políticas industriais que caracterizaram o período até os anos 1980 foram então substituídas por ações de governo que buscavam, acima de tudo, um quadro macroeconômico mais estável (políticas horizontais).

Neste contexto, foi lançado, no governo Collor, a Política Industrial de Comercio Exterior (PICE), onde iniciou-se o processo de abertura e privatização da economia brasileira, de forma gradual. Posteriormente, já no governo Fernando Henrique Cardoso, a abertura foi incialmente intensificada e avançaram as privatizações, ainda que tenham ocorrido alguns casos de recuos na direção de um maior protecionismo, como no caso da indústria automobilística. A manutenção de taxas de câmbio real valorizadas (em um contexto de estabilização por âncora cambial) se, por um lado, levou diversas indústrias ao fechamento, por outro também permitiu, em vários setores, uma renovação de máquinas e equipamentos, contribuindo para elevar a produtividade. Este processo, em conjunto com a adoção de técnicas de "produção enxuta", levou a mudanças importantes no tecido industrial brasileiro.

PROVA DE 2019

Questão 5

A década de 1990 é considerada relevante para a economia brasileira, dentre outros motivos, por apresentar novos marcos institucionais que romperam com as principais características das décadas entre 1930 e 1980, quando as políticas econômicas, com intervencionismo estatal, associavam desenvolvimento econômico com industrialização. Disserte sobre as principais medidas de política econômica da década de 1990 e avalie em que medida as mesmas teriam representado rompimento com as décadas mencionadas.

Resolução

(Ver Prova de 2017, questão 4 para as principais medidas econômicas da década de 1990 e seus resultados.)

Durante o período 1930-1980, o crescimento econômico brasileiro esteve associado a uma política de substituição de importações, com alguns episódios de promoção de exportações, como, por exemplo, ao longo do Milagre (1968-1973). Em muitos sentidos, esse modelo se assemelha a outras experiências de crescimento liderado pelo Estado (*State-Led growth*) do pós-Guerra, pelo elevado grau de participação e intervenção do Estado na economia.

No caso brasileiro, em particular, o governo atuou tanto como "empresário" em setores de elevado capital e prazos de maturação (como indústria siderúrgica, mineração, petroquímica e infraestrutura), como também exerceu papel de "banqueiro", concedendo empréstimos em volumes elevados e a baixo custo, através de bancos públicos e de desenvolvimento. O terceiro pilar do modelo de desenvolvimento foi a manutenção de elevada proteção à economia, mediante o uso de tarifas e diversos tipos de barreiras tarifárias e não tarifárias. Para além da política de comércio exterior, frequentemente, o governo gerenciava recursos cambiais escassos como instrumento complementar para a promoção da industrialização. Esse padrão ou modelo de desenvolvimento teria sido

rompido nos anos 1990 através das políticas de abertura comercial e financeira e privatização então adotadas.

8.4. RELAÇÕES COM A ECONOMIA INTERNACIONAL: INTEGRAÇÃO (ABERTURA COMERCIAL E FINANCEIRA), POLÍTICA INDUSTRIAL E DÍVIDA EXTERNA

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2010

Questão 12

Considerando-se os efeitos das aberturas comercial e financeira da década de 1990 sobre o crescimento econômico, a estrutura produtiva e o balanço de pagamentos é CORRETO afirmar que:

⓪ Os ganhos de produtividade das empresas, induzidos pela abertura comercial na primeira metade da década de 1990, melhoraram o saldo comercial nos ramos intensivos em tecnologia (como automóveis e celulares) entre 1995 e 1998.

① O aumento das importações provocado pela abertura comercial concentrou-se em bens de consumo, sem ampliar o coeficiente de importações de insumos intermediários.

② A análise da balança comercial, nos primeiros anos do Plano Real, mostra que, após apresentar superávit em 1994, passou a ter saldos negativos nos quatro anos seguintes.

③ Entre 1995 e 1998, os déficits comerciais da indústria manufatureira foram inteiramente financiados pelo superávit agrícola.

④ A entrada de capitais externos, estimulados pela abertura financeira, contribuiu para o êxito do Plano Real no combate à inflação, mas fugas de capital posteriores prejudicaram o crescimento econômico ao induzir elevações das taxas de juros.

Resolução

(0) Falso.

Os setores intensivos em tecnologia, em particular, perderam competitividade no período, em virtude do câmbio e dos baixos investimentos desde os anos 1980, além de sofrerem os efeitos das quedas de tarifas. Houve aumento expressivo da importação de automóveis e de partes e componentes para celulares.

(1) Falso.

Houve aumento de importação de partes e componentes, bens intermediários, assim como de bens de consumo duráveis e de bens de

capital.

(2) Verdadeiro.

Em 1994 a balança comercial apresentava saldo positivo de US$ 10,5 bilhões, passando para um resultado negativo de US$ 3,5 bilhões em 1995. Nos anos seguintes, os déficits foram crescentes, tendo diminuído modestamente apenas em 1998, não em virtude do crescimento das exportações, mas sim de uma contração das importações, devido ao menor crescimento do PIB.

(3) Falso.

Os déficits comerciais da indústria manufatureira foram fortemente crescentes, de forma que não houve tal compensação nos anos seguintes.

(4) Verdadeiro.

Já em 1995, o Brasil sofreu do chamado “Efeito Tequila” (contágio do abandono do câmbio fixo pelo México, em dezembro de 1994), tendo de elevar suas taxas de juros para evitar fugas de capital. O mesmo quadro se repetiu a partir de setembro de 1997 com a crise asiática e, posteriormente, com a crise russa, em 1998. O Brasil abandonou o câmbio administrado em 1999.

Questão 13

Dentre as transformações ocorridas na economia brasileira a partir dos anos 1990 pode-se arrolar:

⓪ Abertura comercial e financeira crescente.

① A partir de 1999, fim das metas de reformas institucionais nos acordos negociados pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional, as quais foram substituídas por metas quantitativas para o superávit fiscal primário.

② Redução da informalidade, com o crescimento dos empregos com carteira assinada.

③ Elevação da produtividade do setor agrícola e queda da produtividade do setor industrial.

④ As regiões rurais foram as mais afetadas pelo desemprego.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A abertura comercial e financeira crescente a partir dos anos 1990 alterou o modelo brasileiro de desenvolvimento, embora o Brasil seja considerado ainda hoje uma economia relativamente fechada, do ponto de vista comercial.

(1) Falso.

Ver Item 4, Questão 14, Prova de 2008.

(2) Falso.

A redução da informalidade e crescimento dos empregos com carteira assinada é uma característica dos governos Lula, após 2003 – e não nos anos 1990.

(3) Falso.

Nos anos 1990 houve aumento da produtividade do setor industrial, em virtude de novas técnicas gerenciais e importação de máquinas e equipamentos.

(4) Falso.

De acordo com dados do Ipeadata, nos anos 1990 as áreas rurais foram *menos* afetadas pelo desemprego do que as áreas metropolitanas e as áreas não metropolitanas (série consultada: População Desocupada Total, Rural, Metropolitana e Não Metropolitana).

PROVA DE 2012

Questão 13

Na década de 1990, a economia brasileira passou por um processo de abertura ao exterior e de liberalização. É CORRETO associar a esse período:

⓪ A estabilidade na composição dos tipos de influxo de capital externo que lideraram as entradas líquidas ao longo da década.

① A relativa estabilidade do nível de reservas internacionais ao longo da década, principalmente até 1995.

② Depois do Plano Real, o aumento contínuo, ano a ano, dos influxos líquidos de investimento estrangeiro direto.

③ Entre 1990 e 1999, o conjunto dos ramos industriais intensivos em tecnologia perdeu participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), mas o ramo de material de transporte aumentou seu coeficiente exportado e sua participação no VTI.

④ A manutenção da taxa de câmbio flutuante no início da década, que é substituída pelo regime de câmbio fixo após a crise asiática de 1997.

Resolução

(0) Falso.

A década de 1990 é marcada pela *instabilidade* nos fluxos de capital, seja associada a problemas da própria economia brasileira, seja de crises externas. Não há tampouco estabilidade nos *tipos* de influxos de capital externo, havendo momentos onde predomina capital especulativo e outros momentos onde há forte ingresso de investimento externo direto.

(1) Falso.

Observa-se um grande *aumento* nas reservas internacionais nos primeiros cinco anos da década, em virtude do cenário exterior bastante positivo para a América Latina em geral. Este momento favorável se deu em virtude do Plano Brady – embora o Brasil tenha aderido a ele tardiamente, em 1994. Entre 1990 e 1995, as reservas internacionais do país cresceram de cerca de US$ 10 bilhões para US$ 51,8 bilhões.

(2) Verdadeiro.

O aumento da confiança na economia brasileira, após o controle da inflação, a existência de diversas oportunidades de negócio (inclusive privatizações), além de perspectivas de exportação para o Mercosul levaram a um forte aumento do fluxo de investimento estrangeiro direto ao longo do período 1995-1998. O fluxo de investimento estrangeiro direto em 1995 foi de US$ 3,3 bilhões e cresceu ininterruptamente até 1999, quando atingiu US$ 26,9 bilhões.

(3) Verdadeiro.

A conjunção da abertura econômica com câmbio apreciado e a enorme defasagem da economia brasileira em relação aos padrões tecnológicos internacionais levou a uma perda de participação dos setores intensivos em tecnologia no valor da transformação industrial. As exportações de material de transporte, porém, apresentaram aumento do coeficiente exportado, associado à venda de aeronaves, ônibus e caminhões.

(4) Falso.

Durante o Plano Collor, no início da década, o câmbio foi flutuante. Mas, sobretudo a partir de 1994, o câmbio passou a ser administrado em benefício da manutenção de baixas taxas de inflação. Em 1997, o câmbio já apresentava uma trajetória de lenta depreciação.

PROVA DE 2013

Questão 13

A abertura comercial e financeira, a partir da década de 1990, teve os seguintes impactos sobre a economia brasileira:

⓪ Ela foi, juntamente com a valorização cambial do real, um dos pontos fundamentais na estratégia de combate à inflação do Plano Real.

① Ela implicou, junto com a valorização cambial, a deterioração da conta de transações correntes do balanço de pagamentos e o crescimento da dívida externa.

② Com a sua adoção, foi possível evitar a crise cambial do início do segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso.

③ Ela impactou fortemente a indústria: fragilizou alguns de seus ramos, possibilitou a modernização de outros, desarticulou cadeias produtivas e reduziu a taxa de crescimento do seu produto.

④ Ao aumentar a competitividade da economia brasileira, permitiu a redução das taxas de desemprego na década de 1990.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A terceira fase do Plano Real pode ser caracterizada pelo uso de uma estratégia de âncora cambial (embora o câmbio não fosse fixo), onde a valorização do câmbio e a abertura comercial e financeira ajudaram a trazer a inflação para baixo.

(1) Verdadeiro.

Houve deterioração do déficit de transações correntes e aumento da dívida externa, após 1995, em grande medida associados à estratégia de valorização cambial.

(2) Falso.

Em 1999, houve crise cambial e mudança de regime, justamente no início do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso.

(3) Verdadeiro.

Diversas empresas foram extintas no período, outras aproveitaram o câmbio valorizado e as melhores condições de importação para reestruturar os processos produtivos. A indústria foi afetada, com redução nas taxas de crescimento, à exceção de alguns curtos períodos, como, por exemplo, o segundo semestre de 1994, quando cresceu, a taxas anualizadas, 11%.

(4) Falso.

Houve *aumento* do desemprego após o Plano Collor e também no Plano Real, à exceção do primeiro ano (1995).

Questão 14

Durante a década de 1990, várias medidas de impacto contribuíram para alterar o desempenho da economia brasileira em variáveis relevantes como PIB, emprego e inflação. Pode-se assinalar como verdadeiro:

⓪ Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) cresceram, em porcentagem do PIB, no início da década de 1990, em parte como resultado da Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice).

① O Governo Itamar Franco suspendeu o programa de privatizações que tinha iniciado no Governo Collor.

② Dentre as medidas de comércio exterior da primeira metade da década de 1990, pode-se citar a adoção de política tarifária com alíquotas crescentes, em parte para substituir o controle quantitativo de importações, que praticamente foi abandonado.

③ A dívida externa bruta cresceu ao longo da década de 1990, ao mesmo tempo em que as reservas internacionais mantiveram tendência estagnada ou declinante.

④ Uma das consequências do Plano Real, verificável a partir de 1994 e nos anos imediatamente posteriores, foi o crescimento maior das exportações relativamente ao das importações, melhorando o desempenho da balança comercial.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A Pice teve impacto positivo sobre os gastos com P&D, no início da década de 1990, que passaram de 0,5% do PIB, em 1989, para 1,3% do PIB, em 1994.

(1) Falso.

O Governo Itamar Franco deu continuidade ao programa de privatizações que tinha se iniciado no Plano Collor. Importantes indústrias foram privatizadas no período, com destaque para o setor siderúrgico.

(2) Falso.

O controle quantitativo, de fato, foi abandonado. Porém, houve a adoção de políticas tarifárias com alíquotas *decrescentes* (abertura comercial), de forma gradual.

(3) Falso.

Ao longo da década de 1990 houve *aumento* das reservas internacionais até 1996, tendo a dívida externa crescido de forma contínua até 1999.

(4) Falso.

Houve forte *deterioração* da Balança Comercial ao longo do Plano Real. A exceção se deu em 1998, quando ocorreu ligeira melhora, não pelo desempenho das exportações, mas sim por retração das importações, em virtude do menor crescimento da economia.

PROVA DE 2014

Questão 13

Sobre o processo de abertura comercial e financeira da década de 1990, é correto afirmar:

⓪ As fugas de capitais que ameaçavam a política cambial executada na segunda metade da década de 1990 influenciaram elevações das taxas de juros que só tiveram impacto sobre o nível de preços, mas não sobre a dívida pública interna, majoritariamente concentrada em títulos com juros prefixados.

① Os investimentos diretos externos na segunda metade da década de 1990 foram destinados menos ao setor industrial do que ao setor de serviços.

② O investimento direto externo foi o único tipo de entrada de capitais (portanto excluídos fluxos de portfólio e empréstimos de curto e longo prazos) que registrou crescimento ininterrupto a cada ano entre 1993 e 2000.

③ No biênio de 1990 e 1991, a abertura comercial foi acompanhada de uma tendência de apreciação cambial que reduziu a proteção efetiva da indústria brasileira.

④ Entre 1990 e 1999, a abertura comercial determinou uma tendência da economia brasileira à especialização em setores intensivos em trabalho, de modo que os ramos de têxteis e vestuário aumentaram sua participação no valor da transformação industrial.

Resolução

(0) Falso.

A dívida pública interna não era majoritariamente prefixada, mas sim *pós-fixada* (e de curto prazo). Ademais, a parcela indexada ao câmbio cresceu nos últimos anos do Plano Real – o que demonstra o temor de abandono do regime de câmbio administrado. Além do ônus provocado pelos juros e pelo câmbio, houve o reconhecimento de dívidas antigas (os chamados “esqueletos”) e deterioração do resultado primário do setor público, principalmente no primeiro ano após a introdução do Plano Real (1995, comparado a 1994). Juntos, esses fatores fizeram a dívida líquida total saltar de 30% do PIB, em 1994, para 44,5%, em 1999.

(1) Verdadeiro.

Diversos investimentos externos estavam relacionados à entrada de bancos estrangeiros no país (serviços bancários), além da privatização do

setor de telecomunicações.

(2) Verdadeiro.

Os demais fluxos de capital sofreram reversões (seguidas de novas expansões) em função das crises externas em 1995 (“Efeito Tequila”), 1997 (Crise da Ásia), 1998 (Rússia) e a própria desvalorização do Real (1999).

(3) Falso.

Não houve tendência clara de apreciação no biênio citado. Tomando o índice de taxa de câmbio – efetiva real – INPC – exportações (Média 2005=100) do Ipeadata, percebe-se que há de fato uma apreciação nos primeiros meses de 1990 (coerente com o aperto de liquidez provocado pelo Plano Collor). Todavia, já ao final de 1990, a taxa real efetiva inicia um movimento de desvalorização – e se mantém oscilando em um patamar mais depreciado em 1991.

(4) Falso.

Ao contrário, os setores de têxteis e calçados estiveram entre os mais afetados pela abertura comercial e competição com os produtos asiáticos.

PROVA DE 2015

Questão 12

A partir do início dos anos 1990, a política econômica passou a ser guiada por princípios de liberalização, distintos da estratégia de industrialização até então dominante. Sobre esse período podemos dizer que:

⓪ No governo Collor, a abertura comercial limitou-se à redução das tarifas de importação, sem reduzir os controles quantitativos existentes.

① A liberalização das formas de fluxo de capital para o país não teve como contrapartida uma liberalização nas saídas domésticas de capital, por receio de se causar uma crise de balanço de pagamentos.

② O Plano Brasil Novo, de 1990, eliminou a indexação do salário mínimo, com manutenção da regra da anualidade dos dissídios.

③ Ao contrário do que alguns formuladores de política econômica esperavam da abertura comercial, o crescimento do coeficiente de importação foi muito maior do que o de exportação, contribuindo para a deterioração do saldo comercial na segunda metade dos anos 1990.

④ Nos anos 1990, a existência de acordos comerciais regionais foi de grande importância para a exportação pelo Brasil de bens mais intensivos em tecnologia.

Resolução

(0) Falso.

Praticamente todas as formas de controles quantitativos de importação foram eliminadas no Governo Collor, sendo substituídas por controles tarifários, com alíquotas cadentes.

(1) Falso.

A liberalização se deu para fluxos de entrada e de saída, com o intuito de aumentar a abertura da conta de capital. Entre as mudanças mais significativas estão, justamente, os mecanismos destinados a facilitar a aquisição de ativos no exterior por parte de residentes, como, por exemplo, a flexibilização da conta CC-5 e a criação dos Fundos de Investimento no Exterior (RIEX)

(2) Falso.

O Plano Collor definiu que o salário mínimo deveria ser reajustado trimestralmente, de acordo com a variação do custo da cesta básica; portanto, manteve-o indexado.

(3) Verdadeiro.

A afirmação procede; todavia, há de se considerar que contribuíram para a deterioração do saldo comercial a valorização da moeda sofrida na segunda metade dos anos 1990, após o Plano Real e, também, o uso da importação de máquinas e equipamentos como uma forma de modernização do parque industrial, após anos de baixo crescimento (*catch up* produtivo) e baixos investimentos.

(4) Verdadeiro.

O Mercosul, que originalmente reunia Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, adotou uma Tarifa Externa Comum (TEC), com o intuito de concretizar uma união aduaneira, já a partir de 1995. As exportações brasileiras para o Mercosul são majoritariamente de manufaturados, mais intensivos em tecnologia.

Questão 13

A gestão econômica dos governos de Fernando Henrique Cardoso foi marcada pelos seguintes eventos:

⓪ O chamado Regime Automotivo Brasileiro foi uma iniciativa na contramão das políticas liberalizantes estabelecidas pelo governo FHC.

① Depois do Plano Real, a entrada de capitais para as privatizações teve como efeito financiar parte do déficit de transações correntes.

② O elevado investimento direto externo entre 1994 e 2000, predominantemente em novas plantas (greenfield), atesta a credibilidade alcançada pelo governo Cardoso na comunidade econômica internacional.

③ Um dos reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal foi a redução contínua da dívida líquida do setor público entre 2000 e 2002.

③ Um dos reflexos da Lei de Responsabilidade Fiscal foi a redução contínua da dívida líquida do setor público entre 2000 e 2002.

④ A crise da Rússia foi o estopim da crise cambial de 1999, que teve como uma das consequências a adoção do regime de metas de inflação.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Inicialmente, a política industrial do governo FHC seguia a linha de políticas “horizontais” do governo anterior, isto é, todos os setores seriam contemplados com os mesmos benefícios. O forte desequilíbrio das contas externas (agravado pela crise cambial do México, que reduziu o influxo de capitais para o país), porém, levou o governo a adotar uma política setorial discricionária para o setor automotivo, em benefício das montadoras que aqui instalassem novas plantas produtivas. As alíquotas de importação de veículos completos seriam 50% menores e máquinas e equipamentos poderiam ser importados com alíquota zero e autopeças com alíquota inicial de 2%, tornando o segmento montador um dos mais protegidos pelo governo e atraindo uma série de empresas estrangeiras.

(1) Verdadeiro.

O ingresso de IDE no período (não apenas para privatizações) totalizou, em média, cerca de US$ 20 bilhões anuais, montante que ajudou a financiar parte do déficit em conta-corrente no período (de cerca de US$ 25 bilhões anuais).

(2) Falso.

A maior parte do IDE no período decorre de privatizações e, portanto, não envolve a construção de novas plantas e, sim, a aquisição de ativos preexistentes.

(3) Falso.

A dívida aumentou em todos os anos do segundo governo FHC, atingindo 60,4% do PIB em 2002, em virtude, sobretudo, da desvalorização cambial (já que parte da dívida era indexada ao câmbio), do reconhecimento de dívidas antigas (“esqueletos”), mas também dos elevados juros e do baixo crescimento do produto.

(4) Verdadeiro.

Após a crise da Rússia, o Brasil sofreu um ataque especulativo que culminou na crise de 1999, após uma breve e malsucedida tentativa de adoção de uma “banda diagonal endógena”. O regime de metas de inflação foi adotado na sequência.

Questão 14

Ao analisar-se a política cambial brasileira ao longo do século XX, pode-se considerar como verdadeiro:

⓪ Em resposta à crise cambial, foi iniciado em 1948 o sistema de contingenciamento de importações, baseado na oferta de licenças prévias e sem a definição de prioridades setoriais, em vista do liberalismo característico do governo Dutra.

① A Instrução 70 da SUMOC estabeleceu controle quantitativo das importações, por meio de licenciamentos prévios e leilões de câmbio.

② A Instrução 113 da SUMOC permitia a importação de bens de capital para o estabelecimento de novas plantas industriais, sem considerar a categoria em que os bens estivessem classificados, o que foi considerado um estímulo ao capital estrangeiro.

③ A reforma cambial de 1957 estabeleceu tarifas *ad valorem*, que levavam em consideração a existência de produção nacional similar aos bens a serem importados.

④ A Lei de Remessa de Lucros, aprovada no governo Goulart, limitava em 10% do capital registrado a remessa de lucros das empresas estrangeiras instaladas no país, considerando como retorno de capital os lucros remetidos em excesso a esse limite.

Resolução

(0) Falso.

O sistema de contingenciamento de importações foi, sim, introduzido em 1948, mas as licenças prévias seguiam definição de prioridades setoriais, sendo menor a oferta de licenças para produtos que encontrassem similar nacional.

(1) Falso.

A instrução 70 da SUMOC estabeleceu câmbio múltiplo (e não restrição quantitativa), dentro de um sistema de leilões. Através das Promessas de Venda de Câmbio (PVC), foram estabelecidas cinco categorias de importação, de acordo com critérios de essencialidade; e duas taxas para produtos exportados (Café e outros).

(2) Falso.

A Instrução 113 da SUMOC permitia a importação sem contrapartida cambial para bens de capital. Tal instrumento estimulou a entrada de grande volume de capital, sem exercer pressão sobre a disponibilidade de divisas. Como as empresas estrangeiras possuíam máquinas no exterior, que podiam trazer para o país sem necessidade de adquirir câmbio, o instrumento foi considerado um estímulo ao capital estrangeiro.

(3) Verdadeiro.

A reforma também simplificou o sistema de taxas múltiplas, ao mesmo tempo que flexibilizou o uso de recursos da Conta de Ágios e Bonificações.

(4) Verdadeiro.

Questão 15

Durante o século XX, a aproximação política entre Brasil e EUA teve importantes consequências econômicas. Entre elas podemos mencionar:

⓪ Apoio para a criação de importantes instituições públicas, como a CSN e o BNDE, por causa ou apesar das barganhas nacionalistas realizadas nos governos de Getúlio Vargas.

① Após a moratória do México em 1982, o Tesouro Americano temia a perda de influência política caso todo o continente entrasse em crise e favoreceu o Brasil na negociação com os bancos credores, levados a empréstimos involuntários do mesmo montante dos empréstimos voluntários anteriores.

② Graças ao prestígio pessoal junto ao governo americano, Eugênio Gudin conseguiu, em 1954, o total de recursos que buscava em instituições oficiais para enfrentar a crise cambial, evitando, assim, uma difícil negociação com bancos privados.

③ A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos é um exemplo de cooperação entre os dois países, embora o total dos recursos prometidos pelos EUA não tenha sido transferido, em razão da redução do poder de barganha do Brasil e da ênfase conferida pelo governo Eisenhower a investimentos privados em vez de aportes públicos.

④ Em 1963, o governo Goulart teve êxito ao buscar recursos do Tesouro Americano para pagamento da dívida externa bancária, mas, ao contrário do que ocorreria no governo Castello Branco, precisou fazer a concessão de pagamento de indenização pela nacionalização da AMFORP.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Após a moratória do México, em agosto de 1982, o Ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, seguiu para a reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), em Toronto, no Canadá. A esperança era de que o Fundo decidiria criar uma linha de financiamento emergencial de US$ 25 bilhões, que poderia chegar a US$ 100 bilhões, para socorrer os países afetados pelo endividamento.

A reunião foi um fracasso e ficou conhecida na história como "Setembro Negro". O ministro rumou, em seguida, para Nova York e também não obteve sucesso frente aos dirigentes dos principais bancos credores. A crise levou à bancarrota os países da América Latina, do Norte da África e do Leste Europeu.

(2) Falso.

Nas negociações com o Federal Reserve, Gudin obteve apenas US$ 80 milhões em créditos novos e a renovação de outros US$ 80 milhões contraídos no passado, na gestão Oswaldo Aranha. Tais montantes contrastavam com aquilo que o próprio ministro acreditava ser necessário (US$ 300 milhões) para se evitar um colapso cambial à época. Foi preciso, portanto, buscar o restante dos recursos junto a credores privados.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

A missão San Tiago Dantas não teve êxito ao buscar recursos no Tesouro americano, tendo assegurado montante muito aquém do esperado. Ainda assim, a fim de receber as primeiras parcelas dos desembolsos, teve de aceder à pressão americana e concordar em indenizar os acionistas pela nacionalização da AMFORP. Tal decisão motivou forte oposição nacionalista no Brasil e o recuo do governo em sua intenção original. A empresa só seria efetivamente adquirida (pela Eletrobrás) em novembro de 1964, já no governo Castello Branco.

PROVA DE 2016

Questão 9

Sobre as mudanças estruturais ocorridas na economia brasileira nos anos 1990, é correto afirmar que:

⓪ A chamada conversibilidade da conta de capitais teve como uma de suas consequências a securitização de parte das captações externas do Brasil, incluindo títulos de renda fixa e variável, dentro e fora do território nacional.

① Houve um crescimento expressivo do Investimento Direto Externo (IDE) na década de 1990, ainda que, em alguns anos, parte desses valores não pudesse ser computada como investimento efetivo segundo o conceito das Contas Nacionais, por representar a compra de empresas já existentes.

② Apesar de muitas mudanças ocorridas na década de 1990, uma característica que não se alterou foi a participação majoritária do estoque de capital estrangeiro em empresas industriais frente à participação em outros setores, como serviços e agricultura, bem ilustrado pelo aumento do número de montadoras automotivas que se instalaram no país à época.

③ O efeito da abertura comercial sobre a inflação foi favorável, entre outros motivos, porque aumentou a participação dos bens comercializáveis no conjunto dos preços internos.

④ Nas reformas estruturais liberalizantes da década de 1990 se incluíram medidas de modernização do ajuste fiscal, que permitiram a redução do déficit público operacional até 1998.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O enunciado deste item não é claro. A conversibilidade da conta de capitais se refere à livre entrada e saída de recursos externos. Uma operação de securitização, por sua vez, consiste em converter uma carteira de ativos (por exemplo, a carteira de créditos de um banco) em títulos (*securities*), que sejam passíveis de livre negociação. No início dos anos 1990, foi permitida a captação de recursos externos para aplicação em títulos de renda fixa e variável no país (conversibilidade da conta de capital). Em 1994, foi concluído o processo de reestruturação da dívida externa, o que envolveu securitização de créditos em atraso. De fato, foi acordada a troca de dívidas nas mãos de bancos estrangeiros (tanto de empresas privadas como estatais brasileiras) por bônus que poderiam ser negociados

livremente em mercado. A reestruturação previa melhora nas condições originais dos empréstimos, concedendo abates no principal e/ou alargamento de prazos e/ou redução/fixação de juros. Assim, a conversibilidade contribuiu, em alguma medida, para a securitização da dívida.

(1) Verdadeiro.

Pelas contas nacionais, o investimento é constituído por Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) e Variação de Estoques. O conceito de FBKF corresponde à criação de capacidade produtiva. Portanto, a compra e venda de empresas já existentes não representa investimento.

(2) Falso.

A redação deste item é de difícil compreensão. Ademais, a afirmação sobre a participação setorial do estoque de capital estrangeiro é de difícil averiguação. O que, sim, pode ser dito é que, no fluxo de entrada de capitais para investimento externo, a indústria perdeu relevância. Houve crescimento da participação dos investimentos externos no setor de serviços (movimento associado às privatizações ocorridas nos setores de telecomunicação e bancário) e também na agricultura.

(3) Verdadeiro.

A abertura *per se* promove maior competição na economia, permitindo a queda da inflação, pela pressão exercida sobre os bens comercializáveis.

(4) Falso.

Não há clareza no que a questão pretende por “modernização do ajuste fiscal”. De toda forma, a falsidade da questão advém da observação de que houve expressivo *crescimento* (e não redução) do déficit operacional no período após o Plano Real até 1998.

Questão 12

A dívida externa sempre foi uma variável crucial na trajetória da economia brasileira. Sobre o comportamento de tal variável podemos dizer que:

⓪ A despeito do crescimento da dívida externa líquida no período do Milagre Econômico, o mesmo não se deu com igual intensidade em relação ao crescimento da dívida bruta, devido ao acúmulo de reservas cambiais.

① A forma como a dívida externa foi refinanciada em 1983 resultou em seu crescimento em termos brutos até 1987.

② Nos anos 1970, a Resolução 432 do Banco Central permitiu aos detentores privados de dívida externa se protegerem do risco de variação cambial.

③ Antes da negociação de programa de ajuste com o FMI em 1982, a política econômica brasileira já havia recorrido à elevação de juros e contenção salarial.

④ O Governo Kubitschek teve que recorrer ao financiamento de longo prazo no Euromercado, que então começava a se desenvolver, para superar as dificuldades do balanço de pagamentos surgidas do rompimento com o FMI em 1959.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A principal (mas não única) diferença entre a dívida bruta e a líquida consiste no desconto das reservas cambiais. Durante o ‘Milagre’, a dívida externa bruta cresceu de US$ 4,1 bilhões, em 1968, para US$ 14,9 bilhões, em 1973. Já as reservas cresceram de US$ 257 milhões para US$ 6,4 bilhões, no mesmo período. Como resultado, a dívida externa líquida cresceu bem menos do que a bruta (de US$ 3,8 bilhões para US$ 8,4 bilhões).

(1) Verdadeiro.

A prova da veracidade está na observação de que a dívida externa bruta cresceu de US$ 93,7 bilhões, em 1983, para US$ 121,2 bilhões, em 1987.

(2) Verdadeiro.

A Resolução CMN 432 de 1977, abrangendo tanto o setor privado como o público, permitia aos mutuários de empréstimos externos, dentro dos limites fixados pelo Banco Central, a realização de depósitos em moedas estrangeiras, junto a bancos autorizados a operar em câmbio no País. A Resolução autorizava trocar uma dívida, cujo reajuste se dava pela correção cambial, por outra ajustada pela correção monetária, assumindo o Banco Central o risco cambial e todos os encargos decorrentes do empréstimo

externo, frente a uma mudança da política cambial. Em troca, o Banco Central recebia pagamento adiantado em dólares de um contrato de empréstimo externo. Caso as expectativas de variação cambial se desfizessem, o agente poderia sacar os recursos junto aos seus depósitos no Banco Central.

(3) Verdadeiro.

A partir de 1981, o governo iniciou uma política severa de ajustes, que incluía: politica de contenção salarial, corte de gasto público, limitação do crescimento das estatais, aumento de alíquotas e criação de novos impostos (p. ex., o IOF para importações da Zona Franca de Manaus) e elevação de juros internos. Todavia, o governo manteve o tratamento especial dado às exportações, micro e pequenas empresas e à agricultura.

(4) Falso.

Não houve tal recurso, por parte do governo JK, ao Euromercado à época.

Questão 15

A questão da fragilidade e crise do balanço de pagamentos é recorrente na economia brasileira, induzindo, às vezes, a mudanças de política econômica. Sobre tal fenômeno podemos afirmar que:

⓪ A crise do final dos anos 1970 e início dos anos 1980 refletiu, em grande medida, a política monetária dos Estados Unidos da América, no contexto de retomada estadunidense da “hegemonia” internacional.

① No segundo Governo Vargas (1951-1954), a Instrução 70 da SUMOC extinguiu o controle quantitativo das importações e estabeleceu bonificações às exportações sobre a taxa oficial de câmbio.

② A crise dos anos 1980 foi de natureza financeira e não esteve, em sua origem, associada a um processo de deterioração dos termos de troca.

③ No Governo Café Filho, a Instrução 113 da SUMOC permitiu a importação de equipamentos sem cobertura cambial, mesmo que não estivessem classificados nas três primeiras categorias de importação priorizadas.

④ A crise de 1947 foi contornada sem maiores mudanças de política econômica em razão da existência de um volume elevado de reservas, ainda que, na maior parte, inconversíveis.

Resolução

(0) Verdadeiro.

O chamado ‘choque de juros’, promovido pelo FED durante a gestão de Paul Volcker, teve um impacto devastador sobre países em desenvolvimento, como o Brasil, que haviam se endividado no exterior durante os anos 70.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

Na origem da crise dos anos 1980, houve importante mudança de termos de troca, puxada pelo segundo choque do petróleo. Se tomarmos 2006 como referência (2006 = 100), o índice de termos de troca, em 1978 (antes do segundo choque, portanto), era de 110,4. Este se reduziu continuamente até 1983, quando atingiu 73,7 (Fonte: Giambiagi *et al*., 2011).

(3) Falso.

O texto da referida Instrução dizia, explicitamente, que a Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (Cacex) ficava autorizada a emitir licenças de importação sem cobertura cambial para equipamentos destinados à “complementação dos conjuntos já existentes no país e classificados nas três primeiras categorias de importação”.

(4) Falso.

A crise cambial de 1947 provocou guinada radical na orientação liberal da política econômica internacional do governo Dutra, reintroduzindo controles de capitais e um sistema de licenciamento de importações.

PROVA DE 2017

Questão 10

Sobre a trajetória da indústria brasileira a partir dos anos 1990 e a sua pauta comercial, podemos dizer:

⓪ O aumento do coeficiente de importação nos anos 1990 na indústria de bens de capital foi muito superior ao valor médio para a indústria como um todo, o que significou uma perda de densidade produtiva industrial.

① O comportamento das exportações em 1999, quando o efeito preço prevaleceu sobre o *quantum* na determinação do valor total das exportações, denota uma pauta que se concentrara excessivamente em *commodities*.

② Nos anos 1990 houve um comportamento pouco ativo da indústria, com a estagnação da participação de setores mais dinâmicos, como a microeletrônica, que caracterizavam o estabelecimento de uma nova fronteira tecnológica.

③ Pode-se pensar a questão da desindustrialização sob a ótica da perda do valor adicionado local em relação à produção total da cadeia produtiva de um setor tecnologicamente dinâmico. Um exemplo seria a queda deste indicador a partir dos anos 1990 nas indústrias ligadas à microeletrônica.

④ A participação de *commodities* na pauta brasileira reflete uma tendência mundial na qual a participação dos produtos industriais se reduz nos anos 1990.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Os anos 1990 foram marcados por um forte crescimento das importações de bens de capital, em grande medida justificáveis pela obsolescência do parque industrial brasileiro, depois de muitos anos sem investimento, em parte incentivados pelas menores tarifas.

(1) Verdadeiro.

Um dos fatores que atrasou a recuperação das exportações brasileiras foi a mudança desfavorável dos termos de troca, a despeito da forte desvalorização ocorrida em 1999, que elevou o *quantum* importado. Em particular, caíram os preços das *commodities*, levando a uma redução do valor das exportações brasileiras.

(2) Verdadeiro.

O complexo eletrônico foi um dos que mais sofreram os impactos adversos da liberalização comercial, após 1990.

(3) Verdadeiro.

De acordo com Nassif (2002, p.10), estudos estimam um aumento do coeficiente de penetração das importações (importações/consumo aparente) de 9,6% em 1990 para 66,1 % em 2001, sendo o complexo eletrônico o mais afetado pela concorrência com produtos importados.

(4) Verdadeiro.

A participação das *commodities* primárias nos anos 1990 manteve-se relativamente estável, em torno do patamar dos 40% nos anos 1990 (De Negri, F. e Alvarenga, G.V., 2011)

Questão 14

A integração financeira, comercial e geopolítica do Brasil no sistema internacional teve um impacto significativo sobre seu desempenho econômico ao longo da história. Sobre este tema podemos dizer que:

⓪ A crescente integração com os EUA durante a Segunda Guerra Mundial levou o Brasil a aprofundar seu caráter de exportador de *commodities* para este país, reduzindo, ainda mais, suas exportações de bens industrializados que, antes do começo do conflito mundial, haviam se iniciado para alguns países da América Latina.

① O BNDES, um dos principais componentes do projeto desenvolvimentista do pós-Segunda Guerra, foi uma agência criada com o intuito de financiar projetos industriais de longo prazo, tendo como fonte de recursos, em moeda estrangeira, créditos do Banco Mundial e do Eximbank dos EUA.

② Uma das alterações do endividamento externo brasileiro nos anos 1990 foi na forma de captação de recursos por bancos e grandes empresas, que passaram a emitir títulos nos mercados internacionais de capitais em lugar de depender fortemente da captação de empréstimos nos bancos internacionais.

③ Ao contrário do que ocorreu na década de 1980, quando os esquemas de refinanciamento externo tiveram a participação crucial de instituições multilaterais, o chamado funding loan da década de 1890 foi negociado diretamente com banqueiros, em especial a Casa Rothschild.

④ Uma das formas de liberalização financeira não implementada na primeira metade da década de 1990 foi a participação de empresas brasileiras no mercado acionário dos EUA e Europa. A tentativa de se lançarem Recibos de Depósito tendo como lastro ações das empresas brasileiras foi frustrada pelas práticas contábeis pouco transparentes das mesmas.

Resolução

(0) Falso.

O Brasil não exportava bens industrializados antes da Segunda Guerra.

(1) Verdadeiro.

Este gabarito é questionável. A criação do BNDE foi justificada para a realização de projetos de infraestrutura – e não industriais. Ademais, os recursos do BM e do Eximbank recebidos foram muito inferiores ao previsto no projeto inicial.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

As companhias brasileiras foram autorizadas a negociar suas ações no exterior via Recibos de Depósitos a partir de 1992, pela publicação do Anexo V à Resolução 1.289 do Banco Central do Brasil. O primeiro programa aprovado foi um ADR emitido pela Aracruz Celulose S.A, em maio de 1992.

PROVA DE 2018

Questão 11

Sobre a economia e a política econômica no Brasil na década de 1990, é correto afirmar:

⓪ O Coeficiente de Gini diminuiu ao longo da década.

① Houve uma expressiva entrada de bens importados em vários setores industriais, como bens de consumo duráveis e material de transporte, mas foi no setor de bens de capital que este processo foi mais intenso.

② A diminuição das relações interindustriais da economia brasileira relaciona-se com a diminuição da densidade das cadeias produtivas locais, em virtude do aumento do coeficiente de importações.

③ Um dos poucos setores industriais no qual não ocorreu uma redução no Valor da Transformação Industrial foi o de uso intensivo de recursos naturais, refletindo as vantagens absolutas do país nesse setor.

④ As exportações industriais para o MERCOSUL seguiram o mesmo padrão de baixa competitividade registrado para outras áreas mundiais de comércio, apresentando uma reduzida participação relativa de bens industrializados.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A bem dizer, o índice diminui até 1992 e depois permanece quase inalterado no período do Plano Real (1994-1999). Todavia, na comparação 1999 com 1989 há de fato redução, tornando a afirmativa verdadeira.

(1) Verdadeiro.

A abertura comercial do país foi uma das ênfases do governo Collor, seguida no primeiro governo FHC, sobretudo, em seus primeiros anos.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

As exportações de manufaturados, sobretudo automóveis, deram impulso para o Mercosul, no período referenciado.

Questão 15

As condições externas, ou a conjuntura da economia internacional, têm grande importância para o desempenho de economias como a brasileira. Em relação a essa assertiva, podemos dizer:

⓪ Dois períodos de crescimento acelerado, Plano de Metas e Milagre Econômico, ocorreram em condições opostas em relação aos termos de troca; no primeiro período desfavoráveis e no segundo favoráveis.

① Apesar de condições negativas em relação aos preços internacionais, especificamente o petróleo, a execução do II PND foi facilitada por condições de liquidez internacional favoráveis.

② O choque dos juros internacionais de 1979 teve um impacto negativo sobre a conta de rendas das transações correntes, mas que foi compensado na conta comercial pela queda do custo das *commodities* importadas pelo Brasil.

③ O Plano Real se utilizou de uma âncora cambial para alcançar a estabilização da inflação, entretanto o intenso fluxo de capitais externos, que possibilitou sua adoção, se iniciou em 1992, quando a taxa mensal de inflação era superior a 15%.

④ A diminuição do fluxo de capitais para a economia brasileira no início da década de 1980 teve como um de seus motivos a moratória mexicana de 1982.

Resolução

(0) Verdadeiro.

Os termos de troca do Brasil caíram cerca de 13% entre 1956 e 1960, resultado, sobretudo, da queda dos preços internacionais do café. Já entre 1968 e 1973, os termos de troca aumentaram aproximadamente 20%, em função de aumento do índice de preços das exportações (80%) bem superior ao dos preços das importações (50%) no período.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

O déficit de transações correntes aumentou de aproximadamente US$ 7,0 bilhões para US$ 10,7 bilhões.

(3) Verdadeiro.

A melhora da liquidez internacional veio a reboque do acordo internacional do Plano Brady, ainda que o Brasil só tenha efetivamente concluído o acordo em 1994.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2019

Questão 9

A abertura da conta de capitais foi uma das mudanças fundamentais da economia nos anos 1990. Sobre este tema podemos dizer:

⓪ Há uma liberalização do investimento estrangeiro em ações de empresas nacionais no território brasileiro, por meio de fundos regulados pelo Anexo IV, e nos EUA por meio da regulação dos ADR. A Resolução CMN 1.848/91 autorizou investimentos de capitais estrangeiros (tanto no mercado primário quanto secundário) em ações de empresas brasileiras pelo mecanismo de “American Depository Receipts” (ADR) e “International Depository Receipts” (IDR).

① A possibilidade de livre remessa de capital por residentes, um elemento central para a liberalização da conta de capital, foi uma das primeiras medidas a serem regulamentadas de forma definitiva pelo Governo Collor de Mello.

② A abertura do mercado doméstico brasileiro a tomadores estrangeiros de crédito foi uma medida importante e complementar à abertura da possibilidade de as empresas brasileiras lançarem ações no mercado internacional.

③ Buscou-se facilitar a remessa de rendas por empresas multinacionais por meio de mudanças tributárias e de normas que regulavam a remessa de *royalties* sobre marcas e patentes.

④ A existência de títulos negociáveis brasileiros relativos à nossa dívida soberana permitiu a residentes no Brasil investirem em fundos no exterior, nos chamados Fundos de Investimento Estrangeiro.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

A trajetória de liberalização para a remessa de capital por residentes envolveu várias medidas, ao longo do tempo, ultrapassando o período relativo ao governo Collor de Mello. Por exemplo, a Resolução 2.111/94 criou fundos de Investimento no Exterior (permitindo residentes investir em títulos de dívida negociados no Exterior – ainda com restrições de que um percentual ficasse em papéis brasileiros). A Resolução 2.318/96 ampliou a permissão para aplicações em renda variável, através dos BDRs, entre outras medidas.

Os BDRs (Brazilian Depositary Receipts, em inglês (também chamado de Certificado de Depósito de Valores Mobiliários – CDVM, em português) representam a situação oposta aos ADRs. Ou seja, os BDRs são certificados ou direitos representativos de valores mobiliários emitidos por companhias abertas com sede no exterior, negociáveis no mercado brasileiro e emitido por instituição depositária no Brasil.

(2) Falso.

Não há relação, em princípio, entre a possibilidade de tomada de crédito por estrangeiros e empresas brasileiras (que não se relacionam necessariamente com esses investidores) serem autorizadas a lançar ações no mercado internacional.

(3) Verdadeiro.

A partir dos anos 1990, as remessas de divisas ao exterior através do mercado de câmbio flutuante foram sendo incentivadas via redução de impostos e/ou redução das restrições a remessas de lucros e dividendos entre matrizes e filiais.

(4) Verdadeiro.

Vide, por exemplo, a Resolução 2.111/94, citada no item 2.

Questão 10

Sobre os debates a respeito da evolução da indústria brasileira a partir dos anos 1990, podemos dizer:

⓪ A apreciação cambial que ocorre em 1994 não parece ter afetado o coeficiente de penetração (importações/produção) na média da indústria de transformação, pois se verificou significativo aumento anterior deste coeficiente como decorrência da abertura comercial prévia à apreciação cambial de 1994.

① A modernização de segmentos específicos da indústria brasileira foi muito favorecida pelo processo de privatização de alguns setores, como o elétrico, que graças a tal processo foi capaz de gerar uma capacidade adequada de oferta à expansão do investimento privado industrial.

② Apesar do caráter liberalizante dos governos FHC, ocorreu em 1995 uma elevação da tarifa média de importação em razão da apreensão causada pela deterioração da conta externa pós-

crise do México

③ O efeito da apreciação cambial a partir de 1994 se fez sentir mais fortemente nos setores intensivos em mão de obra, comparados aos intensivos em tecnologia, como podem atestar as variações dos coeficientes de abertura e penetração destes setores.

④ A abertura econômica teve um impacto desigual sobre o setor intensivo em tecnologia, com uma elevação da participação no valor da transformação industrial (VTI) do segmento de material de transporte e um declínio do segmento de material elétrico e de comunicações.

Resolução

(0) Falso.

No início do Plano Real, as importações saltaram mais de 30%, uma evolução muito superior ao crescimento da indústria de transformação (7,8%) no mesmo ano. Esse resultado seria ainda mais significativo, não fosse a trajetória de apreciação ter se iniciado em julho de 1994, momento em que a nova moeda foi introduzida.

(1) Falso.

A privatização do setor elétrico é bastante criticada pela inadequação do marco regulatório e pela ausência de planejamento, fatores que teriam levado (em um contexto de escassez de chuvas) a uma profunda crise energética, ocorrida em 2001.

(2) Verdadeiro.

De fato, após um período de rápida redução de tarifas, houve mudança das regras em virtude do chamado “Efeito Tequila” na economia brasileira.

(3) Falso.

Sabidamente, os efeitos de uma apreciação cambial tendem a ocorrer mais fortemente no setor de “comercializáveis” do que no setor de “não comercializáveis”, uma vez que a mobilidade de mão de obra costuma ser inferior à mobilidade de bens e de capital.

(4) Verdadeiro.

Os segmentos de material elétrico e de comunicação estão entre aqueles que mais perderam competitividade em virtude da abertura ocorrida na economia brasileira, tendo alguns segmentos de material de transporte conseguido se manter competitivos (em maior ou menor medida).

Questão 11

Sobre a política econômica realizada na primeira década do século XXI, pode-se afirmar:

⓪ Com o dólar e a inflação em queda, a situação externa do país nos anos iniciais da década sinalizava que o risco de insolvência dos anos anteriores estava afastado.

① A elevação da meta de superávit primário em 2003 foi uma das medidas tomadas para reverter a desconfiança dos mercados financeiros, captada, por exemplo, pelo indicador de risco-país.

② O Plano Plurianual 2004-2007 propôs que parcerias com o setor privado e com organizações não governamentais deveriam substituir o Estado como indutor do crescimento, sendo este modelo de Estado considerado superado como herança histórica do processo de substituição de importações.

③ O anúncio das metas de inflação para 2003 e 2004, por parte do novo Governo, afirmava a manutenção do regime de metas de inflação adotado no Governo anterior, embora aumentasse as taxas com relação às observadas em 2002, o que sinalizava para o afrouxamento da política anti-inflacionária.

④ O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1), de 2007, incorporou propostas para alavancar os investimentos, objetivando reverter uma conjuntura que sinalizava para o ingresso em uma fase de recessão.

Resolução

(0) Falso.

O início dos anos 2000 foi marcado pela elevação da inflação e da taxa de câmbio, em um contexto de crise de confiança em relação à economia brasileira.

(1) Verdadeiro.

Neste contexto, o governo Lula elevou a meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% em 2003 (mantendo a mesma meta para o período 2004/2006 na LDO).

(2) Falso.

O governo Lula se caracteriza por uma retomada do papel do Estado no estímulo ao crescimento e na implementação de políticas sociais.

(3) Falso.

As metas de inflação anunciadas para 2003 e 2004 foram de 8,5% e 5,5%, respectivamente, que implicavam um forte declínio em relação à taxa efetivamente observada em 2002, reforçando a política anti-inflacionária.

(4) Falso.

O PAC 1 foi lançado em janeiro de 2007, portanto, antes da crise financeira internacional que puxaria as economias desenvolvidas e emergentes (inclusive o Brasil) para um contexto de recessão. O objetivo do PAC era estimular o crescimento da economia brasileira, através do investimento em obras de infraestrutura.

Questão 12

Para uma economia periférica, como a brasileira, sempre foram muito relevantes suas relações com as condições internacionais de financiamento, geoeconômicas e geopolíticas. Sobre estas relações podemos afirmar:

⓪ A orientação geopolítica dos governos militares pós-1964 certamente ajuda a explicar o substancial aporte de recursos fornecidos pela AID, agência de ajuda externa norte-americana, que colocou o Brasil como o quarto maior receptor mundial entre 1964 e 1967.

① A Revolução Cubana foi um fator geopolítico fundamental para que o Governo JK conseguisse um aporte de recursos por parte do FMI sem que fossem adotadas as condicionalidades normais da instituição, que implicariam em cortes nos gastos públicos e interrupção do Plano de Metas.

② A negociação definitiva da dívida externa nos anos 1990 seguiu um padrão decorrente do Plano Brady norte-americano, nos moldes dos acordos obtidos anteriormente por países latino americanos, como o México, a Venezuela e a Argentina.

③ A missão financeira chefiada por Otto Niemeyer em 1931 foi fundamental para que se chegasse a um acordo negociado multilateral a respeito da dívida externa brasileira, capaz de proteger os interesses da Inglaterra e Estados Unidos e garantir ao Brasil a rolagem da parcela vincenda da dívida num ambiente de grande iliquidez internacional.

④ A situação crítica de financiamento externo em 1982 e o temor do sistema financeiro privado em comprometer mais recursos com o Brasil exigiu, para a rolagem da dívida externa, que fossem mobilizados fundos de organismos oficiais, como o Banco de Compensações Internacionais (BIS), e mesmo do Governo Americano.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Não houve aporte de recursos do FMI ao Brasil durante o governo JK. Na verdade, diante da insistência, por parte do Fundo, em que o Brasil adotasse políticas ‘ortodoxas’ de controle da inflação, JK decidiu romper relações com aquele organismo internacional.

(2) Verdadeiro.

No caso brasileiro, a conclusão do acordo se deu em 1994.

(3) Falso.

Não houve qualquer acordo negociado a respeito da dívida externa brasileira em 1931. Na verdade, em setembro daquele ano, o país suspenderia, unilateralmente, o serviço da dívida, dando início a negociações que desaguariam na assinatura de mais um Funding Loan no ano seguinte.

(4) Verdadeiro.

QUESTÕES DISCURSIVAS

PROVA DE 2011

Questão 5

> **Avalie o desempenho das taxas de crescimento e de inflação do Brasil na década de 1990 e discuta o papel da conjuntura internacional como fator explicativo do referido desempenho.**

Resolução

A década de 1990 é marcada, em termos mais gerais, por uma mudança do modelo brasileiro de crescimento, na direção das medidas defendidas pelo chamado "Consenso de Washington", lançado em 1989. Este defendia uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam fazer para atingir o desenvolvimento sustentável.

Sinteticamente, as propostas de John Williamson ("pai" do Consenso) visavam assegurar a disciplina fiscal e promover ampla liberalização comercial e financeira, além de reorientação dos gastos públicos. O chamado "Consenso" refletia, na realidade, uma ampla literatura crítica ao chamado Modelo de Substituição de Importações (MSI), associado a trabalhos desenvolvidos pelo Banco Mundial nos anos 1970-1980. Nesses, as principais críticas ao MSI são: a) a proteção gerou uma utilização inadequada de recursos abundantes, como trabalho e recursos naturais; b) criou-se um forte viés contra as exportações, bloqueando os ganhos de escala e eficiência; c) a proteção contra as importações e o desestímulo às exportações minaram os incentivos para a redução de custos e a introdução de novos produtos.

Outro importante marco do período é o Plano Brady, anunciado em março de 1989. Este plano visava essencialmente: "(...) à reestruturação da

dívida soberana de 32 países, mediante a troca desta por bônus de emissão do governo do país devedor, que contemplavam abatimento do encargo da dívida (seja sob a forma de redução do seu principal, seja por alívio na carga de juros)" (Castro, 2011).

Embora o Brasil tenha iniciado a renegociação de sua dívida externa em 1992, foi somente em 1994 que o país aderiu ao Plano Brady. Foi, portanto, somente a partir do Plano Real que o país se beneficiou da entrada maciça de capitais, que já vinha ocorrendo em diversos países latino-americanos. Atraídos pela própria estabilização, pelas oportunidades de negócios e, também, pelos elevados juros, ingressaram capitais especulativos, mas também investimento estrangeiro direto, sobretudo a partir de 1996. Cabe ressaltar, todavia, que a oferta abundante de financiamento internacional estava condicionada à realização de reformas e de um profundo ajuste fiscal – o que foi anunciado logo no início do Plano Real, embora as contas fiscais tenham se deteriorado posteriormente.

Nos primeiros anos da década de 1990 a inflação no Brasil ainda era extremamente elevada, tendo caído de forma sustentável na segunda metade de 1994. O crescimento da economia, todavia, não foi uniforme, sendo os anos de maior bonança o período compreendido entre 1993 e 1995. Ao longo da década foram implementados três programas de estabilização: Plano Collor I, Plano Collor II e Plano Real, além de um programa menor precursor do Plano Real, o "Plano de Ação Imediata – PAI".

Tabela 4. Taxas de Crescimento e de Inflação 1990-1999

Ano	Crescimento do PIB (%)	IGP [dez./dez.(%)]
1990	–4,3	1.476,71
1991	1,0	480,23
1992	–0,5	1.157,83
1993	4,7	2.708,17
1994	5,3	1.093,89
1995	4,4	14,80
1996	2,2	9,30

1997	3,4	7,50
1998	0,0	1,70
1999	0,3	20,00

Fonte: Giambiagi *et al*., 2011.

A Tabela 4 mostra taxas de crescimento do PIB negativas nos anos de 1990 e 1992 e leve crescimento em 1991 (1,0%). Paralelamente, a inflação se situou em patamares muito elevados.

O Plano Collor I foi anunciado em março de 1990. Às vésperas de sua implementação, o Brasil vivia, a rigor, um processo de hiperinflação, quando a taxa de inflação mensal atingiu 80% ao mês. O diagnóstico desse Plano era de que a economia padecia de uma "fragilidade financeira do Estado", que fazia com que o governo não conseguisse controlar a quantidade de moeda em circulação. Tal fenômeno decorria do fato de o governo, à época, assegurar a remuneração diária das contas bancárias com saldos mais elevados (na prática, eram contas-correntes que rendiam juros do *overnight*). Ademais, argumentava-se que a excessiva participação do Estado na economia distorcia preços, criava ineficiências e inflação.

O Plano Collor I, de fato, conseguiu baixar a inflação de forma drástica, porém à custa de grande sacrifício do produto. O sequestro de liquidez implementado (retenção de 80% do M4) provocou grande recessão na economia, tendo a indústria sofrido particularmente. A inflação, porém, voltou a se acelerar lentamente ao longo de 1991.

Em 1992, foi lançado o Plano Collor II. De acordo com Franco (1995), esse tinha uma estratégia "neogradulista", onde tudo se passaria como um "círculo virtuoso", em que os cortes fiscais baixariam a inflação e (desde que não houvesse choques de nenhuma espécie) isto geraria mais credibilidade e novos espaços políticos para melhorar os "fundamentos" (leiam-se maiores cortes fiscais), o que, por sua vez, daria mais credibilidade e geraria "novas pequenas vitórias contra a inflação e assim sucessivamente" (p. 29).

O autor argumenta que, durante alguns meses, a estratégia neogradualista possibilitou efetivamente a queda da taxa de inflação. Porém, a sucessão de escândalos políticos, que culminou na abertura do processo de *impeachment* do Presidente Collor, teria rompido "um dos elos mais importantes do modelo do círculo virtuoso: a ideia de que o acúmulo de credibilidade por parte do governo levaria a um ataque sensível aos fundamentos da estabilização" (ibidem). Nessas condições, a política gradualista tinha perdido a eficácia, deixando subentendido que, para o autor, as razões para o fracasso do Plano Collor II seriam exógenas. Independente do sucesso inicial do Plano, fato é que a inflação voltou a se acelerar, ficando acima de 1.000% em 1992.

Em 1993, foi lançado o Programa de Ação Imediata (PAI), elaborado pelo então Ministro Fernando Henrique Cardoso (e sua equipe), logo após assumir o Ministério da Fazenda, em maio. Em termos práticos, o PAI dividia-se em seis linhas de atuação: corte dos gastos públicos e maior eficiência na utilização da verba restante; recuperação da receita; reestruturação do relacionamento entre estados e municípios; mudanças institucionais nos bancos estaduais, nos bancos federais e privatizações.

Embora o PIB tenha se recuperado (houve crescimento de 4,7% em 1993), em termos do combate à inflação, o PAI não obteve nenhum êxito, tendo a inflação se acelerado claramente após a sua implementação (em julho de 1993). Apesar do fracasso relativo no *front* inflacionário, a implementação do PAI foi, segundo os formuladores do Plano Real, fundamental para ajudar a criar as precondições para o seu posterior sucesso.

O Plano Real se inicia com a introdução do Fundo Social de Emergência (FSE), aprovado no dia 23 de fevereiro de 1994. Originalmente, o FSE foi previsto para vigorar por um período de dois anos (1994 e 1995), mas foi sendo renovado com outros nomes. Seu objetivo (oficialmente declarado) era atenuar a excessiva rigidez dos gastos da União ditada pela Constituição de 1988, permitindo ao governo redirecioná-los e, inclusive, diminuí-los.

No dia 1º de março, a URV (Fase II do Plano Real) passou a integrar, em conjunto com o cruzeiro real, o Sistema Monetário Nacional. Seu curso legal, porém, era estabelecido somente para uso como padrão de valor monetário, permanecendo o cruzeiro real com a função de meio de pagamento. A URV, portanto, não era uma moeda, mas apenas uma unidade de conta. Entre 1º de março e 30 de junho, o Banco Central fixou diariamente a paridade entre o cruzeiro real e a URV, tendo por base a perda do poder aquisitivo do cruzeiro real. O cálculo diário da URV foi estabelecido através da variação *pro rata* de três índices de preços: IGP-M, IPCA-E e IPC-Fipe. A partir de 1º de março, os salários ficavam fixos em URV, mas eram reajustados em cruzeiros reais mensalmente, de acordo com a variação da URV e pagos em cruzeiros reais (de acordo com a cotação da URV do dia do pagamento).

No dia 1º de julho de 1994, a URV passou a ser dotada de poder liberatório, passando a denominar-se Real (Fase III do Plano). Inicialmente, por um período de três meses, foram adotadas metas de expansão monetária – que logo foram abandonadas em prol do uso do câmbio e dos juros para conter a inflação.

Os resultados em termos de crescimento e de combate à inflação nos primeiros anos do Plano Real foram substanciais. A inflação decresceu a cada ano, convergindo para os patamares internacionais até 1998. O crescimento do produto, entretanto, variou bastante no período 1994-1998. No primeiro ano, o crescimento foi vigoroso, apesar das tentativas do governo de conter o crédito através de juros e depósitos compulsórios elevados. A continuidade da política contracionista de crédito adotada pelo governo (para fazer face à saída de capitais, em virtude do chamado “Efeito Tequila”) acabou por desaquecer a economia, em 1996 – ao mesmo tempo em que permitiu ao governo, gradualmente, reduzir juros e corrigir o câmbio. Essas duas mudanças na política econômica levaram a uma recuperação da atividade, tendo a economia crescido 3,4% em 1997. Porém, sob o impacto da Crise Asiática, ao final de 1997, e pela Crise Russa, em outubro de 1998, houve retração da taxa de crescimento do produto, que foi virtualmente zero, neste último ano.

PROVA DE 2012

Questão 5

Discuta os efeitos da abertura comercial da década de 1990 sobre a estrutura produtiva e o saldo comercial da indústria brasileira.

Ver também a resposta à questão discursiva nº 4, Prova de 2006

Resolução

Esta questão será respondida em duas partes: 1990-1993 e 1994-1998.

Parte I: 1990-93

No início dos anos 1990, ainda sob um turbilhão inflacionário, a preocupação das empresas nacionais era manter a capacidade de produção, num cenário de baixa propensão ao investimento em capital fixo e, sobretudo, baixo esforço em inovação. As investidas se concentravam em provocar uma mudança gerencial na direção dos métodos organizacionais da produção enxuta (toyotismo), melhorar a assistência técnica (na busca de manter consumidores cativos, sob a ameaça dos importados), buscar conformidade (em virtude das maiores exigências dos consumidores pós-abertura) e praticar preços competitivos. O baixo dinamismo da economia levava à não realização de inovações radicais; no máximo, tinha-se a busca por adaptações de tecnologias (Ferraz *et al*., 1996, p. 270). De acordo com os autores:

> *Diversas empresas implementaram profundas reestruturações, que incluíram desde a redução das linhas de produtos, com concentração nas chamadas* core competences*, até a desverticalização da produção, com aumento do conteúdo importado, aproveitando-se da abertura comercial, passando pela terceirização das atividades de apoio à produção, entre outros. A estratégia de* downsizing*, praticada amplamente no período, propiciou ganhos significativos de produtividade em curto período de tempo e sem exigir a realização de investimentos significativos.* (idem, p. 75)

Todavia, os efeitos da abertura não foram homogêneos entre os setores, induzindo respostas diferenciadas.

A indústria de difusores de progresso técnico (produtores de bens de capital) foi uma das mais severamente afetadas. A evolução dos níveis de utilização de capacidade e do emprego nessa indústria foi menor do que a média. Em particular, os setores de bens de capital mecânico foram os que sofreram a maior queda (de quase um terço dos níveis de utilização) em 1992.

Já o segmento eletrônico foi afetado, principalmente, pela mudança de regulação. Nos anos 1990, foi extinto o regime de reserva de mercado e aos poucos foram sendo levantadas restrições quanto à atuação de empresas de capital estrangeiro. Como resultado, caíram os preços e as margens, ao mesmo tempo em que os consumidores foram beneficiados pela redução do tempo entre novos lançamentos no exterior e introdução de produtos no país. Houve redução da geração local de valor adicionado, ampliaram-se as importações de produtos acabados e de *kits* para montagem final, tendo ocorrido queda substancial do emprego em todos os setores do complexo eletrônico, ao mesmo tempo em que cresciam as vendas e as importações.

No setor de informática e no de automação industrial, ocorreram visíveis avanços e ganhos de produtividade em virtude, entre outras, da maior concorrência com produtos importados, da ampliação do acesso a insumos mais avançados e da eliminação das restrições à transferência de tecnologia e às operações, no país, de empresas multinacionais.

O segmento eletromecânico também realizou expressivo ajuste no emprego. Porém, para compensar a retração da demanda interna, as empresas se lançaram ao mercado externo, buscando especialmente a América Latina, onde a concorrência era menos agressiva. Pode-se dizer, em relação à primeira metade dos anos 1990, que:

> *(...) As empresas produtoras de equipamentos de base mecânica ou eletrônica buscaram se ajustar através da racionalização da produção – com cortes importantes nos níveis de emprego (inclusive de P&D) –, do aumento de exportações e da atualização tecnológica dos produtos, em grande parte, através de associações externas.* (idem, p. 281)

Por fim, o desempenho dos fabricantes de máquinas agrícolas, máquinas-ferramentas e equipamentos para energia elétrica seguiram o mesmo padrão de cortes de emprego, redução dos prazos de entrega e aumento das exportações. O melhor desempenho coube ao setor de equipamentos para energia elétrica, onde o

país era, reconhecidamente, mais competitivo. No segmento de máquinas agrícolas, observou-se uma concentração relativa, com eliminação das empresas de menor porte – o mesmo ocorrendo no setor de bens de equipamento por encomendas.

Parte II: 1994-1998

Ao longo do Plano Real (1994-98), as empresas optaram pelo reforço nas atividades de fabricação e montagem, aproveitando-se do barateamento das importações pelo câmbio valorizado e queda das tarifas – em um processo de "*catch up* produtivo". Novamente, como nos primeiros anos da década, o esforço inovativo também foi deixado em segundo plano (Castro, 2012, p. 119).

As empresas concentraram-se, durante a segunda metade dos anos 1990, em reduzir custos (busca por excelência operacional), ao mesmo tempo em que renovavam suas linhas de produtos. Esse movimento teria sido distinto do ocorrido no início dos anos 1990, quando os esforços maiores ocorreram na direção de uma "revolução gerencial" e de cortes e simplificação de produtos no portfólio das empresas.

Quanto ao desempenho exportador, o fato é que as exportações de manufaturas pouco se ampliaram no período 1994-1998. Considerando o índice "Exportações brasileiras de manufaturados/Exportações mundiais de manufaturados (em volume)" e tomando 1993 como ano base (1993 = 100), em 1999, o índice atingiu 70. Em outras palavras, houve redução da participação das exportações brasileiras de manufaturados em relação às mundiais. O índice só retornaria a 100 em 2005, após a desvalorização e um lento processo de recuperação. (Souza, 2009).

A Tabela 5, a seguir, mostra um crescimento das exportações de produtos básicos no período 1994-1997, retraindo-se posteriormente, frente à própria redução do crescimento mundial. Já as exportações de manufaturados seguem aumentando até 1998. No ano da desvalorização (1999), houve queda das exportações de manufaturados devido ao chamado efeito "J" (defasagem entre a desvalorização e incremento das exportações) e também por queda do preço desses bens.

Tabela 5. Brasil – Exportação de Bens, 1990-1999 (US$ milhões)

	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Operações Especiais	Total
1990	8.746	5.108	17.011	549	31.414
1991	8.737	4.691	17.757	435	31.620
1992	8.830	5.750	20.754	459	35.793

1993	9.366	5.445	23.437	307	38.555
1994	11.058	6.893	24.959	635	43.545
1995	10.969	9.146	25.565	826	46.506
1996	11.900	8.613	26.413	821	47.747
1997	14.474	8.478	29.194	848	52.994
1998	12.977	8.120	29.387	656	51.140
1999	11.828	7.982	27.329	872	48.011

Fonte: Secex, elaboração Giambiagi *et al*., 2011.

Durante o Plano Real, as indústrias tradicionais (têxtil, confecções e calçados) foram levadas a uma severa crise, quando diversas empresas de menor porte foram fechadas ou foram compradas, ao mesmo tempo em que algumas se fortaleceram através da compra de equipamentos. No caso das empresas de maior conteúdo tecnológico, a ausência de escala, domínio tecnológico e as dificuldades financeiras levaram ao desaparecimento de muitas firmas e redução das atividades de pesquisa. Em sua grande maioria, as empresas de bens comercializáveis, por um lado, sofriam pela maior competição, por outro, vislumbravam uma grande oportunidade de adquirir equipamentos internacionais e eliminar (ou reduzir) a defasagem tecnológica com que operavam (Castro, 2012, p. 110-12).

As respostas no setor de comercializáveis se concentraram em dar prosseguimento à reestruturação, buscando métodos modernos de gestão de fábrica e estoques; implementar novas renovações nas linhas de produtos; aumentar as importações de insumos e equipamentos; e deslocar-se para regiões com infraestrutura e/ou mão de obra mais baratas. Outro fenômeno relevante foi a venda de empresas ao longo da década, sobretudo de empresas nacionais ou filiais de empresas estrangeiras para empresas estrangeiras (nos setores farmacêutico, higiene e limpeza, eletrônico, químico, alimentar, autopeças e comércio varejista). No que se refere à compra de empresas brasileiras por outras nacionais, as maiores aquisições se deram nos setores têxtil, vestuário e calçados, seguidos por indústria mecânica, papel e celulose, petroquímica e construção civil (levantamento feito pela Securities Data e pela KPMG, em Iedi, p. 10 e 11, citado em Castro, 2012, p. 112).

Em alguns setores como eletrônica, brinquedos e bicicletas, a proporção de insumos importados se tornou tão grande que praticamente não havia mais transformação industrial no país. Em contrapartida, nas empresas que atuavam no

setor de bens alimentícios, a explosão de consumo no Real levou a uma proliferação de firmas que disputavam nichos de menores preços para consumo popular (mercado das "tubaínas" e "mercado cinza" – Castro, ibidem).

Tabela 6. Composição das Importações, 1990-1999 (US$ milhões)

Ano	Matérias-primas e produtos intermediários	Combustíveis e lubrificantes	Bens de capital	Bens de consumo					Total
				Não duráveis	Duráveis			Total	
					Automóveis	Outros	Total		
1990	9.158	5.288	3.963	1.491	31	729	760	2.251	20.661
1991	9.779	4.690	4.218	1.505	142	706	848	2.353	21.040
1992	9.581	4.457	4.434	1.152	304	626	930	2.082	20.554
1993	12.964	3.980	5.089	1.462	676	1.085	1.762	3.224	25.256
1994	15.964	3.987	7.585	2.428	1.435	1.678	3.113	5.541	33.079
1995	22.288	4.684	11.486	4.876	3.039	3.058	6.098	10.974	49.972
1996	24.714	5.929	12.918	5.199	1.562	3.024	4.586	9.785	53.346
1997	26.867	5.597	16.098	5.533	2.465	3.187	5.652	11.185	59.747
1998	26.783	4.100	16.102	5.508	2.677	2.592	5.269	10.777	57.763
1999	24.059	4.258	13.577	4.218	1.214	1.969	3.183	7.401	49.295

Fonte: Secex, elaboração Giambiagi *et al.* 2011.

A Tabela 6 mostra o aumento das importações de bens e equipamentos, o que permitiu saltos de produtividade à economia brasileira. As importações de bens intermediários e matérias-primas também se elevaram consideravelmente. Entre os bens de consumo, o destaque foi o crescimento dos automóveis, cujo valor mais do que dobrou nos dois primeiros anos do Plano, em virtude da drástica queda de tarifas realizada pelo governo, posteriormente revista.

PROVA DE 2015

Questão 4

Desde o final do século XIX até o presente, o Brasil vem sofrendo com crises de balanço de pagamentos. Dentre as várias que ocorreram neste período, destaque duas que você considere relevante para a história econômica do Brasil e descreva-as procurando encontrar pontos de contato e afastamento, tanto de suas causas e consequências, quanto das suas formas de enfrentamento.

Resolução

Dentre as diversas crises de balanço de pagamentos, selecionamos duas relativamente recentes: a crise de 1982 e a de 1999.

Ambos os episódios foram precedidos por um cenário de elevada liquidez internacional. No caso da crise dos anos 1980, o primeiro choque do petróleo (1973) foi sucedido, após um momento inicial de retração da liquidez, por vultuosos influxos de recursos para países emergentes – denominados "petrodólares". Face à abundância desses recursos, diversos países, como o Brasil, se endividaram em dólares, a juros flutuantes.

De forma semelhante, nos anos 1990, após a renegociação da dívida externa dentro do chamado Plano Brady, a América Latina se viu beneficiada por abundantes entradas de capital. No Brasil, entretanto, esse fenômeno durou um período menor de tempo, comparativamente, ainda que os fluxos tenham sido expressivos no início do Plano Real. De fato, o Brasil concluiu suas renegociações nos moldes do Plano Brady tardiamente, apenas em 1994. Ao final deste mesmo ano, o México abandonou seu regime de câmbio administrado, o que gerou uma fuga de capitais em países emergentes – fenômeno que ficou conhecido como "Efeito Tequila". Embora a liquidez tenha retornado, em 1996, já em 1997 o mercado de emergentes foi abalado pela crise asiática e, na sequência, pela crise russa, em 1998.

Outro ponto em comum entre as duas experiências é que os dois episódios de crise de balanço de pagamentos foram precedidos de crises

cambiais de outros países emergentes – tendo o Brasil sofrido o que se conhece na literatura por “contágio”. No caso do colapso de 1982, este se deu após a moratória mexicana; e, no caso da crise de 1999, o Brasil sofreu um ataque especulativo após a crise russa. O contágio se deu, tanto nos anos 1980 quanto nos anos 1990, pelo fato de o Brasil estar vulnerável em suas contas fiscais e externas.

De fato, em 1981, ano que precede uma crise do balanço de pagamentos, as necessidades de financiamento do setor público no Brasil atingiram 6,3% do PIB no conceito operacional e 13,3% no conceito nominal. A deterioração fiscal resultava: 1) da resistência do gasto público à baixa; 2) dos efeitos danosos do ajuste externo do período de 1979-80, que elevaram os encargos da dívida interna (pela elevação dos juros reais e correção cambial) e da dívida externa (devido à Resolução 432 e à Circular 230 do Bacen, que contribuíram para a chamada ‘estatização’ da dívida externa). Estas mantinham o déficit nominal em crescimento, malgrado os esforços restritivos da política fiscal implantada nos primeiros anos da década de 1980 (ver resposta da Prova de 2006, questão 11, item 4). Por fim, as contas fiscais eram ainda negativamente afetadas pela própria retração econômica vivida (-4,3% de crescimento real em 1981), que provocava redução da arrecadação federal.

É importante ressaltar que, naquele período, a inflação erodia a receita real do governo, provocando o que se conhece por “Efeito Tanzi”. Neste contexto, a dívida líquida do setor público em 1981 foi de 26,7% do PIB e a inflação, medida pelo deflator do PIB, foi de 101%.

Em 1998, ano que também precede uma crise do balanço de pagamentos, a deterioração fiscal era de outra natureza. Esta não se devia ao “Efeito Tanzi”, nem tampouco a resultados de estatização da dívida ou da correção cambial (como ocorrido após a maxidesvalorização de 30% realizada em 1979). A situação da arrecadação era um pouco melhor, já que a carga tributária era ligeiramente superior (27,4% do PIB em 1998, frente a 25,2% em 1981) e o efeito do crescimento do PIB real menos significativo, já que o crescimento foi nulo (contra uma recessão profunda em 1981).

Em 1998, o resultado operacional do setor público se deveu, na sua integridade, ao peso dos juros reais pagos pela dívida, cujo estoque montava a 38,9% do PIB. O déficit operacional foi de magnitude semelhante ao de 1981 (6,6% do PIB), mas, em virtude do controle da inflação, o déficit nominal foi bastante inferior: 7,0% do PIB. Uma das grandes diferenças entre os períodos está, pois, no comportamento da inflação, que, em 1998, estava sob controle, atingindo 4,2% no mesmo conceito de deflator do PIB.

No que se refere às contas externas, a deterioração do déficit de transações correntes nos anos 1980 se deu primordialmente por choques externos: segundo choque do petróleo e choque dos juros (elevação dos juros pela política Volcker). Já ao final dos anos 1990, a deterioração das transações correntes se deu pelo baixo dinamismo das exportações brasileiras e pelo aumento das importações, em um contexto de câmbio apreciado, coerente com a estratégia de estabilização através de âncora cambial. Os juros americanos, em 1998, ao contrário do ocorrido no início dos anos 1980, reduziram-se de 5,25 para 4,75% ao ano e assim permaneceram até meados de 1999.

No que tange às respostas dadas, em 1982, o governo recorreu ao FMI, que impôs maior rigor às políticas monetária e fiscal, já então restritivas. No início de 1983, foi realizada uma maxidesvalorização de 30%, que teve graves consequências inflacionárias, tendo o deflator do PIB atingido 201,7% no ano seguinte. Em virtude da maxidesvalorização, da recuperação da economia americana, mas, sobretudo, pela maturação dos investimentos do II PND, o Brasil passou a ter superávits expressivos na Balança Comercial a partir de 1983. Os superávits perduraram durante uma década (até 1994), com uma redução mais significativa apenas no ano do Plano Cruzado, em 1986.

Já em 1999, após uma tentativa de acordo com o FMI e o anúncio de 51 medidas de natureza fiscal que não tiveram qualquer efeito prático, o governo acabou por abandonar a paridade cambial, iniciando um regime de câmbio flutuante associado a um regime de metas inflacionárias e superávits fiscais. Para evitar que a desvalorização se traduzisse em repasse aos preços, os juros foram elevados para 45% – o que foi bem sucedido do

ponto de vista do controle inflacionário. O efeito sobre as contas externas, porém, demorou a surgir, em parte pelos baixos preços de *commodities*. A recuperação se tornou mais vigorosa apenas em 2003, quando aos efeitos do dólar depreciado se somaram as transformações decorrentes da entrada da China na OMC em dezembro de 2001, que se refletiram em maiores compras de produtos básicos do Brasil.

PROVA DE 2016

Questão 3

> **Nas décadas de 1950, 1960 e 1970, o Brasil recorreu a financiamento externo em suas distintas formas: IDE, créditos oficiais e empréstimos de curto e longo prazos. Relacione estas distintas formas de captação com as dinâmicas econômicas internacional e doméstica e, de forma breve, discuta as consequências para a restrição externa de cada uma destas formas de financiamento.**

Resolução

O investimento direto externo refere-se ao fluxo de recursos que ingressam em um país com intuito de adquirir propriedade de uma empresa, em outro país. Diferentemente dos recursos de portfólio, sua dinâmica está relacionada a perspectivas de longo prazo da economia: a evolução esperada da demanda interna, a incerteza institucional no país receptor, as condições para a remessa de lucros e dividendos, a possibilidade de o país se tornar uma plataforma exportadora, além da evolução prospectiva de variáveis diretamente relacionadas à rentabilidade dos projetos. Já os Empréstimos de Curto e Longo Prazo relacionam-se a dívidas contraídas junto a bancos no exterior. Por serem empréstimos, são condicionados à liquidez internacional e às condições oferecidas pelos credores, incluindo a percepção de risco do país receptor. Os créditos oficiais, por fim, se referem aos empréstimos junto a organismos internacionais, que geralmente se sucedem após uma crise ou dificuldades de financiamento do Balanço de Pagamentos.

De acordo com a tradição cepalina e keynesiana, o Brasil viveu durante muitas décadas uma situação de severa restrição externa, tendo seu crescimento restrito por consecutivos “estrangulamentos externos”. Em ambos os casos, as teses se opõem às teorias neoclássicas (supply-orientated approach), onde o crescimento econômico é determinado pela taxa de crescimento dos fatores de produção: capital, força de trabalho e tecnologia. As análises cepalina e keynesiana, em contraposição às ditas teses

neoclássicas, partem do pressuposto de que pode haver restrição ao crescimento relacionada à evolução da demanda agregada. Em particular, uma importante restrição ao crescimento é imposta pelo Balanço de Pagamentos.

Na tradição cepalina, devido à existência de elasticidades perversas, termos de troca desfavoráveis, "gargalos estruturais" (baixa mecanização da agricultura e deficiências de infraestrutura) e, ainda, de uma inserção internacional passiva, haveria uma tendência nos países em desenvolvimento a constituir déficits de transações correntes recorrentes. Estes terminariam por abortar ciclos de crescimento. O próprio modelo de substituição de importação, embora pretendesse reduzir a vulnerabilidade externa a partir da industrialização, induzia a (novas) crises de Balanço de Pagamentos, em virtude de sua própria dinâmica. Isto porque o crescimento da renda (induzido pela substituição) levava ao aumento das importações, ocasionando nova crise no Balanço de Pagamentos.

Já na tradição keynesiana, onde o crescimento é liderado pela demanda, os níveis e as taxas de crescimento são distintos entre as economias em virtude de diversas restrições, sendo a restrição externa a mais relevante para economias abertas sem moeda conversível (restrição dada pela escassez de divisas para importar insumos e capital fundamentais para o crescimento). Nesta literatura, destacam-se os trabalhos de Thirlwall (1979) que mostrou, ampliando a análise keynesiana tradicional de economia fechada, que a taxa de crescimento de longo prazo compatível com a restrição do Balanço de Pagamentos é dada pela razão entre a taxa de crescimento das exportações (ou elasticidade-renda das exportações multiplicada pelo crescimento mundial) e a elasticidade-renda das importações. Este resultado ficou conhecido como "Lei de Thirlwall": a taxa de crescimento de um país se aproximará da proporção de sua taxa de crescimento das exportações e de sua elasticidade-renda da demanda por importações.[3]

Sob a ótica da restrição externa, podemos identificar, ao longo dos anos 50, 60 e 70, momentos de relaxamento, mas também de agravamento desta

restrição no Brasil, seja por condicionantes internos, seja por fatores externos.

Por exemplo, ao longo da primeira metade dos anos 1950, tanto o IED quanto os Empréstimos de Curto e Médio Prazo eram pouco representativos. Não houve tampouco fluxos significativos advindos de empréstimos oficiais, em virtude da guinada da orientação do governo americano em relação à America Latina e o abandono das promessas de financiamento norte-americano aos projetos da Comissão Mista Brasil Brasil-Estados. Esta situação de baixa entrada de recursos, somada a problemas como a sobrevalorização do cruzeiro, a retração das exportações de café, pagamento de atrasados comerciais, entre outros, levaram a uma crise do Balanço de Pagamentos em 1952. A restrição externa, portanto, levou a uma ruptura, fazendo o país parar de crescer.

Já no período que compreende a segunda metade dos anos 1950: de 1955-1960, houve forte entrada de investimento estrangeiro direto (IED). Isto ocorreu não apenas pelas boas perspectivas de evolução do país (que cresceu a taxas próximas de 8%), mas também pelos incentivos concedidos. De fato, uma razão para a forte entrada de investimento externo neste período foi a criação da Instrução 113 da Sumoc, baixada em 1955. Mais de 50% do total do investimento externo direto que ingressou no Brasil entre 1955 e 1960 o fez sob a égide daquela instrução e mais de 60% dos empréstimos e financiamentos obtidos pelo Brasil no período ingressaram sob a forma de máquinas, veículos e equipamentos sem contrapartida cambial, o que passou a ser permitido justamente por esta Instrução (Villela, A., 2011, p. 32). A própria alteração das condições para remessa de lucros e dividendos, que poderia ser feita também para reinvestimentos, contribui para a atração de IED.

No início dos anos 1960, a crise política brasileira, a queda na perspectiva de crescimento e, ainda, as mudanças na lei de remessas de dividendos e as desapropriações de empresas estrangeiras reduziram fortemente o ingresso de IED, bem como de empréstimos de curto e médio prazo – novamente, criando dificuldades para o financiamento dos déficits externos.

A partir de 1967, já no contexto do milagre, a abundante liquidez internacional propiciada pelos Eurodólares e, posteriormente, nos anos 1970, pelos petrodólares (no II PND), favoreceu a entrada de empréstimos de curto e longo prazo no país. Esses fluxos tiveram crescimento acentuado no período que vai de 1968 até o final dos anos 1970. Ao mesmo tempo, diante de tal abundância de liquidez internacional, os empréstimos de regularização (FMI e outros) ficaram zerados entre 1969 e 1980. Já os IED cresceram no período do Milagre (1968-73) e se mantiveram em patamares elevados no período que corresponde ao II PND (1974-79), com forte crescimento ao final do período. Este período se caracteriza por um relaxamento na restrição externa, acompanhado de elevado crescimento.

PROVA DE 2017

Questão 2

A política cambial é um dos mais importantes instrumentos da condução da política macroeconômica. No Brasil tivemos distintas políticas cambiais em diferentes épocas, buscando responder objetivos específicos de políticas macroeconômicas. Comente as características, objetivos e resultados de três destas políticas: a política de câmbios múltiplos instituída pela Instrução de n. 70 da SUMOC, a política de minidesvalorizações do período do Milagre Econômico e a política de âncora cambial estabelecida pelo Plano Real.

Resolução

A Instrução 70 da Sumoc foi baixada em 9 de outubro de 1953. Na prática, ela pôs fim ao sistema de licenças de importação (controle quantitativo, portanto) então em vigor e o substituiu por outro, baseado em leilões de câmbio a serem realizados em bolsa.

Por este novo sistema, o governo centralizava, novamente, as operações cambiais no Banco do Brasil, a quem os exportadores deveriam, obrigatoriamente, vender as suas cambiais a determinada taxa. Já os importadores ficavam obrigados a disputar estas cambiais em leilões promovidos periodicamente pelo governo. Em um primeiro momento, foram criadas cinco categorias de produtos, em ordem decrescente de ‘essencialidade’. As divisas que eram adquiridas dos exportadores (pagando-se uma taxa de câmbio, relativamente menos favorável, aos cafeicultores), em seguida eram alocadas em quantias decrescentes nas cinco categorias dos leilões de importação. Como resultado, as taxas que emergiam dos leilões tendiam a ser mais favoráveis aos importadores quanto mais ‘essenciais’ os produtos. Tipicamente, eram beneficiadas por tal política as importações de máquinas e insumos industriais cuja oferta doméstica era inexistente ou insuficiente.

Com o sistema de leilões criado pela Instrução 70, o governo visava alcançar dois objetivos simultaneamente. Em primeiro lugar, pela via da introdução de mecanismo de mercado, pretendia-se melhorar a alocação de

recurso escasso no pós-Guerra, qual seja, moeda estrangeira. Tal medida se fazia urgente em face da crise cambial que se experimentava à época, crise esta que não foi aliviada pela criação, no início do ano, do chamado ‘mercado livre’ de divisas, que procurava incentivar a entrada de capitais do exterior mediante a sua conversão a uma taxa de câmbio mais depreciada. Em segundo lugar, o governo antevia uma fonte de recursos fiscais, resultante do lucro obtido a partir da diferença entre o preço pago pelo governo aos exportadores por suas cambiais e aquele a que eram vendidas estas mesmas cambiais nos diversos leilões.

Os resultados obtidos pelo sistema foram os esperados. A alocação de divisas através de leilões subtraiu parte da discricionariedade que caracterizava o antigo regime de licenças de importação. Adicionalmente, os recursos fiscais advindos da diferença entre os preços pagos pelas cambiais aos exportadores e aqueles a que estas eram vendidas aos exportadores alcançariam montante significativo – em particular, na segunda metade da década, durante o governo JK. Por fim, o sistema de leilões foi utilizado – tanto pelo governo como por empresários – para direcionar a política de desenvolvimento industrial, ao tornar mais fácil (isto é, com taxa de câmbio, relativamente, mais apreciada) a importação de bens de capital e insumo industriais, ao mesmo tempo em que dificultava (via um câmbio mais depreciado) a importação de artigos finais que pudessem fazer concorrência à produção doméstica. Com isso, a industrialização substitutiva de importações pode avançar durante o Plano de Metas do governo JK.

A política de minidesvalorizações cambiais (‘crawling peg’) da época do Milagre passou a vigorar a partir de 27 de agosto de 1968, após desvalorização (da taxa fixa) do cruzeiro de 13,35%. As minidesvalorizações do câmbio ocorreriam em intervalos de 1-2 meses, tendo se estendido até o final de 1979, quando ocorre a maxidesvalorização de 30%.

Com a introdução deste sistema, procurava-se manter, grosso modo, estável a paridade do cruzeiro em relação ao dólar, evitando os recorrentes períodos de ‘atraso cambial’ (apreciação real) experimentados no passado.

Tal política combinar-se-ia com incentivos de toda a espécie dados ao setor exportador, com o objetivo maior de se promover ampliação das exportações brasileiras e sua diversificação, tanto em termos de produtos exportados como mercados de destino.

Os resultados dessa política foram, claramente, positivos. Ainda que não tenha evitado, na prática, alguma apreciação real da taxa de câmbio, o sistema de 'crawling peg', em conjunto com os estímulos acima mencionados, ajudou a promover significativa expansão do valor das exportações brasileiras. Estas passaram de uma média de US$ 1,6 bilhão em 1965-1967 para mais de US$ 6 bilhões em 1973, em meio à diversificação da estrutura da pauta (na direção de produtos manufaturados e semielaborados) e dos mercados de destino.

No que se refere ao Plano Real, embora seja consensual que a política cambial tenha sido um dos pilares para a estabilização dos preços, ao longo do período 1994-1999 esta última variou bastante. A rigor, é possível identificar, pelo menos, quatro fases bem distintas na condução da política cambial no Plano Real (Souza, 1998). A Fase I corresponde à de livre flutuação cambial, quando o governo ainda buscava defender metas monetárias introduzidas logo após o lançamento da nova moeda (entre julho e setembro de 1994). A ela se seguiu uma etapa de âncora cambial rígida, em que o câmbio permaneceu, na prática, fixo no patamar R$ 0,84/US$ por cinco meses (Fase II). Os efeitos da crise do México (iniciada em dezembro de 1994) levaram, porém, a uma nova mudança na política cambial brasileira. Em face da perda de reservas devido ao "Efeito Tequila", o Banco Central decretou uma minidesvalorização cambial de cerca de 6% em março de 1995. Seguida por um período de "experimentação com pequenas correções aleatórias da cotação do dólar" (ibidem, p. 9), que revelava a indecisão em relação aos rumos da política cambial nessa terceira fase. Finalmente, o governo entrou numa quarta fase, em que pequenas desvalorizações cambiais foram convergindo para um percentual estável, em torno de 0,6% ao mês, que durou até o final de 1998.

Apesar das mudanças sofridas no regime cambial, o Plano Real apresentou diversas características comuns aos planos baseados em âncora

cambial adotados em países de longa história inflacionária. Assim como nas demais experiências, houve: apreciação cambial (decorrente de um câmbio pouco flexível e da resistência à queda da inflação); *boom* inicial na atividade real da economia (‘festa da estabilização’) e desaceleração posterior do crescimento; queda (inicial) do desemprego e reversão, com a entrada em vigor da fase descendente do ciclo. A expansão do produto (também) se realizou, principalmente, sobre o consumo, apesar de ter ocorrido aumento do investimento produtivo e ganhos significativos de produtividade; os salários reais, nos primeiros períodos do Plano Real, também se elevaram (porém, neste caso, outros elementos, além da mudança de preços relativos a favor dos *nontradables*, tiveram influência); os índices de preços ao consumidor tenderam a ficar, numa primeira fase, acima dos índices de preços por atacado (onde os *tradables* têm maior peso), tendo ambos convergido para a inflação internacional; houve rápida deterioração da balança de conta-corrente (no caso brasileiro, de forma contínua até 1997 e ligeira melhora em 1998, está explicada pela retração da economia). Os déficits em transações correntes no Brasil foram financiados por fluxos de capital, abundantes durante certo tempo, que (também) se reverteram em momentos de crise de confiança. E, por fim, houve uma crise cambial em janeiro de 1999 (Ver Castro, L. 2016), resultando em mudança do regime cambial brasileiro, na direção de uma flutuação menos controlada.

Questão 3

Os dois períodos de crescimento econômico mais intenso da história do Brasil são aqueles denominados de período do Plano de Metas e período do Milagre Econômico. Discuta os pontos comuns e distinções entre estes dois períodos e também se há alguma conexão entre eles, enfatizando os seguintes aspectos: fatores determinantes do crescimento, participação do setor público, inserção internacional (comercial e financeira), desempenho da agricultura, e mercado de trabalho.

Resolução

(ver a Questão 3, Prova de 2008)

Uma primeira semelhança entre o período do Plano de Metas e o do Milagre é dada pelo papel central que, em ambos, desempenhou a indústria produtora de bens de consumo duráveis. O crescimento deste segmento à taxa média de 20% a.a. observado entre 1956-60 seria repetido no período 1968-73, facilitado, neste caso, pela ampliação maciça do crédito direto ao consumidor.

Em se tratando das fontes 'aproximadas' do crescimento, em ambos os períodos este último resultou, sobretudo, de aumentos de produtividade e da acumulação de capital fixo; os ganhos em termos de capital humano foram desprezíveis nos dois casos.

A vigorosa expansão industrial observada em ambos os períodos foi facilitada por ambiente internacional favorável, permitindo absorção de poupança externa, que complementaria as fontes domésticas.

O setor público teve papel decisivo tanto durante o Plano de Metas como no Milagre. No primeiro caso, na qualidade de agente planificador e estando à frente de investimentos produtivos nas duas áreas que mais concentraram recursos, a saber: transportes e energia. O Estado, igualmente, teve papel ativo durante o Milagre; neste caso, o planejamento não teria papel tão decisivo (ainda que o governo tenha lançado o Plano de Integração Nacional – PIN, em 1970, dando início a grandes obras de infraestrutura, a exemplo da Rodovia Transamazônica, Ponte Rio-Niterói e Itaipu). Em contrapartida, durante o Milagre cresceu enormemente a concessão de incentivos fiscais e subsídios ao setor privado, direcionados à promoção de exportações, setores específicos ou regiões. Tais transferências de recursos constituiriam fração importante do gasto público no período, gasto este significativamente superior (tanto em termos absolutos quanto como proporção do PIB) ao verificado durante o governo JK.

O Plano de Metas beneficiou-se da inserção internacional da economia brasileira, que se traduziria na absorção de fluxos de empréstimos e investimento direto do exterior. Pelo lado comercial, porém, houve, entre 1956-60,
queda do valor das exportações do Brasil (devido ao recuo no preço internacional do café) e modesto aumento das importações. Já no período

do Milagre, as condições de abundante liquidez externa permitiram acumulação de volume considerável de dívida e criação de um amplo ‘colchão’ de divisas internacionais. Ao mesmo tempo – e em claro contraste com as décadas anteriores – os fluxos comerciais tiveram grande expansão, com importações e exportações que cresceram a taxas médias anuais de 27,5% e 24,6%, respectivamente.

O foco principal do Plano de Metas, como é sabido, foram os setores industrial e de infraestrutura. Com isso, o setor agrícola foi relegado a posição secundária. Não obstante, o crescimento da economia como um todo terminou estimulando a expansão da produção agrícola no período, que cresceu a respeitáveis 7,2% a.a. (contra crescimento médio de 3,3% a.a. no quinquênio anterior). A produção agrícola cresceria, em média, 4,5% a.a. no período 1968-73, mas ainda a ritmo superior ao da expansão da população, estimada em 3% a.a.

As evidências esparsas, disponíveis em fontes como as PNAD de 1968 e de 1973, revelam um crescimento médio anual de 4,3% do emprego nas principais regiões metropolitanas do país durante o Milagre. Tal crescimento se estendeu a todos os setores da economia e regiões, ainda que em ritmos distintos dependendo do seu dinamismo relativo.

Questão 5

Importante debate vem sendo realizado sobre a possível “desindustrialização” da economia brasileira nas últimas décadas. Exponha as principais controvérsias que marcam tal debate e os argumentos envolvidos nas mesmas.

Resolução

Podemos identificar duas grandes posições no debate. Na primeira, há um conjunto de autores que nega parcialmente a existência de uma desindustrialização no Brasil (esta não seria tão grave como alardeada) e que, sobretudo, esse não seria um fenômeno problemático para o crescimento. Em contraposição, um conjunto de autores alerta para os perigos da desindustrialização na dinâmica do crescimento e para o desenvolvimento.

O livro “O Futuro da Indústria no Brasil: desindustrialização em debate” (Bacha, E. e De Bolle, 2015) reúne uma série de autores e sintetiza o primeiro grupo de economistas anteriormente mencionado. Destaca-se, no livro, o artigo escrito por Regis Bonelli, Samuel Pessoa e Silvia Matos. Os autores defendem que a desindustrialização em curso nas últimas décadas é, se devidamente corrigida por preços, menor do que se supõe. Adicionalmente, o Brasil estaria, na realidade, sobreindustrializado na década de 1970, devido aos esforços do governo nessa direção. Nos tempos mais recentes, essa distorção teria sido corrigida. Fazendo uma correção na série sobre a participação no PIB da indústria, a preços constantes de 1995, os autores concluem que o Brasil teria, sim, se desindustrializado a partir de 1976, em virtude dos ganhos de produtividade na agricultura e nos serviços, mas que atualmente estaria apenas marginalmente abaixo do padrão internacional.

Outros autores neste mesmo livro buscam negar que o fenômeno da industrialização esteja associado à apreciação real da taxa de câmbio. Nessa linha, analisando o período 2005-11, Edmar Bacha argumenta que a desindustrialização ocorreu mais por conta da elevação dos preços das *commodities* e da entrada de capitais estrangeiros, do que propriamente da apreciação cambial. Outros artigos no mesmo livro ressaltam como causa da desindustrialização: a) o crescimento salarial acima da produtividade do trabalho, resultado de uma política fiscal expansionista numa situação próxima a pleno emprego; b) efeitos defasados da política monetária e menor crescimento global; c) impactos da política fiscal expansionista mais expressivos no PIB dos serviços do que no PIB industrial, entre outros. Em alguns artigos, questiona-se a ideia de que *commodities* são bens inferiores a produtos manufaturados, por apresentarem baixo valor agregado, pouca tecnologia incorporada, assim como questiona-se a validade da tese cepalina de deterioração secular dos termos de troca (Moreti, F, 2011).

Na linha oposta do livro acima mencionado há várias argumentações e inúmeros artigos. Uma linha que merece destaque pelo seu peso no debate é a que defende que o Brasil estaria sofrendo de uma “doença holandesa”, cujas consequências são: queda das taxas de crescimento da indústria

manufatureira, salários artificialmente elevados, desemprego e recuos no desenvolvimento (Bresser Pereira, 2008). Como representantes dessa corrente cabe citar, além de Bresser-Pereira, Nelson Marconi, Jose Luiz Oreiro, Carmen Feijó – entre outros.

A doença holandesa ocorre quando a existência de abundantes recursos naturais (ou humanos) mantém – pelo acúmulo de superávits comerciais ou por atração de capital – a taxa de câmbio sobrevalorizada por um período longo. Neste contexto, torna-se não rentável a produção de bens comercializáveis (usando a tecnologia do estado das artes) e reduz-se o crescimento da demanda, pois limitam-se as oportunidades de investimento. Tudo se passa como se o país tivesse uma taxa de câmbio dual de equilíbrio: a taxa corrente e aquela que tornaria eficiente a indústria de produtos comercializáveis. As evidências de que o Brasil estaria sofrendo da doença holandesa seriam: a) houve uma apreciação da taxa de câmbio, em função do aumento das exportações no período mais recente; b) a balança comercial das *commodities* evoluiu de forma muito melhor do que a dos manufaturados; c) a taxa de câmbio prejudicou em particular a balança comercial dos manufaturados, mas foi compensada por outros fatores (como elevados preços) para o setor exportador de *commodities*. Como consequência maior da doença, houve crescimento menor do PIB da indústria brasileira, quando comparado com a de outros países em desenvolvimento. Vale notar que vários autores contestaram a tese da doença holandesa para o caso brasileiro, alguns por críticas às premissas do modelo, outros a criticam empiricamente.

Diversos autores (chamados, em geral, de “heterodoxos” ou “desenvolvimentistas») argumentam que ainda que *commodities* possam ter conteúdo tecnológico e adicionar o valor agregado, a indústria o faz em muito maior escala. Os ganhos de produtividade da indústria seguem sendo maiores, em comparações internacionais. Ademais, produtos industriais têm maior capacidade de promover ganhos de produtividade nas cadeias produtivas, com efeitos de encadeamento para trás e para frente. A indústria absorve mais mão de obra qualificada e é mais capaz de gerar emprego formal. Argumenta-se que, através da promoção da indústria, há ganhos

dinâmicos e estáticos de escala, elevando a produtividade da economia, e ocorre difusão de progresso técnico. Ademais, a industrialização permite menor volatilidade em relação a preços internacionais e, portanto, reduz a vulnerabilidade de um país em relação a choques externos. Enfatiza-se a importância dos investimentos em inovação como arma da competição internacional.

Em suma, a conclusão mais geral do que aqui caracterizamos em um primeiro grupo é de que: a) a desindustrialização no Brasil é um fenômeno natural, consequência do próprio desenvolvimento do país e menos intenso do que geralmente se supõe; b) não há por que temer uma especialização do país na produção de *commodities* ou, em outros termos, a desindustrialização. Já para o segundo grupo aqui caracterizado: a) a desindustrialização da economia brasileira ocorre de forma precoce, isto é, antes de alcançados determinados padrões de renda *per capita*, como ocorreu em experiências internacionais – o que é temerário; b) a indústria sofre efeitos de câmbio e, em maior ou menor medida, o país padece de uma espécie de doença holandesa; c) a opção por um modelo de desenvolvimento mais especializado em *commodities* traria grandes vulnerabilidades para o país e, provavelmente, uma crescente distância dos ganhos de produtividade, em relação a países que optam pela promoção da indústria e, sobretudo, pela promoção da inovação.

PROVA DE 2019

Questão 1

Crises cambiais costumam dificultar o pagamento de passivos externos, cuja solução exige negociações que podem envolver governos, agentes privados e instituições multilaterais internacionais. Apresente sucintamente esse processo de negociação nas crises dos anos 1890, de 1929 e de 1982.

Resolução

A crise dos anos 1890 tem a sua origem no episódio do Encilhamento, no qual se juntaram forte expansão monetária e euforia na bolsa de valores do Rio de Janeiro. Ao estouro desta "bolha" somar-se-iam os efeitos da Crise Barings na Argentina, provocando fuga de capitais estrangeiros do Brasil. A depreciação cambial resultante teve dois efeitos principais: estimulou a expansão do setor cafeeiro (dado o aumento do valor das receitas de exportação em mil-réis) e onerou as finanças públicas, ao aumentar o valor, em moeda nacional, dos débitos em moeda estrangeira do governo (dívida externa e gastos, por exemplo, com a compra de equipamentos militares). A posição fiscal do governo pioraria ainda mais no restante da década, face aos gastos crescentes com o combate a revoltas internas, no Sul e em Canudos. Junto a esta deterioração fiscal houve desvalorização adicional da taxa de câmbio, provocada pelo sensível aumento das remessas oficiais para o exterior, em meio a queda de quase 50% no valor (em £) das exportações brasileiras de café entre 1895 e 1898, fruto da forte expansão da lavoura no início do período republicano. Diante deste quadro, o presidente-eleito, Campos Salles, negocia empréstimo internacional em Londres em 1898 (o 1º *Funding Loan*). Totalizando £10 milhões, este crédito permitiria ao Brasil pagar os juros incidentes sobre a sua dívida externa, ficando os pagamentos da amortização da mesma suspensos até 1911. Como contrapartida deste empréstimo – e tendo em vista a fraqueza de sua posição negociadora –, o governo brasileiro comprometeu-se a adotar uma série de medidas deflacionárias, incluindo

forte contração monetária e aumento de impostos, como o de consumo e o de importação, este último a partir da cobrança de parte da tarifa ‘em ouro’ (isto é, indexada à taxa de câmbio).

A crise cambial que atingiu o Brasil em 1929-1930 resultou da conjugação de colapso do valor das exportações de café e retraimento dos fluxos de capitais estrangeiros. Diante do esgotamento das reservas cambiais do país, o governo (em seus três níveis) viu-se impossibilitado de manter em dia o pagamento integral do serviço da dívida externa. Em 1931, foi negociado novo empréstimo de consolidação (*Funding Loan*). Este garantia o pagamento integral do serviço dos dois *Fundings* anteriores (1898 e 1914); já os juros dos empréstimos federais anteriores seriam pagos com títulos de 5%, cuja emissão correspondia ao *Funding* de 1931. Foram suspensas as amortizações destes empréstimos antigos e o novo acordo nada dispunha sobre as dívidas externas estaduais e municipais (ver Abreu, *A Ordem do Progresso*, p. 77). A crise de 1929 foi um elemento central para justificar a profunda mudança que ocorreria no Estado brasileiro, a partir dos anos 1930. Esse passaria a ser mais centralizado, com maior grau de autonomia em relação às oligarquias. A partir do argumento da “fragilidade de uma economia primário-exportadora” verificada na crise de 1929 (mas não somente nessa crise externa), o Estado tomaria para si a tarefa de promover a industrialização do país.

A crise do início da década de 1980 foi uma das mais graves por que passou a economia brasileira. Sua origem remonta ao impacto do forte aperto monetário promovido pelo Federal Reserve na virada dos anos 1970 para 1980. Este, incidindo sobre uma dívida externa do Brasil que alcançava cerca de US $50 bilhões, resultou em aumento significativo do serviço desta dívida. A moratória decretada pelo México em agosto de 1982 agravou a situação do país, na medida em que provocou a interrupção dos fluxos privados de capitais para países como o Brasil, dificultando enormemente o pagamento, em dia, do serviço da dívida. Em 1982, o Brasil deu início a negociações com o FMI (inicialmente, mantidas em sigilo) visando obter financiamento daquele organismo para atender aos seus compromissos externos. Ao longo da década, seriam assinadas sete Cartas

de Intenção com o Fundo, nas quais o governo se comprometia com uma série de metas macroeconômicas (nos lados fiscal, monetário, de comércio exterior etc.), metas estas, geralmente, não alcançadas. A superação efetiva da crise da dívida externa só teria início, efetivamente, na virada dos anos 1980 para 1990, nos marcos do chamado Plano Brady, em um contexto de retomada dos fluxos internacionais privados de capitais para países em desenvolvimento.

8.5. MERCADO DE TRABALHO

QUESTÕES OBJETIVAS

PROVA DE 2011

Questão 13

Nos anos 1990, o mercado de trabalho caracterizou-se pelos seguintes processos:

⓪ Redução contínua das taxas de desemprego, tanto aberto quanto oculto.

① Aumento contínuo do salário real médio a partir de julho de 1994.

② Acentuação do processo de flexibilização das relações trabalhistas, em relação à década anterior.

③ Aumento do ritmo do processo de terceirização no setor industrial, em relação à década anterior.

④ Estabilização do grau de informalidade da ocupação.

Resolução

(0) Falso.

A taxa de desemprego aberto (IBGE) caiu entre 1992 e 1995 (quando atingiu 6,7%), mas aumentou a partir daí e até 1999, chegando a 10,4% da PEA. Já o desemprego oculto oscilou ao longo da década nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo Dieese, não exibindo padrão definido.

(1) Falso.

O salário real médio cresceu a partir do Plano Real (julho/1994) até 1996, mas caiu no restante dos anos 1990.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Tal fenômeno fez parte das estratégias de adaptação das empresas ao novo contexto de estabilidade de preços e maior concorrência interna.

(4) Falso.

Não está claro por que os examinadores consideraram esta afirmativa Falsa. De fato, nas três definições do grau de informalidade da força de

trabalho apresentadas pelo Ipeadata, com base nos dados divulgados pela PNAD/IBGE, vê-se estabilidade deste indicador ao longo dos anos 1990 (em torno de 55% na definição I; 57% na definição II e de 53% na definição III). Apenas a partir dos anos 2000 é que se percebe uma tendência inequívoca de queda do grau de informalidade da força de trabalho, em todas as três definições.

PROVA DE 2016

Questão 14

Sobre relações trabalhistas e política salarial, podemos dizer que:

⓪ A administração Delfim Netto, durante o Milagre Econômico, alterou a legislação de correção salarial, reparando uma séria distorção implantada no bojo do PAEG e que contribuíra para perdas salariais importantes.

① A combinação de uma política de contenção do salário mínimo real e a elevação do salário médio acabou contribuindo, ao longo da primeira década do regime autoritário instituído em 1964, para a abertura de um leque salarial entre distintas categorias de trabalhadores.

② Em 1979, a mudança do regime de reajuste salarial, de semestral para trimestral contribuiu para acelerar a inflação.

③ Em 1954, a polêmica proposta de João Goulart de reajuste de 100% do salário mínimo, a despeito de ter causado fortes tensões políticas, foi responsável por um ganho real importante para esta variável.

④ Um dos aspectos mais polêmicos do Plano Trienal proposto por Celso Furtado foi o seu caráter redistributivista, ao estabelecer metas de crescimento real dos salários acima da variação da produtividade do trabalho, para garantir tanto uma reposição das perdas ocorridas no período JK, quanto uma maior justiça social.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A Lei n. 5.451, de 12/6/1968, procurou corrigir a *subestimação*, a cada ano, da inflação prevista pelo governo (que era utilizada na fórmula de correção salarial original), que trazia prejuízo aos trabalhadores. Para tanto, estabeleceu que quando houvesse tal erro de previsão da inflação, o salário médio real dos últimos 12 meses fosse corrigido, a fim de não transmitir para o ano seguinte aquela compressão salarial.

(1) Verdadeiro.

A elevação do salário médio real no período – em particular, dos extratos superiores da distribuição – deveu-se, em grande parte, ao 'prêmio' recebido por trabalhadores com maior grau de instrução em um contexto de capital humano escasso.

(2) Falso.

A mudança operada no regime de reajuste salarial foi de anual para semestral.

(3) Verdadeiro.

O reajuste, anunciado em 1º de maio de 1954, logrou recompor parte das perdas reais sofridas pelo salário mínimo ao longo dos anos em que ficou congelado, em meio à inflação crescente.

(4) Falso.

O Plano Trienal não incluiu, propriamente, uma meta de crescimento real dos salários, tendo estabelecido, isso sim, que os salários crescessem *no mesmo ritmo* que os aumentos de produtividade.

PROVA DE 2017

Questão 12

A respeito da evolução do mercado de trabalho e do emprego na história econômica do Brasil, podemos dizer:

⓪ Em comparação com a década de 1990, a década de 2000 apresentou uma importante mudança em termos de mercado de trabalho: enquanto na década de 1990 o crescimento do emprego esteve relacionado ao trabalho por conta própria e sem carteira, na década de 2000 ocorreu uma forte formalização do mercado de trabalho.

① O aumento do salário mínimo entre 2004 e 2008 teve um impacto importante num fenômeno retratado pelas estatísticas brasileiras mais abrangentes sobre distribuição de renda: entre 2004 e 2008 verificou-se crescimento econômico com desconcentração de renda entre os trabalhadores.

② Uma importante reforma visando flexibilizar o mercado de trabalho foi a instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), que substituiu o regime anterior de estabilidade no emprego após 10 anos pela liberdade de demissão do trabalhador, com a retirada por este dos recursos depositados, neste fundo, numa conta em seu nome.

③ Em 1974, o Governo Geisel impediu a revisão da inflação de 1973, com o objetivo de evitar o repasse salarial previsto em lei.

④ A industrialização por Substituição de Importações nos anos 1950 não foi capaz de cumprir as previsões mais otimistas de modelos de desenvolvimento que supunham a eliminação de um mercado de trabalho dual, resultando, no início da década de 1960, em um contingente substancial de "desemprego disfarçado" nos grandes centros urbanos.

Resolução

(0) Verdadeiro.

A média do Índice de Emprego Formal (Total Brasil) na década de 1990 foi de 69,8, enquanto na década de 2000 foi de 81,5, evidenciando a formalização do mercado de trabalho, sobretudo após 2003.

(1) Verdadeiro.

Apenas para ilustrar, o Índice de Gini caiu de 0,572, em 2004, para 0,546, em 2008 – sendo tanto menor quanto melhor a distribuição de renda.

(2) Verdadeiro.

A introdução do FGTS ocorreu em 1966, durante o governo Castello Branco. Sua justificativa principal era justamente corrigir a referida distorção. Esta incentivava empresas a demitirem funcionários antes de completados os 10 anos de casa, ao mesmo tempo em que os empregados eram incentivados a manter-se num mesmo emprego (ainda que diante de melhores oportunidades), quando o período em uma empresa se aproximava dos 10 anos.

(3) Falso.

Ao contrário, neste ano foram corrigidas distorções que ainda existiam no cálculo da correção pelo resíduo inflacionário, introduzido em 1968 (diferença entre a inflação prevista e a efetivamente observada). A partir de 1974
(Lei n. 6.147) foram introduzidas duas modificações no cálculo dos salários: 1) passa-se a utilizar a média de salários dos últimos 12 meses anteriores ao reajuste, e 2) a taxa de aumento da produtividade, existente na fórmula salarial, passou a incidir multiplicativamente (e não de forma aditiva) sobre a média de salários reais (multiplicada pela metade do resíduo e pelo coeficiente de correção do resíduo anterior).

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2018

Questão 14

Sobre o comportamento do mercado de trabalho e a política de emprego e salários, podemos dizer que:

⓪ Ocorreu uma elevação da taxa de desemprego entre 1994 e 2002, sendo que tal comportamento se deveu ao mau desempenho do mercado de trabalho no primeiro Governo FHC (1995-1998).

① No primeiro Governo Dilma Rousseff (2011-2014), ocorreu um movimento de redução da taxa de crescimento da População Ocupada em relação ao segundo Governo Lula (2007-2010), mas também da População Economicamente Ativa (PEA), uma combinação que permite entender o comportamento de redução do desemprego no Governo Rousseff.

② Apesar de um forte crescimento do emprego entre 1968 e 1973, os salários na maioria das categorias que apresentaram variação real positiva cresceram abaixo da elevação da produtividade.

③ Uma das características do chamado Plano Bresser foi a de deixar a determinação dos salários por conta do mercado de trabalho, livre da intervenção direta do Governo.

④ A estabilização do PAEG teve que se basear na contenção salarial porque as condições externas, principalmente em termos de fluxos de capitais, foram muito restritivas entre 1964 e 1967.

Resolução

(0) Verdadeiro.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

A fórmula salarial do PAEG foi corrigida em 1968 para eliminar o problema da subestimativa da inflação. No entanto, permaneceram os problemas relativos ao repasse da produtividade. A fórmula utilizada não repassava 1/3 dos ganhos de produtividade e subestimava a produtividade média a ser reposta anualmente.

(3) Falso.

O Plano Bresser estabeleceu uma política salarial em três fases: 1) congelamento dos salários por 90 dias, 2) flexibilização (com reajustes mensais pelo IPC dos três meses anteriores); e 3) liberação. A inflação de junho não foi reposta.

(4) Falso.

As condições externas não foram muito restritivas e a política salarial foi adotada como solução para o "conflito distributivo", considerado uma das fontes de inflação no diagnóstico do PAEG.

PROVA DE 2019

Questão 13

Sobre as questões relacionadas ao mundo do trabalho no Brasil, pode-se afirmar:

⓪ Apesar da oposição do empresariado, o Governo Goulart contava com forte apoio dos sindicatos dos trabalhadores, que por essa razão evitavam fazer greves, e se beneficiavam de subsídios dados pelo governo aos bens de consumo básicos, política que aliviava a inflação que poderia corroer o poder de compra dos assalariados.

① Reformas da Previdência dos empregados do setor privado foram o carro chefe das reformas propostas pelo Governo FHC em 1995, sendo sua aprovação uma sinalização positiva para o envio ao Congresso de outras reformas liberalizantes.

② O sistema de Previdência Social instituído pelo Estado Novo estabelecia institutos e fundos destinados a trabalhadores de diversos setores da economia, como os trabalhadores da indústria, do comércio, dos transportes e dos bancos.

③ Foram estabelecidas pelo Governo Getúlio Vargas instituições de formação técnica para o mercado de trabalho, seja na indústria, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), seja no Comércio, por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC).

④ Persistiu desde os anos 1920 até os anos 1970 um descompasso entre o crescimento da produção industrial como proporção do PIB e o crescimento do emprego industrial como proporção do total do emprego, com o primeiro crescendo significativamente mais que o segundo, devido a um fenômeno bem conhecido nos processos de desenvolvimento econômico, que é a tendência da indústria a introduzir progresso técnico poupador de mão de obra.

Resolução

(0) Falso.

Embora tendessem a apoiar o governo Goulart, não é verdade que os sindicatos tenham evitado fazer greves à época. Na realidade, o número de greves elevou-se significativamente, passando de cerca de 30 greves, em 1958, para mais de 170, em 1963, com elevação da participação de greves no setor público e disseminação das greves pelo país.

(1) Falso.

O governo FHC centrou esforços nas regras do Regime Geral da Previdência Social (RGPS). As reformas de FHC afetaram funcionários

públicos (que passaram a ter um “pedágio” de 20% sobre o tempo remanescente para aposentadoria por tempo de contribuição, além de idade mínima para novos entrantes). Adicionalmente, foi criado o “fator previdenciário”, que afetou fortemente os futuros aposentados por tempo de contribuição a idades extremamente precoces (INSS) e afetou moderadamente os demais (em idades “normais” do INSS). A reforma do FHC não afetou, porém, inativos (nem serviço público nem INSS).

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Este item deveria ter sido anulado, visto que apenas o SENAI foi, de fato, criado durante o governo Vargas (em 1942); o SENAC, por sua vez, seria instituído apenas em janeiro de 1946, durante a breve presidência de José Linhares.

(4) Verdadeiro.

Questão 15

O Estado teve papel relevante nas transformações estruturais da economia brasileira e no perfil de distribuição de renda até o passado recente. Sobre esta questão podemos afirmar:

⓪ A introdução de Lei que indexava os salários durante o Governo do general Castello Branco foi precedida de aumento dos mesmos, ao considerar-se que estavam defasados, o que resultou em uma “inflação corretiva”.

① A criação de certas instituições na primeira metade da década de 1930, como o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e o Conselho Federal de Comércio Exterior, integra a explicação das transformações estruturais da economia brasileira no período.

② A Missão Cooke, cujo Relatório foi elaborado por técnicos americanos, apresentou um diagnóstico e propostas que, ao contrário das ideias cepalinas, privilegiavam o desenvolvimento econômico tendo como base a vocação agrária do país.

③ A elevação do salário mínimo teve um impacto direto na melhoria da distribuição de renda (medida pelo Índice de Gini) na primeira década do século XXI, por meio do efeito sobre a remuneração dos trabalhadores, e beneficiando também cerca de 15 milhões de pessoas que recebiam benefícios previdenciários atrelados ao valor do salário mínimo.

④ O enfraquecimento dos bancos públicos no Governo Castello Branco, que foram proibidos de captar recursos por meio de fundos especiais, reflete uma visão menos intervencionista do Estado típica de economistas como Eugênio Gudin e Otávio Gouveia de Bulhões.

Resolução

(0) Falso

Não houve qualquer aumento dos salários antes da introdução da Lei Salarial do governo Castello Branco.

(1) Verdadeiro

(2) Falso

Dentre os objetivos daquela Missão estavam: aumentar a produção local de produtos essenciais anteriormente importados; adaptar as indústrias brasileiras a uma tecnologia mais avançada; e canalizar melhor a poupança interna para as atividades do setor industrial.

(3) Verdadeiro

O índice de Gini, por construção, é bastante sensível a variações de rendimento que ocorram nos segmentos intermediários da distribuição de renda (decis intermediários), sendo afetado, portanto, por mudanças nas políticas de salário mínimo.

(4) Falso

O Bacen e o Banco Nacional de Habitação – ambos criados no governo Castello Branco – juntaram-se ao Banco do Brasil e BNDE na captação de recursos através de fundos especiais, repassando-os ao setor privado.

---

[1] Para um resumo da controvérsia, ver Barone, R., Bastos, P. e Mattos, F (2015). Alguns autores, como Fishlow (1972), atribuem a piora da distribuição à política salarial do PAEG - que não repassava integralmente aos trabalhadores nem as perdas inflacionárias, nem os ganhos de produtividade -, além da estrutura tributária regressiva. A coletânea organizada por Ricardo Tolipan e Arthur Carlos Tinelli (Tolipan, R, e Tinelli, A. C., 1975) é uma grande referência do debate e reúne contribuições de diversos autores.

[2] Pronunciamento; *Jornal da Tarde*, 13.10.1973, citado em F. Giambiagi, 1988.

[3] Para uma comparação entre as teses cepalinas e Keynesianas, ver Busato e Possas (2014) .





Obs.: A = anulada

2019															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	V	V	V	V	V	F	V	F	V	F	F	V	F	V	F
1	V	V	V	F	F	V	F	V	F	F	V	F	F	F	V
2	V	F	F	V	V	F	F	V	F	V	F	V	V	F	F
3	F	F	F	V	F	F	V	V	V	F	F	F	V	F	V
4	F	V	V	V	V	F	F	F	V	V	F	V	V	V	F

2018															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	V	V	F	V	V	F	V	V	F	A	V	V	F	V	V
1	V	V	V	V	V	F	V	F	V	A	V	V	F	V	V
2	V	V	F	F	V	V	V	F	V	F	V	F	V	V	F
3	F	V	V	F	F	V	F	F	F	V	V	V	F	F	V
4	F	F	F	F	F	V	V	V	F	F	F	F	F	F	V

2017															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	V	V	V	F	V	V	V	F	V	V	V	V	V	F	V
1	V	F	V	V	V	F	F	V	F	V	V	V	F	V	F
2	F	V	V	V	F	F	V	F	V	V	F	V	F	V	F
3	V	F	V	F	F	F	V	V	V	V	V	F	V	V	F
4	V	F	F	V	F	F	F	V	F	F	F	V	V	F	F

2016															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	F	F	F	V	V	F	V	V	V	F	V	V	F	V	V
1	V	V	F	F	F	V	V	V	V	V	F	V	V	V	V
2	V	V	F	F	V	V	V	F	F	V	V	V	F	F	F
3	V	F	V	V	V	V	F	F	V	F	V	V	V	V	F
4	F	F	F	F	F	F	V	F	F	F	F	F	F	F	F

2015															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	F	V	V	F	V	V	V	F	V	F	V	F	V	F	V
1	V	F	F	V	V	F	F	F	V	V	F	F	V	F	F
2	F	F	V	V	F	V	F	V	V	V	F	F	F	F	F
3	V	F	F	V	F	V	V	F	V	F	V	V	F	V	V
4	V	F	V	V	V	F	V	V	V	F	F	V	V	V	F

2014															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	F	F	F	V	V	F	V	V	V	V	V	V	F	F	F
1	F	V	V	F	V	V	F	F	V	F	F	F	V	V	V

2	V	F	V	V	F	F	F	V	F	V	V	F	V	F	F
3	F	V	F	F	V	F	V	F	V	F	V	V	F	F	F
4	F	F	F	F	V	V	V	F	V	V	F	V	F	F	V

2013															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	V	F	V	V	F	V	F	F	F	V	V	F	V	V	V
1	F	V	F	V	V	F	F	F	V	F	V	F	V	F	F
2	V	V	V	F	F	V	V	F	F	F	V	V	F	F	F
3	F	F	V	V	F	F	V	V	V	V	V	F	V	F	F
4	V	F	V	F	F	V	V	V	V	V	F	F	F	F	V

2012															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	F	V	F	F	V	F	V	F	F	V	F	F	F	F	F
1	V	F	F	V	F	V	V	V	V	F	V	V	F	V	V
2	V	V	V	V	F	F	V	V	V	V	V	V	V	V	F
3	F	V	F	F	F	V	F	V	F	F	V	F	V	V	V
4	V	F	F	F	V	F	V	V	V	V	F	V	F	F	F

2011															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	F	F	V	F	V	F	F	V	F	F	V	V	F	F	V
1	V	V	F	V	V	V	F	F	V	V	F	V	F	V	F
2	V	V	V	F	F	V	F	V	F	F	V	F	V	F	V
3	F	F	F	F	V	F	V	F	F	V	F	V	V	V	F
4	F	F	V	V	V	F	V	V	F	V	V	V	F	F	V

2010															
Questões	**1**	**2**	**3**	**4**	**5**	**6**	**7**	**8**	**9**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**
0	V	V	F	F	F	V	V	V	V	V	F	F	V	V	F
1	F	V	F	F	F	F	F	V	V	V	V	F	F	V	V
2	F	V	F	V	V	F	V	F	F	F	F	V	F	F	V
3	F	F	F	V	F	V	V	V	V	V	V	F	F	F	V
4	V	F	V	F	V	F	V	F	F	F	F	V	F	F	F

Referências Bibliográficas

Abreu, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Abreu, Marcelo de Paiva. "Crise, Crescimento e Modernização Autoritária, 1930-1945". In Marcelo de P. Abreu, org. *A Ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Alem, Ana Claudia e Fabio Giambiagi. *Finanças Públicas, Teoria e Prática no Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Arida, Pérsio. "Reajuste Salarial e Inflação". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 1, abril, 1982.

___________. "Essays on Brazilian Stabilization Programs". Tese de Doutoramento não publicada, Massachusetts Institute of Technology, 1992.

___________ e André Lara-Resende. "Inflação Inercial e Reforma Monetária". In: Pérsio Arida, org. *Brasil, Argentina e Israel: Inflação Zero.* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra Economia, 1986. Originalmente publicado em: Williamson, J. (ed.). *Inflation and Indexation.* Washington: Institute for International Economics, 1984.

Bacha, Edmar. "Prólogo para a terceira carta". In: *Revista de Economia Política*, vol. 3, n. 4, outubro-dezembro, 1983.

___________ e Herbert S. Klein, *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

___________ e De Bolle, M. (org): *O futuro da indústria no Brasil: desindustrialização em debate*. São Paulo: Editora José Olympio, 2013.

Barbosa, N., Souza, J. A. P: "A inflexão do Governo Lula: política econômica, crescimento e distribuição de renda", SADER, E, GARCIA

MA (ORG). *Brasil entre o passado e o futuro*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.

Barone, R., Bastos, P., Mattos, F.: "A distribuição de renda durante o "milagre econômico" brasileiro: um balanço da controvérsia". *Texto para Discussão IE/Unicamp, Campinas*, n. 251, fevereiro de 2015.

Bastos, Pedro P. Zahluth e Pedro Cezar D. Fonseca, orgs. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

Benevides, Maria Victoria de M. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 3ª ed., 1979.

Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

___________. "Vigência das Contribuições de Celso Furtado ao Estruturalismo". *Revista da Cepal – Número especial em português*, Santiago do Chile: Cepal, 2010.

Bogdanski, Joel, Alexandre A. Tombini e Sergio R. C. Werlang, "Implementing Inflation Targeting in Brazil". *Working Papers Series*, n. 1. Brasília: Banco Central do Brasil, julho, 2000.

Bonelli, Regis e Pedro S. Malan. "Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70". *Pesquisa e Política Econômica*, Rio de Janeiro, 6(2), agosto, 1976.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano. "A Armadilha Teórica da Política de Estabilização", *Revista de Economia Política*, vol. 4, n. 4, outubro-dezembro, 1984.

___________. "Inflação Inercial e Choque Heterodoxo no Brasil". In: Rego, José Márcio, org. *Inflação Inercial, Teorias sobre a Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

___________. The Dutch disease and its neutralization: a Ricardian approach. *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 47-71, mar. 2008.

Busato, M. I e Possas, M: "Crescimento econômico e restrição externa: Um modelo de simulação pós-keynesiano" disponível em http://www.akb.org.br/upload/130820121620121274_Maria%20isabel%20busato.pdf

Cano, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

___________. *Desequilíbrios regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.

Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 7ª ed., 1970.

Carneiro, Dionísio D. "Crise e Esperança: 1974-1980". In: Marcelo de P. Abreu, org. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Carneiro, Dionísio D. e Eduardo Modiano "Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984". In: Marcelo de P. Abreu, org. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Carneiro, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira do último quarto de século XX*. São Pauo: UNESP, 2002.

Castro, Antonio B. "Do Desenvolvimento Renegado ao Desafio Sinocêntrico". In: *Reflexões de Antonio Barros de Castro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

___________. "O Plano Real e o Reposicionamento das Empresas". In: João Paulo dos Reis Velloso, org. *Brasil: Desafios de um País em Transformação*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1997, pp.106-19.

Castro, Antonio B. e Francisco Eduardo P. de Souza. *Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Economia, 1985.

Castro, A. B: “A Reestruturação Industrial Brasileira nos anos 1990. Uma Interpretação.” *Revista de Economia Política*, vol. 21, n. 3 (83), julho-setembro/2001. (*)

Castro, Lavinia B. “Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989)”. In: Giambiagi, Fabio *et al*. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 2ª Edição.

Costa, Vera Mariza H. M.: “A Reforma Agrária na Nova Constituição: Avanço(s) ou Retrocesso(s)?, Perspectivas. São Paulo”, 12/13: 19-30. 1989/90 disponível em seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1902/1551.

De Negri, F. e Alvarenga, G.V (2011): “A primarização da pauta de exportações no Brasil: um dilema” em *Radar Tecnologia, Produção e Comercio Exterior*, n. 13, 2011, Ipea. Disponível em http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3464/1/Radar_n13.pdf, acesso em 08/11/2016.

Dean, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 2ª ed., 1976.

Delfim Netto, Antonio. *O Problema do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1979.

Erber, Fábio S. e Roberto Vermulm. “Política e Desempenho Industrial”. In: *Ajuste Estrutural e Estratégias Empresariais, Avaliação e Perspectiva*. São Paulo: Ipea, n. 144, 1993.

Fishlow, A.: “A Brazilian Size Distribution of Income”. *American Economic Review*, v.62, n. 2, 1972.

_____________: Distribuição de renda no Brasil: um novo exame. *Dados*, v.11, 1973

Ferraz, João C. *et al*. *Made in Brazil: Desafios Competitivos para a Indústria*. Rio de Janeiro: Campus, 1996.

Fishlow, Albert. “Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil”. In: Luis E. di Marco, ed., *International Economics and Development: essays in honor of Raúl Prebisch*. Nova York e Londres: Academic Press, 1972a.

_____________. “Brazilian Size Distribution of Income”, *American Economic Review*, American Economic Association, vol. 62, n. 2, 1972b.

Fonseca, Pedro Cezar D. “O Mito do Populismo Econômico de Vargas”. *Revista de Economia Política*, vol. 31, 2011, pp. 56-76.

_____________. “Nem Ortodoxia nem Populismo: o segundo governo Vargas e a Economia Brasileira”. *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, vol. 14, 2010, pp. 19-58.

_____________. “Legitimidade e Credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart”. *Estudos Econômicos*, vol. 34, n. 3, julho/setembro 2004, pp. 1-36.

___________. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

___________ e Cássio Silva Moreira. “O Projeto do Governo Goulart e o II PND: um cotejo”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 33, pp. 5-37, 2012.

Franco, Gustavo. “A inserção Externa e o Desenvolvimento.” *Revista de Economia Política*, vol. 18, n. 3 (71), julho-setembro, 1998.

_________. *O Plano Real e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

_________. “Instituições e Política Econômica: crise e crescimento do Brasil na década de 30”. In: Bastos, Pedro P. Zahluth e Pedro Cezar D.

Fonseca, orgs. *A Era Vargas: desenvolvimentismo, economia e sociedade*. São Paulo: Ed. Unesp, 2012.

Fundo Monetário Internacional – FMI. *The Monetary Approach to the Balance of Payments: A Collection of Research Papers by Members of the Staff of the International Monetary Fund*. IMF, setembro, 1977.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 10ª ed., 1970.

__________. *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

__________. "Political Obstacles to Economic Growth in Brazil". In: *International Affairs*, vol. 41, n. 2, abril de 1965. Yale University: New Haven, Connecticut, 1965.

__________. *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

Giambiagi, F. A *Economia Brasileira nos Anos do "Milagre": 1968/1973*. Texto Didático 34, FEA/UFRJ, Rio de Janeiro, jan. 1988.

Giambiagi, Fabio: "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002)". In: Fabio Giambiagi *et al*. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 2ª Edição.

Giambiagi, Fabio *et al*. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 2ª Edição.

Gremaud, Amaury P., Marco A. Sandoval de Vasconcellos e Rudinei Toneto Jr. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 5ª ed., 2004.

Hermann, Jennifer. "Reformas, Endividamento Externo e o "Milagre Econômico (1964-1973)". In: Giambiagi, Fabio *et al*. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 2ª Edição.

Horta, Maria Helena, Guida Piani e Honório Kume. "A Política Cambial e Comercial". In: *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro:

Ipea, 1992.

Keynes, John Maynard (1936) *The General Theory of Employment, Interest and Money*, London: Macmillan (reprinted 2007).

Kupfer, D.: “A Indústria Brasileira Após a Abertura”. Castro, A.B., Licha, A., Pinto JR., H.Q., Sabóia, J. (orgs.) *Brasil em Desenvolvimento.* Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, pp. 201-232, 2005.

Lafer, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

Lago, Luís A. Correa do. “A Retomada do Crescimento e as Distorções do ‘Milagre’: 1967-1973”. In: Marcelo de P. Abreu, org. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Langoni, Carlos. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

Lavinas, Lena e André Urani. “A extrema pobreza é feminina”. Entrevista concedida em 2010. Disponível em http://www.observatoriodogênero.gov.br.

Leopoldi, Maria Antonieta. “A Economia Política do Primeiro Governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência”. In: Jorge Ferreira e Lucilia A. Neves Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano*, vol. 2 (O Tempo do Nacional-Estatismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Lessa, Carlos. “Visão Crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento”. In: *Revista Tibirica*, São Paulo, Ano II, n. 6, 1977.

Lopes, Francisco. *O Choque Heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

___________ e Eduardo M. Modiano. “Indexação, Choque Externo e Nível de Atividade: Notas sobre o Caso Brasileiro”. *Pesquisa e Planejamento*

Econômico, v. 13, n. 1, abril, 1983.

___________ e Edmar Bacha. "Inflation, Growth and Wage Policy: in search of a Brazilian paradigm". *Journal of Development Economics*, setembro, 1983.

Mello, João M. Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., 1984.

Modiano, Eduardo. M. "A Dinâmica de Salários e Preços na Economia Brasileira: 1966-1981", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 13, n. 1, abril, 1983.

Moreti, F. "Resenha o Futuro da Industria no Brasil: desindustrialização em debate. Disponível em http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/120088/moreti_fp_tcc_arafcl.pdf?sequence=1, acesso em 11/11/2016.

Nassif, A (2002): "O Complexo Eletrônico", em *BNDES 50 Anos – Histórias Setoriais*. Rio de Janeiro: BNDES, 2002. Disponível em http://www.bndespar.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/livro_setorial/setorial08.pdf, acesso em 08/11/2016.

Neri, Marcelo, coord. *O Lado Brilhante dos Pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, setembro 2010.

Neri, M. (2010): "A nova classe média: O lado brilhante dos Pobres". Disponível em http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf, acesso em 08/11/2016.

Novaes, A (2000): "Privatização do Setor de Telecomunicações no Brasil", Rio de Janeiro: BNDES. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecimento/ocde/ocde05.pdf, acesso em 08/11/2016.

Nunes, E, Costa, C., Andrade, H, e Burlamaqui, P (2005): “O governo Lula e as Mudanças nas Agências Reguladoras, Mapeamento do noticiário sobre as Agências Reguladoras no período de 01/12/2002 a 30/11/2004.” *Observatório Universitário*, Documento de trabalho 2017. Disponível em: *http://www.observatoriouniversitario.org.br/documentos_de_trabalho/documentos_de_trabalho_17.pdf, acesso em 08/11/2016.*

Peláez, Carlos M. *História da Industrialização Brasileira.* Rio de Janeiro: Apec, 1972.

Ramos, Lauro e Rosane Mendonça. “Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil”. In: Fabio Giambiagi *et al. Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, 1ª Edição.

Redwood III, John. “Evolução Recente das Disparidades de Renda Regional no Brasil”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 7, n. 3, 1977, pp. 485-550.

Resende, André L. “Estabilização e Reforma: 1964-1967”. In: Marcelo de P. Abreu, org. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

___________. “Incompatibilidade Distributiva e Inflação Estrutural”. *Estudos Econômicos*, v. 11, n. 3, 1980.

___________ e Francisco Lopes. “Sobre as Causas Recentes da Inflação Brasileira”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 11, n. 3, 1981.

Rocha, Sônia. “Para especialista em desigualdade, a chamada nova classe média é fetiche do número.” Entrevista para *Agência Brasil*, 16 de outubro, 2010.

Serra, José. “Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra”. In: Luiz Gonzaga M. Belluzzo e Renata Coutinho, orgs. *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., 1984.

Simonsen, Mario H. *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

__________ e Roberto de O. Campos. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

Souza, Francisco Eduardo P. "Sem medo de flutuar? O regime cambial brasileiro pós-1998", *Estudos Econômicos*, vol. 35, n. 3, July/Sept, 2005.

__________. Da Reativação da Economia ao Crescimento de Longo Prazo: a Questão da Competitividade e do Câmbio". Em *Na Crise – Esperança e Oportunidade, Desenvolvimento como "Sonho Brasileiro", Oportunidade para as Favelas*, Fórum Nacional Especial 2009, INAE: 2009.

Souza, Jessé. "Para especialista em desigualdade, a chamada nova classe média é fetiche de número. Entrevista para Agência Brasil, 16 de outubro,
2010.

Suzigan, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 2000.

Tavares, Maria da C. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil". In: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Tavares, M. C e Serra, J. "Além da Estagnação". In: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

Thirlwall, A. P: "The balance of payments constraint as an explanation of international growth rates differences". *Banca Nacionale del Lavoro Quarterly Review*, 128, pp. 45-53, 1979.

Tolipan, R.; Tinelli, A. C. (Org.) (1975). A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar.

Versiani, Flavio R. “Industrialização e Economia de Exportação: a experiência brasileira antes de 1914”. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 34, n. 1, 1980.

Versiani, Flavio R. e Maria T. Versiani. “A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição”. In: Flavio R. Versiani e José R. Mendonça de Barros, orgs. *Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

Versiani, Maria T. “Proteção Tarifária e Crescimento Industrial nos Anos 1906/1912: o caso da cerveja”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 12, n. 2, agosto de 1982, pp. 455-488.

Table of Contents

- Capa
- Leitor
- Folha de rosto
- Créditos
- Autores da coleção
- Prefácio
- Apresentação
- Sumário
- Capítulo 1. A Primeira República
  - QUESTÕES OBJETIVAS
    - Prova de 2010
      - Questão 1
    - Prova de 2011
      - Questão 1
    - Prova de 2012
      - Questão 2
    - Prova de 2013
      - Questão 1
      - Questão 2
    - Prova de 2014
      - Questão 1
      - Questão 2
    - Prova de 2015
      - Questão 1
      - Questão 2
    - Prova de 2016
      - Questão 1
      - Questão 2
    - Prova de 2017
      - Questão 1

Questão 2
Prova de 2018
Questão 1
Questão 2
Prova de 2019
Questão 1
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2012
Questão 1
Prova de 2018
Questão 1
Capítulo 2. A Era Vargas
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2010
Questão 2
Questão 3
Prova de 2011
Questão 3
Prova de 2012
Questão 3
Prova de 2014
Questão 4
Prova de 2015
Questão 3
Prova de 2016
Questão 3
Prova de 2017
Questão 3
Prova de 2018
Questão 4
Prova de 2019
Questão 2
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2010
Questão 1
Prova de 2011
Questão 1

- Prova de 2013
  - Questão 1
- Prova de 2015
  - Questão 1
- Prova de 2017
  - Questão 1
- Prova de 2018
  - Questão 2

Capítulo 3. De Dutra a JK
- QUESTÕES OBJETIVAS
  - Prova de 2010
    - Questão 5
  - Prova de 2011
    - Questão 4
    - Questão 5
  - Prova de 2012
    - Questão 5
  - Prova de 2013
    - Questão 5
    - Questão 6
  - Prova de 2014
    - Questão 5
    - Questão 7
  - Prova de 2015
    - Questão 4
    - Questão 5
  - Prova de 2016
    - Questão 4
  - Prova de 2017
    - Questão 4
    - Questão 5
    - Questão 6
  - Prova de 2018
    - Questão 5
    - Questão 6
    - Questão 7
  - Prova de 2019

Questão 3
Questão 4
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2011
Questão 2
Prova de 2013
Questão 2
Prova de 2015
Questão 2
Prova de 2019
Questão 2
Capítulo 4. Da Crise dos Anos 1960 ao “Milagre”
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2010
Questão 6
Questão 7
Questão 8
Prova de 2011
Questão 6
Questão 7
Questão 8
Prova de 2012
Questão 6
Questão 7
Prova de 2013
Questão 7
Questão 8
Prova de 2014
Questão 8
Questão 9
Prova de 2015
Questão 6
Questão 7
Questão 8
Prova de 2016
Questão 5
Questão 6

Prova de 2017
Questão 7
Questão 8
Prova de 2018
Questão 8
Prova de 2019
Questão 5
Questão 6
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2010
Questão 2
Prova de 2012
Questão 2
Prova de 2014
Questão 2
Questão 3
Prova de 2016
Questão 4
Prova de 2018
Questão 3
Prova de 2019
Questão 3
Questão 4
Capítulo 5. O II PND e a Crise dos Anos 1980
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2010
Questão 9
Questão 10
Prova de 2011
Questão 9
Questão 10
Prova de 2012
Questão 8
Questão 9
Questão 10
Prova de 2013
Questão 9

Questão 10
Questão 11
Prova de 2014
Questão 10
Questão 11
Prova de 2015
Questão 9
Questão 10
Prova de 2016
Questão 7
Prova de 2018
Questão 9
Prova de 2019
Questão 7
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2010
Questão 3
Prova de 2011
Questão 3
Questão 4
Prova de 2012
Questão 4
Capítulo 6. Os Planos de Estabilização
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2010
Questão 11
Prova de 2011
Questão 11
Prova de 2012
Questão 11
Questão 12
Prova de 2013
Questão 12
Questão 15
Prova de 2014
Questão 12
Prova de 2015

Questão 11
Prova de 2018
Questão 10
Prova de 2019
Questão 08
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2010
Questão 4
Questão 5
Prova de 2013
Questão 3
Prova de 2014
Questão 4
Capítulo 7. História da Industrialização
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2010
Questão 4
Prova de 2011
Questão 2
Prova de 2012
Questão 1
Questão 4
Prova de 2013
Questão 3
Questão 4
Prova de 2014
Questão 3
Questão 6
Prova de 2016
Questão 11
Questão 13
Prova de 2018
Questão 3
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2012
Questão 3
Prova de 2014

Questão 1
Prova de 2016
Questão 1
Questão 2
Capítulo 8. Temas Transversais
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2010
Questão 14
Questão 15
Prova de 2011
Questão 15
Prova de 2012
Questão 15
Prova de 2014
Questão 14
Questão 15
Prova de 2016
Questão 8
Prova de 2017
Questão 11
Questão 15
Prova de 2018
Questão 13
QUESTÕES DISCURSIVAS
Prova de 2014
Questão 5
Prova de 2015
Questão 3
QUESTÕES OBJETIVAS
Prova de 2011
Questão 14
Prova de 2012
Questão 14
Prova de 2017
Questão 13
Prova de 2019
Questão 14

QUESTÕES DISCURSIVAS
- Prova de 2013
  - Questão 4
  - Questão 5
- Prova de 2016
  - Questão 5
- Prova de 2018
  - Questão 4

QUESTÕES OBJETIVAS
- Prova de 2011
  - Questão 12
- Prova de 2016
  - Questão 10
- Prova de 2017
  - Questão 9
- Prova de 2018
  - Questão 12

QUESTÕES DISCURSIVAS
- Prova de 2015
  - Questão 5
- Prova de 2017
  - Questão 4
- Prova de 2018
  - Questão 5
- Prova de 2019
  - Questão 5

QUESTÕES OBJETIVAS
- Prova de 2010
  - Questão 12
  - Questão 13
- Prova de 2012
  - Questão 13
- Prova de 2013
  - Questão 13
  - Questão 14
- Prova de 2014
  - Questão 13

- Prova de 2015
  - Questão 12
  - Questão 13
  - Questão 14
  - Questão 15
- Prova de 2016
  - Questão 9
  - Questão 12
  - Questão 15
- Prova de 2017
  - Questão 10
  - Questão 14
- Prova de 2018
  - Questão 11
  - Questão 15
- Prova de 2019
  - Questão 9
  - Questão 10
  - Questão 11
  - Questão 12

QUESTÕES DISCURSIVAS
- Prova de 2011
  - Questão 5
- Prova de 2012
  - Questão 5
- Prova de 2015
  - Questão 4
- Prova de 2016
  - Questão 3
- Prova de 2017
  - Questão 2
  - Questão 3
  - Questão 5
- Prova de 2019
  - Questão 1

QUESTÕES OBJETIVAS
- Prova de 2011

Questão 13
Prova de 2016
Questão 14
Prova de 2017
Questão 12
Prova de 2018
Questão 14
Prova de 2019
Questão 13
Questão 15
Gabarito
Referências Bibliográficas

i
ii
iii
vi
vii
viii
ix
x
xi
xii
xiii
xiv
xv
xvi
xvii
xix
1
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22

61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
117
129
130
131
132
133
134
135
136
137
138
139
140
141

142
143
144
145
146
147
148
149
150
151
152
153
154
155
156
157
158
159
160
161
163
164
165
166
167
168
169
170
171
172
173
174
175
176
177
178
179

180
181
182
183
184
185
186
187
188
189
191
192
193
194
195
196
197
198
199
200
201
202
203
204
205
206
207
208
209
210
211
212
213
214
215
218
219

257
258
259
260
261
262
263
264
265
266
267
268
269
270
271
272
273
274
275
276
277
278
279
280
281
282
283
284
285
286
287
288
289
290
291
292
293

294
295
296
297
298
299
300
301
302
303
304
305
306
307
308
309
310
311
312
313
314
315
316
317
318
319
320
321
322
323
324
325
326
327
328
329
330

331
333
334
335
336
337
338
339
340
341

Prefácio de
Marcos de Barros Lisboa
Vice-Presidente do INSPER

Cristiane A. J. Schmidt
Fabio Giambiagi

Macroeconomia para Executivos

Teoria e prática no Brasil

Um guia simplificado e objetivo

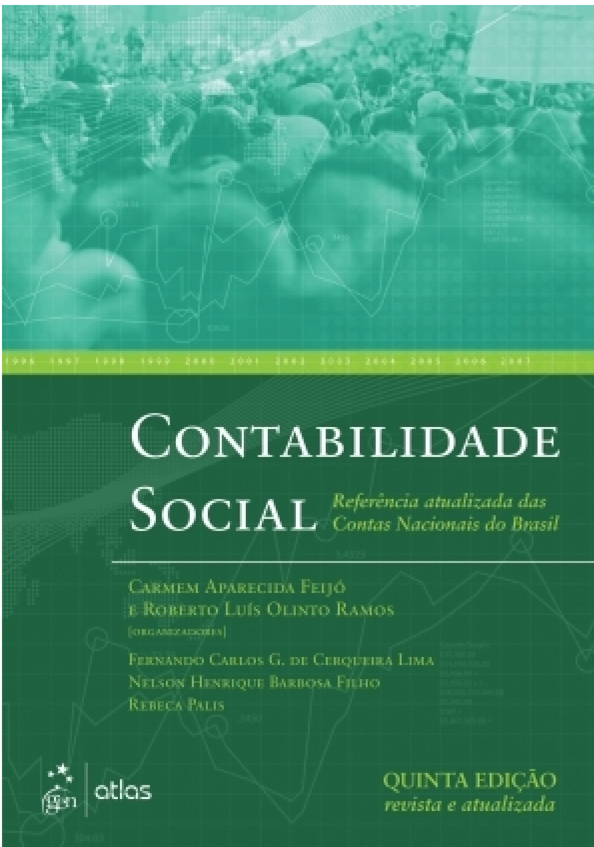


Macroeconomia para executivos

Giambiagi, Fabio
9788535282344
296 p�ginas

A macroeconomia é um tema árido, com conceitos e debates abstratos e, no entanto, com consequências diretas sobre o ambiente de negócio e a gestão das empresas. Agravando as dificuldades, a grande maioria dos livros-texto sobre macroeconomia usualmente são destinados à formação de especialistas, ou seja, eles complementam uma longa formação em economia, além de usualmente serem traduzidos de livros escritos para outros contextos, com poucos exemplos mais próximos da realidade brasileira e das nossas peculiaridades. Este livro supre a lacuna entre a relevância do tema e o ensino da macroeconomia conformada à nossa realidade e se destina a gestores e executivos com interesses mais imediatos. Quais os determinantes das variáveis macroeconômicas? Quais as escolhas possíveis dos instrumentos da política econômica e seus impactos na gestão dos negócios? Quais as restrições à gestão pública e as possibilidades e consequências de curto e longo prazo das escolhas adotadas? Quais os seus impactos sobre a produção e a procura pelos produtos produzidos domesticamente? Quais suas implicações sobre o nosso ambiente de negócios? A opção por um tratamento acessível do tema e os exemplos retirados da nossa realidade, aliados à análise cuidadosa e à interpretação dos fatores e evidências disponíveis, tornam este livro um instrumento útil para o ensino dos fatos e restrições da macroeconomia para

um público mais amplo. Trata-se de uma obra que auxilia na compreensão dos dilemas e possibilidades desencadeadas pelas escolhas da política econômica, além de colaborar para a formação de executivos mais informados sobre o entorno e as restrições existentes. Ser simples e exemplificar com o que é nosso em particular, tornando concreto o que parece abstrato, são atributos extremamente meritórios e, para a avaliação do sucesso da empreitada de Cristiane Schmidt e Fabio Giambiagi, basta o contraste com a concorrência. Marcos de Barros Lisboa


1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007
CONTABILIDADE SOCIAL
Referência atualizada das Contas Nacionais do Brasil
CARMEM APARECIDA FEIJÓ
E ROBERTO LUÍS OLINTO RAMOS
[ORGANIZADORES]
FERNANDO CARLOS G. DE CERQUEIRA LIMA
NELSON HENRIQUE BARBOSA FILHO
REBECA PALIS
atlas
QUINTA EDIÇÃO
revista e atualizada

Contabilidade Social

Feijo, Carmen
9788535287899
440 p�ginas

A organização deste livro preocupa-se em apresentar de forma didática os sistemas contábeis de estatísticas econômicas oficiais – Contas Econômicas Integradas, Tabelas de Recursos e Usos, Balanço de Pagamentos, Contas Monetárias e Financeiras e o Sistema de Contas Nacionais Trimestrais – e seus instrumentos de análise – Matriz de Insumo-Produto e Números Índice – que são objeto de produção pelo IBGE e pelo Banco Central do Brasil. Este livro, ao apresentar o sistema de Contas Nacionais do Brasil, objetiva treinar os alunos na leitura das estatísticas econômicas com o intuito de capacitá-los em análises e interpretações sobre a economia.

Compre agora e leia

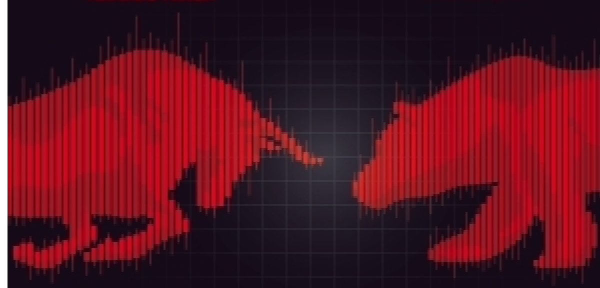
ALEXANDRE PÓVOA

VALUATION

COMO PRECIFICAR AÇÕES

PREFÁCIO
ARMINIO FRAGA

APRESENTAÇÃO
MARA LUQUET



2ª EDIÇÃO
REVISTA, ATUALIZADA
E AMPLIADA

gen | atlas

Valuation

Povoa, Alexandre
9788595151178
540 p�ginas

Compre agora e leia

Qual é o valor justo de uma ação? Valuation — Como Precificar Ações é um guia que apresenta informações essenciais sobre os princípios básicos, objetivos e subjetivos, para auxiliar na definição do preço justo de um ativo no universo da bolsa de valores. Alexandre Póvoa traça os diversos caminhos que os analistas de investimentos e gestores de recursos percorrem para precificar ativos e tomar decisão de compra ou venda de papéis. Além da teoria, o autor oferece exemplos práticos para tornar o estudo ainda mais real. Este livro atende, ainda, profissionais e investidores experientes ao fornecer debates sobre temas polêmicos e detalhar a Teoria de Valuation, totalmente adaptada à realidade do mercado de capitais brasileiro.

Compre agora e leia



JOSÉ ELIAS FERES DE ALMEIDA

FUNDAMENTOS DE CONTABILIDADE PARA OS NEGÓCIOS

INTRODUÇÃO À CONTABILIDADE



EM CONFORMIDADE COM AS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE



Fundamentos de Contabilidade para os Negócios

Almeida, Jose
9788535272918
208 p�ginas

Compre agora e leia

A maioria dos livros do mercado procura ensinar o estudante de contabilidade de um modo tradicional. A linguagem muitas vezes não é simples, muito objetiva e para quem já possui conhecimentos básicos ou nenhum torna-se uma restrição ao aprendizado. Apesar desses livros serem amplamente utilizados em instituições de ensino, poucos colocam a contabilidade e a gestão de negócios interligadas.A informação contábil é gerada para auxiliar a tomada de decisão, e não somente para apresentar demonstrações financeiras. Alguns livros falham ao não levar ao leitor como a contabilidade é utilizada na gestão das empresas, mais do que isso, como ela está no cerne dos negócios.Com a convergência aos padrões internacionais de contabilidade, o contador precisa entender de negócios, finanças, economia e do funcionamento do mercado. De maneira interligada, até para orientar seus clientes e pensar em soluções para a toma da decisão. Desse modo, o professor que utilizar este livro terá condição de preparar uma aula mais dinâmica e interdisciplinar. Todo livro didático de contabilidade traz exercícios para praticar, por isso, este livro apresentará discussões que enriquecerão o conhecimento de conhecimento de contabilidade e negócios (para alunos de graduação, pós e profissionais) de

maneira interligada, além de exercícios e pequenos casos apresentados no final de cada capítulo para ajudar a fixar o conteúdo.



Ronaldo Fiani

Teoria dos Jogos



Com Aplicações em Economia, Administração e Ciências Sociais

Contém exercícios resolvidos



4ª Edição

Material do Professor na WEB

Teoria dos Jogos

Fiani, Ronaldo

9788535276664
376 p�ginas

Compre agora e leia

Teoria dos Jogos 4ª edição tem como objetivo difundir os conhecimentos de jogos para todos aqueles que precisam entender de estratégias para o melhor desempenho de duas atividades profissionais. Assim, é preciso conhecer como a interação entre indivíduos ou organizações, que agem estrategicamente de acordo com os seus interesses, pode ser estudada objetivamente com métodos matemáticos. Respostas aos exercícios propostos estão disponíveis ao final de cada capítulo. - Nova abordagem do assunto. - Quarta edição com exercícios resolvidos.

Compre agora e leia



QUESTÕES ANPEC

André Villela
Lavínia Barros de Castro

ECONOMIA BRASILEIRA

Questões comentadas das provas de 2005 a 2014

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt
(organizadora)

CAMPUS
CONCURSOS

Carta ao Leitor

A necessidade de ter manuais como os que esta série desenvolveu é evidente para os candidatos do exame anual da ANPEC (Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia), cujo propósito é o ingresso nos programas de mestrado e doutorado *stricto sensu* em todo o Brasil. A identificação da lacuna sobre uma literatura complementar, então, surgiu da minha própria experiência como estudante. Na ocasião, não havia nenhuma referência bibliográfica (repito: complementar) aos livros textos didáticos, sobre questões resolvidas de provas anteriores. A vontade de fechar este *gap* tomou fôlego mais tarde, quando passei a lecionar em cursos preparatórios para esse exame. Havia, por parte dos alunos, tal como ocorria na minha época de estudante, uma busca por esse tipo de material, em razão do pouco tempo para estudar um conjunto tão vasto de disciplinas e ementas.

A crescente demanda veio, de fato, acompanhada pelo surgimento de alguns livros, como o que esta série se propõe a fazer. Todos eram produzidos, porém (até 2001), de forma pontual: ora publicava-se um de micro, ora um de macro, ora um de estatística, ora um de matemática ou ora um de economia brasileira. Todos esses manuais, ressalte-se, foram preparados por professores competentes e dedicados. O que a "coleção ANPEC", organizada por mim, tem, portanto, de diferente?

Em primeiro lugar, esta série difere-se dos demais livros por se tratar da mais completa e atualizada versão de todos os manuais existentes. A coleção iniciou com a ANPEC 2002 (micro, macro, estatística/econometria e matemática) e segue até a ANPEC 2014, quando também foi incluída a obra *Economia brasileira*.

Em segundo, porque essa não é apenas uma obra, mas uma coleção. Ou seja, é a primeira vez que as cinco provas são oferecidas em conjunto, todas estruturadas de forma homogênea e sob coordenação única. A harmonia das obras, indubitavelmente, organiza a mente daqueles que têm um prazo curto para seus estudos.

Em terceiro, porque o nosso compromisso é fazer atualizações anuais e aperfeiçoamentos sistemáticos das versões anteriores, uma vez que o nosso objetivo final é o de facilitar os estudos e, consequentemente, o aproveitamento dos candidatos. Ainda que tenhamos nos empenhado em explicar didaticamente todos os 5 quesitos das 15 questões das provas dos últimos 13 anos (10 no caso de economia brasileira), erros remanescentes podem ocorrer e devem, assim, ser corrigidos para o melhor desempenho do aluno.

Por último, e mais relevante, porque a equipe técnica foi escolhida de maneira

criteriosa. Para isso, considerou-se não só a formação de excelência dos professores (dos 9 autores, 8 são doutores), mas também a experiência em sala de aula. A qualificação deste time é, indiscutivelmente, uma das melhores do Brasil.

Além disso, para facilitar ainda mais a jornada exigente de estudo dos alunos, cada um dos 5 volumes que compõem esta coleção está segmentado por temas, que se constituíram nos capítulos de cada livro. Elaboramos, também, tabelas temáticas e estatísticas para que o aluno possa identificar, ao longo do tempo, os conteúdos mais solicitados. O estudo, dessa forma, pode ser direcionado aos tópicos mais cobrados, a fim de aumentar sobremaneira as possibilidades de êxito do aluno. O destaque final é para o cuidado adicional da inclusão de adendos, explicações mais extensas e revisões das ementas, no caso de macro, em razão da literatura ser mais dispersa do que as outras matérias. Tudo isso, claro, para orientar a rotina de estudos do aluno.

Cabe aqui uma ressalva. Em papel (ou seja, em cada obra) teremos a resolução das 10 últimas provas. As demais, estarão no site da editora. Com relação à quarta edição, consequentemente, os exames ANPEC 2005 – ANPEC 2014 estão resolvidos nos livros. As demais provas (ANPEC 2002 – ANPEC 2004), no site.

Com todo este conjunto de provas/soluções em mãos, não há dúvida de que o aluno que vem estudando pelos livros didáticos solicitados na bibliografia ANPEC estará muito mais bem preparado do que outro que não possua a coleção. É duro estudar, mas, certamente, vale muito a pena. E neste caso, a nossa coleção ajuda consideravelmente.

Desejo, assim, a você, leitor, um ótimo ano de estudo. Qualquer comentário, dúvida ou sugestão, por favor, escreva para o e-mail: anpec.cris.alkmin@gmail.com. Certamente você fará uma ótima contribuição para os futuros estudantes em deixar-nos saber a sua opinião. Será um prazer respondê-lo.

Cristiane Alkmin J. Schmidt
Organizadora

Questões ANPEC

André Villela
Lavínia Barros de Castro

Economia Brasileira

Questões comentadas das provas de 2005 a 2013

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt
(organizadora)





Copidesque: Vânia Coutinho Santiago
Revisão: Gabriel Pereira
Editoração Eletrônica: SBNigri Artes e Textos Ltda.
Epub: SBNigri Artes e Textos Ltda.

Elsevier Editora Ltda.
Conhecimento sem Fronteiras
Rua Sete de Setembro, 111 – 16º andar
20050-006 – Centro – Rio de Janeiro – RJ – Brasil

Rua Quintana, 753 – 8º andar
04569-011 – Brooklin – São Paulo – SP – Brasil

Serviço de Atendimento ao Cliente
0800-0265340
atendimento1@elsevier.com

ISBN: 978-85-352-7484-4
ISBN (versão eletrônica): 978-85-352-7485-1

Nota: Muito zelo e técnica foram empregados na edição desta obra. No entanto, podem ocorrer erros de digitação, impressão ou dúvida conceitual. Em qualquer das hipóteses, solicitamos a comunicação ao nosso Serviço de Atendimento ao Cliente, para que possamos esclarecer ou encaminhar a questão.
Nem a editora nem o autor assumem qualquer responsabilidade por eventuais danos ou perdas a pessoas ou bens, originados do uso desta publicação.

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

E22

Economia brasileira / organização Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
384 p. – (Questões)

ISBN 978-85-352-7738-8

1. Economia. I. Villela, André. II. Castro, Lavinia Barros de. III. Título. IV. Série.

14-08652

CDD: 330
CDU: 330

Autores da coleção

Autores desta obra:

Lavinia Barros de Castro (Economia brasileira) é doutora em Economia pela UFRJ (2009) e doutora em Ciências Sociais pela UFRRJ (2006), com doutorado sanduíche na Universidade de Berkeley – Califórnia. Leciona economia brasileira em cursos de graduação do IBMEC desde 1999 e em cursos de MBA da Coppead, desde 2007. É economista do BNDES desde 2001, atualmente na área de pesquisa econômica. É co-organizadora e coautora, entre outros, do livro *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*, vencedor do Prêmio Jabuti, 2005, com segunda edição lançada em 2011, pela Campus Elsevier.

André Villela (Economia brasileira) é bacharel (UFRJ, 1989) e mestre (PUC-Rio, 1993) em Economia e Ph.D. em História Econômica pela Universidade de Londres (London School of Economics, 1999). Sua tese, intitulada “ e Political Economy of Money and Banking in Imperial Brazil, 1850-70”, recebeu o Prêmio Haralambos Simeonides, conferido pela ANPEC, em 1999. Desde 2001 é Professor Assistente da EPGE/FGV, onde leciona disciplinas na área de História Econômica para alunos da Graduação. É co-organizador e coautor, entre outros, do livro *Economia Brasileira Contemporânea (1945-2010)*, vencedor do Prêmio Jabuti, 2005, com segunda edição lançada em 2011, pela Campus Elsevier.

Autores das demais obras da série:

Cristiane Alkmin Junqueira Schmidt (Microeconomia) tem mestrado e doutorado em Ciências Econômicas, pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV/RJ), e foi Visiting Scholar na Universidade de Columbia, nos EUA. Dos três artigos de sua tese de doutorado, dois deles foram premiados: um em primeiro lugar e outro, com menção honrosa. Foi consultora para o Banco Mundial, Unctad e *e Washington Times*, em projetos na República Dominicana, na África, no Equador e em Honduras, quando morou no Chile, em Porto Rico e na Guatemala (por dois, três e dois anos, respectivamente). No Brasil, foi Secretária-Adjunta da Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da

Fazenda, Gerente Geral de assuntos corporativos da Embratel, Representante da área internacional do Instituto Brasileiro de Economia (IBRE) da FGV e Diretora do departamento econômico do Grupo Libra. Em Porto Rico foi Diretora-Adjunta da Agência de desenvolvimento local e Diretora do departamento econômico da Companhia de Comércio e Exportação de Porto Rico. Na Guatemala, foi Gerente de execução estratégica da empresa Cementos Progreso e Diretora-Executiva da ONG *Pacunam*.

Além disso, Dra. Schmidt sempre lecionou em cursos relacionados às áreas de economia. No Brasil, foi professora de graduação e/ou do preparatório para ANPEC na FGV, no IBMEC, na PUC e no CATE. Na Guatemala, ela lecionou na UFM (*Universidad Francisco Marroquin*) e na URL (*Universidad Rafael Landivar*). Atualmente é consultora pela Davanti e professora dos cursos de MBA das escolas EPGE e Direito-Rio, ambas da FGV; do Management, também pertencente à FGV, e do Global MBA, coordenado por Manchester e FGV.

Paulo C. Coimbra (Microeconomia) é doutor (2009) e mestre (2003) em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas – RJ (EPGE/FGV-RJ) e é Bacharel em Ciências Econômicas (1990) pela Faculdade de Economia da Universidade Santa Úrsula (FE/USU). Atualmente exerce o cargo de Professor Adjunto na Faculdade de Economia da Universidade Federal de Juiz de Fora (FE/UFJF), atuando inclusive no Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada (PPGEA/UFJF). Sua larga experiência como docente, lecionando disciplinas de economia e finanças, inclui passagens em renomadas instituições como a Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ) e a Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ).

Uma das linhas de pesquisa na qual atua baseia-se na percepção de que a presença de incerteza (no sentido de Frank Knight) pode dificultar as escolhas dos agentes (quer sejam escolhas individuais, sob iterações estratégicas ou de portfólios), algo que o motiva a investigar os impactos da incerteza (ou ambiguidade) nas escolhas dos agentes. Suas linhas atuais de pesquisa concentram-se nas áreas de economia e finanças, com ênfase em teoria econômica, economia matemática, microeconomia aplicada e finanças aplicadas. Desenvolvimento econômico, economia do trabalho, organização industrial e outros temas em finanças (destacadamente finanças comportamentais, finanças corporativas e modelos de apreçamento com o uso de derivativos) também fazem parte dos seus interesses de pesquisa.

É articulista do Instituto Millenium e é colunista (sobre derivativos) do portal de

notícias InfoMoney e do portal de finanças GuiaInvest e mantém o blog http://pccoimbra.blogspot.com, onde publica seus posts com temas ligados à economia e finanças.

Bruno Henrique Versiani Schröder (Macroeconomia) é mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ) e bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ. Aprovado em concursos públicos, com destaque para os cargos de Técnico em Planejamento e Pesquisa do IPEA, Especialista em Regulação da ANCINE e Analista do Banco Central do Brasil. Professor do curso de Graduação em Economia da EPGE, leciona as disciplinas de Macroeconomia, Microeconomia, Finanças e Estatística/Econometria em cursos preparatórios no Rio de Janeiro. Laureado com o XIV Prêmio do Tesouro Nacional e o 31o Prêmio BNDES de Economia, atualmente é docente em Economia e exerce o cargo de Analista do Banco Central do Brasil.

Victor Pina Dias (Macroeconomia) é doutor e mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ) e bacharel em Ciências Econômicas pela UFRJ. Aprovado nos seguintes concursos: Técnico de Nível Superior da Empresa de Pesquisa Energética, Analista do IBGE, Economista do BNDES e Analista do Banco Central do Brasil. Já lecionou em cursos preparatórios para a ANPEC. Atualmente, é professor de Macroeconomia do IBMEC/RJ e economista do BNDES.

Jefferson D. Pereira Bertolai (Matemática) é doutor e mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas (EPGE/FGV-RJ) e bacharel em Economia pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo – FEARP/USP. Em 2013, tornou-se professor do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo (FEARP/USP). É pesquisador em Teoria Monetária e Bancária e em Métodos Computacionais Recursivos em Macroeconomia.

Rodrigo Leandro de Moura (Matemática e Estatística) é doutor e mestre em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ) e bacharel em Economia pela Universidade de São Paulo (USP-RP).

É pesquisador e professor na FGV, lecionando disciplinas de Estatística, Econometria, Economia do Trabalho, Microeconomia, além de já ter lecionado Estatística/Matemática preparatória para o exame da Anpec. Atualmente desenvolve estudos no IBRE/FGV nas áreas de mercado de trabalho, educação e regulação econômica (petróleo). Já realizou estudos para o IPEA sobre mercado de trabalho, educação e previdência. Participou de congressos nacionais e internacionais e tem diversas publicações acadêmicas e capítulos de livros em coautoria com professores renomados, como James J. Heckman (Nobel de Economia), Flávio Cunha, Aloísio Araujo, Marcelo Neri e para a Organização Internacional do Trabalho (OIT) e já fez projetos para a Fundação Ayrton Senna, contribuindo para o Movimento Todos pela Educação.

Rafael Martins de Souza (Estatística) é doutor em Economia pela Escola de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getulio Vargas (EPGE/FGV-RJ), mestre em Ciências Estatísticas pela UFRJ e bacharel em Ciências Estatísticas pela ENCE. É pesquisador da Escola Nacional de Ciências Estatísticas do IBGE, onde leciona as disciplinas de Econometria, Modelos Lineares Generalizados e Métodos Não Paramétricos e professor de Análise Microeconômica do Ibmec-Rio. Prestou serviço de consultoria em estatística e econometria a empresas como Vale, Ambev e ao Ministério do Turismo. Tem experiência em modelagem econométrica de índices de inflação, indicadores de atividade econômica e análise de riscos financeiros. Tem diversas participações em congressos internacionais e publicação na International Review of Financial Analysis.

Prefácio

Tenho imenso prazer em escrever este prefácio. O exame nacional para ingresso em mestrados em economia aplicado pela ANPEC – da qual tive a honra de ser Secretário Executivo em 2000/2001 – é um produto de altíssimo valor para a pós-graduação no Brasil. Além de democratizar as oportunidades de acesso às várias escolas no país, estabelece um excelente marco para aferir-se a capacitação de candidatos à pós-graduação *stricto sensu* em economia. Entre seus benefícios, inclui-se o esforço de aprimoramento em cursos de graduação em economia que vem como consequência natural da existência de tal padrão de referência.

A série de manuais da qual faz parte este volume, competentemente organizada por Cristiane Alkmin J. Schmidt, preencheu uma importante lacuna. Não apenas tornou mais ampla a democratização a que me referi, como vem facilitando o caminho de candidatos em seu processo de aquisição de capacidades rumo ao exame.

Embora com diferentes pesos, a prova de economia brasileira tem importância para diversas escolas e havia falta de um volume a ela dedicado. Desde logo, há que se reconhecer as peculiaridades na elaboração deste livro, já que, por tratar-se de economia aplicada, depara-se inevitavelmente com maior latitude nas interpretações possíveis dos temas. Em tais circunstâncias, mais que nunca requer-se habilidade e maturidade por parte dos autores.

Nesse contexto, o volume preparado por Lavínia Barros de Castro e André Villela é primoroso. Quando o percorrer, o leitor encontrará equilíbrio, abrangência e adequada fundamentação analítica no tratamento das questões e na orientação de leituras.

Circunstâncias profissionais me levaram a trabalhar em instituições multilaterais nos últimos dez anos, fora do Brasil. Um de meus orgulhos como brasileiro tem sido acompanhar o êxito e o reconhecimento de meus – relativamente poucos – compatriotas economistas nessas instituições. Um de seus marcos distintivos é o fato de, em sua absoluta maioria, terem atravessado o processo de preparação para o exame da ANPEC. A presente série, agora complementada com este volume sobre economia brasileira, veio facilitar a inclusão potencial de estudantes de economia pelo país em tal processo enriquecedor de capacidades.

Otaviano Canuto

Conselheiro Senior e ex-Vice Presidente do Banco Mundial. Foi também Vice-Presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda do Brasil e Professor da FEA-USP e da Unicamp.

Apresentação

O presente volume traz a resolução de cada uma das questões das últimas 10 provas de Economia Brasileira do exame anual da ANPEC. Para tanto, a estrutura seguida foi, rigorosamente, a mesma dos demais livros da coleção, a saber: divisão temática do conteúdo em oito tópicos gerais e, dentro deles, o ordenamento cronológico das provas.

As diferenças entre o presente volume e os demais são inúmeras, porém, exigindo algumas explicações. Em um plano mais filosófico, a prova de Brasileira se sobressai por não envolver tantas questões teóricas. Ao contrário, a ênfase, em geral, na parte objetiva das provas, é em aspectos factuais e, em menor grau, questões de interpretação sobre determinado episódio ou fenômeno histórico. No caso (majoritário, note-se) de questões de natureza factual, não há grande margem para divergência entre os especialistas. Sendo assim, os autores procuraram responder as perguntas das provas de forma direta, indicando o porquê de o gabarito oficial indicar V (Verdadeiro) ou F (Falso). Em certos casos, foi necessário alongar-se um pouco mais na explicação apresentada, de forma a esclarecer pontos mais controversos, ou nos quais o enunciado não parecia suficientemente claro.

Como regra, foi adotado o seguinte critério na resolução das questões Objetivas: todas as que traziam como gabarito F receberam algum comentário adicional dos autores, oferecendo uma explicação para tal gabarito; no caso das marcadas pela ANPEC como V, a maioria também recebeu comentários (em geral, no sentido de trazer detalhe adicional para o leitor). Já quando a pergunta era pontual e a resposta verdadeira, optou-se por deixá-la sem comentários, a fim de não tornar o texto repetitivo. A exemplo do que foi feito nos demais volumes da coleção, os itens em que os autores discordaram do gabarito oficial estão claramente identificados e os argumentos apresentados em seguida.

Adicionalmente, cabe notar que, diferentemente das outras disciplinas, a prova de Economia Brasileira traz – além das 15 questões Objetivas (com cinco itens, de 0 a 4, em cada uma) – cinco questões Discursivas, sendo o candidato instado a escolher uma delas para responder. Em se tratando das questões Objetivas, a própria ANPEC divulga – a exemplo do que ocorre nas demais provas – um gabarito oficial, sob a forma de Verdadeiro ou Falso, para cada um dos itens. Já no tocante às questões Discursivas, não há gabarito oficial, pelo simples fato de a correção não ficar a cargo da

ANPEC, mas sim dos diversos centros de pós-graduação para os quais o aluno se candidata (ainda que alguns centros não considerem a prova de Economia Brasileira para efeito de classificação).

No presente volume, as questões Discursivas fora agrupadas em um dos oito tópicos em que se dividiram as questões Objetivas. As respostas apresentadas a cada uma destas questões (em alguns casos, uma resposta mais longa serviu para duas ou três questões semelhantes) trazem aquilo que é, sem dúvida, o componente mais idiossincrático do presente volume, isto é, a forma particular como um dos dois autores responsáveis (dependendo da questão/tema) responderia o enunciado proposto. É claro que não há a pretensão de que a resposta oferecida seja "a" resposta correta, pois tal apreciação (sabidamente subjetiva) dependerá da pessoa encarregada da correção das provas Discursivas em cada um dos centros de pós-graduação que, efetivamente, procedem à correção de tais questões.

Com vistas a fundamentar os argumentos apresentados nas respostas às questões Discursivas (e em alguns poucos casos de questões Objetivas, também), os autores fizeram referência a obras conhecidas que tratam dos temas em discussão. Uma lista de Referências Bibliográficas reúne todas as obras citadas ao longo do livro. Aproveitamos para agradecer a Fabio Giambiagi a autorização para o uso de algumas das tabelas do livro *Economia Brasileira Contemporânea* (Giambiagi *et al.*, 2011), do qual somos co-organizadores e coautores.

Feitos estes esclarecimentos – necessários, em função da especificidade da prova de Economia Brasileira relativamente às de Macro, Micro, Estatística e Matemática, naturalmente menos sujeitas a subjetivismos –, acreditamos estar oferecendo ao público uma obra que ajudará não apenas os interessados em se preparar para o exame anual da ANPEC, como também candidatos a concursos e, eventualmente, alunos e professores de disciplinas de "Economia Brasileira" nos cursos de graduação.

Bom proveito!

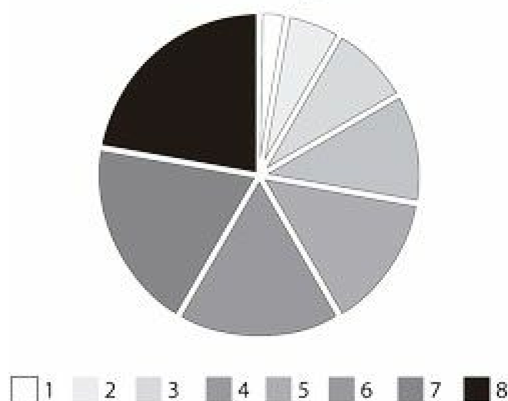
Os autores

Quadros Estatísticos

Quadro 1 – Número de questões por tópico e por exame

Objetivas

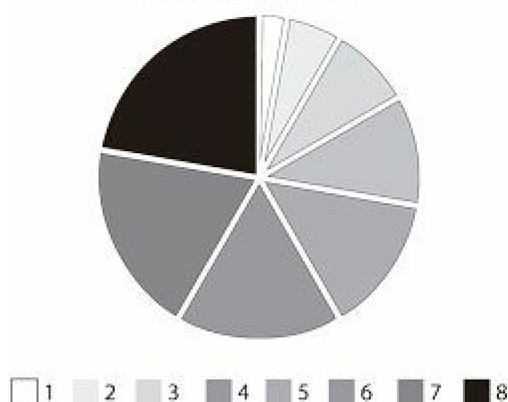
Tópicos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
1	2	1	1	1	1	1	1	1	2	2	13
2	0	1	2	1	1	2	1	1	0	1	10
3	1	3	3	2	2	1	2	1	2	2	19
4	4	2	2	3	3	3	3	2	2	2	26
5	2	3	2	2	2	2	2	3	3	2	23
6	3	2	2	2	2	1	1	2	2	1	18
7	1	2	0	0	0	1	1	2	2	2	11
8	2	1	3	4	4	4	4	3	2	3	30
(total)											150



Discursivas

Tópicos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Total
1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
2	0	0	0	1	0	1	1	0	1	0	4
3	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	3
4	0	0	0	1	0	1	0	1	0	2	5
5	1	0	1	1	1	1	2	1	0	0	8

6	1	1	1	1	1	2	0	0	1	1	9
7	2	2	1	1	1	0	0	1	0	1	9
8	1	2	2	0	1	0	1	1	2	1	11
(total)											50



Legenda	
Tópicos	
1	A I República
2	A Era Vargas
3	De Dutra a JK
4	Da Crise dos Anos 1960 ao 'Milagre'
5	O II PND e a Crise dos Anos 1980
6	Os Planos de Estabilização
7	História da Insdustrialização
8	Temas Transversais

Quadro 2 – Representatividade dos tópicos por exame

Objetivas

Tópicos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1	13%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	7%	13%	13%
2	0%	7%	13%	7%	7%	13%	7%	7%	0%	7%
3	7%	20%	20%	13%	13%	7%	13%	7%	13%	13%
4	27%	13%	13%	20%	20%	20%	20%	13%	13%	13%
5	13%	20%	13%	13%	13%	13%	13%	20%	20%	13%

6	20%	13%	13%	13%	13%	7%	7%	13%	13%	7%
7	7%	13%	0%	0%	0%	7%	7%	13%	13%	13%
8	13%	7%	20%	27%	27%	27%	27%	20%	13%	20%
(total)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Discursivas

Tópicos	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1	20%	0%	20%	20%	20%	40%	20%	20%	0%	40%
2	0%	0%	20%	20%	20%	0%	20%	20%	0%	0%
3	0%	20%	0%	0%	0%	0%	20%	0%	0%	0%
4	20%	0%	20%	40%	20%	40%	0%	20%	40%	20%
5	0%	0%	0%	0%	20%	0%	20%	0%	0%	0%
6	20%	20%	20%	20%	20%	40%	0%	0%	20%	20%
7	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%	0%
8	20%	40%	40%	0%	20%	0%	20%	20%	40%	20%
(total)	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

Legenda	
Tópicos	
1	A I República
2	A Era Vargas
3	De Dutra a JK
4	Da Crise dos Anos 1960 ao 'Milagre'
5	O II PND e a Crise dos Anos 1980
6	Os Planos de Estabilização
7	História da Insdustrialização
8	Temas Transversais

Quadro Temático

Quadro 3 – Tópicos por exame

Questão	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
1	1	1	1	1	1	1	1	7	1	1
2	7	2	2	2	2	2	7	1	1	1
3	1	7	2	3	3	2	2	2	7	7
4	3	3	3	3	3	7	3	7	7	2
5	4	3	3	4	4	3	3	3	3	3
6	4	3	3	4	4	4	4	4	3	7
7	4	7	4	4	4	4	4	4	4	3
8	4	4	4	5	5	4	4	5	4	4
9	5	4	5	5	5	5	5	5	5	4
10	5	5	5	6	6	5	5	5	5	5
11	6	5	6	6	6	6	6	6	5	5
12	6	6	6	8.4	8.4	8.4	8.3	6	6	6
13	8.4	6	8.4	8.1	8.1	8.4	8.5	8.4	8.4	8.4
14	6	5	8.1	8.4	8.5	8.1	8.2	8.2	8.4	8.1
15	8.1	8.3	8.2	8.2	8.2	8.1	8.1	8.1	6	8.1
1	7	7	7	7	7	2	2	1	2	7
2	7	7	8.1	2	3	4	3	4	3	4
3	8.1	6	5	4	5	5	5	7	6	4
4	5	8.4	6	5	6	6	5	5	8.2	6
5	6	8.3	8.4	6	8.2	6	8.4	8.4	8.2	8.1

Legenda	
Tópicos	
1	A I República
2	A Era Vargas
3	De Dutra a JK
4	Da Crise dos Anos 1960 ao 'Milagre'
5	O II PND e a Crise dos Anos 1980
6	Os Planos de Estabilização

7 História da Insdustrialização
8 Temas Transversais

Sumários

Capa

Carta ao Leitor

Créditos

Autores da coleção

Prefácio

Apresentação

Quadros Estatísticos

Quadro Temático

Capítulo 1 – A Primeira República

PROVA DE 2005

Questão 1

Questão 3

PROVA DE 2006

Questão 1

PROVA DE 2007

Questão 1

PROVA DE 2008

Questão 1

PROVA DE 2009

Questão 1

PROVA DE 2010

Questão 1

PROVA DE 2011

Questão 1

PROVA DE 2012

Questão 2

PROVA DE 2013

Questão 1

Questão 2

PROVA DE 2014

Questão 1

Questão 2

Questões Discursivas

PROVA DE 2012

Questão 1

Capitulo 2 – A Era Vargas

PROVA DE 2006

Questão 2

PROVA DE 2007

Questão 2

Questão 3

PROVA DE 2008

Questão 2

PROVA DE 2009

Questão 2

PROVA DE 2010

Questão 2

Questão 3

PROVA DE 2011

Questão 3

PROVA DE 2012

Questão 3

PROVA DE 2014

Questão 4

Questões Discursivas

PROVA DE 2008

Questão 2

PROVA DE 2010

Questão 1

PROVA DE 2011

Questão 1

PROVA DE 2013

Questão 1

Capítulo 3 – De Dutra a JK

PROVA DE 2005

Questão 4

PROVA DE 2006

Questão 4

Questão 5

Questão 6

PROVA DE 2007

Questão 4

Questão 5

Questão 6

PROVA DE 2008

Questão 3

Questão 4

PROVA DE 2009

Questão 3

Questão 4

PROVA DE 2010

Questão 5

PROVA DE 2011

Questão 4

Questão 5

PROVA DE 2012

Questão 5

PROVA DE 2013

Questão 5

Questão 6

PROVA DE 2014

Questão 5

Questão 7

Questões Discursivas

PROVA DE 2009

Questão 2

PROVA DE 2011

Questão 2

PROVA DE 2013

Questão 2

Capítulo 4 – Da Crise dos Anos 1960 ao “Milagre”

PROVA DE 2005

Questão 5

Questão 6

Questão 7

Questão 8

PROVA DE 2006

Questão 8

Questão 9

PROVA DE 2007

Questão 7

Questão 8

PROVA DE 2008

Questão 5

Questão 6

Questão 7

PROVA DE 2009

Questão 5

Questão 6

Questão 7

PROVA DE 2010

Questão 6

Questão 7

Questão 8

PROVA DE 2011

Questão 6

Questão 7

Questão 8

PROVA DE 2012

Questão 6

Questão 7

PROVA DE 2013

Questão 7

Questão 8

PROVA DE 2014

Questão 8

Questão 9

Questões Discursivas

PROVA DE 2008

Questão 3

PROVA DE 2010

Questão 2

PROVA DE 2012

Questão 2

PROVA DE 2014

Questão 2

Questão 3

Capítulo 5 – O II PND e a Crise dos Anos 1980

PROVA DE 2005

Questão 9

Questão 10

PROVA DE 2006

Questão 10

Questão 11

Questão 14

PROVA DE 2007

Questão 9

Questão 10

PROVA DE 2008

Questão 8

Questão 9

PROVA DE 2009

Questão 8

Questão 9

PROVA DE 2010

Questão 9

Questão 10

PROVA DE 2011

Questão 9

Questão 10

PROVA DE 2012

Questão 8

Questão 9

Questão 10

PROVA DE 2013

Questão 9

Questão 10

Questão 11

PROVA DE 2014

Questão 10

Questão 11

Questões Discursivas

PROVA DE 2005

Questão 4

PROVA DE 2010

Questão 3

PROVA DE 2011

Questão 3

PROVA DE 2007

Questão 3

PROVA DE 2008

Questão 4

PROVA DE 2009

Questão 3

PROVA DE 2011

Questão 4

PROVA DE 2012

Questão 4

Capítulo 6 – Os Planos de Estabilização

PROVA DE 2005

Questão 11

Questão 12

Questão 14

PROVA DE 2006

Questão 12

Questão 13

PROVA DE 2007

Questão 11

Questão 12

PROVA DE 2008

Questão 10

Questão 11

PROVA DE 2009

Questão 10

Questão 11

PROVA DE 2010

Questão 11

PROVA DE 2011

Questão 11

PROVA DE 2012

Questão 11

Questão 12

PROVA DE 2013

Questão 12

Questão 15

PROVA DE 2014

Questão 12

Questões Discursivas

PROVA DE 2005

Questão 5

PROVA DE 2006

Questão 3

PROVA DE 2008

Questão 5

PROVA DE 2009

Questão 4

PROVA DE 2007

Questão 4

PROVA DE 2010

Questão 4

Questão 5

PROVA DE 2013

Questão 3

PROVA DE 2014

Questão 4

Capítulo 7 – História da Industrialização

PROVA DE 2005

Questão 2

PROVA DE 2006

Questão 3

Questão 7

PROVA DE 2010

Questão 4

PROVA DE 2011

Questão 2

PROVA DE 2012

Questão 1

Questão 4

PROVA DE 2013

Questão 3

Questão 4

PROVA DE 2014

Questão 3

Questão 6

Questões Discursivas

PROVA DE 2005

Questão 1

Questão 2

PROVA DE 2012

Questão 3

PROVA DE 2006

Questão 1

Questão 2

PROVA DE 2007

Questão 1

PROVA DE 2008

Questão 1

PROVA DE 2009

Questão 1

PROVA DE 2014

Questão 1

Capítulo 8 – Temas Transversais

8.1. O papel do Estado e as instituições públicas

PROVA DE 2005

Questão 15

PROVA DE 2007

Questão 14

PROVA DE 2008

Questão 13

PROVA DE 2009

Questão 13

PROVA DE 2010

Questão 14

Questão 15

PROVA DE 2011

Questão 15

PROVA DE 2012

Questão 15

PROVA DE 2014

Questão 14

Questão 15

Questões Discursivas

PROVA DE 2005

Questão 3

PROVA DE 2014

Questão 5

PROVA DE 2007

Questão 2

8.2. Distribuição de renda e pobreza

PROVA DE 2007

Questão 15

PROVA DE 2008

Questão 15

PROVA DE 2009

Questão 15

PROVA DE 2011

Questão 14

PROVA DE 2012

Questão 14

Questões Discursivas

PROVA DE 2009

Questão 5

PROVA DE 2013

Questão 4

Questão 5

8.3. A reforma do Estado e as privatizações

PROVA DE 2006

Questão 15

PROVA DE 2011

Questão 12

Questões Discursivas

PROVA DE 2006

Questão 5

8.4. Relações com a economia internacional: integração (abertura comercial e financeira), política industrial e dívida externa

PROVA DE 2005

Questão 13

PROVA DE 2007

Questão 13

PROVA DE 2008

Questão 12

Questão 14

PROVA DE 2009

Questão 12

PROVA DE 2010

Questão 12

Questão 13

PROVA DE 2012

Questão 13

PROVA DE 2013

Questão 13

Questão 14

PROVA DE 2014

Questão 13

Questões Discursivas

PROVA DE 2006

Questão 4

PROVA DE 2007

Questão 5

PROVA DE 2011

Questão 5

PROVA DE 2012

Questão 5

8.5. Mercado de trabalho

PROVA DE 2009

Questão 14

PROVA DE 2011

Questão 13

Referências Bibliográficas

1

A Primeira República

PROVA DE 2005

Questão 1

Durante a Primeira República, a desvalorização cambial deixou de ser útil como instrumento de defesa da renda cafeeira, sendo substituída pela política de regulação da oferta, em razão da:

(0) Inelasticidade-preço da demanda pelo café.

(1) Grande depressão de 1929.

(2) Estagnação da produção cafeeira.

(3) Dependência estrutural de importados.

(4) Desorganização das contas públicas.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Trata-se de característica conhecida do preço do café, que diminuía o incentivo ao uso da desvalorização cambial como instrumento de promoção das exportações do produto.

(1) Falso.

Por definição, um episódio que só viria a ocorrer ao final da Primeira República não poderia condicionar políticas de regulação da oferta seguidas desde 1906 (com o Convênio de Taubaté).

(2) Falso.

A produção de café *cresceu* continuamente no período, tanto em volume como valor.

(3) Verdadeiro.

Antes de 1930, o país era dependente das importações para atender a demanda pela maior parte dos bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital.

(4) Falso.

A resposta oficial da Anpec é questionável.

É fato que, desde o Império, havia uma tendência do governo de se opor à depreciação cambial justamente pelo impacto que esta teria sobre as finanças públicas – dado o grande peso que os compromissos em moeda estrangeira (serviço da dívida externa e compras de material bélico) tinham no orçamento do governo central. A

resposta é, portanto, verdadeira.

Questão 3

Sobre a economia brasileira no período compreendido pelas duas guerras mundiais, é CORRETO afirmar que:

(0) A declaração de uma moratória temporária foi uma das medidas do governo para atenuar a crise de liquidez decorrente dos efeitos da Primeira Guerra Mundial.

(1) A queda da arrecadação do imposto de importação durante a Primeira Guerra Mundial foi compensada, em parte, pelo aumento de arrecadação do imposto sobre o consumo.

(2) O retorno ao padrão-ouro, proposto por Washington Luís em 1926, visava à implantação da conversibilidade plena, mas este objetivo foi frustrado pela crise de 1929.

(3) Durante a Segunda Guerra Mundial a capacidade produtiva cresceu mais rapidamente que a produção.

(4) Durante a Segunda Guerra Mundial houve um aumento das reservas cambiais brasileiras.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Em outubro de 1914 foi assinado *funding loan* (empréstimo de consolidação) de £ 15 milhões com os banqueiros do governo, a fim de fazer face ao pagamento de juros de empréstimos federais até 1917. O pagamento de amortizações ficaria suspenso até 1927.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

A experiência do Brasil com o Padrão Ouro nos anos 1920 teria início com a criação da Caixa de Estabilização, em dezembro de 1926. A Caixa funcionaria ao longo do governo Washington Luis, até ser fechada em 22/11/1930.

(3) Falso.

A produção industrial no Brasil pôde crescer durante a Guerra (sobretudo, entre 1942-1945) aproveitando-se de capacidade ociosa e das restrições de oferta pelas quais passavam os países industrializados envolvidos no conflito (o que levou a menor oferta de itens disponíveis para importação). A ampliação desta mesma capacidade (isto é, o investimento), porém, era dificultada pela queda da importação de máquinas e equipamentos do exterior, provocada pelo conflito. Em resumo, a capacidade produtiva cresceu *menos* rapidamente que a produção industrial.

(4) Verdadeiro.

Não obstante, grande parte desta acumulação de reservas dar-se-ia em moedas não conversíveis em ouro, a exemplo da libra esterlina.

PROVA DE 2006

Questão 1

No convênio celebrado em Taubaté, em fevereiro de 1906, definiram-se as bases do que se denominou política de valorização do café. Segundo Celso Furtado, essa política:

(0) Constituiu uma intervenção governamental no mercado de café para, mediante a compra de excedentes, restabelecer-se o equilíbrio entre oferta e procura.

(1) Estabeleceu que o financiamento das compras far-se-ia mediante emissão de papel-moeda, devido às dificuldades de obtenção de empréstimos externos.

(2) Estimulou os governos dos estados produtores de café a desencorajar a expansão das plantações.

(3) Criou um novo imposto, cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada, para cobrir o serviço dos empréstimos estrangeiros.

(4) Foi uma iniciativa do Governo Federal e não dos cafeicultores.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

A aquisição de café, de acordo com o plano original, seria financiada mediante emissões de uma Caixa de Conversão, lastreadas em ouro. Os recursos em moeda forte da Caixa, por sua vez, proviriam de empréstimo externo a ser contraído pelo governo do estado de SP. O serviço deste empréstimo externo seria coberto por um imposto cobrado “em ouro” sobre cada saca de café exportado.

(2) Falso.

A ausência de qualquer iniciativa concreta visando desestimular a ampliação das plantações de café esteve na raiz da própria inviabilidade, no longo prazo, dos esquemas de defesa. Preços artificialmente altos, resultantes das políticas de valorização, terminavam por estimular a ampliação da oferta (no Brasil e no exterior) e consequente queda do preço internacional do produto.

(3) Verdadeiro.

Ver resposta ao item 1, acima.

(4) Falso.

A iniciativa do Convênio partiu dos cafeicultores e o Convênio em si seria firmado

pelos presidentes (governadores) dos três principais estados produtores (SP, MG e RJ) em 26/2/1906.

PROVA DE 2007

Questão 1

Atribui-se ao Segundo Governo Vargas a intenção de reproduzir as virtudes dos governos Campos Salles e Rodrigues Alves. A respeito daqueles dois governos, é CORRETO afirmar:

(0) Entre os objetivos de Joaquim Murtinho, no Governo Campos Salles, figurava a valorização cambial, que levaria à redução da produção de café por meio de um processo de seleção natural entre os produtores.

(1) A valorização cambial permitiu a Campos Salles reintroduzir a cobrança de direitos alfandegários em mil-réis, com ganhos expressivos para a arrecadação tributária.

(2) Em um contexto mais favorável, Rodrigues Alves (1903-1906) pôde aumentar a oferta de moeda e adotar uma política fiscal expansionista, abrindo espaço para taxas de crescimento do PIB mais elevadas.

(3) Rodrigues Alves implementou um programa de obras públicas, que incluiu o saneamento e a urbanização da capital federal e a construção de portos e estradas de ferro.

(4) A interrupção da política de valorização cambial no período 1903-1906, com a estabilização da taxa de câmbio, não impediu o agravamento da crise do setor cafeeiro, o que acabou levando ao Convênio de Taubaté.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Ao longo da Primeira República, parte dos impostos de importação era paga em mil-réis e o restante em "ouro". Na prática, tratava-se de mecanismo de indexação da arrecadação à taxa de câmbio, visando prover ao governo os recursos fiscais necessários à aquisição de cambiais em um contexto de desvalorização da moeda nacional. Durante o Governo Campos Sales, a parcela dos impostos de importação a ser paga "em ouro" subiu de 10% para 25%. É falsa, portanto, a afirmação de que aquele governo "reintroduziu a cobrança de direitos alfandegários em mil-réis".

(2) Falso.

Com efeito, após forte recuo na virada do século, a oferta real de moeda recuperou-se ligeiramente ao longo do Governo Rodrigues Alves. Não é verdade, porém, que o governo tenha adotado política *fiscal* expansionista à época. De fato – e não obstante os ambiciosos projetos de obras públicas realizadas na capital federal –, Rodrigues Alves e seu ministro da Fazenda, Leopoldo de Bulhões, mantiveram a

orientação financeira conservadora da administração anterior, tendo o Governo Central apresentado superávits orçamentários em três dos quatro anos entre 1903 e 1906.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

Entre 1903 e 1906 houve *continuidade* na política de valorização cambial. Com isso – e em meio ao aumento das exportações de borracha e ingresso de capitais estrangeiros –, assistiu-se a apreciação adicional da taxa de câmbio, que passou de 12 *pence*/mil-réis em 1903 para 16 *pence*/mil-reís em 1906 (notar que a prática da época envolvia expressar as cotações da libra esterlina na forma invertida; assim, um câmbio que passasse de 12 *pence*/1$000 para 16 *pence*/1$000 estava se *apreciando*).

PROVA DE 2008

Questão 1

O Governo Campos Salles, sendo Joaquim Murtinho ministro da Fazenda, executou uma política econômica negociada com os credores externos, em troca do reescalonamento da dívida externa brasileira (Funding Loan). É CORRETO afirmar que o Governo Campos Salles:

(0) Desvalorizou a moeda nacional para compensar os exportadores pela queda do preço do café e gerar receitas cambiais para pagamento da dívida externa.

(1) Elevou a carga tributária para facilitar o pagamento da dívida pública externa.

(2) Apreciou a moeda nacional para reduzir o custo fiscal da dívida pública externa.

(3) Expandiu o crédito a investimentos que aumentassem exportações ou substituíssem importações e melhorassem o saldo da balança comercial.

(4) Procurou reduzir a inflação mediante crescimento mais lento da oferta monetária, abaixo da taxa de inflação do período anterior.

Resolução:

(0) Falso.

Ao contrário, a política econômica de Campos Salles caracterizou-se pela austeridade, procurando *valorizar* a taxa de câmbio e restaurar o equilíbrio orçamentário.

(1) Verdadeiro.

Foram elevados impostos, a exemplo do imposto sobre as importações, que teve, ainda, aumentada a parcela a ser paga "em ouro" (na prática uma indexação à taxa de câmbio, que visava facilitar a aquisição, pelo governo, das cambiais necessárias ao pagamento do serviço da dívida pública externa).

(2) Verdadeiro.

O Governo Federal era o principal devedor em moeda estrangeira no país e a valorização do mil-réis tornaria menor o custo fiscal de comprar as cambiais necessárias ao serviço da dívida pública externa.

(3) Falso.

Houve brutal contração do crédito no período. Ademais, não existiram políticas governamentais de apoio à substituição de importações industriais durante a Primeira República.

(4) Falso.

A redução da inflação dar-se-ia por *contração* absoluta da oferta física de moeda, a partir da incineração de notas retiradas de circulação.

PROVA DE 2009

Questão 1

Considerando-se a política econômica da Primeira República (1889-1930), pode-se afirmar que:

(0) O orçamento do Governo Federal dependia fundamentalmente do imposto sobre exportações.

(1) Com a deflagração da Primeira Guerra Mundial, o Governo suspendeu a Caixa de Conversão, depreciou o mil-réis e registrou-se diminuição da capacidade ociosa em ramos da indústria, como o de alimentos.

(2) A Lei Bancária, implementada por Rui Barbosa, possibilitou forte contração monetária, pois passou a exigir que as emissões de papel-moeda fossem conversíveis em ouro.

(3) Nos primeiros anos da República, foi adotada uma política de desvalorização cambial que deu origem a um surto industrial e desestimulou o crescimento da capacidade produtiva das fazendas de café.

(4) A criação da Caixa de Conversão, na primeira década do século XX, significou a adoção de taxa de câmbio fixa, com emissões assentadas na conversibilidade em ouro.

Resolução:

(0) Falso.

A dependência era com relação ao imposto sobre *importações*.

(1) Verdadeiro.

A depreciação cambial que se seguiu ao fechamento da Caixa de Conversão ajudou a promover a substituição de importações, com aumento da demanda por artigos manufaturados produzidos domesticamente.

(2) Falso.

Ao contrário, a reforma bancária de Rui Barbosa *ampliou* enormemente a oferta de moeda (*não* conversível) no país.

(3) Falso.

Não é verdade que tenha havido, propriamente, uma *política* deliberada de desvalorização do câmbio nos primeiros anos da República. Houve, isso sim, um forte aumento da oferta de moeda, que teve como consequência a depreciação cambial. Esta última, por sua vez, *estimulava* a ampliação da capacidade produtiva do setor cafeeiro, ao levar a um aumento do valor (em mil-réis) das receitas de exportação.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2010

Questão 1

No que concerne ao Modelo Primário-Exportador e a expansão industrial antes de 1930, é CORRETO afirmar:

(0) A substituição de importações nos ramos industriais já existentes era mais fácil quando havia depreciação do mil-réis, mas a diversificação dos investimentos para novos ramos industriais era desestimulada.

(1) O setor exportador impactava fortemente sobre o conjunto da economia, induzindo a diversificação da capacidade produtiva.

(2) O desenvolvimento do setor exportador implicou um processo de urbanização e impulsionou significativamente o desenvolvimento da indústria de bens de capital.

(3) O setor agrícola de subsistência, juntamente com a atividade industrial de bens de consumo interno tradicionais, eram peças essenciais da dinâmica do modelo.

(4) No Brasil, diferentemente do processo de desenvolvimento ocorrido em alguns países europeus, verificou-se uma nítida divisão social do trabalho entre os setores externo e interno da economia.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Isso decorria do fato de que quando o mil-réis se desvalorizava o preço dos manufaturados importados aumentava relativamente àqueles produzidos domesticamente, incentivando a produção destes últimos. Por outro lado, em caso de depreciação da moeda o preço (em mil-réis) das máquinas e equipamentos importados também ficava mais caro, desestimulando a sua compra e, com isso, a ampliação e diversificação do investimento industrial.

(1) Falso.

O gabarito oficial da Anpec é questionável.

De fato, ambas as partes da afirmativa são verdadeiras. Em primeiro lugar, é fato que, antes de 1930, o conjunto da economia era fortemente impactado pelo desempenho do setor cafeeiro. Esta é, inclusive, a tese de Warren Dean [ver Dean (1976)] acerca da existência de uma relação direta entre o café e a indústria na Primeira República. Já a segunda parte (relativa à “diversificação da capacidade produtiva”) também pode ser considerada verdadeira. Se, por um lado, o bom desempenho das exportações cafeeiras atraía capitais para esta atividade e reforçava a sua importância na economia do país, não é menos verdadeiro que o crescimento da economia, liderado pelo setor exportador, transbordava para os setores de serviços e

manufatureiro. Neste último caso, inclusive, como mostra Wilson Suzigan, com o aumento da demanda (por produtos manufaturados) oriundo do próprio setor industrial, como sacaria para açúcar refinado e farinha, latas para embalagens, pequenos motores etc. Trata-se, claramente, de um fenômeno de “diversificação da capacidade produtiva” que, na origem, foi induzido pelo setor primário-exportador.

(2) Falso.

Não é verdade que a indústria de bens de capital tenha sido “significativamente” impulsionada antes de 1930. Isso somente ocorreria a partir da década de 1950.

(3) Falso.

O setor agrícola de subsistência não desempenhava papel “essencial” no modelo primário-exportador, sendo caracterizado, na realidade, por baixa produtividade.

(4) Verdadeiro.

Este item deveria ser anulado por não ser claro o que se pretende por “nítida divisão social do trabalho entre os setores interno e externo da economia”. Mais ainda, pensando-se no caso do café (uma atividade voltada para o setor externo) em São Paulo, por exemplo, a instituição do colonato – e a produção de mercadorias para o mercado interno que este regime de trabalho promoveu – não permite definir uma separação nítida entre os setores interno e externo da economia.

PROVA DE 2011

Questão 1

Sobre a economia brasileira na Primeira República (1889-1930) é CORRETO afirmar:

(0) A lei bancária introduzida por Rui Barbosa, como ministro do primeiro governo republicano, determinava que as emissões bancárias fossem lastreadas em títulos da dívida pública e reservas metálicas.

(1) Na década de 1920, filiais estrangeiras investiram na produção industrial de insumos como cimento e aço.

(2) A produção de borracha, depois da expansão verificada a partir das últimas décadas do século XIX, entrou em declínio ainda na Primeira República devido à concorrência das plantações das Índias Orientais, que foram implantadas com sementes originadas do Brasil.

(3) A expansão do café em São Paulo prejudicou os investimentos industriais, que contavam com taxa de lucro inferior à agricultura de exportação.

(4) As receitas orçamentárias do Governo Federal dependiam fundamentalmente do imposto sobre exportações, o que contribui para explicar a influência dos exportadores sobre a política econômica.

Resolução:

(0) Falso.

As emissões monetárias seriam lastreadas apenas em títulos da dívida pública.

(1) Verdadeiro.

No caso do cimento, a Cia. Brasileira de Cimento Portland e a Cia. Nacional de Cimento Portland; no caso do aço, a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira. Todas estas empresas eram de origem estrangeira.

(2) Verdadeiro.

Os preços internacionais da borracha atingiram um pico de 100 *pence* por libra-peso em 1910. A partir daí, cairiam cerca de 2/3 até o final da década, com o aumento de quatro vezes na oferta mundial do produto, resultante da entrada no mercado de borracha proveniente das plantações na Malásia.

(3) Falso.

Os investimentos industriais puderam aumentar em épocas de expansão das exportações cafeeiras (como no início do séc. XX e na década de 1920), na medida em que, com maiores receitas de exportação, maiores também eram as importações de máquinas e equipamentos do exterior.

(4) Falso.

A principal fonte de receita tributária do Governo Federal eram os impostos sobre as *importações*.

PROVA DE 2012

Questão 2

Ao iniciar a Grande Depressão, o presidente do Brasil era Washington Luís. Caracteriza(m) esse período governamental (novembro/1926 – outubro/1930):

(0) A intenção do Governo Federal de retornar ao padrão-ouro por meio de uma reforma monetária.

(1) A decisão do Governo Federal de trazer a si a responsabilidade do programa de defesa do café, até então tarefa dos governos dos estados cafeicultores.

(2) A tendência de recessão na economia brasileira já dava sinais no início de 1929, portanto antes da crise da Bolsa de Nova York.

(3) A nomeação de Getúlio Vargas para o Ministério da Fazenda, e que sucederia Washington Luís na Presidência da República com a Revolução de 1930.

(4) O agravamento da crise econômica e política causada, de um lado, pela política de contenção monetária e, de outro, pelos problemas climáticos que diminuíram a produção de café.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A reforma ocorreu em dezembro de 1926 com o Decreto-Lei nº 5.108, que criou a Caixa de Estabilização, instituindo a emissão de notas conversíveis em ouro.

(1) Falso.

A "federalização" da defesa do café iria ocorrer apenas após a Revolução de 1930, com a criação do Conselho Nacional de Café (1931), substituído em 1933 pelo Departamento Nacional do Café.

(2) Verdadeiro.

A economia brasileira já apresentava sinais recessivos no início de 1929, em função de uma política governamental de restrição creditícia, tornada necessária (em um contexto de padrão-ouro) pelas dificuldades experimentadas pelo balanço de pagamentos desde 1928.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

É verdade que houve uma tendência à contenção monetária a partir de 1929 (ver item 2, acima). Contudo, durante o Governo Washington Luís o setor cafeeiro experimentou um *aumento* expressivo de produção, materializado em duas

supersafras seguidas, em 1927 e 1929 (compreendendo a colheita, em cada um destes anos, do equivalente a 30 milhões de sacas de 60kg, em contraste com safras médias, à época, de 16 milhões de sacas).

PROVA DE 2013

Questão 1

No que se refere à última década do século XIX, é CORRETO afirmar que:

(0) O debate acerca da orientação a ser dada à política macroeconômica colocou em campos opostos metalistas e papelistas.

(1) Rui Barbosa, primeiro ministro da Fazenda do regime republicano, expressou fortemente a concepção e orientação metalista na condução da política econômica.

(2) A depreciação cambial da moeda brasileira não começou depois da inadimplência argentina que levou à crise do Banco Barings, mas foi acentuada por ela.

(3) Ao final da década, foi implementado um plano de contenção monetária e fiscal, que, entre outros objetivos, visava a redução do papel-moeda em circulação e a depreciação cambial da moeda brasileira.

(4) O acordo estabelecido entre o governo brasileiro e a Casa Rothschild se constituiu em um plano de refinanciamento do serviço da dívida externa.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Os metalistas eram defensores das emissões de moeda lastreadas em ouro, resultando em maior controle sobre a oferta monetária. Já os papelistas defendiam que se permitisse a emissão de moeda não conversível (fiduciária), o que tendia a aumentar a emissão e, com isso, provocar inflação e depreciação cambial.

(1) Falso.

Rui Barbosa foi um dos expoentes do *papelismo* (ver item 0, acima), tendo promovido reforma monetária em 1890 que instituiu a pluralidade emissória (vários bancos ganharam o direito de emitir notas de mil-réis). Com isso, a oferta real de moeda (M2) quase dobrou entre 1890 e 1891.

(2) Verdadeiro.

Após atingir a paridade com a libra esterlina ao final do período monárquico (à taxa de 27 *pence*), o mil-réis começou a se depreciar logo após a Proclamação da República, em novembro de 1889. Ao longo de 1890 – e com o agravamento da situação na Argentina – o câmbio depreciou ainda mais, sendo cotado, em média, a 23 *pence* naquele ano. Nos dois anos que se seguiram – e por razões que vão além da crise argentina –, a depreciação teve continuidade, sendo o mil-réis cotado, em média, a 16 *pence* e 12 *pence*, respectivamente, em 1891 e 1892.

(3) Falso.

O plano de ajuste acordado com a Casa Rothschild, como contrapartida do Funding Loan de 1898, previa medidas de contenção monetária e fiscal objetivando uma *apreciação* do mil-réis.

(4) Verdadeiro.

Questão 2

Considere a pertinência das seguintes afirmações sobre a economia brasileira, no período que vai dos fins do século XIX até a crise de 1929:

(0) O período do Encilhamento caracterizou-se pela redução do crédito para a indústria.

(1) Ao assumir o cargo, no final de 1898, o presidente Campos Sales considerava a indústria interna artificial.

(2) A Caixa de Conversão, criada na primeira década do século XX, tinha o poder de emitir notas conversíveis em ouro.

(3) Na década posterior à Primeira Guerra Mundial, houve relativa melhoria nas contas externas do país, impulsionada pelas exportações de borracha e pela entrada de capitais externos para investimentos.

(4) Durante a década de 1920, houve o abandono do sistema de taxas fixas de câmbio com padrão-ouro, o qual foi substituído por taxas flutuantes, que vigorou até o final da década.

Resolução:

(0) Falso.

O crédito bancário para a indústria *aumentou* em meio à vigorosa expansão monetária observada na ocasião. Juntamente com a nova legislação societária – que estimulou o lançamento de ações em bolsa – o financiamento bancário ajudou no processo de ampliação do investimento industrial verificado no início da República.

(1) Verdadeiro.

Campos Sales era um metalista convicto (ver Questão 1, item 0, acima). Como tal, combatia o excesso de emissão monetária e o estímulo que isso deu à indústria manufatureira no período do Encilhamento.

(2) Verdadeiro.

A Caixa de Conversão foi criada em dezembro de 1906 e até o seu fechamento, em agosto de 1914, emitiu notas de mil-réis conversíveis em ouro.

(3) Falso.

As exportações brasileiras de borracha atingiram um pico em 1910, totalizando mais de £ 23 milhões (ou 38% do total das exportações). A partir daí, caíram continuamente e, na década de 1920, não passaram de uma média anual de £ 2,3 milhões (ou menos de 3% do total das exportações brasileiras).

(4) Falso.

Entre dezembro de 1926 e novembro de 1930 funcionou a Caixa de Estabilização, cujas emissões lastreadas em ouro mantiveram o câmbio fixo em torno de 6 *pence*/mil-réis.

PROVA DE 2014

Questão 1

Nas últimas décadas do século XIX, ocorreu no Brasil um debate sobre a condução da política econômica. No debate, houve a polarização entre as propostas feitas por dois grupos: metalistas e papelistas. Sobre o debate pode-se afirmar:

(0) A inadimplência argentina, associada à crise do banco Barings em 1890, deslocou capitais externos para o Brasil e apreciou temporariamente a moeda brasileira no mercado de câmbio, o que era objetivo dos metalistas.

(1) Os papelistas defendiam que a taxa de câmbio era a principal variável na determinação do nível de renda real em um país exportador de bens agrícolas como o Brasil.

(2) Segundo Celso Furtado, os metalistas desconsideravam os ciclos de preços do café e culpavam políticas fiscais e monetárias irresponsáveis pelas crises cambiais e inflacionárias no Brasil.

(3) Os papelistas concordavam com os metalistas que o padrão-ouro deveria ser a regra da política cambial, embora considerassem difícil mantê-lo, ao contrário dos metalistas, por causa da inelasticidade-preço das exportações brasileiras.

(4) Os papelistas propunham a industrialização do país como caminho para superar o modelo agroexportador e achavam que a emissão monetária sem lastro em ouro era um meio legítimo para levar à industrialização.

Resolução:

(0) Falso.

A Crise Baring "contagiou" o Brasil e, com isso, houve uma deterioração na percepção de risco dos títulos da dívida externa brasileira negociados em Londres. Como resultado, houve fuga de capitais do Brasil e a *depreciação* do mil-réis – já em curso em função do estouro da bolha do Encilhamento – foi acentuada.

(1) Falso.

Tal era a posição assumida pelos metalistas. Para os papelistas, o nível de renda real seria determinado, fundamentalmente, pela taxa de juros doméstica.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Os papelistas se opunham ao padrão-ouro, em função do limite que tal arranjo impunha à emissão de moeda.

(4) Falso.

Nas décadas finais do século XIX, os papelistas eram, em sua maioria, encontrados entre os grandes produtores rurais, defensores da expansão da moeda e do crédito para a agricultura, e não para a indústria.

Questão 2

Em 1898, o Brasil negociou empréstimo de consolidação (*funding-loan*) com credores externos. Para isso, o país teve que implantar um plano de estabilização e atender às seguintes exigências:

(0) O Governo Federal se responsabilizou pela política de defesa do preço do café no mercado internacional.

(1) Como garantia de pagamento do empréstimo de consolidação, foram hipotecadas receitas da alfândega do Rio de Janeiro.

(2) O governo utilizou a "caixa de conversão" para evitar a sobrevalorização cambial.

(3) O plano de estabilização contou com a incineração de papel-moeda para, segundo o ministro Joaquim Murtinho, fazer perecer "indústrias artificiais".

(4) O governo contraiu gastos correntes, mas estimulou o investimento público. Resolução:

(0) Falso.

A política de defesa dos preços internacionais do café iria começar apenas em 1906, a partir do Convênio de Taubaté e, mesmo assim, *não* contou com o apoio do governo federal.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

A Caixa de Conversão só seria criada em 1906.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

Houve contração do gasto público durante todo o governo Campos Sales (1898-1902), tanto das despesas correntes como das de capital (investimento).

Questões Discursivas

PROVA DE 2012

Questão 1

Diversos autores utilizam a denominação "modelo agroexportador" para caracterizar a economia brasileira no período da República Velha. Explique em que consiste tal modelo e que razões teriam levado a sua substituição por outro "modelo" a partir da década de 1930.

Resolução:

De acordo com Tavares (1972), são as seguintes as principais características do modelo de desenvolvimento voltado "para fora", ou modelo primário-exportador:

- o setor exportador era o centro dinâmico da economia; adicionalmente, apresentava alta rentabilidade e especializava-se em um número reduzido de produtos;
- a atividade industrial reduzida, juntamente com o setor agrícola de subsistência, era incapaz de dar à economia interna um dinamismo próprio;
- a elevada concentração da propriedade dos recursos naturais e do capital (sobretudo no setor exportador) resultava em renda extremamente concentrada;
- existência de uma economia "dual", envolvendo grande diferença entre o setor externo (isto é, o setor exportador) e interno (de produção de subsistência); e
- da combinação desta economia "dual" com a enorme concentração na distribuição de renda resultaria grande disparidade entre a estrutura de produção e a composição da demanda interna por manufaturados, que acabava sendo atendida, quase que integralmente, pelas importações.

As razões que levaram à substituição deste modelo pelo "modelo de industrialização por substituição de importações" decorrem da Crise de 30. A crise, no Brasil, coincide com o colapso da economia cafeeira, decorrente da ocorrência de uma sequência de supersafras ao final da década de 1920/início de 1930, provocando a queda de 2/3 dos preços internacionais do produto.

A enorme desvalorização cambial havida no início dos anos 1930 ajudou a atenuar o prejuízo dos cafeicultores, dentro daquilo que Furtado (1970) designou como "socialização das perdas". O socorro dado pelo governo ao setor cafeeiro – sob a forma de uma política de compra e posterior destruição de parte da produção – também foi decisivo para mitigar os efeitos da crise sobre o nível de atividade no Brasil, ao evitar

um colapso da demanda doméstica.

Desta combinação de manutenção do nível de renda com o deslocamento da demanda (*demand switching*) decorrente da desvalorização cambial resultou o famoso "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira nos anos 1930, conforme descrito por Furtado (1970). Na prática, tal deslocamento consistiu na substituição do setor exportador pelo investimento doméstico como variável de dinamismo da economia brasileira e a troca do modelo de desenvolvimento voltado "para fora" por outro, voltado "para dentro". Ressalta-se que, na opinião de Furtado, tal mudança de orientação da economia não foi intencionalmente buscada pelo governo.

2

A Era Vargas

PROVA DE 2006

Questão 2

A queda drástica do preço do café à época da Grande Depressão levou o governo brasileiro a implementar uma política de defesa do setor cafeeiro. Segundo Celso Furtado:

(0) Essa política pode ser vista, pelos resultados que produziu, como uma política anticíclica consoante os fundamentos macroeconômicos que, alguns anos depois, seriam preconizados por Keynes.

(1) Essa política foi totalmente financiada por emissão de papel-moeda lastreada por empréstimos externos.

(2) Ao evitar-se a contração da renda do setor cafeeiro, essa política reduziu os efeitos do multiplicador de desemprego sobre os demais setores da economia.

(3) O preço do café foi condicionado fundamentalmente por fatores que prevaleciam do lado da oferta, sendo de importância secundária o que ocorria do lado da demanda.

(4) O mecanismo do câmbio não podia constituir, por si só, um instrumento de defesa efetivo da economia cafeeira, dadas as condições excepcionalmente graves criadas pela crise mundial deflagrada em 1929.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A política de comprar e, posteriormente, destruir parte das safras colhidas de café envolveu déficits fiscais conscientemente incorridos pelo Governo Federal. Com isso, evitou-se uma queda muito acentuada da renda do setor cafeeiro e, por extensão, do conjunto da economia brasileira, a partir de uma expansão do gasto público que compensava em parte a retração da demanda do setor privado.

(1) Falso.

Na ocasião, a política de defesa do café foi financiada, entre outras formas, por emissões de moeda *fiduciária*, ou seja, sem qualquer lastro.

(2) Verdadeiro.

Ver item 0, acima.

(3) Verdadeiro.

A inelasticidade-preço e renda da demanda por café fazia com que mudanças na oferta tivessem papel relativamente maior sobre o comportamento dos preços do produto.

(4) Verdadeiro.

A mera desvalorização real da taxa de câmbio, observada nos anos iniciais da crise, não seria suficiente para evitar um colapso da renda do setor cafeeiro. Foi necessária, portanto, uma política que envolvesse a retirada em definitivo do mercado (destruição física) de cafés excedentes. Na ausência de tal política, complementada por medidas visando a destruição de cafezais antigos e limitação da ampliação da área plantada, o problema estrutural de excesso de oferta de café – e, portanto, preços deprimidos – iria permanecer.

PROVA DE 2007

Questão 2

Segundo a interpretação de Celso Furtado a respeito da recuperação da economia brasileira depois da Grande Depressão, é CORRETO afirmar que:

(0) O programa de defesa do café atrasou a recuperação industrial, por ter aumentado a rentabilidade agrícola.

(1) A recuperação foi favorecida pela "internalização do centro dinâmico", ou seja, pelo deslocamento de capitais investidos no café exclusivamente para a produção agrícola voltada para o mercado interno, como o algodão.

(2) A política de queima de excedentes de café foi mais favorável à recuperação industrial do que teria sido a política de estocagem de excedentes, ou simplesmente deixar o café apodrecer no pé.

(3) A depreciação cambial atrasou a recuperação industrial, pois encareceu a importação de máquinas e equipamentos.

(4) O efeito multiplicador de renda induzido pelo programa de defesa do café foi limitado por ter sido financiado predominantemente por um imposto sobre exportações de café.

Resolução:

(0) Falso.

Ao contrário, a defesa do café, na análise clássica de Furtado, apenas ajudou a atenuar a queda da rentabilidade do setor agrícola. No novo contexto de rentabilidade menor do setor cafeeiro, parte da demanda foi redirecionada para o mercado doméstico, permitindo, com isso, a recuperação e posterior expansão do setor industrial. [ver Furtado (1970)]

(1) Falso.

Conforme visto no item 0, acima, o setor industrial doméstico também se beneficiou do "deslocamento do centro dinâmico", tendo atraído, juntamente com os setores de serviços urbanos e agricultura, capitais desviados da cafeicultura.

(2) Verdadeiro.

Para Furtado, tanto a estocagem de excedentes da produção cafeeira quanto deixar o café apodrecer no pé apenas prolongariam o problema estrutural de excesso de oferta e tendência de queda dos preços do café. Já a queima de excedentes evitaria uma queda desmesurada dos preços do produto e, adicionalmente, ajudaria a sustentar um nível de demanda interna que terminou sendo canalizada para outros setores da economia (inclusive o industrial).

(3) Falso.

Em um primeiro momento, o principal efeito da depreciação foi tornar mais cara a importação de manufaturados, abrindo espaço para a produção doméstica crescer com base em capacidade instalada ociosa – o que passou a ocorrer já a partir de 1931. Em seguida, assiste-se a ampliação da capacidade produtiva (investimento) da indústria doméstica, através de uma combinação de compra de máquinas mais simples produzidas internamente e recuperação das importações de máquinas e equipamentos do exterior.

(4) Falso.

Conforme argumenta Albert Fishlow [ver Fishlow (1972a)] e outros, esta visão mais pessimista (associada a Carlos M. Peláez) sobre os impactos da política cafeeira do Governo Provisório sobre o nível de atividade desconsidera os efeitos multiplicadores de diversas outras medidas tomadas à época, a exemplo da compra de excedentes de café por parte do governo de São Paulo em 1930 (financiada por um empréstimo no exterior); e a injeção de base monetária, por parte do Governo Federal, no Fundo de Café, permitindo aos bancos ampliarem seus depósitos e a concessão de crédito.

Questão 3

O ambiente criado pela Segunda Guerra Mundial afetou profundamente a economia brasileira. Entre as principais mudanças então verificadas, assinalam-se:

(0) A aceleração da taxa de crescimento econômico relativamente ao período 1933-1939, em decorrência, principalmente, do melhor desempenho da produção industrial.

(1) A elevação do saldo da balança comercial a despeito da deterioração das relações de troca, em virtude da expansão das exportações de produtos industrializados.

(2) O aumento da arrecadação do imposto de importação, por conta da reforma tributária então implementada, que introduziu a cobrança ad valorem.

(3) O aumento da formação bruta de capital fixo, inicialmente por conta dos gastos relacionados à defesa e, nos anos finais da guerra, por investimentos em infraestrutura.

(4) A estabilidade da taxa de câmbio em um regime de liberdade cambial.

Resolução:

(0) Falso.

Na verdade, a produção industrial – e o nível de atividade de uma maneira geral – *arrefeceu* entre 1939-1942, relativamente ao ritmo verificado entre 1933 e 1939.

(1) Falso.

Os termos de troca do Brasil *melhoraram* cerca de 20% durante a Segunda Guerra, a partir de um aumento dos preços de exportação a um ritmo superior ao dos preços das importações.

(2) Falso.

A cobrança de impostos de importação *ad valorem* somente teria início com a reforma aduaneira realizada pelo Governo Kubitschek, em 1957.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

O gabarito oficial da Anpec é questionável.

Durante a Segunda Guerra (e até 1946) vigoraram três mercados de câmbio no país, com taxas distintas, denominadas “oficial”, “livre” e “livre especial”. Embora as taxas de câmbio tenham se mantido relativamente estáveis nos três mercados durante o conflito, *não* havia liberdade cambial, já que, compulsoriamente, 30% das receitas de exportação deveriam ser vendidas ao Banco do Brasil, posteriormente negociadas à taxa “oficial”.

PROVA DE 2008

Questão 2

Um dos objetivos da política econômica nos anos 1930 foi responder à crise provocada pela queda abrupta do preço do café no mercado internacional. A respeito da crise externa e das políticas adotadas em resposta a ela, é Correto afirmar que:

(0) A capacidade de importar do país declinou drasticamente a despeito do aumento do volume físico das exportações.

(1) A superação da crise foi facilitada pela política de contração de crédito praticada até 1937, que reduziu preços e aumentou a competitividade internacional da indústria brasileira.

(2) A recuperação foi prejudicada pelos superávits fiscais primários recorrentes do Governo Federal até 1937.

(3) Apesar da redução do custo do serviço da dívida externa, o Brasil viu-se obrigado, no final da década, a suspender o pagamento de tais serviços, em virtude da redução do saldo da balança comercial.

(4) A despeito do quadro de crise, o Governo Vargas resistiu até o final da década a impor controles sobre o mercado de câmbio.

Resolução:

(1) Verdadeiro.

O gabarito oficial deste item é questionável.

A “capacidade de importar” é definida como o produto do *quantum* exportado por um país e seus termos de troca. No período em apreço, houve, simultaneamente, declínio drástico da capacidade de importar e aumento do *quantum* de exportações apenas entre 1929 e 1930 (o que, a rigor, não está compreendido nos “anos 1930”) e, em menor grau, entre 1934 e 1935. Ao longo da década de 1930 (isto é, de 1930 a 1939), predominou, isso sim, uma tendência de ligeiro *crescimento* da capacidade de importar, resultado de um aumento da quantidade exportada a taxa superior à queda dos termos de troca do país.

(1) Falso.

A natureza contracíclica da política de defesa do café implicou *expansão* do crédito doméstico, e não a sua contração.

(2) Falso.

A execução orçamentária do Governo Federal apresentou *déficits* desde 1930, sendo aqueles observados entre 1934 e 1937 planejados.

(3) Verdadeiro.

Com efeito, a moratória no serviço da dívida externa foi decretada em 1937, coincidindo com o golpe do Estado Novo. Naquele ano, o saldo comercial foi de US$ 67,6 milhões, contra US$ 124,2 milhões em 1936.

(4) Falso.

Os controles cambiais foram instituídos desde o início da crise, em 1930, e perduraram durante a maior parte da década.

PROVA DE 2009

Questão 2

Neste ano, comemora-se 50 anos da publicação de *Formação econômica do Brasil*, livro de Celso Furtado que marcou os estudos sobre a economia brasileira. Nesta obra, defendeu-se, entre outros argumentos, que:

(0) A recuperação da economia brasileira, a partir de 1933, não se deveu a um projeto de industrialização consciente, mas foi subproduto da defesa do nível de renda da economia cafeeira.

(1) O processo de industrialização do Brasil teve forte expansão nas primeiras décadas do século XX, principalmente nos períodos de valorização do mil-réis, que estimulava o aumento das inversões para ampliar a capacidade produtiva das indústrias locais.

(2) A demanda por café dependia fundamentalmente da demanda internacional e pouco se contraía nas depressões, assim como pouco se expandia nas fases de expansão do ciclo.

(3) A crise de 1929 afetou as exportações de café, mas não teve influência no redirecionamento da economia brasileira.

(4) Na década de 1930, o governo brasileiro inspirou-se em teorias keynesianas para realizar um programa de manutenção da demanda agregada, o qual teve êxito, já que o nível de renda caiu menos do que cairia caso não houvesse a intervenção governamental.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Para Furtado, as fases de maior crescimento da produção industrial coincidiram com períodos em que o mil-réis se *desvalorizou* (como durante a Primeira Guerra), já que um câmbio desvalorizado conferia mais proteção à produção manufatureira doméstica. [ver Furtado (1970)]

(2) Verdadeiro.

Trata-se de corolário da conhecida característica do mercado de café, de apresentar uma elasticidade-preço da demanda inferior à unidade.

(3) Falso.

Ao contrário, a crise de 1929 (que, no caso brasileiro, foi, antes de tudo, uma crise de superprodução de café) e as políticas governamentais para combatê-la tiveram enorme influência sobre o redirecionamento da economia brasileira. Na análise clássica de Furtado, elas explicam o chamado “deslocamento do centro dinâmico da

economia", do café para a indústria e serviços.

(4) Falso.

Este enunciado pode ter induzido o candidato ao erro. Com efeito, é verdade que não houve *inspiração* teórica para as políticas de sustentação do nível de renda, ainda que seus efeitos práticos tenham sido, sim, "keynesianos".

PROVA DE 2010

Questão 2

Dentre as análises tradicionais a respeito da crise da economia cafeeira e do crescimento industrial do Brasil, destaca-se a de Celso Furtado. Segundo esse autor:

(0) Havia uma tendência de longo prazo de queda nos preços do café, impulsionada pela disponibilidade de mão de obra e terras subocupadas, e também pela maior rentabilidade relativa do produto, que atraía os capitais formados no país.

(1) A defesa da cafeicultura através da política de valorização do produto, como no Convênio de Taubaté, era um mecanismo que postergava a solução do problema crônico de superprodução.

(2) O mercado cafeeiro era caracterizado por um desequilíbrio estrutural entre oferta e demanda. esta última não crescia proporcionalmente à elevação da renda disponível para consumo nos países importadores.

(3) A Grande Depressão, iniciada em 1929, foi variável fundamental para explicar a opção do novo governo, ao assumir em 1930, de implementar um projeto deliberado com o propósito de industrializar o país.

(4) O governo brasileiro, na década de 1930, implementou uma política anticíclica, viabilizada principalmente pela adoção de novos impostos, inclusive sobre o setor cafeeiro, e que mostrou-se como verdadeiro programa de sustentação da demanda agregada.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Verdadeiro.

A manutenção de preços artificialmente elevados do café apenas agravava o problema de superprodução, ao atrair recursos (inclusive, na produção em países como a Colômbia) para o setor, criando mais capacidade produtiva para o futuro.

(2) Verdadeiro.

As elasticidades-preço e renda da demanda por café eram inferiores à unidade, de forma que o seu consumo não crescia proporcionalmente ao aumento da renda dos consumidores nos países importadores.

(3) Falso.

Segundo Furtado, não houve projeto deliberadamente industrializante do Governo Provisório de Vargas, mas sim uma política de defesa do setor cafeeiro que teve como um de seus resultados fomentar o processo de industrialização do país.

(4) Falso.

O financiamento da política de defesa do café não se deu "principalmente" pela adoção de novos impostos. Em um primeiro momento, o Instituto Paulista de Café retirou parte da safra do mercado, com base em empréstimo externo contraído em 1930. Uma vez passada para o Governo Federal, a política cafeeira envolveu compra e posterior destruição das safras, financiada, predominantemente, pela expansão do *crédito* doméstico.

Questão 3

Sobre a recuperação da economia brasileira na década de 1930 é CORRETO afirmar:

(0) Os superávits fiscais primários recorrentes, obtidos pelo Governo Federal até 1937, dificultaram a recuperação econômica.

(1) Segundo Albert Fishlow, os estímulos externos nesse período, além de incentivarem a demanda em favor da indústria doméstica, afetaram também a oferta, favorecendo altas taxas de crescimento da produtividade, bem como a transferência de tecnologias.

(2) A política de descentralização federativa posterior à "Revolução de 1930" permitiu que os estados defendessem, por meio de políticas próprias, o preço dos produtos de exportação.

(3) O programa de defesa do café dificultou a recuperação industrial ao estimular novos investimentos nas fazendas de café.

(4) O crescimento da cultura do algodão, que chegou a ser o segundo principal produto de exportação do Brasil, contribuiu para reduzir os efeitos da crise cafeeira sobre o comércio exterior.

Resolução:

(0) Falso.

Desde 1930 o Governo Federal incorreu, sistematicamente, em *déficits* fiscais que, entre 1934 e 1938, foram, inclusive, planejados.

(1) Falso.

Para Fishlow [ver Fishlow (1972a)], a industrialização substitutiva de importações na década de 1930 decorreu, sim, dos impulsos externos (fundamentalmente, encarecimento do preço, em mil-réis, dos manufaturados importados). Contudo, tratou-se de uma industrialização, segundo o autor, tecnologicamente pobre e com poucos ganhos de produtividade.

(2) Falso.

A Revolução de 1930 implicou maior *centralização* política, com a dissolução do

Congresso Nacional (e dos legislativos estaduais e municipais) e a substituição dos governadores por interventores indicados pelo governo central. No caso do café, a “defesa” do produto passaria às mãos do Governo Federal nos primeiros anos da década de 1930.

(3) Falso.

O programa evitou uma queda ainda maior dos preços do café que, mesmo assim, recuaram cerca de 30% (em mil-réis) em relação aos patamares vigentes antes da crise. Com isso, a atividade tornou-se, relativamente, menos atrativa e assistiu-se à transferência de recursos da cafeicultura para outros setores, como a indústria, serviços ou o cultivo do algodão.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2011

Questão 3

No que se refere à economia brasileira na Segunda Guerra Mundial é CORRETO afirmar que:

(0) Sofreu desaceleração na curva de crescimento, em relação ao desempenho no período 1933-1939.

(1) A queda da taxa de crescimento foi motivada, sobretudo, pela queda na taxa anual média de crescimento da produção agrícola.

(2) Beneficiou-se da conclusão de acordos com os Estados Unidos da América, que aproveitaram-se de trunfos geopolíticos brasileiros.

(3) Contou com o início das atividades das empresas estatais Companhia Siderúrgica Nacional, Companhia Vale do Rio Doce e Petrobras.

(4) Passou a ter o salário mínimo regulamentado pelo Governo Vargas.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

A desaceleração do ritmo de crescimento da economia decorreu de queda na taxa de expansão da produção *industrial*, de 10% a.a., em média, entre 1932-1939, para 3,9% entre 1939-1942 (aumentando para 9,4% entre 1942-1944).

(2) Verdadeiro.

O enunciado desta questão não é claro. Todavia, é possível afirmar que um projeto importante no período, como o da construção da Cia. Siderúrgica Nacional (que contou com financiamento do Eximbank norte-americano), representou um "trunfo geopolítico" do Brasil.

(3) Falso.

As *operações* (isto é, a efetiva produção) da CSN tiveram início apenas em 1946 (coque) e 1949 (aço). A Petrobras seria criada apenas ao final de 1953 e no ano seguinte teve início a extração de petróleo pela empresa.

(4) Verdadeiro.

O salário mínimo foi, oficialmente, instituído por Vargas através do Decreto-Lei nº 2.162, de 1º de maio de 1940.

PROVA DE 2012

Questão 3

Os acontecimentos econômicos e políticos de 1930, internacionais e domésticos, permitem que vários autores considerem este ano um marco na periodização da História Econômica do Brasil. Caracteriza(m) a década de 1930:

(0) Segundo Celso Furtado, o deslocamento do centro dinâmico da economia, à medida que o crescimento industrial do setor de bens de consumo foi induzido pelos investimentos no setor de bens de produção, como cimento e aço.

(1) O déficit público crescente nos primeiros anos da década de 1930, que contribui para explicar a forte aceleração da inflação no período.

(2) O crescimento industrial com baixas taxas nos três primeiros anos da década, mas que posteriormente acelerou-se, registrando-se taxas superiores a 10% em vários anos da mesma década.

(3) A queda da participação percentual de produtos tradicionais no valor das exportações do país, como o café e o algodão.

(4) A ocorrência de iniciativas de elaboração de diagnósticos econômicos, como o Relatório Niemeyer e a Missão Cooke, que realizaram estudos e apresentaram propostas para a economia do país.

Resolução:

(0) Falso.

Para Furtado, a expressão "deslocamento do centro dinâmico" refere-se a um fenômeno específico, a saber: a perda de importância do setor primário-exportador enquanto carro-chefe da economia brasileira, na década de 1930. Tal papel passaria à indústria, a partir do momento em que o colapso dos preços internacionais do café retirava parte da atratividade daquele negócio. A indução ao crescimento industrial ocorreria, segundo o autor, a partir da combinação de desvalorização do câmbio com manutenção do nível de demanda agregada, que tornava mais atraente a produção doméstica de manufaturados, em substituição à sua importação.

(1) Falso.

O déficit do Governo Federal não mostrou tendência clara após 1930, tendo passado de 220 mil contos de réis em 1929 para 830 mil contos em 1930, 290 mil em 1931 e 1.109 mil em 1933. Já o nível de preços caiu no período mais de 20%, revelando forte *deflação*.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

O valor (em £) das exportações brasileiras recuou cerca de 40% entre 1929 e 1933. Contudo, a pauta continuou a ser dominada pelo café, responsável por cerca de 70% do total. Já as exportações de algodão – após gravitarem em torno de 3-4% do total na primeira metade da década de 1930 – *aumentaram* para, em média, cerca de 18% do total exportado entre 1935 e 1939.

(4) Falso.

O relatório Niemeyer, de fato, data da década de 1930 (1931) e recomendava um conjunto de medidas voltadas para restaurar o equilíbrio orçamentário do governo e estabilizar a moeda (o que deveria passar, segundo o seu autor, pelo estabelecimento de um banco central). Já a Missão Cooke veio ao Brasil em *1942*, sendo considerada a primeira tentativa de se efetuar diagnóstico detalhado da economia brasileira, visando a promoção de seu desenvolvimento.

PROVA DE 2014

Questão 4

Importantes decisões e iniciativas políticas e institucionais ocorreram na década de 1930, com impacto na condução da política econômica e, por consequência, no desempenho da economia. Dentre essas decisões e medidas podemos arrolar a criação:

(0) Da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

(1) Da Companhia Vale do Rio Doce.

(2) Do Conselho Federal de Comércio Exterior.

(3) Da Superintendência da Moeda e do Crédito – SUMOC.

(4) Da Companhia Siderúrgica Nacional.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do BB foi criada em novembro de 1936.

(1) Falso.

A CVRD foi criada em junho de 1942.

(2) Verdadeiro.

O Conselho foi criado em junho de 1934.

(3) Falso.

A SUMOC foi instituída em fevereiro de 1945.

(4) Falso.

A data de fundação da CSN é 7 de abril de 1941.

Questões Discursivas

PROVA DE 2008

Questão 2

Discorra sobre as heranças institucionais do Governo Vargas que facilitaram a implementação do Plano de Metas.

Resolução:

Em certa medida, a implementação do Plano de Metas, no Governo JK, beneficiou-se de diversos órgãos, empresas públicas e medidas que surgiram durante o longo período em que Getúlio Vargas foi Presidente da República. Remontando-se ao Estado Novo (1937-1945), pode-se destacar a criação do Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público, que lançou as bases para a profissionalização do serviço público federal e possibilitou o início da constituição de uma burocracia técnica que iria se mostrar importante para a futura elaboração e implementação do Plano de Metas. No terreno institucional, cabe indicar, ainda, a criação dos Grupos de Trabalho – que seriam mantidos e, posteriormente, ampliados no Governo JK, a partir da criação dos Grupos Executivos (que teriam papel decisivo em alguns setores do Plano de Metas, como o automobilístico, por exemplo).

Também durante o Estado Novo foi criado o CNP – Conselho Nacional do Petróleo –, a quem cabia administrar a política de petróleo, a Chesf – Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (responsável pela construção e operação da usina de Paulo Afonso) – e a CSN – Companhia Siderúrgica Nacional –, primeira usina siderúrgica integrada do país. Ambas, Chesf e CSN, iriam receber importantes investimentos dentro do Plano de Metas.

A herança institucional do segundo Governo Vargas (1951-4) foi, possivelmente, mais importante ainda para o Plano de Metas. Neste período, foram criadas duas empresas públicas que viriam ter papel decisivo no Plano: o BNDE – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e a Petrobras. Embora lançada em dezembro de 1950 – antes, portanto, da posse de Getúlio Vargas –, a CMBEU (Comissão Mista Brasil-Estados Unidos) desenvolveu seus trabalhos ao longo do segundo Governo Vargas. Seu relatório final serviu de base para muitos dos projetos que iriam constituir o Plano de Metas. Finalmente, foi durante o segundo Governo Vargas que foi baixada a Instrução nº 70 da Sumoc – Superintendência da Moeda e do Crédito. Com esta Instrução, criava-se o sistema de leilões de cambiais que iria permitir, no Governo JK,

a alocação seletiva de divisas com vistas a estimular a industrialização substitutiva de importações. Tal sistema logrou dois objetivos principais, a saber: privilegiar a importação de máquinas e insumos industriais (em detrimento de bens de consumo) e, via o funcionamento da conta de Ágios e Bonificações, carrear enorme volume de recursos fiscais para o Governo Federal, ajudando-o a custear parte das despesas em moeda nacional associadas ao Plano de Metas.

PROVA DE 2010

Questão 1

Comente a seguinte afirmação: "As medidas econômicas do governo que assumiu em 1930 foram fundamentais para o desempenho do setor industrial e para a diversificação da pauta de exportações do país nas duas décadas seguintes".

(Ver Prova de 2008, Questão 2)

Resolução:

Nas décadas seguintes à Crise de 1930 houve notável crescimento da produção industrial no Brasil. Contudo, não houve diversificação significativa da pauta de exportações do país (que permaneceu dominada pelo café e outras *commodities*) até fins dos anos 1960. Em assim sendo, cabe buscar nas políticas varguistas apenas os elementos que ajudaram a promover o crescimento da indústria nas décadas de 1940 e 1950.

Uma primeira medida que deve ser enfatizada envolve a decisão, tomada ainda no Governo Provisório, de se socorrer o setor cafeeiro, envolto na pior crise de sua história. As políticas oficiais de compra e posterior destruição de cerca de 27% do café produzido no Brasil entre 1931 e 1943 foram decisivas para a manutenção do nível de demanda agregada no país no período. Quando combinada com a vigorosa desvalorização cambial, tal política anticíclica do Governo Vargas resultou, segundo a análise clássica de Furtado, no conhecido "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira. Com isso, o setor industrial substitui o setor agroexportador como fonte de dinamismo da economia brasileira, papel que iria se consolidar nas décadas seguintes.

Além da política de defesa do café, é possível identificar outras medidas que iriam ter um impacto positivo no desempenho da indústria brasileira nas duas décadas seguintes. Entre elas, pode-se citar, entre outras: a criação do Departamento Administrativo do Serviço Público – Dasp, o embrião de uma burocracia profissionalizada no Brasil; a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT; o Conselho Nacional do Petróleo; a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (e a Usina de Paulo Afonso, na Bahia); a Cia. Siderúrgica Nacional; a Cia. Vale do Rio Doce; a Cia. Nacional de Álcalis e a Fábrica Nacional de Motores.

PROVA DE 2011

Questão 1

A economia brasileira na década de 1930, mesmo em conjuntura internacional de crise, registrou expressiva taxa de crescimento do PIB, sob a liderança do setor industrial. Essa tendência se prolongou durante os anos do Estado Novo. Explique que fatores ajudam a compreender esse desempenho e qual o alcance e os propósitos da política econômica governamental do período.

Resolução:

Após recuar pouco mais de 5% no biênio 1930-1931, a economia brasileira iria se recuperar e, até o final da década, crescer ininterruptamente. Em média, o crescimento anual do PIB nos anos 1930 foi da ordem de 4,4% a.a., liderado pelo setor industrial, cujo crescimento médio no período foi superior a 7% a.a.

São muitas as razões para a recuperação relativamente precoce da economia brasileira dos efeitos da Grande Depressão da década de 1930, bem como o seu crescimento igualmente notável a partir daí. A principal explicação envolve a combinação de manutenção da demanda e deslocamento da mesma ocorrida no período. A análise de Furtado [ver Furtado (1970)] do "deslocamento do centro dinâmico" da economia brasileira no período encerra os elementos principais desta história: um esforço de compra e destruição, por parte do governo, de parte das safras de café constituiu verdadeira política anticíclica que evitou o colapso total da economia cafeeira – e, por extensão, da economia brasileira como um todo nos anos 1930. Diante da enorme desvalorização real da taxa de câmbio ocorrida à época, a demanda doméstica pode ser canalizada para a compra de bens e serviços ofertados internamente. Em um primeiro momento, a capacidade ociosa existente na indústria doméstica foi capaz de atender a esta demanda aumentada; a partir de 1934-1935, as importações de máquinas e equipamentos do exterior, complementadas pela maior disponibilidade local de bens de capital, permitiram ampliação do investimento e, portanto, da capacidade de oferta da indústria local.

A partir daí, a política governamental continuaria a influenciar o sentido das mudanças então em curso. A imposição de controles de importação logo no início da década, complementada pela adoção de uma tarifa aduaneira protecionista, em 1934, permitiu o paulatino direcionamento seletivo de importações. Com um volume menor de importações (resultante não apenas dos controles governamentais, mas, sobretudo, decorrente de umacapacidade de importar negativamente impactada pelo colapso das exportações cafeeiras), abria-se espaço para o avanço da produção manufatureira

doméstica, tomando mercados até então atendidos pelos fornecedores estrangeiros. O uso seletivo da reduzida capacidade de importar, por sua vez, permitiu um aumento das importações de máquinas, equipamentos e insumos industriais, mas não de manufaturados finais que pudessem concorrer com a produção doméstica. Com isso, avançava ainda mais a industrialização substitutiva de importações no país.

A partir do golpe do Estado Novo, em novembro de 1937, Vargas anuncia explicitamente que iria priorizar o reaparelhamento industrial (e o reequipamento das Forças Armadas), em detrimento da continuação do pagamento do serviço da dívida externa. Na prática, porém, a eclosão da Segunda Guerra seria a principal determinante do desempenho da indústria (e da economia como um todo) brasileira até 1945. Os três primeiros anos (1939-1942) seriam de arrefecimento do ritmo de crescimento da produção industrial e estagnação do PIB (neste último caso, também afetado negativamente pelo mau desempenho do setor agrícola). A reversão ocorreria em 1942 e até 1945 a economia cresceria, em média, mais de 6% a.a., com a produção industrial expandindo a uma taxa superior a 9% a.a., em média. Mais uma vez, a política econômica mostrar-se-ia decisiva para a expansão industrial. De fato, a partir de 1942, são adotadas políticas fiscal, monetária e creditícia expansionistas, que irão permitir à economia brasileira crescer adaptando-se, agora, de forma plena ao esforço de guerra aliado.

PROVA DE 2013

Questão 1

Na literatura sobre a economia brasileira, geralmente a década de 1930 é apresentada como um período de profundas mudanças, as quais teriam alterado estruturalmente a economia. Avalie a pertinência das análises que enfatizam a importância dessas mudanças, citando exemplos de medidas de política econômica que reforçam ou contrariam sua avaliação.

Resolução:

Ao longo da década de 1930 verificou-se rápida mudança estrutural na economia brasileira (inferior apenas à que seria observada nos anos 1940). Com efeito, no período, a indústria de transformação ganhou 4 p.p. de participação no PIB brasileiro (tendo passado de 14,8% para 18,7% do total), ante a perda de 6 p.p. da agricultura. O ganho relativo do setor de serviços foi de 2 p.p. no período.

A análise clássica a respeito das mudanças estruturais operadas na economia brasileira nos anos 1930 é devida a Furtado (1970, caps. 31 e 32). Segundo aquele autor, tanto a rapidez com que a economia brasileira recuperou-se da crise como o forte ritmo de crescimento observado ao longo do restante da década de 1930 só podem ser entendidos caso se atente para os efeitos combinados da política cafeeira e da forte desvalorização cambial então observada. A política governamental de compra (financiada, sobretudo, internamente) e posterior destruição de parte da produção cafeeira durante a Era Vargas teria sido instrumental, segundo Furtado, para a manutenção do nível de renda doméstico em um contexto de demanda externa deprimida. Em paralelo, a forte desvalorização do mil-réis resultou em sensível mudança de preços relativos, tornando mais caras as importações. Como resultado, a demanda doméstica, sustentada pela política de defesa do café, passaria a ser canalizada crescentemente para o setor interno (indústria, agricultura e serviços), com isso promovendo o conhecido "deslocamento do centro dinâmico" da economia, ressaltado pelo autor.

Do ponto de vista da indústria, a demanda maior observada nos anos iniciais da década de 1930 pode ser atendida pela maior utilização de capacidade produtiva instalada em meio ao boom econômico do final da década de 1920. Passado este período inicial – e tendo em vista os níveis crescentes de demanda interna –, a indústria doméstica passou a ampliar os seus investimentos. Para tanto, contou tanto com a existência, no país, de fábricas produtoras de bens de capital mais simples, como com um aumento da importação de máquinas e equipamentos. Uma vez que o

contexto era o de enorme restrição de divisas (dados a redução das exportações cafeeiras e o menor ingresso de capitais do exterior), tal aumento das importações de bens de capital só foi possível mediante a contração das importações de outros artigos – bens de consumo, essencialmente. Com isso, avançou no país o processo de industrialização substitutiva de importações, com destaque para o crescimento dos setores produtores de bens intermediários (cimento, metalurgia, papel & papelão e químico).

Ainda que a análise clássica de Furtado sobre o período seja, geralmente, aceita na literatura, ela não esteve livre de críticas. No início dos anos 1970, Peláez (1972) pôs em dúvida alguns dos pontos centrais do argumento furtadiano, como, por exemplo, a natureza das políticas monetária e fiscal à época (se expansionista, como diz Furtado, ou ortodoxa), ou a extensão em que teria se dado a transferência de recursos do café para a indústria (Peláez alega que o setor produtor de algodão – e não a indústria – teria sido o destino principal de capitais saídos da cafeicultura). Diversos outros autores criticaram os pontos levantados por Peláez e, com isso, a análise de Furtado é aceita até hoje em suas linhas mais gerais.

Não obstante, cumpre observar um ponto sutil, mas importante, levantado, entre outros, por Suzigan (2000) em seu estudo clássico sobre as origens da indústria brasileira. Ao tratar da relação entre "café e indústria", o autor nota que o investimento industrial "estava diretamente relacionado ao desempenho do setor exportador até 1913, e **em menor grau** até 1929" (p. 363, ênfase nossa). Na prática, o autor diz que já antes da Crise de 1930 e do subsequente "deslocamento do centro dinâmico" da economia, parte do estímulo ao investimento industrial já provinha do próprio setor manufatureiro doméstico, e não apenas do setor primário-exportador. Este seria o caso, por exemplo, da demanda por sacaria para a indústria de moagem de trigo ou refino de açúcar, de garrafas para a indústria de bebidas, de embalagens de metal e papelão para diversos setores industriais ou, ainda, a produção doméstica de motores e máquinas mais simples para o setor industrial. Aceita esta caracterização (e Suzigan oferece ampla evidência estatística e documental deste fenômeno), a natureza da mudança operada nos anos 1930 – quando as fontes de dinamismo da economia brasileira irão se concentrar, inequivocamente, no mercado interno – passa a ser vista de forma mais matizada. Dito de outra forma, a década de 1930 envolve, sem sombra de dúvidas, uma ruptura na história econômica do Brasil, mas, possivelmente, não tão abrupta como a análise de Furtado parece sugerir.

3

De Dutra a JK

PROVA DE 2005

Questão 4

Sobre a economia no Governo Kubitschek, é CORRETO afirmar que:

(0) A condução da política econômica representou uma mudança em relação aos períodos anteriores na medida em que fez uma opção por uma estratégia desenvolvimentista desde o início.

(1) A substituição de importações foi mais intensa nos setores de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

(2) A política cambial manteve o chamado "confisco cambial", promovendo a transferência de renda do setor exportador para o setor industrial.

(3) O fato de o Plano de Metas ter estabelecido metas para a agricultura permitiu que este setor apresentasse taxas de crescimento similares às da indústria.

(4) O Programa de Estabilização Monetária de 1958, ao implementar o controle da expansão monetária, marcou uma mudança de rumos da política econômica até o final do Governo JK.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Tal estratégia "desenvolvimentista" de JK, inclusive, já estava delineada em documento de campanha datado de 1955, intitulado *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento*.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

Tal "confisco" consistia em o governo pagar aos exportadores por suas cambiais um preço inferior ao que cobrava, na revenda, aos importadores. O "confisco" em si já vinha desde, pelo menos, 1946, quando a taxa de câmbio paga aos exportadores (a "oficial") era inferior à que eles receberiam caso vendessem suas divisas no mercado à taxa "livre".

(3) Falso.

Entre 1956 e 1960 o PIB do setor agropecuário cresceu, em média, cerca de 3,7% a.a., contra crescimento médio de mais de 10% anuais na indústria de transformação.

(4) Falso.

O PEM – e as medidas de contenção de demanda que ele implicava – foi abandonado por JK justamente por ameaçar a estratégia "desenvolvimentista"

consubstanciada no Programa de Metas. Sendo assim, não houve qualquer mudança de rumo na orientação da política econômica de Juscelino.

PROVA DE 2006

Questão 4

As políticas de comércio exterior e cambial do início do Governo Dutra tiveram os seguintes objetivos:

(0) Atender à demanda reprimida de matérias-primas e de bens de capital para reequipamento da indústria, desgastada durante a segunda guerra mundial.

(1) Estimular o aumento dos preços dos produtos industriais.

(2) Aumentar as reservas cambiais.

(3) Atrair capitais externos para investimentos no Brasil.

(4) Conter o processo de aceleração inflacionária herdado do período de guerra.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Na realidade, as políticas de comércio exterior e cambial do Governo Dutra visavam facilitar a importação de bens de capital e insumos industriais e, com isso, *reduzir* os custos (preços) da produção industrial doméstica.

(2) Falso.

O fim da exigência de licenças prévias de importação, tomado em conjunto com a adoção de taxa cambial reconhecidamente sobrevalorizada, resultaria, conforme esperado, em aumento das importações. Neste sentido, tenderiam a *diminuir* (como, de fato, ocorreu à época) as reservas cambiais do país.

(3) Verdadeiro.

As medidas tomadas na área financeira – ao conferir liberdade para a saída de capitais do país – visavam, sim, atrair investidores do exterior.

(4) Verdadeiro.

A adoção de uma taxa de câmbio nominal semelhante à que vigorou nos anos de guerra – não obstante a enorme diferença na inflação acumulada no Brasil e nos Estados Unidos no período – implicou uma taxa real claramente sobrevalorizada. Com isso, visava-se conter a pressão sobre os preços domésticos, objetivo que seria reforçado pelo aumento da oferta resultante da liberalização das importações.

Questão 5

A Instrução nº 70 da Sumoc, de 9 de outubro de 1953, introduziu importantes mudanças no sistema cambial brasileiro. Esta Instrução:

(0) Restabeleceu o monopólio cambial do Banco do Brasil.

(1) Introduziu o controle quantitativo das importações.

(2) Instituiu o regime de leilões de câmbio.

(3) Criou uma expressiva fonte de recursos para o Estado por meio do saldo de ágios e bonificações.

(4) Permitiu às empresas sediadas no país importar máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Os controles quantitativos de importações foram introduzidos em 1947 e foram abolidos pela Instrução nº 70, que instituiu o regime de *leilões de divisas* para importações.

(2) Verdadeiro.

Ver item 1, acima.

(3) Verdadeiro.

Os recursos da conta de Ágios e Bonificações, provenientes da diferença entre o preço pago pelo governo aos exportadores por suas divisas e aquele recebido na venda, em leilão, destas divisas aos importadores, chegaram a representar 12% da receita total da União em 1956.

(4) Falso.

Tal foi o resultado da Instrução nº 113 da Sumoc, baixada em janeiro de 1955, durante o Governo Café Filho.

Questão 6

Sobre a política desenvolvimentista implementada no Governo Kubitschek, consubstanciada no Plano de Metas, são CORRETAS as afirmativas:

(0) O crescimento industrial foi financiado exclusivamente por recursos externos e poupanças privadas domésticas.

(1) A maioria das metas alcançou alto grau de realização, tendo malogrado as metas relativas ao carvão e às ferrovias.

(2) Entre os motivos que explicam as elevadas taxas de crescimento da agricultura no período destacam-se as políticas de fomento ao setor agrícola.

(3) Os desequilíbrios regionais e sociais aprofundaram-se em decorrência da implementação do Plano de Metas.

(4) A aceitação do programa de Estabilização Monetária (PEM) de 1958 pelo FMI viabilizou a entrada de vultosos empréstimos externos para o financiamento de obras de infraestrutura.

Resolução:

(0) Falso.

Houve, adicionalmente, investimentos financiados com recursos do orçamento da União e do BNDE.

(1) Verdadeiro.

As metas de Alimentação e Educação tampouco foram cumpridas.

(2) Falso.

O setor agrícola, contemplado com as metas 13 a 18 (“Alimentação”), teve importância marginal no Plano de Metas. Durante a vigência do Plano, a produção agropecuária cresceu a ritmo muito inferior ao da indústria (20% x 60%), sendo esta última, portanto, a responsável pelas elevadas taxas de crescimento do PIB observadas no período.

(3) Verdadeiro.

Os investimentos do Plano de Metas se concentraram, majoritariamente, nas regiões mais ricas e industrializadas do país – o Sudeste e Sul. Neste sentido, é possível afirmar que, com o Plano, houve um agravamento dos desequilíbrios regionais (embora indicadores de diferenças inter-regionais de renda *per capita* mostrem queda destas diferenças). Quanto aos “desequilíbrios sociais”, supõe-se que os examinadores se refiram a indicadores tais como a distribuição de renda pessoal. Se for este o caso, não é possível afirmar se houve uma melhoria ou piora no período, dada a inexistência de estatísticas de concentração de renda (índices de Gini ou de eil) para o período anterior a 1970.

(4) Falso.

Elaborado pelo ministro da Fazenda, Lucas Lopes, e pelo presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico – BNDE, Roberto Campos, o PEM tinha por objetivo conciliar o desenvolvimento com equilíbrio macroeconômico, através do controle da expansão monetária e creditícia, da contenção dos gastos públicos, do aumento da carga tributária e da restauração do equilíbrio do balanço de pagamentos. O Plano seria abandonado em junho de 1959, quando o presidente Juscelino Kubitschek interrompeu as negociações com o FMI. Na prática, não houve a entrada de "vultuosos empréstimos", sendo as obras de infraestrutura financiadas, em grande medida, pelo BNDE, que não obteve a totalidade dos recursos externos inicialmente previstos na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos.

PROVA DE 2007

Questão 4

Entre 1947 e 1953 estabeleceu-se um sistema de licenciamento de importações. A respeito de tal sistema, são CORRETAS as afirmativas:

(0) A taxa de câmbio, a despeito de manter-se fixa no período, revelou-se adequada às condições de equilíbrio do balanço de pagamentos.

(1) A Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (Cexim) priorizou a importação de bens de consumo, em vista da importância assumida pelo controle inflacionário no Governo Dutra.

(2) A elevação do preço do café no mercado internacional contribuiu para a sustentação da política de taxa de câmbio fixa naquele período.

(3) A rigidez com que a Cexim tratou o licenciamento de importações permaneceu inalterada mesmo durante a Guerra da Coreia, período em que o Governo Vargas afrouxou as políticas monetária e fiscal.

(4) A manutenção da taxa de câmbio fixa estimulou o ingresso de investimentos estrangeiros diretos, devido à maior credibilidade emprestada à política cambial.

Resolução:

(0) Falso.

É certo que a taxa de câmbio oficial em vigor – congelada em Cr$ 18,50/US$ – valorizou-se em termos reais ao longo do período, dada a diferença entre a inflação acumulada no Brasil e nos Estados Unidos. A inadequação desta taxa de câmbio oficial pode ser aproximada pelo comportamento da taxa de câmbio no mercado paralelo, que passou de Cr$ 27,20 em 1948 para uma média de Cr$ 34,30 em 1952. Evidências adicionais de que o câmbio oficial estava defasado foram o aumento significativo das importações e a grande redução da presença de produtos não tradicionais na pauta de exportações brasileiras.

(1) Falso.

Ao contrário, os bens de consumo tiveram a sua importação crescentemente dificultada, diante da necessidade de se priorizar o uso de cambiais para a compra de bens de capital e insumos industriais.

(2) Verdadeiro.

Os preços do café (em US$) no mercado internacional mais que dobraram no período.

(3) Falso.

Com a eclosão da Guerra da Coreia – e diante do receio de desabastecimento doméstico –, a concessão de licenças de importação foi ampliada. Com isso, o valor das importações quase dobrou, passando de US$ 934 milhões em 1950 para US$ 1,7 bilhão em 1951.

(4) Falso.

O ingresso de investimentos diretos externos no Brasil iria apresentar acréscimo significativo apenas após a implementação da Instrução nº 113 da Sumoc, em janeiro de 1955, no Governo Café Filho.

Questão 5

É CORRETO afirmar que a Instrução nº 113 da Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc)

(0) Favoreceu o investimento externo direto ao permitir a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.

(1) Foi proposta pelo Governo Juscelino Kubitschek, tendo sido fundamental para o Plano de Metas.

(2) Inaugurou a política de leilões de reservas cambiais, segundo cinco categorias de importações definidas pelo grau de essencialidade.

(3) Facilitou a importação de máquinas e equipamentos não registrados como investimento externo direto, ao permitir o pagamento à vista ou a prazo pelo câmbio de custo.

(4) Instituiu o regime de licenças prévias de importação.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

A Instrução nº 113 da Sumoc foi baixada em 1955, no Governo Café Filho.

(2) Falso.

A instituição dos leilões de cambiais deu-se pela Instrução nº 70, de outubro de 1953.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

As licenças prévias de importação foram instituídas no Governo Dutra, em 1947,

enquanto a Instrução nº 113 da Sumoc foi baixada no Governo Café Filho, em 1955.

Questão 6

O Plano de Metas do Governo Kubitschek foi um dos pontos altos do processo de substituição de importações, tendo ensejado a constituição de uma estrutura industrial mais complexa e integrada que aquela até então vigente. As seguintes medidas foram adotadas pelo Plano de Metas:

(0) Criação do Ministério do Planejamento, essencial para a coordenação do Plano, com Celso Furtado à frente.

(1) Direcionamento dos financiamentos do BNDE exclusivamente ao setor privado.

(2) Utilização do sistema de mérito na Administração Pública segundo proposta da Comissão de Estudos e Planejamento Administrativos.

(3) Criação dos "grupos executivos", que, de forma decisiva, subsidiaram as decisões do Conselho de Desenvolvimento Econômico.

(4) Reforma cambial, que teve por objetivos a desvalorização da taxa de câmbio e a unificação do mercado cambial.

Resolução:

(0) Falso.

O Ministério do Planejamento seria criado em 1962, no Governo João Goulart.

(1) Falso.

O BNDE também emprestou recursos a empresas do governo, nos setores elétrico, siderúrgico, de transportes etc.

(2) Falso.

De acordo com Lafer (2002), para pôr em prática o seu Programa de Metas, JK esteve diante de duas alternativas: uma reforma administrativa global (tal como proposto pela Cepa – Comissão de Estudos e Planejamento Administrativos) ou a criação de uma administração paralela (por meio dos Grupos Executivos). Ao final, venceu a segunda opção e a proposta da Cepa, portanto, saiu derrotada.

(3) Verdadeiro.

Ver item 2, acima.

(4) Falso.

Somente no Governo Jânio Quadros, em 1961, haveria a tentativa de se unificar o câmbio e promover uma desvalorização da moeda.

PROVA DE 2008

Questão 3

A respeito das políticas cambial e de comércio exterior do Governo Dutra nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, é CORRETO afirmar que:

(0) O câmbio foi mantido fixo, no nível do pré-guerra.

(1) Coerente com sua orientação liberal, o Governo Dutra não autorizou controles seletivos de importações.

(2) Atribuem-se os déficits da balança comercial, ao final da década de 1940, à queda dos preços internacionais do café.

(3) Uma das consequências da política cambial foi a perda de competitividade das exportações de manufaturados.

(4) Um dos objetivos da política cambial foi a contenção da inflação.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A taxa oficial, comunicada ao FMI, era de Cr$ 18,50/US$.

(1) Falso.

Os controles seletivos das importações tiveram que ser introduzidos em meados de 1947, após o malogro da liberalização comercial e financeira tentada no início do Governo Dutra.

(2) Falso.

Os preços internacionais do café *cresceram* sem interrupção entre 1945 e 1954 (coincidindo com o fim do Acordo Interamericano do Café, que mantivera o preço do produto fixo ao longo da Segunda Guerra). Também não é verdade que o Brasil tenha incorrido em déficits comerciais ao final dos anos 1940. Ao contrário, houve superávits em todo o período 1945-1949.

(3) Verdadeiro.

As exportações de manufaturados do Brasil não conseguiram resistir à combinação de apreciação real do câmbio e o gradativo retorno dos fornecedores tradicionais ao mercado internacional, após a Guerra.

(4) Verdadeiro.

Esperava-se que a manutenção de uma taxa de câmbio real apreciada ajudasse na contenção dos preços domésticos.

Questão 4

Várias medidas adotadas durante o segundo Governo Vargas (1951-1954) favoreceram o avanço da industrialização na segunda metade da década de 1950. Entre essas incluem-se:

(0) A Instrução nº 113 da Sumoc, que autorizou a emissão de licenças para importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial.

(1) A reforma tributária, que instituiu a cobrança de impostos sobre valor adicionado.

(2) A Instrução nº 70 da Sumoc, que instituiu o regime de taxas múltiplas de câmbio.

(3) A criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Petróleo Brasileiro S. A. (PETROBRAS).

(4) O Plano Salte, que previa investimentos públicos nos setores de saúde, alimentação, transporte e energia.

Resolução:

(0) Falso.

A Instrução nº 113 data de janeiro de 1955 – portanto, do Governo Café Filho.

(1) Falso.

Dois importantes tributos federais cobrados sobre o valor adicionado, o IPI – Imposto sobre Produtos Industrializados – e o ICM – Imposto sobre Circulação de Mercadorias –, foram criados no Governo Castello Branco (1964-1967), com o Paeg.

(2) Falso.

Na realidade, a novidade da Instrução nº 70 consistiu em instituir os *leilões de câmbio*. As taxas múltiplas de câmbio (Oficial, Livre e Livre Especial) existiam desde os anos 1930.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

O Plano Salte foi lançado no Governo Dutra, vigorou durante o segundo governo Vargas e teve poucos efeitos práticos.

PROVA DE 2009

Questão 3

O período entre 1946 e 1964 é considerado como uma das experiências mais ricas de crescimento econômico com democracia da história brasileira. Nesse período:

(0) A política monetária, como a emissão de papel-moeda e a fixação da taxa de redesconto, era integralmente formulada e executada pelo Banco do Brasil, já que inexistia Banco Central no país.

(1) Eugênio Gudin foi um dos mais ferrenhos críticos do desenvolvimentismo e chegou a ser ministro da Fazenda.

(2) O crescimento industrial não se restringiu ao setor de bens de consumo não duráveis e as taxas de crescimento da agricultura foram, em média, inferiores às da indústria.

(3) A legislação trabalhista colaborou para a relativa melhoria na distribuição de renda do país, o que pode ser verificado pelo crescimento do Índice de Gini.

(4) As políticas de substituição de importações implementadas implicaram modificações importantes na estrutura das importações, em especial provocaram a elevação da participação das importações de bens de consumo manufaturados.

Resolução:

(0) Falso.

Na verdade, o Banco do Brasil dividia com a Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) o papel de um banco central à época.

(1) Verdadeiro.

Expoente do pensamento liberal no país, Gudin foi Ministro da Fazenda durante cerca de oito meses, no Governo Café Filho.

(2) Verdadeiro.

Assistiu-se, no período, à ampliação, também, da produção doméstica de bens de consumo duráveis, bens de capital e bens intermediários. A agricultura, por sua vez, cresceu a taxas quase sempre inferiores às da indústria.

(3) Falso.

Não existem séries históricas de evolução do Índice de Gini da distribuição de renda para o período anterior a 1970, o que impede uma avaliação precisa da evolução da desigualdade no Brasil à época. De todo modo, a afirmativa é falsa ao associar uma eventual melhora na distribuição de renda ao crescimento do Índice de Gini, quando, na realidade, uma melhoria da distribuição refletir-se-ia em uma *queda*

daquele indicador (que varia de 0 a 1).

(4) Falso.

À medida que avançava a industrialização substitutiva de importações no Brasil, a pauta de importações se concentrava em bens de capital, insumos industriais e combustíveis, com *redução* da participação dos bens de consumo.

Questão 4

Pode-se associar ao segundo Governo Vargas (1951-1954):

(0) As dificuldades associadas à escassez de reservas internacionais conversíveis e a introdução do sistema de leilões de câmbio.

(1) A criação da empresa siderúrgica de Volta Redonda e da Petrobras.

(2) A formação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos e a criação da Sudene.

(3) A defesa, por parte do ministro da Fazenda, Horácio Lafer, da "fórmula Campos Sales – Rodrigues Alves", pela qual se deveria passar por uma fase de saneamento e estabilização para depois haver crescimento.

(4) A substituição do sistema de licenciamento às importações, segundo critério de essencialidade dos bens, por outro que, dentre outras consequências, representou aumento das receitas governamentais.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Em face da escassez de reservas experimentada no período, o Governo Vargas baixou a Instrução nº 70, da Sumoc, em outubro de 1953, criando o sistema de leilões de câmbio.

(1) Falso.

A Companhia Siderúrgica Nacional foi criada em abril de 1941, no primeiro Governo Vargas.

(2) Falso.

A CMBEU foi lançada ainda em dezembro de 1950 (antes da posse de Vargas, portanto), embora tenha começado os seus trabalhos em meados de 1951. A Sudene, por sua vez, foi criada em dezembro de 1959, no Governo Kubitschek.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

De fato, o sistema de leilões de câmbio, introduzido pela Instrução nº 70 da Sumoc, permitiu aumentar a receita fiscal do governo. Tal ganho resultava da diferença entre o preço pago aos exportadores (café, sobretudo) por suas cambiais e aquele obtido ao vender estas cambiais, aos importadores, em leilões.

PROVA DE 2010

Questão 5

Sobre o Plano de Metas e a política econômica do Governo Juscelino Kubitscheck pode-se afirmar:

(0) O setor agrícola foi objeto de atenção especial, cujo objetivo era compatibilizá-lo com o desenvolvimento de outros setores da economia, especialmente a indústria.

(1) A política cambial facilitou o investimento industrial, ao introduzir o sistema de licenças prévias de importação que favoreceu importações essenciais.

(2) O Plano de Metas, em sua implementação, beneficiou-se de instituições criadas no segundo Governo de Vargas (1951-1954), como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

(3) A contração do gasto público nos primeiros anos do Governo JK foi fator importante para viabilizar a realização de investimentos públicos na segunda metade do mesmo.

(4) O capital estrangeiro recebeu tratamento preferencial e ampliou-se a participação do setor público na formação de capital.

Resolução:

(0) Falso.

O setor agrícola mereceu pouca atenção dentro do Plano de Metas, com o grupo "Alimentação" (metas 13 a 18) tratando, fundamentalmente, da infraestrutura agrícola (construção de armazéns e silos, produção de tratores e fertilizantes etc.). A única meta que cobria, efetivamente, a ampliação da produção agrícola foi a de nº 13 (trigo). Neste caso, os resultados foram particularmente frustrantes – queda do volume produzido entre 1955 e 1960, ficando a produção neste último ano muito aquém das 1,5 milhão de toneladas previstas.

(1) Falso.

Na realidade, o sistema de licenças prévias de importação fora abolido em 1953, no segundo Governo Vargas, dando lugar aos leilões cambiais (com a Instrução nº 70, da Sumoc). Tal Instrução foi mantida no Governo JK e mostrou-se de grande importância para o Programa de Metas.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Não houve contração do gasto público durante o Governo JK, ao contrário.

(4) Verdadeiro.

O capital estrangeiro foi beneficiado pela Instrução nº 113 da Sumoc (que permitia a importação de equipamentos industriais sem cobertura cambial) e pela nova tarifa alfandegária, mais protecionista, que incentivava a entrada de investimento externo direto no Brasil (em um movimento de *tariff hopping*, literalmente, "saltar barreiras"). Eram, também, favoráveis as condições para a remessa de lucros e dividendos sobre reinvestimento, o que estimulou a entrada de capital estrangeiro no país.

Por fim, houve, de fato, aumento da parcela do investimento a cargo do setor público, seja na indústria de transformação, seja na infraestrutura de transportes, energia etc.

PROVA DE 2011

Questão 4

Quanto às políticas cambiais adotadas no Brasil na década posterior à Segunda Guerra Mundial, pode-se afirmar:

(0) A "queima de divisas" ocorrida nos primeiros anos após a Guerra ajuda explicar o fato de o governo ter optado, em julho de 1947, pela desvalorização do cruzeiro.

(1) O cruzeiro foi mantido, por vários anos, em paridade fixa com relação ao dólar.

(2) O sistema de licenciamento das importações, de acordo com prioridades estabelecidas pelo governo, foi adotado por Dutra e revogado em 1951 com o retorno de Vargas ao poder.

(3) As "operações vinculadas" adotadas nesse período prejudicaram o setor exportador e produziram um efeito protecionista ao setor industrial.

(4) A Instrução nº 70 da Sumoc, de 1953, eliminou o controle quantitativo direto sobre as importações e concedeu bonificação às exportações, sendo que a bonificação concedida ao café era menor que aos demais produtos.

Resolução:

(0) Falso.

Com receio do impacto que uma desvalorização do câmbio teria sobre a inflação, o presidente Dutra manteve o câmbio congelado (em Cr$ 18,50/US$) durante todo o seu governo.

(1) Verdadeiro.

Ver item 0, acima.

(2) Falso.

O sistema de licenciamento de importações, adotado pelo Governo Dutra a partir de julho de 1947, só seria substituído (pelos leilões de divisas) em outubro de *1953*, com a promulgação da Instrução nº 70 da Sumoc.

(3) Falso.

As chamadas "operações vinculadas" permitiam aos exportadores de produtos pouco competitivos (chamados de "gravosos") revenderem suas divisas diretamente aos importadores, sem intermediação oficial, daí beneficiando-se de uma taxa de câmbio mais elevada. Seus efeitos práticos, porém, foram pouco importantes (exceto no caso das exportações de cacau e madeiras), não tendo evitado o colapso das exportações de manufaturados. Na prática, portanto, as operações vinculadas não

trouxeram nem *prejuízo*, propriamente, ao setor exportador, como também não exerceram "efeito protecionista" sobre o setor industrial.

(4) Verdadeiro.

Questão 5

No que concerne ao Plano de Metas do Governo Kubitschek (1956-1960) e à industrialização brasileira no período, pode-se afirmar o seguinte:

(0) A Instrução nº 113 da Sumoc foi um instrumento decisivo para atrair investimentos estrangeiros diretos e estimular o crédito externo para importação de máquinas, embora tenha sido promulgada no governo anterior.

(1) Além de estipular as metas de investimento, o Estado assumiu papel central na construção da infraestrutura e na produção direta de insumos, respondendo por mais de um terço do total da formação bruta de capital fixo.

(2) A liderança do crescimento no período coube às atividades produtoras de insumos intermediários.

(3) No que se relaciona à agricultura, foi implantada a produção doméstica de máquinas e implementos agrícolas.

(4) Houve um elevado grau de complementaridade dos investimentos nos grandes projetos, permitindo a adequação entre, de um lado, a produção de bens de capital e insumos básicos e, de outro, a produção de bens de consumo duráveis.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Promulgada em janeiro de 1955, durante o Governo Café Filho, a Instrução nº 113 permitia a importação de máquinas e equipamentos "sem cobertura cambial". Ela teve papel importante em atrair investimentos estrangeiros para o Brasil à época do Programa de Metas, sobretudo no setor automobilístico.

(1) Verdadeiro.

Durante o Governo JK o Estado brasileiro investiu pesadamente na área siderúrgica, elétrica, na construção e pavimentação de estradas etc.

(2) Falso.

Os setores industriais que mais cresceram no período foram os de bens de consumo duráveis e bens de capital.

(3) Verdadeiro.

Aqui o candidato poderia ficar em dúvida quanto ao sentido dado, no enunciado, à palavra “implantada”. Caso fosse entendido como algo que foi criado onde nada havia antes, a afirmativa é falsa, pois desde o século XIX eram produzidos no Brasil diversos tipos de máquinas (p. ex., despolpadoras e secadoras de café; enfardadoras de algodão) e implementos para a agricultura. A novidade, com o Plano de Metas, foi o início, em 1960, da montagem de tratores agrícolas no país.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2012

Questão 5

A respeito da economia brasileira durante a implementação do Plano de Metas, do Governo Kubitschek, é CORRETO afirmar que:

(0) Empresas filiais estrangeiras foram responsáveis pelos principais investimentos nos ramos de material elétrico pesado e automobilística.

(1) Um dos objetivos do Plano era distribuir tarefas de investimento, de modo a delegar ramos de atuação exclusivos para empresas estatais, empresas de capital local ou filiais estrangeiras.

(2) O Plano buscou delegar as metas de investimento nos ramos de insumos básicos, exclusivamente, para empresas estatais.

(3) Entre os objetivos priorizados pelo Plano de Metas estavam a geração de energia elétrica, a expansão da rede de vias de transporte e a produção de bens de capital, respectivamente sob responsabilidade majoritária de filiais estrangeiras, Estado e empresas privadas nacionais.

(4) Apesar dos investimentos na produção local de bens de capital, a execução do Plano de Metas exigiu importações de máquinas e equipamentos, favorecidas pela disponibilidade de financiamento externo nas formas de investimento direto e empréstimos.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Não houve ramos de atuação exclusivos (exceto no caso do petróleo, que era monopólio da Petrobras) para a atuação de empresas estatais, privadas nacionais ou estrangeiras durante o Programa de Metas.

(2) Falso.

Diversas empresas *privadas* atuantes no ramo de insumos básicos foram envolvidas no esforço de planejamento governamental do Plano de Metas, a exemplo da Metalúrgica Barra Mansa (siderurgia), Votorantim (cimento) e Klabin (papel e celulose).

(3) Falso.

Na verdade, a geração de energia elétrica esteve a cargo, majoritariamente, de empresas públicas (Furnas, Chesf, Cemig), o mesmo ocorrendo com a expansão das vias de transporte (através do DNER, uma autarquia federal, na área de rodovias e da Rede Ferroviária Federal, no caso das ferrovias). Já no tocante à produção de bens de

capital, as empresas estrangeiras tiveram participação, pelo menos, tão importante quanto à de privadas nacionais.

(4) Verdadeiro.

O Brasil foi um destino importante de capitais estrangeiros no período, seja sob a forma de empréstimo, seja de investimento direto. Para tanto, concorreram, pelo lado da oferta, a existência de liquidez internacional e, pela demanda, medidas oficiais como a Instrução nº 113 da Sumoc (autorizando a internalização de bens de capital importados sem cobertura cambial) e a Lei Tarifária de 1957. Esta última incentivou a vinda de investimentos do exterior antes que as alíquotas de importação sobre artigos manufaturados fossem elevadas (inviabilizando, assim, a continuidade de sua importação).

PROVA DE 2013

Questão 5

A industrialização nos anos 1950 teve as seguintes características e impactos na economia brasileira:

(0) Redução das migrações entre as regiões.

(1) Expansão da produção de bens de capital a uma taxa maior do que a produção de bens intermediários, durante o Plano de Metas.

(2) Convergência nas taxas de crescimento dos setores urbano e agrícola.

(3) Redução da participação do investimento do setor público no total da formação bruta de capital fixo durante o Plano de Metas (em relação ao Governo Vargas), apesar do aumento da participação na geração de energia elétrica.

(4) Redução dos desequilíbrios regionais.

Resolução:

(0) Falso.

Com a concentração de investimentos industriais no Centro-Sul, e a construção de novas vias de comunicação (a exemplo das rodovias Rio-Bahia e Belém-Brasília), assiste-se, na década de 1950, a um *aumento* dos fluxos migratórios dentro do país.

(1) Verdadeiro.

A indústria de bens de capital cresceu a uma taxa média anual de 26,4% entre 1955 e 1962; no mesmo período, a produção de bens intermediários avançou 12,1% a.a.

(2) Falso.

O enunciado do item não é claro. Em geral, comparam-se os setores "urbano" x "rural" ou "industrial" x "agrícola". O candidato poderia arriscar a responder este item seguindo um raciocínio simples: "dado que nos anos 1950 houve uma aceleração do crescimento industrial, logo é razoável supor que o "setor urbano" cresceu *mais* que o "setor agrícola" e, portanto, a afirmação no enunciado é falsa".

(3) Falso.

O peso do governo na formação bruta de capital fixo *aumentou* – de 25,6% no quadriênio 1953-1956 para 37,1% nos quatro anos do Plano de Metas.

(4) Falso.

O gabarito oficial está incorreto.

Nos anos 1950 – e, com mais nitidez, na segunda metade da década, ou seja, na vigência do Plano de Metas –, assistiu-se, sim, a uma *redução* em diversos indicadores de desigualdade de renda entre as regiões do Brasil. A tendência apresentada pelos coeficientes de variação de Williamson, largamente utilizados na literatura sobre o tema, foi de queda (indicando, portanto, redução da desigualdade) na década de 1950, tanto quando a desigualdade é medida entre estados da Federação, assim como quando é medida entre macrorregiões. Uma das explicações para este resultado em princípio contraintuitivo decorre do próprio processo de industrialização então em curso e diz respeito às correntes migratórias por ele provocadas. Os fluxos populacionais associados à concentração desproporcional de investimentos industriais e de infraestrutura no Sudeste causaram elevação da renda *per capita* nas zonas de expulsão de mão de obra (Nordeste, sobretudo) e redução da renda no Centro-Sul, que atraía estes grandes contingentes populacionais. O resultado final foi uma tendência de queda das diferenças de renda *per capita* entre tais regiões. Um fator adicional – ainda que não relacionado ao processo de industrialização – a reforçar esta redução das disparidades regionais no período envolveu a crise que se abateu sobre a cafeicultura paulista na segunda metade da década de 1950, levando a contração do PIB agrícola daquele estado. [ver Redwood III (1977)]

Questão 6

As transformações estruturais e as taxas de crescimento da economia brasileira durante o Governo Kubitschek (1956-1960) estão associadas aos seguintes eventos e circunstâncias:

(0) A liderança do crescimento industrial no período coube aos ramos de bens de capital e bens de consumo duráveis.

(1) A determinação do governo de atrair capital estrangeiro, com a criação da Instrução 113 da Sumoc.

(2) Instalação das indústrias automobilística, de material elétrico pesado e outras de máquinas e equipamentos.

(3) A decisão do governo de adotar o Plano de Estabilização Monetária, em 1958, medida que colaborou para impedir a expansão inflacionária, que poderia comprometer o ritmo de crescimento do produto.

(4) Realização de investimentos por parte de empresas estatais criadas no Governo Vargas.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Entre 1955 e 1962 as taxas anuais de crescimento da produção destes dois ramos

industriais foram mais que duas vezes superiores à observada no setor de bens intermediários e três vezes a dos bens de consumo não duráveis.

(1) Falso.

A Instrução nº 113 da Sumoc foi baixada em janeiro de 1955, no Governo Café Filho.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

O Plano de Estabilização Monetária foi lançado em novembro de 1958 e *não* foi capaz de impedir a escalada inflacionária: o IGP, por exemplo, que variara 24,4% em 1958, aumentou 39,4% em 1959. Tal resultado decorreu, em parte, da política creditícia expansionista adotada pelo Banco do Brasil naquele ano, na contramão da austeridade buscada pelo PEM.

(4) Verdadeiro.

Exemplos destas empresas são a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco, todas elas criadas no primeiro Governo Vargas, e a Petrobras, criada no segundo Governo Vargas.

PROVA DE 2014

Questão 5

A política econômica executada pelo Governo Dutra implicou consequências importantes para a economia brasileira. Sobre a política econômica desse período pode-se afirmar:

(0) A adoção de taxa cambial fixa auxiliou a importação de matérias-primas e bens de capital necessários para o reequipamento do setor industrial.

(1) O diagnóstico oficial era que a inflação se devia ao excesso de demanda agregada.

(2) A "queima de divisas" ocorrida nos primeiros anos levou o governo a adotar o monopólio cambial pelo Banco do Brasil e o sistema de leilões de câmbio para enfrentar os problemas do balanço de pagamentos.

(3) Em termos reais, o crédito ao setor industrial cresceu no período.

(4) O governo, ao assumir, estabeleceu o combate à inflação como prioridade, mas houve um afrouxamento da ortodoxia monetária ao final do período.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Isso porque a taxa de câmbio adotada no início do Governo Dutra estava, deliberadamente, sobrevalorizada em termos reais e o governo priorizou a importação de matérias-primas e bens de capital. Além disso, ao manter a taxa fixa – e dado o fato de a inflação doméstica ser superior à internacional – houve sobrevalorização adicional da moeda brasileira.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

O sistema de leilões de câmbio só seria criado em outubro de 1953 (governo Vargas), a partir da Instrução nº 70 da SUMOC. A política vigente à época foi a de contigenciamento de importações (necessidade da compra de licenças prévias – uma medida de restrição quantitativa, portanto), adotada em 1947.

(3) Verdadeiro.

O crédito real à indústria mais que dobrou entre 1947 e 1950.

(4) Verdadeiro.

De fato, a política econômica nos três primeiros anos do governo Dutra priorizou o combate à inflação, utilizando como armas a contração monetária e a disciplina fiscal.

Em 1949, porém, percebe-se inflexão importante nesta política, quando, então, aumenta o gasto público e a política de crédito do Banco do Brasil se torna, claramente, expansionista.

Questão 7

São características da economia e da política econômica brasileira no período do Plano de Metas:

(0) A manutenção de algumas regras estabelecidas por governos anteriores, como os leilões de câmbio introduzidos pela Instrução nº 70 da SUMOC e a Instrução nº 113 deste mesmo órgão, a qual favorecia os investimentos estrangeiros.

(1) A introdução na administração pública brasileira de assessoria econômica vinculada diretamente à Presidência da República, composta por técnicos responsáveis por formular políticas e acompanhar a execução do Plano de Metas.

(2) Ao final do período, a geração de excesso de capacidade produtiva em ramos intermediários como borracha, metalurgia e química básica.

(3) Criação dos "grupos executivos", que subsidiaram as decisões do Conselho de Desenvolvimento.

(4) Elevação do grau de coordenação dos investimentos industriais, visando resolver problemas de escala de mercados e de oferta de bens de produção nos ramos sujeitos às metas.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

A Assessoria Econômica da Presidência da República fora criada por Vargas, em 1951.

(2) Falso.

Conforme assinalado por Tavares (1972, p. 165), ao final do Plano de Metas havia *insuficiência* na capacidade instalada nas indústrias produtoras destes bens intermediários.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

Tal coordenação coube à administração paralela criada por JK, com o Conselho de Desenvolvimento (ligado diretamente à Presidência da República) e os diversos Grupos Executivos e Grupos de Trabalho.

Questões Discursivas

PROVA DE 2009

Questão 2

Fatores internos e externos se associam para explicar as altas taxas de crescimento verificadas na economia brasileira no período de JK (1956-1961). Disserte sobre como a conjuntura internacional influenciou o crescimento do período, avaliando qual seria seu alcance para explicar as expressivas taxas alcançadas.

Resolução:

A economia brasileira cresceu a uma taxa média de 8% anuais (5,5% em termos *per capita*) durante o Governo JK, liderada pelo desempenho da indústria de transformação. O papel da conjuntura internacional foi importante, porém não tão decisivo quanto em outros períodos da história econômica brasileira. Com efeito, embora a economia mundial, à época, estivesse vivendo a chamada Era de Ouro (1950-73) do pós-Segunda Guerra, apresentando taxas médias de crescimento da ordem de 4%-5% a.a. (dependendo da estimativa) e com o comércio exterior crescendo anualmente cerca de 8%, o Brasil ainda era uma economia muito fechada ao exterior. Sendo assim, a economia brasileira não se beneficiou tanto quanto poderia desta fase áurea do comércio internacional. De fato, ao passo que as exportações mundiais cresceram quase 50% em valor no quinquênio JK, as exportações do Brasil **caíram** cerca de 10% no período, o mesmo tendo ocorrido com os termos de troca do país. Para tanto, contribuiu, principalmente, o mau desempenho das exportações cafeeiras, que passaram de pouco mais de US$ 1 bilhão em 1956 para US$ 710 milhões em 1960, a reboque de uma queda de cerca de 30% do preço internacional do café.

Neste contexto de uma economia fechada e com um desempenho exportador declinante, a principal contribuição da conjuntura externa para o crescimento econômico do Brasil veio do lado financeiro. Efetivamente, a recuperação e acelerado crescimento das economias europeia e japonesa ao longo dos anos 1950 abriram a possibilidade para países como o Brasil passarem a ter acesso a novos e maiores fluxos de capitais privados do exterior. Como resultado, na segunda metade da década de 1950 o Brasil recebeu volumes significativos de empréstimos e investimentos diretos externos.

Com relação aos empréstimos, totalizaram cerca de US$ 400 milhões entre 1956 e

1960, sendo compostos, majoritariamente, por créditos de fornecedores e, em menor volume, créditos oficiais. Já os investimentos externos diretos somaram cerca de US$ 740 milhões no período, equivalente a uma média anual de pouco menos de US$ 150 milhões (contra US$ 60 milhões anuais, em média, na década anterior). No caso destes investimentos, vieram complementar entradas de capital externo no Brasil sob a forma de máquinas e equipamentos, ao abrigo da Instrução nº 113, da Sumoc, promulgada ainda no Governo Café Filho. O setor automobilístico foi o principal beneficiário dos investimentos externos diretos realizados no âmbito do Plano de Metas.

PROVA DE 2011

Questão 2

A década de 1950 é geralmente considerada como o período áureo do desenvolvimentismo brasileiro, destacadamente pelo segundo Governo Vargas e Plano de Metas de JK. Avalie até que ponto há semelhança entre as propostas de desenvolvimento e a política econômica destes dois governos, traçando um paralelo entre eles.

Resolução:

A literatura tratando do segundo Governo Vargas não é unânime no que toca à natureza da política econômica do período. De um lado, há autores como Fonseca (1989) que afirmam ter existido, desde a campanha eleitoral do então candidato, um projeto claro de natureza desenvolvimentista. Já Vianna (1990) e Lessa e Fiori (1991), por exemplo, preferem enfatizar o predomínio de uma orientação mais ortodoxa na condução da política econômica de Vargas. Tal divergência não ocorre no que se refere à natureza da política econômica de JK, onde a literatura unanimemente assinala o seu caráter desenvolvimentista.

Começando pelo Governo Vargas, os diversos autores ressaltam o plano inicial anunciado à época, segundo o qual haveria, primeiro, um esforço de estabilização, seguido de uma fase pró-crescimento na política econômica, em uma estratégia do tipo "Campos Sales-Rodrigues Alves". A guinada entre uma fase e outra desta estratégia teria ocorrido em meados de 1953, sem que a estabilização (a fase "Campos Sales") tivesse logrado resultados. A partir daí, a política econômica assumiu contornos mais claramente desenvolvimentistas, devendo ser mencionadas a criação, ainda naquele ano, da Petrobras, e a promulgação da Instrução nº 70 da Sumoc. Esta última pôs fim aos controles quantitativos de importações e introduziu os leilões de cambiais. Tal medida iria se revelar decisiva para o Plano de Metas, de JK, ao permitir alocação seletiva de divisas e, ao mesmo tempo, prover recursos para o governo, através da conta de Ágios e Bonificações.

Se a condução da política econômica no segundo Governo Vargas obedeceu a uma estratégia de, primeiro, estabilizar para, em seguida, crescer, no caso do Governo JK a ordem se inverteria. O crescimento econômico liderado pelo Plano (ou Programa) de Metas iria ter precedência sobre quaisquer outras considerações de política econômica. Sendo assim, a orientação das políticas fiscal, monetária, cambial, de crédito etc. teria que ser compatível com o mote do presidente de fazer o país crescer "50 anos em 5".

A forte elevação da inflação observada entre 1957 e 1958, porém, levou a que fosse

lançado o Plano de Estabilização Monetária – PEM, que previa um conjunto de medidas restritivas nas áreas fiscal e monetária. Dada a incompatibilidade deste esforço de estabilização com a continuidade plena de seu Plano de Metas, JK optou pelo crescimento econômico, legando para seus sucessores um quadro de inflação elevada e deterioração das posições fiscal e externa do país.

Em suma, pode-se dizer que houve alguma semelhança nas propostas de desenvolvimento dos dois governos e uma diferença no sequenciamento da política econômica, com Vargas começando pela estabilização e passando para o crescimento e o contrário sendo observado (ao menos, na intenção inicial) no Governo JK. Outro aspecto comum aos dois governos foi o apoio dado por ambos ao setor cafeeiro, não obstante a industrialização ter sido o foco da política econômica nos dois casos.

Contudo, as semelhanças mais gerais entre o desenvolvimentismo de Vargas e JK não devem encobrir diferenças importantes entre os dois governos. Assim, por mais que Vargas pudesse nutrir objetivos considerados desenvolvimentistas, ele não contava – ao contrário do que ocorreria com JK – com um diagnóstico detalhado dos estrangulamentos da economia brasileira (tal como realizado pelo relatório da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que serviria de base para o Plano de Metas). Adicionalmente, Vargas não dispôs do aparato institucional que Juscelino pôs a serviço de seu projeto de desenvolvimento econômico. Por exemplo, o BNDE, criado por Vargas em 1952, teve um funcionamento inicial muito tímido, somente adquirindo capacidade técnica e corpo funcional mais robustos na segunda metade da década de 1950, quando, então, mostrar-se-ia instrumental no apoio aos planos de investimento do governo. O mesmo pode ser dito dos Grupos Executivos setoriais, criados por JK, e que seriam decisivos para o alcance de muitas das metas do governo. As diferenças entre os dois governos no que diz respeito a propostas de desenvolvimento podem ser resumidas no fato de JK ter partido de um plano (o próprio Programa de Metas), algo que não existiu no caso do segundo Governo Vargas.

Por fim, cabe mencionar a importante dimensão ideológica dos dois governos, onde, também, percebem-se diferenças. Conforme argumentado por Benevides (1979), nos anos 1950 operou-se uma transformação do "nacionalismo" de Vargas no "desenvolvimentismo" de JK. Essencialmente, de acordo com a autora, o "desenvolvimentismo" era, comparativamente, mais atraente tanto em termos puramente ideológicos como do ponto de vista prático. Segundo ela, a ideologia do desenvolvimento foi usada como uma forma de mobilização e legitimação por JK. Para

a classe industrial, o desenvolvimentismo (ao contrário do nacionalismo getulista) evitava a ênfase na intervenção estatal na economia. Para a classe trabalhadora, se o nacionalismo era um conceito abstrato, o desenvolvimentismo era concreto – significava oportunidades de postos de trabalho e crença num futuro melhor, pelos frutos do desenvolvimento. Já para as Forças Armadas, o desenvolvimentismo era visto como indispensável em termos de defesa nacional.

PROVA DE 2013

Questão 2

A inflação acelerou-se a partir do final da década de 1950 até meados da década seguinte, enquanto o PIB passou por forte desaceleração, em média, de suas taxas de crescimento. Discuta as principais teses que geralmente são apontadas para explicar a inflação e o baixo crescimento do PIB no período.

Resolução:

(São muitas as razões para a desaceleração do ritmo de crescimento da economia brasileira entre o final dos anos 1950 e meados da década de 1960. Para uma discussão detalhada, o leitor deve consultar a resposta à Questão 2, Prova de 2012.)

No que toca, especificamente, à aceleração inflacionária, cabe relembrar a recusa de JK em levar adiante as recomendações de contenção de gastos e de emissões monetárias incluídas no Plano de Estabilização Monetária – PEM, de fins de 1958. Tal decisão, essencialmente, revelava a prioridade conferida pelo Presidente à conclusão dos investimentos previstos no Plano de Metas. Em outras palavras, sinalizava maior comprometimento de JK com o crescimento, relativamente ao combate à inflação. Seu projeto desenvolvimentista (incluindo a construção de Brasília), aliado aos elevados gastos do governo na política de defesa do café, está na origem do descontrole inflacionário do período.

Como resultado, a inflação manteve-se em patamar elevado (variação média do IGP de mais de 30% anuais) entre 1958-1960, representando pesado legado para os sucessores de JK. A tentativa de o Governo Jânio Quadros estabilizar os preços viu-se frustrada, para todos efeitos, pela própria renúncia do Presidente da República e a inflação fechou o ano de 1961 em pouco menos de 50%. Os quatro anos seguintes foram de grande instabilidade política, incluindo os três anos do conturbado Governo Goulart (alternando um regime parlamentarista de governo com outro, presidencialista), o golpe de 1964 e o primeiro ano do Governo Castello Branco.

Entre 1961 e 1964 a inflação deu mostras de fugir ao controle do governo. A variação do IGP, no período, passou de 48% para mais de 90%, tendo sido influenciada, entre outros, pelos reajustes do salário mínimo e dos vencimentos dos servidores públicos. A dificuldade encontrada por Jango em estabilizar a inflação decorreu, em grande medida, da falta de apoio político para medidas mais duras no campo fiscal e monetário. Esta falta de apoio, por sua vez, seria consequência direta da própria crise de legitimidade política do Presidente, conforme sugere Fonseca (2004).

Já no caso de Castello Branco (1964-1967), a demora em fazer a inflação baixar – não obstante o governo dispor de mais instrumentos de política, dado o seu caráter autoritário – deve ser entendida à luz da própria estratégia gradualista de estabilização, adotada no Paeg.

4

Da Crise dos Anos 1960 ao "Milagre"

PROVA DE 2005

Questão 5

Com relação ao período 1961-1964, é CORRETO afirmar que:

(0) O Governo Jânio Quadros promoveu, por meio da Instrução nº 204 da Sumoc, uma desvalorização cambial.

(1) As políticas monetária e fiscal do Governo Jânio Quadros tinham cunho contracionista.

(2) Durante o período parlamentarista de governo, o baixo crescimento econômico pode ser explicado pela política econômica restritiva, responsável pela queda da inflação verificada no período.

(3) O Plano Trienal continha um diagnóstico de inflação de demanda em sua formulação e propunha medidas de natureza gradualista para combatê-la.

(4) Apesar do fracasso no combate à inflação, o Plano Trienal possibilitou a elevação das taxas de crescimento econômico.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O objetivo da Instrução nº 204 da Sumoc era promover a unificação das taxas de câmbio. Na prática, isso fez com que esta taxa se aproximasse da taxa de mercado, mais desvaloriziada que as taxas múltiplas vigentes até então.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

Não há como se afirmar que a política econômica no período parlamentarista de Jango tenha sido consistentemente restritiva. Na realidade, ela começou mais restritiva (com Walter Moreira Salles à frente da Fazenda) e, à medida que se aproximava a data do plebiscito sobre o sistema de governo (em dezembro de 1962), tornou-se mais expansionista. Além disso, a inflação *cresceu* ininterruptamente durante todo o período parlamentarista.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

Na realidade, viveu-se, durante a vigência do Plano Trienal, uma situação de inequívoca estagflação, combinando *queda* do nível de atividade em meio a elevação dos preços.

Questão 6

Entre os principais problemas associados à crise de 1962-1967, incluem-se:

(0) A inadequação institucional.

(1) A política monetária restritiva utilizada no Plano Trienal e no Paeg.

(2) A capacidade ociosa então existente.

(3) O choque do petróleo.

(4) O esgotamento do dinamismo gerado pelo Plano de Metas.

(O enunciado desta questão não está muito claro. Aparentemente, refere-se ao baixo crescimento econômico observado no referido quinquênio e as explicações encontradas na literatura para tal fenômeno.)

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A afirmativa não é clara. Todavia, parece aludir às debilidades institucionais existentes no país. De acordo com Simonsen e Campos (1974), existiam cinco grandes falhas institucionais na economia brasileira no início da década de 1960: 1) a ficção da moeda estável na legislação econômica; 2) a desordem tributária; 3) a propensão ao déficit orçamentário; 4) as lacunas no sistema financeiro; 5) os focos de atrito criados pela legislação trabalhista.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

Tal capacidade decorria do baixo crescimento observado após 1962, em conjunto com a grande ampliação da capacidade produtiva alcançada no período imediatamente anterior, com o Programa de Metas.

(3) Falso.

O primeiro choque do petróleo ocorreu em 1973 – *após*, portanto, o período sob discussão.

(4) Verdadeiro.

Questão 7

Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg), implementado pelo Governo Castello Branco, é CORRETO afirmar que:

(0) Esteve centrado no combate à inflação e por isto não estabeleceu metas de crescimento econômico.

(1) Diagnosticou como causas da inflação o déficit público, a expansão do crédito às empresas e os reajustes salariais em proporção superior ao crescimento da produtividade.

(2) Teve na política salarial um dos principais componentes da estratégia de combate à inflação, política essa que provocou a redução do salário mínimo real.

(3) Promoveu o financiamento do crescente déficit público por meio da venda de títulos do governo, evitando assim o impacto inflacionário do déficit.

(4) Propôs um conjunto de reformas institucionais que incluíam a reforma do sistema financeiro, do setor externo e do setor agrícola.

Resolução:

(0) Falso.

Os formuladores do Paeg estabeleceram metas de crescimento médio do PIB de 6% a.a. no biênio 1965-1966.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

A política salarial introduzida pelo governo à época previa reajustes anuais de salários, de modo a manter o salário médio real dos 24 meses anteriores, acrescidos de uma estimativa do aumento da produtividade no ano e de metade da inflação prevista para o ano seguinte.

(3) Verdadeiro.

Tal financiamento tornou-se possível com a criação das ORTNs (títulos do governo com correção monetária) a partir da Lei nº 4.357, de 16/7/1964.

(4) Falso.

Não está clara a razão para o gabarito oficial da Anpec indicar a resposta correta para este item como sendo "Falso". O Paeg, de fato, incluiu reformas nas três áreas assinaladas no enunciado, a saber: sistema financeiro (p. ex., a criação do Banco Central, Conselho Monetário Nacional, Sistema Financeiro de Habitação); setor externo (unificação da taxa de câmbio, reforma da legislação sobre investimento estrangeiro no país; facilitação da captação, por parte de bancos e empresas não

financeiras, de recursos no exterior); e setor agrícola (Estatuto da Terra e promulgação da Emenda Constitucional nº 10, permitindo a desapropriação de terras com o pagamento em títulos especiais da dívida pública).

Uma possibilidade para a Anpec considerar que este item é falso seria tomar o Estatuto da Terra e a Emenda Constitucional nº 10 como exemplos de política **fundiária** e não, propriamente, agrícola.

Questão 8

De 1968 a 1973 a economia brasileira registrou elevadas taxas de crescimento econômico combinadas com taxas de inflação estáveis ou declinantes. Sobre esta fase, denominada de "Milagre Econômico", é CORRETO afirmar:

(0) O crescimento econômico foi favorecido por políticas monetária, creditícia e fiscal expansionistas.

(1) O crescimento industrial ocorreu inicialmente com base na utilização da capacidade ociosa herdada do período anterior.

(2) A política de minidesvalorizações cambiais, implantada a partir de 1968, contribuiu para o bom desempenho do setor exportador.

(3) O financiamento dos investimentos no período se fez, principalmente, mediante poupança externa.

(4) O controle de preços foi um dos instrumentos de combate à inflação.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Em termos reais, os meios de pagamento cresceram a uma taxa média anual de 14% entre 1968 e 1973, ante 5% entre 1964-1967; o crédito total, por sua vez, expandiu, em média, 17% a.a. em termos reais no período (5% entre 1964-1967). Já no tocante à política fiscal, uma avaliação da postura do governo é dificultada por peculiaridades da contabilidade oficial à época. Assim, por um lado, é verdade que em todos os anos entre 1968 e 1973 foram apresentados superávits do setor público em suas três esferas (União, estados e municípios) – e, portanto, pode-se concluir que a política fiscal teria sido *contracionista* (e que, neste caso, a afirmativa no enunciado seria Falsa). Contudo, tal conclusão pode não se sustentar na prática, uma vez que nos anos 1970 e 1980 itens importantes de despesa do Governo Federal não transitavam pelo orçamento da União, a exemplo dos gastos com os subsídios ao trigo e demais produtos agrícolas e, a partir de novembro de 1971, os gastos com o serviço da dívida pública interna. Tais despesas eram financiadas com recursos do chamado Orçamento Monetário, constituindo-se em uma conta em separado junto às autoridades monetárias. É possível que a inclusão destas despesas (por exemplo, com subsídios –

que, é sabido, cresceram enormemente durante o Milagre – e juros da dívida pública) no total do setor público fizesse com que os superávits do Tesouro no período se transformassem em déficits e, ao final, a política fiscal tenha sido, efetivamente, expansionista.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

A partir da instituição do sistema de minidesvalorizações cambiais, em agosto de 1968, evitou-se uma apreciação real do câmbio significativa a ponto de retirar competitividade das exportações brasileiras. Juntamente com a concessão de incentivos governamentais e o bom momento experimentado pelo comércio internacional à época, as minidesvalorizações periódicas contribuíram para o aumento das exportações brasileiras no período, que passaram de US$ 1,9 bilhão em 1968 a US$ 6,2 bilhões em 1973.

(3) Falso.

A maior parte do investimento à época do “Milagre” foi financiada com poupança doméstica. De fato, neste período a absorção líquida de recursos reais do exterior (definida como a diferença entre a absorção doméstica e o produto interno) equivaleu a cerca de 1% do PIB, em média. Da mesma forma, a diferença entre o PIB e o consumo interno (ou seja, a poupança doméstica) correspondeu a 96% da formação bruta de capital.

(4) Verdadeiro.

Tal política foi reforçada a partir da criação, em agosto de 1968, do Conselho Interministerial de Preços – CIP. A tal órgão coube “institucionalizar os reajustamentos de preços com base nas variações de custos”.

PROVA DE 2006

Questão 8

O Paeg teve dois eixos de ação. Um deles foi o eixo emergencial; o outro, o eixo de ações estruturais. Sobre o Paeg, são CORRETAS as afirmativas:

(0) O Plano estabeleceu um rígido controle de tarifas e preços públicos, visando à obtenção de resultados mais rápidos no combate à inflação.

(1) O diagnóstico que orientou as ações emergenciais foi de que a inflação, que se encontrava em processo de aceleração, decorria tanto de pressões de demanda, oriundas de gastos descontrolados do governo, quanto de custos, provocadas por reajustes salariais acima dos aumentos de produtividade.

(2) As ações estruturais focalizaram as condições de financiamento da economia.

(3) O plano reintroduziu o regime de taxas cambiais fixas e únicas que permaneceu até sua substituição pela política de minidesvalorizações em 1968.

(4) O plano preconizava ações de ampliação da base de financiamento da União.

Resolução:

(0) Falso.

Na realidade, o Plano promoveu uma recomposição (aumento) do valor real das tarifas públicas, em um processo conhecido como "inflação corretiva".

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

A reforma do Sistema Financeiro Brasileiro, com a criação, dentre outros, dos bancos de investimento e das sociedades de crédito e financiamento (as chamadas "financeiras"), visou estimular, respectivamente, o financiamento privado de longo prazo e o crédito ao consumidor. Do lado governamental, a criação do Sistema Financeiro de Habitação objetivou ampliar a concessão de crédito para a construção habitacional e a infraestrutura urbana. Já a introdução das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTNs –, permitiu uma forma não inflacionária de financiamento para o setor público federal. A esta se somaria uma reforma tributária – com a modernização do sistema de impostos – que levaria à ampliação das receitas da União.

(3) Falso.

Antes da década de 1990, a taxa de câmbio no Brasil jamais deixou de ser fixa (mesmo a partir de 1968, quando ela passou a ser reajustada periodicamente –

crawling peg). Sendo assim, tal regime não poderia ter sido "reintroduzido" pelo Governo Castello Branco.

(4) Verdadeiro.

Ver item 2, acima.

Questão 9

No período 1968-1973, conhecido como a fase do "milagre econômico", a taxa média anual de crescimento do PIB brasileiro foi de 11,2%. Entre os fatores que contribuíram para tal desempenho, estão:

(0) A abundante disponibilidade de divisas provenientes de superávits na conta corrente do balanço de pagamentos.

(1) A vigorosa expansão da liquidez real da economia, baseada na expansão do crédito bancário ao setor privado, na contrapartida em cruzeiros do financiamento externo em moeda, bem como no forte crescimento e multiplicação dos ativos financeiros não monetários.

(2) A existência de capacidade ociosa e a expansão das margens de endividamento das famílias.

(3) A melhoria na distribuição de renda, que ensejou impactos favoráveis sobre a demanda de bens de consumo duráveis.

(4) A reforma tributária e a criação de títulos da dívida mobiliária com cláusula de indexação durante o Paeg, que permitiram o aumento dos gastos do governo.

Resolução:

(0) Falso.

Na realidade, a acumulação de divisas observada no período não decorreu de superávit na conta corrente, mas sim da contratação de empréstimos no exterior e, em menor grau, ingresso de investimentos externos diretos. O saldo das transações correntes foi *deficitário* em todo o período 1968-1973.

(1) Verdadeiro.

O M1 atingiu expansão real média de 13,9% a.a. no período 1968-1973, enquanto o crédito ao setor privado cresceu a taxas ainda maiores em termos reais (25,4% a.a.). Tal expansão foi possível, entre outras razões, pela ampliação dos ativos financeiros não monetários, que acompanhou a maior atuação das chamadas "financeiras" (provedoras de crédito ao consumidor), do BNH (crédito habitacional) e dos bancos de investimento.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

A distribuição de renda *piorou* no período.

(4) Verdadeiro.

Para tal, foi fundamental a extinção da “Cláusula Ouro”, criada por Getúlio Vargas, que impedia a correção monetária das dívidas.

PROVA DE 2007

Questão 7

A política salarial foi um dos pontos fundamentais do Programa de Ação Econômica do Governo Castello Branco (Paeg). A respeito da política salarial do Paeg são CORRETAS as afirmativas:

(0) Tal política iniciou um processo de redução do salário mínimo real, que até então vinha se elevando.

(1) Seus efeitos estenderam-se de imediato aos setores público e privado.

(2) Não havia mecanismos de correção em caso de subavaliação do "resíduo inflacionário". Essa correção só ocorreria, posteriormente, no Milagre.

(3) A despeito da queda do salário mínimo real, a redução da inflação operada a partir do Paeg permitiu que os salários reais médios da indústria se elevassem.

(4) A política salarial estabeleceu o princípio da anuidade dos reajustes.

Resolução:

(0) Falso.

Na realidade, a queda do salário mínimo já vinha ocorrendo desde 1961, tendo acumulado 20% entre 1961-1964.

(1) Falso.

De início (1965), a política vigorou apenas no setor público, sendo estendida no ano seguinte ao setor privado.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Os salários reais pagos na indústria *caíram* entre 1964-1967.

(4) Verdadeiro.

Questão 8

A alta taxa de crescimento do PIB entre 1968 e 1973 teve no setor externo uma de suas causas principais. Entre os fatores que colaboraram para a ausência de restrição externa ao crescimento acelerado naquele período, destacam-se:

(0) O crescimento do valor das exportações, a despeito da evolução desfavorável dos termos de troca, devido ao aumento do quantum das exportações.

(1) O crescimento expressivo dos investimentos externos diretos, concentrados sobretudo no setor industrial.

(2) O crescimento modesto da dívida externa bruta – e, portanto, de seus encargos – devido à relativa estagnação da liquidez internacional no período.

(3) O bom desempenho do setor exportador, atribuído, em parte, à ampliação dos benefícios fiscais, creditícios e cambiais implementados a partir de 1967.

(4) A elevação do saldo comercial, que contou também com a colaboração da queda das importações, em virtude das elevações de tarifas alfandegárias no período.

Resolução:

(0) Falso.

Os termos de troca do Brasil *melhoraram* cerca de 15% no período.

(1) Verdadeiro.

A entrada de IED no Brasil passou de US$ 135 milhões em 1968 para US$ 1,1 bilhão em 1973, com a maior parte se dirigindo ao setor industrial.

(2) Falso.

A dívida externa bruta do Brasil cresceu *significativamente* entre 1968 e 1973 (passando de US$ 4,1 bilhões para US$ 14,9 bilhões), em contexto de liquidez internacional *abundante* (mercado de eurodólares).

(3) Verdadeiro.

Ajudadas pelos incentivos fiscais – e em meio a maior demanda externa e melhoria dos termos de troca –, as exportações brasileiras passaram de US$ 1,9 bilhão para US$ 6,2 bilhões entre 1968 e 1973.

(4) Falso.

O valor das importações brasileiras *aumentou* de US$ 1,4 bilhão em 1968 para US$ 6,2 bilhões em 1973.

PROVA DE 2008

Questão 5

Entre as causas da desaceleração do crescimento econômico entre 1962 e 1967, incluem-se:

(0) O déficit fiscal resultante do aumento substancial dos investimentos das empresas estatais no Governo João Goulart.

(1) A redução da taxa de crescimento dos investimentos em virtude da conclusão dos grandes projetos do período anterior e da existência de capacidade ociosa em diversos setores.

(2) A elevação da carga tributária promovida pelo Governo Castello Branco.

(3) A "inflação corretiva", que resultou do aumento dos salários reais promovido pelo Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg).

(4) O baixo coeficiente de exportação das industriais instaladas no país, cujas exportações foram insuficientes para compensar a desaceleração da demanda interna, depois do Plano de Metas.

Resolução:

(0) Falso.

As empresas estatais não elevaram significativamente os seus investimentos no período, devido ao represamento das tarifas públicas de transportes, energia, combustíveis etc.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

O aumento da carga tributária, dentro das reformas do Paeg, constituiu um dos choques de custos promovidos por aquele plano de estabilização.

(3) Falso.

A "inflação corretiva" observada no Governo Castello Branco não resultou de aumentos reais de salários (estes, na realidade, *caíram* no período), mas sim do "realismo tarifário" que passou a ser praticado nas empresas públicas e da desvalorização da taxa de câmbio ("realismo cambial").

(4) Verdadeiro.

As exportações industriais brasileiras só iriam aumentar, de fato, a partir do final da década de 1960, com base em política cambial mais agressiva (minidesvalorizações) e incentivos fiscais e creditícios.

Questão 6

A respeito do Plano de estabilização e de reformas estruturais do Governo Castello Branco, são CORRETAS as afirmativas:

(0) O Plano reintroduziu o regime de taxas fixas de câmbio, que vigorou até sua substituição pelo regime de minidesvalorizações, em 1968.

(1) O combate à inflação foi facilitado pela redução das margens de lucro das empresas estatais.

(2) A reforma financeira segmentou o sistema financeiro, por exemplo, separando bancos comerciais e bancos de investimento.

(3) A superação da crise cambial foi facilitada pelo controle das remessas de lucro de filiais de empresas estrangeiras.

(4) O governo reatou laços com o Fundo Monetário Internacional e aceitou a concepção gradualista de combate à inflação proposta pelo FMI.

Resolução:

(0) Falso.

Antes da década de 1990, a taxa de câmbio no Brasil jamais deixou de ser fixa (mesmo a partir de 1968, quando passou a ser reajustada periodicamente). Sendo assim, tal regime não poderia ter sido "reintroduzido" pelo Governo Castello Branco.

(1) Falso.

As margens de lucro das empresas estatais, na realidade, *aumentaram* no Governo Castello Branco, a partir da recomposição dos preços das tarifas públicas.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

O tratamento do capital estrangeiro foi bem mais liberal no período, pondo fim aos controles sobre a remessa de lucros que caracterizaram a legislação durante o Governo João Goulart.

(4) Questão Anulada

A afirmação é, inequivocamente, falsa. A "ruptura" com o FMI não sobreviveu ao final do Governo JK. Adicionalmente, o Fundo se opôs à abordagem gradualista de combate à inflação, que caracterizou a política econômica do Governo Castello Branco.

Questão 7

A respeito da aceleração do crescimento do período do "milagre econômico", são CORRETAS as afirmativas:

(0) A produção industrial cresceu mediante utilização de capacidade ociosa, já que somente no Governo Geisel a capacidade produtiva instalada voltaria a crescer.

(1) A diferenciação da estrutura de salários, propiciada pela política salarial em vigor desde o Governo Castello Branco, favoreceu a expansão da demanda de bens de consumo duráveis.

(2) O dinamismo do setor industrial foi ampliado pelas exportações de manufaturados, estimuladas pelo realismo cambial propiciado pelas minidesvalorizações.

(3) O crescimento veio acompanhado do aumento do salário médio e gerou acentuada expansão do emprego, não obstante o fato de ter havido piora na distribuição de renda.

(4) A aceleração foi prejudicada por uma política monetária contracionista, justificada pela hipótese de a inflação brasileira ser de demanda.

Resolução:

(0) Falso.

Após uma relutância inicial, os empresários passaram a acreditar na nova orientação da política econômica sob o ministro Delfim Netto, no Governo Costa e Silva. Como resultado, a taxa de investimento em 1968 subiu para 19% do PIB, contra uma média de 15% do PIB entre 1964-1967, o que denota ampliação da capacidade produtiva *antes* do Governo Geisel.

(1) Verdadeiro.

Caso se entenda 'diferenciação da estrutura de salários' por aumento da concentração de renda – decorrente, por exemplo, do tratamento preferencial dado, naquele governo, aos ganhos de capital, comparativamente aos salários –, é possível argumentar que tal 'diferenciação' estimulou a demanda por bens de consumo duráveis (automóveis, em particular).

(2) Verdadeiro.

As exportações de manufaturados beneficiaram-se, adicionalmente, do forte crescimento da economia mundial e de incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo governo.

(3) Verdadeiro.

Durante o período do "Milagre" houve ganho generalizado de renda, embora a

taxas mais elevadas nos decis superiores da distribuição. Isso resultou em aumento da concentração de renda no país.

(4) Falso.

O crescimento econômico acelerado do período beneficiou-se de uma política monetária *expansionista*, que era compatível com o diagnóstico oficial de uma inflação de custos (*oferta*).

PROVA DE 2009

Questão 5

Analisando-se a política econômica do Brasil nos anos anteriores ao governo militar, na primeira metade da década de 1960, pode-se assinalar que:

(0) Houve tentativas de políticas de estabilização, inclusive com a adoção de políticas monetárias restritivas, com vistas ao combate a inflação.

(1) A Instrução nº 204 da Sumoc, no governo de Jânio Quadros, valorizou o cruzeiro e representou uma crítica à existência de múltiplas taxas de câmbio.

(2) A gestão de Moreira Salles, durante o gabinete de Tancredo Neves, caracterizou-se pela elaboração de programa consistente e detalhado, voltado quase exclusivamente para o combate à inflação, mas que não pode ser efetivado em virtude de resistências políticas.

(3) O Plano Trienal, em sua formulação, propôs, dentre outras medidas: redução do déficit público, retração do crédito e correção de preços defasados.

(4) Aceleração do processo inflacionário se deveu parcialmente a fatores de natureza política, como a insuficiente base de apoio do governo no Legislativo e a mudanças frequentes na equipe econômica.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Este foi o caso em todos os governos do período, a saber: Jânio Quadros, João Goulart (com o Plano Trienal) e Castello Branco (através do Paeg).

(1) Falso.

A Instrução nº 204 buscou, efetivamente, a unificação da taxa cambial. Porém, tal objetivo deveria ser alcançado mediante a adoção de uma taxa mais realista, o que implicava *desvalorização* do cruzeiro.

(2) Falso.

Na realidade, a própria natureza excepcional do contexto político em que se deu o início do período parlamentarista do governo de João Goulart impediu que o primeiro- ministro Tancredo Neves apresentasse ao país um programa que fosse além de generalidades e declarações de princípios.

(3) Verdadeiro.

De fato, o Plano Trienal incluía tais medidas de política econômica consideradas "ortodoxas".

(4) Verdadeiro.

Na medida em que Jango encontrava dificuldade de legitimar-se politicamente, tanto junto à esquerda como aos setores mais conservadores, sua política econômica mostrou-se extremamente errática. Neste contexto, ela apresentou, durante determinados períodos, tendências expansionistas, contribuindo para a aceleração da inflação.

Questão 6

O Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg) desde sua divulgação provocou um debate acadêmico sobre seu caráter ortodoxo ou não, o qual dividiu os economistas. Ponderando-se os argumentos de ambos os lados, pode-se dizer que o plano:

(0) Tendo contado como seus principais elaboradores economistas da tradição cepalina, contrariou a ortodoxia ao propor um conjunto de reformas institucionais e ao desconsiderar a oferta monetária como uma das principais causas da inflação.

(1) Divergiu da ortodoxia, dentre outros motivos, por admitir a possibilidade de convivência com a inflação.

(2) Se aproximou da ortodoxia por ter priorizado o controle da inflação, admitindo em sua formulação que o contexto inflacionário da época tornava incompatível a queda da inflação com manutenção do crescimento.

(3) Se aproximou da ortodoxia ao admitir o déficit público como uma das causas básicas da inflação e ter implementado uma política que ao mesmo tempo reduziu a relação déficit público/PIB e diminuiu a participação da emissão de papel-moeda em seu financiamento.

(4) Inspirou-se em modelos tidos como ortodoxos, ao admitir os salários como uma das variáveis causadoras da inflação e ao propor a não interferência governamental no mercado de trabalho, o que resultou em queda dos salários reais.

Resolução:

(0) Falso.

Os principais elaboradores do Paeg – Eugenio Gudin, Octávio G. de Bulhões, Roberto Campos e Mario H. Simonsen – não estão associados à tradição cepalina. Além disso, é fato que identificavam explicitamente as origens do problema inflacionário na expansão excessiva da moeda e do crédito e na majoração dos salários acima dos ganhos de produtividade.

(1) Verdadeiro.

A própria introdução do mecanismo de correção monetária, com as ORTNs (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), caracterizaria esta disposição em

conviver com algum grau de inflação.

(2) Falso.

Para os formuladores do Plano, a abordagem gradualista à estabilização permitia, justamente, a redução paulatina da inflação em meio à expansão do PIB (prevista por eles em 6% a.a. no biênio 1965-1966).

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

O governo interveio, sim, no mercado de trabalho, ao promulgar regra compulsória de reajustes salariais. Por esta regra, "o salário reajustado deveria ser igual ao valor do salário real médio dos últimos 24 meses, acrescido dos ganhos de produtividade do ano anterior, mais a metade da inflação prevista pelo governo para o ano seguinte (resíduo inflacionário)" [Resende (1990), p. 217].

Questão 7

Podem ser associados ao período conhecido como "milagre econômico brasileiro" (1968-1973):

(0) A adoção do sistema de "minidesvalorizações" cambiais.

(1) O aumento do grau de capacidade ociosa da economia ao longo do período, fruto do crescimento dos investimentos externos diretos.

(2) O entendimento da equipe econômica que a inflação não era fundamentalmente de demanda, mas de custo.

(3) O incentivo governamental à concorrência no sistema bancário, como forma de diminuir a taxa de juros.

(4) Tanto as importações como as exportações cresceram significativamente ao longo do período, sendo que a taxa de crescimento das exportações de bens manufaturados cresceu acima da taxa média de crescimento das exportações.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O chamado *crawling peg* foi instituído em 1968, e, ao impedir a defasagem cambial, contribuiu para o aumento das exportações brasileiras durante o Milagre.

(1) Falso.

Na realidade, o aumento do investimento no período (inclusive o direto

estrangeiro) ajudou a expandir a capacidade produtiva, capacidade esta que, em um contexto de crescimento médio do PIB de cerca de 10% a.a., *não* ficou ociosa.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Na verdade, o governo *limitou a concorrência* e incentivou a concentração bancária no período, na esperança de os ganhos de escala daí decorrentes ajudarem na redução dos custos dos bancos e, a partir de então, na queda dos juros. Tal redução seria promovida, ainda, através da imposição de tetos de captação e aplicação em segmentos específicos do mercado financeiro e pela via dos instrumentos monetários tradicionais (compulsório e taxa de redesconto).

(4) Verdadeiro.

Durante o Milagre houve tanto um aumento da chamada 'corrente de comércio' (exportações + importações) como uma maior participação das exportações de manufaturados na pauta, deixando para trás a dependência quase que total do país na venda de matérias primas para o exterior.

PROVA DE 2010

Questão 6

A propósito da desaceleração da economia brasileira na primeira metade dos anos 1960, é CORRETO afirmar que:

(0) A resistência do Congresso Nacional foi fator importante para inviabilizar a realização das reformas estruturais propostas pelo Governo João Goulart para combater a crise.

(1) A política econômica anticíclica do Plano Trienal, proposto no período parlamentarista do Governo João Goulart, atenuou a desaceleração do ritmo de crescimento do PIB, mas foi incapaz de reverter o descenso cíclico.

(2) Como a lei de correção monetária protegia o valor real dos ativos financeiros, a aceleração inflacionária não contribuiu para a redução verificada da expansão do crédito privado.

(3) A redução da taxa de crescimento dos investimentos privados deveu-se, em parte, à capacidade ociosa gerada pelos projetos industriais do Plano de Metas.

(4) A desvalorização cambial implementada pelo Governo Jânio Quadros permitiu que as exportações dobrassem de valor no triênio seguinte, compensando em parte a retração relativa da demanda interna.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O Presidente João Goulart teve dificuldades em formar uma maioria no Congresso que fosse favorável a suas propostas.

(1) Falso.

O Plano Trienal não foi uma política "anticíclica", mas sim uma tentativa de conciliar a estabilização gradual da inflação com a manutenção do crescimento econômico e as chamadas "reformas de base". O Plano foi lançado ao final de 1962 – ainda no regime parlamentarista, portanto –, ano em que o PIB cresceu 6,2%. Não é verdade que ele "atenuou a desaceleração do ritmo de crescimento do PIB"; ao contrário, contribuiu para a forte contração do nível de atividade ocorrida em 1963 (crescimento de apenas 0,6% no ano).

(2) Falso.

A correção monetária de ativos financeiros privados teve início apenas a partir de 1965 quando, então, passou-se a observar expansão real do crédito ao setor privado (de 17,3% em 1965 e 25,8% em 1967). Entre 1960 e 1965, ao contrário, houve uma queda real de cerca de 13% no volume de crédito.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

As exportações brasileiras permaneceram *estagnadas* (em torno de US$ 1,4 bilhão) entre 1962-1964.

Questão 7

Em importante estudo sobre a economia brasileira na década de 1960, Simonsen defende que a política anti-inflacionária adotada pelo Paeg apresentou as seguintes características:

(0) Era uma política gradualista de combate à inflação e assemelhava-se, neste aspecto, à proposta, embora não implementada, do Plano Trienal do Governo Goulart.

(1) Teve na política salarial um de seus instrumentos mais importantes, e tinha por objetivo manter o nível do salário real médio verificado no período imediatamente anterior.

(2) Contemplava a racionalização do sistema tributário e da arrecadação, além da recuperação do prestígio da dívida pública.

(3) Implantou o que veio a ser chamado de "inflação corretiva", isto é, uma série de altas de preços com o objetivo de corrigir distorções acumuladas no passado e que atenuaria a dependência de alguns setores produtivos em relação aos subsídios governamentais.

(4) A orientação gradualista adotada para combater a inflação recusava o congelamento geral dos salários e a imediata eliminação do déficit público, embora reconhecesse que este era uma das causas da inflação.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O Paeg falava em "conter progressivamente o processo inflacionário durante 1964 e 1965, objetivando-se um razoável equilíbrio de preços em 1966". O Plano Trienal também previa uma redução gradual da inflação, que deveria cair para 25% em 1963, "visando alcançar 10% em 1965".

(1) Falso.

Na realidade, a política salarial do Paeg objetivava manter a participação dos salários no PIB e impedir que os reajustes salariais se dessem a taxas superiores ao crescimento da produtividade e, com isso, realimentassem o processo inflacionário. Na prática, porém, o governo subestimou a inflação esperada e os ganhos de produtividade médios, resultando em salários reais menores – o que contribuiu para a redução da inflação, mas também para a piora da distribuição de renda.

(2) Verdadeiro.

O Paeg modernizou o sistema tributário brasileiro e, com a criação do instituto da correção monetária, fomentou o desenvolvimento de um mercado de títulos da dívida pública (baseado nas ORTNs – Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional).

(3) Verdadeiro.

A "inflação corretiva" era uma decorrência lógica do objetivo de se praticar um "realismo tarifário", isto é, preços de tarifas de serviços públicos que refletissem os verdadeiros custos de provê-los.

(4) Verdadeiro.

Ao reconhecer o papel, sobre a inflação, do financiamento monetário do déficit público, o Paeg demonstrava seguir um diagnóstico tradicional ("ortodoxo") do fenômeno. O combate gradual à inflação, porém, distanciava os seus formuladores da abordagem de choque preconizada, por exemplo, pelos técnicos do FMI.

Questão 8

Com relação ao chamado "Milagre Brasileiro" (1968-1973), pode-se afirmar que a política econômica adotada no período teve as seguintes características:

(0) A expansão da demanda interna não impediu o crescimento das exportações de manufaturados, dentre outros motivos porque havia capacidade ociosa suficiente para permitir o crescimento agregado da demanda interna e externa.

(1) As isenções fiscais e os juros subsidiados à agricultura visaram ao aumento da oferta de alimentos e ao crescimento das exportações de produtos primários.

(2) A política salarial do período anterior (Paeg) foi alterada, com o objetivo de recuperar o salário real e, por conseguinte, impulsionar a demanda interna.

(3) A taxa de crescimento da demanda por bens de consumo duráveis aumentou antes que a da demanda por bens de capital.

(4) A partir de 1968, o regime de minidesvalorizações cambiais foi substituído pelo câmbio flutuante, tendo em vista o objetivo de aumentar as exportações de produtos manufaturados.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Entre 1968 e 1973 as exportações totais do Brasil cresceram 275%, ao passo que as exportações de artigos manufaturados cresceram 639%.

(1) Verdadeiro.

Durante o Milagre, o setor agrícola passou a receber mais atenção das políticas de governo e, com isso, pode aumentar tanto a produção como as exportações (em particular, do chamado "complexo soja").

(2) Falso.

O candidato que respondesse "Verdadeiro." neste item não estaria incorrendo em erro. Com efeito, a Lei nº 5.451, de 12/6/1968, alterou a fórmula de cálculo dos salários, herdada da época do Paeg. Segundo Lago (1990, p. 285), tal mudança visava "(...) corrigir a distorção resultante da subestimação, a cada ano, da inflação prevista, ou seja, do resíduo inflacionário" e teria sido motivada "(...) possivelmente a partir de uma maior preocupação com a manutenção de um nível de demanda adequado". Dito isso, é possível que a parte inverídica do enunciado diga respeito à afirmativa de que tal alteração na política salarial tivesse como *objetivo* "recuperar o salário real". O fato permanece, contudo, que não obstante o resíduo inflacionário ter sido corrigido, persistiram as subestimativas dos ganhos de produtividade – com prejuízos óbvios para os assalariados.

(3) Verdadeiro.

Foi assim que se passou ao final da década de 1960: inicialmente, aumento da produção industrial, com base em capacidade ociosa prévia e, na sequência, aumento dos investimentos. Isso decorre da própria lógica das decisões empresariais, que faz com que os investimentos (e, portanto, a demanda por bens de capital) só aumentem após uma elevação percebida como duradoura na demanda por bens de consumo.

(4) Falso.

A novidade na área cambial em 1968 foi, justamente, a *introdução* do regime de minidesvalorizações cambiais. A taxa de câmbio continuou a ser *fixa* (e não flutuante), ainda que, a partir de então, passasse a ser alterada periodicamente.

PROVA DE 2011

Questão 6

Nos primeiros anos da década de 1960, a taxa de crescimento da economia brasileira passou por forte desaceleração, ao mesmo tempo em que a inflação crescia. Sobre este período pode-se afirmar:

(0) A elevação da inflação ajuda a explicar a opção, por meio da Instrução 204 da Sumoc, pela valorização cambial, de modo a conter o custo dos bens importados.

(1) O Plano Trienal, proposto no Governo Goulart, arrolava entre as causas da inflação o excesso de demanda causada pelo déficit público.

(2) A interpretação estruturalista sobre a crise do período associa a perda de dinamismo do crescimento à elevação da relação capital-produto dos novos segmentos industriais internalizados no período do Plano de Metas.

(3) A rejeição de Goulart em negociar com os Estados Unidos, já nos primeiros meses de seu governo, contribuiu para acirrar os conflitos com este país, fato que se intensificou com a desaprovação brasileira, na OEA, ao bloqueio a Cuba.

(4) O fim do período parlamentarista de Goulart, com o retorno ao presidencialismo em 1963, contribuiu para o abandono da política de estabilização, proposta no Plano Trienal, na primeira fase de seu governo.

Resolução:

(0) Falso.

A Instrução nº 204, baixada no governo Jânio Quadros, foi um passo decisivo na direção da unificação de câmbio no Brasil. Na prática, implicava *desvalorização* cambial.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

Para Furtado e o pensamento estruturalista, o tipo de industrialização que caracterizou o Brasil ao final dos anos 1950 era poupador de mão de obra e, com isso, não criou uma demanda por manufaturados capaz de estabelecer um desenvolvimento econômico sustentado.

(3) Falso.

Não houve recusa do Presidente João Goulart em negociar com os EUA, conforme atesta a viagem oficial que realizou àquele país em abril de 1962, para discutir com o

Presidente Kennedy assuntos referentes à dívida externa e o tratamento dado ao capital estrangeiro no Brasil. O Brasil (juntamente com outros cinco países do continente) *se absteve* de votar a favor da suspensão de Cuba da Organização dos Estados Americanos, que ocorreu em janeiro de 1962.

(4) Falso.

Embora tenha sido lançado em dezembro de 1962, ao final do período parlamentarista de Jango, o Plano Trienal foi posto em prática no início de 1963, já na fase *presidencialista* de seu governo. O abandono daquela política de estabilização ocorreria ao longo de 1963, diante das críticas ao impacto recessivo das medidas do governo.

Questão 7

Sobre o Programa de Ação Econômica do Governo Castello Branco (Paeg), é CORRETO afirmar:

(0) Adotou uma típica estratégia de "choque" anti-inflacionário, em virtude do elevado nível atingido pela inflação em 1964.

(1) A eficácia do programa anti-inflacionário articulado pelas políticas fiscal, monetária e salarial foi parcialmente prejudicada pela "inflação corretiva" gerada pela introdução do sistema de minidesvalorizações cambiais em 1965.

(2) Adotou uma política de reajuste salarial pelo pico do salário real do período anterior e não pela média verificada para esse período.

(3) A "inflação corretiva" do período estava associada a iniciativas que, embora alimentassem a inflação no curto prazo, esperava-se que contribuíssem no médio prazo para aliviar as pressões inflacionárias.

(4) Postulava que a causa principal da inflação era o excesso de demanda, mas que limitações de oferta também contribuíam para o aumento de preços.

Resolução:

(0) Falso.

Os formuladores do Paeg optaram por uma estratégia *gradualista* de combate à inflação, em oposição ao choque proposto pelos técnicos do FMI.

(1) Falso.

A "inflação corretiva" não tinha nada a ver com a introdução de um sistema de minidesvalorizações cambiais (que, de resto, só seriam implementadas em 1968), e sim com o impacto que os reajustes de tarifas públicas e taxa de câmbio teriam sobre os preços domésticos.

(2) Falso.

A fórmula de reajuste salarial introduzida em 1965 corrigia os salários de forma a recompor o salário real *médio* dos 24 meses anteriores, acrescido dos ganhos de produtividade e de uma estimativa da inflação futura.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

Além do excesso de demanda oriundo do setor público, os formuladores do Paeg enxergavam elementos de custos importantes como causadores da inflação, a exemplo de salários reajustados acima da variação da produtividade, o custo do capital, baixa produtividade agrícola, custos de transporte etc.

Questão 8

No que concerne às circunstâncias e características do chamado "milagre econômico" (1968-1973) é CORRETO afirmar que:

(0) A capacidade ociosa existente no início do período tendeu a se esgotar ao longo do mesmo, resultando na necessidade crescente de compras de equipamentos no exterior.

(1) A elevação do salário mínimo contribuiu para diminuir a concentração de renda e, por decorrência, para aumentar a demanda por bens de consumo duráveis.

(2) O crescimento das exportações e as facilidades de endividamento externo proporcionaram a disponibilidade de divisas necessárias à expansão.

(3) A incapacidade de aumentar as exportações de bens manufaturados ampliou a dependência de produtos primários na pauta de exportações.

(4) Houve elevação do endividamento das famílias, facilitada pelas reformas financeiras que estimularam o desenvolvimento da intermediação financeira na compra de imóveis e bens de consumo.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Ao longo do período do "milagre", foi necessário expandir a capacidade produtiva de forma a atender ao crescimento da demanda interna. Com isso, as importações de máquinas e equipamentos passaram de US$ 600 milhões em 1968 para US$ 2,1 bilhões em 1973 (ou 1/3 do total das importações naquele ano).

(1) Falso.

A concentração de renda *aumentou* durante os anos 60. Porém – e tendo em vista

o aumento absoluto dos rendimentos em todas as faixas de renda durante o Milagre –, a demanda por bens de consumo duráveis também cresceu no período.

(2) Verdadeiro.

As exportações cresceram mais de três vezes entre 1968 e 1973 (passando de US$ 1,8 bilhão para US$ 6,2 bilhões), ainda que a balança comercial tenha sido deficitária em 1971 e 1972. Pelo lado financeiro, porém, o ingresso líquido de divisas foi nitidamente positivo, tendo permitido um aumento das reservas internacionais, que passaram de US$ 250 milhões para US$ 6,4 bilhões no período.

(3) Falso.

O peso dos manufaturados no total exportado *aumentou*, passando de menos de 11% em 1968 para cerca de 23% em 1973.

(4) Verdadeiro.

A expansão do crédito ao consumidor, no período, beneficiou-se das reformas realizadas durante o Paeg, que incluíram a criação das sociedades de crédito, financiamento e investimento (as chamadas “financeiras”). Já o crédito imobiliário aumentou após a criação, também à época do Paeg, do Sistema Financeiro de Habitação, com *funding* proveniente do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS.

PROVA DE 2012

Questão 6

No período entre 1964 e 1967, a economia brasileira passou por inúmeras mudanças institucionais. Entre elas podemos mencionar a criação:

(0) Do Comitê de Política Monetária, ao qual caberia definir a taxa de juros e normatizar o sistema financeiro.

(1) Do Sistema Financeiro da Habitação e das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional – ORTN.

(2) Do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, ao qual caberia, entre outras funções, o financiamento de longo prazo.

(3) Das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, conhecidas como "financeiras", às quais caberia o financiamento ao consumidor.

(4) Da Comissão de Fusão e Incorporação de Empresas (COFIE), que facilitou e normatizou fusões e incorporações, principalmente de instituições financeiras.

Resolução:

(0) Falso.

O Copom seria instituído apenas em 20 de junho de 1996, por meio da Circular nº 2.698 do Bacen.

(1) Verdadeiro.

Este gabarito é questionável. As "financeiras" foram criadas ao final de 1959, ainda que só viessem a ter maior importância após as reformas do Paeg.

(2) Falso.

O BNDE fora criado em junho de 1952, no segundo Governo Vargas.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

A Cofie seria criada apenas em setembro de 1974, pelo Decreto-Lei nº 1346.

Questão 7

No período de 1968 a 1973 a economia brasileira apresentou altas taxas de crescimento do PIB. É CORRETO afirmar:

(0) Existia um órgão responsável pelo acompanhamento e tabelamento de preços não só de serviços públicos, mas também de certos segmentos do setor privado.

(1) A elevação do investimento do setor público foi facilitada pelo aumento em termos reais de tarifas e preços públicos.

(2) Houve aumento significativo da exportação de produtos manufaturados e também de produtos primários, dentre os quais se pode destacar a soja.

(3) Foi iniciada uma estratégia de valorização gradual do cruzeiro, por meio do retardamento das desvalorizações cambiais, com o propósito de combater a inflação.

(4) A taxa média anual de crescimento da produção industrial foi maior no ramo de bens de consumo duráveis (estimulado pela expansão do crédito e pelas alterações na distribuição da renda) do que nos ramos de bens de capital e insumos intermediários.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Trata-se da Conep – Comissão Nacional de Estímulo à Estabilização de Preços, criada em 23/2/1965, no âmbito da Superintendência Nacional de Abastecimento – Sunab. O trabalho da Conep passaria a ser auxiliado pelo Conselho Interministerial de Preços – CIP, instituído em agosto de 1968.

(1) Verdadeiro.

Tal aumento das tarifas públicas em termos reais, por sua vez, fora objeto explícito da política do governo anterior.

(2) Verdadeiro.

Com efeito, as exportações de produtos manufaturados aumentaram significativamente no período, tendo passado de US$ 200 milhões em 1968 para US$ 1,4 bilhão em 1973. Em termos relativos, a participação no total subiu de 12% para 23%. As exportações de produtos primários (classificados como “básicos” nas estatísticas de comércio exterior) também aumentaram no período: de US$ 1,4 bilhão para US$ 4,1 bilhões, entre 1968 e 1973. Dentro deles, a soja foi, certamente, um destaque, com exportações praticamente nulas do produto em grão em 1968, aumentando para US$ 500 milhões em 1973 (caso se incluam as exportações de farelo de soja – um artigo semimanufaturado – as exportações do chamado “complexo soja” alcançariam cerca de US$ 1 bilhão em 1973).

(3) Falso.

O gabarito oficial da Anpec é questionável. Com efeito, a partir de 1970 houve, sim, uma estratégia deliberada, por parte do governo, de valorizar gradualmente a

taxa de câmbio, como forma de combater pressões inflacionárias. Antes disso (1968-1969), porém, a estratégia era diversa, qual seja, foram introduzidas desvalorizações periódicas da taxa de câmbio para evitar uma apreciação real que prejudicasse as exportações.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2013

Questão 7

A respeito do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), é CORRETO afirmar:

(0) A política salarial propunha recompor o pico verificado no reajuste anterior, embora, na prática, este objetivo não tenha sido alcançado.

(1) A estratégia anti-inflacionária tinha um caráter gradualista, exatamente como sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

(2) Procurou enfraquecer a negociação direta entre assalariados e empregadores como meio de definir o nível de salários.

(3) Segundo Mario Henrique Simonsen, a política de crédito deveria impedir os excessos da inflação de procura, mas deveria adaptar-se à irreversibilidade da inflação de custos.

(4) Incorporou, em sua formulação, a regra do repasse dos aumentos de produtividade aos salários.

Resolução:

(0) Falso.

A partir do Paeg, os salários passaram a ser corrigidos de forma a recompor o seu valor *médio* nos 24 meses anteriores ao reajuste, acrescido da produtividade e do 'resíduo inflacionário'.

(1) Falso.

Na realidade, a proposta de uma abordagem gradualista no combate à inflação, que partira da equipe econômica, entrou em confronto com os técnicos do FMI, que eram favoráveis a um *choque* de estabilização.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Tal pergunta exigia do candidato lembrar de passagem do livro *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*, de M. H. Simonsen [ver Simonsen (1970)]. Lê-se ali que: "(...) A política de crédito às empresas será suficientemente controlada, para impedir os excessos da inflação de procura, mas suficientemente realista para adaptar-se à irreversibilidade da inflação de custos" (p. 24).

(4) Verdadeiro.

Tais aumentos deveriam se somar ao salário real médio apurado nos 24 meses

anteriores ao reajuste (ver item 0, acima).

Questão 8

Comparativamente, a economia brasileira apresentou as seguintes características no período do Plano de Metas e do chamado "Milagre Econômico":

(0) O salário mínimo real aumentou a cada ano no primeiro período, mas não no segundo.

(1) O investimento na indústria de transformação aumentou a taxas médias anuais maiores no primeiro período do que no segundo, mas o contrário ocorreu para o consumo.

(2) A criação das Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento (as chamadas "Financeiras") permitiu forte ampliação do crédito ao consumo de bens duráveis já no primeiro período, embora viesse a crescer a taxas ainda maiores no segundo período.

(3) As exportações foram responsáveis por uma proporção maior da produção industrial no segundo período do que no primeiro, mas continuaram tendo menor volume do que a produção para o mercado interno.

(4) Enquanto foram instalados novos ramos industriais (como indústria automobilística e de material elétrico pesado) no primeiro período, a produção industrial cresceu no segundo período, inicialmente, com base em significativa capacidade ociosa.

Resolução:

(0) Falso.

De acordo com série disponibilizada no Ipeadata, o salário mínimo real médio anual *caiu* 12% em 1958 e, novamente, 12% em 1960. Portanto, não é verdade que ele tenha aumentado "a cada ano no primeiro período" (isto é, no Plano de Metas). Já no Milagre, o salário mínimo sofreu leve recuo em 1969, mantendo-se, praticamente, estável dali até 1973.

(1) Falso.

Segundo Serra (1984, p. 77), o investimento na indústria de transformação aumentou 22% a.a., em média, entre 1955 e 1959. Cálculo a partir de dados apresentados pelo mesmo autor revela uma taxa de crescimento *ainda maior* do investimento na indústria de transformação no período do Milagre (24% a.a., em média). A afirmativa é, portanto, falsa.

(2) Falso.

Instituídas pela Portaria nº 309 do Ministério da Fazenda, de 30 de novembro de 1959, as "financeiras" passariam a ter uma importância maior apenas durante o

"Milagre" (tendo sido responsáveis por 15% do total do crédito ao setor privado em 1973, contra 5,6% em 1964). Para tanto, contribuiu a Resolução nº 45 do Banco Central, de 31/12/1966, criando o crédito direto ao consumidor e obrigando as financeiras a destinar 40% dos seus recursos para empréstimos ao consumidor (com isso reduzindo suas operações de capital de giro).

(3) Verdadeiro.

Uma das características notáveis do período do "Milagre" foi o aumento das exportações brasileiras e, dentro delas, das exportações de manufaturados, que passaram de US$ 200 milhões em 1968 para US$ 1,4 bilhão em 1973. Já no período do Plano de Metas as exportações brasileiras eram constituídas quase que integralmente de produtos básicos. Dado o "modelo" de desenvolvimento vivido pelo país à época, voltado "para dentro", é natural que, em ambos os períodos, a maior parte da produção industrial se destinasse ao mercado interno e não às exportações.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2014

Questão 8

O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social:

(0) Propunha manter altas taxas de crescimento do PIB associadas a medidas de combate à inflação.

(1) Definia, em seu diagnóstico da economia brasileira, que a fase da industrialização por substituição de importações já havia sido ultrapassada.

(2) Estabelecia como uma de suas medidas a reforma agrária, entendida como benéfica ao setor industrial, pois contribuiria para elevar a demanda de consumo.

(3) Assentava-se no diagnóstico de que a inflação brasileira era fundamentalmente estrutural, negligenciando o aumento do déficit público do período como uma de suas causas.

(4) O fim do período parlamentarista de Goulart, com o retorno ao presidencialismo em 1963, contribuiu para o abandono da política de estabilização proposta no Plano Trienal.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O Plano Trienal previa o uso de medidas como o corte dos gastos públicos e o controle da expansão do crédito para combater uma inflação que alcançara 100% (anualizados) em fins de 1962. O PIB, segundo seus formuladores, deveria manter expansão média de 7% a.a. entre 1963-1965.

(1) Falso.

O Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado, propunha metas de controle da inflação, através de uma abordagem gradualista, e também metas de crescimento. O Plano também previa, numa segunda fase, reformas estruturais. Analisando documentos do Plano Trienal, Fonseca e Moreira (2012) afirmam: "(...)Goulart pretendia aprofundar o processo de substituição de importações, na direção dos bens de capital e intermediários, com ênfase no setor energético, e mediante a descentralização espacial desses investimentos". A partir daí, os autores fazem um paralelo entre o Plano Trienal e o II PND, sabidamente um marco da industrialização substitutiva de importações no Brasil.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

O Plano identificava o excesso de demanda causado pelo gasto público como principal causa da inflação.

(4) Falso.

Para Goulart, a vitória esmagadora em favor do retorno ao Presidencialismo, no plebiscito de janeiro de 1963, criava as condições políticas necessárias à efetiva *implementação* do Plano Trienal, anunciado semanas antes.

Questão 9

Sobre a política econômica do Governo Castelo Branco, pode-se afirmar:

(0) O Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) estabeleceu como prioridade o combate à inflação, embora este devesse ocorrer de forma gradual.

(1) O Banco Nacional da Habitação contou com recursos estabelecidos pela reforma dos mecanismos de contratação e demissão de trabalhadores.

(2) Mesmo executando uma política de corte de gastos correntes, o governo manteve investimentos prioritários, como Itaipu e os polos petroquímicos do Rio Grande do Sul e da Bahia.

(3) O Fundo de Garantia por Tempo de Serviço foi medida proposta em substituição à estabilidade no emprego após dez anos de serviço com o mesmo empregador.

(4) Segundo Mário Henrique Simonsen, o declínio dos salários reais era a contrapartida da melhoria da posição que se pretendia garantir aos beneficiários da inflação corretiva, como, por exemplo, os concessionários de serviços públicos e os portadores de títulos financeiros.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A estratégia gradualista de estabilização, adotada pelos formuladores do Paeg, previa que a inflação alcançaria 70% em 1964, 25% em 1965 e 10% em 1966.

(1) Verdadeiro.

A principal fonte de *funding* para o crédito habitacional a ser concedido pelo BNH seriam os recursos do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, criado em substituição à legislação que impunha severos encargos para demissões que ocorressem após 10 anos de permanência no emprego.

(2) Falso.

A hidrelétrica de Itaipu e os polos petroquímicos de Triunfo (RS) e Camaçari (BA) fizeram parte do II PND, no governo Geisel.

(3) Verdadeiro.

Ver o item (1), acima.

(4) Verdadeiro.

A “inflação corretiva” visava corrigir preços e tarifas que se encontravam defasados. Embora a correção de preços públicos aumentasse a inflação e, portanto, diminuísse o salário real, haveria ganhos para os concessionários de serviços públicos. Já os portadores de ativos financeiros passariam a receber juros reais positivos, a partir da criação da ORTN.

Questões Discursivas

PROVA DE 2008

Questão 3

Compare o perfil de desenvolvimento econômico do Plano de Metas com o do período denominado "milagre econômico".

Resolução:

Os períodos compreendidos pelo Plano de Metas (1956-1960) e Milagre (1968-1973) guardam inúmeras semelhanças, mas, igualmente, importantes diferenças no que toca ao "modelo" de desenvolvimento subjacente a cada um deles. No terreno das semelhanças, cabe destacar a elevada taxa média de crescimento da renda *per capita* em ambos (5,5% a.a. x 8,5% a.a.). Adicionalmente, nos dois períodos o setor mais dinâmico foi o da indústria de transformação, que cresceu, em média, 11% a.a. em 1956-1960 e quase 13% a.a. em 1968-1973. A produção nas categorias de bens de consumo duráveis cresceu a taxas médias anuais de mais de 20% nos dois períodos, e no caso de bens de capital cerca de 35% a.a. durante o Plano de Metas e metade disso nos anos do Milagre. A inflação nos dois períodos foi igualmente alta para os padrões atuais (variação média do IGP de 25% a.a. durante o Plano de Metas e 20% a.a. no Milagre).

Cabe lembrar que o ambiente internacional em que ambos os períodos transcorreram inscreve-se dentro daquilo que ficou conhecida como a "Era de Ouro" do capitalismo (1950-1973). Nestas duas décadas e meia, houve notável crescimento dos fluxos comerciais no mundo, bem como reconstrução do mercado internacional de capitais. O Brasil se beneficiaria mais do ponto de vista da ampliação (e diversificação) de exportações e acesso a capitais estrangeiros durante o Milagre, embora também seja verdade que o ambiente internacional foi favorável à política econômica de JK (que pode contar com significativos fluxos de empréstimos e investimentos estrangeiros para o seu Plano de Metas).

Não obstante as inúmeras semelhanças entre estas duas fases da história econômica do Brasil, o "modelo" de desenvolvimento que as motivou foi, essencialmente, distinto. O Plano de Metas foi fruto de um grande esforço de identificação prévia dos chamados "gargalos" da economia brasileira, tarefa realizada, sobretudo, pelos técnicos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos. Uma vez eleito, JK criou uma estrutura administrativa paralela, com Grupos Executivos setoriais coordenados pelo

Conselho de Desenvolvimento – órgão chefiado pelo Presidente do BNDE, Lucas Lopes, ligado diretamente à Presidência da República. Tal estrutura de governança conferiu mais agilidade e possibilidade de coordenação dos investimentos de natureza, muitas vezes, complementar realizados pelos setores público e privado durante o Plano de Metas. Não houve nada equivalente em operação durante os anos de acelerado crescimento e industrialização no Milagre.

Também é digna de nota a diferença entre os setores industriais que mais cresceram nos dois períodos: durante o Plano de Metas, verificou-se expressivo crescimento da produção de bens de consumo duráveis, bens de capital e alguns insumos industriais; em contrapartida, os ramos industriais que mais cresceram à época do Milagre foram os de bens de consumo (duráveis e não duráveis).

Outra diferença notável diz respeito às "fontes" do crescimento da produção industrial nos dois períodos: durante o Plano de Metas, a industrialização experimentada decorreu, em grande parte, de um esforço consciente de substituição de importações, para o qual concorreram, entre outras, a política tarifária (através da promulgação da Tarifa de 1957, abertamente protecionista), cambial (com as Instruções nos 70 e 113 da Sumoc, por exemplo) e de financiamento de investimentos (através do BNDE). Já durante o Milagre, o acelerado crescimento da produção industrial envolveu pouca substituição de importações, tendo a maior produção industrial atendido tanto ao crescimento da demanda doméstica como às exportações. Aqui reside, portanto, uma outra – e importante – diferença entre os dois períodos: o desempenho exportador da economia brasileira. Assim, enquanto as exportações brasileiras recuaram cerca de 2% a.a, em média, durante o Governo JK (em função da queda significativa do valor das exportações cafeeiras – que dominavam a pauta até então), no período do Milagre as vendas do Brasil no exterior cresceram cerca de 25% a.a., em média, em um processo de diversificação que levou ao surgimento de novos produtos (agrícolas e manufaturados) na pauta. Tal processo, inclusive, levou alguns autores a designarem esta fase como sendo uma de "substituição de *exportações*" no Brasil (em contraste, portanto, com a industrialização substitutiva de importações ocorrida durante o Plano de Metas).

PROVA DE 2010

Questão 2

Analise a política econômica do Governo João Goulart e o Plano Trienal. Mostre as dificuldades encontradas para implementá-los.

Resolução:

A política econômica no governo Goulart foi, acima de tudo, errática. Não obstante – e conforme argumentado por Fonseca (2004) –, havia uma "lógica" por trás de decisões que, para muitos contemporâneos e comentaristas posteriores, eram, simplesmente, o resultado de idas e vindas típicas de um presidente vacilante.

A rigor, não se pode falar de **uma** política econômica sob Jango. Ainda segundo Fonseca (2004), faz mais sentido analisarmos uma sequência de diretrizes da política econômica perseguida nos pouco mais de dois anos e meio em que Goulart esteve à frente da Presidência da República. Para aquele autor, tanto durante o período parlamentarista (set/1961 a jan/1963) como presidencialista (jan/1963 a mar/1964) de governo, a política econômica seguiu uma sequência por ele caracterizada como envolvendo, inicialmente, uma fase de "estabilização", seguida de um período de "randomização" e, por fim, uma política econômica orientada para o crescimento.

Na primeira fase, durante o período parlamentarista, Jango dividiu o poder com o primeiro-ministro Tancredo Neves, que convidou para o Ministério da Fazenda o embaixador e banqueiro Walter Moreira Salles. Ao longo de quase todo o primeiro ano à frente da Presidência, Jango buscou obter a confiança de setores mais conservadores dentro do país, bem como dos credores internacionais. No *front* doméstico, prometeu apoio às medidas de combate à inflação anunciadas por Moreira Salles e, no externo, realizou viagem aos Estados Unidos, onde se reuniu com o Presidente Kennedy, de quem obteve promessa de liberalização de recursos. A oposição interna às medidas de austeridade e à aproximação com os Estados Unidos partiu dos aliados tradicionais de Jango nos sindicatos e partidos de esquerda. Diante da erosão do apoio de sua base de sustentação política, a política econômica de estabilização deu lugar a uma fase de randomização (alternando políticas austeras com outras, de natureza mais "populista") e, por fim, uma opção mais clara, em fins de 1962, por políticas de crescimento econômico, tendo em vista as eleições para o Congresso e governadores de vários estados, bem como a antecipação do plebiscito convocado para decidir o sistema de governo.

Com a esmagadora vitória a favor da volta ao regime presidencialista, Jango deu

início a uma nova fase de sua política econômica, com ênfase no combate à inflação, ainda que procurando conciliar este objetivo com forte crescimento econômico e a realização das chamadas "reformas de base". A fim de tentar compatibilizar estes objetivos, Celso Furtado, nomeado ministro extraordinário para o Planejamento, lançou o Plano Trienal, que previa metas de crescimento econômico com redução gradual da inflação. Porém, os efeitos recessivos das medidas de aperto monetário e contenção de crédito então implementadas foram muito maiores do que se antecipara, desencadeando forte oposição política ao Plano. Entre fins de abril/meados de maio de 1963 esta fase de estabilização sofre uma inflexão, inaugurando novo período caracterizado por randomização da política econômica, com a saída de Furtado do governo e com Carvalho Pinto à frente do Ministério da Fazenda. Em meio à deterioração macroeconômica (com forte queda do nível de atividade e retomada da inflação, após recuo momentâneo observado no primeiro semestre do ano), o quadro político igualmente piora, com acirramento da polarização entre esquerda e direita. Diante deste cenário, Goulart enxerga em uma nova guinada na condução da política econômica – rumo a medidas de crescimento que dessem apoio às chamadas "reformas de base" – a sua única possibilidade de sustentação política. O golpe de março de 1964 poria fim a esta sequência de "estabilização-randomização-crescimento" na condução da política econômica.

Para concluir, a principal dificuldade encontrada por Jango para dar seguimento a uma política econômica mais coerente (aí incluindo o próprio Plano Trienal) foi a falta de legitimidade que ele parecia ter desde o início do governo. Aos olhos de seus opositores, a fórmula excepcional encontrada para viabilizar a sua posse (com a criação do regime parlamentarista) fez pairar sobre Jango uma sombra de ilegitimidade, que o presidente procurou reverter através da adoção de políticas econômicas austeras e que, na prática, provavelmente contrariavam o seu desejo pessoal. A decepção e oposição que tais políticas criavam junto à base de apoio tradicional do presidente estão na origem da dificuldade em levar até o final as fases de estabilização. Igualmente, as recaídas "populistas" da política econômica, ao final de 1962 e 1963, ajudaram a minar o pouco apoio político de que Jango desfrutava entre as classes conservadoras. Ao final, a principal dificuldade encontrada por Goulart para implementar uma política econômica coerente era de natureza política, por sua vez, decorrente de uma busca permanente de legitimidade em meio a uma sociedade politicamente polarizada.

PROVA DE 2012

Questão 2

Na primeira metade da década de 1960, a economia brasileira cresceu a taxas inferiores à média verificada nas três décadas anteriores, e com elevação da inflação. A bibliografia se divide ao explicar as razões desse baixo desempenho. Analise o debate.

Resolução:

A desaceleração da taxa de crescimento da economia brasileira na primeira metade dos anos 1960 (em particular, entre 1962-1967), em meio a elevados níveis de inflação, autoriza a designação deste período como sendo um marcado pela "estagflação". Existem várias opiniões na literatura acerca do período, com explicações distintas para esta combinação de baixo crescimento/elevada inflação. Gremaud *et al.* (2004, p. 386) trazem quadro-síntese que divide as explicações para a crise dos anos 1960 no Brasil entre aquelas de natureza "política" e as "econômicas", ambas em seus aspectos "conjunturais" e "estruturais".

Começando pelas explicações de natureza política para a estagflação observada na primeira metade dos anos 1960, não há como relevar a enorme instabilidade que caracterizou um período em que, à repentina renúncia de um presidente após oito meses de governo (Jânio Quadros), abre-se crise institucional apenas "resolvida" com a posse de seu vice (Jango) em um regime parlamentarista. Restaurado o presidencialismo, em 1963, Jango é derrubado por um golpe militar no ano seguinte.

Ainda dentre as explicações políticas para a crise do período, há autores que enxergam problemas de natureza mais "estrutural". O argumento aqui enfatiza o impasse em que chegou o "populismo" inaugurado em 1930: passadas três décadas, os governantes não se sentiam mais em condições de aprofundar o processo de incorporação política das massas urbanas e rurais, sem que encontrassem resistência de empresários e grandes proprietários de terra.

Em um ambiente de tamanha instabilidade – agravado por grande polarização entre esquerda e direita no país – e em meio a uma crise do modelo populista era natural que os "espíritos animais" dos empresários (e, portanto, os investimentos privados) se retraíssem.

No tocante às explicações de cunho mais diretamente econômico para a crise dos anos 1960, também são destacadas variáveis de ordem conjuntural e outras, mais estruturais. No primeiro grupo, enfatizam-se os efeitos recessivos de dois planos de estabilização adotados no período, o Plano Trienal (1963) e o Paeg (1965-1967).

Ambos contaram com medida de controle monetário e fiscal, que provocaram retração do ritmo de expansão da economia. Também lembrada como uma variável conjuntural é a seca vivida em 1963, com impactos negativos sobre a agricultura e a capacidade de geração de energia hidrelétrica.

A resiliência da inflação no período, por sua vez, decorreu tanto da abordagem gradualista de estabilização adotada nos dois planos anteriormente mencionados, como da carência de instrumentos efetivos de política anti-inflacionária (em particular, a política monetária, que só passaria a ser mais efetiva após as reformas do Paeg, que estabeleceram a correção monetária dos títulos da dívida pública).

Por fim, há três tipos de explicações econômicas de cunho mais "estrutural" para a crise dos anos 1960 no Brasil. A primeira delas inclui a abordagem de Celso Furtado, que pode ser denominada de "estagnacionista". Fundamentalmente, tal enfoque enfatiza o suposto esgotamento, à época, do processo de substituição de importações no Brasil. Este, por sua vez, resultaria do baixo coeficiente de importações então atingido pela economia, associado à elevada concentração de renda, que limitava o incentivo para a realização dos significativos investimentos associados à ampliação de setores como os de bens intermediários e de capital.

Para Furtado, a insuficiência de demanda, condicionada pela má distribuição de renda brasileira e pelo crescimento da relação capital-produto, levaria ao esgotamento do modelo de crescimento experimentado pela economia brasileira. Esta interpretação é consistente com modelos de crescimento do tipo Harrod-Domar, onde a taxa de crescimento da economia (g) depende diretamente da propensão a poupar média da economia (s) e inversamente da relação capital-produto (K/Y).

Uma segunda classe de explicações que enfatizam fatores de natureza estrutural para a crise prefere enxergar a estagnação da primeira metade da década de 1960 como uma típica crise cíclica de uma economia industrial. Concretamente, a desaceleração observada no período seria fruto de uma queda na taxa de investimento, por sua vez decorrente do excesso de capacidade produtiva existente após o bloco de investimentos realizados durante o Plano de Metas. Tal explicação para a crise é enfatizada, por exemplo, por Serra (1984).

Por fim, autores contemporâneos procuraram explicar a estagflação do período por inadequação do aparato institucional do Brasil, aí incluídos legislação trabalhista, instrumentos de política monetária, sistema financeiro etc. Tal diagnóstico foi feito à época do Governo Castello Branco (1964-1967) por Roberto Campos e serviria de base para o vasto conjunto de reformas introduzidas pelo governo no Paeg.

PROVA DE 2014

Questão 2

Após expressivas taxas de crescimento, o PIB brasileiro começou a desacelerar no início da década de 1960 e permaneceu com taxas bastante abaixo das médias históricas nos governos de Jânio Quadros e João Goulart. Há autores que consideram que tal desaceleração foi consequência do Plano de Metas. Avalie a pertinência dessa interpretação.

(Ver a Questão 2, Prova de 2012)

A taxa média de expansão do PIB na década de 1950 foi de cerca de 7,6% a.a., caindo para 5,2%, em média, nos governos Jânio Quadros/João Goulart (1961-3) e 4% no triênio Castelo Branco (1964-6).

Uma das interpretações mais influentes para esta desaceleração se deve a Serra (1984). Para o autor, tal recuo na taxa de crescimento econômico seria, antes de tudo, uma crise cíclica típica de uma economia capitalista industrial. No caso específico, uma crise decorrente de uma desaceleração no ritmo de crescimento do investimento, "(...) com efeitos adversos sobre as indústrias de bens de capital e, indiretamente, para as indústrias de bens de consumo e bens intermediários" (p. 81).

Na prática, tratar-se-ia de uma consequência do grande 'bloco de investimentos' representado pelo Plano de Metas e que, ao gerar excesso de capacidade produtiva nos setores de bens de capital e bens de consumo duráveis, diminuiu a necessidade de novos investimentos, com impactos negativos (dadas as inter-relações na economia) sobre outros setores produtivos.

Como fatores adicionais responsáveis pela desaceleração econômica da primeira metade dos anos 1960, Serra (1982) acrescenta, ainda, a natureza restritiva das políticas de estabilização adotadas nos governos Goulart (Plano Trienal) e Castelo Branco (Paeg), bem como a Seca de 1963.

Outra interpretação influente da natureza da desaceleração econômica da primeira metade dos anos 1960 relaciona-se a teses estagnacionistas (ou subconsumistas) elaboradas em diversas contribuições de Furtado. Tal interpretação enfatiza o esgotamento do dinamismo do processo de industrialização por substituição de importações no Brasil.

Tal perda de dinamismo, por sua vez, decorreria da própria redução natural do coeficiente de importações da economia, que diminuiria o escopo para rodadas adicionais de substituição de importações. Os setores industriais que ainda não haviam sido 'internalizados' eram, via de regra, mais sofisticados tecnologicamente e

de retorno marginal menor (tipicamente, setores de elevada relação capital-produto). Tais setores tendem a operar com escalas mínimas elevadas, o que pressupõe, para sua viabilidade, a existência de demanda doméstica (mercado) substancial, algo inexistente em uma economia com elevado grau de concentração de renda, como o Brasil.

Questão 3

Após intenso crescimento econômico, em 1973 a economia brasileira viu terminar o período conhecido como "Milagre". O debate sobre o fim desse ciclo de crescimento divide os analistas: uns atribuem a causas externas e outros a causas internas como preponderantes para a mudança de cenário. Exponha e avalie essa controvérsia.

Não está claro a que debate se refere o enunciado da questão. O que se pode afirmar com certeza é que, em 1973, a economia brasileira, de fato, apresentava sinais de que não conseguiria sustentar taxas de crescimento médio anual superiores a 10% (em 1973 o PIB expandiu mais de 14%). Dentre estes sinais incluem-se:

1) os elevados níveis de utilização de capacidade instalada;
2) a aceleração da inflação; e
3) o crescimento do déficit de transações correntes, em virtude do aumento do preço do petróleo, mas, sobretudo, devido ao crescimento das importações de bens de capital.

O choque do petróleo, de fins de 1973, atingiu, portanto, uma economia que já dava mostras de estar em franco processo de superaquecimento. A resposta dada pelo novo governo (Geisel), em 1974, assumiu a forma do lançamento de um ambicioso programa de investimentos – o II PND. Tal Plano permitiu ao país continuar a crescer (ainda que a taxas menores) por mais sete anos, demonstrando, na prática, que o ciclo de crescimento econômico inaugurado com o Milagre poderia ser prolongado a partir do aprofundamento do processo de industrialização substitutiva de importações.

5

O II PND e a Crise dos Anos 1980

PROVA DE 2005

Questão 9

Após o primeiro choque do petróleo em 1973, o Brasil optou por manter uma política de crescimento econômico em vez de ajustar-se ao choque externo pela redução de suas importações. Sobre este período, é CORRETO afirmar que:

(0) A opção de manter o crescimento foi responsável pelo grande aumento da dívida externa no período.

(1) As primeiras medidas do Governo Geisel incluíam políticas monetária e fiscal restritivas.

(2) O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) tinha entre seus objetivos diminuir a dependência do país no setor de energia elétrica.

(3) A estratégia de crescimento com endividamento adotada pelo governo ocorreu sob condições adversas da economia mundial, quais sejam o ajuste ao choque do petróleo e a baixa liquidez nos mercados financeiros internacionais.

(4) A substituição de importações no Governo Geisel foi feita sem incentivos ao setor exportador.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Diante da abundância de recursos externos a baixos custos (petrodólares), a dívida externa bruta cresceu de US$ 14,9 bilhões, em 1973, para US$ 55,8 bilhões, em 1979. A taxa de crescimento média do PIB no período (1974-1980), embora inferior à do Milagre, foi de 7,1%.

(1) Verdadeiro.

O início do Governo Geisel foi marcado pela remoção dos controles artificiais sobre preços, herdados do período anterior; a oficialização de uma fórmula para a correção monetária e uma política de controle da liquidez real. Todavia, o controle monetário pretendido não foi efetivo, em virtude do aumento das reservas internacionais e dos empréstimos do Banco do Brasil.

(2) Falso.

O enunciado dessa questão induz ao erro. A dependência da economia brasileira não se dava no setor de energia elétrica, mas sim no de petróleo. O texto original do II PND aponta: “Seria inviável crescer rapidamente sem acelerada expansão da oferta de energia. Por isso, será necessário reduzir, dentro do setor de energia, a dependência em relação ao petróleo (substituindo-o pela eletricidade, na medida do possível, e também por carvão, por ser este abundante no mercado, embora importado em parte); economizar petróleo, principalmente para utilização em transporte; e reduzir,

no total do consumo de petróleo, a parcela importada" (Anexo à Lei nº 6.151 de 4 de dezembro de 1974, Capítulo VIII – Política de Energia, p. 63).

(3) Falso.

O enunciado induz à dúvida, posto que, imediatamente após o choque, seguiu-se uma situação de baixa liquidez nos mercados internacionais. Porém, posteriormente, houve *abundância* de liquidez. De fato, o preço médio do barril de petróleo, que em 1972 era de US$ 2,50 atingiu US$ 11,50 em 1974. A resposta imediata ao choque, nos países industrializados, foi o aumento dos juros (já em 1974). Entretanto, a partir deste ano, as receitas de exportação dos países membros da Opep começaram a migrar para os países industrializados (em busca de retornos financeiros), caracterizando um quadro de abundância de liquidez, utilizada para o financiamento dos projetos do II PND.

(4) Falso.

O II PND centrava seus esforços em três direções fundamentais: substituir importações, elevar exportações e ampliar o mercado consumidor. As exportações deveriam crescer a uma taxa de 20% ao ano, tendo como principais fontes de impulso a agricultura (soja) e a pecuária. Previa-se um crescimento agrícola de 7% ao ano, graças à modernização do setor e, sobretudo, à expansão da fronteira agrícola para a Amazônia. A produção de produtos intensivos em energia, a exemplo de alumínio, aço e petroquímicos ganharam prioridade – tendo a exportação desses crescido, quando os projetos maturaram. De acordo com Carneiro (2002) as exportações foram incentivadas por meio de linhas de crédito subsidiadas, isenções fiscais e subsídios diretos.

Questão 10

A partir do segundo semestre de 1980 a economia brasileira foi submetida a um ajuste externo que teve consequências recessivas até 1983. Sobre este período é CORRETO afirmar:

(0) A política econômica esteve voltada para a redução do nível de absorção interna, estimulando as exportações e diminuindo as importações.

(1) A política de contenção salarial foi um dos componentes do ajuste externo.

(2) O ajuste recessivo contribuiu para a desaceleração da inflação.

(3) A política econômica provocou a queda do nível de investimento na economia.

(4) Mesmo com o crescimento dos juros sobre a dívida interna, o controle de gastos do governo garantiu a diminuição do déficit público como porcentagem do PIB.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O ajuste proposto na absorção interna incluia cortes de gastos do governo, limites ao crescimento das estatais, redução das importações, aumento da arrecadação e elevação das taxas de juros internas, sem abrir mão, porém, do tratamento especial dado às atividades de exportação, energia, agricultura e às pequenas empresas.

(1) Verdadeiro.

A política econômica do período 1980-1983 envolvia contenção salarial. Em 1980, foi decretada nova regra de indexação salarial, que previa que os trabalhadores de maior renda (que recebiam mais de 15 salários mínimos) teriam apenas parte da indexação salarial garantida. A contenção dos salários permitiria a redução da demanda agregada e, portanto, das importações.

(2) Falso.

O efeito das políticas restritivas de demanda na taxa de inflação foi praticamente nulo. Os preços industriais se aceleraram ininterruptamente até meados de 1981, atingindo variação de quase 100% ao final do ano de 1982.

(3) Verdadeiro.

Quando se consideram as taxas de crescimento real da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), há variação positiva de 13,5% em 1980, ainda sob o efeito dos investimentos do II PND. A partir de 1981, porém, se observa queda do nível do investimento no período 1980-3 como um todo: variação de -12,2%, em 1981, variação de -6,8%, em 1982, e de -16,3% em 1983.

(4) Verdadeiro.

Este gabarito é questionável. De acordo com os dados do Banco Central, o déficit operacional como percentual do PIB (NFSP – Necessidades de Financiamento do Setor Público) aumentou de 6,3%, em 1981, para 7,3%, em 1982. Somente em 1983, em função da elevação da carga tributária e dos cortes do investimento público, houve queda para 3,3% do PIB.

PROVA DE 2006

Questão 10

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), implementado no Governo Geisel, teve entre seus objetivos:

(0) A substituição de importações nos setores de bens de capital e de insumos básicos para a indústria.

(1) A aceleração dos investimentos em prospecção de petróleo, principalmente na bacia de Campos.

(2) A elevação da capacidade geradora de energia elétrica, buscando-se viabilizar a expansão da produção de bens com elevado conteúdo energético, a exemplo do alumínio.

(3) A redução, a curto prazo, da participação do capital estrangeiro na economia brasileira.

(4) A implementação de um plano de ajustamento da economia aos novos preços do petróleo, mediante medidas de racionamento do consumo de derivados.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A prioridade do II PND se deu, no caso dos insumos básicos, nos setores siderúrgico, petroquímica, fertilizantes e de celulose. No que se refere aos bens de capital, pretendia-se "transformar o panorama da indústria de bens de capital", com foco em máquinas e mecânica pesada.

(1) Verdadeiro.

A prospecção *offshore* de petróleo teve por marco a descoberta da Bacia de Campos (Campo de Garoupa), em 1974, no contexto do II PND.

(2) Verdadeiro.

Dentre os projetos do II PND para elevar a capacidade geradora de energia elétrica destacam-se as usinas de Itaipu e de Tucuruí. Parte do esforço de substituição de importações visava viabilizar a expansão da produção de alumínio.

(3) Falso.

O II PND contou fortemente com o apoio de empresas estrangeiras para o desenvolvimento da indústria de bens intensivos em tecnologia, seja através de parcerias, seja através de investimentos diretos. A preocupação com o crescimento da indústria privada nacional resultou na criação do Plano de Ação para a Empresa Privada Nacional, em 1976. Nele, encontravam-se delimitadas as áreas de atuação das empresas estatais (consideradas estratégicas), empresas privadas nacionais e empresas

estrangeiras.

(4) Falso.

O II PND, ao contrário do ocorrido em outros países em desenvolvimento, rejeitou a estratégia de ajustamento da economia, incluindo, por exemplo, ajuste de preços de petróleo e medidas de racionamento.

Questão 11

No início dos anos 1980, após o segundo choque do petróleo e sob os efeitos da política americana de fortalecimento do dólar, houve uma interrupção de financiamentos aos países latino-americanos. Sobre esse tema, em relação ao Brasil, é CORRETO dizer que:

(0) A interrupção dos fluxos externos de empréstimos foi determinada principalmente pela crise fiscal brasileira.

(1) A interrupção dos fluxos externos não teve consequências relevantes para a economia brasileira, pois tais recursos não lhe eram essenciais.

(2) Antes do corte abrupto do financiamento externo, com a moratória mexicana, o governo brasileiro já havia iniciado o denominado ajuste externo, mediante políticas restritivas de ordem monetária, fiscal e creditícia.

(3) Embora os fluxos externos voluntários tivessem sido drasticamente reduzidos, houve empréstimos ao Brasil para que compromissos de pagamento da dívida externa fossem honrados.

(4) O ajuste externo imposto à economia deflagrou um processo de reestruturação financeira das empresas nacionais, o que só foi possível porque o Estado absorveu os impactos negativos do ajuste sobre as contas públicas.

Resolução:

(0) Falso.

A crise dos anos 1980 (segundo choque do petróleo e elevação dos juros) atingiu todos os países latino-americanos e também outros países em desenvolvimento, sendo, portanto, um choque externo. A moratória mexicana, em 1982, interrompeu os fluxos para a América Latina até o final da década. A crise fiscal brasileira não foi causa, mas sim, em larga medida, consequência da crise, no sentido de que a dívida brasileira foi fortemente afetada pelos choques externos.

(1) Falso.

No início dos anos 1980, houve elevação do déficit comercial, puxado pelo aumento dos preços, principalmente do petróleo, ao mesmo tempo em que as despesas com juros cresceram. Nesse quadro, a entrada de capitais se tornou

insuficiente para financiar os déficits correntes, com significativa perda de reservas, diminuindo-as para apenas 3,6 meses de importação. Isto colocou o país na iminência de uma crise de Balanço de Pagamentos. A interrupção dos fluxos de capitais externos, em 1982, foi, portanto, fatal para a economia brasileira, dando início à Crise da Dívida.

(2) Verdadeiro.

O ajuste brasileiro foi anunciado já no início da década de 1980, antes da moratória mexicana (1982).

(3) Verdadeiro.

Já em setembro de 1982 o Brasil iniciou conversas com a diretoria do FMI e dos bancos privados no intuito de substituir financiamento privado por multilateral. O acordo com o Fundo, porém, só foi firmado após as eleições daquele ano, e diversas negociações foram necessárias para permitir que o Brasil honrasse seus compromissos de pagamento da dívida externa.

(4) Verdadeiro.

A Resolução CMN nº 432, de 1977, para o setor privado ou público, permitia aos mutuários de empréstimos externos, dentro dos limites fixados pelo Banco Central, a realização de depósitos em moeda estrangeira, junto a bancos autorizados a operar em câmbio no país. A Resolução permitia trocar uma dívida, cujo reajuste se dava pela correção cambial, por outra ajustada pela correção monetária, assumindo o Banco Central o risco cambial e todos os encargos decorrentes do empréstimo externo, ante a uma mudança da taxa de câmbio. Em troca, o Banco Central recebia pagamento adiantado, em dólares, de um contrato de empréstimo externo. Caso as expectativas de variação cambial se desfizessem, o agente poderia sacar os recursos junto aos seus depósitos no Banco Central.

A Circular nº 230, de 1974, por sua vez, transferia ao Banco Central a responsabilidade sobre os recursos externos captados através da Resolução nº 63 (criada em 1967) que não encontrassem tomadores finais internos. Na prática, ambas as regras resultavam no governo assumindo riscos e, portanto, na estatização de dívidas privadas.

Questão 14

Ao longo dos anos 1970, a responsabilidade pelo endividamento externo passou das empresas privadas para o âmbito do Estado. Sobre esse processo, conhecido como de "estatização" da dívida, é CORRETO dizer:

(0) Parte da "estatização" da dívida foi feito por empresas estatais, que passaram a endividar-se em dólares para investir.

(1) Uma das razões pelas quais as empresas privadas nacionais demandaram menos crédito externo foi a maior oferta de recursos do BNDE, pois foi vedado às empresas estatais o acesso a tais recursos.

(2) O endividamento externo de empresas estatais constituiu a única fonte de recursos para investimentos no âmbito do Estado, já que as contas públicas estavam fortemente comprometidas desde o início do II PND.

(3) O endividamento das empresas estatais não teve efeito negativo sobre essas empresas, sobretudo porque os empréstimos externos eram mais baratos que os do BNDE.

(4) Apenas as empresas estatais que atuavam em serviços endividaram-se com empréstimos externos.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Além de ser uma forma de financiamento a baixos custos (dado o contexto de ampla liquidez, trazido pelos chamados "petrodólares"), as empresas estatais foram incentivadas a captarem, muitas vezes além de suas próprias necessidades. Elas se tornaram uma fonte de oferta de divisas, divisas essas necessárias para fazer frente ao crescente déficit em transações correntes.

(1) Verdadeiro.

As estatais eram usadas para obter divisas ou usavam recursos decorrentes de fundos parafiscais específicos, não precisando disputar recursos com empreendimentos privados no BNDE.

(2) Falso.

Após 1976, com o recrudescimento inflacionário, iniciou-se uma política monetária contracionista, ao mesmo tempo em que se adotava uma política de contenção dos gastos da administração pública direta e se expandiam investimentos das estatais. Houve, portanto, no período do II PND, forte crescimento dos investimentos governamentais, com a manutenção da carga tributária e superávits primários nas contas públicas. Além disso, fontes externas não constituíam a única fonte de captação das estatais, devido à existência de fundos parafiscais.

(3) Falso.

O elevado endividamento externo, a política de contenção de preços e de tarifas públicas, no intuito de manter a inflação sob controle, e, posteriormente, o uso de empresas estatais para a manutenção de empregos, minaram a competitividade e a saúde financeira de diversas empresas públicas, várias das quais seriam privatizadas posteriormente.

(4) Falso.

O processo de endividamento externo das estatais atingiu empresas de diversos setores da economia, em particular da indústria de transformação e da indústria elétrica, nos quais, os índices de endividamento externo, em alguns casos, chegaram a superar o patrimônio líquido de algumas empresas. Empresas da área mineral e a Petrobras, em contrapartida, foram menos afetadas, em virtude da maior capacidade de capitalização e do preço de seus produtos ser, em grande medida, fixado internacionalmente, estando menos sujeito aos controles governamentais.

PROVA DE 2007

Questão 9

Depois do primeiro choque do petróleo, a execução do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi acompanhada pela quase triplicação da dívida externa bruta entre 1974 e 1979. Sobre aquele período, é CORRETO afirmar que:

(0) A triplicação das taxas de juros bancárias no euromercado (comparação da média dos seis anos de vigência do II PND com a do período anterior) foi uma das causas do aumento do endividamento externo.

(1) Entre as causas do aumento da participação das empresas estatais no endividamento externo apontam-se os limites impostos a seu endividamento interno e o controle governamental sobre o reajuste de seus preços e tarifas.

(2) O II PND previa mudanças na estrutura produtiva que economizassem ou gerassem divisas, não se limitando a uma estratégia de crescimento com endividamento.

(3) O aumento do endividamento externo foi superior aos déficits da conta corrente acumulados pela opção de manter o crescimento interno em condições adversas da economia mundial, particularmente no biênio 1977-1978.

(4) A participação de empresas privadas no fluxo líquido de endividamento externo no período caiu, em média, para 60% do total.

Resolução:

(0) Falso.

As causas do endividamento externo foram os próprios projetos do II PND, que exigiam grandes aportes de capital e longo prazo de maturação. O governo utilizou-se da abundância de recursos externos, a baixos custos, para o financiamento de um ajuste estrutural da economia brasileira. O aumento dos juros foi posterior, em 1980.

(1) Verdadeiro.

Por Resolução Presidencial de 28/9/1977, ficavam os ministérios proibidos de recorrer ao sistema financeiro privado interno para financiar programas de investimentos de órgãos e empresa a eles subordinados, sem autorização da Seplan.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 445, de setembro de 1977, limitava em 8% sobre o total das aplicações dos bancos de investimento em moeda nacional os empréstimos para entidades controladas direta ou indiretamente pelo Estado. O governo também utilizou-se de controles de preços e tarifas de empresas públicas para conter a inflação.

(2) Verdadeiro.

O II PND priorizava a substituição de importação e a promoção de exportações, propondo-se superar a dependência externa e de petróleo, promovendo uma transformação estrutural na economia brasileira.

(3) Verdadeiro.

A veracidade da afirmativa pode ser constatada pelo fato de que houve acúmulo de reservas no período entre 1976-1978 (saldo do Balanço de Pagamentos positivo para esses três anos).

(4) Falso.

O endividamento externo das empresas privadas se reduziu em virtude da maior oferta de recursos nacionais, sendo as estatais as empresas que assumiam a maior participação no endividamento externo.

Questão 10

A respeito das políticas de ajuste à crise do endividamento externo entre 1980 e 1985, é CORRETO afirmar que:

(0) O impacto da crise financeira externa foi atenuado pela melhora dos termos de intercâmbio do comércio exterior brasileiro, particularmente no biênio 1982-1983.

(1) As desvalorizações cambiais favoreceram o ajuste exportador, mas aumentaram o custo fiscal da dívida externa e tiveram impacto inflacionário.

(2) A maioria das grandes empresas privadas nacionais conseguiu sobreviver ao impacto recessivo das políticas de ajuste, em parte porque venderam títulos da dívida pública para financiar investimentos crescentes.

(3) O impacto recessivo das políticas de ajuste foi agravado pela redução do investimento das empresas estatais, muito endividadas em moeda estrangeira.

(4) A reação defensiva dos bancos comerciais brasileiros atenuou o impacto recessivo das políticas de ajuste, pois eles fugiram do risco maior dos títulos da dívida pública e ampliaram o crédito ao setor privado.

Resolução:

(0) Falso.

Os termos de troca *pioraram* nos primeiros anos da década de 1980, em virtude do aumento do preço do petróleo e queda do preço dos demais produtos primários (exportados pelo Brasil), em um contexto de forte desaceleração da economia

mundial. Considerando um índice de 1979 igual a 101,7, em 1980, o mesmo atingiu 82,0. Os termos de troca mantiveram-se em deterioração até 1983, quando atingiram 69,5 – o ponto mais baixo desde 1946 (base: 2006 = 100).

(1) Verdadeiro.

A maxidesvalorização de 1983, associada ao início da maturação de investimentos do II PND e à melhora do cenário externo (recuperação da economia americana), são os principais fatores que explicam a melhora das contas externas brasileiras a partir de 1983. Entretanto, o aumento dos juros teve consequências sobre a dívida externa, que aumentou de 18,0% do PIB, em 1982, para 32,9% do PIB, em 1983. A Dívida Líquida Total passou de 32,4% para 51,4% do PIB, no mesmo período. Paralelamente, a inflação subiu de quase 100% para 211%, no espaço de um ano.

(2) Falso.

O ajuste foi extremamente recessivo, tendo a indústria sofrido particularmente. Diversas empresas privadas foram fechadas, embora o processo de assunção do risco cambial pelo governo, por meio da Resolução nº 432 de 1977 e da Circular nº 230, de 1974, tenha contribuído para diminuir os efeitos da desvalorização cambial de 1983 sobre o setor privado. Os investimentos foram *decrescentes* no período, em termos reais.

(3) Verdadeiro.

As empresas estatais, que, durante o II PND, contribuíram fortemente para o aumento do investimento (tendo crescido sua participação na FBCF), foram bastante afetadas pelas políticas de ajuste, sendo obrigadas a reduzir seus investimentos. Em primeiro lugar, porque se encontravam endividadas em moeda estrangeira. Em segundo, pelas políticas de contenção de tarifas, adotadas com o intuito de conter a inflação. Em terceiro, em virtude das limitações impostas ao seu crescimento, aplicadas após 1980, e, por fim, devido ao aumento dos custos com a contratação de trabalhadores, com o objetivo de atenuar o desemprego.

(4) Falso.

Ao contrário, os bancos brasileiros aumentaram seu portfólio de títulos da dívida pública e reduziram o crédito, pelo temor do aumento da inadimplência, em um contexto recessivo. No período 1980-1983, a variação real (deflacionada pelo IGP) do

crédito dos bancos comerciais ao setor privado foi de -10,3% (médias anuais), sendo parcialmente compensada pelo aumento do crédito ao setor público (16,6%), resultando em variação total de -5,5%.

PROVA DE 2008

Questão 8

O II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) foi crucial para a industrialização brasileira. A respeito do II PND são CORRETAS as afirmativas:

(0) Sua justificativa expôs uma visão crítica do "milagre econômico", alegando que este estimulara o setor de bens de consumo, mas não expandira suficientemente a produção de insumos básicos.

(1) Os recursos do BNDE, inflados pelo PIS-Pasep, foram fundamentais para o financiamento dos investimentos das empresas estatais, as quais puderam contar também com a elevada liquidez internacional.

(2) Estimularam-se a substituição de importações de bens de consumo duráveis, complementando-se o processo iniciado pelo Plano de Metas.

(3) Procurou-se destinar encomendas governamentais de forma a fortalecer o setor nacional de bens de capital.

(4) Os investimentos das empresas estatais foram financiados, sobretudo, pela elevação de margens de lucro.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O crescimento do período do Milagre foi liderado pelo setor de bens de consumo duráveis, elevando a dependência externa da economia em relação a bens de capital e petróleo.

(1) Falso.

O BNDE direcionou seus recursos principalmente para o setor *privado*. As estatais utilizaram-se, sobretudo, de recursos externos e de fundos parafiscais.

(2) Falso.

O II PND mudou o foco estratégico para a substituição de importações de insumos básicos e bens de capital. No que se refere à produção de bens, deslocava-se a produção de bens duráveis (eletrodomésticos e automóveis), característica do período do Milagre, para a indústria básica: siderurgia, fertilizantes, metais não ferrosos (para bens de capital ver item abaixo). Os empréstimos do BNDE para o financiamento de projetos de insumos básicos adquiriram grande relevância.

(3) Verdadeiro.

O II PND pretendia "Transformar o panorama da Indústria Nacional de Bens de

Capital". O principal instrumento de apoio eram os empréstimos do BNDE. Empresas de elevadores e máquinas, de mecânica pesada em geral, produção de tornos e equipamentos para usina de álcool são alguns dos exemplos.

(4) Falso.

Grande parte dos empreendimentos das empresas estatais foi financiada com recursos externos. As empresas estatais foram incentivadas a contrair dívidas no exterior, no intuito de se tornarem uma fonte de oferta de divisas. Diante das políticas de represamento de tarifas, é natural supor o oposto, ou seja, que as margens de lucro ficaram comprimidas.

Questão 9

O período 1980-1984 foi especialmente difícil para a economia brasileira. Sobre este período, é CORRETO afirmar que:

(0) As políticas restritivas de demanda, adotadas em 1981, tiveram efeito praticamente nulo sobre a taxa de inflação.

(1) As necessidades de financiamento do balanço de pagamentos levaram o governo a recorrer ao FMI antes das eleições de 15 de novembro de 1982.

(2) Em 6 de janeiro de 1983, o governo brasileiro submeteu a primeira carta de intenções ao FMI e que, nos 24 meses subsequentes, sete cartas de intenções foram examinadas pela direção do Fundo.

(3) Graças à abertura democrática, o salário mínimo preservou seu valor em termos reais.

(4) O ajustamento externo da economia foi bem-sucedido por ter gerado vultosos superávits comerciais e alcançado o equilíbrio da conta corrente do balanço de pagamentos.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A inflação brasileira permaneceu no patamar de 100% em 1982, a despeito das políticas restritivas de demanda adotadas, tendo mais do que dobrado no ano seguinte em virtude da maxidesvalorização.

(1) Falso.

As negociações com o FMI foram adiadas em virtude das eleições diretas para governador e vereador. Três dias após as eleições, o ministro do Planejamento admitiu que o Brasil já vinha adotando uma política econômica coerente com os ditames do Fundo. Todavia, a primeira Carta de Intenção só seria assinada com o Fundo em janeiro de 1983.

(2) Verdadeiro.

(3) Falso.

Em 1980, a política salarial foi alterada, deixando de garantir aos trabalhadores de maior renda a indexação plena. Em 1983, no intuito de impedir que a maxidesvalorização cambial fosse neutralizada pela inflação, como na experiência de 1979, o governo promoveu desindexação parcial dos salários, eliminando o adicional de 10% sobre a variação semestral do INPC para os assalariados com renda até três salários mínimos e reduzindo os coeficientes de repasse na faixa salarial de três a dez salários mínimos. Houve, ainda, tentativa de aprovar coeficiente de repasse da variação do INPC de 80%, mas essa medida foi rejeitada pelo Congresso. A série em reais (R$) constante do último mês, elaborada pelo IPEA, que deflaciona o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE, aponta que o salário mínimo em dezembro de 1979 era de R$ 606,90. Em dezembro de 1984, o mesmo havia se reduzido para R$ 518,19.

(4) Verdadeiro.

É consensual entre os analistas que a maxidesvalorização de 1983 e a retomada da economia americana contribuíram para a recuperação das contas externas do Brasil no período. Em 1982, a Balança Comercial foi deficitária em US$ 780 milhões, tendo o déficit de Transações Correntes atingido –US$ 16,3 bilhões. Em 1984, o superávit da Balança Comercial somou US$ 13,1 bilhões, enquanto o saldo de Transações Correntes atingiu US$ 95 milhões.

PROVA DE 2009

Questão 8

No que se refere ao II PND, implementado durante o Governo Geisel, Antônio Barros de Castro afirma o seguinte:

(0) Em vista do primeiro choque do petróleo, esse plano alertava para a necessidade de forte ajuste da demanda, acompanhado de desvalorização cambial para fazer frente ao desequilíbrio externo.

(1) Apesar da desaceleração ocorrida, esse plano permitiu que a economia crescesse no período 1974-1980 à mesma taxa histórica do pós-guerra, de 7% em média ao ano.

(2) As empresas nacionais privadas se constituíram no principal agente econômico de sua execução.

(3) Além de completar a matriz industrial brasileira, esse plano teve por objetivo enfrentar problemas no balanço de pagamentos do país, em particular melhorar a balança comercial, por meio da substituição de importações.

(4) Para completar a matriz industrial do país, priorizou o desenvolvimento dos segmentos industriais produtores de bens de consumo duráveis.

Resolução:

(0) Falso.

De acordo com Castro (ver Castro e Souza, 1985), haveria, em princípio, duas alternativas para a crise: financiamento, caso se julgasse que a crise fosse passageira; e ajustamento, se duradoura. Para o autor, a opção foi uma terceira via, denominada "Estratégia de 1974", consubstanciada no II PND, que pretendia utilizar, sim, recursos externos, mas não por considerar a crise passageira. Ao contrário, por considerar a crise duradoura, propôs-se um ajustamento estrutural, numa estratégia ousada que pretendia superar o subdesenvolvimento e transformar a matriz industrial e energética do país.

(1) Verdadeiro.

O título do livro *A economia brasileira em marcha forçada* (ver Castro e Souza, 1985) faz alusão, justamente, à dificuldade de crescer em um ambiente hostil, mantendo taxas elevadas de expansão do PIB – em média, de 7% a.a., embora esta fosse inferior à do período do Milagre, quando houve crescimento de 11% a.a., em média.

(2) Falso.

Foram as empresas *públicas* e o governo que puxarem o crescimento, tendo a participação do setor público no total da FBCF subido de 32,8%, no período 1971-

1973, para 40,2%, entre 1974-1978, em média.

(3) Verdadeiro.

O II PND pretendia promover a substituição de importação, ampliar as exportações e aumentar o consumo de massas. Dentre os três objetivos, destaca-se a substituição de importações.

(4) Falso.

Ao contrário do Milagre, em que o crescimento foi puxado pelo setor de bens de consumo duráveis, o II PND concentrou esforços na indústria básica e de bens de capital, além dos investimentos em energia (hidrelétrica, petróleo e fontes alternativas).

Questão 9

Com relação ao ajuste do balanço de pagamentos, ocorrido na primeira metade da década de 1980, pode-se afirmar que:

(0) Um dos seus elementos centrais foi o estímulo às exportações, por meio da adoção de uma política de desvalorização cambial.

(1) Como resultado de sua aplicação, a economia brasileira voltou a apresentar taxas de crescimento acima de 7% ao ano, entre 1983 e 1985.

(2) Um dos fatores que permitiu o ajuste da balança comercial foi a melhoria observada nas relações de troca entre 1978 e 1983.

(3) Obrigado a recorrer ao FMI, no final de 1982, o Brasil firmou diversas cartas de intenção a partir deste ano, conseguindo cumprir, na maioria das vezes, todas as metas fixadas, o que lhe garantiu os empréstimos e avais necessários para a não decretação da moratória, a despeito do quadro crítico das contas externas.

(4) Impactou positivamente no saldo da balança comercial, de início por intermédio do aumento das exportações e, posteriormente, em virtude da redução das importações, devido à maturação dos investimentos do II PND.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Em 1983, foi realizada uma maxidesvalorização cambial de 30%, que contribuiu para a recuperação das exportações e contração das importações.

(1) Falso.



Embora a expansão do PIB em 1995 tenha sido de 7,8%, a taxa de crescimento média do período 1983-85 foi de 3,3%. A taxa de crescimento de 7% se refere ao período do II PND.

(2) Falso.

Houve *piora* dos termos de troca em função, principalmente, do aumento do preço do petróleo e da queda do preço de importantes itens da pauta de exportações brasileiras (*commodities*), em virtude da conjuntura internacional recessiva.

(3) Falso.

O Brasil submeteu sua primeira carta ao FMI em janeiro de 1983. Algumas metas foram atingidas; entretanto, as metas de inflação e de déficit público foram sistematicamente descumpridas.

(4) Falso.

Houve *queda* das exportações em 1982. A recuperação das exportações se deu fortemente apenas a partir de 1983, quando começam a maturar os projetos do II PND. No caso das importações, estas caíram desde o início, apresentando uma redução de -12,4% em 1981.

PROVA DE 2010

Questão 9

No debate sobre a viabilização, a importância e o significado do II PND destacam-se os seguintes argumentos:

(0) Um dos propósitos do Plano era aumentar a importância do setor de bens de produção na estrutura industrial.

(1) O Plano foi implementado em conjuntura internacional recessiva e de desaceleração cíclica interna.

(2) Os investimentos públicos planejados foram financiados sobretudo por bancos públicos, como o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

(3) O direcionamento de encomendas governamentais para estimular as empresas nacionais do setor de bens de capital foi uma das políticas que contribuiu para viabilizar os objetivos do Plano.

(4) A política governamental do período priorizou a substituição de importações nos ramos industriais pesados e, no que diz respeito ao setor primário, a agricultura de alimentos voltada para o mercado interno.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O II PND deu ênfase aos setores de bens da capital e insumos básicos.

(1) Verdadeiro.

Diversos países adotaram políticas de ajustamento (redução da absorção e desvalorização do câmbio), tendo o Brasil optado por seguir o crescimento. Para Serra (1984), por exemplo, a desaceleração do crescimento estaria parcialmente associada a fatores cíclicos (sobre-investimentos do período anterior em bens de consumo durável e têxtil).

(2) Falso.

Os recursos do BNDE destinaram-se majoritariamente ao setor privado. O setor público, por sua vez, se financiou, sobretudo, no exterior e, domesticamente, através de recursos parafiscais.

(3) Verdadeiro.

As encomendas do setor público ao setor privado constituíam fator fundamental de demanda, sendo um dos alicerces para a continuidade do movimento de inversão da economia.

(4) Falso.

A política priorizou, sim, a substituição de importações nos ramos industriais pesados e de insumos básicos. Todavia, as atividades agrícolas estimuladas foram as voltadas para a exportação, sobretudo pecuária e soja. A meta era de crescimento de 20% para as exportações de produtos agrícolas.

Questão 10

No que se refere à tentativa de ajuste da economia brasileira após o choque financeiro externo, no início da década de 1980, pode-se afirmar que:

(0) O governo desvalorizou o cruzeiro e manteve a indexação dos salários, embora alterasse a política salarial anteriormente vigente por outra que procurava limitar o repasse da inflação aos salários.

(1) A substituição do financiamento externo pelo interno, juntamente com uma política monetária contracionista, implicou em forte elevação dos encargos financeiros da dívida pública interna.

(2) As políticas adotadas no período foram bem sucedidas no que se refere ao objetivo específico de alongar, voluntariamente, o financiamento da dívida pública.

(3) A carga tributária bruta caiu nos primeiros anos da década de 1980, embora o setor público precisasse arcar com encargos financeiros crescentes.

(4) Entre 1980 e 1985, a dívida pública dobrou como proporção do PIB.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Em 1979, a correção dos salários pela inflação deixou de ser anual e passou a ser semestral. Em outubro de 1980, houve alteração na política salarial, embora permanecesse a indexação dos salários. Os trabalhadores que recebessem entre 15 a 20 salários mínimos passariam a ter reajuste de 50% do INPC sobre o que excedesse os 15 salários mínimos; e os salários superiores a 20 salários mínimos passariam a ter garantido apenas o reajuste semestral sobre a parcela até este teto, ficando o resto sujeito a livre negociação.

(1) Verdadeiro.

A partir de 1981, o governo adotou uma política de redução da absorção interna. A manutenção de juros reais elevados pretendia reduzir o déficit em conta corrente, pela contração da renda interna, ao mesmo tempo em que estimulava as empresas a buscarem no mercado internacional financiamento mais barato. O objetivo era atrair capital estrangeiro para financiar os déficits externos. Entretanto, sobretudo após a moratória do México (1982), os juros altos não foram capazes de atrair capital externo,

nem tampouco reduzir a inflação, servindo apenas para onerar o serviço da dívida pública interna.

(2) Falso.

Diante do cenário de profunda desconfiança em relação à economia brasileira, seja pela moratória mexicana, seja pelo recrudescimento inflacionário, os prazos da dívida pública não lograram ser aumentados.

(3) Verdadeiro.

O baixo crescimento do PIB levou a uma queda da arrecadação bruta nos primeiros anos da década. Paralelamente, os juros domésticos aumentaram em termos reais, de acordo com a política de ajustamento aplicada, sobretudo, a partir de 1981. Adicionalmente, os juros internacionais se tornaram mais altos, fazendo com que a dívida pública externa aumentasse.

(4) Falso.

A dívida interna federal (como proporção do PIB) aumentou mais de quatro vezes no período, passando de 6,7% do PIB em 1980 para 31,2% em 1985 (ver Abreu, org., 1990, Apêndice Estatístico).

PROVA DE 2011

Questão 9

"A estratégia de 74 abortou a reversão cíclica que se anunciava quando da posse do novo governo e permitiu a sustentação de uma elevada taxa de crescimento até o final da década de 70" (Castro e Souza). Para levar adiante o conjunto de investimentos necessário a tal intento, um dos problemas cruciais consistia em obter financiamento para viabilizá-lo. Nesse sentido, contou-se com financiamento:

(0) Privado de longo prazo, o que significou mudança na forma tradicional de financiamento vigente no período anterior, graças às reformas financeiras que alongaram o prazo dos empréstimos privados.

(1) Público, através do BNDE, que contribuiu para atender a demanda por crédito do setor privado, inclusive com juros subsidiados.

(2) Externo, sobretudo para empresas privadas, uma vez que o governo criou mecanismos para reduzir o risco cambial do endividamento em dólares.

(3) Próprio, por meio do aumento dos lucros acumulados pelas empresas, sobretudo pelas grandes empresas estatais cujos reajustes de preços e tarifas superaram a inflação.

(4) Estatal, já que o governo concedeu incentivos fiscais e creditícios ao setor privado, que foram viabilizados pela crescente elevação da carga tributária líquida e do endividamento do setor público.

Resolução:

(0) Falso.

Apesar dos esforços do governo para criar um mercado de títulos de longo prazo, não se logrou o objetivo de aumentar os prazos dos empréstimos privados, tendo o BNDE assumido o papel de ofertante desses recursos.

(1) Verdadeiro.

No período de 1974-1978, a participação dos desembolsos do BNDE na FBCF atingiu 8,7%, em média, mais do que o dobro do período do Milagre (4,0%), conforme Monteiro Filha (1995), citada em Hermann (2011). Linhas especiais de financiamento foram concedidas pelo BNDE tendo correção monetária fixa (teto) de 20% ao ano. Considerando a inflação do período, disto resultavam taxas de juros negativas, caracterizando os empréstimos subsidiados acima mencionados.

(2) Falso.

As empresas *públicas* foram as que mais contraíram empréstimos externos. Os empréstimos das empresas privadas (e também públicas) obtiveram o benefício da opção pela troca por passivos com correção monetária, através da Resolução CMN nº

432, de 1977.

(3) Falso.

Houve contenção de reajustes de preços e tarifas, ao mesmo tempo em que se estimulavam as empresas estatais, que frequentemente contavam com boa avaliação de crédito no exterior, a se endividarem em moeda estrangeira. Os investimentos públicos, em geral, foram financiados por recursos orçamentários e fundos parafiscais.

(4) Falso.

Não ocorreu aumento da carga tributária bruta, durante o II PND, que permaneceu em torno de 25% do PIB até 1979. A carga tributária líquida desconta (da carga bruta) as transferências e os subsídios do governo ao setor privado. Em 1973, a carga tributária líquida era quase 17% do PIB tendo se contraído para 13,7% ao final do II PND (1979). Todavia, vale notar que, no II PND, grande parte dos gastos com fomento era contabilizada à parte. O Banco Central podia realizar emissões primárias de títulos para os fins normais (giro da dívida, fazer política monetária, neutralizar efeitos expansionistas das operações cambiais), mas também para programas de fomento. Estas operações não eram registradas no Orçamento Geral da União, mas ficavam embutidas no chamado "orçamento monetário", "não sendo explicitado o montante do déficit do governo em suas relações com o restante do sistema econômico" (Alem, Giambiagi, 1999, p. 113).

Questão 10

A crise dos anos 1980 foi marcada pelas seguintes circunstâncias:

(0) Reversão da trajetória de crescimento da dívida externa, às custas de aceleração da inflação e redução da taxa de crescimento da demanda agregada.

(1) Crescimento da dívida pública interna, associado em parte aos grandes superávits da balança comercial.

(2) As duas recessões (1981 e 1983), decorrentes do "ajuste monetário do balanço de pagamentos", contribuíram para os ajustes fiscal e do balanço de pagamentos.

(3) As políticas que levaram à obtenção de grandes saldos na balança comercial contribuíram, decisivamente, para sucessivos aumentos da taxa de inflação.

(4) A indexação generalizada da economia se tornou um mecanismo poderoso de propagação da inflação e também de rigidez dos preços à baixa.

Resolução:

(0) Falso.

O choque de juros nos EUA (Política Volcker) contribuiu para o crescimento da dívida externa brasileira. A dívida externa bruta praticamente dobrou entre 1979 a 1984, passando de US$ 55,8 bilhões para US$ 102,1 bilhões.

(1) Verdadeiro.

Embora o enunciado não afirme que a dívida interna tenha começado a crescer apenas a partir da obtenção dos megassuperávits comerciais, o aluno poderia ficar em dúvida. Isto porque os grandes superávits, de fato, se iniciam em 1983, enquanto o crescimento da dívida interna começa em 1981 e segue aumentando até 1984.

Vale notar que quando houve a substituição, na condução da política econômica, de Mário Henrique Simonsen por Antonio Delfim Netto, em agosto de 1979, o novo Ministro anunciou medidas de correção de tarifas públicas e controle de gastos (inclusive estatais, com a criação da Secretaria Especial para as Empresas Estatais – Sest). Para ele, o déficit público alimentava a inflação e, juntamente com as operações de esterilização do capital externo, estava aumentando a dívida pública mobiliária. Portanto, o diagnóstico já existia – o que corrobora “verdadeiro” para essa questão.

(2) Falso.

Segundo a ótica do ‘ajuste monetário’, o problema do Balanço de Pagamentos seria resolvido através da eliminação do déficit público, do controle da quantidade de crédito (ambos diminuiriam a demanda agregada e, portanto, as importações) e do estabelecimento de orientações para as expectativas dos agentes econômicos. Na prática, porém, contribuíram para a melhora do BP no Brasil, no início dos anos 1980, a maturação de projetos do II PND, a maxidesvalorização de 1983 e a recuperação da economia americana. Quanto às contas públicas, apesar da redução do déficit operacional para 3,0% do PIB em 1984, o déficit nominal e a dívida pública interna continuaram a se elevar, devido à aceleração inflacionária, desvalorizações cambiais e aos elevados juros.

(3) Verdadeiro.

De fato, a inflação subiu de 99,7%, em 1982, para 211%, em 1983 (IGP), em grande medida como decorrência da maxidesvalorização de fevereiro de 1983, em um contexto de elevada indexação.

(4) Verdadeiro.

A elevada indexação brasileira criou uma situação de extrema sensibilidade da inflação a choques externos e de perpetuação da inflação (inércia).

PROVA DE 2012

Questão 8

Sobre o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), é CORRETO afirmar que:

(0) Priorizou a substituição de importações de bens de consumo duráveis, complementando o processo iniciado pelo Plano de Metas.

(1) Contou com o endividamento externo das empresas estatais, que se viram incapacitadas de reajustar preços e tarifas a ponto de autofinanciar planos de expansão.

(2) Estimulou a oferta de fontes de energia alternativas ao petróleo (usinas hidrelétricas, nuclear e produção de etanol combustível), ao mesmo tempo em que objetivou aumentar a produção de petróleo.

(3) Propunha instaurar um novo padrão de desenvolvimento industrial, baseado na expansão dos ramos de bens de capital e de insumos básicos.

(4) Previa a criação de grandes estímulos à iniciativa privada nacional, visando capacitá-la a ocupar espaços não preenchidos por empresas estatais ou estrangeiras.

Resolução:

(0) Falso.

O II PND refutou o crescimento liderado pelo consumo de duráveis – que tinha sido característico do período do Milagre (1968-1973) – em prol da substituição nos setores considerados mais complexos (insumos básicos e bens de capital), devido à maior intensidade tecnológica, de recursos humanos e de capital, além de maior prazo de maturação.

(1) Verdadeiro.

O endividamento das estatais foi um mecanismo utilizado pelo governo para captar divisas. Ao mesmo tempo, suas tarifas eram reprimidas, de forma a ajudar no controle da inflação. Com isso, ficava inviável o autofinanciamento de seus planos de investimento.

(2) Verdadeiro.

Dentre as usinas hidrelétricas cita-se a construção, dentro do II PND, de Itaipu e de Tucuruí. Houve, também, o programa Proálcool e, na área nuclear, o acordo com a Alemanha, bem como a construção da usina de Angra I, com tecnologia norte-americana.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

Nesse intuito, foi lançado o Plano de Ação para a Empresa Privada Nacional, em 1976.

Questão 9

A economia brasileira gerou superávits na balança comercial durante a primeira metade da década de 1980. Esse(s) superávit(s):

(0) Foram favorecidos pela melhoria dos termos de intercâmbio nos três primeiros anos da década.

(1) Foi favorecido pela maturação de alguns dos projetos do II PND, ainda em 1984.

(2) Diminuiu em 1985, em comparação ao ano anterior.

(3) Foi prejudicado pelo aumento médio real do salário mínimo ao longo de 1985.

(4) Foram favorecidos por desvalorizações cambiais, como a grande desvalorização implementada em fevereiro de 1983.

Resolução:

(0) Falso.

Houve, ao contrário, *deterioração* dos termos de intercâmbio nos primeiros anos da década, de forma contínua. A partir de um número índice de 82, em 1980, o nível baixou para 69,5, em 1983.

(1) Verdadeiro.

O livro *A Economia Brasileira em Marcha Forçada* traz uma análise detalhada da pauta de exportações e importações, mostrando que, em diversos casos, os setores apoiados pelo plano foram os que tiveram melhor desempenho. (Ver Castro e Souza, 1985).

(2) Verdadeiro.

Houve modesta retração do saldo da balança comercial, de US$ 13,0 bilhões em 1984 para US$ 12,5 bilhões, em 1985, basicamente em virtude da recuperação da economia.

(3) Falso.

Em maio de 1985, o salário mínimo teve reajuste de 100%; todavia, em virtude da elevada inflação, o aumento real não foi significativo. Utilizando como base os dados do Ipeadata, na série de salário mínimo real [em reais (R$) constantes do último mês,

deflacionando-se o salário mínimo nominal pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor, INPC, do IBGE], este passou, em média, de R$ 462,03, em 1984, para R$ 479,25, em 1985 – uma elevação modesta de 3,7%.

(4) Verdadeiro.

A desvalorização de fevereiro de 1983 foi um dos fatores que ajudou a recuperação do superávit comercial, na primeira metade da década.

Questão 10

Na década de 1980, problemas associados ao balanço de pagamentos se acentuaram na economia brasileira. Caracteriza(m) esse período:

(0) A elevação significativa da participação dos juros nos déficits de transações correntes verificado.

(1) A elevação da taxa de juros internacional a partir de 1985, após ter permanecido baixa nos primeiros anos da década.

(2) A elevação da transferência líquida de recursos reais para o exterior, para pagamento de parte da soma dos serviços e amortizações da dívida externa.

(3) O programa oficial de ajuste externo acordado entre o Governo Brasileiro e o Fundo Monetário Internacional em 1981, prevendo metas de superávit comercial em 1982.

(4) A queda do financiamento externo para as estatais, que havia sido importante para os investimentos dessas empresas na década de 1970.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Em virtude do maior endividamento na década anterior (grande parte a taxas flutuantes) e do aumento dos juros internacionais, as despesas com juros elevaram-se significativamente. Em 1973, as despesas com rendas (juros, lucros etc.) eram de US$ 1,1 bilhão; 10 anos depois eram de US$ 11,0 bilhões, sendo o pico do período US$ 13,5 bilhões, em 1982, ano em que eclodiu a crise mexicana.

(1) Falso.

Nos Estados Unidos, os juros começaram a ser elevados ao final de1979, atingindo 16,4% ao ano, em 1981 (*prime rate*). Para se ter uma referência, observa-se que a mesma taxa de juros antes do choque do petróleo era de 7,9%.

(2) Verdadeiro.

Apesar dos significativos superávits obtidos nas contas comerciais, a partir de 1983,

a economia brasileira registrou déficits em transações correntes (à exceção de 1984, quando houve um modesto superávit de US$ 95 milhões) até 1987.

(3) Falso.

O programa só foi firmado em janeiro de 1983.

(4) Verdadeiro.

Na conjuntura recessiva internacional, ao contrário do ocorrido após o primeiro choque do petróleo, não havia financiamento internacional abundante, sobretudo, após a moratória do México, em 1982.

PROVA DE 2013

Questão 9

O livro *A economia brasileira em marcha forçada* despertou a atenção dos economistas por suas interpretações, as quais encontraram tanto defensores como críticos. Sobre o livro é CORRETO afirmar que:

(0) Argumenta que a reforma da estrutura produtiva e a mudança da inserção internacional do país, perseguida pelo Governo Costa e Silva, só veio a se efetivar na década de 1980.

(1) Defende que nos países de desenvolvimento tardio a industrialização é marcada pela ocorrência de mutações, com a implantação de grandes setores econômicos, que num primeiro momento parecem sobredimensionados, mas são capazes de promover mudanças no funcionamento da economia.

(2) A "marcha forçada" mencionada no título refere-se à política econômica governamental do período do "milagre" (1968-1973), a qual conseguiu lograr elevadas taxas de crescimento do PIB associadas à inflação relativamente alta, mas estável.

(3) Critica a interpretação segundo a qual a política de ajustamento posta em prática no Brasil no início da década de 1980 foi a principal responsável pelo bom desempenho da balança comercial nos anos que se seguiram.

(4) Foi criticado segundo o argumento de que a conclusão dos investimentos que substituíram importações de bens de produção não era suficiente para superar as restrições externas ao crescimento trazidas pela crise da dívida externa.

Resolução:

(0) Falso.

O livro trata do Governo Geisel e das consequências do II PND nos anos 1980.

(1) Verdadeiro.

A tese pode ser assim compreendida. Defende-se que o II PND, apesar de agravar problemas de curto prazo no Balanço de Pagamentos, foi capaz de promover uma mudança estrutural na economia brasileira.

(2) Falso.

A "marcha forçada" faz alusão à manutenção de elevadas taxas de crescimento no período do II PND, em um contexto onde diversos países optaram por fazer ajustamentos (retração da demanda agregada e desvalorização para corrigir os desequilíbrios do Balanço de Pagamentos).

(3) Verdadeiro.

Embora não descarte os efeitos da maxidesvalorização de 1983 e das recessões de

1981 e de 1983 para o bom desempenho da balança comercial, o livro, através de uma análise da pauta dos produtos exportados e importados, defende que a recuperação foi puxada justamente pelos setores apoiados pelo II PND.

(4) Verdadeiro.

O período do II PND é um dos mais polêmicos na historiografia recente da economia brasileira, sendo a estratégia criticada e considerada a responsável pela "década perdida" por diversos economistas, principalmente, provenientes da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e da Fundação Getulio Vargas (FGV-RJ).

Questão 10

Com relação à natureza da inserção econômica externa do Brasil e o choque financeiro internacional a partir do final da década de 1970, é CORRETO afirmar:

(0) A política monetária dos Estados Unidos (EUA) provocou uma recessão mundial que deteriorou fortemente as relações de troca do comércio exterior brasileiro.

(1) A transferência de recursos reais para o exterior, propiciada pelos superavit comerciais, estabilizou a dívida externa líquida brasileira a partir de 1983.

(2) A redução das taxas de juros internacionais no biênio 1980-1981 (em relação ao biênio anterior) impactou positivamente a conta financeira do balanço de pagamentos do país, compensando a deterioração dos termos de intercâmbio.

(3) A desvalorização cambial foi importante na reação da política econômica brasileira ao choque externo.

(4) A suspensão do refinanciamento internacional criou, concomitantemente, um problema cambial e de financiamento do setor público no Brasil.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A elevação dos juros teve profundas consequências para o Brasil, seja pelos encargos da dívida, seja pela própria contração das importações americanas de produtos brasileiros, num cenário de menor crescimento desse país. Dado o peso da economia americana e da elevação de juros em diversos outros países industrializados, houve deterioração dos termos de troca do Brasil, em função da queda do preço de *commodities* (exportadas pelo país) e aumento do preço do petróleo (importado pelo país).

(1) Falso.

Apesar dos superávits comerciais, o país continuou a apresentar déficits de transações correntes (à exceção de 1984, quando houve um pequeno saldo positivo). Houve, na realidade, crescimento da dívida externa, em função do processo de estatização da dívida e dos elevados juros internacionais.

(2) Falso.

Houve, na realidade, forte *elevação* dos juros internacionais no biênio e deterioração dos termos de intercâmbio. De acordo com o Apêndice Estatístico, em Abreu, org. (1990), o preço das importações aumentou 28,1% em 1980 e 11% em 1981. Paralelamente, os preços das exportações ficaram, praticamente, estáveis no período.

(3) Verdadeiro.

A maxidesvalorização de 30% em 1983 é um dos fatores que ajudou a recuperação subsequente da balança comercial.

(4) Verdadeiro.

Em virtude da manutenção dos déficits de transações correntes e dado que o governo vinha utilizando de recursos externos para financiar seus projetos de investimento, a frase é verdadeira.

Questão 11

No que se refere à crise dos anos 1980 e às políticas de ajuste adotadas, pode-se afirmar que:

(0) A economia brasileira foi fortemente prejudicada pela elevação da taxa de juros dos EUA, que tinha por objetivos controlar a inflação e defender o papel do dólar como moeda internacional.

(1) O "ajuste monetário do balanço de pagamentos" era indicado, pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), para os países endividados em crise.

(2) O objetivo central do ajuste era a obtenção de expressivos superávits na balança comercial.

(3) A contrapartida do ajuste foi a aceleração da inflação e o aumento da dívida pública.

(4) A "inflação corretiva" de produtos e serviços das empresas estatais preservou sua capacidade de realizar investimentos, mas prejudicou a política de combate à inflação realizada pelo ministro Delfim Netto.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O elevado endividamento a juros flutuantes durante a década de 1970 tornou a

economia brasileira bastante vulnerável à subida dos juros.

(1) Verdadeiro.

O ajuste monetário do Balanço de Pagamentos pressupõe que o déficit público e o descontrole monetário levam a um excesso de dispêndio sobre a renda, ocasionando déficits externos.

(Ver a questão discursiva nº 4, Prova de 2011.)

(2) Verdadeiro.

Esse é o objetivo central; todavia, há, ainda, o benefício da redução da inflação, pela queda da absorção doméstica.

(3) Verdadeiro.

Dado o caráter inercial da inflação brasileira, ela se acelerou quando da maxidesvalorização em 1983. Ademais, a elevação dos juros, para conter a demanda agregada, fez aumentar a dívida pública.

(4) Falso.

As empresas estatais foram utilizadas, sobretudo nos anos 1980, para ajudar no controle da alta generalizada de preços que se vivia à época, através da não correção das tarifas e preços públicos pela inflação. Como resultado, a capacidade de estas empresas realizarem investimentos deteriorou-se e a formação bruta de capital fixo em relação ao PIB caiu no período que se estende de 1981 até 1985.

PROVA DE 2014

Questão 10

Sobre a economia brasileira na década de 1970, é CORRETO afirmar que:

(0) Criou-se o Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE), voltado a promover a coordenação das ações dos órgãos de planejamento.

(1) Durante a vigência do II PND, ocorreu aprofundamento das desigualdades regionais, pois os investimentos induzidos pelo governo direcionaram-se às regiões mais desenvolvidas.

(2) Um dos motivos da estatização da dívida externa é a possibilidade de transferência do risco cambial da dívida privada para o setor público a partir de 1977.

(3) O II PND pretendeu instaurar um novo padrão de indústria, baseado na expansão dos ramos de bens de capital e bens de consumo duráveis.

(4) Ofereceram-se incentivos à iniciativa privada, visando capacitá-la a ocupar espaços não preenchidos por empresas estatais ou estrangeiras, sobretudo no ramo de bens de capital.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) foi criado em 1974. Apesar de ser apenas um órgão consultivo para a coordenação e planejamento de políticas públicas, foi importante na elaboração de decretos com o objetivo último de promover a indústria nacional.

(1) Falso.

O II PND continha diversas ações para a redução das desigualdades regionais.

Entre elas, podemos citar a concessão de incentivos fiscais e financeiros que viabilizaram a criação dos Polos Petroquímicos de Camaçari, na Bahia, e o de Triunfo, no Rio Grande do Sul. Essas ações provocaram uma desconcentração dos investimentos no setor, antes realizados majoritariamente no ABC paulista (Polo Petroquímico União – PQU).

(2) Verdadeiro.

A Resolução CMN nº 432, de 1977, por exemplo, permitia trocar uma dívida, cujo reajuste se dava pela correção cambial, por outra ajustada pela correção monetária, assumindo o Banco Central o risco cambial e todos os encargos decorrentes do empréstimo externo, diante de uma mudança da taxa de câmbio.

(3) Falso.

O correto seria dizer que: "o II PND pretendeu instaurar um novo padrão de indústria, baseado na expansão dos ramos de bens de capital e de insumos básicos". A expansão dos bens duráveis foi característica do período anterior, do Milagre Econômico.

(4) Verdadeiro.

O maior instrumento para isso foram os empréstimos do BNDE para as empresas privadas. Estes se davam em condições favorecidas e mesmo, em certos casos, a juros negativos, posto que a correção monetária ficou limitada a 20% a.a, sendo a inflação efetiva superior a esta taxa.

Questão 11

A economia brasileira gerou saldos positivos na balança comercial na década de 1980. Tais saldos:

(0) Foram favorecidos pela desvalorização cambial real da moeda brasileira.

(1) Foram favorecidos pelo aumento do preço das *commodities* no mercado mundial, principalmente depois do aumento da demanda chinesa por produtos primários.

(2) Foram favorecidos pela maturação dos projetos do II PND, que aumentaram a capacidade produtiva da indústria brasileira de bens intermediários.

(3) Foram favorecidos pela recessão da economia nacional, que permitiu que parte da demanda interna por bens intermediários fosse orientada para exportação.

(4) Foram grandes a ponto de permitir a contração do estoque da dívida externa a partir de 1984.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Em 1983 houve uma maxidesvalorização de 30%, que impulsionou as exportações brasileiras.

(1) Falso.

Os termos de troca se tornaram desfavoráveis para a economia brasileira nos primeiros anos da década de 1980, e a economia chinesa tinha pouca representatividade para as exportações brasileiras.

(2) Verdadeiro.

Em *A Economia Brasileira em Marcha Forçada* (Castro e Souza, 1985), há uma análise detalhada da composição das exportações e das importações. Os autores mostram que os setores que apresentaram melhor desempenho exportador foram

justamente os apoiados pelo II PND.

(3) Verdadeiro.

(4) Falso.

A dívida externa líquida, isto é, descontadas as reservas internacionais, permaneceu praticamente constante na segunda metade dos anos 1980, no patamar de US$ 110 bilhões.

Questões Discursivas

A resposta a seguir contempla as questões:

PROVA DE 2005

Questão 4

Estabeleça a relação entre a chamada estratégia de 1974 (crescimento com endividamento) e o desempenho da economia na primeira metade da década de 1980.

PROVA DE 2010

Questão 3

As consequências do II Plano Nacional de Desenvolvimento (1974-1979) são objeto de intensa polêmica na literatura sobre economia brasileira. Discuta essas consequências.

PROVA DE 2011

Questão 3

Explicite e analise as distintas visões acerca do II PND, elaborado e executado pelo Governo Geisel, em particular no que concerne às razões que levaram à sua adoção e suas consequências para o desempenho da economia brasileira nos anos 1980.

Resolução:

Os efeitos do II PND sobre a economia brasileira nos anos 1980 constituem um ponto polêmico na historiografia. Existem, basicamente, duas posições antagônicas: um grupo que defende que o II PND transformou a matriz industrial e energética brasileira, sendo a "década perdida" atribuída aos choques externos e à não resolução do problema da inflação, dada a elevada indexação da economia; e os autores que argumentam que o II PND foi um equívoco responsável, em grande medida, pelo baixo crescimento dos anos 1980 e a crise da dívida.

No primeiro grupo, destaca-se o trabalho *A economia brasileira em marcha forçada*, de Antonio Barros de Castro e Francisco Eduardo Pires de Souza, lançado pela Paz e Terra, em 1985. Como expoentes da visão que atribui ao II PND as raízes da crise dos anos 1980 estão, entre outros, os trabalhos de Dionísio Dias Carneiro e Eduardo Modiano (Carneiro, 1990 e Carneiro e Modiano, 1990), resumidos em capítulos do livro *Ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana (1889-1989)* [ver Abreu, org., 1990].

Fundamentalmente, a tese de Castro e Souza (1985) sustenta que, diante do choque do petróleo, em 1973, existiam duas possibilidades: financiamento e ajustamento. A estratégia de financiamento estava associada à possibilidade de acesso a recursos internacionais, supondo que a crise fosse passageira. Nesse caso, se pretenderia crescer, utilizando para isso recursos externos. A estratégia oposta, de ajustamento, suporia que a crise era duradoura e pretenderia promover uma mudança de preços relativos em função do encarecimento do petróleo (desincentivando, assim, seu consumo). Em particular, a alteração da taxa de câmbio contribuiria para o ajuste. Paralelamente, através do uso de políticas fiscais e monetárias, promover-se-ia uma reação espontânea do mercado diante da nova conjuntura de preços mais elevados e menor crescimento mundial.

Na opinião dos autores, a escolha do Governo Geisel foi uma terceira via, denominada "Estratégia de 1974". Nesta, a opção pelo financiamento externo não implicava aceitar que a crise seria passageira. Pelo contrário, havia a compreensão que

esta crise era ampla e duradoura. No cerne dos objetivos do II PND estava a preocupação em adaptar o país (em desenvolvimento) à crise energética mundial. Para isto, seria necessária uma mudança de rota que, entretanto, não alteraria o objetivo último do plano: a construção de uma moderna economia industrial. Nesse intuito, cabia ao Estado levar adiante o desenvolvimento através da reestruturação do aparelho produtivo. Ao contrário do que supunham alguns autores, o II PND não negligenciava os problemas energéticos, os enfatizava. Havia, entretanto, um *trade-off* entre o agravamento destes no curto e médio prazos e sua resolução no longo prazo.

O II PND é defendido como uma proposta ousada que descartava a indústria de bens de consumo duráveis como promotora do crescimento futuro e propunha enormes investimentos, quando a conjuntura mundial era recessiva. Dessa forma, com foco no setor de insumos básicos e bens de capital como receptores dos investimentos (ambos intensivos em capital e com longos prazos de maturação), pretendia-se superar, conjuntamente, a crise e o subdesenvolvimento, como exposto no documento que lançou o plano, em setembro de 1974. A racionalidade do II PND consiste, sinteticamente, em se propor a solucionar problemas estruturais e, concomitantemente, problemas conjunturais. Nessa linha, "(...) estavam sendo questionados a estrutura produtiva, a inserção no comércio internacional e o próprio estilo de crescimento da economia" (Castro e Souza, *op. cit*).

O II PND, portanto, teria, além de uma racionalidade política, diante das pressões pela abertura e do questionamento do regime militar, uma racionalidade econômica. Uma opção recessiva (ajustamento) implicaria a não realização de novos investimentos, por ora postergados, assim como provocaria baixas nos investimentos oriundos da safra do Milagre (com o arrefecimento dos chamados *animal spirits* empresariais). A descontinuidade no processo de investimento acarretaria uma perda de absorção do surto anterior de investimentos. Todavia, visto que eram projetos de longa duração, seus benefícios se prolongariam por um tempo maior.

Os benefícios de tal estratégia seriam percebidos pela recuperação da balança comercial a partir de 1983. Para Castro e Souza (1985), o segundo choque do petróleo corrobora o diagnóstico e, por conseguinte, a estratégia de 1974. O ajustamento externo da economia brasileira: "(...) difere substancialmente não apenas do previsto pelas autoridades, como do ocorrido em outros países" (p. 22). Em 1982, as importações já eram muito baixas, quando comparadas com outros países latino-americanos; não obstante, se reduziram em 33% entre 1982 e 1984, em um quadro em que a expansão industrial se dava de forma concomitante – indicando a existência

de substituição de importações. Num primeiro grupo, cujas importações "caem em flecha" (p. 24) após a maxidesvalorização (30%) de 1983, estariam os metais não ferrosos, os produtos químicos, o papel e a celulose, os fertilizantes e os produtos siderúrgicos. As importações desses produtos caem 60% entre 1980 e 1983 – sendo esses justamente o foco do II PND. Num segundo grupo de produtos, constituído por setores que não foram objeto de grandes programas, os resultados seriam muito mais modestos. Os autores citam como exemplo o carvão metalúrgico, cujas importações caíram 3,1% entre 1980 e 1983, para depois aumentarem 31% em 1983 em virtude do surto de exportações siderúrgicas (p. 25).

No que se refere ao crescimento das exportações, teriam colaborado diversos fatores: expansão do mercado norte-americano, início da recuperação latino-americana e africana e entrada em carga de alguns dos projetos oriundos dos anos 1970, além dos estímulos derivados da política cambial (maxidesvalorização de 1983). As exportações, em suma, sob a influência de diversos fatores, teriam retomado sua tendência (mantida por 18 anos e interrompida apenas em 1982) de aumento, enquanto as importações teriam sofrido uma "drástica mudança de rota".

Do outro lado do debate, os autores que atribuem a crise dos anos 1980, em larga medida, ao II PND, defendem que o ajustamento deveria ter sido feito em 1974. Os anos 1980 seriam, em última análise, a consequência de uma "miopia curto-prazista" e de uma estratégia de financiamento, diante da crise de balanço de pagamentos, que se seguiu ao primeiro choque do petróleo. Ademais, no Governo Geisel, teria se consolidado uma excessiva estatização da economia, advinda da ideologia reinante na administração pública, reforçada pelo desejo dos militares de promover o crescimento a qualquer custo, em um contexto político em que aumentavam as necessidades de legitimação política, ante a derrota do governo nas eleições municipais de novembro de 1976.

De acordo com Dionísio Carneiro (Carneiro, 1990), caracterizariam a economia brasileira no Governo Geisel: as políticas de curto prazo, as práticas de desrepressão dos preços (que teriam provocado aumento de preços e instabilidade nas taxas mensais de inflação), a oficialização de uma regra para a correção monetária, a revisão da lei salarial e a intervenção no grupo financeiro Halles.

O trabalho foca em aspectos conjunturais e políticas de curto prazo daquele governo. O autor começa seu texto observando que, em 1973, a demanda mundial estava aquecida, em virtude da Guerra no Vietnã, da queda do dólar e da existência de eurodólares, sendo a inflação vista com complacência pelo governo. Nesse

contexto, quando adveio o choque do petróleo, ao final do ano, os governantes não perceberam a gravidade da crise: “A leitura dos jornais da época não evidencia que tenham as autoridades, em nenhum momento do primeiro ano do governo, demonstrado a consciência acerca das novas restrições mundiais.” (p. 298). Assim, o discurso contracionista do governo brasileiro logo após o choque fora motivado por problemas internos (inflação) e não de balanço de pagamentos. O ajuste recessivo, necessário segundo o autor, não teria sido aprovado. Em sua opinião, deveria ter sido aplicado um programa drástico de correções de desequilíbrios externos e internos – sendo a “década perdida” a consequência desse erro.

Para Dionísio Carneiro, diante da abundância de liquidez internacional, o governo optou por cobrir os déficits externos. A opção por não desvalorizar o câmbio se dava pelo temor inflacionário e pelo pessimismo quanto às elasticidades. Paralelamente, algumas importações eram encarecidas através de tarifas, encargos e restrições quantitativas, visando à substituição de importações. Já a opção pelo ajustamento teria sido refutada por motivos, em grande medida, políticos.

Na segunda metade da década de 1970 teria ocorrido a internalização das despesas de investimento e a continuidade de incentivos às exportações e restrições às importações através de medidas fiscais, creditícias e cambiais. Estas teriam distorcido preços relativos, levado ao aumento da dívida externa (a juros flutuantes), além de contribuído para a aceleração da inflação, nos anos 1980.

O legado para o Presidente Figueiredo teria sido perverso. As consequências negativas teriam sido agravadas pelas dificuldades de reprimir preços e tarifas em São Paulo, pelas dificuldades de contornar o uso de estatais como instrumento de captação de recursos no exterior, pelas concessões abusivas de incentivos fiscais, subsídios e artifícios financeiros. A estratégia teria resultado em deterioração da receita pública, empréstimos com encargos abaixo da inflação e renúncia de impostos, a fim de estimular a economia.

O Governo Geisel, por fim, padeceria de um desconhecimento das reais possibilidades de racionalização de energia. Ademais, ao conceder subsídios ao petróleo, teria estimulado o consumo, o que teria levado a uma inflação de custos. Segundo Carneiro (1990), somam-se à lista de erros do período os elevados juros internos, o programa nuclear ambicioso, o pouco rigor na condução de políticas de demanda, o crescimento da dívida do setor público, o aumento da dívida externa, sem contrapartida da renda disponível do setor público.

Entretanto, convém ressaltar que, no capítulo assinado com Eduardo Modiano

(Capítulo 12 do mesmo livro), Carneiro e Modiano (1990) ressaltam, sobre a recuperação das contas externas, que a queda das despesas de importação teria sido obtida pela queda do preço internacional do petróleo, pelos controles diretos, pela recessão, mas também pela substituição de longo prazo permitida pela entrada em vigor do programa de investimentos pós-1975. Este programa de investimentos seria responsável por uma redução permanente do coeficiente de importações que se observou com a recuperação da economia nos anos seguintes.

Bonelli e Malan (1976) vão na mesma linha crítica ao II PND acima ressaltada e enfatizam a racionalidade política embutida no Plano. De acordo com esses autores: “É imperioso aprofundar a questão para além das querelas ‘técnico-acadêmicas’ acerca dos erros e acertos de política econômica de curto prazo, na direção de um esforço por captar as características estruturais da economia brasileira (e sua associada superestrutura política), que hoje, como no passado, configuram os (estreitos) limites do possível em termos de opção de política econômica” (Bonelli e Malan, 1976, p.406).

Outro importante autor no debate acerca do II PND é José Serra (ver Serra, 1984). Para este, a desaceleração da economia a partir de 1976 seria explicada tanto por fatores cíclicos (sobre investimentos do período anterior), como pela própria revisão de muitas das metas do Plano (estabelecidas em um contexto internacional bastante distinto do vigente após o segundo choque do petróleo) e mesmo pelo abandono de alguns projetos, em função da política de contenção de gastos públicos.

Além disso, de acordo com Serra, contribuiu para o menor crescimento no período o fato de os investimentos serem concentrados em atividades capital-intensivas, com elevados prazos de maturação. Com relação ao setor externo, o agravamento teria se dado não apenas pelo 1º choque do petróleo, mas também pelo aumento da demanda por bens de capital e de insumos necessários para a realização dos investimentos pretendidos.

Cabe ainda mencionar o trabalho mais recente de Ricardo Carneiro (Carneiro, 2002), cuja interpretação difere das duas principais interpretações acima ao se posicionar criticamente em relação aos resultados obtidos pelo Plano. Para esse autor, o II PND não teria cumprido os objetivos propostos de implementar um novo padrão de crescimento (tentativa de deslocar o eixo dinâmico da indústria para a produção de bens de capital) e teria aumentado a vulnerabilidade externa da economia, visível nos crescentes déficits comerciais. Haveria ainda a questão política envolvida. O II PND teria tentado conciliar interesses, buscando manter a legitimidade do regime.

No que se refere à modificação da organização industrial, Carneiro (2002) considera que o empresariado nacional manteve "papel menor e subordinado". Além disso, o plano teria pecado pela ausência de referência à capacitação e autonomia tecnológica do país e com o padrão de financiamento utilizado, com elevada dependência de recursos externos. Quanto ao comércio exterior, o governo teria optado pelo controle das importações e a criação de incentivos e subsídios às exportações, para evitar desvalorizações maiores na taxa de câmbio. A consequência teria sido um crescimento expressivo do *quantum* importado, mas que não teria sido capaz de compensar a deterioração dos termos de troca.

Assim, de acordo com Carneiro (2002), as políticas adotadas não lograram suprir a dependência da energia importada nem elevar as exportações de forma mais relevante. O ajuste estrutural proposto, portanto, teria sido falho, uma vez que os desequilíbrios da economia teriam sido intensificados, com sobredimensionamento da indústria de bens de capital. A abundante liquidez internacional e a insuficiência do desenvolvimento do sistema financeiro nacional, por sua vez, teriam levado a um excessivo endividamento externo, herança para a década seguinte. Por fim, a saúde financeira do Estado teria sido comprometida, pela ampla gama de subsídios, isenções fiscais e estatização da dívida.

PROVA DE 2007

Questão 3

Discuta as causas e consequências do "processo de estatização da dívida externa" nas décadas de 1970 e 1980.

Resolução:

O processo de estatização da dívida externa tem sua origem em diversas medidas tomadas pelo governo nos anos 1970 e 1980. A razão última dessas medidas era viabilizar os projetos em curso no II PND e, ao mesmo tempo, financiar o déficit do balanço de pagamentos que surgira após o primeiro Choque do Petróleo, mas que era agravado pela própria execução dos planos de investimento. Foram diversos os instrumentos legais que promoveram a estatização da dívida externa.

A Resolução CMN nº 432, de 1977, destinava-se ao setor privado ou setor público. Ela permitia aos mutuários de empréstimos externos, dentro dos limites fixados pelo Banco Central, a realização de depósitos em moeda estrangeira junto a bancos autorizados a operar em câmbio no país. Permitia-se trocar uma dívida, cujo reajuste se dava pela correção cambial, por outra, ajustada pela correção monetária, assumindo o Banco Central o risco cambial e todos os encargos decorrentes do empréstimo externo, diante de uma mudança da taxa cambial. Em troca, o Banco Central recebia pagamento adiantado em dólares de um contrato de empréstimo externo (no referido contexto de escassez de divisas). Caso as expectativas de variação cambial se desfizessem, o agente poderia ainda sacar os recursos junto aos seus depósitos no Banco Central.

A Circular Bacen nº 230, de 1974, por sua vez, possibilitava aos bancos operando no Brasil captarem recursos no exterior pela Resolução nº 63, criada em 1967, transferindo, porém, ao Banco Central a responsabilidade sobre recursos que não encontrassem tomadores finais internos. Na prática, ambas as regras implicavam o governo assumindo riscos e, portanto, contribuíram para a estatização de dívidas privadas.

Em setembro de 1977, por meio da Resolução nº 445, o CMN passou a limitar os empréstimos em moeda nacional para entidades controladas direta ou indiretamente pelo Poder Público a 8% do total das aplicações dos bancos de investimento. Adicionalmente, por determinação presidencial, também em setembro de 1977, ficaram os ministérios proibidos de recorrer ao sistema financeiro privado doméstico

para financiar programas de investimentos de órgãos e empresas a eles subordinados, sem autorização da Seplan.

O resultado dessas duas últimas medidas é que as captações externas do setor público foram incentivadas e, de fato, cresceram significativamente. As estatais, em particular, foram usadas como fonte de divisas em um contexto em que o país necessitava de dólares para financiar o déficit em transações correntes.

A abundância dos recursos externos (petrodólares) a baixos custos e as medidas de incentivo à captação externa acima citadas fizeram com que a dívida externa bruta brasileira aumentasse de US$ 14,9 bilhões, em 1973, para US$ 55,8 bilhões, em 1979. Grande parte dessa dívida foi estatizada, ao final dos anos 1970 e início dos anos 1980, sobretudo após verificados os impactos das maxidesvalorizações cambiais de 1979 e 1983 e do choque dos juros, após a decisão de Paul Volcker, presidente do FED, de elevar os juros americanos.

Como afirmado por Hermann (2011), a aceleração da inflação no contexto de uma dívida indexada, as correções cambiais, a política de juros altos e a Resolução nº 432 e a Circular nº 230 mantiveram o déficit nominal e, portanto, a dívida pública, em crescimento, apesar das políticas restritivas adotadas, sobretudo após 1983.

PROVA DE 2008

Questão 4

Aborde os motivos da crise fiscal e financeira do Estado brasileiro na década de 1980.

Resolução:

O II PND pretendia completar a estrutura industrial brasileira (etapa final do processo de substituição de importações), eliminando as bases da vulnerabilidade e da dependência externa. O plano foi bem-sucedido em alterar a estrutura produtiva e energética do país, reduzindo importações de bens de capital e insumos básicos, e em gerar divisas através de atividades exportadoras. Nesse sentido, no de geração e/ou economia de divisas, houve redução da fragilidade externa. Entretanto, a vulnerabilidade externa financeira da economia foi agravada em parte pela mudança no contexto de liquidez, mas também em função da própria forma de financiamento do II PND, como ressalta Hermann (2011).

O financiamento da "Estratégia de 1974" (estratégia de manter o crescimento elevado com transformação produtiva) baseou-se em: financiamento externo, recursos do BNDE (frequentemente, com juros reais negativos), aval do BNDE para crédito externo e, em menor medida, fontes privadas nacionais de financiamento. Como agravante do quadro, convém assinalar que as empresas estatais foram incentivadas a buscarem recursos externos a fim de prover as divisas necessárias para financiar o déficit de transações correntes.

Cabe aqui ressaltar que a racionalidade do uso dos recursos externos no II PND é objeto de controvérsia. Alguns autores o veem como uma prova da "miopia curto-prazista" do governo (ver Carneiro, 1990, e Carneiro e Modiano, 1990), aliada à necessidade política de manter o crescimento a qualquer custo, em um regime militar que já começava a ser questionado. Outros autores defendem que o uso dos recursos externos era visto como uma oportunidade que permitiria fazer os investimentos necessários. Ou seja, seria possível não no curto, mas no longo prazo, superar a dependência externa, a baixos custos, posto que os juros estavam em níveis historicamente baixos.

O fato inegável é que, após o choque do petróleo e de um curto momento de escassez de recursos, os países em desenvolvimento foram beneficiados pela existência de ampla liquidez internacional advinda dos chamados petrodólares (dólares reciclados advindos dos ganhos que os países exportadores de petróleo passaram a ter após a quadruplicação do preço do produto).

Todavia, ao final dos anos 1970, o contexto internacional sofreu uma reviravolta com o segundo choque do petróleo, o choque dos juros e a moratória da dívida mexicana, transformando o ambiente anterior de abundância de liquidez externa em um quadro de severa restrição externa. Neste novo contexto, a estratégia anterior de endividamento externo a taxas flutuantes se provou desastrosa.

A crise financeira externa se tornou uma crise fiscal:

a) pelo processo de estatização da dívida externa (o governo assumiu o risco cambial e os encargos financeiros da desvalorização e do aumento dos juros);
b) pela própria aceleração da inflação que, com uma dívida pública indexada, leva a uma dinâmica perversa de crescimento do estoque desta dívida (efeito “bola de neve”);
c) pelo aumento dos juros necessários para continuar rolando a dívida pública (o que também contribui para o aumento do estoque da dívida ao longo do tempo);
d) pela retração da economia (queda da arrecadação) e pelo Efeito Olivera-Tanzi (perda de arrecadação real do governo em virtude da aceleração da inflação);
e) pelas dificuldades políticas de cortar gastos do governo, em um contexto de crescente questionamento do regime militar; e
f) pela política de contenção de tarifas e preços públicos na tentativa (inútil) de conter a inflação.

PROVA DE 2009

Questão 3

Comente a seguinte afirmação: nos primeiros anos da década de 1980 ocorreu um fortíssimo choque externo que, juntamente com a política de ajuste implementada para enfrentá-lo, provocou a fragilização financeira do setor público.

Resolução:

Em meados de 1979, por decisão da Opep, o preço do barril de petróleo no mercado internacional saltou de uma média de US$ 13,60 em 1978 para US$ 30,00 em 1979 e US$ 35,70 em 1980. No intuito de evitar um agravamento da inflação, o presidente do FED, Paul Volcker, mais do que dobrou os juros básicos nos EUA, porém de forma lenta e contínua, até 1981, quando a taxa de juros americana atingiu 16,4% ao ano. Os países emergentes que, na segunda metade da década de 1970, haviam utilizado recursos externos para promover investimentos ou financiar seus déficits externos se viram em apuros. Ademais, diferentemente do ocorrido no primeiro choque do petróleo, a retração da liquidez externa provou ser um fato duradouro – e não passageiro.

Em 1982, esse quadro foi agravado pela decretação da moratória do México. Temendo que outros países seguissem o mesmo caminho – e no intuito de evitar maiores perdas –, os credores internacionais endureceram as condições de crédito externo, em especial, para a América Latina, dando origem à Crise da Dívida da década de 1980. A renegociação das dívidas latino-americanas, a rigor, só foi concluída nos anos 1990, através do Plano Brady.

De acordo com Hermann (2011), podemos dividir as respostas do governo brasileiro a estes choques externos na primeira metade dos anos 1980 em três fases: 1979-1980; 1981-1983 e 1984.

Em um primeiro momento (1979-80), a economia apresentava taxas de crescimento ainda elevadas, de 8% a.a. em média, como reflexo do II PND. Em agosto de 1979, o Ministro Simonsen foi substituído pelo Ministro Delfim Netto no comando da política econômica. O diagnóstico deste foi de que o estrangulamento externo enfrentado pela economia brasileira refletia um desajuste de preços relativos. Assim, foi realizada uma maxidesvalorização cambial de 30%, foram corrigidos preços e tarifas públicas e foram estabelecidas medidas de controle monetário (que implicaram taxas negativas de crescimento do M1 e do crédito). Para conter gastos das estatais, foi criada a Sest (Secretaria Especial para as Empresas Estatais). Para compensar os

trabalhadores, o governo mudou a política salarial, de reajustes anuais para semestrais (ainda em 1979) e, em seguida, mudou a regra de indexação do salário mínimo de forma a torná-la menos prejudicial aos trabalhadores de menor renda, garantindo apenas parcialmente os reajustes daqueles que ganhavam acima de 15 salários mínimos. Ao mesmo tempo, anunciou políticas de prefixação da correção monetária. O efeito maior das correções de câmbio e de preços foi a aceleração da inflação. A deterioração dos termos de troca e os elevados encargos de juros pioraram as contas externas do país – sendo agora o déficit mais difícil de ser financiado, dado o adverso quadro de liquidez internacional.

No período 1981-1983 o governo mudou sua postura e adotou políticas restritivas, com o diagnóstico de que o desequilíbrio externo e do setor público decorria de um excesso de demanda. O maior resultado foi a queda do PIB, de 2,2% ao ano, em média, no período. O acordo firmado com o Fundo, em janeiro de 1983, levou ao recrudescimento da política monetária contracionista, que já vinha sendo adotada desde 1981, e foi decretada nova maxidesvalorização, dessa vez com efeitos reais, em 1983. A política fiscal também se tornou restritiva a partir de 1982. A carga tributária foi elevada e os investimentos públicos, cortados. Entretanto, em virtude do menor crescimento da economia, do Efeito Olivera-Tanzi (perda de arrecadação real em virtude da aceleração da inflação), da estatização da dívida, das dificuldades de cortar gastos e dos maiores encargos financeiros de juros e da correção cambial, houve, apesar da política fiscal restritiva, aumento tanto do déficit nominal quanto da dívida mobiliária federal.

Em 1984, entretanto, verificou-se uma súbita melhora das contas externas, em função do amadurecimento de projetos do II PND, da maxidesvalorização de 1983, da recessão interna e também do início da recuperação americana. Puxado pelo crescimento das exportações, houve crescimento do PIB de 5,4% em 1984, ao mesmo tempo em que houve melhora na situação fiscal, tendo o déficit operacional do governo atingido 3,0% do PIB. Porém, houve retração dos investimentos, afetados pelos cortes nos investimentos públicos e pela própria dificuldade das empresas estatais em se autofinanciarem em função da defasagem de suas tarifas e preços em relação à inflação (a exceção foram algumas empresas exportadoras de matérias-primas, cujos preços eram fixados internacionalmente).

Em suma, as políticas de ajuste implementadas nos primeiros anos da década de 1980 agravaram a fragilização financeira do setor público em virtude dos elevados juros, da aceleração da inflação e da própria queda do crescimento. A exceção se deu

em 1984, quando o bom resultado externo elevou o crescimento e, junto com políticas fiscais restritivas, ajudou na redução do déficit operacional.

A resposta a seguir contempla as questões:

PROVA DE 2011

Questão 4

Explique a lógica e a natureza do "enfoque monetário do Balanço de Pagamentos" proposto e recomendado pelo FMI nos anos 1980, bem como as causas e consequências de sua adoção na economia brasileira.

PROVA DE 2012

Questão 4

Avalie o impacto da crise do endividamento externo e dos ajustes externos preconizados pelo FMI sobre a economia brasileira, na década de 1980.

Resolução:

Em 1977, o FMI publicou o livro *e Monetary Approach to the Balance of Payments* (Ver Fundo Monetário Internacioal, 1977). Nele, defende-se que é possível resolver o problema do desequilíbrio externo através de: 1) a eliminação do déficit público; 2) o controle da quantidade de crédito; e 3) o estabelecimento de orientações para as expectativas dos agentes econômicos (via, por exemplo, estabelecimento de prefixação das desvalorizações cambiais a níveis inferiores ao nível da taxa de inflação corrente).

Em regra, os programas do FMI identificam o excesso de demanda como causa principal dos desequilíbrios do balanço de pagamentos. Numa linguagem mais direta, um país que apresenta déficits está "vivendo além de suas possibilidades". O excesso da absorção sobre a produção leva, além do déficit externo, a um aumento da inflação. Assim, se faz necessária uma forte desaceleração da demanda, como forma de resolver o problema externo e dos preços, simultaneamente.

A principal diferença do "enfoque monetário" em relação às políticas tradicionais é a ênfase no controle do crédito doméstico líquido das autoridades monetárias e na importância de orientações para guiar as expectativas dos consumidores e empresários. De acordo com o próprio Fundo, o "enfoque monetário" teria sido adotado por motivos pragmáticos, como a falta de dados estatísticos (além dos agregados monetários) nos países em desenvolvimento e pela maior facilidade de aplicação do controle da oferta de moeda (Bresser-Pereira e Nakano, 1984, p. 151).

O "enfoque monetário" parte da identidade contábil básica da macroeconomia, a qual estabelece (supondo, por simplificação, que não haja renda líquida enviada ao exterior, de forma que a renda nacional bruta se torne igual a renda interna bruta) que a Renda (Y) é igual ao Investimento (I) mais o Gasto do Governo (G) acrescido do Consumo (C) e das Exportações Líquidas de Bens e Serviços [Exportações (X) menos Importações (M)]:

$$Y = C + I + G + (X - M)$$

Subtraindo a tributação de ambos os lados, temos:

Y – T = C + I + (G – T) + (X – M)

Considerando que a poupança S é o que sobra da renda, após o consumo e o pagamento dos impostos:

Y – C – T = S = I + (G –T) + (X – M)

Rearrumando:

(S – I) + (T – G) = (X – M), onde T – G < 0 significa déficit público.

A partir dessa equação, infere-se que o excesso do dispêndio sobre a renda do país manifesta-se sob a forma de déficit externo.

Evidentemente, a aceitação da identidade não implica aceitar a causalidade implícita na abordagem do Fundo. Assim, diversos economistas se manifestaram contra a política do Fundo, ainda na primeira metade dos anos 1980.

De acordo com Lara Resende, citado em Bresser-Pereira e Nakano (1984), p. 148: “O déficit em conta corrente pode ser consequência tanto da demanda interna ser superior à renda de pleno emprego quanto da queda acentuada no valor das exportações.” Neste segundo caso, o déficit pode ser acompanhado de recessão interna com desemprego e capacidade ociosa. Apesar de estar vivendo “abaixo de suas possibilidades”, o país tem um déficit de balanço de pagamentos” (p. 148).

Ou ainda, conforme colocado por Edmar Bacha:

> *Idealmente, em vez de ficar manipulando identidades contábeis, o que o staff do FMI deveria tratar de verificar em primeiro lugar é se há ou não desemprego e capacidade ociosa nas indústrias potencialmente exportadoras e substituidoras de importação. Em segundo lugar, procurar determinar se essa ociosidade se deve a um problema de demanda efetiva ou de falta de competitividade. E só então recomendar uma política de ajuste. Caso o problema seja de desemprego com falta de competitividade, a ênfase deveria recair sobre a taxa de câmbio ou instrumentos conexos de controle das importações e promoção de exportações. Caso as indústrias estejam trabalhando a plena carga, a ênfase do programa teria de fato que ser na redução da demanda agregada interna. Caso o problema seja derivado de uma recessão econômica mundial, então se deveria tratar de minimizar o ajuste e maximizar o financiamento, até que a economia mundial se recomponha* (Bacha, 1983).

Do ponto de vista empírico, muito embora o Brasil já estivesse adotando políticas

voltadas para a contenção da absorção desde 1980, foi somente em 6 de janeiro de 1983, após as eleições para governador e vereador, que o governo brasileiro submeteu sua primeira Carta de Intenções ao FMI, aderindo ao "ajuste monetário".

A decisão de recorrer ao Fundo se deu também após a crise do México (agosto de 1982), sendo uma das causas para a adoção do ajuste (além do próprio nível do déficit de transações correntes) a forte deterioração das condições de financiamento externo. De fato, o déficit em transações correntes atingiu US$ 16,3 bilhões, em 1982. O processo de adequação ao receituário do Fundo, porém, não foi simples: durou 24 meses, período em que foram firmadas e examinadas nada menos do que sete Cartas.

As críticas mais comuns ao ajustamento proposto pelo Fundo se dão pela constatação de que o Brasil, no início de 1983, não apresentava um quadro de excesso de demanda (o PIB cresceu modesto 0,8% em 1982). Ademais, a própria natureza do déficit de transações no início de 1983 tornava o receituário do Fundo questionável. Isto porque, em 1982, o Brasil tinha um pequeno superávit nas contas comerciais (US$ 780 milhões), que se transformava em um déficit de transações correntes (de US$ 16,2 bilhões) em virtude da balança de serviços e renda, sendo US$ 13,5 bilhões associados a pagamento de juros, lucros e dividendos e outras rendas associadas, em grande medida, a dívidas e investimento passados e não a problemas correntes.

As exigências do Fundo envolviam um teto para o déficit em conta corrente de US$ 6,9 bilhões, superávit comercial de US$ 6 bilhões e taxa anual de inflação de 78%. Porém, os resultados medíocres da balança comercial levaram ao abandono do gradualismo na política cambial e, em fevereiro de 1983, o governo brasileiro desvalorizou o câmbio em 30%. Segundo Baptista Jr. (citado em Carneiro e Modiano, 1990), essa correspondia à valorização real sofrida pelo cruzeiro entre dezembro de 1979 e dezembro de 1982. Visando impedir que a máxi fosse integralmente neutralizada, com o repasse generalizado aos preços e salários, por uma aceleração compensatória da inflação (tal como ocorrera em 1979), o governo promoveu uma desindexação parcial dos salários.

As consequências para a economia brasileira do enfoque monetário foram: queda do PIB de 2,9% e taxa de desemprego aberto de 6,7%, em 1983. O grau de utilização da capacidade caiu para o nível mais baixo desde 1970, atingindo 76%. Em virtude do ajustamento fiscal, houve redução do déficit operacional, de 7,3% do PIB para 3,3%. O déficit em transações correntes caiu para US$ 6,8 bilhões, ao passo que a balança comercial apresentou um superávit de US$ 6,5 bilhões, no mesmo ano de 1983. A melhora da balança está associada à própria redução do nível de atividade (menores

importações), à maxidesvalorização, à queda do preço do petróleo, ao início da recuperação americana e à maturação dos projetos do II PND.

O pior resultado coube à inflação que, malgrado a queda do PIB, se acelerou. De acordo com Carneiro e Modiano (1990), a resistência da inflação complicou as negociações com o Fundo. Dado o impacto dos preços industriais, a inflação medida pelo IGP-DI atingiu 211% em 1983. No mesmo período, o INPC, que corrigia os salários, variou 178%. Houve também mudança na relação entre preços industriais e preços agrícolas. Esses resultados levaram ao não cumprimento das metas de déficits nominais – motivo que acabou justificando a criação do conceito de déficit "operacional" (definido como sendo igual ao déficit primário mais juros reais) e ao próprio conceito de inflação inercial.

6

Os Planos de Estabilização

PROVA DE 2005

Questão 11

Entre os fatores que determinaram o fracasso do Plano Cruzado incluem-se:

(0) A contração do comércio internacional.

(1) A distorção da estrutura dos preços relativos.

(2) A elevação de impostos indiretos.

(3) A escassez dos fluxos de financiamento internacional.

(4) A persistência dos desequilíbrios nas contas públicas.

Resolução:

(0) Falso.

Desde 1984 a economia americana vinha crescendo a taxas mais elevadas, contribuindo para a expansão do comércio internacional.

(1) Verdadeiro.

O congelamento de preços, que era previsto para durar apenas três meses, vigorou por 11 meses, distorcendo diversos preços.

(2) Verdadeiro.

Houve aumento de impostos indiretos no Cruzadinho, lançado em julho de 1986. Tratava-se, basicamente, de novos impostos indiretos na aquisição de gasolina e automóveis, que seriam restituídos após três anos. Além disso, havia impostos não restituíveis sobre a compra de moeda estrangeira para viagens e passagens aéreas. Os aumentos do Cruzadinho, porém, foram expurgados do índice oficial de inflação.

O Cruzado II, anunciado logo após as eleições, em novembro, também criava impostos indiretos sobre produtos da ponta de consumo (automóveis, cigarros e bebidas), além de remarcações nas tarifas de energia elétrica, telefones e tarifas postais. Houve uma tentativa de novos expurgos, mas essa não foi aceita. O Cruzado II contribuiu para acionar o gatilho salarial. Nesse sentido pode ser considerado como um dos fatores que determinaram o final do Cruzado.

(3) Verdadeiro.

A escassez de fluxos de financiamento internacional foi um dos motivos que levaram ao fracasso do Plano, posto que dificultava o financiamento do déficit em transações correntes.

(4) Verdadeiro.

A existência de preços públicos defasados no momento do congelamento piorou a situação fiscal do governo. Diversos autores veem os desequilíbrios fiscais como uma das causas do fracasso do Plano.

Questão 12

Na segunda metade da década de 1980 e nos primeiros anos da década de 1990 foram implementados diversos planos de combate à inflação. Sobre estes, é CORRETO afirmar:

(0) O Plano Cruzado foi formulado sob a concepção de que a inflação brasileira era basicamente de natureza "inercial".

(1) A manutenção de taxas de juros elevadas foi um dos instrumentos de controle de demanda utilizado pelo Plano Cruzado.

(2) Uma das diferenças entre os planos Bresser e Cruzado foi a ênfase do primeiro sobre o controle do déficit público.

(3) Ao contrário dos planos Cruzado e Bresser, o Plano Verão não estabeleceu o congelamento de preços e salários.

(4) O impacto recessivo do Plano Collor foi atenuado graças ao desempenho das exportações.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O baixo déficit operacional, aliado à elevada inflação e ao fracasso dos ajustes recessivos do início dos anos 1980, levaram os formuladores do Cruzado a concluir que a inflação no Brasil era, basicamente, inercial.

(1) Falso.

O diagnóstico era de que a inflação não era de demanda. Por esse motivo, as políticas fiscal e monetária poderiam ser acomodatícias. Como se esperava que a demanda por moeda fosse crescer pela estabilização, a oferta de moeda poderia aumentar, sem gerar pressões inflacionárias. Após a implementação do Plano Cruzado, as taxas de juros nominais caíram abruptamente e também as taxas reais.

(2) Verdadeiro.

O Plano Bresser tentou corrigir os erros do Plano Cruzado. Um dos erros apontados era o diagnóstico de inflação puramente inercial. A concepção do Plano Bresser era de que a inflação era inercial e de demanda, o que requereria controle do déficit público, além da necessidade da desindexação.

(3) Falso.

O Plano Verão estabeleceu congelamento por tempo indefinido (ao contrário do Plano Bresser, que tentou estabelecer um congelamento em três fases). Todavia, dada a descrença na eficácia de congelamentos, após sucessivos planos, o congelamento foi pouco respeitado.

(4) Falso.

O crescimento das exportações foi negativo (-4,3%), contribuindo para a recessão de 1990.

Questão 14

Com relação ao Plano Real e seus impactos sobre a economia, é CORRETO afirmar que:

(0) A utilização da Unidade Real de Valor (URV) como indexador de preços e contratos visava a estimular a convergência de expectativas dos agentes econômicos com respeito à inflação.

(1) Com a introdução da nova moeda o governo optou por uma política de câmbio fixo como forma de garantir a estabilidade de preços.

(2) Os limites fixados para a expansão da base monetária quando da introdução do Real mostraram-se adequados à demanda por moeda.

(3) Em comparação com o regime de bandas cambiais vigente até a desvalorização de 1999, o estabelecimento do sistema de metas inflacionárias aumentou a necessidade de se manter um volume elevado de reservas.

(4) A falta de um ajuste fiscal de caráter permanente pode ser apontada como uma das fragilidades da economia sob o Real.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A URV era uma média de três índices e tinha por objetivo alinhar os agentes em torno de um mesmo indexador, ao mesmo tempo em que encurtava o período de reajuste. Simulou uma hiperinflação (via dolarização) “sem viver suas consequências”, para utilizar a expressão do célebre texto “Larida” (Arida e Resende, 1984).

(1) Falso.

De acordo com Souza (1998), pode-se distinguir quatro fases bem distintas na condução da política cambial no Plano Real: I) livre flutuação para baixo (entre julho e setembro de 1994); II) âncora cambial rígida (R$ 0,84/US$ por cinco meses); III) face ao chamado “Efeito Tequila” (contágio decorrente da crise mexicana, ao final de

1994), o Banco Central decretou uma minidesvalorização cambial de cerca de 6% em março de 1995, seguida de pequenas correções aleatórias; IV) pequenas desvalorizações cambiais, que foram convergindo para 0,6% ao mês, até o final de 1998.

(2) Falso.

As metas fixadas estouraram três vezes até serem abandonadas. Em momentos de transição de um regime de alta inflação para baixa inflação, sabe-se que ocorre um fenômeno de remonetização (aumento da demanda por moeda), mas é extremamente difícil prever a magnitude desse aumento.

(3) Falso.

O regime de metas inflacionárias pressupõe o câmbio flutuante, no qual, em tese, reservas não são necessárias (a variação de reservas é igual a zero num regime puramente flutuante, embora dificilmente, na prática, o governo não pratique algum grau de intervenção na taxa de câmbio). Teoricamente, o equilíbrio do Balanço de Pagamentos é realizado através do ajuste do câmbio, de forma automática. Além disso, o regime anterior a 1999 não era de bandas cambiais.

(4) Verdadeiro.

A deterioração fiscal foi um dos motivos que levaram ao ataque especulativo ao real e ao abandono do regime de câmbio administrado, em janeiro de 1999. Todavia, diferente do que se supunha quando da concepção do Plano, a piora fiscal não resultou no retorno da inflação, que caiu sucessivamente no período de 1994-1998.

PROVA DE 2006

Questão 12

No que tange à condução do Plano Real, pode-se afirmar:

(0) Foram estabelecidas, no início do Plano, metas restritivas de expansão monetária e de crédito, que foram mantidas e sistematicamente perseguidas nos anos seguintes.

(1) Houve sobrevalorização da taxa nominal de câmbio nos meses iniciais de existência da nova moeda, conjugada a uma ampla abertura externa. Isto teve efeito imediato sobre os preços ao consumidor dos bens comercializáveis, contendo-se o ímpeto da inflação.

(2) A sobrevalorização do câmbio gerou uma piora na balança comercial.

(3) O aumento de reservas resultante do forte ingresso de capitais no início do Plano não gerou impacto sobre a dívida pública.

(4) A "crise russa" e suas consequências modificaram o perfil da dívida mobiliária federal, com o aumento da participação de títulos públicos pós-fixados.

Resolução:

(0) Falso.

As metas monetárias foram abandonadas três meses após o lançamento do Plano. Não houve metas de expansão de crédito, embora tenha ocorrido o requerimento de elevação das reservas compulsórias sobre depósitos à vista e depósitos a prazo.

(1) Verdadeiro.

A abertura, aliada à valorização do câmbio, ajudou a conter a inflação pela pressão exercida sobre os preços dos bens comercializáveis.

(2) Verdadeiro.

A balança comercial era superavitária em 1994 no valor de US$ 10,4 bilhões, passando, em 1995, para um déficit de US$ 3,5 bilhões. Tal déficit se agravou nos anos seguintes, atingindo US$ 6,6 bilhões em 1998.

(3) Falso.

A forte entrada de capitais em função dos elevados juros e também da maior confiança na economia brasileira (e oportunidades de negócios) levou à necessidade de esterilização dos recursos ingressantes, a fim de manter o controle da inflação e a própria paridade cambial. Com isso, a dívida pública interna aumentou.

(4) Verdadeiro.

O temor da desvalorização reduziu a participação dos títulos prefixados, aumentando a demanda por títulos pós-fixados e títulos cambiais.

Questão 13

Em relação à fase I do Plano Real, que se estendeu de julho de 1994 a janeiro de 1999, é CORRETO afirmar que:

(0) O Plano Real foi bem-sucedido no combate à inflação, que era de 45% ao mês em junho de 1994 e chegou a 1,7% ao ano, em 1998.

(1) As crises do México, da Ásia e da Rússia obrigaram o governo a elevar a taxa de juros para evitar a fuga de capitais, deprimindo a demanda interna.

(2) A política econômica contribuiu para a redução da taxa de desemprego aberto.

(3) A abertura comercial, combinada com a sobrevalorização da taxa de câmbio, contribuiu para a geração de elevados superávits na balança comercial.

(4) Ocorreu uma deterioração dos indicadores de endividamento, tanto o externo como o público.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Verdadeiro.

Por efeito de contágio, a economia brasileira, que também possuía um câmbio administrado, sofreu com as crises externas. A resposta imediata a cada uma das crises foi a elevação dos juros, para evitar a fuga de capitais. Em consequência, após as crises externas, a demanda agregada era impactada negativamente.

(2) Falso.

À exceção do primeiro ano (1995), houve aumento da taxa de desemprego aberto em todos os demais anos do Plano Real.

(3) Falso.

A abertura, combinada com a sobrevalorização, gerou *déficits* crescentes na Balança Comercial. A ligeira melhora obtida em 1998 se deu não em virtude de uma recuperação das exportações, mas pelas menores importações, em um contexto de baixo crescimento.

(4) Verdadeiro.

A estratégia de uso de âncora cambial e de juros elevados para conter a inflação

resultou em piora do endividamento externo, em um quadro de ampla liquidez internacional (até ao menos a crise asiática, quando o cenário se tornou adverso). Os juros altos, combinados ao baixo crescimento da economia, resultaram numa dinâmica perversa para a dívida pública, que sofreu ainda com o reconhecimento de dívidas antigas (esqueletos).

PROVA DE 2007

Questão 11

A partir do início da década de 1980 ganhou adeptos no Brasil a hipótese da "inflação inercial". A respeito dessa hipótese e das proposições para combater a inflação inercial, são CORRETAS as afirmativas:

(0) As expectativas desempenham papel fundamental para explicar a autonomia da inflação.

(1) A proposta de Francisco Lopes – denominada choque heterodoxo – é de que as políticas monetária e fiscal sejam passivas.

(2) Na visão de Nakano e Bresser Pereira, o déficit público só seria inflacionário se a economia operasse a pleno emprego.

(3) Na proposta de André Lara Resende e Pérsio Arida, uma nova moeda indexada à inflação do mês imediatamente anterior deveria, obrigatoriamente, manter a paridade fixa com o dólar.

(4) Choques de oferta ou de demanda explicariam as mudanças de patamar da inflação, seja no sentido ascendente, seja no sentido descendente.

Resolução:

(0) Anulada

Essa questão foi anulada possivelmente porque, em Lopes (1986), o autor considerava que a inflação inercial era independente das expectativas, resultando de cláusulas contratuais que recompunham, periodicamente, o valor dos contratos, inclusive salários. Este ponto é polêmico, pois a existência dos contratos é uma prova de que os agentes já esperavam a inflação e consideravam a inflação passada o melhor guia para o futuro.

(1) Verdadeiro.

De acordo com Lopes, não havia grave desequilíbrio fiscal às vésperas do Cruzado, e o desequilíbrio restante seria corrigido pelo fim do Efeito Olivera-Tanzi. Ademais, haveria uma remonetização da economia (aumento da demanda por moeda), o que permitiria o governo emitir moeda para se financiar, sem que isso elevasse a inflação.

(2) Verdadeiro.

Bresser-Pereira e Nakano defendem a posição keynesiana tradicional, segundo a qual abaixo do pleno emprego a expansão fiscal e monetária não causa inflação.

(3) Falso.

A proposta "Larida" (Arida e Resende, 1984) busca promover uma "dolarização

sem o dólar". A moeda indexada teria o papel de reduzir o período de reajuste sem a necessidade de viver a hiperinflação (e dolarização) da economia. Logo, a paridade fixa não era fundamental como nos planos baseados em dolarização.

(4) Falso.

Este gabarito é questionável. De acordo com o modelo de Simonsen (1974, Cap. 5), que é uma referência para os estudos de inflação inercial, se há um choque temporário (suponhamos de apenas um período), seja ele de oferta ou demanda, e o coeficiente de retroalimentação da inflação for igual a 1 (inércia plena), de fato, a inflação assume outro patamar, para cima ou para baixo. Se a inércia não for plena (coeficiente menor do que 1), não haverá mudança de patamar mas uma trajetória que muda a inflação a cada mês. Portanto, a veracidade ou não da afirmativa do enunciado depende do grau de indexação da economia.

Questão 12

A respeito dos objetivos e da execução dos planos de combate à inflação da segunda metade da década de 1980, é CORRETO afirmar que:

(0) Ao contrário do Plano Cruzado, o Plano Bresser autorizou diversos aumentos de preços públicos e de preços administrados antes de decretar o congelamento.

(1) O aumento do superávit comercial foi uma das causas do fracasso do Plano Cruzado, em virtude do impacto monetário da acumulação de reservas cambiais.

(2) A proposta de moeda indexada foi inicialmente implementada pelo Plano Verão, embora tivesse êxito apenas durante o Plano Real.

(3) O Plano Bresser foi o primeiro plano heterodoxo a rejeitar o recurso ao congelamento de preços, preferindo recorrer à criação de uma moeda indexada.

(4) Uma das causas do fracasso do Plano Cruzado foi o impacto inflacionário do regime de flutuação livre do câmbio ao longo de sua implementação.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O Plano Bresser começou por alinhar preços públicos. Alguns haviam sido congelados em patamares bastante defasados no Plano Cruzado e ainda não haviam se recomposto, causando prejuízo às contas fiscais.

(1) Falso.

Na realidade, houve *queda* do superávit comercial que, em 1985, era de US$ 12,5

bilhões, para US$ 8,3 bilhões, em 1986. A grande contração ocorreu nas exportações, por redirecionamento da produção de bens para o mercado interno. O maior crescimento também levou ao aumento das importações (inclusive, para ofertar produtos que desapareceram das prateleiras, como carne), porém em menor monta.

(2) Falso.

O Plano Verão é um Plano Cruzado mais radical, baseado em congelamento de preços e não na proposta da moeda indexada, que só seria implementada no Plano Real, através da URV.

(3) Falso.

O Plano Bresser usou congelamento em três fases: congelamento por 90 dias, flexibilização (reajustes mensais pelo IPC dos três meses anteriores, com o intuito de fazer baixar a inflação) e liberação de preços.

(4) Falso.

Na verdade, no Plano Cruzado o câmbio foi congelado no valor vigente em 28 de fevereiro de 1986. Houve uma pequena correção em outubro (de 1,8%), quando foi igualmente anunciada uma política de minidesvalorizações eventuais, de forma a preservar uma determinada relação câmbio-salário.

PROVA DE 2008

Questão 10

A respeito das diferentes interpretações sobre a natureza da inflação brasileira na década de 1980, é CORRETO afirmar que:

(0) Para os pós-keynesianos, a instabilidade cambial trazida pela crise do endividamento externo foi um dos principais motivos da aceleração inflacionária.

(1) O congelamento de preços e salários foi a única proposta dos defensores da tese da inflação inercial, para romper a indexação dos preços correntes à inflação passada.

(2) Para os monetaristas, choques cambiais elevaram o patamar da inflação inercial no triênio 1980-1982, enquanto o risco de novos choques tendia a acelerá-la.

(3) Para os pós-keynesianos, o principal motivo de perda de controle da oferta de moeda entre 1980 e 1982 foi a acumulação de reservas cambiais trazida pelo superávit comercial.

(4) Para os defensores da tese da inflação inercial, os choques de oferta tendiam a elevar o patamar da inflação, mas choques de demanda tendiam a reproduzir a tendência inercial.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

De acordo com economistas heterodoxos (e não somente pós-keynesianos), a vulnerabilidade externa leva a desvalorizações periódicas que, em uma economia indexada, se transforma em inflação crônica.

(1) Falso.

Havia ainda a proposta da moeda (Arida e Resende, 1984).

(2) Falso.

Para os monetaristas, o descontrole da moeda e do crédito são os responsáveis pela inflação. Os monetaristas não reconhecem a existência de inflação inercial. Choques de preços deveriam apenas provocar mudanças temporárias em preços relativos. Se há um processo inflacionário é porque o governo sanciona a inflação emitindo moeda e não controlando o crédito.

(3) Falso.

Pós-keynesianos não enfatizam a variação do estoque de moeda como a causa principal da inflação, mas sim os monetaristas. Além disso, não houve sequer acumulação de reservas no período em questão: entre 1980 e 1982 as reservas *caíram* de um patamar de US$ 7 bilhões para R$ 4 bilhões e a capacidade de atrair capitais

externos se agravou após a moratória do México.

(4) Falso.

Choques de demanda e choques de oferta tendem a ser, ambos, incorporados à tendência inflacionária, parcial ou inteiramente, a depender do grau de inércia da economia.

Questão 11

A respeito dos planos de combate à inflação adotados entre 1986 e 1994 é CORRETO afirmar:

(0) A abertura financeira de 1992 auxiliou o Plano Real, ao permitir a acumulação de reservas cambiais e ao promover a gradual desvalorização da moeda nacional antes do plano de estabilização.

(1) O aumento do saldo comercial em 1986 prejudicou o Plano Cruzado, devido ao impacto monetário que resultou da elevação das reservas cambiais.

(2) Para reduzir os desequilíbrios distributivos decorrentes do congelamento de preços, o Plano Bresser instituiu a Unidade de Referência de Preços (URP).

(3) O Plano Real postergou crises cambiais que prejudicaram outros programas de estabilização ao definir uma taxa de câmbio compatível com superávits comerciais.

(4) Fiel à propalada aversão do então Ministro da Fazenda a congelamentos, o Plano Verão preferiu recorrer à contração da oferta de moeda para combater a inflação.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A maior abertura financeira promovida no início dos anos 1990 permitiu um crescimento das reservas, de tal sorte que o Plano Real se iniciou com nível relativamente confortável de reservas. Quanto ao câmbio, existe controvérsia se a taxa de câmbio real no início do Plano estava (ou não) num patamar de equilíbrio.

(1) Falso.

Em 1986, houve *redução* das reservas cambiais devido à combinação de elevação do déficit de transações correntes e reduzida entrada de capitais. Em 1985, as reservas eram de US$ 11,6 bilhões, caindo para US$ 6,8 bilhões, no ano seguinte.

(2) Verdadeiro.

A URP foi um indexador criado no Plano Bresser para corrigir salários e fornecer teto de preços em linha com a política de congelamento (em três fases) do Plano.

(3) Falso.

De acordo com críticos do Plano, a taxa de câmbio foi fixada em um patamar relativamente valorizado em termos reais (quando deflacionada por índices de preços ao consumidor), valorizou-se em termos nominais (e reais) nos primeiros meses e passou quase todo o período do Plano Real bastante defasada em termos reais, o que pode ser notado pela contínua deterioração da balança comercial – à exceção de 1998, quando a desaceleração do produto fez caírem as importações em grande magnitude, levando a uma melhora da balança comercial.

(4) Falso.

O Plano Verão também adotou congelamento, por prazo indefinido.

PROVA DE 2009

Questão 10

O Plano Cruzado, implementado pelo Governo Sarney em 1986, se caracterizou por:

(0) Grande crescimento da demanda, a despeito da adoção de uma política monetária e fiscal restritiva.

(1) Fazer uso do congelamento de preços e salários, adotando uma nova moeda atrelada à ORTN.

(2) Considerar, em sua formulação inicial, que não existiam pressões de demanda que justificassem as elevadas taxas de inflação verificadas na economia brasileira naquele momento.

(3) Utilizar uma mesma regra de conversão para preços e salários, quando da troca de moedas: do cruzeiro para o cruzado.

(4) Adotar "choque heterodoxo" como caminho de combate a inflação, em detrimento da proposta de adoção de uma "moeda indexada".

Resolução:

(0) Falso.

As políticas monetária e fiscal adotadas no Plano Cruzado foram acomodatícias. O pressuposto para a política monetária era de que a demanda por moeda aumentaria com o fim da inflação, dando espaço para o aumento da oferta de moeda, sem que isso gerasse inflação. No caso da política fiscal, pressupunha-se que já havia relativo equilíbrio fiscal e que o déficit remanescente seria liquidado pelo fim do Efeito Olivera-Tanzi.

(1) Falso.

A proposta de criar uma nova moeda atrelada à ORTN era a proposta "Larida", lançada pelos economistas André Lara Resende e Pérsio Arida em dezembro de 1984 (Arida e Resende, 1984).

(2) Verdadeiro.

O diagnóstico do Plano Cruzado era de que a inflação era puramente inercial, não existindo pressões de oferta ou de demanda.

(3) Falso.

Os preços foram convertidos pelos valores vigentes em 28 de fevereiro de 1986, enquanto os salários o foram pela média dos seis meses anteriores, receberam abono de 8%, em média (e 16% para o salário mínimo), e foram então congelados. Adicionalmente, foi introduzido o "gatilho salarial" (indexação salarial), que seria

acionado quando a inflação acumulasse 20%, a fim de proteger os trabalhadores de grandes perdas por aceleração da inflação.

(4) Verdadeiro.

A proposta do "choque heterodoxo" foi lançada por Francisco Lopes (Lopes, 1986) e adotada no Plano Cruzado, ao invés da proposta "Larida", da "moeda indexada".

Questão 11

Depois de várias tentativas fracassadas, implementou-se, no Governo Itamar Franco, um plano de estabilização bem-sucedido. No que se refere ao Plano Real, pode-se afirmar que:

(0) Havia a intenção inicial de fixar limites para a expansão da oferta da nova moeda, o Real, que acabaram não sendo cumpridos.

(1) Enfrentou a dimensão inercial da inflação por intermédio da criação da URV – que se constituiu numa espécie de superindexador.

(2) Juntamente com a abertura comercial, a política cambial adotada a partir da criação do Real foi decisiva no combate à inflação.

(3) Da mesma forma que na época do Plano Cruzado, a estratégia de combate à inflação do Plano Real não pôde contar com liquidez nos mercados financeiros internacionais.

(4) A valorização cambial e a consequente queda das exportações foi o fator que mais contribuiu para os saldos negativos da balança comercial nos primeiros anos do Plano.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A terceira fase do Plano Real começou justamente com a fixação de metas monetárias, que foram logo descumpridas e, após três meses, abandonadas.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

A ampla liquidez internacional característica dos primeiros anos do Real, a abertura comercial e financeira e a valorização cambial tornaram possível o uso de uma estratégia que, em muitos aspectos, se assemelha ao uso de uma âncora cambial (embora o câmbio não tenha permanecido fixo ao longo do Plano) – o que foi fundamental para o sucesso do Plano.

(3) Falso.

Por ocasião do Plano Cruzado, os mercados internacionais ainda viviam o ambiente de restrição de recursos para a América Latina que se seguiu à moratória mexicana de 1982. A partir de 1990, com a adesão ao Plano Brady (repactuação da dívida), pelos países latino-americanos, houve retorno dos fluxos de capital para a região. O Brasil aderiu àquela iniciativa em 1994, o que contribuiu fortemente para o ingresso de recursos, viabilizando, por sua vez, a estratégia de estabilização através do uso de âncora cambial.

(4) Falso.

O maior determinante da piora das contas comerciais ao longo do Plano Real foi o aumento das *importações* (induzido pelo câmbio apreciado, mas também pela oportunidade de renovação do parque industrial, que se encontrava bastante defasado).

PROVA DE 2010

Questão 11

Os planos heterodoxos de combate à inflação, adotados na década de 1980, tiveram em comum os seguintes aspectos:

(0) Privilegiaram o combate à inflação de demanda, provocada pelos sucessivos déficits públicos do Governo Sarney.

(1) Apoiaram-se, pelo menos parcialmente, na teoria da inflação inercial para justificar suas estratégias de combate à inflação.

(2) Congelaram a taxa de câmbio, o que contribuiu para a crise do balanço de pagamentos, mesmo que a conjuntura fosse de grande liquidez internacional.

(3) Implementaram congelamentos de preços e salários.

(4) Foram precedidos por ajustes fiscais e maxidesvalorizações cambiais.

Resolução:

(0) Falso.

O que caracteriza os planos dos anos 1980 é o diagnóstico da inflação inercial, embora alguns, como o Plano Bresser e o Plano Verão, tenham caracterizado a inflação como inercial e de demanda. A "política do feijão com arroz" foi a única que teve diagnóstico exclusivamente de "demanda", porém, não pode ser considerada propriamente um "plano", mas apenas um programa, posto que não tinha um conjunto de medidas pré-estabelecidas.

(1) Verdadeiro.

O diagnóstico da inflação inercial é justamente o que os caracteriza como planos "heterodoxos".

(2) Falso.

O congelamento da taxa de câmbio não é uma característica comum a todos os planos. Adicionalmente, houve melhora da balança comercial em diversos anos e o contexto de liquidez internacional não era favorável para o Brasil até meados dos anos 1990, quando foi assinado o Plano Brady.

(3) Verdadeiro.

Esse gabarito é questionável. Modiano (1990) afirma explicitamente que não houve congelamento de salários no Plano Cruzado. Isto porque "as datas de dissídios coletivos que haviam prevalecido até novembro de 1979 foram restauradas e os

salários seriam corrigidos, após um ano, por 60% do aumento do custo de vida" (p. 358). Além disso, existia o gatilho salarial (uma escala móvel que seria acionada quando a inflação atingisse 20%).

Soma-se, ainda, o fato de que algumas categorias conseguiram, diante do aumento da demanda, elevar seus salários. Todavia, na concepção do Plano por Francisco Lopes, a ideia era congelar preços e salários, embora esses devessem ser congelados pela média, diferentemente dos preços.

(4) Falso.

Houve uma desvalorização cambial de 9,5% no Plano Bresser e de 16,4% no Plano Verão; todavia, não houve desvalorização prévia ao Plano Cruzado. Tampouco houve ajuste fiscal prévio ao Plano Bresser.

PROVA DE 2011

Questão 11

Sobre os planos de combate à inflação das décadas de 1980 e 1990, é CORRETO afirmar:

(0) As aberturas comercial e financeira, as privatizações, a apreciação cambial e a adoção de elevadas taxas de juros reais foram peças-chave na condução do Plano Real.

(1) A utilização da moeda indexada no Plano Cruzado tinha como objetivo combater a inflação inercial.

(2) O Plano Real, até os efeitos da crise do México, possibilitou período de crescimento do nível da atividade econômica causado, dentre outros motivos, pelo incentivo ao consumo decorrente da queda da taxa nominal de juros das aplicações financeiras, principalmente dos pequenos poupadores.

(3) A execução do Plano Bresser, quando da adoção do congelamento, foi facilitada pela existência de simetria entre os preços relativos. Quando o Plano Bresser foi adotado já havia ocorrido o Plano Cruzado.

(4) Ao contrário da década de 1980, uma condição externa favorável ao sucesso do Plano Real foi a facilidade de tomar financiamento nos mercados internacionais.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O Plano Real utilizou-se da taxa de câmbio como arma para estabilização – o que pressupõe abertura comercial e financeira para se tornar efetiva. Elevadas taxas de juros reais (taxa Selic de 21%, em média, no período 1994-1998, utilizando o INPC como deflator) também foram fundamentais para conter a inflação e financiar o déficit de transações correntes. As privatizações ajudaram, embora menos do que se supunha inicialmente, as contas fiscais.

(1) Falso.

No Plano Cruzado não foi utilizada a moeda indexada, mas sim uma estratégia de congelamento. A proposta da moeda indexada foi preterida pelo "Choque Heterodoxo", que defendia o congelamento.

(2) Verdadeiro.

A apreciação do câmbio, somada à queda dos juros e à própria queda da inflação, levou a uma euforia de consumo nos primeiros meses do Plano Real, apesar da elevação do compulsório sobre depósitos à vista e a prazo.

(3) Falso.

Quando o Plano Bresser foi adotado, de fato, já havia ocorrido o Plano Cruzado.

Por esta razão, o temor de novos congelamentos levou diversos agentes a aumentarem, preventivamente, preços, desalinhando preços relativos. A maior prova da existência de assimetrias foi a decretação de correções de preços públicos e tarifas, no início do Plano, a fim de reduzir o ônus fiscal causado pelas defasagens dos mesmos em relação à inflação.

(4) Verdadeiro.

Por ocasião do Plano Real, o mercado de capitais já estava mais favorável à América Latina. O Brasil aderiu ao Plano Brady tardiamente, mas antes do início do Plano Real, o que contribuiu para a estratégia de combate à inflação através do uso do câmbio.

PROVA DE 2012

Questão 11

A respeito dos planos de estabilização inflacionária a partir de 1986, é CORRETO afirmar que:

(0) Todos os planos de estabilização que recorreram ao congelamento de preços procuraram fixar a taxa de câmbio nominal, mas foram prejudicados pela escassez de financiamento externo voluntário.

(1) O aumento da demanda interna durante o Plano Cruzado reduziu excedentes exportáveis na indústria de transformação (sobretudo em alguns ramos de insumos intermediários), o que contribuiu para diminuir o saldo da balança comercial e dificultou o uso da taxa de câmbio para controlar a inflação.

(2) A grande entrada de capitais externos em 1994 foi essencial para a política cambial usada pelo Plano Real como instrumento anti-inflacionário, embora provocasse expansão dos meios de pagamento.

(3) O recurso ao congelamento de preços modificava os preços relativos e induzia pressões para remarcações de preços que, uma vez liberadas, inviabilizavam o controle da inflação.

(4) Depois de 1994, o equilíbrio da conta de transações correntes sustentou a política cambial do Plano Real até 1999, apesar das fugas de capital que a ameaçaram em 1995 e 1997, depois das crises cambiais do México e da Ásia.

Resolução:

(0) Falso.

O Plano Bresser, que adotou o congelamento de preços e salários, por exemplo, decretou uma desvalorização cambial e praticou minidesvalorizações cambiais (o câmbio, portanto, *não* ficou congelado).

(1) Verdadeiro.

Houve redução do saldo da balança comercial ao longo do Plano Cruzado, em parte devido ao próprio aquecimento da demanda e em outra parte em virtude da valorização real da taxa de câmbio durante o período.

(2) Verdadeiro.

Esse gabarito é questionável. A política cambial tinha por objetivo forçar a queda da inflação e a grande entrada de capitais externos foi essencial para o financiamento dos déficits em transações correntes, tendo estes se tornado crescentes. Todavia, a entrada de capitais era em grande parte esterilizada, não provocando, portanto, significativa expansão dos meios de pagamento no período.

(3) Verdadeiro.

O congelamento se provou uma estratégia não eficiente para o combate da inflação.

Houve distorção de preços relativos e o descongelamento revelou-se bastante difícil.

(4) Falso.

Houve deterioração contínua do saldo em transações correntes entre 1994 e 1998, como é comum em países que promovem a estabilização utilizando o câmbio como estratégia de combate à inflação.

Questão 12

Na década de 1980, a hipótese da "inflação inercial" ganhou adeptos no Brasil. A respeito desta hipótese e das proposições para combater a inflação, é CORRETO afirmar que:

(0) De acordo com os defensores da hipótese, variações na base monetária e na demanda agregada seriam mais importantes para explicar as mudanças de patamar da inflação do que choques de custo, especialmente no início da década de 1980.

(1) De acordo com os defensores da hipótese, a inflação tenderia a permanecer alta mesmo depois que o motivo original da elevação desaparecesse.

(2) Alguns de seus críticos afirmavam que havia uma tendência de aceleração da variação de preços em meio à crise da dívida externa e as políticas de ajuste, por causa da grande incerteza acerca, sobretudo, das taxas de câmbio e juros.

(3) Todos os teóricos da "inflação inercial" desaconselhavam o recurso a congelamentos de preços e salários como meio de combater a tendência inercial. Francisco Lopes, principal elaborador do Plano Cruzado, defendeu o congelamento de preços para o combate à inflação inercial.

(4) De acordo com os defensores da hipótese, a indexação dos reajustes de preços à inflação passada impediria a estabilidade de preços, mas não a estabilidade da taxa de inflação, na ausência de novos choques.

Resolução:

(0) Falso.

A inflação inercial decorre de cláusulas de reajustes que reproduzem a inflação passada. A inércia inflacionária, em última análise, resulta da inflação de custos associada a uma situação de conflito distributivo. De acordo com Arida e Resende (1984), os choques de custos vividos desde o final dos anos 1970 teriam elevado o patamar de inflação, sucessivamente.

(1) Verdadeiro.

A ideia da inércia inflacionária é justamente essa, qual seja, a de que o choque inflacionário é incorporado à tendência, reproduzindo-se ao longo do tempo (movimento inercial)

(2) Verdadeiro.

Alguns autores enfatizam os choques de câmbio e juros, em um ambiente marcado pelo conflito distributivo, como as causas principais da aceleração inflacionária.

(3) Falso.

Por ocasião do Plano Cruzado não existiam posições consensuais para lidar com a inflação, mas sim um intenso debate. Existiam pelo menos três propostas heterodoxas em discussão: Choque Heterodoxo, Pacto Social e Reforma Monetária. Ver Castro (2011).

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2013

Questão 12

Com relação aos planos de combate à inflação (Cruzado, Bresser e Verão) implementados na década de 1980, é CORRETO afirmar:

(0) A proposta de adoção de uma "moeda indexada" foi incorporada pelo Plano Cruzado.

(1) O Plano Bresser procurou desindexar os salários, ao contrário do Plano Cruzado, que adotara o gatilho salarial.

(2) O Plano Bresser apontou o déficit público como uma das causas da inflação, neste aspecto se afastando do diagnóstico inercialista da inflação.

(3) Sob a gestão do ministro Maílson da Nóbrega, o Plano Verão determinou um congelamento de preços temporário e flexível, e com regras de saída (prazo e indexador) claramente explicitadas.

(4) Para suavizar inconsistências distributivas que prejudicaram planos heterodoxos anteriores, o Plano Verão evitou elevações nas tarifas públicas.

Resolução:

(0) Falso.

A "moeda indexada" foi adotada, com inovações, no Plano Real. A estratégia para o combate à inflação inercial no Plano Cruzado foi o congelamento de preços e salários pelos seus valores médios, acrescidos de abonos e do "gatilho salarial".

(1) Falso.

O Plano Cruzado buscava, sim, reduzir o grau de indexação dos salários, em que pese o gatilho salarial, que foi acrescentado ao final do Plano para garantir aos trabalhadores que as perdas não acumulariam mais de 20%.

(2) Verdadeiro.

O diagnóstico da inflação no Plano Bresser era híbrido: inercial e de demanda.

(3) Falso.

O Plano Verão previa congelamento por tempo indefinido.

(4) Falso.

No Plano Verão buscou-se cortar despesas e aumentar receitas, inlcuindo tarifas públicas. Entretanto, tais medidas não foram aprovadas pelo Congresso, dado o desgaste político do Presidente Sarney, após diversos planos malsucedidos de combate à inflação.

Questão 15

Sobre o Plano Real e a economia brasileira no período posterior a sua implantação, pode-se afirmar:

(0) A queda da inflação nos anos posteriores ao Plano deveu-se mais à queda de preços dos bens comercializáveis do que a dos bens não comercializáveis.

(1) A relação câmbio/salários cresceu na primeira metade da década de 1990 e depois registrou uma tendência à estabilidade nos anos finais da mesma década.

(2) O sistema de metas inflacionárias, adotado logo após o Plano Real, baseou-se em experiências anteriores de países como França, Austrália e Argentina.

(3) A redução da inflação propiciou taxas de crescimento do PIB sempre superiores a 1% ao ano entre 1995 e 1998.

(4) O saldo das transações correntes entre 1994 e 1998 foi sempre negativo.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Esse gabarito é questionável. Utilizando como *proxy* de bens comercializáveis o índice IPA e dos bens não comercializáveis o índice INPC (média móvel trimestral), verifica-se que a maior queda dos preços comercializáveis se deu nos primeiros meses do Plano, como é comum a planos de estabilização com âncora cambial. Nos anos seguintes, os índices tenderam a convergir.

(1) Falso.

Após o Plano Real, houve *queda* praticamente contínua da relação câmbio/salários. Em julho de 1994, mês de introdução do real, o índice médio (base: 2005 = 100) era de 125,6. O índice atingiu 74,7 em dezembro de 1998, mês imediatamente anterior à desvalorização cambial.

(2) Falso.

Baseou-se em experiências anteriores na Austrália, na Nova Zelândia, no Canadá, no Reino Unido, entre outros.

(3) Falso.

Em 1998, a taxa de crescimento da economia foi próxima de zero.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2014

Questão 12

Sobre os planos de combate à inflação das décadas de 1980 e 1990 pode-se afirmar:

(0) A estratégia recessiva para combater a inflação nos primeiros anos da década de 1980 contou tanto com políticas monetárias como fiscais restritivas.

(1) Os Planos Collor, Cruzado e Verão tiveram como medidas comuns o congelamento de preços, mas não a reforma monetária.

(2) A URV, no Plano Real, foi utilizada como reserva de valor.

(3) Os planos anteriores ao Plano Real não tiveram êxito duradouro devido, entre outras razões, à distorção dos preços relativos e à falta de financiamento estrangeiro da dívida externa.

(4) A apreciação cambial foi fundamental para o sucesso do Plano Real, mas a deterioração resultante da conta de transações correntes contribuiu para o ataque especulativo contra o Real, no final de 1998.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Nos primeiros anos da década de 1980 ocorreram tentativas de estabilização através de políticas monetárias e fiscais contracionistas que não lograram, porém, reduzir a inflação de forma significativa.

(1) Falso.

Em todos os planos citados houve mudança de moeda e, portanto, reforma monetária.

(2) Falso.

A URV não circulava, mas seu valor era atualizado diariamente pelo governo, tendo por base a variação *pro rata* de três índices de preços. Não sendo uma moeda plena, assumiu apenas a função de unidade de conta – e não de reserva de valor.

(3) Verdadeiro.

Embora esses não sejam os únicos motivos para os fracassos, o congelamento de preços provou ser uma estratégia que introduzia distorções na estrutura de preços relativos na economia, sendo o processo de descongelamento bastante difícil de ser controlado. Outro ponto fundamental foi a mudança do quadro de liquidez externa que, no caso do Plano Real, permitiu o uso do câmbio como âncora de preços. Em contraste, na década de 1980 a baixa liquidez internacional acentuava a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

(4) Verdadeiro.

O Plano Real utilizou o câmbio apreciado e a abertura comercial e financeira para forçar preços para baixo. Todavia, a estratégia de âncora cambial levou à deterioração contínua das contas externas, que culminou no ataque especulativo contra o Real, ao final de 1998.

Questões Discursivas

PROVA DE 2005

Questão 5

Os planos de estabilização econômica das décadas de 1980 e 1990 compreenderam medidas ortodoxas e heterodoxas. Discuta os planos Cruzado, Collor e Real, explique a estratégia e avalie os resultados de cada um.

Resolução:

Cruzado:

O diagnóstico do Plano Cruzado era de que a inflação seria puramente inercial (isto é, não existiriam pressões de demanda nem de custos), fazendo com que a inflação corrente fosse igual à inflação passada, pela existência de contratos indexados. Para combater a inércia inflacionária, foi introduzido um congelamento de preços, com ajuda de listas de preços a serem respeitados (Tabela da Sunab). Os salários deveriam ser convertidos pela média dos seis meses anteriores e, para compensar possíveis aumentos de preços nos meses que antecederam ao Plano, foram introduzidos abonos salariais de 8%, para os salários em geral, e 16% para o salário mínimo. Ainda em relação a salários, foi criado o “gatilho salarial”, de forma a proteger os trabalhadores, sendo este acionado quando a inflação acumulada alcançasse 20%.

Em virtude da remonetização natural esperada pela estabilização (aumento da demanda por moeda), a política monetária proposta era “acomodatícia”, isto é, em função da demanda. Quanto à situação fiscal, esperava-se que as contas públicas seriam beneficiadas pelo fim do Efeito Olivera-Tanzi. Uma nova moeda foi introduzida, o cruzado, na paridade de 1.000 cruzeiros para cada cruzado, tendo a paridade com o dólar ficado congelada no valor da data de introdução do cruzado (28/2/1986). As cadernetas de poupança passaram a ter reajustes trimestrais e os juros foram prefixados por 12 meses.

Os resultados iniciais do Plano Cruzado foram a drástica queda da inflação (que caiu para zero no primeiro mês) e a obtenção de elevados índices de popularidade para o governo. Seguiu-se ao anúncio do plano uma explosão de demanda (a chamada “festa da estabilização”), que foi apenas parcialmente contida, meses mais tarde, pelo pacote fiscal denominado “Cruzadinho”, cujo objetivo era financiar obras de infraestrutura. Diversos produtos se tornaram escassos com o passar do tempo, criando o fenômeno dos ágios e das filas. Para conter o desabastecimento e evitar a

deterioração das contas públicas pelas tarifas defasadas, algumas importações foram feitas e foi anunciado o Cruzado II. Este pretendia corrigir um grupo pequeno de preços, tais como tarifas e preços finais (automóveis, entre outros), mas a contenção das demandas da sociedade por descongelamento (bem como um novo expurgo do índice oficial de inflação) se tornou impossível. A inflação acumulada atingiu, assim, os 20%, acionando o gatilho salarial e levando ao fim do Plano Cruzado. Ao longo de 1986, houve deterioração das contas externas e elevado crescimento do PIB (7,5%).

Collor:

O Plano Collor tinha como diagnóstico a "fragilidade financeira do Estado", que decorria basicamente do ônus fiscal representado pelo pagamento de juros sobre a chamada "moeda indexada". Esta nada mais era do que a remuneração pelos juros do *overnight* dos depósitos dos bancos, que contavam com o compromisso de zeragem automática pelo Banco Central, isto é, liquidação das posições ativas ou passivas de seus balanços a juros não punitivos. Para eliminar a moeda indexada, vista como fonte última da inflação (posto que inviabilizava o controle monetário), foi realizado um sequestro de liquidez.

Os depósitos à vista e de poupança em valores superiores a aproximadamente US$ 1.200 ficaram bloqueados pelo prazo de 18 meses, com devolução prevista em 12 parcelas mensais, a partir de setembro de 1991, e rendimento real de 6% a.a.. As aplicações em *overnight* e *open* foram também bloqueadas em sua maior parte, bem como os recursos aplicados em fundos de curto prazo (CDB, RDB, entre outros). Houve nova alteração monetária, substituindo o cruzado novo (introduzido no Plano Verão) pelo cruzeiro. Um (novo) congelamento foi igualmente introduzido, embora sua importância seja menor neste plano do que no Cruzado. Do lado fiscal, houve aumentos de impostos, tais como IPI, criação do IOF e forte ênfase no combate à sonegação. A fim de diminuir o tamanho do aparato público (proposta de Estado mínimo), houve reforma administrativa e privatizações, ainda que menos relevantes do ponto de vista fiscal do que as que ocorreriam após o Plano Real. Ainda que tenha existido um grande enxugamento da oferta de moeda (estoque), a política monetária revelou-se expansionista (fluxo). Houve forte queda dos juros nominais, embora os juros reais tenham se mantido elevados. A taxa de câmbio passou a ser flutuante e foram relaxados controles administrativos sobre exportações e importações, eliminando os controles quantitativos e introduzidos prazos para a queda das tarifas (abertura comercial).

Os resultados do Plano Collor I foram a queda abrupta da inflação, que se situava

no patamar de 80% ao mês antes de sua introdução. Todavia, houve recessão profunda na economia e enorme desgaste do governo. O Plano gerou insatisfação de todas as camadas da sociedade, tendo atingido inclusive pequenos poupadores. O Plano foi duramente criticado, do ponto de vista conceitual, por ter controlado apenas o estoque de moeda, sem controlar o seu fluxo. Com o passar do tempo, a inflação voltou a se acelerar, tornando necessário o Plano Collor II. Este via a indexação como a causa central da retomada da inflação e propunha cortes de gastos e programas de fomento à competitividade industrial. A recuperação do atraso industrial era vista como uma condição para se obter a estabilidade duradoura dos preços. Entretanto, a deterioração do quadro político e o início do processo de *impeachment* do Presidente Collor acabaram por tornar inviável a manutenção do Plano, embora alguma desaceleração da inflação tenha de fato ocorrido.

Plano Real:

O Plano Real foi concebido como um programa em três fases: ajuste fiscal, desindexação da economia e âncora nominal.

A primeira fase partia do diagnóstico de que existiria na economia brasileira um "Efeito Olivera-Tanzi às avessas". Isto é, o Tesouro se beneficiava da inflação em virtude da menor indexação dos gastos comparativamente às receitas, do contingenciamento e do atraso de pagamentos pelo governo, e da subestimativa da inflação quando da realização do orçamento público. Para equacionar o problema fiscal, foi criado o Fundo Social de Emergência (FSE), que consistia na desvinculação de receitas do governo, permitindo seu maior controle. Os gastos seriam, em princípio, direcionados para áreas prioritárias, tais como a Saúde – o que não chegou a ocorrer.

A segunda fase do Plano consistia na desindexação da economia através de uma hiperindexação, a ser realizada pela Unidade Real de Valor (URV). Tratava-se de uma quase moeda, posto que cumpria a função de unidade de conta mas não de meio de pagamento, já que não circulava. A URV tinha seu valor estabelecido diariamente pela variação média de três índices de preços e servia de base para a correção monetária de preços e contatos, sendo considerada um "indexador contemporâneo". Os salários foram convertidos em URVs pela média dos últimos quatro meses e pagos pela URV do dia, tornando a indexação salarial, na prática, mensal. Os contratos foram igualmente convertidos em URVs para evitar transferências, entre credores e devedores, do *float* inflacionário. A URV foi introduzida em 28 de fevereiro de 1994 e ganhou poder liberatório em 01 de julho. Nesta data, foi substituída pelo real, com

poder liberatório, à paridade inicial de 1:1 com o dólar, mas podendo se valorizar.

Com o lançamento do real, iniciou-se a terceira fase do Plano, que consistia no estabelecimento de uma âncora nominal que desse respaldo à nova moeda. Inicialmente foram fixadas metas monetárias, que foram logo abandonadas, com a substituição da âncora monetária pela cambial. Para conter a explosão de demanda esperada com o fim da inflação, houve elevação dos compulsórios sobre depósitos à vista e a prazo e elevação dos juros reais.

A taxa de câmbio e a taxa de juros se tornaram as âncoras dos preços que, num contexto de elevada liquidez internacional e abertura comercial e financeira, levaram à queda da inflação (de forma sustentável), à deterioração das contas externas e públicas (em virtude dos elevados juros, do reconhecimento dos chamados "esqueletos" fiscais, da elevação inicial do salário mínimo e de outros gastos). Houve aumento da relação dívida/PIB e comportamento cíclico da economia (crescimento inicial do PIB, seguido de desaceleração, com alguns episódios de aceleração do crescimento– *stop and go*). Cabe ressaltar, porém, que o contexto internacional de elevada liquidez ocorreu essencialmente nos primeiros anos, ainda assim sendo interrompido pela crise do México (dezembro de 1994). Em 1997, estourou a crise asiática e, em 1998, a crise russa, que acabou contagiando a economia brasileira, dada a sua vulnerabilidade externa e fiscal. A desvalorização da moeda ocorreu em janeiro de 1999, quando se data o fim do Plano Real.

A resposta a seguir contempla as questões:

PROVA DE 2006

Questão 3

Discuta em que medida os diagnósticos que sustentaram a formulação dos planos Cruzado e Real podem ser comparados. Você diria que os diagnósticos são semelhantes?

PROVA DE 2008

Questão 5

Faça uma comparação entre os planos Cruzado e Real, discutindo, inclusive, a conjuntura econômica (nacional e internacional) à época em que foram lançados.

PROVA DE 2009

Questão 4

Discuta o conceito de inflação inercial e explique como ela foi enfrentada quando da implementação dos planos Cruzado (1986) e Real (1994).

Resolução:

O Plano Cruzado e o Plano Real guardam semelhanças e diferenças, seja em seu diagnóstico das causas da inflação, seja no contexto internacional em que foram lançados.

Em primeiro lugar, o Plano Real, ao contrário do Plano Cruzado, partiu do pressuposto de que o desajuste das contas públicas era a principal causa da inflação brasileira. Esta conjectura é diametralmente oposta àquela manifestada por ocasião do Plano Cruzado. Como se sabe, a resistência da inflação brasileira a políticas de contenção de demanda, aplicadas no início dos anos 1980, levou numerosos economistas a formularem hipóteses comportamentais e institucionais sobre o fenômeno. Desenvolveu-se à época a tese de que a inflação brasileira era basicamente inercial, ou seja, perpetuava-se por conta do movimento dos preços no período anterior. Particularmente, no Plano Cruzado (1986) o mal inflacionário, na justificativa de seus criadores, não poderia ter origem fiscal, simplesmente, porque as contas operacionais do setor público se encontravam, à época de seu lançamento, relativamente equilibradas. Não apenas o déficit fiscal não era elevado, como seria eliminado pela própria estabilização, devido ao Efeito Olivera-Tanzi. Isto é, a inflação onerava o Tesouro, posto que as receitas eram indexadas com menor eficiência do que os gastos, e os devedores do governo frequentemente atrasavam pagamentos, a fim de se beneficiarem de valores reais menores, corroídos pela inflação.

Em 1993 (às vésperas do Plano Real, portanto), embora o déficit operacional do governo fosse moderado, comparativamente ao de outros países (2,2% do PIB), os formuladores do Plano concluíram que a principal causa da inflação era, sim, o desequilíbrio fiscal. A tese do desajuste fiscal, porém, não era a convencional (gastos maiores do que receitas), mas sim de que existia, na formulação da proposta orçamentária, um desajuste estrutural entre receitas e gastos que não era revelado pela mera observação do déficit operacional.

A cobertura do hiato de recursos (entre os gastos orçados e as receitas tributárias efetivamente recolhidas) era realizada através dos seguintes artifícios: 1) do crescimento da relação Dívida Pública/PIB (pressionando os juros da economia); 2) da

imposição de contingenciamentos (limites quantitativos à realização de despesas autorizadas no orçamento), "calotes" e repressão fiscal (adiamento de receitas e sua consequente corrosão pela inflação); e 3) pela corrosão do valor real dos gastos previstos devido à subestimação da inflação na elaboração da Lei Orçamentária. Diante deste quadro, somente um equilíbrio fiscal prévio, ou seja, uma previsão realista de gastos em relação à capacidade real de arrecadação, viabilizaria o fim do regime inflacionário. Este era justamente o objetivo da chamada "Fase I" do Plano Real, através da criação do Fundo Social de Emergência (FSE), fundo esse que foi sendo sucessivamente prorrogado, ainda que com outros nomes.

Se o diagnóstico subjacente aos planos Cruzado e Real era bastante distinto no que concerne a aspectos fiscais, ambos compartilhavam a tese de que a inflação brasileira teria um forte componente inercial. Tal componente deveria ser combatido através da desindexação da economia, ainda que as soluções propostas fossem bastante distintas nos dois programas. Ademais, enquanto para o Plano Cruzado a inflação seria puramente inercial, no Plano Real defendia-se que existia um problema fiscal a ser sanado *ex ante* (conforme argumentado acima), na primeira fase do Plano.

Para Lopes (1986), livro que inspirou o Plano Cruzado, em uma economia com elevado grau de inércia, a tendência inflacionária do sistema é a própria inflação do período anterior, que pode ser agravada, ocasionalmente, por flutuações decorrentes de choques de oferta (safras agrícolas, choque do petróleo etc.) ou de demanda. O ponto fundamental é que essas possíveis fontes de flutuação, ao invés de passageiras, são incorporadas à tendência inflacionária da economia.

Na versão de Arida e Resende (1984), ou "Proposa Larida", que inspirou o Plano Real, o diagnóstico é o mesmo, embora não se enfatize a existência de uma "tendência" inflacionária. Para os dois autores, a inércia inflacionária resulta de cláusulas de indexação que recuperam o valor real dos preços e das rendas em intervalos periódicos, resultando na perpetuação da inflação. A inflação presente passa a ter como mínimo a inflação passada, podendo ser agravada por choques de oferta e demanda.

Tanto Lopes quanto Arida e Resende compartilhavam a concepção de que grande parte da resolução de uma inflação inercial passa por colocar as rendas contratuais, simultaneamente, em seus valores médios. Isto porque, em uma economia com elevada inércia, as rendas contratuais (embora permaneçam, em termos nominais, constantes) exibem uma trajetória de queda (no modelo de Lopes, 1986, linear) em seus valores reais entre os períodos de reajustes (exibindo, portanto, valores de pico,

imediatamente após o reajuste, e descendendo até um valor de vale, logo antes do novo reajuste). Já os preços dos bens, por serem mais frequentes os reajustes, encontram-se, em geral, mais próximos de seus valores médios, podendo ser fixados em seus valores correntes.

No Plano Cruzado, pretendia-se combater a inflação através de um congelamento de preços – os vigentes na data de introdução do Plano – e da fixação dos salários em seus valores médios reais dos últimos seis meses. Todavia, foram concedidos abonos salariais para os trabalhadores e introduziu-se o "gatilho" salarial, que recomporia as perdas quando a inflação acumulasse 20%. Arida e Resende eram, porém, bastante críticos da proposta de congelamento, posto que ele "engessa" uma estrutura de preços relativos que poderia ser (ou se tornar com o tempo) inconsistente.

Alternativamente – e a partir da observação de experiências históricas do final de hiperinflações –, a proposta Larida pretendia percorrer o caminho entre uma alta inflação e uma hiperinflação reduzindo os períodos de reajuste dos contratos. Isto, no entanto, sem sofrer as mazelas da hiperinflação. Em vez de esperar que o encurtamento dos reajustes viesse em consequência de uma aceleração da taxa de inflação, os autores propuseram que uma reforma monetária encolhesse a memória do sistema econômico, através da introdução de uma nova unidade monetária – na proposta inicial, indexada à ORTN (e, portanto, sem inflação), que conviveria, durante alguns meses, com a velha moeda. Conforme o uso da moeda indexada fosse se disseminando (e a livre conversibilidade seria fundamental para evitar uma fuga da velha moeda, o que teria como consequência a explosão da sua velocidade de circulação), a própria necessidade da divulgação de um índice geral de preços se reduziria. O governo, então, poderia fixar uma taxa de depreciação (do cruzeiro relativo ao novo cruzeiro) "igual à taxa média de inflação observada no passado recente (...) *ad infinitum* (ou até que o cruzeiro fosse eliminado)" [Arida e Resende,1984, p. 24]. Após um curto período de convívio, a velha moeda seria extinta e a inflação, como nas hiperinflações, acabaria abruptamente.

Francisco Lopes fez algumas críticas à proposta Larida. Entre elas, a observação de que preços convertidos livremente e rendas contratuais (salários, aluguéis e preços públicos) convertidas pela média poderiam: "(...) gerar resistências políticas. Afinal, fica difícil justificar por que os salários devem ser convertidos à nova moeda em termos de médias, enquanto os preços dos bens que compõem a cesta de consumo do trabalhador podem ser convertidos em termos de picos" (Lopes, 1986, p. 138). Dadas essas dificuldades, o autor propunha o congelamento. Neste caso, o controle dos

preços seria, na percepção do público, o que o governo daria em troca pela conversão compulsória pelas médias.

O questionamento sobre a viabilidade política da proposta não significa, porém, que Lopes defendesse a livre conversão das rendas contratuais, pelo contrário. No limite, alertava Lopes, se todos os agentes tentassem converter suas rendas reais em nova moeda pelos valores de pico anteriores de renda real, a inflação na nova moeda seria exatamente igual à da velha moeda (Lopes, 1986, p. 138). Porém, agora, ao contrário do que supunham Arida e Resende, a reforma monetária não seria: "vã e inócua:" (Arida e Resende, 1984, p. 27). A inflação estaria muito mais vulnerável a choques inflacionários (pela redução do período de reajustes na nova moeda) e a credibilidade do governo estaria ferida pela hiperinflação na velha moeda (p. 138-9).

Por ocasião do Plano Real, algumas modificações foram feitas na URV em relação à proposta Larida. A primeira delas foi a de que a URV não seria uma moeda, mas uma quase moeda, que não teria poder liberatório – impedindo, assim, que uma hiperinflação na moeda velha acabasse por contaminar a nova. Outra modificação foi fazer a URV variar diariamente de acordo com uma média de três índices de preços, tornando o indexador mais universal (chamado de "indexador contemporâneo"). Em resposta à crítica de Lopes de que seria preciso dar "algo em troca" pelo fato de os preços serem congelados perto do pico e as rendas pela média, os salários (que foram convertidos pela média dos valores reais nos últimos quatro meses) passaram a ser pagos pela URV do dia do pagamento, o que, na prática, equivalia a uma indexação mensal. Não foram dados abonos nem foi introduzido o gatilho, como no Plano Cruzado. Além disso, foram introduzidos "custos de cardápio" *(menu costs)*. Isto porque, mesmo sendo apenas uma unidade de conta, a URV trazia o risco de uma explosão inflacionária, por uma possível "superindexação". Para evitar que tal fato ocorresse, o governo tornou a URV de pouca duração (tendo o calendário político também influenciado) e proibiu que os preços finais (exceto na última semana) fossem cotados em URV. A justificativa para esta última medida era manter "custos de cardápio", ou seja, custos incorridos ao remarcar os preços e reimprimir tabelas.

Uma importante diferença entre o Plano Cruzado e o Real foi a concepção do que deveria ser a política monetária. No primeiro, defendia-se que a política monetária poderia ser acomodatícia, posto que ocorreria um natural aumento da demanda por moeda. Já no Plano Real – e, em parte, como aprendizado das experiências anteriores, onde ocorrera uma explosão de demanda sempre que a inflação baixava –, um forte aperto de liquidez foi introduzido.

Arida (1992) defendeu a tese de que a conversão das rendas pela média não seria suficiente, em economias com inflação crônica, para garantir a estabilização. Seria preciso ou aumentar juros ou reduzir o estoque da dívida antes da estabilização, a fim de fazer face ao *boom* de demanda por ativos reais que acontece, naturalmente, pela redução da inflação. Em vez da política monetária passiva, implícita na proposta heterodoxa, seria preciso impor juros altos (ou reestruturar a dívida pública). No início do Plano Real, dadas as dificuldades de reestruturar a dívida pública, a equipe do governo optou por aumentar as taxas reais de juros e elevar as taxas de depósitos compulsórios (sobre depósitos à vista e a prazo) da economia, revelando que a revisão teórica de Pérsio Arida, então presidente do Banco Central, teria sido assimilada.

A maior diferença entre o Plano Cruzado e o Plano Real consiste, porém, na terceira fase do Plano, quando, após um curto período de metas monetárias que rapidamente estouraram, adotou-se uma estratégia de âncora cambial, embora a paridade entre a moeda doméstica e o dólar não fosse propriamente fixa. No Cruzado, a taxa de câmbio foi congelada no nível vigente em 28/2/1986, o que contribuiu para a deterioração do saldo de transações correntes, ao passo que o próprio crescimento da economia (7,5% em 1986) engendrou mais importações e menos exportações (redirecionamento da oferta para o consumo doméstico). Todavia, o contexto de liquidez internacional e a própria abertura da economia eram completamente distintos entre os dois planos – o que foi decisivo para o sucesso do Plano Real.

De fato, em meados dos anos 1980, a economia brasileira padecia ainda das consequências da crise da dívida, do início da década. Em virtude do choque do petróleo e dos juros no início dos anos 1980, o Brasil, que havia se utilizado largamente do endividamento externo para seu desenvolvimento nos anos 1970, se viu diante de uma severa crise no Balanço de Pagamentos. Ao forte aumento do preço do óleo (e resultante déficit comercial) seguiram-se elevações nas remessas de juros, pelo aumento da taxa básica imposto pelo então presidente do FED, Paul Volcker. O resultado dessa combinação de fatores foi a forte deterioração do déficit de transações correntes. Diferentemente da década anterior, em que os petrodólares permitiram o financiamento do déficit a baixos custos, porém, na década de 1980, existia um quadro de severa restrição de liquidez internacional. Este foi ainda agravado pela decretação da moratória pelo México, em 1982, o que resultou em escassos ingressos de divisas para a América Latina como um todo por quase uma década.

O contexto de liquidez internacional começa a mudar justamente em 1990, por ocasião do Plano Brady, que propunha a repactuação da dívida da América Latina, em

condições bem mais favoráveis. O Brasil aderiu ao Plano Brady em 1994, ano de lançamento do Plano Real. A repactuação da dívida, somada aos elevados juros que passaram a ser praticados no país, às oportunidades de negócio trazidas pela estabilização e, ainda, à possibilidade de o Brasil se tornar uma plataforma exportadora para o Mercosul tornaram o país extremamente atrativo para investimentos diretos e de portfólio. O quadro internacional ao longo do período que compreende o real (1994-1999), porém, não foi estável, sendo marcado por crises como as do México, Ásia e Rússia. De toda forma, a existência de ampla liquidez internacional era crucial para o financiamento de déficits crescentes em transações correntes, decorrentes da estratégia de utilizar o câmbio como âncora para os preços. Além disso, diferentemente do contexto dos anos 1980, no Plano Real a economia era mais aberta do ponto de vista comercial e financeiro. A abertura comercial era crucial para que a pressão baixista dos preços dos bens comercializáveis se tornasse relevante para a dinâmica dos preços internos. Logo no início do Plano Real, diversas tarifas de importação foram reduzidas e barreiras não tarifárias removidas, de forma a ampliar o canal de influência dos preços dos comercializáveis sobre os demais.

PROVA DE 2007

Questão 4

Do Plano Cruzado ao Plano Collor, passando pelos planos Bresser e Verão, nota-se nítida tendência de se assumir, cada vez mais, uma visão ortodoxa acerca do processo inflacionário brasileiro em detrimento da heterodoxia. Comente tal afirmativa.

Resolução:

O dito diagnóstico ortodoxo da inflação enfatiza pressões nos preços advindas de inflação de demanda (excesso de demanda agregada em relação à oferta agregada). Estas, por sua vez, estão, em regra, associadas a (ou são agravadas por) comportamento expansionista de um governo que gasta além de seus meios. Pressões de custos tais como quebras de safras agrícolas, mudanças nos preços do petróleo, desvalorizações cambiais, aumentos salariais induzidos por reivindicações sindicais etc. são vistos como choques que, por sua natureza, deveriam introduzir (apenas) mudanças temporárias nos preços relativos – e não processos inflacionários. Nesta visão, se choques de custos se transformam em inflação, isso se deve a uma permissividade das autoridades monetárias, que sancionam os aumentos de preços através da emissão de moeda.

A base teórica da dita teoria ortodoxa da inflação é a teoria quantitativa da moeda, que pressupõe que, diante de uma velocidade constante de circulação da moeda e do produto em seu potencial (pleno emprego), a expansão monetária gera, apenas, aumento do nível dos preços. O receituário ortodoxo, em consequência, sugere que processos inflacionários devem ser contidos com políticas monetária e fiscal contracionistas. Versões mais modernas aplicam o mesmo receituário, indicando, porém, uma necessidade de trabalhar as expectativas inflacionárias.

O Plano Cruzado foi implementado em 1986, em um contexto em que políticas fiscais e monetárias restritivas, adotadas na primeira metade dos anos 1980, tinham se provado incapazes de conter o processo inflacionário em curso no país. Diante disto, fortaleceu-se a tese de que o princípio da correção monetária, introduzido no Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), tornara-se um elemento de dificuldade para o combate à inflação.

Nesse contexto, a tese que inspirou o Plano Cruzado baseava-se no diagnóstico de que a inflação brasileira era "puramente inercial", isto é, não existiam, no momento de adoção do plano, nem pressões de demanda nem pressões de custos. A prova para a ausência de pressões de demanda seria a existência de baixos níveis de déficits

púbicos, quando aferidos no conceito operacional (isto é, aquele que desconta do déficit nominal os efeitos da correção monetária e cambial). Pressupunha-se, ademais, que a situação fiscal do governo seria beneficiada com o fim da inflação, pelo fim do Efeito Olivera-Tanzi (resultante de uma melhor indexação dos gastos do governo, em relação às suas receitas).

A tese de inflação inercial é considerada uma tese heterodoxa porque admite que pressões de custos podem não ser passageiras (caso em que gerariam apenas mudanças de preços relativos), mas derivarem de problemas estruturais da economia, tais como fragilidade externa (gerando recorrentes desvalorizações cambiais), gargalos setoriais, estruturas oligopolizadas etc. De acordo com as teses heterodoxas, pressões de custos podem se transformar em inflação inercial pela existência de conflito distributivo, isto é, uma situação na qual cada segmento da sociedade (trabalhadores, governo e empresários) busca uma fatia de renda maior e que, se somadas, são inconsistentes com o nível do produto, gerando aumento dos preços. Na luta por assegurar sua fatia de renda real, os agentes introduzem cláusulas de indexação em seus contratos de forma a manter, em média, o poder de compra constante. Na visão heterodoxa, a expansão monetária é vista como consequência e não causa da inflação. A adoção de políticas restritivas de demanda, nesse quadro, apenas sacrifica o crescimento do PIB.

No diagnóstico do Plano Cruzado, a tese da inflação inercial não estava associada propriamente a problemas estruturais da economia, mas sim à ampla indexação da economia. De acordo com Lopes (1986), a inércia inflacionária decorreria da existência de contratos com cláusulas de indexação que perpetuavam a inflação passada, criando uma tendência inflacionária (igual à própria inflação do período anterior). Esta pode ser agravada, ocasionalmente, por flutuações decorrentes de choques de oferta (safras agrícolas, choque do petróleo etc.) ou de choques de demanda (causados por um descontrole fiscal, por exemplo). O ponto fundamental é que essas possíveis fontes de flutuação, em vez de passageiras, são incorporadas à tendência, levando a patamares cada vez mais elevados de inflação – que se reproduzem no tempo.

O Plano Cruzado foi inspirado na tese da inflação puramente inercial, tal qual descrita por Lopes (1986). Todavia, diante do insucesso do plano, fortaleceu-se a tese de que tal diagnóstico estaria errado. Em primeiro lugar, argumentou-se que a inflação, antes da adoção do Plano Cruzado, já estava se acelerando. Portanto, a inflação não poderia ser "puramente inercial". Admitiu-se, ainda, que o próprio Plano Cruzado, ao introduzir aumentos reais nos salários, por meio dos abonos, e pela

prática de políticas monetária e fiscal consideradas expansionistas, tinha, na realidade, criado (ou agravado) a inflação de demanda. Por esse motivo, o Plano Bresser (1987) partiu do diagnóstico de que a inflação brasileira seria inercial e de demanda. Trata-se, assim, de um plano híbrido, com elementos ortodoxos e heterodoxos. Com o fracasso do Plano Bresser, houve um breve retorno à ortodoxia, em 1988, no pacote implementado pelo então Ministro Maílson da Nóbrega (denominado "política do feijão com arroz"). Após novo insucesso, retornou-se à tese de que a inflação brasileira era inercial e de demanda, por ocasião do Plano Verão (1989). Este, todavia, foi mais radical do que o Plano Bresser, na medida em que propôs congelamento por tempo indeterminado (já que os congelamentos temporários do Plano Bresser não tinham sido exitosos).

O diagnóstico do Plano Collor é um pouco distinto, embora também aponte para a existência de inflação inercial e de demanda. O componente inercial da inflação estaria não apenas nos preços (ou nos contratos com cláusulas de indexação), mas também na moeda. Isto porque os depósitos bancários (as ditas 'contas remuneradas') rendiam juros reais (frequentemente, positivos), mantendo o poder de compra da moeda que estivesse aplicada nos bancos, ao passo que a moeda em circulação perdia seu poder de compra em virtude da inflação. Por trás dos depósitos dos bancos, todavia, estavam títulos públicos (ou privados, em menor monta), cujo pagamento levava a uma "fragilidade financeira do Estado" – sendo este, a rigor, o diagnóstico da principal causa da inflação. Para acabar com essa fragilidade, foram feitos os sequestros de liquidez que caracterizaram o Plano (retenção temporária de 80% do M4). Neste sentido, a própria indexação estaria afetando a saúde fiscal do governo. Ainda com o objetivo de melhorar o quadro fiscal, foram realizados aumentos de impostos, medidas de combate à sonegação, reforma dos Ministérios, entre outras. Por fim, cabe mencionar que o Plano Collor defendia que a consolidação da estabilidade só se daria na medida em que a economia brasileira se reformulasse em termos de competitividade – o que seria feito com a abertura e as privatizações. Embora o Plano Collor seja considerado um plano heterodoxo, o Governo Collor em si é associado à defesa de um Estado mínimo e contenção fiscal, neste sentido caminhando na direção de uma maior ortodoxia.

PROVA DE 2010

Questão 4

Identifique e discuta a inspiração teórica que fundamentou a elaboração e a implementação do Plano Cruzado (1986) pelo Governo Sarney. Analise as razões usualmente apontadas como responsáveis pelo seu fracasso.

Resolução:

Embora já existissem trabalhos de Simonsen (1970 e 1974) que admitiam a relevância, para a inflação, do chamado "componente de realimentação" da inflação, foi nos anos 1980 que a tese da inflação brasileira ser prioritariamente inercial ganhou força. Dentre os trabalhos mais importantes estão Resende (1980), Resende e Lopes (1981), Lopes e Bacha (1983), Arida (1982), Modiano (1983), e Lopes e Modiano (1983). Alguns autores como Bresser-Pereira e Nakano (1986), também tratam do tema e remetem as raízes da teoria inercial a ideias presentes na teoria cepalina da inflação estrutural, através do conceito dos "efeitos de propagação" da inflação, com destaque para os impactos da inflação sobre a distribuição de renda.

Desde o início dos anos 1980, diversos trabalhos evidenciavam a existência de um baixo componente de Phillips (relação entre desemprego e inflação) na economia brasileira, questionando a possibilidade de combater a inflação através de políticas restritivas de demanda. As conclusões eram de que seria necessária uma recessão extremamente severa (possivelmente insustentável do ponto de vista político) para baixar em apenas alguns pontos a inflação brasileira.

Paralelamente, um conjunto de trabalhos realizados ainda no início da década mostrava que o déficit público, quando avaliado em seu conceito operacional (isto é, o déficit nominal descontada a correção monetária e cambial), se dava em magnitude não relevante e insuficiente para explicar o patamar da inflação brasileira. Países europeus, como a Itália, apresentavam relação déficit público sobre o PIB superior à brasileira, sem apresentar inflações na mesma magnitude, sugerindo que a situação fiscal não seria a principal causa da inflação no Brasil.

Além disso, a inflação brasileira vinha revelando, a partir da primeira crise do petróleo, em 1973, sensibilidade extrema a choques de oferta adversos, que se perpetuavam no tempo, e uma grande resistência a políticas de demanda restritivas. De fato, o primeiro choque do petróleo elevou a taxa de inflação do patamar dos 20% a.a. para o dos 40% anuais durante os quatro anos que se seguiram (1974-78). O segundo choque do petróleo, em 1979, acompanhado da redução pela metade do

intervalo de indexação promovido pelo governo e de uma desvalorização de 30% acima da depreciação de paridade do dólar, tiveram como consequência a elevação da inflação para 110% em 1980 (IGP).

A tentativa de estabilização via contenção de demanda, recomendada pelo FMI, conseguiu apenas uma redução da inflação (IGP) de 110%, em 1980, para 95% em 1981, tendo como efeitos colaterais a redução de 12% na produção industrial e o aumento do desemprego (Ver Arida e Resende, 1984, p. 12). Após a maxidesvalorização cambial de 30% em fevereiro de 1983, a inflação foi para o patamar de 210%.

Diante de tais evidências, os "autores da PUC" defenderam a tese de que a inflação brasileira seria predominantemente inercial. A inércia decorreria da existência de contratos com cláusulas de indexação. Nestes, o valor real, corroído pela ascensão dos preços, seria restabelecido após intervalos fixos de tempo (Arida e Resende, 1984, p. 17). Todavia, na medida em que todos os agentes adotam a mesma estratégia de reposição das perdas inflacionárias, a taxa de inflação existente no sistema tendia a perpetuar-se. A inflação corrente passaria a ser, no mínimo, a inflação passada (supondo-se que inexistam choques de oferta ou demanda que a agravassem). E, à medida que todos assumem como regra rever seus contratos sistematicamente pelo movimento anterior dos preços, a inflação passada passa a ser, de fato, o melhor guia para a inflação futura. As referências bibliográficas brasileiras remetem-na sempre a uma "regra de comportamento", ou prática contratual.

Para combater a inflação inercial, diversas propostas foram elaboradas na primeira metade dos anos 1980, sendo a mais próxima do Plano Cruzado o chamado "choque heterodoxo", proposto por Lopes (1986). Essencialmente, esta defendia que os preços fossem congelados por seus valores atuais (posto que já vinham sendo remarcados com elevada frequência), mas que os salários e outras rendas contratuais fossem congelados em seus valores médios.

A concepção de que os salários e rendas contratuais devessem ser congelados pela média decorreu do reconhecimento de que, numa economia indexada, existe uma assincronia de reajustes no tempo entre as diversas categorias de trabalho, e entre os trabalhadores, o governo e os empresários. A cada dissídio, ou revisão contratual, os agentes demandam a reposição de picos de renda real, pois sabem que seus rendimentos reais serão decrescentes até a próxima revisão. É esta assincronia que permite certa estabilidade no patamar inflacionário, sendo a única posição sustentável, simultaneamente, para a economia como um todo, aquela em que os rendimentos se

encontram **todos** em seus patamares médios.

O choque heterodoxo se dizia neutro do ponto de vista distributivo, uma vez que colocaria todas as rendas em seus valores de equilíbrio (médios), melhorando, ainda, a situação das camadas mais pobres da população, sendo estes os que mais perdiam com a inflação. Além disso, na medida em que a inflação caísse pelo congelamento de preços e salários, haveria um processo de remonetização natural na economia, permitindo que o governo emitisse moeda (e, portanto, que obtivesse ganhos de senhoriagem) sem efeitos inflacionários (dado o aumento da demanda por moeda).

O Plano Cruzado, porém, incorporou à proposta original abonos salariais de 8%, em geral, e de 16% para o salário mínimo. Outra novidade introduzida foi o “gatilho salarial”, que seria acionado quando a inflação acumulada atingisse 20%.

Dentre as diversas razões apontadas para o fracasso do Plano Cruzado estão:

a) O questionamento de que a inflação brasileira fosse puramente inercial. A evidência de que a inflação brasileira não seria mais puramente inercial se daria pela observação de que, às vésperas do Plano, a inflação vinha se acelerando.

b) Os abonos salariais concedidos. A introdução dos abonos, supostamente, compensaria um movimento preventivo, por parte dos produtores e comerciantes, de remarcação de preços, por temor de um congelamento. Porém, quando uma economia passa de alta inflação para baixa, é comum ocorrer a chamada “festa da estabilização” (explosão de consumo), seja por falta de credibilidade do Plano, seja pela existência de consumo reprimido ou pela própria expansão natural do crédito. Os abonos teriam contribuído para reforçar a explosão de demanda que naturalmente se segue a um plano de estabilização.

c) O “gatilho salarial”, criado para proteger os trabalhadores de perdas significativas, teria reintroduzido a indexação, na medida em que seria acionado quando a inflação acumulada atingisse 20%.

d) A longa duração do congelamento teria engessado a estrutura de preços relativos. O congelamento era previsto inicialmente para durar três meses, mas, essencialmente por motivos políticos, esteve em vigor por 11 meses.

e) Além da longa duração do congelamento, alguns preços de produtos e tarifas foram congelados em patamares muito baixos. Disso resultou desabastecimento, ágios e filas para produtos e ônus fiscal para o governo, devido às tarifas públicas defasadas.

f) O fato de os salários serem congelados pela média e os preços pelo valor atual, além da existência de preços não congelados, como no setor informal da economia, teria

introduzido distorções adicionais ao sistema de preços relativos;

g) A excessiva expansão monetária teria contribuído para criar uma bolha de consumo em virtude de juros reais negativos (e preços de ativos inflados);

h) A deterioração das condições externas (resultante de menores exportações e maiores importações para atender à demanda doméstica), em um contexto de baixa liquidez internacional, tornou insustentável a manutenção do câmbio fixo (congelado).

i) A baixa tradição de importação, que gerou gastos excessivos e ineficiências no processo, teria impedido que parte maior do aumento da demanda fosse atendida por importações, o que poderia ter amenizado as pressões inflacionárias.

Questão 5

"A estratégia de combate à inflação adotada pelo Plano Real implicou o aumento da vulnerabilidade externa da economia brasileira, o que contribuiu, de forma decisiva, para acarretar a crise cambial de janeiro de 1999". Você concorda ou discorda dessa afirmação? Por quê?

Resolução:

Concordo. A terceira fase do Plano Real se caracterizou pela introdução de uma âncora nominal que desse credibilidade à nova moeda. O uso de uma (ou mais) âncora(s) nominal(ais) como estratégia de estabilização geralmente ocorre quando se verifica grande dificuldade em contornar os processos inflacionários, seja pela sua longa duração (alta inflação), seja pela sua virulência (hiperinflação). Sinteticamente, a estratégia consiste em fixar nominalmente alguma variável-chave da economia a fim de propiciar um poderoso referencial para o conjunto dos preços relativos.

Nos primeiros meses após a introdução do real, houve uma tentativa de fixar limites máximos para o estoque de base monetária por período (âncora monetária) e foi definida uma paridade fixa entre o real e o dólar americano (de 1:1) por tempo indeterminado, embora o real pudesse flutuar para baixo, isto é, se valorizar. A política de câmbio livre adotada após a emissão do real durou, no entanto, apenas três meses. Nestes, o Banco Central se absteve de intervir no mercado de câmbio, ao mesmo tempo em que procurava, em vão, cumprir metas monetárias rígidas. Em outubro de 1994, porém, dado, entre outras razões, o insucesso das metas monetárias, o governo resolveu mudar de âncora, abandonando a monetária em prol da cambial.

A bem dizer, não seria correto afirmar que o real adotou um regime de âncora

cambial no sentido de uma paridade fixa em relação ao dólar. Podem-se distinguir quatro fases bem distintas na condução da política cambial no Plano Real (Souza, 2005). A Fase I corresponde à fase de livre flutuação (entre julho e setembro de 1994). A ela se segue uma etapa de âncora cambial rígida, em que o câmbio permaneceu, na prática, fixo nos R$ 0,84/US$ por cinco meses (Fase II). A crise do México (iniciada em dezembro de 1994) levou à significativa perda de reservas (devida ao chamado "Efeito Tequila"). Com o objetivo de conter estas perdas, o Banco Central decretou uma minidesvalorização cambial de cerca de 6% em março de 1995. Seguiu-se a esta um período de "experimentação com pequenas correções aleatórias da cotação do dólar" (ibidem, p. 9), que revelava a indecisão em relação aos rumos da política cambial nessa terceira fase. Finalmente, a política cambial entrou numa quarta fase, em que pequenas desvalorizações cambiais foram convergindo para um percentual estável, em torno de 0,6% ao mês, que durou até o final de 1998.

Embora, como visto, o regime cambial brasileiro tenha mudado diversas vezes ao longo do Plano Real, as muitas intervenções do Banco Central no mercado de câmbio levaram vários autores a caracterizar o Plano Real, pós-julho de 1994, como um programa baseado em âncora cambial. Neste sentido, a flutuação decretada no dia 15 de janeiro de 1999 fecha um ciclo na economia brasileira.

As duas grandes virtudes da adoção de uma âncora cambial, geralmente ressaltadas pelos economistas, são: permitir o estabelecimento (uma vez que a âncora seja crível) de contratos de longo prazo (destruídos em regimes de elevada inflação) e exercer fortíssima pressão sobre os preços no setor de *tradables* – sendo o impacto sobre o nível geral dos preços dependente do grau de abertura da economia em questão e do grau de desequilíbrio entre a oferta e a demanda no setor de *nontradables*.

Ocorre que a estratégia de manutenção de uma paridade nominal aproximadamente fixa em relação ao dólar, enquanto a economia apresentava taxas de inflação superiores às internacionais, levou a um quadro de forte apreciação real do câmbio, que resultou em crescentes déficits externos (aumento da vulnerabilidade externa).

Apesar do desempenho da balança comercial ser o principal responsável pelo saldo negativo, é importante ressaltar que as balanças de serviços e de rendas também sofreram grande deterioração (ver Tabela 1). A desnacionalização de empresas/setores, ocorrida no processo de privatização, explica, em grande medida, o crescimento dos lucros e dividendos, como ressaltaram alguns analistas, além dos maiores gastos com juros e com viagens internacionais.

Tabela 1. Balanço de Pagamentos no Brasil – Contas Selecionadas – 1994-1999 (em US$ milhões)

Contas do BP	1994	1995	1996	1997	1998	1999
Transações Correntes (TC)	-1.811	-18.384	-23.502	-30.452	-33.416	-25.335
Balança comercial (fob)	10.466	-3.466	-5.599	-6.753	-6.575	-1.199
Serviços e rendas (líquido)	-14.692	-18.541	-20.350	-25.522	-28.299	-25.825
Serviços (fretes, viagens etc.)	-5.657	-7.483	-8.681	-10.646	-10.111	-6.977
Rendas (juros, lucros etc.)	-9.035	-11.058	-11.668	-14.876	-18.189	-18.848
Transferências unilaterais	2.414	3.622	2.446	1.823	1.458	1.689
Conta Capital e Financeira (CCF)	8.692	29.095	33.968	25.800	29.702	17.319
Investimento Direto	1.460	3.309	11.261	17.877	26.002	26.888
Investimento em carteira	50.642	9.217	21.619	12.616	18.125	3.802
Emprést. e Financ. (curto e longo prazos)	-33.955	5.493	3.270	5.879	4.031	1.342
Emprést. de regularização (FMI, outros.)	-129	-47	-72	-34	9.329	2.966
Demais setores LP e CP	-33.826	5.732	3.657	6.113	-4.914	-1.461
Demais operações	-9.455	11.076	-2.182	-10.572	-18.456	-14.712
Erros e Omissões	334	2.207	-1.800	-3.255	-4.256	194
Resultado do Balanço	7.215	12.919	8.666	-7.907	-7.970	-7.822

Fonte: Giambiagi *et alii* (2011), tabela A4.

Em princípio, se o déficit em transações correntes está sendo financiado por um movimento espontâneo de entrada de capitais em busca de oportunidades de investimento produtivo, a situação é sustentável. Em primeiro lugar, porque se supõe que não há grandes riscos deste movimento de capital ser rapidamente revertido. Além disso, porque os novos investimentos devem aumentar a competitividade, o que permitirá, após certo tempo, a recuperação da capacidade exportadora, eliminando o déficit. Por outro lado, se os déficits em transações correntes são financiados por capitais em busca de diferenciais de juros, o financiamento do déficit pode vir a se tornar bastante problemático e dependerá, essencialmente, do grau de liquidez internacional e da percepção de risco do investidor internacional na economia em questão.

A questão é que o chamado *hot money* (ou capitais de curto prazo) é sujeito a bruscas reversões em seu movimento, em função de crises externas de liquidez e/ou de mudanças na percepção da estabilidade fiscal, monetária e cambial do país (os chamados "fundamentos"). Como a reversão do movimento de capitais não é acompanhada de imediata redução das importações (nem do saldo da conta de serviços), surge a necessidade de um ajuste. No curto prazo, o governo consegue manter o financiamento do déficit em transações correntes através da queima de reservas. Todavia, a continuidade deste processo enfraquece a percepção de sustentabilidade da âncora (e, de qualquer forma, é inviável no longo prazo, dado que as reservas são finitas). Mais adiante, porém, será preciso realizar o ajuste do balanço de pagamentos. Esse foi exatamente o caso do Plano Real.

Inicialmente, os déficits em transações correntes foram amplamente financiados por fluxos de capital abundantes, que resultaram, inclusive, no acúmulo de reservas. Houve forte ingresso de "Capitais de Curto Prazo", sobretudo nos primeiros anos, em virtude de: i) crescimento generalizado dos fluxos de capitais para os países emergentes latino-americanos; ii) estabilidade obtida nos preços, o que mudou a imagem do país e permitiu que o forte diferencial de juros atraísse capitais; iii) o processo de abertura da conta de capitais, iniciado em 1989; e iv) a regularização da situação financeira do país em 1994, com a assinatura do acordo da dívida externa. Além do movimento de capitais de curto prazo, convém mencionar o crescimento dos investimentos diretos estrangeiros no Brasil, particularmente nos anos de 1997 e 1998, em virtude das privatizações. Todavia, a alta dependência de capitais especulativos tornava o Brasil vulnerável a mudanças no quadro de liquidez internacional.

Em 1996, a queda dos juros domésticos e a introdução de certos desincentivos à entrada de capitais – tais como a imposição de prazos mínimos de permanência para certos tipos de investimentos de portfólio, aumentos de IOF etc. – explicam a redução do fluxo de capitais do exterior. A partir de 1997, entretanto, o quadro de liquidez internacional (que tinha sido abalado pelo "Efeito Tequila", mas já tinha retornado à abundância) se deteriorou fortemente em virtude da crise asiática. Esta provocou uma reversão generalizada do movimento de capitais para os países emergentes, alterando a composição de portfólio de grandes investidores internacionais em favor de investimentos seguros, tais como os títulos da dívida pública americana. A consequência para o Brasil da crise asiática foi uma forte saída de capitais nos últimos meses, incentivada pela trajetória de deterioração do déficit em transações correntes. Em 1998, a percepção internacional da falta de solidez econômica do Brasil foi

agravada pela observação da insustentabilidade do quadro fiscal – exigindo o pagamento de juros cada vez mais elevados sobre a dívida pública interna.

De fato, a dívida pública brasileira como proporção do PIB apresentou, nos anos do Plano Real, trajetória ascendente. Os motivos são diversos: efeitos dos juros elevados (utilizados em parte para atrair capitais para o financiamento do déficit em transações correntes, mas também para conter pressões de demanda), baixo crescimento, reconhecimento de dívidas antigas (os chamados "esqueletos") e também crescimento das despesas primárias entre 1996-1997. Tal trajetória de piora fiscal ocorreu apesar do crescimento da arrecadação (beneficiado, entre outros, pelo retorno da cobrança da CPMF), dos avanços nos programas de privatização, da contenção dos aumentos salariais no setor público, dos programas de demissão voluntária etc.

Diante de um severo quadro de deterioração externa e fiscal, a moratória russa, em 1998, provocou uma situação de pânico e saídas de capitais do Brasil (totalizando US$ 28 bilhões). O governo reagiu propondo um pacote de "51 medidas", que, porém, não foi percebido como crível, tendo alguns analistas ressaltado que a estipulação de um patamar mínimo de reservas, pelo FMI, teria contribuído para um ataque especulativo ao real, enquanto outros autores acreditam que a desastrosa tentativa de mudar a política cambial em 13 de janeiro de 1999, criando uma "banda diagonal endógena", foi o principal determinante para o ataque especulativo que se seguiu. O fato é que o Plano Real percorreu uma trajetória bem conhecida por países que adotam estabilização com âncora cambial (e permanecem nessa estratégia por muito tempo), onde há, inicialmente, expansão do produto, seguida de desaceleração ou recessão, e que termina em uma crise cambial. Em janeiro de 1999, a continuidade do afluxo de capitais tornou-se insustentável, tendo o governo desvalorizado o real no dia 15/1/1999.

PROVA DE 2013

Questão 3

A escassa liquidez internacional na década de 1980, ao contrário do que ocorreu na década anterior, foi uma das razões fundamentais para o insucesso do Plano Cruzado de combate à inflação. Você concorda com essa afirmação? Justifique.

Resolução:

Alguns autores argumentam que o quadro de liquidez internacional adverso dos anos 1980 foi uma das razões fundamentais para o insucesso do Plano Cruzado. Essa tese guarda semelhança com a interpretação da experiência alemã dos anos 1920, envolvendo elevada fragilidade no Balanço de Pagamentos, decorrente, basicamente, do pagamento das reparações de guerra impostas pelo Tratado de Versalhes, em um contexto de baixo influxo de capitais, se não de saída de capitais.

O raciocínio é que um país que acumule déficits no Balanço de Pagamentos é levado a realizar desvalorizações cambiais frequentes. Disto resultam pressões de custos que se propagam para o restante dos preços devido à existência de conflito distributivo. Uma vez suprimida a fonte de fragilidade (externa), a estabilidade do câmbio traria a estabilidade dos preços, inclusive, com melhora das contas fiscais, em função do fim do Efeito Olivera-Tanzi.

A semelhança para com o caso brasileiro se dava porque, no início dos anos 1980, o Brasil vivia um quadro externo vulnerável, em virtude do segundo choque do petróleo e do choque de juros introduzido pelas políticas de Paul Volcker. A vulnerabilidade externa da economia brasileira, agravada pela moratória do México, que transformou o quadro de liquidez internacional para a América Latina por quase uma década, levou à necessidade de desvalorizações do câmbio, como a maxi-desvalorização de 1983. Esta, certamente, contribuiu para o agravamento da inflação brasileira, que atingiu 211% nesse ano (considerando o IGP).

O Plano Cruzado pretendia, através do congelamento de preços, salários e câmbio, acabar com a inflação inercial. Os defensores da tese da fragilidade afirmam que a piora do déficit de transações correntes durante o Plano Cruzado (em 1985, o déficit era de US$ 248 milhões e passou para US$ 5.323 milhões, em 1986) e a escassez de recursos externos que o financiassem (devido ao quadro internacional) tornaram a desvalorização cambial inevitável – o que teria levado ao fracasso do Plano.

Uma crítica a essa tese parte da observação de que nos anos que antecederam o Plano Cruzado (1984 e 1985) tinha ocorrido um relaxamento da restrição externa

para a economia brasileira, em função da maturação de investimentos do II PND, da recuperação da economia americana e também da própria desvalorização de 1983. Muito embora o ano de 1986 tenha sido, indubitavelmente, um ano de forte deterioração do quadro externo (que pode ser explicado por um maior crescimento do PIB, que resultou em queda das exportações, por redirecionamento para o mercado interno, e aumento das importações, em função da própria expansão da renda e do desaparecimento de certos produtos das prateleiras), o resultado de transações correntes voltou a melhorar nos anos seguintes – indicando que o Brasil vivia um período de menor vulnerabilidade externa na segunda metade dos anos 1980, em relação ao início da década.

Em particular, quando se considera apenas a balança comercial, parece ter ocorrido uma mudança estrutural da pauta brasileira, que resultou em elevados superávits por 10 anos (1984-1994), sendo 1986 uma exceção (e, mesmo assim, mantendo superávit na balança comercial). Neste sentido, a tese de fragilidade externa (associada a um quadro de conflito distributivo) como causa fundamental do fracasso do Plano perderia força – sendo o fracasso do Plano atribuído a um conjunto maior de causas, que envolveriam deficiências da própria concepção do Plano.

Deve-se, todavia, ter em mente que o quadro de baixa liquidez internacional, associado à baixa abertura, inviabilizaria, por si só, qualquer plano que se baseasse na âncora cambial como estratégia de estabilização. Nesse sentido, o Plano Real, bem-sucedido no contexto de ampla liquidez dos anos 1990, teria sido inviável, se aplicado nas condições existentes nos anos 1980. Em suma, a nosso ver, a ampla liquidez internacional foi fundamental para o sucesso do Plano Real. Já a baixa liquidez internacional dos anos 1980 foi certamente um fator de dificuldade para o Plano Cruzado, mas não o único responsável por seu fracasso.

Em suma, a nosso ver, a ampla liquidez internacional foi fundamental para o sucesso do Plano Real. A baixa liquidez internacional, característica dos anos 1980, foi certamente um fator de dificuldade para o Plano Cruzado, mas não a única responsável por seu fracasso.

PROVA DE 2014

Questão 4

O que permitiu o sucesso do Plano Real? Discuta o que diferencia este plano do conjunto dos planos heterodoxos anteriores de combate à inflação, particularmente no que diz respeito às estratégias adotadas e aos contextos das economias nacional e internacional.

Resolução:

Há vários motivos para o sucesso do Plano Real frente aos planos heterodoxos da década de 1980 e do início dos anos 1990.

Em primeiro lugar, os planos dos anos 1980 foram conduzidos num ambiente externo muito mais hostil.

No início dos anos 1980, o Brasil vivia um quadro externo vulnerável, em virtude do segundo choque do petróleo e do choque de juros provocado pelas políticas de Paul Volcker, Presidente do Federal Reserve (banco central dos EUA). A vulnerabilidade externa da economia brasileira – agravada pela moratória do México, em agosto de 1982, que transformou, para pior, o quadro de liquidez internacional para a América Latina por quase uma década – levou à necessidade de desvalorizações periódicas do câmbio, que introduziam, por sua vez, saltos nos patamares da inflação brasileira.

Em contrapartida, nos anos 1990, com a assinatura do Plano Brady e as privatizações, os países latino-americanos passaram a receber grandes quantidades de fluxos de capital, inclusive capital produtivo (investimento direto). Os anos 1990 também são marcados pela adoção de políticas neoliberais, em conformidade com o chamado Consenso de Washington, e pela introdução de diversas medidas de liberalização comercial e financeira, tornando os países latino-americanos (e asiáticos) muito mais abertos.

Não é por mera coincidência que diversos países latino-americanos – e não apenas o Brasil – lograram vencer seus quadros de inflação crônica, adotando planos de estabilização com base em âncoras cambiais nos anos 1990. Tal estratégia só foi viável em um contexto de elevada liquidez internacional, dadas as crescentes necessidades de financiamento externo, que se seguem, naturalmente, à adoção desse tipo de âncora.

No caso da inflação brasileira, porém, a indexação era uma tarefa em muitos sentidos mais difícil de ser combatida. Isto porque, enquanto diversos países latino-americanos já haviam, em grande medida, se dolarizado, o Brasil ainda dispunha de

um sólido sistema de indexação a preços passados. A dolarização (ou semidolarização), associada ao fato de as economias latino-americanas estarem bem mais abertas nos anos 1990, tornava, em grande medida, mais fácil adotar uma âncora cambial como estratégia de combate à inflação nesses países. No caso brasileiro, porém, não apenas a abertura era incipiente (e precisava ser aprofundada para o sucesso da âncora), como havia de ser desmontado o sistema de indexação, que havia começado a ser construído 30 anos antes, isto é, em 1964.

Nesse sentido, a introdução, em março de 1994, da Unidade Real de Valor (URV), uma quase moeda, que permitia o alinhamento de preços, salários e demais rendas contratuais, pode ser vista como um importante elemento para o sucesso do Plano Real. Em contraposição, as estratégias de congelamento utilizadas nos Planos Cruzado, Bresser, Verão e, mesmo, no Plano Collor (com baixa adesão) foram mal sucedidas. Isto porque os congelamentos (e foram tentadas diversas formas, desde as mais rígidas e duradouras, até as de prazo mais curto e flexível) engessavam a estrutura de preços relativos da economia – ampliando desequilíbrios quando, por exemplo, em função de uma quebra de safra agrícola, os preços não podiam ser corrigidos.

A URV, em contraposição, promoveu o alinhamento dos preços relativos, fazendo com que esses convergissem para um mesmo indexador, corrigidos numa mesma periodicidade (embora a rigor os preços pudessem ser alterados, no limite, diariamente, enquanto os salários se tornaram indexados mensalmente). Historicamente, foi o dólar quem exerceu (naturalmente) essa função de alinhamento dos prazos e convergência para um único indexador (no caso, a taxa de câmbio), nas chamadas hiperinflações clássicas (Alemanha, Polônia, Hungria, Áustria, entre outros). Como observaram os autores da proposta da "moeda indexada", Persio Arida e André Lara Resende, em trabalho de 1984, com a introdução da nova moeda seria possível promover uma "hiperinflação, sem viver suas consequências."

O terceiro elemento fundamental para o sucesso do Plano Real no combate a inflação foi a adoção das âncoras de câmbio e de juros. Todavia, as consequencias dessa estratégia para o lado real da economia não foram pequenas, com persistência da volatilidade do crescimento, aumento do desemprego, baixos investimentos e viés curto-prazista do mercado financeiro (Ver Castro, 2011).

Por fim, é preciso notar que, nos planos anteriores ao Real, ocorreram diversos erros de condução e mesmo de diagnóstico das causas da inflação. Já o Plano Real nasceu como uma estratégia complexa, em três fases, que se beneficiou do aprendizado de certos erros do passado. Uma lição aprendida foi a necessidade de

manter juros elevados e crédito contido (através de compulsórios) para evitar a "festa da estabilização", que naturalmente se segue em economias que saem da elevada inflação para uma inflação moderada. Este fenômeno havia se verificado, em maior ou menor grau, nos Planos anteriores, à exceção do Plano Collor, em virtude do aperto de liquidez provocado pelo confisco das aplicações financeiras.

7

História da Industrialização

PROVA DE 2005

Questão 2

Com relação às interpretações sobre a origem da indústria no Brasil, é CORRETO afirmar que:

(0) As interpretações ligadas ao pensamento "cepalino" ressaltam a importância dos ciclos de expansão das exportações para o crescimento industrial.

(1) Uma das críticas ao argumento da chamada "teoria dos choques adversos" destaca o efeito negativo dos programas de valorização do café sobre o crescimento industrial.

(2) A desvalorização do câmbio contribuiu para o crescimento industrial na medida em que permitiu o aumento da capacidade produtiva.

(3) A interpretação associada à ideia de "capitalismo tardio" diferencia-se da visão "cepalina" ao enfatizar o crescimento industrial como resultante da acumulação capitalista no setor exportador.

(4) Sob a ótica da industrialização intencional, o crescimento industrial foi favorecido pela concessão de incentivos e subsídios a determinados setores industriais antes de 1930.

Resolução:

(0) Falso.

Na realidade, a visão "cepalina" enfatiza a importância dos momentos de *crise* do setor exportador (por exemplo, os choques sofridos durante as Primeira e Segunda Guerras e a Grande Depressão) para estimular a expansão industrial doméstica.

(1) Verdadeiro.

Para Delfim Netto (1979), a manutenção de preços do café artificialmente altos, como decorrência dos esquemas de valorização, impediu, no longo prazo, a saída de recursos daquele setor e diversificação da atividade econômica no país – inclusive no sentido da industrialização.

(2) Falso.

A desvalorização cambial, ao contrário, encarecia o preço (em mil-réis) das máquinas e equipamentos importados, indispensáveis ao investimento industrial à época. Em outras palavras, *desestimulava* o aumento da capacidade produtiva na indústria.

(3) Verdadeiro.

(4) Verdadeiro.

Tal é a opinião, entre outros, de autores como Versiani (1980) e Versiani e Versiani

(1977).

PROVA DE 2006

Questão 3

A respeito da estratégia de industrialização por substituição de importações (ISI), típica do desenvolvimento da economia brasileira nas três décadas subsequentes à Grande Depressão, é CORRETO afirmar que:

(0) As políticas de controle do mercado de câmbio instituídas inicialmente para fazer frente ao desequilíbrio externo em meados de 1947 acabaram se tornando o principal instrumento de promoção do desenvolvimento industrial.

(1) A estratégia da ISI voltou-se, nas décadas de 1930 e 1940, para o desenvolvimento da produção local de bens de capital e de bens de consumo duráveis.

(2) Não obstante tenha resultado em acentuada industrialização e em crescimento, a estratégia da ISI contribuiu para a acentuação de desequilíbrios setoriais e regionais da economia brasileira.

(3) No Governo Dutra, o desenvolvimento industrial foi impulsionado pelo bem-sucedido Plano Salte.

(4) A estratégia da ISI apoiou-se em instrumentos de política econômica como reservas de mercado, subsídios e incentivos fiscais e financeiros à indústria nascente.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Inicialmente adotadas para lidar com a escassez de divisas, as políticas cambiais foram percebidas como instrumento poderoso de indução da industrialização substitutiva de importações. Isto porque facilitavam (via uma taxa de câmbio relativamente apreciada ou a concessão preferencial, por parte do governo, de licenças de importação) a entrada, no país, de bens de capital e insumos selecionados, ao mesmo tempo em que se desestimulava a importação de bens finais concorrentes com a produção doméstica.

(1) Falso.

Durante as décadas de 1930 e 1940 os setores industriais que mais se desenvolveram foram os de bens intermediários e, no governo Dutra, bens de consumo duráveis.

(2) Verdadeiro.

A própria natureza da industrialização substitutiva de importações terminava por gerar descompassos entre a produção de determinados artigos finais e os insumos e máquinas necessários aos setores produtores de bens de consumo. Ao mesmo tempo, as políticas de fomento industrial terminaram por reforçar a concentração da

produção na região Centro-Sul, onde teve início a industrialização brasileira.

(3) Falso.

O Plano Salte (iniciais de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia), lançado em maio de 1948, só seria aprovado pelo Congresso em maio de 1950. Obteve pouco sucesso em atrair investimentos do setor industrial privado, visto que seus objetivos principais se encontravam na área social e de infraestrutura. Ao final, apresentou algumas realizações (p. ex., o Hospital dos Servidores do Estado, no RJ, a nova rodovia ligando o Rio de Janeiro a São Paulo e a ampliação da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso), mas jamais constituiu um impulsionador decisivo do crescimento econômico no período.

(4) Verdadeiro.

Questão 7

A respeito das características da indústria brasileira do início dos anos 1960, logo após a implementação do Plano de Metas, são CORRETAS as afirmativas:

(0) Tratava-se de uma indústria diversificada, com produção em praticamente todos os ramos típicos de uma economia desenvolvida.

(1) A capacidade produtiva ainda era insuficiente para suportar a demanda corrente em alguns setores básicos.

(2) A capacidade produtiva do setor de bens de capital mostrava-se capaz de atender a demanda doméstica.

(3) O nível tecnológico da produção brasileira era compatível com a fronteira tecnológica daquele período.

(4) Os lucros gerados pelos ramos industriais mais dinâmicos foram absorvidos por novos investimentos de expansão da capacidade produtiva, em razão da forte expansão da economia brasileira.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Já estavam implantados no país os setores produtores de bens de consumo (duráveis e não duráveis), intermediários e de capital, embora a produção doméstica destes dois últimos setores não fosse suficiente para atender à totalidade da demanda interna.

(1) Verdadeiro.

Ver item 0, acima.

(2) Falso.

Tal fato iria ocorrer apenas a partir do início dos anos 1980, após os investimentos realizados no II Plano Nacional de Desenvolvimento (ainda que, mesmo após esse Plano, houvesse nichos do setor de bens de capital que não eram atendidos pela produção doméstica, daí exigindo a continuidade de importações).

(3) Falso.

Há fortes evidências de que a indústria brasileira estava *distante* da fronteira tecnológica em diversos segmentos do setor de bens de capital.

(4) Falso.

O início dos anos 1960 foi um período de “digestão” dos investimentos realizados durante o Plano de Metas, sendo caracterizado pela *desaceleração* do investimento e do nível de atividade econômica em geral.

PROVA DE 2010

Questão 4

Sobre o processo de crescimento e diversificação da indústria manufatureira na primeira década após a Segunda Guerra Mundial, é CORRETO afirmar que:

(0) A expansão da indústria ocorreu em um contexto de escassez relativa de reservas cambiais, mas continuava dependente da demanda induzida por bens manufaturados gerada pela expansão das exportações primárias.

(1) O setor privado continuou o principal responsável pela expansão da oferta de insumos básicos, como minério de ferro e aço.

(2) A política econômica do Governo Eurico Dutra iniciou reduzindo a proteção da indústria local, mas posteriormente adotou uma política cambial que favoreceu a substituição de importações.

(3) O processo de diversificação industrial tendia a deslocar a pauta de importações em direção a itens mais dificilmente substituíveis por produção interna.

(4) A crise cambial de 1952 favoreceu, neste ano, o projeto de desenvolvimento do Governo Getúlio Vargas, pois estimulou a substituição de importações, ao encarecê-las.

Resolução:

(0) Falso.

A primeira parte da afirmativa (referente à "escassez de reservas cambiais") é verdadeira, mas não a segunda. A expansão das exportações primárias (café, sobretudo), após a Segunda Guerra, não exerceu mais papel central sobre a demanda interna. Com o chamado "deslocamento do centro dinâmico", operado na década de 1930, coube à expansão das atividades *industriais e de serviços* desempenhar este papel indutor.

(1) Falso.

As principais responsáveis pela expansão da oferta de minério de ferro e aço na primeira década após a Segunda Guerra foram, respectivamente, a Cia. Vale do Rio Doce e a Companhia Siderúrgica Nacional, ambas pertencentes ao Governo Federal.

(2) Verdadeiro.

De início, o Governo Dutra liberalizou as transações comercias e financeiras com o exterior. Diante do fracasso de tal política, foi obrigado a voltar atrás e reintroduzir controles sobre as importações (licenças), com isso favorecendo a substituição de importações de artigos manufaturados.

(3) Verdadeiro.

À medida que avançava a industrialização do país, as importações brasileiras concentravam-se em artigos cuja produção interna era mais difícil (p. ex., bens de capital, petróleo e combustíveis).

(4) Falso.

A existência de um "projeto de desenvolvimento" no segundo Governo Vargas é questionável. Na realidade, o governo prometera uma política do tipo "Campos Salles-Rodrigues Alves", ou seja, o saneamento financeiro seguido de um programa de obras de reaparelhamento. Porém, na prática, o Governo Vargas foi frustrado pela falta de apoio norte-americano aos investimentos em infraestrutura, à qual se somaram os efeitos da crise cambial em 1952. Esta restringiu a capacidade de importar do país, o que prejudicou, também, a importação de máquinas e equipamentos.

PROVA DE 2011

Questão 2

A origem da indústria no Brasil foi objeto de intenso debate. Sobre as diversas interpretações e teses que afloraram nessa controvérsia, assinale as afirmações CORRETAS:

(0) A política de retenção de estoques de café não surtia efeito no curto prazo, mas era eficiente no longo prazo para reorientar a acumulação de capital para novos setores da economia.

(1) O debate permitiu a emergência de estudos que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.

(2) Até 1930, a região brasileira onde o trabalho assalariado mais avançou no campo, também foi a região que concentrou mais investimentos industriais.

(3) Furtado defende que o governo que assumiu em 1930 representou a vitória dos interesses industriais sobre os agrários, o que explicaria a implementação, a partir desse ano, de um programa governamental conscientemente voltado à substituição de importações.

(4) Furtado defendeu que a política de defesa da produção cafeeira se constituiu numa política anticíclica conscientemente planejada e aplicada, o que teria contribuído para acelerar o crescimento industrial brasileiro.

Resolução:

(0) Falso.

Ao contrário, os efeitos positivos das políticas de retenção de estoque davam-se, exclusivamente, no curto prazo. Ao manter os preços do produto artificialmente altos, porém, no longo prazo tais políticas incentivavam a manutenção/ampliação dos investimentos na cafeicultura, assim reforçando a tendência à superprodução no setor.

(1) Verdadeiro.

Em geral, antes de 1930 os investimentos industriais elevavam-se em períodos de aumentos das exportações de café e consequente câmbio apreciado, ao passo que os surtos de aumento da produção industrial ocorriam em fases de crise do café, quando o mil-réis se desvalorizava, tornando mais caras as importações de manufaturados competitivos com a produção doméstica.

(2) Verdadeiro.

No caso, no estado de São Paulo.

(3) Falso.

Durante o Governo Provisório não houve programa algum de apoio à substituição de importações industriais, mas sim um programa de defesa do setor cafeeiro que se mostrou fundamental para o chamado "deslocamento do centro dinâmico da economia" e, portanto, o crescimento industrial.

(ver a Questão Discursiva 1, Prova de 2011)

(4) Falso.

Nas palavras do autor (*Formação Econômica do Brasil*, 10ª ed., p. 192): "Praticou-se no Brasil, inconscientemente, uma política anticíclica de maior amplitude que as que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados."

PROVA DE 2012

Questão 1

Sobre o crescimento industrial brasileiro na primeira metade do século XX, é CORRETO enunciar (que):

(0) Inexistiam iniciativas oficiais para conceder crédito ao setor industrial, que precisava recorrer ao setor financeiro privado como única alternativa para obtenção de financiamento de longo prazo.

(1) O governo criou empresas estatais e estimulou certos ramos industriais, o que permite que autores interpretem que já houve nesse período interesse governamental pela indústria.

(2) Foi criada uma carteira especializada do Banco do Brasil destinada ao financiamento dos investimentos privados, mas não exclusiva nem prioritariamente na indústria de transformação.

(3) A primeira empresa a produzir aço foi de propriedade estatal.

(4) A demanda interna por vários bens de consumo leves, como alimentos, bebidas e têxteis, já era atendida prioritariamente por produção local em 1919.

Resolução:

(0) Falso.

Desde o início do século XX o governo brasileiro concedeu crédito a alguns ramos do setor industrial, inclusive através do Banco do Brasil, uma instituição majoritariamente pública.

(1) Verdadeiro.

Exemplos de empresas estatais do ramo industrial criadas na primeira metade do século XX foram a Cia. Siderúrgica Nacional (1941), Cia. Nacional de Álcalis (1942) e Fábrica Nacional de Motores (1943). Adicionalmente, o governo apoiou diversos setores da indústria com crédito subsidiado e proteção tarifária, como na década de 1920. Autores como F. R. Versiani e Maria Teresa Versiani concluem, a partir desta evidência, que já havia, nesta época, interesse governamental em fomentar a indústria. [ver Versiani e Versiani (1977) e Versiani (1982)]

(2) Verdadeiro.

Trata-se da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, criada em 1936.

(3) Falso.

Na década de 1920, a primeira empresa a produzir aço no Brasil foi a Cia. Siderúrgica Belgo-Mineira, de capital privado. A produção de aço por uma empresa estatal teria início apenas nos anos 1940, com a CSN.

(4) Verdadeiro.

De acordo com dados do Censo Industrial de 1919, de 75% (bebidas) a 90% (têxteis) do consumo total de manufaturados leves era atendido pela produção doméstica.

Questão 4

Em seu clássico artigo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", Maria da Conceição Tavares defende que:

(0) A substituição de importações no Brasil ainda não se completara e precisava avançar para os bens de consumo duráveis e de maior intensidade de capital.

(1) O crescimento de indústrias tradicionais, como tecidos e vestuário, ocorrera já antes de 1930, no modelo agroexportador, mas não fora capaz de dar às atividades econômicas internas um dinamismo próprio.

(2) O modelo de substituição de importações apresenta um caráter "parcial", pois as transformações da estrutura produtiva circunscreveram-se, praticamente, ao setor industrial e atividades conexas, sem modificações sensíveis no setor primário, inclusive voltado à exportação.

(3) O estrangulamento externo pode ser "absoluto", quando a capacidade de importar declina por causa de contrações cíclicas das exportações de produtos primários, e "relativo", quando a capacidade de importar cresce a um ritmo inferior à retomada do crescimento das exportações, por causa dos serviços do passivo externo.

(4) O processo de industrialização pode ser comparado à construção de um edifício, pois normalmente pode partir da base para o vértice da pirâmide produtiva, ou seja, dos bens de consumo para gradualmente atingir os bens de capital e intermediários, com mudanças correspondentes na pauta de importações.

Resolução:

(0) Falso.

Segundo Tavares (1972), ao contrário, o modelo de desenvolvimento baseado na substituição de importações já atingira o seu estágio final e, consequentemente, haveria a necessidade de "(...) se transitar para um novo modelo de desenvolvimento, verdadeiramente autônomo", isto é, em que o impulso ao desenvolvimento surgisse "dentro do próprio sistema".

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

Para a autora, este caráter "parcial" do modelo pode ser visto tanto na permanência

de uma "base exportadora precária e sem dinamismo" (o que, por sua vez, estaria na origem do estrangulamento externo crônico a que a economia brasileira estava sujeita) como no surgimento de um novo tipo de economia "dual", caracterizada por um setor industrial moderno e um setor primário-exportador tradicional.

(3) Falso.

Na acepção empregada por Tavares, o estrangulamento externo "absoluto" referir-se-ia àquele que ocorre quando a capacidade de importar encontrava-se estancada ou em declínio; já o estrangulamento "relativo" ocorreria no caso de a capacidade de importar crescer a um ritmo inferior ao da expansão do PIB.

(4) Falso.

A autora ressalta que a industrialização substitutiva de importações, necessariamente, exige que "o edifício (industrial) seja construído simultaneamente" (p. 46). Do contrário – isto é, caso a substituição, inicialmente, se concentrasse apenas nos bens de consumo final –, a pauta de importações ficaria "(...) praticamente comprometida com as importações necessárias à manutenção da produção corrente". Com isso, não restariam divisas suficientes para a importação de novos produtos e, especialmente, bens de capital indispensáveis à ampliação do investimento doméstico.

PROVA DE 2013

Questão 3

A temática da origem da indústria no Brasil envolveu importante controvérsia entre a tese cepalina e críticos de diversos matizes teóricos nas décadas de 1960 e 1970. Sobre essa controvérsia podemos afirmar que, segundo:

(0) Prebisch, a passagem à industrialização, nos países que chegaram a atingi-la na América Latina, foi propiciada principalmente por circunstâncias históricas desfavoráveis ao funcionamento do modelo agroexportador.

(1) Celso Furtado, somente na década de 1930, sob o impulso da Grande Depressão e com a ascensão de Vargas, pode-se falar de um processo de industrialização substitutivo de importações deliberadamente implantado como projeto de governo.

(2) Fishlow, o impulso da Grande Depressão da década de 1930 foi importante, tanto para lograr maior taxa de crescimento, quanto para maior variedade de bens produzidos internamente, mas representou uma substituição tecnologicamente inferior.

(3) Versiani e Versiani, não pode ser descartada a proteção tarifária como fator de estímulo à industrialização.

(4) Fernando Henrique Cardoso e Faletto, na literatura sobre dependência, apontam como objeção à construção analítica da Cepal a pouca importância atribuída nos estudos dessa instituição a variáveis sociopolíticas.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Para Furtado, a industrialização substitutiva de importações ocorrida na década de 1930 foi consequência indireta da política de defesa da cafeicultura, não tendo feito parte, portanto, de um projeto industrializante deliberado do Governo Vargas.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Tal ponto de vista foi defendido em diversos artigos pelos referidos autores, com base em estudos dos setores têxtil algodoeiro e cervejeiro, por exemplo.

(4) Verdadeiro.

Para estes autores, o correto entendimento da situação de dependência dos países da América Latina exigia considerar os condicionantes externos *e internos* de seus

respectivos processos de modernização. Com isso, procuravam criticar o que julgavam ser um foco excessivo, dado pela tradição cepalina, aos impactos de variáveis externas sobre a estrutura socioeconômica dos países da região. Para Cardoso e Faletto [ver Cardoso e Faletto (1970)], o desenvolvimento era, essencialmente, um processo social. Sendo assim, para entender tal fenômeno, fazia-se necessário estudar as condicionantes estruturais (privilegiadas pelo pensamento cepalino) e os fatores sociais em suas relações de determinação recíproca.

Questão 4

O artigo "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil", de Maria da Conceição Tavares, pode ser considerado um clássico ao firmar importantes interpretações sobre a temática que envolve. Segundo o referido artigo:

(0) As atividades industriais durante a vigência do modelo agroexportador eram reduzidas e, juntamente com o setor agrícola de subsistência, eram insuficientes para dar à atividade interna um dinamismo próprio.

(1) O processo de substituição de importações não visa diminuir o quantum de importação global e essa diminuição, quando ocorre, é geralmente imposta pelas restrições do setor externo e não desejada.

(2) O processo de industrialização substitutiva geralmente se dá da base para o vértice da pirâmide produtiva, começando pelos bens não duráveis e de tecnologia mais simples até atingir os bens de capital.

(3) Maiores graus de coordenação e planejamento dos investimentos públicos e privados seriam necessários porque a diversificação industrial, induzida pelo aumento da proteção, tendia a ser freada à medida que as exigências de escala, tecnologia e de montante de capital dos investimentos aumentassem.

(4) O declínio do processo referido no título do artigo é, pelo menos em parte, associado no mesmo à inflação e à crise no balanço de pagamentos verificadas após o II PND.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Verdadeiro.

O processo de industrialização substitutiva de importações usualmente acarreta em elevação do *quantum* importado, na medida em que a produção doméstica de manufaturados passa a exigir a importação de bens intermediários e de capital não produzidos localmente.

(2) Falso.

Ver Prova 2012, Questão 4, item 4.

(3) Verdadeiro.

Deste fato decorreria a necessidade de o Estado atuar direta ou indiretamente na provisão, por exemplo, dos chamados “investimentos de base” para a economia.

(4) Falso.

O artigo de Tavares foi publicado, originalmente, em 1964 e, portanto, não poderia fazer referência ao período posterior ao II PND, isto é, a década de 1980. O “declínio”, no título, refere-se, isso sim, à estagnação vivida pelo Brasil no início dos anos 1960 e que, segundo a autora, seria uma consequência “lógica” do próprio funcionamento do modelo de substituição de importações. Seriam três as principais razões desta perda de dinamismo do modelo: i. o baixo coeficiente de importações que o Brasil apresentava à época, limitando a continuidade do processo de industrialização substitutiva de importações; ii. a natureza da composição da pauta de importados, cuja substituição por produção doméstica implicaria realizar investimentos caracterizados por elevada relação capital-produto e, ao menos no curto prazo, retornos marginais decrescentes; e iii. limitações resultantes da má distribuição de renda, levando a insuficiência de demanda efetiva.

PROVA DE 2014

Questão 3

O processo de industrialização foi objeto de interpretações e intenso debate. Sobre o processo de industrialização e suas interpretações é correto afirmar que:

(0) Existe consenso entre os economistas de que a industrialização antes de 1930 era movida pelo processo de substituição de importações.

(1) Segundo Celso Furtado, as políticas de defesa da renda cafeeira acabaram por favorecer a indústria doméstica na década de 1930.

(2) Há autores que defendem que, antes de 1930, os períodos considerados como de maior aumento de investimento na indústria não coincidiam com os surtos de maior aumento da produção industrial.

(3) Existe divergência quanto à tese de que a expansão cafeeira foi fundamental para induzir a concentração industrial em São Paulo.

(4) Segundo Celso Furtado, a desvalorização cambial era uma política deliberadamente executada para defender a renda cafeeira e estimular a substituição de importações industriais.

Resolução:

(0) Falso.

Há concordância, isso sim, em torno da ideia de que, durante a I República, alternaram-se períodos em que a indústria avançou através de um processo de substituição de importações (anos 1890 e I Guerra) e outros em que o crescimento industrial coincidiu com fases de expansão das exportações cafeeiras (início do século XX e década de 20).

(1) Verdadeiro.

Trata-se da ideia de uma industrialização "não intencional", decorrente da política cafeeira do Governo Vargas.

(2) Verdadeiro.

Para diversos autores, as fases de maior crescimento do investimento industrial durante a I República ocorreram, justamente, em períodos de maiores exportações cafeeiras. Tais fases (geralmente acompanhadas de ingressos líquidos de capitais do exterior) faziam aumentar a oferta de divisas, que não apenas permitiam maiores volumes de importações de máquinas e equipamentos (investimentos), como também de manufaturados leves que concorriam com a produção doméstica.

(3) Falso.

Existe concordância entre os autores quanto ao papel da expansão cafeeira para explicar as “raízes da concentração industrial em São Paulo” (título de livro clássico de Wilson Cano [ver Cano (1977)], no qual esta tese encontra a sua defesa mais enfática).

(4) Falso.

A desvalorização cambial, durante a Primeira República, ocorria em períodos em que a taxa de câmbio flutuava e era causada por déficits no balanço de pagamentos. Tais déficits, por sua vez, eram resultantes de déficits em conta corrente não compensados por ingressos líquidos de capitais do exterior. Como tal, não eram produto de uma *política* governamental (muito menos uma política que visasse, deliberadamente, estimular a industrialização substitutiva de importações), mas sim do comportamento dos fluxos internacionais de mercadorias, serviços e de capitais.

Questão 6

Sobre as interpretações da industrialização via processo de substituição de importações pode-se afirmar que:

(0) A predominância do capital estatal no investimento em todos os ramos industriais desestimulou a iniciativa privada nos anos 1950.

(1) Dado o mercado interno relativamente reduzido para bens industriais, havia limitações às economias de escala usando técnicas produtivas importadas.

(2) Segundo Maria da Conceição Tavares, a substituição de importações originou-se de uma escolha política autônoma do governo brasileiro, sem ser induzida por restrições ao crescimento econômico com base em exportações primárias.

(3) Há consenso de que a falta de competição seria responsável pelos altos custos internos e pela incapacidade de entrada dos produtos manufaturados brasileiros no mercado internacional.

(4) Dentre as críticas e problemas apontados por Maria da Conceição Tavares, estava a baixa competitividade internacional da indústria brasileira, explicada em parte porque a produção substitutiva local representava uma fração pequena da capacidade produtiva de qualquer país antes exportador para o Brasil.

Resolução:

(0) Falso.

Diversos ramos industriais avançaram na década de 50 no Brasil a partir de investimentos privados – a exemplo do automobilístico, indústria naval e máquinas.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

Para Tavares (1972, p. 42), a origem do processo de industrialização por substituição de importações encontra-se em uma 'situação de desequilíbrio externo duradouro que rompesse o ajuste entre demanda e produção internas (...)'. No caso específico do Brasil, isso ocorreria de forma dramática a partir da Crise de 30 – essencialmente, uma crise do setor primário-exportador.

(3) Falso.

Para Tavares (1972, p. 55), os altos custos internos e a incapacidade de os produtos manufaturados brasileiros penetrarem os mercados internacionais decorreriam, antes, da escala, relativamente, pequena das plantas aqui instaladas (impedindo, assim, a obtenção das economias de escala presentes em alguns setores industriais). Por sua vez, em setores onde os ganhos de escala não se mostrassem importantes, barreiras à entrada em mercados estrangeiros e acordos comerciais seriam os principais obstáculos às exportações brasileiras de manufaturados.

(4) Verdadeiro.

Ver o item 3, acima.

Questões Discursivas

PROVA DE 2005

Questão 1

Discuta a relação entre a taxa de câmbio e as variações da capacidade produtiva e do nível de produção no início do processo de industrialização brasileiro.

Resolução:

A taxa de câmbio – mais do que as tarifas de importação – foi a variável que mais influência exerceu sobre a dinâmica da industrialização brasileira em suas décadas iniciais. É possível afirmar que antes da Grande Depressão o avanço da indústria no Brasil seguiu, grosso modo, o seguinte padrão: em períodos de bom desempenho do setor exportador (geralmente acompanhado de ingresso líquido de capitais do exterior), havia uma tendência à apreciação do mil-réis. Neste contexto, aumentavam as importações do exterior, inclusive as compras de máquinas, equipamentos e insumos industriais (aço, cimento, combustíveis etc.) utilizados na ampliação da capacidade produtiva (investimento) doméstica.

Já nas fases de declínio das receitas de exportação e/ou fuga de capitais estrangeiros, a moeda nacional desvalorizava-se frente à libra esterlina. Daí seguia (pelo aumento do preço, em mil-réis) uma contração das importações de forma geral – o que atingia tanto as importações de bens de consumo final como os bens intermediários e bens de capital.

Na prática, os períodos de câmbio apreciado e maiores importações permitiam a ampliação do **investimento** industrial no Brasil, sobretudo à luz da (ainda) pequena capacidade de oferta local de máquinas e equipamentos. Era nestes períodos, portanto, que se dava um aumento dos investimentos no setor manufatureiro, a exemplo do ocorrido no início do período republicano (1889-95), entre 1907-1913 e entre 1925-1929.

Em contrapartida, quando ocorria uma depreciação cambial, todas as classes de importações ficavam mais caras, isto é, tanto os bens de capital como os bens de consumo não duráveis. Se, no caso dos bens de capital, tal fato freava a ampliação da capacidade produtiva, no caso dos manufaturados leves conferia maior proteção ao produtor doméstico, já que os seus concorrentes estrangeiros perdiam competitividade no mercado brasileiro. Neste momento, tornava-se possível ampliar a **produção** interna, em parte substituindo importações. Tal foi o caso na segunda metade da

década de 1890 e durante a Primeira Guerra Mundial, quando o aumento da produção manufatureira doméstica se deu, em grande medida, em detrimento das importações.

Tal sequencia "câmbio apreciado → aumento do investimento industrial → câmbio depreciado → aumento da produção industrial" foi convincentemente demonstrada por Flavio R. Versiani (1980), já tendo sido adiantada em trabalho anterior do mesmo autor, em coautoria com Maria T. Versiani (ver Versiani e Versiani, 1977). Embora não de forma explícita, tal ideia também aparece em Fishlow (1972a).

Questão 2

Discuta o modelo brasileiro de industrialização por substituição de importações: conceito, origem, etapas, limitações, resultados e esgotamento.

PROVA DE 2012

Questão 3

Examine o processo de substituição de importações no Brasil: o conceito, o surgimento, a dinâmica, as etapas, as restrições, e os resultados.

A resposta a seguir contempla as duas questões anteriores.

Resolução:

O **conceito** de "substituição de importações" – entendido não como a mera diminuição ou desaparecimento de determinadas importações (e sua substituição pela produção doméstica), mas sim como parte de um modelo de desenvolvimento econômico – foi formulado por Tavares (1972). A autora o definiu como "um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial" (p. 41). Neste modelo, o governo brasileiro teria contribuído para a industrialização através de duas linhas de ação: 1) política de comércio exterior, sobretudo cambial, e 2) política de investimentos para superar "pontos de estrangulamento" nos setores de infraestrutura e financiamento.

A **origem** de tal processo, no Brasil, se deu com a crise dos anos 1930 e o fim do "modelo" (de crescimento) primário-exportador.

Historicamente (e de forma bem esquemática), suas **etapas** constituintes podem ser resumidas como se segue:

a) Vargas I: substituição de importações nos segmentos produtores de bens de consumo não duráveis e aço;
b) Dutra: bens de consumo duráveis (eletrodomésticos);
c) JK: substituição em vários "andares da pirâmide": bens de consumo duráveis, insumos básicos, bens de capital;
d) "Milagre": bens de consumo duráveis (exceto automóveis);
e) II PND: bens de capital e insumos básicos.

A **dinâmica** do modelo, segundo Tavares (1972), é resumida assim:

i. A partir do estrangulamento externo causado pela crise cafeeira, o governo atuou (via a compra e posterior destruição de parte das safras de café) no sentido de atenuar a contração da demanda interna.

ii. Diante da desvalorização cambial que acompanhou a crise, o preço das importações de manufaturados aumenta a ponto de torná-los pouco competitivos no mercado nacional. Com isso, parte da demanda interna direciona-se para a indústria doméstica.
iii. Após um período inicial em que a capacidade ociosa no setor manufatureiro vai sendo ocupada e a demanda doméstica permanece elevada, os empresários se veem compelidos a aumentarem a importação de máquinas, equipamentos e insumos industriais (dada a oferta insuficiente destes produtos no mercado doméstico).
iv. Uma vez que o valor de tais importações tende a ultrapassar as disponibilidades de divisas, torna-se necessário "comprimir algumas importações menos essenciais liberando assim as divisas indispensáveis à instalação e operação das novas unidades produtivas" (p. 43).

A dinâmica do modelo de substituição de importações, enfim, dar-se-ia pela superação contínua da contradição entre a limitada capacidade de importar (dada a dependência nas exportações cafeeiras) e a demanda por bens de capital e insumos industriais que acompanha o próprio processo de industrialização. Neste sentido, o estrangulamento externo que, naturalmente, decorria do processo de substituição de importações funcionava como principal limitação ao investimento industrial (e, portanto, ao próprio modelo).

Seria natural supor que tal modelo pudesse levar à autarquia, isto é, à independência do país de importados. Entretanto, como sempre existem insumos que não são produzidos no país, o processo é interrompido antes. Além disso, o modelo de substituição de importação pressupõe defasagens de tempo e requer planejamento das etapas substitutivas. O fato de a produção de bens como insumos básicos ter elevado prazo de maturação faz com que seja impossível que a "pirâmide" produtiva seja construída de forma sequencial e encadeada no tempo. Para Tavares (1972), a fim de que os diferentes prazos de produção sejam respeitados – e para que não ocorram picos de importação em diversas categorias, simultaneamente –, "(...) é necessário (para usar uma linguagem figurada) que o "edifício" seja construído em vários andares simultaneamente, mudando apenas o grau de concentração em cada um deles de período para período" (p. 46).

Quanto a seus **resultados** concretos, entre as décadas de 1930 e 1980, o Brasil logrou industrializar-se, tendo se tornado um produtor de toda a gama de artigos

manufaturados, nos setores de bens de consumo não duráveis, bens de consumo duráveis, bens intermediários e bens de capital.

O esgotamento do modelo decorreu de suas próprias limitações internas, a saber:

1. Dimensão e estrutura dos mercados nacionais;
2. Distribuição de renda e alta concentração setorial e regional;
3. Tendência à formação de monopólios;
4. Tecnologia importada inadequada à disponibilidade interna de recursos;
5. Conforme o processo de substituição de importações avança, crescem a complexidade tecnológica, os limites impostos pela escala, a questão do *know-how* e o problema da dimensão do mercado nacional (daí a importância atribuída às empresas multinacionais no processo);
6. Desproporção entre os estoques de fatores (por exemplo, abundância de mão de obra não qualificada e escassez de mão de obra qualificada); e
7. Limitações dadas pela inexistência de adequadas fontes de recursos minerais e de energia.

PROVA DE 2006

Questão 1

Discorra, em grandes linhas, sobre as origens do desenvolvimento industrial brasileiro a partir de uma base agrícola-exportadora. Em sua resposta, contraste as visões dos historiadores econômicos a respeito do assunto.

Resolução:

Em notável esforço de síntese, Suzigan (2000, Cap. 1) identifica quatro correntes interpretativas principais tratando das origens do desenvolvimento industrial brasileiro, a saber:

a. A "teoria dos choques adversos";
b. A ótica da industrialização liderada pela expansão das exportações;
c. A ótica do "capitalismo tardio"; e
d. A ótica da industrialização intencionalmente promovida por políticas do governo.

a. A primeira corrente tem em Roberto Simonsen o principal expoente. Simonsen propôs o que pode ser considerada uma versão "forte" do argumento segundo o qual momentos de crise do setor exportador (como foram os casos, por exemplo, da Primeira Guerra Mundial e da Grande Depressão) teriam sido particularmente benéficos para o avanço da industrialização brasileira. A ideia básica seria de que tais momentos de crise – ao dificultarem a entrada de produtos manufaturados importados no Brasil – teriam favorecido o avanço da produção manufatureira doméstica. Afora reparos de natureza metodológica às estimativas de crescimento da produção industrial realizadas por Simonsen (particularmente, no que toca ao período da Primeira Guerra), tal argumento peca por desconsiderar que os "choques adversos" afetam igualmente a importação de bens manufaturados finais e a de insumos intermediários e bens de capital – no caso destes dois últimos grupos, com claro prejuízo para a ampliação do investimento industrial. Furtado (1970) e Tavares (1972) chamam atenção para o impacto sabidamente positivo – ao menos no médio/longo prazos – da Grande Depressão sobre a industrialização brasileira. Não seria rigorosamente correto, porém, classificar estes autores como proponentes de uma "teoria dos choques adversos".

b. Dean (1976) é o autor mais associado com esta corrente interpretativa. Em apoio

a ela, oferece como exemplos os períodos em que, paralelamente ao crescimento do setor primário-exportador, houve expansão da produção industrial doméstica (1890-1895, 1906-1913 e, em menor grau, 1926-1930). Esta relação direta entre "café e indústria", segundo o autor, dar-se-ia, sobretudo, pelo lado dos efeitos multiplicadores da renda cafeeira sobre os demais setores da economia (indústria, finanças, transportes). Ainda segundo Dean, os agentes da industrialização seriam, em parte, oriundos do próprio setor exportador, com os chamados "empresários fazendeiros", que diversificavam seus interesses investindo na atividade industrial. O principal reparo à abordagem de Dean é que ela não é capaz de dar conta de diversos períodos em que houve expansão da produção industrial justamente em épocas de crise do setor primário-exportador, como foi o caso na segunda metade da década de 1890 e durante a Primeira Guerra.

c. Tal interpretação está associada à chamada "escola de Campinas", em particular ao trabalho de Mello (1984). Na prática, essa contribuição destaca a emergência do modo de produção capitalista no Brasil a partir da transição da escravidão para o trabalho assalariado, ao final do Império/início da República. Para os autores adeptos desta corrente interpretativa, o crescimento industrial no Brasil decorreu, primordialmente, do processo de acumulação de capital no setor primário-exportador (por sua vez, dependente da demanda externa). Neste sentido – ainda segundo os adeptos da visão do "capitalismo tardio" –, o capital industrial originou-se na década de 1880, como parte do chamado "complexo exportador cafeeiro". Embora enfatizando os "vazamentos" de capital cafeeiro para o setor industrial em períodos de expansão do setor primário-exportador, tal corrente difere, por exemplo, da ótica da industrialização liderada pelas exportações, ao salientar as fases em que a produção industrial doméstica cresce em meio a momentos de crise do setor exportador (quando a redução correspondente na capacidade de importar termina por proteger os produtores manufatureiros domésticos).

d. Embora concordando que não havia uma política governamental "industrializante" antes da década de 1950, diversos autores destacam o impacto que políticas do governo – a exemplo da política tarifária ou a concessão de incentivos e subsídios – tiveram sobre o desenvolvimento da indústria de transformação no Brasil. Versiani e Versiani (1977) e Versiani (1982) estão entre os que enfatizam o uso de tarifas aduaneiras no estímulo à produção industrial doméstica nas décadas iniciais do

século XX. Suzigan (2000) tem dúvidas quanto a este argumento e chama atenção para o papel que deve ser acordado, no debate, ao efeito protetor combinado das tarifas aduaneiras, da taxa de câmbio e do preço relativo do bem importado e o concorrente nacional. Para Suzigan, as tarifas aduaneiras tiveram papel, relativamente, subsidiário (em relação aos efeitos protecionistas da desvalorização da taxa de câmbio) no período que vai da Primeira Guerra à Grande Depressão. Quanto ao período anterior à Primeira Guerra, o autor nota a contínua redução da proteção agregada, o que tiraria grande força do argumento que postula uma relação determinante da proteção tarifária para o avanço da indústria brasileira.

Já no que toca ao uso de subsídios e incentivos, Suzigan (2000) nota que tal apoio era "esporádico, não sistemático e *ad hoc*", sendo politicamente inviável, à época, a adoção de um sistema mais abrangente de concessão de incentivos e subsídios à indústria de transformação.

Questão 2

Discuta os efeitos da política cambial do período de 1947 a 1961 sobre o processo de industrialização então observado.

Resolução:

Após um período inicial caracterizado pela liberdade cambial – e diante do esgotamento das reservas em moeda conversível do país –, o Governo Dutra deu início à prática, comum nos anos 1930, de exigir licenças prévias de importação. Com isso, foi possível racionar a alocação de capacidade de importar, segundo critérios de essencialidade. Tal política iria vigorar até 1953 e terminou por favorecer o avanço da industrialização substitutiva de importações no Brasil (nesta época, abrangendo, sobretudo, o setor de eletrodomésticos), ao privilegiar a importação de insumos e máquinas, ao mesmo tempo em que dificultava a entrada de artigos finais manufaturados que pudessem concorrer com a produção nacional.

No início de 1953, a legislação cambial começou a ser alterada. Com a promulgação da chamada "Lei do Mercado Livre", passou a conviver com as licenças de importação um sistema de taxas de câmbio múltiplas, envolvendo taxas diferenciadas para exportações (e, dentro delas, o café) e importações, bem como uma taxa "livre" para o ingresso de capitais do exterior. Os efeitos esperados pelo governo – aumento das exportações não tradicionais e dos fluxos financeiros do exterior – não foram atingidos, e em outubro daquele ano foi promulgada a Instrução nº 70, da Sumoc.

Com ela, foram abolidos os controles quantitativos de importação (as licenças prévias) e instituídos leilões de câmbio e o monopólio cambial do Banco do Brasil. De início, cinco categorias de importação e duas de exportação foram estabelecidas. Mediante a alocação de quantidades diferentes de cambiais nas diversas categorias, passavam a vigorar taxas de câmbio igualmente distintas e que tendiam a ser, relativamente, mais depreciadas quanto menos essencial o produto em questão. Com isso, o governo conseguia direcionar as importações para artigos tidos como mais essenciais (insumos e máquinas, por exemplo) e tornar proibitivamente caras as importações de artigos que competissem com a produção industrial doméstica. Igualmente importantes eram os ganhos fiscais para o governo (creditados à conta de Ágios e Bonificações), advindos da diferença entre o valor pago, aos exportadores, por suas cambiais e a posterior revenda das mesmas, aos importadores, nos leilões.

Em janeiro de 1955, a política cambial passaria a contar com o reforço da Instrução nº 113 da Sumoc, que autorizava a importação de bens de capital sem cobertura cambial. Na prática, máquinas e equipamentos seriam internalizados por empresas estrangeiras sem que fosse necessário às mesmas ingressarem com recursos (à taxa de câmbio "livre") no país e se dirigirem aos leilões cambiais na categoria III de importações (que se aplicava aos bens de capital).

O efeito combinado destas duas Instruções da Sumoc iria se fazer sentir com mais intensidade durante o Plano de Metas, no Governo JK, na segunda metade da década de 1950. Com a política cambial então em vigor, foi possível ao país – mesmo em um contexto de receitas de exportação e termos de troca em queda – levar adiante um ambicioso programa de investimentos nos setores de bens de capital, bens de consumo duráveis, insumos industriais e infraestrutura (o Plano de Metas), ao atrair capitais estrangeiros sob a forma tanto de empréstimos como de investimento externo direto. Adicionalmente, os recursos creditados na conta de Ágios e Bonificações (como dito, proveniente da diferença entre o preço pago aos exportadores, pelo governo, pelas cambiais e sua posterior revenda nos leilões de importação) mostrar-se-iam decisivos para custear a elevação das despesas em moeda nacional no Governo Kubitschek.

A partir do Governo Quadros, em 1961, tem início um processo de paulatina unificação das taxas de câmbio no Brasil, unificação que só ocorrerá de fato em 1964.

PROVA DE 2007

Questão 1

Após a Segunda Guerra Mundial, a Cepal desenvolveu uma interpretação própria do desenvolvimento econômico latino-americano e apresentou propostas para se acelerar o crescimento da região. Indique os pontos principais da interpretação e das propostas cepalinas e explique em que elas se diferenciam da perspectiva liberal.

Resolução:

A interpretação cepalina clássica, associada a Raúl Prebisch, parte da divisão dos países entre os pertencentes ao "centro" e aqueles que compõem a "periferia" do sistema econômico internacional. Neste modelo, os países do centro seriam, essencialmente, exportadores de artigos manufaturados e importadores de matérias-primas produzidas na periferia.

Nos primeiros, o progresso técnico se desenvolveu de forma mais rápida a partir do setor industrial, elevando a produtividade de todos os setores de suas economias. Na periferia, em contrapartida, o progresso técnico se circunscreveu aos setores exportadores de matérias-primas e alimentos, sendo o restante de suas economias caracterizado por baixos níveis de eficiência.

Ainda segundo o modelo da Cepal, os mercados de bens nos países do centro seriam dominados por oligopólios, enquanto o mercado de trabalho apresentaria sindicatos fortes (capazes, portanto, de resistir a cortes de salários). Na periferia, contrariamente ao centro, predominariam mercados – de produtos e fatores de produção – concorrenciais.

Considerando-se, adicionalmente, as diferentes elasticidades-renda que caracterizariam a demanda por artigos manufaturados (maior que 1) e matérias-primas (inferior à unidade) na periferia, daí seguiria, segundo o argumento cepalino, uma tendência "secular" à deterioração dos termos de troca dos países primário-exportadores. Diante de tal tendência, ainda segundo a teoria da Cepal, os ganhos de comércio postulados pela teoria ricardiana tradicional seriam apropriados exclusivamente pelos países industrializados (isto é, do "centro"). Dito de outra forma, "(...) a tese da deterioração dos termos de troca reverte o argumento (ricardiano), com a ideia de que não apenas a transferência de ganhos (de produtividade) não ocorre, mas que, em verdade, o que se passa é o oposto, ou seja, são as regiões atrasadas que transferem os seus ganhos de produtividade às mais desenvolvidas" (Bielschowsky, 1988, p. 19).

Diante de tal constatação, Prebisch e seus seguidores argumentam que o livre comércio não asseguraria o pleno desenvolvimento das economias periféricas, sendo responsável, isso sim, por provocar um aumento da disparidade de renda entre os países ricos e pobres. Consequentemente, para que as economias primário-exportadoras se desenvolvessem, deveriam escapar daquela tendência à deterioração dos termos de troca pela via da industrialização. Tal industrialização, em última instância, possibilitaria o aumento da produtividade do trabalho via a incorporação de bens de capital ao processo produtivo nas economias periféricas.

O problema para as economias periféricas reside em que, por não contarem com um setor doméstico produtor de máquinas e equipamentos (bens de capital), necessitavam importá-los dos países do centro. A forma habitual de fazê-lo envolvia aumentar as exportações de matérias-primas e alimentos a fim de se obter as divisas necessárias à importação de bens de capital. O desafio, segundo a Cepal, estava justamente na existência de termos de troca que, historicamente, tendiam a se deteriorar. Com isso, aos países da periferia colocava-se a situação de terem que exportar cada vez mais *commodities* para importar uma mesma quantidade de bens de capital necessários à sua industrialização.

Uma alternativa a esta "sina" dos países da periferia passaria por discriminar o uso de divisas, privilegiando a sua destinação à compra de bens de capital, no lugar de bens de consumo. Tais bens de capital, por sua vez, seriam utilizados para iniciar/ampliar a produção interna de bens de consumo, em substituição aos bens de consumo até então importados. O estímulo governamental à industrialização substitutiva de importações, como forma de "internalizar" o processo de desenvolvimento econômico ("libertando-o", assim, das vicissitudes da divisão internacional do trabalho), seria, portanto, o principal corolário da interpretação cepalina do subdesenvolvimento das economias da América Latina no pós-Guerra.

Diante da dificuldade prática de se conduzir um processo de industrialização por substituição de importações – que exige, por exemplo, concatenar a expansão dos setores produtores de bens de consumo, bens intermediários e bens de capital, em meio a uma restrição de poupança nos países da periferia –, a Cepal propôs duas linhas de ação principais, a saber: o planejamento econômico e o protecionismo.

São muitos os contrastes entre a interpretação cepalina do desenvolvimento latino-americano, acima resumida, e os pontos enfatizados pela abordagem liberal. O primeiro deles é de natureza mais, propriamente, empírica e não decorre de uma crítica exclusivamente liberal. Trata-se da contestação, realizada por diversos autores,

da ideia-chave do modelo cepalino, segundo a qual haveria uma tendência "secular" à deterioração dos termos de troca das economias primário-exportadoras. Ainda no terreno empírico, critica-se o "pessimismo das elasticidades", presente na análise da Cepal, e que, por muitos anos, justificou a defesa de taxas de câmbio irrealisticamente sobrevalorizadas nos países do continente, sob o argumento de que um câmbio mais realista não contribuiria para aumentar as receitas de exportações dos países da região.

Afora estes reparos de caráter mais empírico, as propostas de política derivadas da análise da Cepal – o planejamento e o protecionismo – entram, claramente, em choque com a perspectiva liberal. Para os liberais, o livre funcionamento do mercado permitiria que os preços funcionassem como o mecanismo mais eficiente de alocação de recursos (inclusive, de investimentos) na economia. Se este é o caso, o processo de desenvolvimento econômico não deveria requerer planejamento estatal, como postulava a Cepal. O mesmo argumento liberal, ressaltando o poder do livre mercado em alocar eficientemente os recursos, estende-se ao comércio exterior. Para os liberais, os resultados da teoria ricardiana das vantagens comparativas reforçam a sua crença nas virtudes do comércio livre e da especialização. Sendo assim, o pensamento liberal é taxativo em sua crítica ao protecionismo comercial defendido pelos teóricos da Cepal.

Na década de 1980, tais críticas começaram a se avolumar em círculos acadêmicos e de políticas (Banco Mundial, por exemplo) nos Estados Unidos. Tal visão liberal envolveu avaliação, em geral, negativa da experiência da América Latina com a industrialização substitutiva de importações e procurou ressaltar o que se julgava ser a ineficiência associada a experiências de crescimento econômico baseadas em forte presença do Estado. O ápice deste movimento crítico foi a enunciação, em 1989, do chamado "Consenso de Washington".

PROVA DE 2008

Questão 1

Discuta as diferentes interpretações sobre a relação entre exportações cafeeiras, taxa de câmbio e expansão industrial antes de 1930.

Resolução:

Essencialmente, há duas interpretações relacionando café, câmbio e indústria antes de 1930: uma, que identifica uma relação direta entre desempenho exportador e crescimento industrial, e outra, que destaca uma relação inversa entre estas variáveis.

A primeira interpretação está associada, sobretudo, aos trabalhos de Warren Dean. Para o autor, a indústria brasileira se desenvolveu em períodos de bom desempenho das exportações cafeeiras e sofreu durante períodos de retração no setor exportador. Os canais ligando as exportações cafeeiras à indústria seriam muitos, a exemplo da criação de um mercado doméstico para produtos manufaturados a partir da maior monetização e aumento da renda trazidos pelo setor exportador; a integração do mercado (e os ganhos de comércio daí decorrentes) proporcionada pelas ferrovias construídas, principalmente, para atender ao setor cafeeiro; o desenvolvimento do comércio de importação e exportação ajudando na criação de um sistema de distribuição de produtos manufaturados; e a maior oferta de mão de obra para o setor industrial a partir da imigração europeia que a expansão cafeeira atraiu. Por fim – e não menos importante –, as exportações cafeeiras proporcionavam grande parte das divisas internacionais usadas para a importação de bens de capital e insumos utilizados pelo setor industrial.

Este último canal, como se vê, deixa explícita a mediação exercida pela taxa de câmbio entre as variáveis “exportações cafeeiras” e “indústria”: momentos de aumento das exportações de café trariam maiores receitas em moeda estrangeira e, com isso, a possibilidade de se aumentar a importação de bens de capital (e, portanto, o **investimento** doméstico) em meio a um mercado consumidor em expansão (pelos motivos destacados acima).

O principal reparo que se pode fazer a esta interpretação envolve apontar períodos em que o desempenho das exportações de café foi ruim e, não obstante, a produção industrial aumentou. Tal foi o caso, por exemplo, na segunda metade da década de 1890 e, mais claramente ainda, durante a Primeira Guerra. Em ambos os períodos, assistiu-se a uma depreciação cambial que ajudou a proteger a produção manufatureira doméstica da concorrência de artigos importados. Com isso, foi

possível, em um contexto de crise do setor exportador, aumentar a produção industrial aproveitando-se de capacidade instalada ociosa, capacidade esta que havia sido criada em um período anterior de câmbio apreciado (e, portanto, maior facilidade para importar máquinas e insumos industriais).

Estes períodos em que se verifica uma relação inversa entre exportações cafeeiras e crescimento da produção industrial – mediada por uma taxa de câmbio que se deprecia – foram destacados por autores como Roberto Simonsen, naquilo que ficou conhecida como uma "teoria dos choques adversos" (para detalhes desta corrente interpretativa, ver a Prova de 2005, Questão 1, item a).

PROVA DE 2009

Questão 1

Discuta as principais características do "modelo primário-exportador" e do "modelo de substituição de importações", identificando suas principais diferenças.

(Ver Prova de 2005, Questão 2)

Resolução:

De acordo com Tavares (1972), são as seguintes as principais características do modelo de desenvolvimento voltado "para fora", ou modelo primário-exportador:

- o setor exportador era o centro dinâmico da economia; adicionalmente, apresentava alta rentabilidade e especializava-se em um número reduzido de produtos;
- a atividade industrial reduzida, juntamente com o setor agrícola de subsistência, era incapaz de dar à atividade interna um dinamismo próprio;
- a elevada concentração da propriedade dos recursos naturais e capital (sobretudo no setor exportador) resultava em renda extremamente concentrada;
- existência de uma economia "dual", envolvendo grande diferença de produtividade entre o setor externo (isto é, o setor exportador) e interno (de produção de subsistência); e
- da combinação desta economia "dual" com a enorme concentração na distribuição de renda resultaria grande disparidade entre a estrutura de produção e a composição da demanda interna por manufaturados, que acabava sendo atendida, quase que integralmente, pelas importações.

São duas as principais diferenças entre os modelos:

a. com o advento do modelo de substituição de importações, tem-se um novo centro dinâmico da economia – o investimento industrial (e não mais o setor exportador), cujo volume e composição passam a ser decisivos para a continuação do processo de desenvolvimento;
b. (como decorrência de "a") o modelo de desenvolvimento volta-se para "dentro", já que a industrialização substitutiva de importações tem por objetivo atender o mercado interno.

Por fim, cabe notar, seguindo Tavares (1972), que o modelo de substituição de importação não promove ruptura total com o modelo primário-exportador. Tem-se, isso sim, uma mudança parcial, representada pela preservação tanto de uma base exportadora precária como de uma estrutura econômica "dual" (composta de um setor "capitalista" pequeno e um grande setor "subdesenvolvido").

PROVA DE 2014

Questão 1

Há autores que adotam o nome de "industrialização espontânea" (ou não intencional) para designar o crescimento industrial brasileiro do período entre a Grande Depressão de 1929 e o início da II Guerra Mundial. Exponha o argumento que embasa essa análise e discorra sobre sua pertinência para designar a industrialização brasileira do período.

Resolução:

O conceito de 'industrialização espontânea' está associado à interpretação cepalina da experiência de desenvolvimento econômico da América Latina após a I Guerra e, sobretudo, a Crise de 1930. Essencialmente, refere-se ao tipo de industrialização que acompanhou a mudança no padrão de desenvolvimento da região, que deixa de ser voltado "para fora" (exportações de produtos primários) e volta-se "para dentro", isto é, para seu mercado interno e os setores que produzem para ele (não apenas a indústria, mas também a agricultura e os serviços).

A análise de Furtado do chamado 'deslocamento do centro dinâmico da economia', operado na década de 1930, constitui o enunciado clássico da tese de industrialização espontânea para o caso do Brasil. Para o autor, a conjunção de queda do *quantum* importado (devido à menor capacidade de importar que se seguiu ao colapso dos preços internacionais do café) e manutenção da renda doméstica (via política de defesa do setor cafeeiro), ocorrida no governo Vargas, estaria na raiz da precoce recuperação da economia brasileira dos efeitos da Grande Depressão. Tal recuperação – e posterior aceleração do crescimento –, por sua vez, envolveu a transferência de recursos da agricultura de exportação para atividades voltadas para o mercado doméstico. Este processo foi liderado pelo setor industrial (a produção industrial dobraria entre 1932-1939), agora alçado à condição de novo centro dinâmico da economia.

É neste sentido, portanto, que se afirma que a industrialização havida no Brasil após a Crise de 1930 foi "espontânea", isto é, não teria decorrido de políticas deliberadas de governo. Tal avaliação é partilhada por diversos outros autores, a exemplo de Fishlow (1972a), Abreu (1990), Suzigan (2000) e Leopoldi (2003).

Já em diversos trabalhos, Pedro D. Fonseca [ver Fonseca (1989); Fonseca (2004); Fonseca (2011)] discorda de Furtado e dos demais autores e argumenta que haveria, sim, uma consciência industrializante na política econômica varguista nos anos 30. Para este autor, seriam evidências desta consciência diversas *instituições* criadas à

época (dentre as quais a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, de 1937, e do DASP, de 1938), *políticas* (tais como a imposição de controles de importações e a reforma tarifária de 1934, de caráter protecionista) e *discursos* de Vargas, nos quais o apoio à industrialização aparecia em destaque.

8

Temas Transversais

8.1. O papel do Estado e as instituições públicas

PROVA DE 2005

Questão 15

Sobre o papel do Estado na economia brasileira, é CORRETO afirmar que:

(0) Antes de 1930, a intervenção direta do Estado dava-se principalmente no setor financeiro.

(1) Entre o início da década de 1930 e o final da de 1940, a participação do Estado transitou da esfera normativa para a intervenção direta, por meio de investimentos no setor produtivo.

(2) As décadas de 1950 e 1960 marcam o aprofundamento da intervenção do Estado em termos de planejamento econômico.

(3) As privatizações na década de 1980 ocorreram principalmente em pequenas e médias empresas.

(4) A redução da participação do Estado na economia nos anos 1990 encontra-se associada à melhoria do desempenho das contas públicas.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

Durante a Primeira República, o Estado brasileiro interveio no mercado de câmbio, como no caso da criação da Caixa de Conversão, em 1906, e da Caixa de Estabilização, em 1926. Adicionalmente, passou a ter papel mais direto no mercado de crédito na década de 1920, através do Banco do Brasil. Nas demais áreas sua atuação foi mais discreta e indireta.

(1) Verdadeiro.

Após a Revolução de 1930 inicia-se a intervenção do Estado no sentido de prover a economia brasileira de uma estrutura industrial. O anúncio da criação da CSN (em 11/6/1940) é considerado um marco para industrialização nacional induzida pelo Estado, que se estenderia até a década de 1980.

(2) Verdadeiro.

Os anos JK (1956-1961) são um marco do planejamento econômico. Seu Plano de Metas estabeleceu objetivos a serem cumpridos em cada setor através de metas quantitativas individualizadas.

(3) Verdadeiro.

As privatizações da década de 1980 foram pouco significativas e se concentraram

em reprivatização de indústrias de menor porte, cujo controle havia sido assumido pelo Estado.

(4) Falso.

A redução da participação do Estado na economia nos anos 1990 está associada a um movimento mundial de revisão desta participação, a partir do Consenso de Washington. As privatizações não tiveram grandes impactos nas contas públicas, embora sem elas a deterioração fiscal teria sido maior.

PROVA DE 2007

Questão 14

Grande parte do desenvolvimento econômico brasileiro no século XX é atribuída à participação do estado na economia. A respeito desse tema, são CORRETAS as afirmativas:

(0) Durante a Segunda Guerra Mundial, ampliou-se de forma significativa a participação dos investimentos de infraestrutura no orçamento público.

(1) O BNDE, surgido por recomendação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, foi impedido, de seu início à década de 1970, de financiar empresas públicas, servindo como instrumento privilegiado para o financiamento das empresas privadas.

(2) Controles de preços, embora existentes desde os anos 1950, foram pouco importantes na maior parte da segunda metade do século passado, tendo sido abandonados nos anos 1990.

(3) Durante o período militar, arrefeceu-se o processo de expansão das empresas estatais, que se haviam expandido de forma expressiva nas décadas anteriores a 1964.

(4) Durante a crise da dívida externa, as empresas estatais foram fortemente prejudicadas pelas políticas de ajuste econômico, em particular pela desvalorização cambial.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O primeiro Governo Vargas criou a Companhia Siderúrgica Nacional em 1940, a Cia. Vale do Rio Doce (1942) e a Cia. Hidroelétrica do São Francisco (1945), o que exigiu uma ampliação dos recursos para infraestrutura no orçamento público.

(1) Falso.

O BNDE teve papel fundamental na criação da infraestrutura no período citado. Grande parte dos investimentos foi destinada ao setor elétrico, de propriedade estatal (*pública*, portanto).

(2) Falso.

Os controles de preços foram bastante usados e, portanto, considerados importantes, sobretudo, no período do Milagre Econômico, e na década de 1980, nas tentativas de conter a inflação por estratégias heterodoxas (“congelamento” de preços).

(3) Falso.

O Governo Militar, nos anos 1970, embora tenha enfatizado a importância do setor privado, continuou a utilizar empresas estatais (além das compras governamentais)

para alavancar o crescimento do Brasil.

(4) Verdadeiro.

As empresas estatais haviam sido estimuladas, ao longo dos anos 1970, a contrair dívidas no exterior. Isto prejudicou sua saúde financeira, sobretudo, quando da desvalorização cambial de 30%, em 1983.

PROVA DE 2008

Questão 13

Com respeito à atuação do Estado brasileiro durante o período militar, julgue as afirmativas:

(0) Durante o "milagre econômico", a postura conservadora do governo fez com que se reduzisse o número de empresas estatais.

(1) Outra face da atuação estatal diz respeito ao fornecimento de *hedge* ao setor privado endividado em dólares nos momentos de crise internacional, como os que ocorreram ao final dos anos 1970 e início da década de 1980.

(2) O controle de preços do setor privado, por meio de órgãos como o CIP e a Sunab, revelou-se inoperante na prática.

(3) Em alguns momentos, o Estado subsidiou o setor privado por meio da subcorreção dos preços dos bens e serviços fornecidos por empresas estatais.

(4) A atuação do Estado como agente financiador de longo prazo não foi importante devido ao sucesso das reformas do Paeg no tocante ao mercado financeiro e ao mercado de capitais.

Resolução:

(0) Falso.

Ao longo do Milagre foram criadas diversas empresas estatais, incluindo subsidiárias da Petrobrás e da Companhia Vale do Rio Doce. A criação da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (Sest), no período seguinte, em 1979, se justifica justamente pela rápida e expressiva ampliação do número de empresas estatais e a necessidade de coordenar e monitorar a atuação destas, a fim de garantir os investimentos e sua convergência com as diretrizes econômicas e sociais do governo.

(1) Verdadeiro.

A Resolução CMN nº 432, de 1977, para o setor privado ou o setor público, permitia trocar uma dívida, cujo reajuste se dava pela correção cambial, por outra ajustada pela correção monetária, assumindo o Banco Central o risco cambial e todos os encargos decorrentes do empréstimo externo, diante de uma mudança da taxa cambial. Em troca, o Banco Central recebia pagamento adiantado em dólares de um contrato de empréstimo externo. Caso as expectativas de variação cambial se desfizessem, o agente poderia sacar os recursos junto aos seus depósitos no Banco Central.

(2) Falso.

Os controles foram, sim, efetivos, embora, ao final do período do Milagre já

tivessem reduzido sua eficácia, pois começara a se formar um mercado paralelo que praticava preços mais altos para bens cujos preços eram controlados pelo CIP e pela Sunab.

(3) Verdadeiro.

O Estado frequentemente não corrigia preços públicos e tarifas, com o intuito de não contribuir para a inflação, que já se acelerava.

(4) Falso.

As medidas de estímulo ao mercado financeiro de longo prazo no Brasil não foram bem sucedidas. Entre os diversos instrumentos criados cabe citar, por exemplo, as LTN (Letras do Tesouro Nacional) e as ORTN (Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional), que originalmente teriam sido concebidas para servir de lastro ao financiamento de curto e longo prazo, respectivamente, com acessos diferenciados entre as instituições financeiras. Todavia, a criação dos "compromissos de recompra" acabaram por tornar os títulos semelhantes, na prática.

Assim, o financiamento de longo prazo no Brasil permaneceu, no Milagre, concentrado no BNDE, (não obstante o desenvolvimento, à época, do mercado de capitais – Bolsa de Valores. Em particular, ressalta-se a importância do apoio da Finame ao setor de bens de capital. A partir de 1971 aquela agência do BNDE passou a operar com prazos de oito anos, podendo chegar a até 15 anos (a partir de 1972, em seu programa especial), a juros de 3 a 6% mais correção monetária.

PROVA DE 2009

Questão 13

A ação do Estado está inserida em um quadro institucional composto por leis, empresas, conselhos, comissões e institutos que são criados e formam um arcabouço jurídico-institucional e uma rede de órgãos que interagem, formulam e racionalizam propostas e viabilizam a atuação estatal. Considere as instituições abaixo relacionadas nos itens A a H:

A – Banco Central do Brasil

B – Grupo Misto Cepal-BNDE

C – Banco Nacional de Habitação (BNH)

D – Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil

E – Conselho Interministerial de Preços (CIP)

F – Superintendência de Moeda e de Crédito (Sumoc)

G – Companhia Vale do Rio Doce

H – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)

Considere as seguintes alternativas:

(0) Todas as instituições evidenciam a importância da atuação do Estado na economia brasileira a partir do final da Segunda Guerra Mundial, quando foram criadas.

(1) Nenhuma das instituições arroladas foi criada após o fim do regime militar instaurado em 1964.

(2) Nenhuma dessas instituições foi criada durante o Governo Juscelino Kubitschek.

(3) Das instituições arroladas, três delas, e apenas três, fazem parte das medidas institucionais implementadas à época do Paeg.

(4) As instituições B, F e G, e apenas elas, foram criadas antes do regime militar instaurado em 1964.

Resolução:

(0) Falso.

Por exemplo, a companhia Vale do Rio Doce (1942) e a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (1936) foram criadas previamente.

(1) Verdadeiro.

Todas as instituições acima listadas foram criadas antes de 1985, quando terminou o regime militar.

(2) Verdadeiro.

Parte das instituições foi criada no Governo Vargas (Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e Vale do Rio Doce, no primeiro Governo Vargas, e Grupo Misto Cepal-BNDE, no segundo), a Sumoc foi criada no Governo Dutra, e as demais nos governos Castello Branco (FGTS, Banco Central do Brasil e BNH) e Governo Costa e Silva (CIP,

em 1968).

(3) Verdadeiro.
São elas FGTS, Banco Central do Brasil e BNH.

(4) Falso.
Há ainda a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, item D.

PROVA DE 2010

Questão 14

A Constituição de 1988 trouxe importantes modificações institucionais que influenciaram o papel do Estado na economia, com repercussão em seus indicadores de desenvolvimento, principalmente no que concerne aos direitos sociais. Sobre isto, pode-se afirmar que:

(0) Houve impacto significativo no sistema previdenciário e no campo dos direitos dos trabalhadores e das relações de trabalho.

(1) Universalizou-se o acesso ao sistema previdenciário, com a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbana e rural.

(2) Houve redução dos direitos trabalhistas inscritos anteriormente na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

(3) Houve avanço com relação à reforma agrária, em especial quanto a uma definição mais precisa das terras passíveis de desapropriação pelo governo.

(4) Embora tenha estendido o ensino público obrigatório a todas as idades, nada mencionou quanto a sua gratuidade.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A Constituição de 1988 teve impactos significativos em virtude da generalização de benefícios ao Regime Jurídico Único para o restante do setor público. No que se refere aos trabalhadores em geral, o novo tratamento da proteção social levou à ampliação da cobertura para segmentos da sociedade até então desprotegidos, eliminação das diferenças entre trabalhadores rurais e urbanos em relação aos benefícios concedidos, implementação da gestão descentralizada nas políticas de saúde e assistência, entre outros benefícios.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

Não houve alteração dos direitos da CLT.

(3) Falso.

A Constituição de 1988 abriu um capítulo especial (Capítulo III – Da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária" do Título III – Da ordem Econômica e Financeira, arts. 184 a 191) para tratar do tema –inexistente em constituições anteriores. De acordo com Costa (1989, p. 20), a Constituição de 1988 ficou "(...)

aquém das propostas presentes na legislação anterior ao estabelecer preceitos de forma vaga e pouco precisa no que se refere, por exemplo, à função social da terra, à propriedade produtiva, às razões e critérios para a desapropriação".

(4) Falso.

O artigo que detalha o Direito à Educação é o 208, que afirma:

O dever do Estado para com a Educação será efetivado mediante a garantia de:

I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria;

II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

Questão 15

Com relação ao papel historicamente desempenhado pelo Estado na economia brasileira é CORRETO afirmar:

(0) A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, formada durante o Estado Novo, propôs projetos de desenvolvimento para o Brasil, principalmente em infraestrutura, para os quais havia a promessa de financiamento norte-americano, e contribuiu para estreitar as relações entre os dois países durante a Guerra.

(1) Na segunda metade da década de 1950, continuou crescendo a intervenção direta do Estado no setor produtivo, por meio de empresas estatais, mas o Plano de Metas também estabeleceu metas complementares de investimento para o setor privado.

(2) O presidente Café Filho, que sucedeu Vargas em 1954, não logrou êxito em obter financiamento de instituições oficiais norte-americanas para fazer frente à crise cambial brasileira, embora tenha indicado para ministro da Fazenda um crítico das teses desenvolvimentistas e adepto de política monetária ortodoxa.

(3) Dentre as causas da crise financeira das empresas estatais, na década de 1980, está que elas endividaram-se em moeda externa, a partir da década de 1970, embora estivessem voltadas sobretudo para o mercado interno e gerassem receitas em moeda local.

(4) Metas de superávit nominal das contas públicas foram estabelecidas, a partir de 1999, com o objetivo de estabilizar ou reduzir a razão da dívida pública em relação ao Produto Interno Bruto (Dívida púbica/PIB).

Resolução:

(0) Falso.

A afirmativa é Falsa, pois a CMBEU foi formada em julho de 1951, no segundo Governo Vargas (e não durante o Estado Novo).

(1) Verdadeiro.

JK pretendida fazer um esquema tripartite, onde parte da responsabilidade caberia ao setor público, parte ao setor privado e ainda parte à “economia mista”.

(2) Verdadeiro.

Assim que assumiu o poder, Café Filho convidou Eugenio Gudin, identificado com políticas ortodoxas e baixa tolerância à inflação, para o cargo de Ministro da Fazenda. O governo, porém, não logrou obter os financiamentos nas magnitudes pretendidas.

(3) Verdadeiro.

Ver resposta à Questão Discursiva nº 3 da Prova de 2007.

(4) Falso.

As metas foram de superávit *primário* (e não nominal) – e foram estabelecidas junto com o regime de metas de inflação e o câmbio flutuante, constituindo o chamado “tripé” de política econômica, introduzido após a desvalorização cambial de janeiro de 1999.

PROVA DE 2011

Questão 15

A associação entre variáveis econômicas e políticas auxilia na explicação da condução da política econômica. Sobre essa associação no Brasil, é CORRETO afirmar que:

(0) Os códigos de Minas e de Águas, da década de 1930, limitavam os capitais estrangeiros nos campos da mineração e da exploração de recursos hidráulicos.

(1) A ortodoxia econômica dos primeiros anos do Governo Dutra pode ser em parte explicada pelo fato de sua candidatura ter contado com o apoio das forças contrárias ao nacionalismo e à política trabalhista de Vargas, que se aglutinavam na UDN (União Democrática Nacional).

(2) O Governo Café Filho representa uma mudança em termos políticos com relação ao que o antecedeu, já que sua equipe econômica pode ser considerada mais liberal e menos nacionalista do que a antecessora.

(3) A vitória de Jânio Quadros em 1961 representou a continuidade da aliança política que levara Juscelino ao governo em 1956, embora se possa ponderar que a política econômica de Quadros tenha sido mais afinada com a ortodoxia.

(4) A crise política do Governo Goulart vincula-se, em parte, a críticas de alguns segmentos sociais a medidas que objetivavam redistribuição de renda e reforma agrária, que constavam do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Falso.

Dutra foi eleito pelo PSD com apoio das forças varguistas que faziam oposição à UDN (que lançou o Brigadeiro Eduardo Gomes como candidato a Presidente nas eleições de 1945).

(2) Verdadeiro.

Assim que subiu ao poder, Café Filho nomeou Eugênio Gudin, um crítico de visões nacional-desenvolvimentistas, para ser Ministro da Fazenda. Todavia, cabe considerar que houve, posteriormente, a substituição de Gudin por José Maria Whitaker, em abril de 1955. Whitaker era um banqueiro paulista, o que agradou particularmente os cafeicultores.

(3) Falso.

Jânio Quadros era um político independente que se elegeu por um partido de pouca expressão (PTN), ainda que apoiado pela UDN. Na disputa pela Presidência,

derrotou o candidato do PSD apoiado por JK, o Marechal Lott.

(4) Verdadeiro.

O Plano Trienal continha duas fases. A primeira seria de cunho mais ortodoxo, enfatizando o combate a uma inflação vista como de demanda, embora com receituário gradualista. Na segunda fase do plano, seriam feitas as reformas de base, que incluíam a reforma agrária, entre outras, e propostas de medidas para melhorar a distribuição de renda.

PROVA DE 2012

Questão 15

Sobre o papel do Estado na economia brasileira pode-se afirmar:

(0) A Instrução nº 70 da Superintendência de Moeda e Crédito (Sumoc), baixada em 9 de outubro de 1953, instituiu o regime de licenças prévias de importação, para conter a crise cambial.

(1) O Plano de Estabilização Monetária, proposto pelo ministro Lucas Lopes em 1958, previa um tratamento mais gradual no combate à inflação do que o tratamento de choque sugerido pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

(2) A redução da inflação nos últimos três anos da década de 1960 se deve, pelo menos em parte, à redução do crédito governamental ao setor privado.

(3) Entre 1967 e 1979, em parte como resultado da política agrícola, as taxas médias anuais de crescimento da produção de feijão, mandioca e banana foram negativas, enquanto a produção de soja cresceu a uma taxa superior a 20% ao ano.

(4) A privatização de empresas estatais começou no Governo Collor, foi interrompida no Governo de Itamar Franco para, posteriormente, ser retomada com Fernando Henrique Cardoso.

Resolução:

(0) Falso.

A Instrução nº 70 criou o sistema de leilões de câmbio.

(1) Verdadeiro.

A estratégia do PEM adotava o gradualismo e buscava conciliar o maior crescimento com a menor inflação possível, reconhecendo a existência de alguma inflação de custos.

(2) Falso.

A queda da inflação se deve ao sucesso das medidas do Paeg e à existência de capacidade ociosa, o que permitiu que a oferta crescesse sem provocar aumentos de preços. Não houve redução do crédito governamental ao setor privado ao final dos anos 1960.

(3) Verdadeiro.

Dentre as prioridades do governo no Milagre esteve o apoio à agricultura, através de crédito a taxas subsidiadas, o financiamento à compra de tratores, fertilizantes etc. O aluno deveria inferir, a partir do conhecimento mais geral, que o item seria verdadeiro, posto que muito dificilmente conheceria estatísticas específicas sobre

produção de itens agrícolas.

(4) Falso.

A rigor, ainda nos anos 1980, iniciaram-se privatizações de empresas de menor porte, cujo controle havia sido assumido pelo governo e que, posteriormente, foram devolvidas ao setor privado.

PROVA DE 2014

Questão 14

Sobre a economia brasileira nas últimas duas décadas, pode-se afirmar:

(0) Houve redução do percentual de pobres na população na década de 1990, embora o número de pobres tenha aumentado entre 1990 e 1999.

(1) O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) definiu como objetivo central a expansão dos investimentos em infraestrutura.

(2) No quinquênio posterior a sua adoção, o Plano Real contribuiu para a diminuição do déficit nas transações correntes do balanço de pagamentos.

(3) A carga tributária bruta em relação ao PIB manteve-se relativamente estável nos primeiros anos após a adoção do Plano Real, mas começou a crescer no final da década de 1990, tendência esta que se manteve nos primeiros cinco anos do século XXI.

(4) O tipo de planejamento adotado na última década privilegia aspectos de longo prazo, sem metas específicas para o curto e o médio prazos.

Resolução:

(0) Falso.

Além da redução do percentual, houve queda também do número absoluto de pobres entre 1990 e 1999. De acordo com o Ipeadata, em 1990 existiam 58,1 milhões de pobres no Brasil, ao passo que em 1999 eles eram 56,2 milhões.

(1) Verdadeiro.

(2) Falso.

Houve *aumento* do déficit de transações correntes em todos os anos desde a introdução do real. Em 1993, ano anterior ao Plano, o déficit era de US$ 676 milhões e alcançou US$ 33,4 bilhões em 1998.

(3) Falso.

Este gabarito é questionável. Usando as séries temporais do Ipeadata, a afirmação resulta ser verdadeira. De fato, após permanecer relativamente constante (em torno de 28% do PIB) nos primeiros anos do Plano Real, a carga tributária total começa a crescer em 1998. Entre 2000 e 2005 a carga média foi de 32,2%.

(4) Falso.

Nos últimos anos o governo tem estabelecido metas claras para um horizonte de

três a quatro anos. Exemplos podem ser encontrados no Plano Plurianual do governo (PPA), na Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) e no Plano Brasil Maior (PBM). O governo também vem estabelecendo metas de longo prazo, algumas das quais destacadas no documento da SAE intitulado *Brasil 2022*, sem falar em grandes projetos de investimento cujo prazo de maturação é de até 30 anos, como, por exemplo, a Usina de Belo Monte.

Questão 15

Vários autores adotam a tese de que a intervenção do governo na economia brasileira durante o século XX foi influenciada pelo desenvolvimentismo. Sobre este tema se pode considerar verdadeiro que:

(0) As teses defensoras da industrialização como caminho para superar os problemas do país, importantes no ideário desenvolvimentista, começaram a aparecer no Brasil na década de 1950.

(1) O nacionalismo em várias questões relevantes, como a siderurgia durante o Estado Novo, não se associou à repulsa ao capital estrangeiro.

(2) O ideário desenvolvimentista é geralmente associado aos governos do período da substituição de importações até 1964, tendo deixado de influenciar a política econômica após esse ano.

(3) O ideário desenvolvimentista centrava-se na proposta da industrialização para alavancar o crescimento econômico, mas nunca incorporou em seu programa a distribuição de renda.

(4) O desenvolvimentismo enfraqueceu como ideário norteador da política econômica nas duas últimas décadas do século XX, se comparadas às duas décadas anteriores.

Resolução:

(0) Falso.

Desde a década de 1930 as teses desenvolvimentistas já vinham sendo defendidas por alguns expoentes do empresariado industrial, a exemplo de Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi e Jorge Street.

(1) Verdadeiro.

O próprio projeto original da CSN previa o investimento estrangeiro, a ser feito pela US Steel. No final, o projeto terminou sendo conduzido integralmente pelo governo brasileiro, mas com recursos do Eximbank dos Estados Unidos.

(2) Falso.

O ideário desenvolvimentista atingiria o seu ápice no Governo Geisel (1974-1979), com o II PND. Além disso, pode-se dizer que um chamado “neodesenvolvimentismo”

vem influenciando a condução da política econômica no Brasil desde a Crise de 2008.

(3) Falso.

A questão da distribuição de renda tinha papel importante na obra de Celso Furtado, possivelmente o maior expoente do pensamento desenvolvimentista no Brasil. Segundo Bielschowsky (1988, p. 182-3), isso se refletia, por exemplo, em propostas de tributação sobre as classes ricas (como forma de carrear poupança doméstica para financiar investimentos públicos); observações sobre a relação entre concentração de renda e crescimento econômico; discussões sobre desigualdades regionais (culminando na criação da Sudene) e no apoio à realização de uma reforma agrária. É digno de nota, também, que o II PND, um programa de cunho fortemente desenvolvimentista, continha uma “Estratégia de Desenvolvimento Social” (Cap. VI), preconizando uma abordagem “dinâmica, capaz de garantir crescimento e medidas redistributivas, simultaneamente (...)”.

(4) Verdadeiro.

O ideário desenvolvimentista perderia força durante a conturbada década de 1980 (quando o combate à inflação e a crise da dívida externa dominaram as ações do governo) e nos anos 1990, a partir do avanço das ideias liberais nos governos Collor e FHC.

Questões Discursivas

A resposta a seguir contempla as questões:

PROVA DE 2005

Questão 3

Exponha as linhas gerais do papel do Estado brasileiro como promotor do desenvolvimento industrial no período compreendido entre meados da década de 1950 e o final da década de 1970, e compare-o com a atuação do Estado na década de 1990.

PROVA DE 2014

Questão 5

O Estado brasileiro exerceu um papel fundamental na emergência da sociedade industrial. O processo de globalização tem provocado mudanças na sua estrutura e no seu papel. Discuta os principais aspectos relacionados com essa redefinição do papel do Estado na economia brasileira.

Resolução:

O período delimitado por meados da década de 1950 e fins na década de 1970 compreende três fases de destacado crescimento da produção industrial. Na primeira delas, cobrindo o Governo JK (1956-1960), a produção industrial cresceu a uma taxa média superior a 10% a.a., com destaque para os setores produtores de bens de capital e de bens de consumo duráveis. O papel do governo, neste período, começou pela própria elaboração e implementação do Plano de Metas, que ajudou a organizar os investimentos (tanto públicos como privados) a serem feitos nas áreas industrial e de infraestrutura. Adicionalmente, o Estado atuou como financiador de investimentos (por meio do BNDE, por exemplo) ou os fez diretamente, através de empresas e órgãos governamentais (como a Petrobras, Rede Ferroviária Federal – RFFSA – e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER). Na virada dos anos 1960 para 1970, a economia brasileira experimentaria o período de expansão mais vigorosa de sua história – o chamado "Milagre", quando o PIB cresceu cerca de 11% a.a., em média, e a indústria de transformação cerca de 13% a.a. Novamente, os setores industriais que mais cresceram foram, pela ordem, o de produção de bens de consumo duráveis e o de bens de capital. Os investimentos que assegurariam tais taxas de expansão da produção industrial contaram com o apoio do governo, através da atuação de órgãos como o CDI – Conselho de Desenvolvimento Industrial –, que concedia incentivos a projetos que lhe eram submetidos. Em conjunto com o BNDE (em especial, o seu programa Finame), o CDI teria papel importante no financiamento à produção de bens de capital no país.Já entre 1974-1979, o Estado teria papel decisivo na formulação e execução de estratégia dita "positiva" de reação ao choque de petróleo de 1973, e consubstanciada no II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND. A economia brasileira sofreria uma desaceleração no período, com taxa média de crescimento de 7% a.a., mesmo ritmo de expansão do setor industrial. Mais uma vez, a atuação estatal envolveria uma combinação de farta concessão de incentivos e subsídios ao investimento industrial privado com investimentos públicos, estes últimos a cargo tanto da administração direta como indireta (com destaque para as *holdings*

Siderbras, Petrobras, Telebras e Eletrobras).

A partir desta atuação do Estado brasileiro, concluiu-se, ao longo destes 25 anos, a industrialização substitutiva de importações no país, com a internação da produção de, praticamente, todos os setores industriais.

A década de 1980 marca não apenas o esgotamento deste modelo de industrialização como também o início de um longo período de crise fiscal e financeira do Estado brasileiro – com sérias implicações para o controle da moeda (inflação). Começando em 1990, com a eleição de Collor de Mello para a presidência, tem início um processo gradual de reorientação do papel do Estado na economia. O fechamento de diversos órgãos da administração federal (por exemplo, Banco Nacional de Habitação – BNH, Portobras, Instituto do Açúcar e do Álcool – IAA, Instituto Brasileiro do Café – IBC etc.) e, mais ainda, o início de um processo de desestatização (privatização) de empresas públicas, inauguram uma guinada na atuação do governo. O Estado enquanto um investidor e provedor direto de bens, paulatinamente, perde espaço para outro, mais dedicado a criar as condições para uma atuação mais livre do setor privado na economia.

Tal tendência ganharia corpo nos governos Itamar Franco e, mais ainda, FHC. Entre 1993 e o final dos anos 1990, intensificou-se o processo de venda de empresas públicas, agora dentro de um Programa Nacional de Desestatização.

Em paralelo, foi montado um aparato regulatório visando disciplinar a atuação de empresas privadas e públicas em mercados caracterizados por oligopólios, como na aviação civil, telefonia, energia etc. A criação, nos anos 1990, das agências reguladoras (ANP, Anatel, Aneel etc.), simboliza, em certa medida, este novo papel do Estado, de regulador, ao invés de provedor direto de bens e serviços, como fora comum nas décadas de 1950 a 1970.

Finalmente, cabe destacar um crescente papel assumido pelo Estado brasileiro após a promulgação da Constituição de 1988 – o de provedor de uma vasta rede de proteção social. Ao longo dos anos 1990 foi ampliado o volume de recursos desembolsados pela Previdência Social, bem como desenvolvida – nos diversos níveis de governo – "tecnologia" para a formulação e implementação de programas de transferência condicional de renda (culminando no atual Bolsa Família). A ampliação, a partir dos anos 1990, do peso dos gastos públicos de natureza social no total configura outra mudança significativa na atuação do Estado brasileiro no período.

PROVA DE 2007

Questão 2

Discorra sobre as principais mudanças do papel do Estado na economia brasileira entre as décadas de 1930 e 1950.

Resolução:

Do ponto de vista do papel do Estado na economia, a Era Vargas pode ser vista como um período de transição entre uma postura relativamente mais liberal, característica da Primeira República, e uma atuação mais direta, incisiva, no pós-Segunda Guerra.

O principal foco da atuação do Estado brasileiro nos anos 1930 foi a política de defesa do setor cafeeiro. Ao se decidir pela compra e posterior destruição de quantidades significativas da produção de café – mediante, sobretudo, o aumento do endividamento doméstico –, o Estado brasileiro incorreu, ainda que inconscientemente, em "uma política anticíclica de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados" (Furtado, 1970, p. 92).

Contudo, a atuação do Estado brasileiro nos anos 1930 não se circunscreveu ao apoio à cafeicultura, por mais importante que isso tenha sido para a manutenção do nível de demanda agregada e o processo de "deslocamento do centro dinâmico" da economia, na direção do setor industrial. O avanço da industrialização substitutiva de importações nos anos 1930 beneficiou-se, também, das políticas cambial, tarifária e creditícia.

A introdução de controles de importação, para fazer face à crise do balanço de pagamentos nos anos 1930, ajudou a proteger a produção industrial doméstica da concorrência dos importados. Adicionalmente, foi proibida, até 1938, a importação de equipamentos para a instalação de fábricas concorrentes com as já instaladas no país, ao mesmo tempo em que se autorizaram as compras, no exterior, de bens de capital para outros ramos da indústria. A promulgação da Tarifa de 1934, de cunho protecionista, foi outra instância de ação do Estado brasileiro, como também o crescimento no volume de crédito concedido pelo Banco do Brasil no período (tanto para a indústria como para a agricultura).

Em se tratando do papel do Estado varguista, não há como não citar a ampliação das Leis Trabalhistas (incluindo não apenas CLT, mas a Justiça do Trabalho, estrutura corporativista, imposto sindical, regulação do trabalho infantil etc.). É também em

Vargas que o Estado se lança na produção direta de bens industriais (com a criação de empresas estatais, como a CSN, Cia. Nacional de Álcalis, Fábrica Nacional de Motores) e insumos (Cia. Vale do Rio Doce e Chesf). Outra importante mudança é a criação de uma burocracia estatal insulada. Data de 1938 a criação do Dasp – Departamento Administrativo do Serviço Público –, embrião de um serviço público mais profissionalizado e que seria importante para a atuação mais direta do Estado nas décadas do pós-Segunda Guerra. Adicionalmente, poderia ser mencionada a criação dos Grupos de Trabalho, que seriam preservados e, posteriormente, ampliados pela constituição dos Grupos Executivos, no Governo JK.

Em suma, pode-se dizer que a Revolução de 1930, na visão de diversos cientistas políticos (inclusive os críticos da Era Vargas), constitui a pedra fundamental do Estado brasileiro moderno. A partir dela – e ao longo dos 15 anos seguintes – assiste-se à montagem de um complexo aparato institucional que teria importante influência sobre a história econômica e política nas décadas seguintes.

A década de 1950 testemunharia uma intensificação e mudança da natureza da ação estatal no domínio econômico no Brasil. As políticas cambial e creditícia inauguradas na década de 1930 teriam continuidade nos anos 1950, mas seriam complementadas por novos arranjos institucionais. Durante o segundo Governo Vargas (1951-1954), por exemplo, foram criados o BNDE (1952) e a Petrobras (1953), que viriam desempenhar papel de destaque na industrialização do país nas décadas seguintes. Datam também deste período duas mudanças institucionais cujos efeitos se fariam sentir com mais intensidade na segunda metade da década: a Instrução nº 70, da Sumoc, que instituiu os leilões de câmbio e abriu caminho para um aumento dos recursos disponíveis ao governo via a conta de Ágios e Bonificações; e o término dos trabalhos e publicação do relatório da CMBEU – Comissão Mista Brasil-Estados Unidos –, que serviria de base para o Plano de Metas de JK.

A inovação institucional teria continuidade na década de 1950. Ainda no Governo Café Filho foi baixada a Instrução nº 113 da Sumoc, que permitiu a internalização de máquinas e equipamentos importados sem o uso de divisas. Com isso, abriu-se a possibilidade para um aumento significativo, na segunda metade da década, do ingresso de investimentos do exterior para o setor industrial. Já no Governo Juscelino, a inovação institucional teve como destaque a criação de um aparato burocrático paralelo, por meio dos Grupos Executivos setoriais, ligados ao Conselho de Desenvolvimento (e este, diretamente, à Presidência da República). Tal aparato foi decisivo para o êxito na execução das principais metas do Plano – ele próprio exemplo

cabal de um papel mais direto do Estado brasileiro no esforço de desenvolvimento econômico, na qualidade de formulador e executor de uma política industrial. Para tanto, foi, ainda, importante a promulgação da Tarifa de 1957, de cunho protecionista, que incentivou o ingresso de investimentos diretos estrangeiros, num movimento de *tariff hopping*. Por fim, cabe destacar o papel exercido pelo BNDE, um banco estatal, no financiamento de investimentos do Plano de Metas, após um período inicial de atuação tímida daquela instituição.

8.2. Distribuição de renda e pobreza

PROVA DE 2007

Questão 15

A despeito de divergências, os principais pesquisadores dos problemas da pobreza e da distribuição de renda no Brasil, em sua vasta maioria, concordam com as seguintes proposições:

(0) O crescimento econômico constitui a principal forma de combate à pobreza, pois a insuficiência de renda ainda está por ser resolvida.

(1) Sem uma ampla reforma agrária é impossível reduzir de forma significativa, tanto a pobreza crônica, quanto a concentração da renda.

(2) A proporção de pobres e indigentes diminuiu de forma intensa e temporária no início do Plano Cruzado e de forma mais modesta, mas sustentada, a partir do Plano Real.

(3) Índices de distribuição da renda revelam que a concentração diminuiu na década de 1990 relativamente à de 1970, sendo a melhora atribuída à redução da taxa de inflação.

(4) A diminuição das desigualdades educacionais, embora contribua para a redução da concentração da renda, se tem mostrado menos importante que a redução da discriminação por gênero no mercado de trabalho.

Resolução:

(0) Falso.

Os analistas divergem quanto ao crescimento ser a principal forma de reduzir a pobreza, argumentado em favor da necessidade de políticas focalizadas para este fim.

(1) Verdadeiro.

Esse gabarito é questionável. Diversos autores discutem experiências de reforma agrária que foram, ao menos parcialmente, revertidas e que não lograram atingir seus objetivos. A mera realização da reforma pode não garantir os objetivos propostos de redução significativa da pobreza crônica e da concentração da renda.

(2) Verdadeiro.

O Plano Cruzado levou a queda da pobreza e indigência em virtude do maior crescimento e fim da inflação, que onera particularmente os mais pobres. Porém, isso se deu de forma temporária. A partir do Plano Real intensificou-se a queda, não apenas pela própria estabilização da inflação, como também por força de políticas focalizadas.

(3) Falso.

Na primeira metade dos anos 1990 houve piora dos indicadores de distribuição de renda. Em particular, houve piora dos indicadores em 1993 (Gini, 10+/50-, 1+/50-), ainda às vésperas do Plano Real. Nos anos 1970, o Índice de Gini era de 0,57, enquanto na década de 1990 ele foi, em média, de 0,60.

(4) Falso.

Ramos e Mendonça (2005) estimam que 61% da desigualdade no Brasil sejam explicados pela existência de variações na renda do trabalho, sendo 44 dos 61% explicados por desigualdade gerada e revelada no mercado de trabalho. Dentre os 44, 15 seriam explicados por segmentação (homens e mulheres), enquanto 23 por escolaridade. Diversos autores chegam a conclusões semelhantes, indicando que a redução das desigualdades educacionais é mais importante para reduzir as diferenças de renda.

PROVA DE 2008

Questão 15

Os níveis elevados e persistentes de desigualdade na distribuição de renda caracterizam o Brasil como detentor de um dos mais elevados graus de iniquidade no mundo. A esse respeito, é CORRETO afirmar que:

(0) O aumento significativo na desigualdade da distribuição de renda entre 1960 e 1970 foi considerado por determinada corrente de economistas como consequência natural do crescimento acelerado.

(1) O trabalho de Langoni sobre a distribuição de renda identifica a educação como a variável mais importante para explicar a desigualdade.

(2) Examinando o período 1960-1980 como um todo, pode-se concluir que, apesar do aumento da desigualdade na distribuição de renda, o bem-estar social aumentou e a pobreza diminuiu.

(3) O grau de concentração de renda diminuiu na década de 1980, devido à adoção da semestralidade dos reajustes salariais em 1979 e à existência de diferentes políticas salariais, inclusive com reajustes diferenciados a favor das classes de menor poder aquisitivo.

(4) Após a implementação do Plano Real observa-se uma piora no índice de concentração de renda, não obstante a significativa redução do imposto inflacionário ter favorecido as classes de menor poder aquisitivo.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A tese vigente na época (defendida, por exemplo, pelo ministro Delfim) era de que a concentração de renda favoreceria o crescimento, em virtude do fato de as camadas mais abastadas pouparem mais. Esta tese está em linha com modelos de crescimento à la Solow ou Harrod-Domar (bastante populares nessa época): quanto maior a propensão a poupar da economia, maior o crescimento econômico. Ademais, segundo a tese do Langoni (Langoni, 1973), o elevado crescimento da época teria levado a demanda por trabalhadores mais qualificados. Assim, seria natural que esses tivessem seus salários majorados desproporcionalmente – levando a uma piora da distribuição de renda.

(1) Verdadeiro.

Langoni (1973), se tornou uma referência na literatura e gerou grande polêmica nos anos 1970 ao defender a tese de que a desigualdade de educação era a principal responsável pela piora da distribuição de renda no Brasil durante o Milagre.

(2) Verdadeiro.

Embora a desigualdade tenha aumentado no período, a parcela da renda dos percentis mais baixos aumentou. Durante as décadas de 1960 e de 1970, a taxa de crescimento média anula da renda real do primeiro decil foi de 2,1% e de 1,4% no segundo decil. Estas foram mais baixas apenas do que a obtida pelo último (décimo) decil, de 2,2%. [Dados de Ramos e Mendonça (2005)]. O nível médio de renda aumentou 25% de 1960 para 1970. O elevado crescimento econômico reduziu, portanto, a pobreza.

(3) Falso.

Apesar de a política salarial dos primeiros anos da década de 1980 ser favorável aos mais pobres, a concentração de renda aumentou em virtude da aceleração da inflação. Enquanto em 1981 os 50% mais pobres detinham 13,1% da renda nacional, esta proporção caiu para 10,6% da renda em 1989.

(4) Falso.

O Índice de Gini permaneceu, grosso modo, estável (em torno de 0,60) entre 1993 e 1999.

PROVA DE 2009

Questão 15

Quanto à desigualdade de renda e a pobreza no Brasil, pode-se afirmar que:

(0) Não há consenso acadêmico-político acerca do Brasil se constituir num dos países mais desiguais do mundo.

(1) O grau de escolaridade dos indivíduos é considerado, pela literatura hegemônica existente, como o principal atributo na determinação da desigualdade de renda.

(2) Os programas de renda mínima implementados no Brasil têm por objetivo combater a pobreza relativa.

(3) O crescimento econômico é condição necessária, e suficiente, para redução das desigualdades no Brasil.

(4) Há um debate importante sobre o modo de combater a pobreza, que opõe, de um lado, os partidários das políticas sociais universais e, de outro, os defensores das políticas sociais focalizadas.

Resolução:

(0) Falso.

Há *rankings* de desigualdade que indicam claramente o fato de o Brasil ser um dos países mais desiguais do mundo, embora o país tenha avançado bastante nos últimos anos.

(1) Verdadeiro.

Existe certo consenso acadêmico de a desigualdade de renda no Brasil ser em grande medida explicada pela desigualdade educacional, que se manifesta em desigualdade de renda do trabalho.

(2) Falso.

O Brasil possui programas de renda mínima focalizados, como o Bolsa Família, cujo objetivo é combater a pobreza *absoluta* – e não a relativa.

(3) Falso.

Embora exista ampla literatura indicando que o crescimento econômico reduza a pobreza, nem sempre períodos de crescimento vêm acompanhados de redução na desigualdade. Como exemplo podemos citar, inclusive, a experiência brasileira, na comparação entre a década de 1970 em relação a de 1960.

(4) Verdadeiro.

Existe amplo debate no Brasil sobre a necessidade de políticas universais, por exemplo em educação e saúde, e programas focados para as camadas menos favorecidas. O Brasil dispõe de ambos os tipos de abordagem em programas que foram ampliados nos governos Lula.

(Ver a questão discursiva nº 5 do Exame de 2013.)

PROVA DE 2011

Questão 14

Podem ser feitas as seguintes afirmações sobre a distribuição de renda e políticas de combate à pobreza absoluta no Brasil:

(0) O Governo Lula foi pioneiro na adoção de políticas sociais focalizadas no Brasil, tendo sido apoiado nessa iniciativa pelo Banco Mundial.

(1) O caráter focalizado desse tipo de política implicou, como condição para sua execução, a construção de linhas de pobreza e de indigência.

(2) Durante o "milagre econômico", de 1968 a 1973, a concentração de renda foi um dos fatores responsáveis pela taxa de crescimento praticamente estagnada do setor de bens de consumo não duráveis.

(3) Na década de 1990, a redução da inflação contribuiu para a diminuição do índice de pobreza absoluta.

(4) Na década de 1990, o coeficiente de Gini apresentou tendência contínua de crescimento no Brasil.

Resolução:

(0) Falso.

As políticas sociais focalizadas iniciam-se no Governo Fernando Henrique Cardoso. O Governo Lula promoveu a unificação de diversos programas e aumentou a escala das iniciativas.

(1) Verdadeiro.

O benefício é concedido para indivíduos que se encontram abaixo de determinados parâmetros construídos a partir da definição de linhas de pobreza e indigência.

(2) Falso.

O crescimento econômico no período do Milagre foi puxado pelo crescimento do consumo de bens duráveis, este sim relacionado ao processo de concentração de renda, mas também à expansão do crédito verificada no período. Setores tradicionais como têxteis e calçados (não duráveis) também cresceram fortemente no período.

(3) Verdadeiro.

Em 1990, a proporção de pobres na população brasileira era de 40,7%; em 1999, esse percentual havia caído para 33,9%. Parte desta queda pode ser atribuída aos efeitos da estabilização da inflação sobre a renda dos indivíduos e, por extensão, os índices de pobreza.

(4) Falso.

Na década de 1990, o coeficiente de Gini permaneceu, praticamente, estável em torno de 0,60.

PROVA DE 2012

Questão 14

Sobre a distribuição de renda no Brasil pode-se afirmar:

(0) A concentração de renda verificada na década de 1960 deve-se em parte à política de reajuste salarial introduzida no período do Paeg, cuja fórmula legal não considerava o aumento de produtividade.

(1) Durante a década de 1960, a renda das faixas mais pobres da população cresceu menos do que os 10% mais ricos, de modo que essas faixas de menor renda perderam participação relativa na renda total.

(2) Em trabalho da década de 1970, Langoni defendeu, com base na teoria do capital humano, que a educação era um dos mais importantes fatores para explicar a ampliação observada da desigualdade de renda.

(3) Houve redução da pobreza na década de 1990, principalmente após o Plano Real, e de forma mais expressiva que na década de 1980.

(4) O coeficiente de Gini apresentou queda gradual e persistente, ano a ano, ao longo da década de 1990, principalmente após o Plano Real.

Resolução:

(0) Falso.

A fórmula da política salarial do Paeg levava em consideração, sim, o aumento de produtividade, embora essa fosse subestimada pelo governo. O principal fator, porém, não era a subestimativa da produtividade nem a questão de que a fórmula incorporasse somente 2/3 da produtividade, mas sim o fato de que a inflação estimada pelo governo era muito inferior à inflação efetiva. Isso só foi corrigido por ocasião do Milagre, embora os demais problemas da fórmula tenham permanecido.

(1) Verdadeiro.

De fato, a renda do decil mais pobre cresceu, em média, 2,1% a.a. no período 1960-1970, contra 2,2% a.a. no caso do decil mais rico.

(2) Verdadeiro.

A tese de Doutorado de Langoni saiu publicada em 1973, com o título de *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*, op. cit.

(3) Verdadeiro.

Em 1980, o percentual de pobres no Brasil era de 40% da população. Com o advento do Plano Cruzado, houve uma queda súbita, para 25,6%. Porém, isso foi fenômeno passageiro, de forma que em 1990 o indicador estava no mesmo patamar

(40,7%). Com o advento do Plano Real, o percentual caiu significativamente, mantendo-se no patamar entre 33-34% até o final da década de 1990.

(4) Falso.

O Índice de Gini manteve-se estável, no patamar de 0,60, de 1993 até 2001.

Questões Discursivas

PROVA DE 2009

Questão 5

A desigualdade e a pobreza no Brasil são fenômenos interligados, mas que não devem ser confundidos e reduzidos a um mesmo e único problema. Você concorda ou discorda? Por quê?

Resolução:

Concordo. Embora frequentemente interligadas, a pobreza e a desigualdade não devem ser confundidas ou reduzidas a um mesmo e único problema. Os próprios indicadores para aferi-las são bastante distintos entre si. Enquanto os indicadores de pobreza são absolutos, os utilizados para aferir desigualdade são, em regra, relativos.

Pobreza

Uma das formas de analisar a pobreza é a partir das "linhas de pobreza", sendo essas definidas como os custos de uma cesta básica alimentar que contemple as necessidades de consumo calórico mínimo de um indivíduo. Uma vez definida a linha, calcula-se o percentual da população que estaria abaixo dela, avaliando o número de pobres e sua proporção na população. O mesmo é feito com a "linha de indigência", igual à metade da de pobreza.

As linhas de pobreza, porém, variam entre regiões e estados; e entre áreas urbanas, rurais e metropolitanas. Outro indicador frequentemente utilizado para aferir a pobreza é simplesmente a renda domiciliar *per capita*. Por fim, há o conceito de "hiato médio da pobreza", que mede a distância que separa a renda domiciliar *per capita* média dos indivíduos pobres do valor da linha de pobreza, medida em termos de percentual dessa linha de pobreza.

A bem dizer, existem diversas formas de definir aqueles que vivem abaixo das condições mínimas da sociedade. Teoricamente, o critério pode ser adotado monetariamente, como uma fração do salário mínimo, da renda média, da renda mediana ou como um valor absoluto. Além disso, o critério pode também contemplar indicadores de acesso a bens e serviços públicos. Vale observar, porém, que, devido à forte elevação real do salário mínimo no Brasil nos últimos anos, a definição do critério de renda mínima como proporção desse salário tem sido crescentemente questionada por diversos autores. A despeito de o governo ter anunciado que pretende estabelecer um indicador único, de forma a melhor avaliar as políticas

públicas, os critérios ainda são polêmicos entre os especialistas. Em particular, argumenta-se que um critério monetário único nacional não seria capaz de refletir, de forma eficaz, as diferenças de poder aquisitivo entre as distintas realidades regionais do país (ver Rocha, 2010).

Desigualdade

A desigualdade pode ser analisada em múltiplas dimensões: distribuição pessoal da renda, distribuição regional, distribuição setorial da renda, desigualdade entre gêneros, desigualdade entre raças etc.

As análises da distribuição pessoal da renda costumam dividir a população em fatias, decis ou quartis, a fim de analisar a proporção da renda apropriada pelos 10% mais ricos em relação aos 40% mais pobres, entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres, entre apenas os 1% mais ricos (onde existem enormes disparidades, no Brasil) e assim sucessivamente. Dentre os indicadores mais utilizados estão o Índice de Gini e o Índice de Theil.

O primeiro dá maior peso ao centro da distribuição e é definido como a razão entre as áreas do digrama da curva de Lorenz, sendo atribuído valor "zero" à situação de equidade absoluta; e à inequidade extrema, o valor "um". Já o índice de eil é mais sensível às caudas da distribuição e mede o grau de desigualdade da distribuição segundo a renda domiciliar *per capita*. Quanto maior o índice de Theil-T, maior será a desigualdade.

Existem, ainda, inúmeras outras formas de apurar a desigualdade de renda, incluindo medidas da qualidade de vida da população, como o consumo de bens duráveis, o acesso a redes de água e esgoto, coleta de lixo, qualidade das moradias, diferenças, entre regiões, de indicadores escolares (taxas de analfabetismo, anos de educação e atraso escolar) e de saúde (número de médicos *per capita*, hospitais, clinicas etc.).

Pobreza e Desigualdade

Um país pode ser majoritariamente pobre, caso em que terá grande número de indivíduos abaixo da linha de pobreza, mas pouco desigual, como acontece em determinados países africanos. De forma semelhante, um país pode ter um baixo contingente de pobres, mas ter elevada desigualdade entre o decil mais rico e o mais pobre da população, como ocorre, frequentemente, em países do Oriente Médio.

Pobreza e desigualdade podem, ainda, caminhar numa mesma direção ou em

direções opostas em um mesmo país em diversos momentos do tempo. Por exemplo, o Brasil, nos anos 1960-1970, experimentava taxas de crescimento econômico extremamente elevadas, que reduziram o número absoluto de pobres, mas com crescente desigualdade de renda. Por fim, existem períodos em que há redução das desigualdades e redução da pobreza, como ocorreu recentemente nos Governos Lula.

A conjugação de crescimento acelerado e aumento da desigualdade nos anos 1960 gerou grande controvérsia, sendo as mais importantes posições a tese de Fishlow (1972b), que atribuía a piora da distribuição de renda à política salarial do Paeg, que subestimava a inflação e os ganhos de produtividade na revisão dos salários; e a tese de Langoni (1973), que combinava um efeito Kutznets (onde se espera que a concentração de renda aumente nas fases iniciais de crescimento dos países pobres e depois se reverta) com a escassez de mão de obra qualificada num país que estava sofrendo uma transformação estrutural, de setores tradicionais para setores modernos.

Já nos anos 1990, o debate sobre a distribuição de renda foi dominado pelos trabalhos de Ricardo Paes de Barros e seus coautores, com ênfase nas teorias do capital humano. Em seus modelos, a desigualdade pessoal da renda reflete as condições do mercado de trabalho, que começam a ser construídas na infância, quando indivíduos, além de suas características individuais, recebem dotações públicas e privadas para sua educação. Nesse sentido, a desigualdade se inicia com uma desigualdade das condições, que depois se transforma em desigualdade de resultados, quando os indivíduos enfim ingressam no mercado de trabalho. Frequentemente, exploram-se questões como segmentação e discriminação no mercado de trabalho. Nesse quadro, a desigualdade de oportunidades tende a reproduzir a pobreza, existindo ao longo do tempo, portanto, uma sinergia entre ambos.

Em virtude das políticas públicas adotadas a partir do Governo Lula, como a ampliação dos desembolsos do Bolsa Família (que atua na cauda inferior da distribuição de renda), da política de aumento real do salário mínimo (que afeta o centro da distribuição) e a redução dos juros (que atua na cauda superior da distribuição), houve melhora expressiva tanto no Índice de Gini quanto no índice de Theil.

Todavia, apesar dos avanços, as disparidades regionais no tocante ao número de pobres permanecem. De acordo com o Censo de 2010, o contingente de pessoas em extrema pobreza no Brasil totaliza 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população total. Os extremamente pobres no país estão concentrados principalmente

na região Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%), distribuídos em 56,4% no campo, enquanto outros 43,6% em áreas urbanas. Dos extremamente pobres nas áreas urbanas (8,67 milhões), pouco mais da metade vive no Nordeste (52,6%) e cerca de um em cada quatro na região Sudeste (24,7%), conforme Nota Técnica do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em 02/05/2011.

Em suma, pobreza e desigualdade, embora associados, são problemas distintos cuja solução envolve o desenho de políticas públicas de diferentes naturezas.

PROVA DE 2013

Questão 4

Wilson Cano critica fortemente a ideia de que a economia de São Paulo se desenvolveu, em boa parte, à custa do resto do Brasil. Comente.

Resolução:

Em dois livros influentes (ver Cano, 1977 e 1985), Wilson Cano procura mostrar que o crescimento econômico de São Paulo – tanto de sua indústria como agricultura – decorreu do dinamismo de sua própria economia, e não pela "apropriação líquida de recursos provenientes da periferia nacional" (Cano, 1977, p. 259).

O sucesso da economia paulista, segundo o autor, tem origem na década que antecede a Primeira Guerra e decorre, em um primeiro momento, da formação do complexo cafeeiro. Para o autor, a expansão da cultura do café, em São Paulo, trouxe diversos efeitos benéficos à economia daquele estado. A criação de infraestrutura de transportes (ferrovias e portos) e a urbanização são exemplos de externalidades positivas geradas pela economia do café. Ao mesmo tempo, a expansão cafeeira foi responsável pela criação de um amplo mercado de trabalho (incluindo, mais do que em outros estados, mulheres), permitindo a expansão da produção industrial sem pressionar os salários. A agricultura comercial paulista foi igualmente beneficiada pela expansão cafeeira, podendo ampliar a oferta de alimentos para a força de trabalho em crescimento, bem como de matérias-primas para o setor industrial nascente.

A indústria paulista, segundo Cano, experimentaria duas importantes ondas de crescimento antes da Crise de 30. Na primeira, compreendendo o período 1907-1919, a produção industrial paulista cresceria 8,5 vezes, contra 3,5 na média do país. Durante este período, São Paulo logrou "substituir importações" industriais de outras unidades da federação, em particular do Rio de Janeiro (capital).

A segunda onda de expansão da indústria paulista ocorreria nos anos 1920 e envolveria investimentos na instalação/ampliação de setores industriais mais sofisticados, como bens de capital, cimento, aço e químico. Para o autor, tal fase correspondeu à "preparação do terreno" para a consolidação do predomínio da indústria paulista no mercado nacional, que iria ocorrer na esteira da Crise de 30. Os investimentos ocorridos nos anos 1920, ainda segundo Cano (1977, p. 234-5), foram dimensionados "(...) para um âmbito maior do que uma simples região (e) sua implantação, em São Paulo, reduzia ao mínimo as possibilidades de que o restante do país pudesse contar com plantas similares".

Na sequência da Crise de 30, o processo de concentração industrial em São Paulo teria continuidade. Contudo, para Cano, isso não deve ser interpretado como sinônimo de recuo absoluto das economias de outras regiões do país, pelo contrário. Como lembra o autor, a forte desvalorização cambial que ocorreu em 1930 abriu a possibilidade para a produção manufatureira doméstica tomar lugar dos importados. Porém, para que a capacidade industrial previamente instalada em São Paulo pudesse, efetivamente, sustentar um processo de industrialização substitutiva de importações seria necessário operar-se uma maior integração do mercado nacional, o que acabaria por beneficiar, também, outras regiões do país. Tal integração ganharia corpo, a partir de então, através de uma combinação de eliminação de impostos ao comércio interestadual e, nos anos 1940, a ampliação da malha rodoviária do país.

Para Cano (1985, p. 302-3), o processo de maior integração gerou três efeitos diferentes sobre a dinâmica econômica das outras regiões do país, a saber: bloqueio, destruição e estímulo. O primeiro caso ocorreu de fato (isto é, o processo de desenvolvimento historicamente apresentado por São Paulo não pode ser replicado pela "periferia" nacional), ainda que políticas do Governo Federal a partir do Plano de Metas tenham procurado contornar este efeito. A destruição também esteve presente, não apenas no setor industrial tradicional das regiões periféricas, agora incapazes de concorrer com produtores paulistas mais eficientes, como, também, na agricultura, onde, por exemplo, a produção paulista de açúcar e café tomou lugar dos fornecedores tradicionais do Nordeste.

Para o autor, contudo, os efeitos de estímulo às economias da periferia nacional, a partir do crescimento econômico de São Paulo, seriam amplamente superiores aos de destruição e manifestar-se-iam através da ampliação do grau de complementaridade (agrícola e/ou industrial) inter-regional.

À guisa de conclusão, Cano (1985, p. 302) afirma que:

> *(...) a liderança do desenvolvimento capitalista de São Paulo, uma vez obtida (pré-1930), tendeu a acentuar-se, por razões que dizem respeito, antes de mais nada, à dinâmica do próprio polo", isto é, "pela crescente capacidade de acumulação de capital em São Paulo, com marcante introdução de progresso técnico e diversificação de sua estrutura produtiva.*

Para ele, essa dinâmica "resultou em importante expansão em todas as regiões do país, pondo abaixo as visões regionais estagnacionistas" (idem, p. 305).

Questão 5

Avalie a distribuição de renda no Brasil após o Plano Real e os principais fatores que ajudam a explicar sua configuração.

Resolução:

Observação: Esta resposta aproveita parte do boxe de autoria de Lavínia B. de Castro, que aparece no livro *Economia Brasileira Contemporânea* (ver Giambiagi *et al*., 2011, p. 184-185).

O Brasil é caracterizado por ser um país segmentado, partido, uma Belíndia, metade Bélgica, metade Índia, para usar a famosa expressão cunhada por Bacha e Klein (1986). A desigualdade se verifica em todas as esferas: entre a renda dos diversos grupos da sociedade (desigualdade pessoal), entre Estados e Regiões (desigualdade regional) ou, ainda, entre setores da economia (desigualdade setorial). A partir da estabilização da economia, em 1994, porém, começaram a se verificar melhoras em diversos indicadores sociais e de equidade – tendo os resultados se intensificado a partir de 2003.

Um primeiro grupo de políticas sociais iniciou-se no Governo Fernando Henrique, sobretudo, a partir do segundo mandato. Entre as medidas, cabe destacar as consequências da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), que garantiu o benefício de um salário mínimo para idosos e deficientes, mesmo aqueles que não tenham contribuído para a Previdência. Essa medida promoveu uma reintegração na sociedade de camadas da população bastante marginalizadas. Em 2002, foram criadas as chamadas Rendas Mensais Vitalícias (RMV), ampliando o alcance desse tipo de política.

Paralelamente foi criado um conjunto de bolsas: Bolsa Escola, Bolsa Renda, Bolsa Alimentação, beneficiando, respectivamente, famílias com crianças em idade escolar (até o limite de três crianças), auxílio a famílias pobres de regiões afetadas por secas e gestantes na fase de amamentação. Ainda no que se refere ao período FHC, foram criados o Auxílio Gás para subsidiar o consumo do produto em comunidades carentes, e o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), para incentivar que as crianças troquem atividades laborais pela educação.

Com o início da gestão Lula, diversos programas foram integrados e aumentaram os recursos para os programas sociais. A maior iniciativa nessa direção foi, certamente, o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2004, com foco em crianças em idade escolar, cuja frequência é condição para o benefício. O PBF nasceu da união dos programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás, Cartão Alimentação e

Erradicação do Trabalho Infantil. Sua atuação é concentrada no Norte e Nordeste, contribuindo para redução das desigualdades regionais do país.

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social, o PBF atendeu, em 2013, a mais de 13 milhões de famílias, com diferentes tipos de benefícios. Estes variam de acordo com as características de cada família, considerando a renda mensal por pessoa, o número de crianças e adolescentes de até 17 anos, de gestantes, nutrizes e do número de componentes da família. (http://www.mds.gov.br/bolsafamilia). No Governo Dilma, o "O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar *per capita* inferior a R$ 70 mensais, e está baseado na garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos" (*idem*).

O aumento dos gastos sociais, aliado à política macroeconômica de redução de juros, ao aumento do salário mínimo e a incentivos à criação de empregos formais do Governo Lula contribuíram também para a redução das desigualdades de renda. Paralelamente, a maior escolaridade e redução do trabalho infantil contribuíram para queda da desigualdade (ver Souza, 2010). O crescimento do crédito também elevou o acesso a bens, reduzindo igualmente disparidades entre as diversas camadas da população (ver Rocha, 2010).

De fato, entre 2001 e 2009, a renda *per capita* dos 10% mais ricos da população brasileira aumentou 1,49% ao ano, enquanto a renda dos mais pobres cresceu à taxa de 6,79% ao ano, contribuindo para reduzir a desigualdade do país. O Índice de Gini (indicador que, quanto mais próximo de um, indica maior desigualdade) caiu de 0,59 para 0,54 no mesmo período. Além disso, considerando o país dividido entre cinco classes (A, B, C, D, E, sendo "A" a mais rica), 29 milhões de brasileiros ingressaram na chamada "nova classe média" (Classe C) entre 2003 e 2009 (Neri, 2010). Por fim, o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH –, que reúne indicadores de renda, educação e saúde, também evoluiu significativamente. Considerando a nova metodologia iniciada em 2010, o Brasil passou de 0,65 em 2000 para 0,69 em 2010 – sendo 1 o valor máximo do índice. Nessas condições, o Brasil se situou, ao final da década, na posição 73, entre 169 países avaliados, com um índice que o coloca como um país de "alto desenvolvimento humano". Por fim, cabe acrescentar que a desigualdade racial também diminuiu no período recente. De acordo com Neri, desde 1993 a proporção de negros e mestiços nas classes A, B e C cresceu cerca de 110% (enquanto a de brancos aumentou 42%). Esses avanços ocorreram antes que houvesse tempo hábil para que as políticas de cotas surtissem efeitos, o que sugere que há

espaço para a intensificação desse movimento.

Diante dessa nova realidade, o debate brasileiro sobre a desigualdade passou a ser centrado na análise das políticas públicas adotadas. Duas questões ganharam especial importância: a discussão sobre focalização versus universalização das políticas públicas; e a discussão acerca de qual o papel das rendas do trabalho na melhora da distribuição de renda.

Focalização versus Universalização: De acordo com a Constituição de 1988, os programas de combate à pobreza devem ser concebidos no âmbito do Sistema Único de Assistência Social, que associa benefícios de base contributiva, benefícios assistenciais para quem está em situação de risco extremo e o Sistema Único de Saúde (SUS). Na prática, porém, um dos maiores programas sociais do país, o Programa Bolsa Família (PBF), foi concebido como um programa "focado" em famílias pobres com crianças em idade escolar (Lavinas e Urani, 2010). Um dos grandes méritos do programa é seu relativo baixo custo, uma vez que consome menos de 0,5% do PIB.

Papel das rendas do trabalho: A despeito da relevância dos programais sociais e aposentadorias indexadas ao salário mínimo, a renda derivada do trabalho respondeu por grande parte do aumento na renda total. Para isso contribuiu o aumento da formalização do trabalho (entre 2002 e 2012 foram criados quase 15 milhões de empregos com carteira assinada). Analisando a evolução do Índice de Gini entre 2001 e 2008, a renda do trabalho explica quase 67% da redução da desigualdade, os programas sociais (com destaque para o Bolsa Família e seu antecessor Bolsa Escola) explicam 17%, enquanto os benefícios sociais quase 16% e as demais rendas um resíduo inferior a 1% (Néri, 2010).

Apesar dos inequívocos avanços, há ainda diversos desafios a serem equacionados, do ponto de vista da redução das desigualdades, entendidas de forma ampla. Dentre eles, destacam-se a ainda persistente desigualdade regional, a precariedade do acesso ao saneamento básico, a má qualidade do ensino, apesar da erradicação do analfabetismo e do aumento dos anos de escolaridade, e a questão da pobreza feminina, sobretudo das mães solteiras, sem acesso a creches e pouca capacidade de reinserção no mercado de trabalho, além do déficit habitacional, atualmente em foco pelo programa "Minha Casa Minha Vida".

8.3. A reforma do Estado e as privatizações

PROVA DE 2006

Questão 15

Sobre as privatizações ocorridas na economia brasileira, é CORRETO afirmar que:

(0) Na década de 1980, a privatização caracterizou-se como uma "reprivatização" de empresas que haviam sido absorvidas pelo Estado, geralmente em função de dificuldades financeiras.

(1) No Governo Collor, as principais empresas privatizadas foram as produtoras de bens siderúrgicos, petroquímicos e fertilizantes.

(2) As privatizações realizadas pelo Governo Fernando Henrique Cardoso priorizaram os setores de telecomunicações, energia e mineração.

(3) Na maioria dos casos, as empresas privatizadas na década de 1990 melhoraram sua situação financeira e tornaram-se mais eficientes depois de vendidas.

(4) A privatização acelerada das empresas estatais na década de 1990 permitiu que a dívida mobiliária federal se reduzisse de forma significativa, naquele período.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

(1) Verdadeiro.

São exemplos as privatizações da Usiminas, Petroflex e Fosfértil.

(2) Verdadeiro.

Estes foram os setores privilegiados no Governo Fernando Henrique Cardoso, o que envolveu mudanças em legislação para permitir a entrada de empresas estrangeiras no processo de privatização, além de acabar com o monopólio estatal do petróleo.

(3) Verdadeiro.

A afirmativa é verdadeira, dada a incapacidade de diversas empresas estatais de investir e sua delicada situação financeira, após anos de crise do Estado. Os maiores problemas associados à privatização estão associados à frustração de expectativas de que os recursos seriam utilizados para aumentar gastos em áreas sociais, além dos problemas regulatórios do setor elétrico, que estão na raiz da crise energética de 2001.

(4) Falso.

A dívida mobiliária não se reduziu, pelo contrário, aumentou após 1995, partindo de 28% do PIB para encerrar 1999 em 44,5% do PIB (dívida líquida do setor público).

PROVA DE 2011

Questão 12

As reformas liberalizantes dos anos 1990 (privatizações e aberturas comercial e financeira), juntamente com a apreciação cambial e taxa de juros elevada, impactaram fortemente a dinâmica macroeconômica do país, com os seguintes efeitos:

(0) Aumento da vulnerabilidade externa, em razão de déficits nas transações correntes e da instabilidade dos influxos líquidos de capital externo.

(1) Limites à elevação de preços nos ramos produtores de bens comercializáveis, contribuindo para o combate a inflação.

(2) Barateamento das tarifas de serviços públicos.

(3) Elevação da dívida pública interna e da dívida externa privada.

(4) Aumento da produtividade do trabalho nas empresas privatizadas.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A afirmativa é verdadeira, particularmente considerando o período 1995-1999. Em 1995, o déficit de transações correntes representava 2,4% do PIB, tendo atingido 4,3% em 1999.

(1) Verdadeiro.

A estratégia de combate à inflação no Plano Real passava por bens comercializáveis exercendo pressão baixista sobre a inflação.

(2) Falso.

Não houve barateamento dos serviços públicos, de maneira geral. Muitos serviços tiveram seus preços corrigidos após a privatização.

(3) Verdadeiro.

A política de elevados juros para combater a inflação resultou em forte ingresso de recursos, que tiveram de ser esterilizados no contexto do Plano Real, contribuindo para o aumento da dívida pública interna (esta também aumentou devido a outros fatores, tais como o reconhecimento de dívidas antigas etc.). No caso da dívida externa privada, houve aumento em virtude do maior acesso a recursos externos em um contexto de elevada liquidez internacional.

(4) Verdadeiro.

Houve aumento significativo da produtividade do trabalho nas empresas privatizadas, embora parte disso esteja associado a movimentos de terceirização da produção.

Questões Discursivas

PROVA DE 2006

Questão 5

Desde a reforma que instituiu o real diversas medidas estruturais vêm sendo executadas para alterar a natureza do papel do Estado na economia. Discuta essas medidas, fazendo uma avaliação da sua importância e pertinência para o processo de estabilização monetária.

Resolução:

Desde a reforma que instituiu o real, diversas medidas estruturais que alteram a relação do Estado na economia vêm sendo implementadas no país. Entre elas está a instituição de um novo regime macroeconômico baseado no "tripé": superávits primários, regime de metas de inflação e câmbio flutuante. A bem dizer, o próprio regime de metas pressupõe o câmbio flutuante, já que não é possível, em um contexto de livre mobilidade do capital, simultaneamente, determinar a quantidade de moeda (ou juros) e fixar a taxa de câmbio (modelo Mundell-Fleming).

A combinação de câmbio flutuante com um regime de metas (que age sobre expectativas) é defendida por envolver uma menor intervenção do governo, em relação a regimes onde o governo estabelece arbitrariamente a taxa de câmbio. Já o superávit primário pressupõe um Estado menos atuante na expansão da demanda agregada.

Além do "tripé macroeconômico", diversas reformas foram realizadas no período. De acordo com Giambiagi (2011, p. 181), as mais importantes reformas que caracterizam a mudança do Estado com a economia foram: "privatização; fim dos monopólios estatais nos setores de petróleo e telecomunicações; mudança no tratamento do capital estrangeiro; saneamento do sistema financeiro; reforma (parcial) da Previdência Social; renegociação das dívidas estaduais; aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF); ajuste fiscal, a partir de 1999; criação de uma série de agências reguladoras de serviços de utilidade pública; e estabelecimento do sistema de metas de inflação como modelo de política monetária." No que segue, discorreremos sobre cada uma delas, brevemente.

Privatizações

A receita acumulada da venda de empresas estatais, no segundo Governo Fernando Henrique, atingiu cerca de US$ 100 bilhões, com picos anuais de US$ 28

bilhões em 1997 e de US$ 38 bilhões em 1998, conforme dados do BNDES (citados em Giambiagi, 2011, p. 186). Essas receitas contribuíram para as contas fiscais, embora não tenham conseguido evitar o crescimento da dívida no período 1999-2002. Diversas empresas públicas, que se encontravam incapazes de investir pela longa crise do Estado e pela defasagem de preços e tarifas, ficaram em melhor situação após a privatização. O caso mais bem-sucedido é o de telecomunicações, onde houve queda do preço na telefonia fixa, redução do tempo de espera para obtenção de linhas, aumento do número de telefones por habitante etc. A privatização que sofreu maiores críticas foi a do setor elétrico – cujas falhas de regulação e de cobrança de investimentos contribuíram para a crise enérgica de 2001 (idem, p. 186-7).

Fim dos monopólios estatais e mudança no tratamento do capital estrangeiro

O efeito mais relevante dessas medidas foi abrir a possibilidade para os setores de mineração e energia serem explorados por capital estrangeiro. Houve mudança no conceito de empresas nacional, "permitindo que firmas com sede no exterior passassem a dispor do mesmo tratamento que as empresas constituídas por brasileiros. Ambas contribuíram para a elevação dos investimentos estrangeiros a partir de 1995" (p. 182).

Saneamento do Sistema Financeiro

Entre 1995 e 1997 houve a quebra de três bancos privados (Econômico, Nacional e Bamerindus), que foram absorvidos pelo setor privado, além dos problemas em bancos estaduais, notadamente Banespa e Banerj, que sofreram intervenção do Banco Central. Além disso, foram liquidados diversos bancos de pequeno porte, cujos créditos ao consumidor eram financiados por captações diárias no mercado interbancário (Franco, 1995, p. 74).

Para sanear o sistema financeiro nacional, o governo criou o "Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional" (Proer), para os bancos privados, e o Proes para o setor público. O Banco Central, através desses programas, dava assistência financeira, permitindo o uso de reservas compulsórias para aquisição das instituições em más condições. Nesse contexto, diversos bancos estaduais foram privatizados. Ambos os programas tiveram um custo relativamente baixo (estimado entre 1 a 2% do PIB) e evitaram uma crise sistêmica semelhante à que ocorreu na Argentina, onde o fim dos ganhos com o *float* inflacionário também impôs um ajuste profundo. Como resultado, o sistema bancário

nacional foi fortalecido, muito embora tenha se tornado mais concentrado.

Adicionalmente facilitou-se a entrada de bancos estrangeiros no Brasil, com o intuito de aumentar a concorrência e reduzir os *spreads* bancários. Diversos bancos estrangeiros entraram no país, mas alguns terminaram por não se estabelecer, provando-se menos eficientes do que os grandes bancos nacionais. Infelizmente, a entrada dos bancos estrangeiros não logrou reduzir os *spreads* bancários, que continuaram bastante elevados para os padrões internacionais.

Por fim, o Banco Central do Brasil instituiu os preceitos de Basileia I no país, exigindo dos bancos guardarem capital regulamentar para fazer face ao risco de crédito e de câmbio. Com as sucessivas versões do Acordo de Basileia, o Banco Central do Brasil foi atualizando o arcabouço regulatório nacional – o que resultou em um endurecimento da supervisão bancária.

Reforma da Previdência

A Emenda Constitucional nº 20, de 1998, estabeleceu idade mínima para aposentadoria, para os novos entrantes na Administração Pública e ampliou a necessidade de tempo de contribuição para quem já estava na ativa, além de "desconstitucionalizar" a fórmula de cálculo das aposentadorias do INSS (referentes, portanto, aos trabalhadores do setor privado).

Já a Lei nº 9.876/1999 aprovou o dito "fator previdenciário" para o INSS. Na prática, as novas aposentadorias pelo INSS passaram a ser multiplicadas por um fator previdenciário tanto maior quanto menores fossem o tempo de contribuição e a idade de aposentadoria (Giambiagi, 2011, p. 183). Embora ambas as medidas tenham tido impacto significativo, não foram suficientes para resolver o problema do déficit da Previdência.

Renegociação dos passivos estaduais e Lei de Responsabilidade Fiscal

Durante o segundo Governo FHC ocorreu a:

> *(...) Federalização de dívidas frente ao mercado, mediante comprometimento dos Estados junto à União, com as dívidas sendo pagas em trinta anos, na forma de prestações mensais. A contrapartida exigida, na forma de colateralização das receitas futuras de transferências constitucionais, evitou que os Estados conseguissem burlar a regra de pagamento, pois nesse caso a União poderia se apropriar das receitas de transferências dos Fundos de Participação e até do ICMS estadual, o que obrigou os Estados a se ajustarem* (ibidem, p. 183).

A Lei de Responsabilidade Fiscal, por sua vez, estabelece tetos para despesas com pessoal para o Judiciário, Executivo e Legislativo e proíbe renegociação de dívidas entre entes da Federação. Atribui-se à LRF grande parte da melhora da situação fiscal de estados e municípios, "(...) que passaram de um déficit primário de 0,7 % do PIB em 1997 – antes da renegociação de suas dívidas – a um superávit de 0,9 % do PIB quatro anos depois" (idem, p. 183).

Agências Reguladoras

"As agências reguladoras dos serviços de utilidade pública, nos moldes das que existem em diversos países desenvolvidos, foram criadas no intuito de defender os interesses do consumidor; assegurar o cumprimento dos contratos, estimular níveis adequados de investimento, e zelar pela qualidade do serviço, nas áreas de telecomunicações (Anatel), petróleo (ANP) e energia elétrica (Aneel)" (ibidem).

Metas de inflação

O regime de metas de inflação é um regime de regras, onde o Banco Central do Brasil se compromete a intervir, basicamente através do instrumento dos juros, nos desvios da inflação em relação a metas pré-anunciadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). O índice oficial escolhido para o regime de metas brasileiro foi o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA – Resolução nº 2.615), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diferentemente de outras experiências de metas de inflação, o regime brasileiro foi definido sobre um índice "cheio", isto é, sem qualquer tipo de expurgo para definir um núcleo do índice (*core inflation*).

No segundo Governo Fernando Henrique, o modelo de metas utilizava um pequeno "modelo estrutural" de quatro equações, que servia de base para os exercícios de simulação utilizados nas reuniões do Copom (Comitê de Política Monetária), além da "Regra de Taylor".

Esta consiste, basicamente, em uma função resposta para os juros, levando em consideração três fatores: (1) a posição da taxa corrente de inflação em relação à meta; (2) a posição da atividade econômica em relação ao nível de pleno emprego; e (3) o nível de juros de curto prazo consistente com o nível de pleno emprego. A regra é simples: recomenda juros relativamente mais altos quando a inflação está acima da meta ou quando a economia está acima do pleno emprego; e juros menores, em situação oposta. Quando, porém, a inflação está acima da meta e a economia está

abaixo do pleno emprego, há objetivos conflitantes, que deverão ser balanceados por um nível apropriado de juros, a ser definido. Adicionalmente, auxiliavam as decisões do Copom: estimativas da inflação (por índices cheios e por núcleos) e pesquisas de mercado, coletadas pelo Departamento Econômico do Banco Central, sobretudo quanto a variáveis expectacionais (tais como perspectivas de inflação, juros futuros, câmbio futuro, crescimento etc., contidas nos chamados "Relatório Focus" do Banco Central).

A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a chamada "meta para a taxa Selic", que reflete (ainda hoje) a média dos financiamentos diários (lastreados em títulos federais) apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia. Uma vez definida, a meta vigora por todo o período entre reuniões, mas pode ser alterada se, e somente se, o Banco Central tiver definido (no momento de divulgação da meta para o mês) um "viés". O viés, portanto, é a prerrogativa dada ao Presidente do Banco Central para alterar a meta a qualquer momento entre as reuniões ordinárias. Cabe diretamente ao presidente do Banco Central divulgar, em caso de não cumprimento das metas, os motivos do descumprimento, bem como as providências e o prazo para o retorno da taxa de inflação aos limites estabelecidos, em Carta Aberta ao Ministro da Fazenda (Bogdanski, Tombini e Werlang, 2002).

8.4. Relações com a economia internacional: integração (abertura comercial e financeira), política industrial e dívida externa

PROVA DE 2005

Questão 13

A abertura comercial e financeira, intensificada a partir de 1990, provocou alterações importantes na economia brasileira, entre as quais incluem-se:

(0) Vantagens para o processo de estabilização ocorrido a partir de 1994.

(1) Redução do passivo externo acumulado.

(2) Reestruturação industrial marcada pela desverticalização e pela terceirização.

(3) Internalização de vários segmentos da cadeia produtiva na área de insumos industriais até então inexistentes no país.

(4) Aumento da dependência de recursos externos para cobrir as necessidades de financiamento.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O Plano Real utilizou como estratégia para a estabilização o câmbio valorizado – o que só se torna efetivo se há abertura da economia (forçando os preços dos bens comercializáveis a convergirem para os preços internacionais).

(1) Falso.

A dívida externa líquida em 1993 era de US$ 113,5 bilhões e em 1998 havia atingido US$ 197,1 bilhões. Considerando o indicador de endividamento Dívida Externa/Exportações de Bens, em 1993, a relação era de 2,9, passando para 3,9 em 1998.

(2) Verdadeiro.

A abertura da economia introduziu uma maior competição entre as firmas (que passaram a ter de competir com os importados), o que favoreceu estratégias de redução de custos. Tais estratégias passaram pela desverticalização e pela terceirização, entre outras (por exemplo, simplificação do portfólio de produtos e modernização do parque através da importação de bens de capital).

(3) Falso.

A abertura, aliada ao câmbio valorizado provocou, ao contrário, processo de

substituição de diversos insumos industriais antes produzidos no Brasil por importados.

(4) Verdadeiro.

Houve deterioração do saldo de transações correntes, após o Real. Por definição, o déficit de transações correntes é igual ao aumento da poupança externa.

PROVA DE 2007

Questão 13

A respeito da abertura comercial e financeira e dos esforços de combate à inflação da década de 1990, é CORRETO afirmar que:

(0) A redução das tarifas alfandegárias, conjugada à apreciação cambial, foi fundamental para o êxito do Plano Real.

(1) A apreciação cambial que acompanhou o plano Collor II prejudicou o combate à inflação, pois levou as empresas a aumentar preços domésticos para compensar a perda de mercados externos.

(2) A redução da taxa de juros provocada pela abertura financeira foi fundamental para o êxito do Plano Real, pois propiciou um superávit nominal nas contas públicas depois de 1994.

(3) A abertura comercial facilitou o êxito do Plano Real, pois limitou a distorção gerada pelo congelamento de preços e salários sobre a estrutura de preços relativos.

(4) A redução do passivo externo verificada depois de 1994 foi fundamental para o êxito do Plano Real, graças ao impacto monetário da redução do nível de reservas cambiais.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

O Plano Real utilizou o câmbio valorizado e a abertura comercial para forçar preços dos produtos comercializáveis para baixo e, assim, fazer cair a inflação.

(1) Falso.

Apreciações cambiais tendem a *ajudar* (não a prejudicar) no combate à inflação, ao forçar para baixo os preços dos bens comercializáveis. No Plano Collor II a estratégia era de um "neogradualismo" no combate à inflação. Esta caiu num primeiro momento, mas logo começou a subir novamente em virtude do conturbado cenário político.

(2) Falso.

Junto ao câmbio valorizado, o governo FHC usou a estratégia de fixar *elevados* juros básicos. As taxas médias de juros reais (Selic, deflacionada pelo INPC) mantiveram-se em 21% ao longo do primeiro Governo FHC. Entre 1994 e 1998, houve curtos períodos de redução de juros, que logo subiam para fazer face aos efeitos de contágios de crises como a do México (ao final de 1994), Crise Asiática (1997) e Russa (1998). Não houve superávit nominal no Plano Real.

(3) Falso.

Não houve congelamento de preços e salários no Plano Real, mas sim a introdução da URV, que pretendia alinhar preços relativos através de uma superindexação.

(4) Falso.

Houve *aumento* dos passivos externos ao longo do Plano Real. As reservas cresceram ao longo do Plano. A queda das reservas se deu a partir da Crise Asiática, em 1997 e, sobretudo, após a Crise Russa (1998).

PROVA DE 2008

Questão 12

A respeito dos efeitos da abertura comercial e financeira sobre o crescimento econômico, a indústria e o balanço de pagamentos, é CORRETO afirmar que:

(0) Os ganhos de eficiência gerados pela abertura comercial tornaram as cadeias produtivas industriais mais integradas verticalmente ao longo da década de 1990.

(1) Entre 1995 e 1998, os déficits comerciais foram financiados pelo aumento do passivo externo.

(2) A falta de competitividade da indústria nacional tornou-se explícita com a abertura comercial e agravou-se com a valorização da taxa de câmbio após o Plano Real, trazendo como consequência o fechamento de um grande número de empresas e a retração do emprego industrial.

(3) A redução das alíquotas do Imposto de Importação e a apreciação cambial prejudicaram vários segmentos como têxtil, calçados, brinquedos e eletroeletrônico.

(4) A abertura provocou, desde o início, a reversão dos saldos comerciais positivos característicos dos anos 1980.

Resolução:

(0) Falso.

A década de 1990 levou a uma reestruturação da indústria, que se caracterizou pelo enxugamento de linhas de produtos, fechamento de algumas indústrias, terceirização e reformas gerenciais.

(1) Verdadeiro.

Durante os primeiros anos do Plano Real houve deterioração constante dos saldos comerciais, que foram financiados amplamente por influxos de capitais, majoritária (mas não exclusivamente) de curto prazo.

(2) Verdadeiro.

Com a abertura comercial, houve fechamento de várias empresas e perda de empregos industriais, devido à falta de competitividade da indústria brasileira. Todavia, houve também um processo de reestruturação (gerencial e diversificação de produtos) das empresas nos anos 1990, além de remontagem do parque industrial, através do aumento de importações de equipamentos.

(3) Verdadeiro.

Adicionalmente, os setores apontados sofreram em particular pela entrada, no comércio internacional, da China, com preços muito mais competitivos (além do

problema da apreciação cambial).

(4) Falso.

A reversão do saldo da balança comercial só ocorreu após 1994; portanto, após o Plano Real, fortemente influenciada pelo câmbio apreciado. A abertura comercial começou ao final dos anos 1980, mas se intensificou a partir do governo Collor.

Questão 14

Julgue as afirmativas:

(0) Ao longo das décadas de 1930 e 1940, o total da dívida pública externa brasileira aumentou em virtude dos acordos de cooperação internacional negociados pelo Governo Vargas.

(1) A cooperação econômica entre os governos de Brasil e Estados Unidos deteriorou-se durante a administração Eisenhower, mas o Governo Kubitschek pôde obter recursos privados atraindo empresas europeias e japonesas.

(2) Embora o Plano de Metas estimulasse investimentos industriais orientados sobretudo para o mercado interno, as exportações de manufaturados aumentaram e as de café reduziram sua participação no valor total das exportações, no período.

(3) Durante o "milagre econômico", o aumento da dívida externa brasileira explica-se inteiramente pelos déficits de transações correntes acumulados entre 1968 e 1973.

(4) A partir de 1999, os acordos negociados pelo Brasil com o FMI deixaram de estipular metas para reformas institucionais, limitando-se a definir metas quantitativas para o superávit fiscal primário.

Resolução:

(0) Falso.

Após dois acordos firmados com credores internacionais à época da Segunda Guerra, o Brasil conseguiu *reduzir* pela metade o montante de sua dívida pública externa.

(1) Verdadeiro.

De modo geral, a cooperação econômica com o governo dos EUA sofreu um recuo durante a administração Eisenhower (1953-1961), quando as atenções norte-americanas estavam voltadas para a Europa e a Ásia. Neste ínterim, o Governo Kubitschek atraiu diversas empresas estrangeiras para o Brasil oferecendo alguns benefícios: a) remessa de lucros e dividendos em condições favorecidas (Lei nº 1.807 de 1953); b) Instrução nº 113 da Sumoc (baixada no Governo Café Filho, em 1955); e 3) promessa de elevação das tarifas de importação. A Lei nº 1.807 assegurava remessas

de juros até o teto de 8% do capital social e de 10% para lucros e dividendos, sendo o reinvestimento de lucro permitido para a base de cálculo. A Instrução nº 113 da Sumoc, por sua vez, autorizava a importação de bens de capital sem cobertura cambial. A promessa de elevação das tarifas de importação se consumou em 1957 e conferiu maior proteção às indústrias aqui instaladas.

(2) Verdadeiro.

A participação dos manufaturados no total das exportações brasileiras aumentou de 1,2% em 1956 para 2,6% em 1960. A queda da participação do café no total exportado (de 70% para 56%) no período é explicada pelo forte recuo de seu preço no mercado internacional (-40%).

(3) Falso.

O período do Milagre Econômico coincide com uma fase de elevada liquidez internacional e termos de troca favoráveis ao Brasil. Houve ingresso de recursos muito superior ao necessário para o financiamento do déficit de transações correntes, o que levou a aumento significativo das reservas internacionais do país.

(4) Falso.

O acordo de 1999 com o Fundo estabeleceu metas quantitativas, mas também mencionou reformas institucionais que seriam necessárias para alcançar os objetivos. Por exemplo, o aumento da contribuição previdenciária dos militares requeria nova legislação. Outras medidas, porém, poderiam ser implementadas por Decreto ou por Medida Provisória, sendo que esta opção exige ratificação subsequente pelo Congresso – conforme citado no item 10 do Memorando de Política Econômica, de 8/3/1999.

PROVA DE 2009

Questão 12

Com relação ao endividamento externo do Brasil, no período correspondente ao "milagre econômico" e ao II PND, pode-se afirmar o seguinte:

(0) No decorrer da década de setenta verificou-se um processo de "privatização" da dívida externa brasileira.

(1) As razões do endividamento no período 1968-1973 estiveram associadas às relações financeiras da economia brasileira com o "resto do mundo", num momento de escassa liquidez nos mercados financeiros internacionais.

(2) O período 1968-1973 foi, contemporaneamente, o primeiro grande movimento de aceleração da dívida externa brasileira.

(3) Parte significativa do aumento do endividamento externo durante o período do "milagre econômico" esteve associado ao aumento das reservas internacionais.

(4) No período seguinte, 1974-1976, a dinâmica do endividamento externo – diferentemente do período do "milagre" – esteve associada à ocorrência de grandes déficits na balança comercial, bem como ao próprio custo da dívida.

Resolução:

(0) Falso.

Ao contrário: no período, operou-se, isso sim, um processo de "estatização" da dívida externa.

(1) Falso.

O período do Milagre brasileiro se caracteriza, ao contrário, por ampla liquidez internacional, favorecida pelo mercado de eurobônus.

(2) Anulada

Questão Anulada, possivelmente, pelo enunciado não ser claro.

(3) Verdadeiro.

Os influxos de recursos resultantes da abundante liquidez internacional e dos incentivos para a tomada de empréstimos (dadas as baixas taxas de juros) foram superiores às necessidades de financiamento externo, resultando em aumento das reservas internacionais do país.

(4) Verdadeiro.

Em virtude do choque do petróleo, das próprias necessidades de importação de máquinas, equipamentos e insumos do II PND e do elevado crescimento houve um aumento dos déficits comerciais no período.

PROVA DE 2010

Questão 12

Considerando-se os efeitos das aberturas comercial e financeira da década de 1990 sobre o crescimento econômico, a estrutura produtiva e o balanço de pagamentos é CORRETO afirmar que:

(0) Os ganhos de produtividade das empresas, induzidos pela abertura comercial na primeira metade da década de 1990, melhoraram o saldo comercial nos ramos intensivos em tecnologia (como automóveis e celulares) entre 1995 e 1998.

(1) O aumento das importações provocado pela abertura comercial concentrou-se em bens de consumo, sem ampliar o coeficiente de importações de insumos intermediários.

(2) A análise da balança comercial, nos primeiros anos do Plano Real, mostra que, após apresentar superávit em 1994, passou a ter saldos negativos nos quatro anos seguintes.

(3) Entre 1995 e 1998, os déficits comerciais da indústria manufatureira foram inteiramente financiados pelo superávit agrícola.

(4) A entrada de capitais externos, estimulados pela abertura financeira, contribuiu para o êxito do Plano Real no combate à inflação, mas fugas de capital posteriores prejudicaram o crescimento econômico ao induzir elevações das taxas de juros.

Resolução:

(0) Falso.

Os setores intensivos em tecnologia, em particular, perderam competitividade no período, em virtude do câmbio e dos baixos investimentos desde os anos 1980, além de sofrerem os efeitos das quedas de tarifas. Houve aumento expressivo da importação de automóveis e de partes e componentes para celulares.

(1) Falso.

Houve aumento de importação de partes e componentes, bens intermediários, assim como de bens de consumo duráveis e de bens de capital.

(2) Verdadeiro.

Em 1994 a balança comercial apresentava saldo positivo de US$ 10,5 bilhões, passando para um resultado negativo de US$ 3,5 bilhões em 1995. Nos anos seguintes, os déficits foram crescentes, tendo diminuído modestamente apenas em 1998, não em virtude do crescimento das exportações, mas sim de uma contração das importações, devido ao menor crescimento do PIB.

(3) Falso.

Os déficits comerciais da indústria manufatureira foram fortemente crescentes, de forma que não houve tal compensação nos anos seguintes.

(4) Verdadeiro.

Já em 1995, o Brasil sofreu do chamado "Efeito Tequila" (contágio do abandono do câmbio fixo pelo México, em dezembro de 1994), tendo de elevar suas taxas de juros para evitar fugas de capital. O mesmo quadro se repetiu a partir de setembro de 1997 com a crise asiática e, posteriormente, com a crise russa, em 1998. O Brasil abandonou o câmbio administrado em 1999.

Questão 13

Dentre as transformações ocorridas na economia brasileira a partir dos anos 1990 pode-se arrolar:

(0) Abertura comercial e financeira crescente.

(1) A partir de 1999, fim das metas de reformas institucionais nos acordos negociados pelo Brasil com o Fundo Monetário Internacional, as quais foram substituídas por metas quantitativas para o superávit fiscal primário.

(2) Redução da informalidade, com o crescimento dos empregos com carteira assinada.

(3) Elevação da produtividade do setor agrícola e queda da produtividade do setor industrial.

(4) As regiões rurais foram as mais afetadas pelo desemprego.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A abertura comercial e financeira crescente a partir dos anos 1990 alterou o modelo brasileiro de desenvolvimento, embora o Brasil seja considerado ainda hoje uma economia relativamente fechada, do ponto de vista comercial.

(1) Falso.

Ver Item 4, Questão 14, Prova de 2008.

(2) Falso.

A redução da informalidade e crescimento dos empregos com carteira assinada é uma característica dos governos Lula, após 2003 – e não nos anos 1990.

(3) Falso.

Nos anos 1990 houve aumento da produtividade do setor industrial, em virtude de novas técnicas gerenciais e importação de máquinas e equipamentos.

(4) Falso.

De acordo com dados do Ipeadata, nos anos 1990 as áreas rurais foram *menos* afetadas pelo desemprego do que as áreas metropolitanas e as áreas não metropolitanas (série consultada: População Desocupada Total, Rural, Metropolitana e Não Metropolitana).

PROVA DE 2012

Questão 13

Na década de 1990, a economia brasileira passou por um processo de abertura ao exterior e de liberalização. É CORRETO associar a esse período:

(0) A estabilidade na composição dos tipos de influxo de capital externo que lideraram as entradas líquidas ao longo da década.

(1) A relativa estabilidade do nível de reservas internacionais ao longo da década, principalmente até 1995.

(2) Depois do Plano Real, o aumento contínuo, ano a ano, dos influxos líquidos de investimento estrangeiro direto.

(3) Entre 1990 e 1999, o conjunto dos ramos industriais intensivos em tecnologia perdeu participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), mas o ramo de material de transporte aumentou seu coeficiente exportado e sua participação no VTI.

(4) A manutenção da taxa de câmbio flutuante no início da década, que é substituída pelo regime de câmbio fixo após a crise asiática de 1997.

Resolução:

(0) Falso.

A década de 1990 é marcada pela *instabilidade* nos fluxos de capital, seja associada a problemas da própria economia brasileira, seja de crises externas. Não há tampouco estabilidade nos *tipos* de influxos de capital externo, havendo momentos onde predomina capital especulativo e outros momentos onde há forte ingresso de investimento externo direto.

(1) Falso.

Observa-se um grande *aumento* nas reservas internacionais nos primeiros cinco anos da década, em virtude do cenário exterior bastante positivo para a América Latina em geral. Este momento favorável se deu em virtude do Plano Brady – embora o Brasil tenha aderido a ele tardiamente, em 1994. Entre 1990 e 1995, as reservas internacionais do país cresceram de cerca de US$ 10 bilhões para US$ 51,8 bilhões.

(2) Verdadeiro.

O aumento da confiança na economia brasileira, após o controle da inflação, a existência de diversas oportunidades de negócio (inclusive privatizações), além de perspectivas de exportação para o Mercosul levaram a um forte aumento do fluxo de investimento estrangeiro direto ao longo do período 1995-1998. O fluxo de

investimento estrangeiro direto em 1995 foi de US$ 3,3 bilhões e cresceu ininterruptamente até 1999, quando atingiu US$ 26,9 bilhões.

(3) Verdadeiro.

A conjunção da abertura econômica com câmbio apreciado e a enorme defasagem da economia brasileira em relação aos padrões tecnológicos internacionais levou a uma perda de participação dos setores intensivos em tecnologia no valor da transformação industrial. As exportações de material de transporte, porém, apresentaram aumento do coeficiente exportado, associado à venda de aeronaves, ônibus e caminhões.

(4) Falso.

Durante o Plano Collor, no início da década, o câmbio foi flutuante. Mas, sobretudo a partir de 1994, o câmbio passou a ser administrado em benefício da manutenção de baixas taxas de inflação. Em 1997, o câmbio já apresentava uma trajetória de lenta depreciação.

PROVA DE 2013

Questão 13

A abertura comercial e financeira, a partir da década de 1990, teve os seguintes impactos sobre a economia brasileira:

(0) Ela foi, juntamente com a valorização cambial do real, um dos pontos fundamentais na estratégia de combate à inflação do Plano Real.

(1) Ela implicou, junto com a valorização cambial, a deterioração da conta de transações correntes do balanço de pagamentos e o crescimento da dívida externa.

(2) Com a sua adoção, foi possível evitar a crise cambial do início do segundo Governo de Fernando Henrique Cardoso.

(3) Ela impactou fortemente a indústria: fragilizou alguns de seus ramos, possibilitou a modernização de outros, desarticulou cadeias produtivas e reduziu a taxa de crescimento do seu produto.

(4) Ao aumentar a competitividade da economia brasileira, permitiu a redução das taxas de desemprego na década de 1990.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A terceira fase do Plano Real pode ser caracterizada pelo uso de uma estratégia de âncora cambial (embora o câmbio não fosse fixo), onde a valorização do câmbio e a abertura comercial e financeira ajudaram a trazer a inflação para baixo.

(1) Verdadeiro.

Houve deterioração do déficit de transações correntes e aumento da dívida externa, após 1995, em grande medida associados à estratégia de valorização cambial.

(2) Falso.

Em 1999, houve crise cambial e mudança de regime, justamente no início do segundo Governo Fernando Henrique Cardoso.

(3) Verdadeiro.

Diversas empresas foram extintas no período, outras aproveitaram o câmbio valorizado e as melhores condições de importação para reestruturar os processos produtivos. A indústria foi afetada, com redução nas taxas de crescimento, à exceção de alguns curtos períodos, como, por exemplo, o segundo semestre de 1994, quando cresceu, a taxas anualizadas, 11%.

(4) Falso.

Houve *aumento* do desemprego após o Plano Collor e também no Plano Real, à exceção do primeiro ano (1995).

Questão 14

Durante a década de 1990, várias medidas de impacto contribuíram para alterar o desempenho da economia brasileira em variáveis relevantes como PIB, emprego e inflação. Pode-se assinalar como verdadeiro:

(0) Os gastos com Pesquisa e Desenvolvimento (P & D) cresceram, em porcentagem do PIB, no início da década de 1990, em parte como resultado da Política Industrial e de Comércio Exterior (Pice).

(1) O Governo Itamar Franco suspendeu o programa de privatizações que tinha iniciado no Governo Collor.

(2) Dentre as medidas de comércio exterior da primeira metade da década de 1990, pode-se citar a adoção de política tarifária com alíquotas crescentes, em parte para substituir o controle quantitativo de importações, que praticamente foi abandonado.

(3) A dívida externa bruta cresceu ao longo da década de 1990, ao mesmo tempo em que as reservas internacionais mantiveram tendência estagnada ou declinante.

(4) Uma das consequências do Plano Real, verificável a partir de 1994 e nos anos imediatamente posteriores, foi o crescimento maior das exportações relativamente ao das importações, melhorando o desempenho da balança comercial.

Resolução:

(0) Verdadeiro.

A Pice teve impacto positivo sobre os gastos com P&D, no início da década de 1990, que passaram de 0,5% do PIB, em 1989, para 1,3% do PIB, em 1994.

(1) Falso.

O Governo Itamar Franco deu continuidade ao programa de privatizações que tinha se iniciado no Plano Collor. Importantes indústrias foram privatizadas no período, com destaque para o setor siderúrgico.

(2) Falso.

O controle quantitativo, de fato, foi abandonado. Porém, houve a adoção de políticas tarifárias com alíquotas *decrescentes* (abertura comercial), de forma gradual.

(3) Falso.

Ao longo da década de 1990 houve *aumento* das reservas internacionais até 1996, tendo a dívida externa crescido de forma contínua até 1999.

(4) Falso.

Houve forte *deterioração* da Balança Comercial ao longo do Plano Real. A exceção se deu em 1998, quando ocorreu ligeira melhora, não pelo desempenho das exportações, mas sim por retração das importações, em virtude do menor crescimento da economia.

PROVA DE 2014

Questão 13

Sobre o processo de abertura comercial e financeira da década de 1990, é correto afirmar:

(0) As fugas de capitais que ameaçavam a política cambial executada na segunda metade da década de 1990 influenciaram elevações das taxas de juros que só tiveram impacto sobre o nível de preços, mas não sobre a dívida pública interna, majoritariamente concentrada em títulos com juros prefixados.

(1) Os investimentos diretos externos na segunda metade da década de 1990 foram destinados menos ao setor industrial do que ao setor de serviços.

(2) O investimento direto externo foi o único tipo de entrada de capitais (portanto excluídos fluxos de portfólio e empréstimos de curto e longo prazos) que registrou crescimento ininterrupto a cada ano entre 1993 e 2000.

(3) No biênio de 1990 e 1991, a abertura comercial foi acompanhada de uma tendência de apreciação cambial que reduziu a proteção efetiva da indústria brasileira.

(4) Entre 1990 e 1999, a abertura comercial determinou uma tendência da economia brasileira à especialização em setores intensivos em trabalho, de modo que os ramos de têxteis e vestuário aumentaram sua participação no valor da transformação industrial.

Resolução:

(0) Falso.

A dívida pública interna não era majoritariamente prefixada, mas sim *pós-fixada* (e de curto prazo). Ademais, a parcela indexada ao câmbio cresceu nos últimos anos do Plano Real – o que demonstra o temor de abandono do regime de câmbio administrado. Além do ônus provocado pelos juros e pelo câmbio, houve o reconhecimento de dívidas antigas (os chamados "esqueletos") e deterioração do resultado primário do setor público, principalmente no primeiro ano após a introdução do Plano Real (1995, comparado a 1994). Juntos, esses fatores fizeram a dívida líquida total saltar de 30% do PIB, em 1994, para 44,5%, em 1999.

(1) Verdadeiro.

Diversos investimentos externos estavam relacionados à entrada de bancos estrangeiros no país (serviços bancários), além da privatização do setor de telecomunicações.

(2) Verdadeiro.

Os demais fluxos de capital sofreram reversões (seguidas de novas expansões) em função das crises externas em 1995 ("Efeito Tequila"), 1997 (Crise da Ásia), 1998

(Rússia) e a própria desvalorização do Real (1999).

(3) Falso.

Não houve tendência clara de apreciação no biênio citado. Tomando o índice de taxa de câmbio – efetiva real – INPC – exportações (Média 2005=100) do Ipeadata, percebe-se que há de fato uma apreciação nos primeiros meses de 1990 (coerente com o aperto de liquidez provocado pelo Plano Collor). Todavia, já ao final de 1990, a taxa real efetiva inicia um movimento de desvalorização – e se mantém oscilando em um patamar mais depreciado em 1991.

(4) Falso.

Ao contrário, os setores de têxteis e calçados estiveram entre os mais afetados pela abertura comercial e competição com os produtos asiáticos.

Questões Discursivas

PROVA DE 2006

Questão 4

Discuta os efeitos do processo de abertura comercial dos anos 1990 sobre a estrutura industrial brasileira. Inclua em sua análise uma avaliação dos efeitos da abertura comercial sobre a participação da indústria nacional na composição da oferta interna.

Resolução:

O processo de abertura comercial dos anos 1990 pode ser melhor compreendido se analisado em duas etapas: 1990-1993 e após o Plano Real, 1994-1998.

1990-1993

As políticas de abertura e privatização do início dos anos 1990 faziam parte da estratégia de política industrial lançada pelo governo. Em particular, a "Política Industrial e de Comércio Exterior", que pretendia introduzir competição, mas também prover a indústria de maior competitividade (Erber e Vermulm, 1993). No que se refere à abertura comercial, intensificou-se o programa de liberalização de importações, que tivera início em 1987, com uma revisão tarifária. Foi decretado o fim do chamado "Anexo C", que suspendia a importação de mais de mil itens. Foram também extintos regimes especiais de importação, com exceção da Zona Franca de Manaus, *drawbacks* e para bens de informática. Foram igualmente eliminadas restrições à transferência de tecnologia e às operações no país de empresas multinacionais em setores como o de informática. As restrições quantitativas também foram eliminadas e foram anunciadas alíquotas cadentes, ao longo de quatro anos, até atingir uma alíquota modal de 20%, com intervalo de variação entre 0 a 40% (Horta *et al.*, 1992).

O advento da recessão dos anos 1990, em virtude do sequestro de liquidez introduzido pelo Plano Collor I, somada ao contexto da abertura da primeira metade da década, colocou as empresas nacionais em uma situação frágil, posto que se encontravam desatualizadas em relação a produtos, processos e métodos organizacionais (inspirados na experiência japonesa e em plena difusão no mundo). O país mantinha-se competitivo apenas em algumas *commodities*. Nesse contexto, a indústria avançou (no período 1990-1993) na direção de novos métodos organizacionais, eliminação de produtos, atividades e, sobretudo, por meio do corte de

pessoal.

A Tabela 2, abaixo, mostra que, em 1990, a taxa de crescimento da indústria foi negativa em 8,2%, em grande medida refletindo a forte contração da liquidez interna. A retração da indústria foi, inclusive, muito superior à queda do consumo (-0,9%). A demanda direcionou-se para as importações, que cresceram 11%. Dentre as categorias de indústria, o melhor desempenho coube à extrativa mineral, que em regra responde mais ao setor externo – exceto em 1991, ano em que essa indústria não se destacou. Em 1992, houve novamente forte retração da indústria, no contexto do fracasso do Plano Collor II e deterioração do quadro político. O ano de 1993 foi de retomada do PIB, cujo desempenho foi puxado pela recuperação da indústria de transformação.

Tabela 2. Brasil – PIB: Taxas de Crescimento Real, 1990-1999 (% a.a.)

Composição	**1990**	**1991**	**1992**	**1993**	**1994**	**1995**	**1996**	**1997**	**1998**	**1999**
Consumo Total	–0,9	0,5	0,1	4,1	5,8	6,9	2,0	2,6	0,2	0,7
Famílias	n.d.	n.d.	–0,6	4,5	7,4	8,6	3,2	3,0	–0,7	0,4
Administração pública	n.d.	n.d.	2,8	2,3	0,3	1,4	–1,8	1,3	3,2	1,7
FBKF	–10,9	–4,7	–6,6	6,3	14,3	7,3	1,5	8,7	–0,3	–8,2
Exportações	–4,9	–4,8	16,5	11,7	4,0	–2,0	–0,4	11,0	4,9	5,7
Importações	10,9	11,1	4,5	26,8	20,3	30,7	5,6	14,6	–0,1	–15,1
PIB	**–4,3**	**1,0**	**–0,5**	**4,7**	**5,3**	**4,4**	**2,2**	**3,4**	**0,0**	**0,3**
Agropecuária	–3,7	1,4	5,4	1,0	7,4	5,7	3,0	0,8	3,4	6,5
Indústria	–8,2	0,3	–4,0	8,1	8,1	4,7	1,1	4,2	–2,6	–1,9
Extração mineral	2,7	–2,0	–3,6	2,7	7,4	6,2	2,4	5,0	3,6	–4,4
Transformação	–9,5	0,1	–4,2	9,3	8,1	4,9	0,1	2,5	–4,8	–1,9
Construção	–9,8	–1,2	–5,8	5,6	9,0	1,2	3,2	8,5	1,1	–2,9
Eletricidade	1,8	7,1	0,4	6,1	6,2	9,3	3,1	5,9	1,2	0,5
Serviços	–0,8	0,3	0,8	3,2	4,0	3,2	2,2	2,6	1,1	1,2

Fonte: Giambiabi *et al.*, 2011.

Uma análise mais detalhada por setor industrial permite verificar que, nos três primeiros anos da década, houve forte retração do setor de bens de capital. Analisando a indústria como um todo, o setor de transformação foi o que sofreu maiores retrações, impactado pela competição dos importados e pela baixa demanda interna. O melhor desempenho coube à indústria extrativa mineral, em função de sua maior dependência do setor externo. Em 1993, houve recuperação em todos os ramos industriais.

1994-1998

A entrada em vigor do Plano Real e a adesão ao Plano Brady mudaram o quadro macroeconômico brasileiro e de liquidez, em diversos sentidos. Em primeiro lugar, houve uma explosão de consumo, pelo fim da inflação. Houve redução dos juros reais em relação ao período de elevada inflação, embora esses tenham permanecido bastante altos, quando comparados com os padrões internacionais. Apesar de o governo tentar conter a liquidez através da imposição de compulsórios elevados (sobre depósitos à vista e a prazo), houve forte crescimento do produto em 1994. Paralelamente, ocorreu grande entrada de capitais, o que aqueceu o consumo ainda mais, ao mesmo tempo em que contribuía para o financiamento dos crescentes déficits em transações correntes. Logo nos primeiros momentos do Plano Real:

> *(...) Avançou-se consideravelmente na liberalização das importações, seja através de reduções nas tarifas, seja através da desburocratização e remoção de barreiras não tarifárias. De outro, foram removidos obstáculos restritivos a investimentos no exterior e, mais ainda, foram criados canais especiais para esses investimentos – os Fundos de Investimentos no Exterior, criados pela Resolução nº 2.486 de 30.09.1994 que admitiam papéis do Tesouro nas suas carteiras –, dos quais resultam vantagens diretas para o Tesouro em termos de valorização de seus títulos no exterior. Na mesma linha, a flexibilização das regras para investimentos diretos no exterior significou a abertura de novas possibilidades para a multinacionalização das empresas brasileiras.* (Franco, 1995, p. 63)

Como resultado da expansão do consumo, logo após o controle da inflação, o crescimento industrial foi tão vigoroso que a taxa de variação (no acumulado de 12 meses) do produto industrial entre junho de 94/junho 95 foi de aproximandamente 10%. Porém, o início de uma política contracionista de crédito, adotada pelo governo para fazer face à saída de capitais (como resposta à crise do México, deflagrada em

dezembro de 1994), desaqueceu a economia, provocando uma brutal retração no crescimento. Assim, ao longo de 1996, a indústria brasileira cresceu modestos 1,1%.

A reversão do quadro de liquidez externa (retorno dos capitais) permitiu que o governo baixasse os juros, ao mesmo tempo em que passava a corrigir a taxa de câmbio em termos reais. Essas duas mudanças na política econômica permitiram certa recuperação da atividade industrial nos 12 meses seguintes (junho de 1996 a junho de 1997). Porém, já ao final de 1997, sob o impacto da crise asiática, a indústria sofreu nova queda brusca, a partir de setembro. Como resultado, a produção industrial cresceu 4,2% em 1997. Em outubro de 1998, o advento da crise russa agravou o quadro já debilitado desde a crise asiática – e a indústria sofreu retração de 2,6%. Assim, o desempenho industrial no Plano Real pode ser caracterizado por um comportamento do tipo *stop and go*, com "avanços" cada vez menores – e "paradas" cada vez mais drásticas.

De maneira geral, pode-se dizer que houve, na segunda fase do processo de abertura (Plano Real), a configuração de um movimento de emparelhamento com as técnicas mais avançadas no exterior (*catch up* produtivo). Coerente com esse movimento, porém, houve pouco esforço de inovação, configurando-se numa busca por excelência operacional e renovação de produtos, ficando a descoberta de novos produtos e processos em segundo plano. Os resultados obtidos com exportações, nesse contexto, foram "pífios" (Castro, 2012, p. 119), dado que a disputa em mercados internacionais só se concretiza com inovação e investimentos em comercialização.

Tabela 3. Participação dos Setores Agrícola, Industrial e Serviços no PIB, 1990-1999 (%)

		Indústria							
	Agricultura	Extrativa Mineral	Transformação	Construção Civil	Elétrica	Total	Serviços	Total
1990	6,91	1,46	22,66	6,63	2,28	33,03	60,06	100
1991	6,90	1,44	22,02	6,30	2,27	32,04	61,06	100
1992	6,23	1,30	21,33	6,16	2,45	31,23	62,54	100
1993	5,77	0,89	22,19	6,31	2,38	31,77	62,46	100

1994								
1995	5,77	0,82	18,62	5,49	2,60	27,53	66,70	100
1996	5,52	0,91	16,80	5,69	2,59	25,98	68,50	100
1997	5,40	0,83	16,67	5,99	2,64	26,13	68,47	100
1998	5,52	0,73	15,72	6,16	3,06	25,66	68,82	100
1999	5,47	0,98	16,12	5,63	3,22	25,95	68,58	100

Fonte: IBGE – Sistema de Contas Nacionais Referências 2000 – Elaboração IPEA/DIMAC.
Dados anteriores a 1995 segundo antiga metodologia.
Antes de 1995, foi excluída a variável “Dummy Financeira” e, para evitar distorções, optou-se por deixar de considerar o valor dos impostos sobre produtos.

Os dados da Tabela 3 mostram a participação da indústria no valor adicionado. Nota-se que há duas quebras estruturais na série do IBGE; a primeira em 1990 e a segunda em 1995. A indústria (total) correspondia, em 1990, a 33% do produto, tendo atingido, em 1994, 35%, ante o crescimento provocado pelo Plano Real no segundo semestre daquele ano. Olhando, porém, o período que se estende entre 1996-1999 (a revisão do IBGE não permite a comparação do período 1990-1994 com os dados posteriores), vemos que a indústria sofreu oscilações, mas que permaneceu, basicamente, no mesmo patamar, entre 25,7% e 26,1% do PIB. A indústria de transformação, na comparação ponta a ponta, reduziu ligeiramente sua participação.

PROVA DE 2007

Questão 5

Discuta a relação entre liberalização comercial e financeira e o êxito do Plano Real e como essa liberalização influenciou a capacidade da economia crescer de forma sustentável, na década de 1990.

Resolução:

O Plano Real, após a fase de desindexação da economia através da Unidade Real de Valor (URV), utilizou-se do câmbio apreciado (e de elevados juros) para fazer baixar a inflação para os patamares internacionais. Por esse motivo, diversos autores caracterizam o plano pelo uso de uma estratégia de âncora cambial.

O sucesso de uma âncora cambial depende, porém, do grau de abertura da economia. Quanto menor o grau de abertura maiores são os custos de transação na importação de *tradables*, logo menores serão as reduções dos preços deste setor e, portanto, menor será o impacto da âncora sobre o nível geral dos preços. Por outro lado, visto que o setor *nontradable* não sofre pressões competitivas, quanto maior a diferença entre a demanda e a oferta nesse setor maiores tendem a ser seus preços, e, em consequência, menor a redução no nível geral dos preços.

Um dos problemas da âncora cambial consiste, justamente, na perda de competitividade decorrente da alta dos preços dos *nontradables*, dentre os quais os salários. Isto se torna mais relevante porque, em regra, quando se passa da alta inflação (em que, em média, se opera com pouco ou nenhum investimento novo) para a estabilidade, grande parte do parque industrial se encontra defasado em termos dos padrões tecnológicos internacionais. Nessas condições, o aumento, em dólares, dos salários (resultante da âncora cambial) implica significativa perda de competitividade.

Outro problema associado à âncora cambial é que, embora a inflação caia abruptamente, permanece mais elevada do que a internacional, o que, em um contexto de câmbio nominal relativamente fixo, resulta em apreciação real do câmbio. Esta, por sua vez, favorece o combate à inflação, na medida em que coloca os *tradables* em patamares ainda mais baixos. Todavia, as contas externas tendem a se deteriorar. Para financiar o déficit de transações correntes, torna-se vital permitir maior entrada de capitais. Em resumo, o uso do câmbio como estratégia de estabilização requer, para sua eficácia e sustentabilidade, tanto a abertura comercial como a financeira.

Cabe, porém, observar que é natural verificar saltos de produtividade quando se passa de um regime de elevada inflação para outro de baixa inflação. Em primeiro

lugar, porque, ao saírem de um regime de alta inflação, os produtores iniciariam uma corrida em busca da recuperação do atraso tecnológico. Com a abertura, não apenas surge a possibilidade de importar insumos e máquinas (o que, antes, era inviável, pelas elevadas tarifas e restrições não tarifárias), como esses se encontram mais baratos pelo câmbio real apreciado, o que permite a renovação do parque industrial. Esses ganhos de produtividade compensam, ao menos parcialmente, a perda de competitividade dada pelos maiores custos de produção (salários). Assim, espera-se que, à medida que o atraso tecnológico vá sendo reduzido, a economia volte a ser competitiva – agora de forma mais sustentável.

A tese de que a liberalização do Plano Real influenciou a capacidade de a economia crescer de forma sustentável na década de 1990 pode ser encontrada em diversos trabalhos de Gustavo Franco. De acordo com esse autor, somente as aberturas comercial e financeira poderiam trazer o desenvolvimento sustentável e equitativo, através de seus efeitos sobre a os ganhos de produtividade. Através da abertura seria possível "superar a teoria do bolo", tornando possível "ao mesmo tempo, aumentar salários, reduzir custo e reduzir preço". A esse respeito, afirma: "A experiência do Real é emblemática: verificaram-se, simultaneamente, uma inequívoca melhoria nos salários e na distribuição de renda, crescimento (que só não foi maior por influência da política monetária restritiva e do desequilíbrio fiscal residual) e manutenção do crescimento das exportações ao mesmo tempo em que a inflação manteve-se em queda" (Franco, 1998, p. 130).

Franco (1998) ressalta que a estabilização dependia não apenas da reforma monetária e desindexação, mas da mudança das relações do país com o exterior, que estaria na origem da própria inflação e da década perdida (anos 1980). Nesse sentido, o desenvolvimento sustentável só seria possível na medida em que a economia brasileira se tornasse aberta comercial e financeiramente e aumentasse seu grau de integração com o resto do mundo:

> *(...) Este ensaio procurará argumentar que será justamente o processo de abertura, através de seus efeitos sobre o dinamismo tecnológico do país, que definirá os contornos básicos do novo ciclo de crescimento. (...) A importância da abertura para uma inserção positiva do país no processo de internacionalização da produção e como determinante básico do crescimento acelerado da produtividade, portanto, o mecanismo que nos permitirá violar a "teoria do bolo" e construir um modelo de crescimento que consiga reduzir desigualdades sociais sem impactos inflacionários".* (Franco, 1998, p. 122)

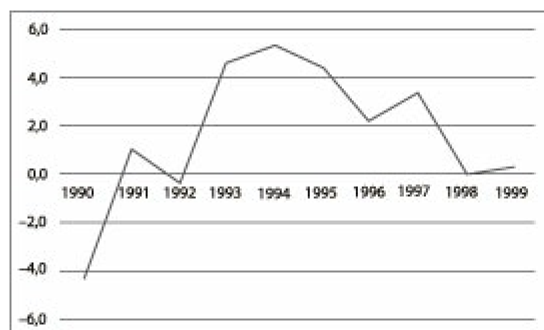
Expressas a relação entre liberalização comercial e financeira e o êxito do Plano Real e a tese de como essa liberalização teria influenciado a capacidade da economia de crescer de forma sustentável, na década de 1990, duas ponderações devem ser feitas.

A primeira delas se refere aos ganhos de produtividade. De fato, os indicadores de produtividade do trabalho dispararam na década de 1990. Tomando como base o ano de 1990 (índice 100), a produtividade evolui para cerca de 150 em 1996 (Sabóia e Carvalho, citados em Castro, 1997). Embora seja inegável em si, a magnitude dos mesmos está longe de ser consensual. Em primeiro lugar, porque durante os primeiros anos da década de 1990 ocorreu um intenso movimento de desverticalização na indústria brasileira que, sabidamente, distorce os dados de produtividade de trabalho. Parte dos saltos verificados na produtividade seria oriunda da "terceirização para fora do país" (aumento do coeficiente importado), "acompanhados de reduções correspondentes no valor agregado por unidade aqui produzida" (Castro, ibidem, p. 112).

Em segundo lugar, o fato de a produtividade do trabalho ter crescido não se traduz necessariamente em redução (em dólares) dos custos de produção – e consequente elevação da competitividade. Na realidade, o grande aumento da produtividade ocorrido na década de 1990, da ordem de 50% (até 1996), foi acompanhado de elevação, da mesma ordem de grandeza, dos salários em dólares – o que significa que não houve redução dos custos pelo aumento da produtividade do trabalho (ibidem, p. 113). Em terceiro lugar, devido à estagnação da produtividade brasileira na década de 1980, enquanto o resto do mundo apresentava vigoroso progresso técnico, os ganhos de produtividade verificados na década de 1990 representavam, em grande medida, apenas a recuperação do atraso dos anos anteriores (*catch up*).

Independente da magnitude, o fato é que mesmo com os ganhos de produtividade obtidos e apesar das diversas políticas de incentivo às exportações adotadas pelo BNDES, somadas às correções efetuadas na taxa real de câmbio ao longo do Plano Real, o Brasil não conseguiu melhorar a sua perfomance competitiva o suficiente para reverter ou mesmo conter a expansão dos déficits da conta comercial (entre 1994 até 1997). Quanto aos resultados obtidos em 1998, a ligeira melhora se explica não pelas exportações, que se contraíram, mas pela queda em maior intensidade das importações.

Crescimento do PIB (% ano)



Fonte: Ipeadata.

A segunda observação é quanto ao crescimento econômico na década de 1990. Como o gráfico acima demonstra, não houve crescimento sustentável ao longo da década. O período 1990-1993 foi extremamente conturbado, inclusive por motivos políticos (processo de *impeachment* do Presidente Collor). Ao longo do Plano Real a economia viveu um padrão mais semelhante ao que se chama de "paradas e avanços" (*stop and go*), em virtude da existência de crises externas, mas também das vulnerabilidades nos fundamentos macroeconômicos (externos e fiscais).

PROVA DE 2011

Questão 5

Avalie o desempenho das taxas de crescimento e de inflação do Brasil na década de 1990 e discuta o papel da conjuntura internacional como fator explicativo do referido desempenho.

Resolução:

A década de 1990 é marcada, em termos mais gerais, por uma mudança do modelo brasileiro de crescimento, na direção das medidas defendidas pelo chamado "Consenso de Washington", lançado em 1989. Este defendia uma série de reformas que os países em desenvolvimento deveriam fazer para atingir o desenvolvimento sustentável.

Sinteticamente, as propostas de John Williamson ("pai" do Consenso) visavam assegurar a disciplina fiscal e promover ampla liberalização comercial e financeira, além de reorientação dos gastos públicos. O chamado "Consenso" refletia, na realidade, uma ampla literatura crítica ao chamado Modelo de Substituição de Importações (MSI), associado a trabalhos desenvolvidos pelo Banco Mundial nos anos 1970-1980. Nesses, as principais críticas ao MSI são: a) a proteção gerou uma utilização inadequada de recursos abundantes, como trabalho e recursos naturais; b) criou-se um forte viés contra as exportações, bloqueando os ganhos de escala e eficiência; c) a proteção contra as importações e o desestímulo às exportações minaram os incentivos para a redução de custos e a introdução de novos produtos.

Outro importante marco do período é o Plano Brady, anunciado em março de 1989. Este plano visava essencialmente: "(...) à reestruturação da dívida soberana de 32 países, mediante a troca desta por bônus de emissão do governo do país devedor, que contemplavam abatimento do encargo da dívida (seja sob a forma de redução do seu principal, seja por alívio na carga de juros)" (Castro, 2011).

Embora o Brasil tenha iniciado a renegociação de sua dívida externa em 1992, foi somente em 1994 que o país aderiu ao Plano Brady. Foi, portanto, somente a partir do Plano Real que o país se beneficiou da entrada maciça de capitais, que já vinha ocorrendo em diversos países latino-americanos. Atraídos pela própria estabilização, pelas oportunidades de negócios e, também, pelos elevados juros, ingressaram capitais especulativos, mas também investimento estrangeiro direto, sobretudo a partir de 1996. Cabe ressaltar, todavia, que a oferta abundante de financiamento internacional estava condicionada à realização de reformas e de um profundo ajuste fiscal – o que foi anunciado logo no início do Plano Real, embora as contas fiscais tenham se

deteriorado posteriormente.

Nos primeiros anos da década de 1990 a inflação no Brasil ainda era extremamente elevada, tendo caído de forma sustentável na segunda metade de 1994. O crescimento da economia, todavia, não foi uniforme, sendo os anos de maior bonança o período compreendido entre 1993 e 1995. Ao longo da década foram implementados três programas de estabilização: Plano Collor I, Plano Collor II e Plano Real, além de um programa menor precurso do Plano Real, o "Plano de Ação Imediata – PAI".

Tabela 4. Taxas de Crescimento e de Inflação 1990-1999

Ano	Crescimento do PIB (%)	IGP [dez./dez.(%)]
1990	–4,3	1.476,71
1991	1,0	480,23
1992	–0,5	1.157,83
1993	4,7	2.708,17
1994	5,3	1.093,89
1995	4,4	14,80
1996	2,2	9,30
1997	3,4	7,50
1998	0,0	1,70
1999	0,3	20,00

Fonte: Giambiagi *et al.*, 2011.

A Tabela 4 mostra taxas de crescimento do PIB negativas nos anos de 1990 e 1992 e leve crescimento em 1991 (1,0%). Paralelamente, a inflação se situou em patamares muito elevados.

O Plano Collor I foi anunciado em março de 1990. Às vésperas de sua implementação, o Brasil vivia, a rigor, um processo de hiperinflação, quando a taxa de inflação mensal atingiu 80% ao mês. O diagnóstico desse Plano era de que a economia padecia de uma "fragilidade financeira do Estado", que fazia com que o governo não conseguisse controlar a quantidade de moeda em circulação. Tal fenômeno decorria do fato de o governo, à época, assegurar a remuneração diária das contas bancárias com saldos mais elevados (na prática, eram contas correntes que rendiam juros do *overnight*). Ademais, argumentava-se que a excessiva participação do Estado na economia distorcia preços, criava ineficiências e inflação.

O Plano Collor I, de fato, conseguiu baixar a inflação de forma drástica, porém à custa de grande sacrifício do produto. O sequestro de liquidez implementado (retenção de 80% do M4) provocou grande recessão na economia, tendo a indústria sofrida particularmente. A inflação, porém, voltou a se acelerar lentamente ao longo de 1991.

Em 1992, foi lançado o Plano Collor II. De acordo com Franco (1995), esse tinha uma estratégia "neogradulista", onde tudo se passaria como um "círculo virtuoso", em que os cortes fiscais baixariam a inflação e (desde que não houvesse choques de nenhuma espécie) isto geraria mais credibilidade e novos espaços políticos para melhorar os "fundamentos" (leiam-se maiores cortes fiscais), o que, por sua vez, daria mais credibilidade e geraria "novas pequenas vitórias contra a inflação e assim sucessivamente" (p. 29).

O autor argumenta que, durante alguns meses, a estratégia neogradualista possibilitou efetivamente a queda da taxa de inflação. Porém, a sucessão de escândalos políticos, que culminou na abertura do processo de *impeachment* do Presidente Collor, teria rompido "um dos elos mais importantes do modelo do círculo virtuoso: a ideia de que o acúmulo de credibilidade por parte do governo levaria a um ataque sensível aos fundamentos da estabilização" (ibidem). Nessas condições, a política gradualista tinha perdido a eficácia, deixando subentendido que, para o autor, as razões para o fracasso do Plano Collor II seriam exógenas. Independente do sucesso inicial do Plano, fato é que a inflação voltou a se acelerar, ficando acima de 1.000% em 1992.

Em 1993, foi lançado o Programa de Ação Imediata (PAI), elaborado pelo então Ministro Fernando Henrique Cardoso (e sua equipe), logo após assumir o Ministério da Fazenda, em maio. Em termos práticos, o PAI dividia-se em seis linhas de atuação: corte dos gastos públicos e maior eficiência na utilização da verba restante;

recuperação da receita; reestruturação do relacionamento entre estados e municípios; mudanças institucionais nos bancos estaduais, nos bancos federais e privatizações.

Embora o PIB tenha se recuperado (houve crescimento de 4,7% em 1993), em termos do combate à inflação, o PAI não obteve nenhum êxito, tendo a inflação se acelerado claramente após a sua implementação (em julho de 1993). Apesar do fracasso relativo no *front* inflacionário, a implementação do PAI foi, segundo os formuladores do Plano Real, fundamental para ajudar a criar as precondições para o seu posterior sucesso.

O Plano Real se inicia com a introdução do Fundo Social de Emergência (FSE), aprovado no dia 23 de fevereiro de 1994. Originalmente, o FSE foi previsto para vigorar por um período de dois anos (1994 e 1995), mas foi sendo renovado com outros nomes. Seu objetivo (oficialmente declarado) era atenuar a excessiva rigidez dos gastos da União ditada pela Constituição de 1988, permitindo ao governo redirecioná-los e, inclusive, diminuí-los.

No dia 1º de março, a URV (Fase II do Plano Real) passou a integrar, em conjunto com o cruzeiro real, o Sistema Monetário Nacional. Seu curso legal, porém, era estabelecido somente para uso como padrão de valor monetário, permanecendo o cruzeiro real com a função de meio de pagamento. A URV, portanto, não era uma moeda, mas apenas uma unidade de conta. Entre 1º de março e 30 de junho, o Banco Central fixou diariamente a paridade entre o cruzeiro real e a URV, tendo por base a perda do poder aquisitivo do cruzeiro real. O cálculo diário da URV foi estabelecido através da variação *pro rata* de três índices de preços: IGP-M, IPCA-E e IPC-Fipe. A partir de 1º de março, os salários ficavam fixos em URV, mas eram reajustados em cruzeiros reais mensalmente, de acordo com a variação da URV e pagos em cruzeiros reais (de acordo com a cotação da URV do dia do pagamento).

No dia 1 de julho de 1994, a URV passou a ser dotada de poder liberatório, passando a denominar-se Real (Fase III do Plano). Inicialmente, por um período de três meses, foram adotadas metas de expansão monetária – que logo foram abandonadas em prol do uso do câmbio e dos juros para conter a inflação.

Os resultados em termos de crescimento e de combate à inflação nos primeiros anos do Plano Real foram substanciais. A inflação decresceu a cada ano, convergindo para os patamares internacionais até 1998. O crescimento do produto, entretanto, variou bastante no período 1994-1998. No primeiro ano, o crescimento foi vigoroso, apesar das tentativas do governo de conter o crédito através de juros e depósitos compulsórios elevados. A continuidade da política contracionista de crédito adotada

pelo governo (para fazer face à saída de capitais, em virtude do chamado "Efeito Tequila") acabou por desaquecer a economia, em 1996 – ao mesmo tempo em que permitiu ao governo, gradualmente, reduzir juros e corrigir o câmbio. Essas duas mudanças na política econômica levaram a uma recuperação da atividade, tendo a economia crescido 3,4% em 1997. Porém, sob o impacto da Crise Asiática, ao final de 1997, e pela Crise Russa, em outubro de 1998, houve retração da taxa de crescimento do produto, que foi virtualmente zero, neste último ano.

PROVA DE 2012

Questão 5

Discuta os efeitos da abertura comercial da década de 1990 sobre a estrutura produtiva e o saldo comercial da indústria brasileira.

Ver também a resposta à questão discursiva nº 4, Prova de 2006

Resolução:

Esta questão será respondida em duas partes: 1990-1993 e 1994-1998.

Parte I: 1990-93

No início dos anos 1990, ainda sob um turbilhão inflacionário, a preocupação das empresas nacionais era manter a capacidade de produção, num cenário de baixa propensão ao investimento em capital fixo e, sobretudo, baixo esforço em inovação. As investidas se concentravam em provocar uma mudança gerencial na direção dos métodos organizacionais da produção enxuta (toyotismo), melhorar a assistência técnica (na busca de manter consumidores cativos, sob a ameaça dos importados), buscar conformidade (em virtude das maiores exigências dos consumidores pós-abertura) e praticar preços competitivos. O baixo dinamismo da economia levava à não realização de inovações radicais; no máximo, tinha-se a busca por adaptações de tecnologias (Ferraz *et al.*, 1996, p. 270). De acordo com os autores:

> *Diversas empresas implementaram profundas reestruturações, que incluíram desde a redução das linhas de produtos, com concentração nas chamadas* core competences*, até a desverticalização da produção, com aumento do conteúdo importado, aproveitando-se da abertura comercial, passando pela terceirização das atividades de apoio à produção, entre outros. A estratégia de* downsizing*, praticada amplamente no período, propiciou ganhos significativos de produtividade em curto período de tempo e sem exigir a realização de investimentos significativos.* (idem, p. 75)

Todavia, os efeitos da abertura não foram homogêneos entre os setores, induzindo respostas diferenciadas.

A indústria de difusores de progresso técnico (produtores de bens de capital) foi uma das mais severamente afetadas. A evolução dos níveis de utilização de capacidade e do emprego nessa indústria foi menor do que a média. Em particular, os setores de

bens de capital mecânico foram os que sofreram a maior queda (de quase um terço dos níveis de utilização) em 1992.

Já o segmento eletrônico foi afetado, principalmente, pela mudança de regulação. Nos anos 1990, foi extinto o regime de reserva de mercado e aos poucos foram sendo levantadas restrições quanto à atuação de empresas de capital estrangeiro. Como resultado, caíram os preços e as margens, ao mesmo tempo em que os consumidores foram beneficiados pela redução do tempo entre novos lançamentos no exterior e introdução de produtos no país. Houve redução da geração local de valor adicionado, ampliaram-se as importações de produtos acabados e de *kits* para montagem final, tendo ocorrido queda substancial do emprego em todos os setores do complexo eletrônico, ao mesmo tempo em que cresciam as vendas e as importações.

No setor de informática e no de automação industrial, ocorreram visíveis avanços e ganhos de produtividade em virtude, entre outras, da maior concorrência com produtos importados, da ampliação do acesso a insumos mais avançados e da eliminação das restrições à transferência de tecnologia e às operações, no país, de empresas multinacionais.

O segmento eletromecânico também realizou expressivo ajuste no emprego. Porém, para compensar a retração da demanda interna, as empresas se lançaram ao mercado externo, buscando especialmente a América Latina, onde a concorrência era menos agressiva. Pode-se dizer, em relação à primeira metade dos anos 1990 que:

> *(...) As empresas produtoras de equipamentos de base mecânica ou eletrônica buscaram se ajustar através da racionalização da produção – com cortes importantes nos níveis de emprego (inclusive de P&D) –, do aumento de exportações e da atualização tecnológica dos produtos, em grande parte, através de associações externas.* (idem, p. 281)

Por fim, o desempenho dos fabricantes de máquinas agrícolas, máquinas-ferramentas e equipamentos para energia elétrica seguiram o mesmo padrão de cortes de emprego, redução dos prazos de entrega e aumento das exportações. O melhor desempenho coube ao setor de equipamentos para energia elétrica, onde o país era, reconhecidamente, mais competitivo. No segmento de máquinas agrícolas, observou-se uma concentração relativa, com eliminação das empresas de menor porte – o mesmo ocorrendo no setor de bens de equipamento por encomendas.

Parte II: 1994-1998

Ao longo do Plano Real (1994-98), as empresas optaram pelo reforço nas atividades

de fabricação e montagem, aproveitando-se do barateamento das importações pelo câmbio valorizado e queda das tarifas – em um processo de "*catch up* produtivo". Novamente, como nos primeiros anos da década, o esforço inovativo também foi deixado em segundo plano (Castro, 2012, p. 119).

As empresas concentraram-se, durante a segunda metade dos anos 1990, em reduzir custos (busca por excelência operacional), ao mesmo tempo em que renovavam suas linhas de produtos. Esse movimento teria sido distinto do ocorrido no início dos anos 1990, quando os esforços maiores ocorreram na direção de uma "revolução gerencial" e de cortes e simplificação de produtos no portfólio das empresas.

Quanto ao desempenho exportador, o fato é que as exportações de manufaturas pouco se ampliaram no período 1994-1998. Considerando o índice "Exportações brasileiras de manufaturados/Exportações mundiais de manufaturados (em volume)" e tomando 1993 como ano base (1993 = 100), em 1999, o índice atingiu 70. Em outras palavras, houve redução da participação das exportações brasileiras de manufaturados em relação às mundiais. O índice só retornaria a 100 em 2005, após a desvalorização e um lento processo de recuperação. (Souza, 2009).

A Tabela 5, abaixo, mostra um crescimento das exportações de produtos básicos no período 1994-1997, retraindo-se posteriormente, frente à própria redução do crescimento mundial. Já as exportações de manufaturados seguem aumentando até 1998. No ano da desvalorização (1999), houve queda das exportações de manufaturados devido ao chamado efeito "J" (defasagem entre a desvalorização e incremento das exportações) e também por queda do preço desses bens.

Tabela 5. Brasil – Exportação de Bens, 1990-1999 (US$ milhões)

	Básicos	Semimanufaturados	Manufaturados	Operações Especiais	Total
1990	8.746	5.108	17.011	549	31.414
1991	8.737	4.691	17.757	435	31.620
1992	8.830	5.750	20.754	459	35.793
1993	9.366	5.445	23.437	307	38.555
	11.058	6.893	24.959	635	43.545

1994	11.058	6.893	24.959	635	43.545
1995	10.969	9.146	25.565	826	46.506
1996	11.900	8.613	26.413	821	47.747
1997	14.474	8.478	29.194	848	52.994
1998	12.977	8.120	29.387	656	51.140
1999	11.828	7.982	27.329	872	48.011

Fonte: Secex, elaboração Giambiagi *et al*., 2011.

Durante o Plano Real, as indústrias tradicionais (têxtil, confecções e calçados) foram levadas a uma severa crise, quando diversas empresas de menor porte foram fechadas ou foram compradas, ao mesmo tempo em que algumas se fortaleceram através da compra de equipamentos. No caso das empresas de maior conteúdo tecnológico, a ausência de escala, domínio tecnológico e as dificuldades financeiras levaram ao desaparecimento de muitas firmas e redução das atividades de pesquisa. A grande maioria das empresas de bens comercializáveis, por um lado, sofriam pela maior competição, por outro, vislumbravam uma grande oportunidade de adquirir equipamentos internacionais e eliminar (ou reduzir) a defasagem tecnológica com que operavam (Castro, 2012, p. 110-12).

As respostas no setor de comercializáveis se concentraram em dar prosseguimento à reestruturação, buscando métodos modernos de gestão de fábrica e estoques; implementar novas renovações nas linhas de produtos; aumentar as importações de insumos e equipamentos; e deslocar-se para regiões com infraestrutura e/ou mão de obra mais baratas. Outro fenômeno relevante foi a venda de empresas ao longo da década, sobretudo de empresas nacionais ou filiais de empresas estrangeiras para empresas estrangeiras (nos setores de farmacêuticos, higiene e limpeza, eletrônicos, química, alimentar, autopeças e comércio varejista). No que se refere à compra de empresas brasileiras por outras nacionais, as maiores aquisições se deram nos setores têxtil, vestuário e calçados, seguidos por indústria mecânica, papel e celulose, petroquímica e construção civil (levantamento feito pela Securities Data e pela KPMG, em Iedi, p. 10 e 11, citado em Castro, 2012, p. 112).

Em alguns setores como eletrônica, brinquedos e bicicletas, a proporção de insumos importados se tornou tão grande que praticamente não havia mais transformação industrial no país. Em contrapartida, nas empresas que atuavam no setor de bens alimentícios, a explosão de consumo no Real levou a uma proliferação de firmas que disputavam nichos de menores preços para consumo popular (mercado das "tubaínas" e "mercado cinza" – Castro, ibidem).

Tabela 6. Composição das Importações, 1990-1999 (US$ milhões)

Ano	Matérias-primas e produtos intermediários	Combustíveis e lubrificantes	Bens de capital	Bens de consumo					Total
				Não duráveis	Duráveis			Total	
					Automóveis	Outros	Total		
1990	9.158	5.288	3.963	1.491	31	729	760	2.251	20.661
1991	9.779	4.690	4.218	1.505	142	706	848	2.353	21.040
1992	9.581	4.457	4.434	1.152	304	626	930	2.082	20.554
1993	12.964	3.980	5.089	1.462	676	1.085	1.762	3.224	25.256
1994	15.964	3.987	7.585	2.428	1.435	1.678	3.113	5.541	33.079
1995	22.288	4.684	11.486	4.876	3.039	3.058	6.098	10.974	49.972
1996	24.714	5.929	12.918	5.199	1.562	3.024	4.586	9.785	53.346
1997	26.867	5.597	16.098	5.533	2.465	3.187	5.652	11.185	59.747
1998	26.783	4.100	16.102	5.508	2.677	2.592	5.269	10.777	57.763
1999	24.059	4.258	13.577	4.218	1.214	1.969	3.183	7.401	49.295

Fonte: Secex, elaboração Giambiagi *et al.* 2011.

A Tabela 6 mostra o aumento das importações de bens e equipamentos, o que permitiu saltos de produtividade à economia brasileira. As importações de bens intermediários e matérias-primas também se elevaram consideravelmente. Entre os bens de consumo, o destaque foi o crescimento dos automóveis, cujo valor mais do que dobrou nos dois primeiros anos do Plano, em virtude da drástica queda de tarifas realizada pelo governo, posteriormente revista.

8.5. Mercado de trabalho

PROVA DE 2009

Questão 14

Sobre a política salarial adotada no Brasil ao longo do século XX pode-se afirmar:

(0) A introdução do salário mínimo no Brasil ocorreu no início da década de 1930, juntamente com a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

(1) Em sua criação, o salário mínimo possuía valores regionalmente diferenciados e excluía os trabalhadores do campo.

(2) Um dos motivos da crise política que envolveu o segundo governo de Vargas, na década de 1950, foi a proposta do Ministro do Trabalho de duplicar o salário mínimo.

(3) O pico que representa o maior salário mínimo do período considerado, em termos reais, ocorreu nos primeiros anos da década de 1960, em parte resultante da política salarial expansiva adotada pelo governo.

(4) No período do Paeg introduziu-se uma política salarial que previa o reajuste anual dos salários e que considerava em sua fórmula, entre outros fatores, a possibilidade de incorporar ganhos de produtividade.

Resolução:

(0) Falso.

O salário mínimo foi instituído em 1º de maio de 1940, através do Decreto-Lei nº 2.162. Já o Ministério do Trabalho foi criado em 26/11/1930.

(1) Verdadeiro.

(2) Verdadeiro.

Atendendo a sugestão do Ministro do Trabalho (João Goulart), Vargas anunciou reajuste de 100% no valor do salário mínimo, em 1º de maio de 1954. A decisão contrariava a vontade, entre outros, de empresários, Forças Armadas e da UDN e, com isso, ajudou a agravar o quadro político da época.

(3) Falso.

O gabarito oficial da Anpec é questionável. De fato, consulta ao Ipeadata revela que o pico da série de salário mínimo real (a preços constantes de junho de 2013) foi atingido em outubro de 1961 – portanto, ‘logo nos primeiros anos da década de 1960’, como afirmado no enunciado.

(4) Verdadeiro.

PROVA DE 2011

Questão 13

Nos anos 1990, o mercado de trabalho caracterizou-se pelos seguintes processos:

(0) Redução contínua das taxas de desemprego, tanto aberto quanto oculto.

(1) Aumento contínuo do salário real médio a partir de julho de 1994.

(2) Acentuação do processo de flexibilização das relações trabalhistas, em relação à década anterior.

(3) Aumento do ritmo do processo de terceirização no setor industrial, em relação à década anterior.

(4) Estabilização do grau de informalidade da ocupação.

Resolução:

(0) Falso.

A taxa de desemprego aberto (IBGE) caiu entre 1992 e 1995 (quando atingiu 6,7%), mas aumentou a partir daí e até 1999, chegando a 10,4% da PEA. Já o desemprego oculto oscilou ao longo da década nas regiões metropolitanas pesquisadas pelo Dieese, não exibindo padrão definido.

(1) Falso.

O salário real médio cresceu a partir do Plano Real (julho/1994) até 1996, mas caiu no restante dos anos 1990.

(2) Verdadeiro.

(3) Verdadeiro.

Tal fenômeno fez parte das estratégias de adaptação das empresas ao novo contexto de estabilidade de preços e maior concorrência interna.

(4) Falso.

Não está claro porque os examinadores consideraram esta afirmativa Falsa. De fato, nas três definições do grau de informalidade da força de trabalho apresentadas pelo Ipeadata, com base nos dados divulgados pela PNAD/IBGE, vê-se estabilidade deste indicador ao longo dos anos 1990 (em torno de 55% na definição I; 57% na definição II e de 53% na definição III). Apenas a partir dos anos 2000 é que se percebe uma tendência inequívoca de queda do grau de informalidade da força de trabalho, em todas as três definições.

Referências Bibliográficas

Abreu, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso – cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Alem, Ana Claudia e Fabio Giambiagi. *Finanças Públicas, Teoria e Prática no Brasil.* Rio de Janeiro: Campus, 1999.

Arida, Pérsio. "Reajuste Salarial e Inflação". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 12, n. 1, abril, 1982.

__________. "Essays on Brazilian Stabilization Programs". Tese de Doutoramento não publicada, Massachusetts Institute of Technology, 1992.

__________ e André Lara-Resende. "Inflação Inercial e Reforma Monetária". In: Pérsio Arida, org. *Brasil, Argentina e Israel: Inflação Zero.* Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra Economia, 1986. Originalmente publicado em: Williamson, J. (ed.). *Inflation and Indexation*. Washington: Institute for International Economics, 1984.

Bacha, Edmar. "Prólogo para a terceira carta". In: *Revista de Economia Política*, vol. 3, n. 4, outubro-dezembro, 1983.

__________ e Herbert S. Klein, *A Transição Incompleta: Brasil desde 1945*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Benevides, Maria Victoria de M. *O Governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política, 1956-1961*. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 3ª ed., 1979.

Bielschowsky, Ricardo. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.* Rio de Janeiro: Ipea/Inpes, 1988.

Bogdanski, Joel, Alexandre A. Tombini e Sergio R. C. Werlang, "Implementing Inflation Targeting in Brazil". *Working Papers Series*, n. 1. Brasília: Banco Central do Brasil, julho, 2000.

Bonelli, Regis e Pedro S. Malan. "Os limites do possível: notas sobre o balanço de pagamentos e indústria nos anos 70". *Pesquisa e Política Econômica*, Rio de Janeiro, 6(2), agosto, 1976.

Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Yoshiaki Nakano. "A Armadilha Teórica da Política de Estabilização", *Revista de Economia Política*, vol. 4, n. 4, outubro-dezembro, 1984.

__________. "Inflação Inercial e Choque Heterodoxo no Brasil". In: Rego, José

Márcio, org. *Inflação Inercial, Teorias sobre a Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

Cano, Wilson. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro: Difel, 1977.

__________. *Desequilíbrios regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1970*. São Paulo: Global, 1985.

Cardoso, Fernando Henrique e Enzo Faletto. *Dependência e Desenvolvimento na América Latina: ensaios de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Guanabara, 7ª ed., 1970.

Carneiro, Dionísio D. "Crise e Esperança: 1974-1980". In: Marcelo de P. Abreu, org. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Carneiro, Dionísio D. e Eduardo Modiano "Ajuste Externo e Desequilíbrio Interno: 1980-1984". In: Marcelo de P. Abreu, org. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Carneiro, Ricardo. *Desenvolvimento em Crise: a economia brasileira do último quarto de século XX*. São Pauo: UNESP, 2002.

Castro, Antonio B. "Do Desenvolvimento Renegado ao Desafio Sinocêntrico". In: *Reflexões de Antonio Barros de Castro*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

__________. "O Plano Real e o Reposicionamento das Empresas". In: João Paulo de Reis Velloso, org. *Brasil: Desafios de um País em Transformação*. Rio de Janeiro: Jose Olympio, 1997, pp.106-19.

Castro, Antonio B. e Francisco Eduardo P. de Souza. *Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra Economia, 1985.

Castro, Lavinia B. "Esperança, Frustração e Aprendizado: a História da Nova República (1985-1989)". In: Giambiagi, Fabio *et al*. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 2ª Edição.

Costa, Vera Mariza H. M.: "A Reforma Agrária na Nova Constituição: Avanço(s) ou Retrocesso(s)?, Perspectivas. São Paulo, 12/13: 19-30. 1989/90 disponível em seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/download/1902/1551,

Dean, Warren. *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo: Difel, 2ª ed., 1976.

Delfim Netto, Antonio. *O Problema do Café no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1979.

Erber, Fábio S. e Roberto Vermulm. "Política e Desempenho Industrial". In: *Ajuste Estrutural e Estratégias Empresariais, Avaliação e Perspectiva*. São Paulo: Ipea, n.

144, 1993.

Ferraz, João C. *et al. Made in Brazil: Desafios Competitivos para a Indústria.* Rio de Janeiro: Campus, 1996.

Fishlow, Albert. "Origins and Consequences of Import Substitution in Brazil". In: Luis E. di Marco, ed., *International Economics and Development: essays in honor of Raúl Prebisch*. Nova York e Londres: Academic Press, 1972a.

____________." Brazilian Size Distribution of Income", *American Economic Review*, American Economic Association, vol. 62, n. 2, 1972b.

Fonseca, Pedro Cezar D. "O Mito do Populismo Econômico de Vargas". *Revista de Economia Política*, vol. 31, 2011, pp. 56-76.

____________. "Nem Ortodoxia nem Populismo: o segundo governo Vargas e a Economia Brasileira". *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF* , vol. 14, 2010, pp. 19-58.

____________. "Legitimidade e Credibilidade: impasses da política econômica do governo Goulart". *Estudos Econômicos*, vol. 34, n. 3, julho/setembro 2004, pp. 1-36.

__________. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954* . São Paulo: Brasiliense, 1989.

__________ e Cássio Silva Moreira. "O Projeto do Governo Goulart e o II PND: um cotejo". *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, vol. 33, pp. 5-37, 2012.

Franco, Gustavo. "A inserção Externa e o Desenvolvimento." *Revista de Economia Política*, vol. 18, n. 3 (71), julho-setembro, 1998.

________. *O Plano Real e Outros Ensaios*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1995.

Fundo Monetário Internacional – FMI. *e Monetary Approach to the Balance of Payments: A Collection of Research Papers by Members of the Staff of the International Monetary Fund*. IMF, setembro, 1977.

Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 10ª ed., 1970.

Giambiagi, Fabio: "Estabilização, Reformas e Desequilíbrios Macroeconômicos: Os Anos FHC (1995-2002)". In: Fabio Giambiagi *et al. Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 2ª Edição.

Giambiagi, Fabio *et al. Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 2ª Edição.

Gremaud, Amaury P., Marco A. Sandoval de Vasconcellos e Rudinei Toneto Jr. *Economia Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Atlas, 5ª ed., 2004.

Hermann, Jennifer. "Reformas, Endividamento Externo e o "Milagre Econômico (1964-1973)". In: Giambiagi, Fabio *et al*. *Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011, 2ª Edição.

Horta, Maria Helena, Guida Piani e Honório Kume. "A Política Cambial e Comercial". In: *Perspectivas da Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, 1992.

Lafer, Celso. *JK e o Programa de Metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2002.

Lago, Luís A. Correa do. "A Retomada do Crescimento e as Distorções do 'Milagre': 1967-1973". In: Marcelo de P. Abreu, org. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

Langoni, Carlos. *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

Lavinas, Lena e André Urani. "A extrema pobreza é feminina". Entrevista concedida em 2010. Disponível em http://www.observatoriodogênero.gov.br.

Leopoldi, Maria Antonieta. "A Economia Política do Primeiro Governo Vargas (1930-1945): a política econômica em tempos de turbulência". In: Jorge Ferreira e Lucilia A. Neves Delgado (orgs.), *O Brasil Republicano*, vol. 2 (O Tempo do Nacional-Estatismo). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

Lessa, Carlos. "Visão Crítica do II Plano Nacional de Desenvolvimento". In: *Revista Tibirica*, São Paulo, Ano II, n. 6, 1977.

Lopes, Francisco. *O Choque Heterodoxo: combate à inflação e reforma monetária*. Rio de Janeiro: Campus, 1986.

___________ e Eduardo M. Modiano. "Indexação, Choque Externo e Nível de Atividade: Notas sobre o Caso Brasileiro". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 13, n. 1, abril, 1983.

___________ e Edmar Bacha. "Inflation, Growth and Wage Policy: in search of a Brazilian paradigm". *Journal of Development Economics*, setembro, 1983.

Mello, João M. Cardoso de. *O Capitalismo Tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., 1984.

Modiano, Eduardo. M. "A Dinâmica de Salários e Preços na Economia Brasileira: 1966-1981", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 13, n. 1, abril, 1983.

Neri, Marcelo, coord. *O Lado Brilhante dos Pobres*. Rio de Janeiro: FGV/CPS, setembro 2010.

Peláez, Carlos M. *História da Industrialização Brasileira*. Rio de Janeiro: Apec, 1972.

Ramos, Lauro e Rosane Mendonça. "Pobreza e Desigualdade de Renda no Brasil". In: Fabio Giambiagi *et al. Economia Brasileira Contemporânea*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005, 1ª Edição.

Redwood III, John. "Evolução Recente das Disparidades de Renda Regional no Brasil". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 7, n. 3, 1977, pp. 485-550.

Resende, André L. "Estabilização e Reforma: 1964-1967". In: Marcelo de P. Abreu, org. *A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana, 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

__________. "Incompatibilidade Distributiva e Inflação Estrutural". *Estudos Econômicos*, v. 11, n. 3, 1980.

__________ e Francisco Lopes. "Sobre as Causas Recentes da Inflação Brasileira". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 11, n. 3, 1981.

Rocha, Sônia. "Para especialista em desigualdade, a chamada nova classe média é fetiche do número." Entrevista para *Agência Brasil*, 16 de outubro, 2010.

Serra, José. "Ciclos e Mudanças Estruturais na Economia Brasileira do Pós-Guerra". In: Luiz Gonzaga M. Belluzzo e Renata Coutinho, orgs. *Desenvolvimento Capitalista no Brasil: ensaios sobre a crise*. São Paulo: Brasiliense, 3ª ed., 1984.

Simonsen, Mario H. *Inflação: gradualismo x tratamento de choque*. Rio de Janeiro: Apec, 1970.

__________ e Roberto de O. Campos. *A Nova Economia Brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1974.

Souza, Francisco Eduardo P. "Sem medo de flutuar? O regime cambial brasileiro pós-1998", *Estudos Econômicos*, vol. 35, n. 3, July/Sept, 2005.

__________. Da Reativação da Economia ao Crescimento de Longo Prazo: a Questão da Competitividade e do Câmbio". Em *Na Crise – Esperança e Oportunidade, Desenvolvimento como "Sonho Brasileiro", Oportunidade para as Favelas*, Fórum Nacional Especial 2009, INAE: 2009.

Souza, Jessé. "Para especialista em desigualdade, a chamada nova classe média é fetiche de número. Entrevista para Agência Brasil, 16 de outubro, 2010.

Suzigan, Wilson. *Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento*. São Paulo: Hucitec, 2ª ed., 2000.

Tavares, Maria da C. "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil". In: *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

Versiani, Flavio R. "Industrialização e Economia de Exportação: a experiência brasileira antes de 1914". *Revista Brasileira de Economia*, vol. 34, n. 1, 1980.

Versiani, Flavio R. e Maria T. Versiani. "A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição". In: Flavio R. Versiani e José R. Mendonça de Barros, orgs. *Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização*. São Paulo: Saraiva, 1977.

Versiani, Maria T. "Proteção Tarifária e Crescimento Industrial nos Anos 1906/1912: o caso da cerveja". *Pesquisa e Planejamento Econômico*, vol. 12, n. 2, agosto de 1982, pp. 455-488.